

# REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 252

JULHO - SETEMBRO

1961

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possim sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO  
A. C. FERREIRA REIS  
CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
1962



Digitized by the Internet Archive  
in 2024

# TRABALHOS ORIGINAIS

## ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

DR. DANTE DE LAYTANO

### II

#### IMPRESSÃO DE LEITURAS

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro prossegue na publicação do trabalho do professor Dante de Laytano sobre os Açores e a participação dos naturais daquele arquipélago na formação do Brasil. Trata-se da terceira e última parte. As duas anteriores já foram objeto de divulgações no número anterior da Revista.

(Continuação do número 251).

#### REFERÊNCIAS

I — *Geografia Popular das Ilhas*. — «O autor menciona no *Mês do Sonho* (1926) as poucas sub-divisões que o povo costuma fazer das ilhas (ou, pelo menos, as que lá ouviu-se), e que são, em suma:

Para os Micaelenses, *Ilha de Santa Maria*, de *S. Miguel*, e *Ilhas de Baixo*, (as seis restantes). A expressão de Baixo, que já vem em Gaspar Frutuoso, e encontramos na secção A, ou Madeira, significa o lado para onde o sol baixa, ou se esconde. Por isso nas pessoas cultas: Ilha do Oeste. Na Ilha de S. Miguel denomina-se Norte, em particular ou *Costa do Norte* ou *Freguesias do Norte* o território que se estende da Ribeira Grande a Faial-da-Terra.

No Pico entende-se também por Norte o concelho de São Roque.

Na Ilha Terceira dão o nome de Ramo Grande ao conjunto de várias freguesias e «curatos» como Praia, Lagens, S. Brás, etc. Opõe-se-lhe *Raminho*, que é o nome de uma única freguesia do referido concelho.



Em Santa Maria abrangem na denominação de Serra duas freguesias que ficam numa das zonas em que a ilha se divide. Canta-se lá, a propósito, esta cantiga:

«Os da Serra são labregos  
Os da Vila cidadãos.  
Os de Almargueira lapujos,  
Os de S. Pedro lambrões»...

análoga a outras que já encontramos no Continente. *J. Leite de Vasconcelos*. «Etnografia Portuguesa». Vol. III. (As notas do A. são as seguintes: Depois de Gaspar Frutuoso: «... a Ilha Terceira, e outras *Ilhas de Baixo*» — «Saudades da Terra». Na última palavra do texto acima: continente. Há uma nota. Diz respeito ao emprêgo, em geografia, dos vocábulos — alto e baixo — por exemplo : Beira Alta e Beira Baixa, etc.). Imprensa Nacional de Lisboa. 1942.

II — *Fator psicológico predominante do Açoriano*. — «Não creio que na população insular se possam descobrir feições pessoais ou particularidades morais acentuadas, para que não se encontrem exemplos e modelos nas gentes do velho Portugal. A própria rivalidade dos grupos populacionais que no Continente ainda sobrevive nas rixas de aldeias vizinhas, com forte pancadaria nos arraiais, também revive nos mais ladinos açoreanos, exaltando sempre os seus particularismos com português exagêro.

Primeiro, oposição entre o ilhéu e o continental, depois suave despeito, ou aversão irônica, entre açorenses e madeirenses; a seguir, rivalidade de ilha para ilha, em beleza ou importância (São Miguel — Terceira, Terceira — Faial); de povoação para povoação (Ponta Delgada — Ribeira Grande ou Vila Franca, Angra — Praia da Vitória, Santa Cruz da Graciosa — Vila da Praia, Calheta — Velas, Lages — Cais do Pico, etc.); e a substituir surdamente os velhos partidos, as oposições de clube para clube, de grupo para grupo, de família para família...

E é singular a verificação destes casos num povo que é o mais sociável e comunitário do mundo e que oferece o histórico exemplo de perfeita unidade nos grandes lances do perigo ou do interesse nacional.

Por estranho paradoxo, parece que adestram as melhores energias em pequenas desavenças, em competições de vaidade, os que amanhã hão de ver-se e gostosamente sentir-se unidos, a voz do dever mais alto.

Mas pelo caminho de oito séculos, sempre assim foram os Portugueses...



O açorianismo com as assinaladas diferenças entre a gente de cá e de lá, de que é costume fazer muito, mas viciado cabedal, provirá mais da terra do que do sangue. Nos Açores, o *fator psicológico predominante* é por força e por natureza, a insularidade, pois ela importa e impõe a sujeição do homem aos constantes limites da Terra. Ele bem os pode alcançar, mas nunca transpor, à medida dos seus desejos, sem se sentir exilado para além do Mar.

Para vencer tais fronteiras, já não são suficientes a vontade e os próprios meios, como quando na terra-firme um serrano abala a correr mundo, de cajado e surrão às costas, sem têrmo para os seus passos.

A natureza do solo, as condições climatéricas que ocasionam especiais regimes agrológicos, determinaram também o afeiçoamento de particularidades de amanho e cultura em que se exercitou durante séculos a experiência dos nossos irmãos ilhéus. Mas essa multiplicidade de processos e variedades de esforços também se exprime nos caracteres regionais da gente e da vida da Metrópole.

Na cultura da vinha, por exemplo, basta relembrar o que se passa no Minho e no Douro, para comparação do que observamos em Tórres Vedras e no Cartaxo. Em verdade, por cá também, como nas Ilhas, não se ostentam caprichos, obedece-se às necessidades da natureza e na adaptação do homem a diversas condições de solo e exigências de clima.

Na capacidade de acomodação, pertinz aqui, carinhosa que se afirma com inteligência a índole portuguesa, a que não vale a pena chamar continental ou insular, perdendo-se um conceito único pela simples consideração de aspectos accidentais.

Assim, os emigrantes açorianos levam, ao partir, alta escola de luta e bons hábitos de economia, para que, com tais reservas físicas e morais, possam ver compensados pelo triunfo os seus labores. Desnaturalizam-se muitos dêles, é triste verdade a reconhecer, mas outros voltam ao lar com pecúlio bem ganhado, para exemplo de parentes e conhecidos que também anseiam por embarcar, em busca de melhor sorte.»

*Hipólito Raposo.* — «Descobrimo Ilhas Descobertas». Páginas 25 a 27. Edições Gama. Portugal. MCMXLII.

III — *Paisagem de contrastes.* — «Da beleza do panorama nada há acrescentar de encomiástico ao deslumbramento de tôdas as ilhas, sem exceção, cada uma com seu aspecto particular, mas sempre belas do *imprevisto de uma natureza caprichosa*, que parece ter-se comprazido em adornar das suas mais esplendorosas galas êstes terrenos vulcânicos, tantas vêzes re-

volvidos pela fúria interna do globo, de que tão impressionantes vestígios por aqui a cada momento topamos. Campos e estradas de mistério lhes chama o povo na sua linguagem simplista e ingênua, mas expressiva até mais não, a êsses vastos oceanos petrificados, e revolidos em contorsões de uma feroz epilepsia, extensões enormes de lavra negra que um liquén acinzentado vai cobrindo como uma lepra roedora, e pelos quais os olhos se perderem numa contemplação silenciosa de pavor e desolação, para logo repousarem, ávidos de beleza, nos altos maciços de hortênsias e roseiras em flor que por quilômetros e quilômetros marginam as estradas, torcicolando intermináveis, montanha acima, montanha abaixo.

É o belo horrível ao lado do belo harmonioso, suave e delicado, rocha em convulsões e azul do mar e do céu, lava a hortênsia, arvoredos frondosos e penedia abrupta...

Aqui e além pitorescos moinhos, com a sua varanda de madeira acessível por uma escada tôska, bracejando ao vento frio do norte. De ilha para ilha a forma do moinho diverge. E aqui, porque a ilha é rica de dólar americano, as camponesas descaracterizaram-se no vestuário luxuoso e nos sapatos à Luís XV, calçados neste dia de gala da nossa visita para dançarem numa eira a ingenuidade de um baile popular — A chama Rita — sempre no mesmo compasso da música de uma viola, um violão e uma rebeca, acompanhado num rape-rape arrastado de pé o ritmo musical e as coplas ao desafio dos cantadores dos dois sexos.

Belos exemplares de mulheres, altas e fortes, morenas da ardência do sol.»

*Oldemiro César.* — «Terras de Maravilha. Os Açores e a Madeira». Notas de duas viagens de estudo. Segunda edição consideravelmente aumentada. João Francisco d'Oliveira. Rua da Conceição, 125 — 1.º andar — Lisboa. 1944.

IV — *Cidades do Arquipélago* — «As cidades dos Açores não foram urbes traçadas a rêgo de arado, nem empórios crescidos em embocaduras de rios férteis, nem aglomerados feitos em arraiais de feiras ou em grandes nós de comunicações terrestres naturais. De nove ilhas que conta o Arquipélago só duas tiveram durante quatro séculos o timbre da cidade: a Terceira e São Miguel.

Angra e Ponta Delgada cresceram primeiro como fixadores das populações dotadas de maior área insular, e logo como chave de situações geográficas mais acessíveis a demandadas. Das ilhas maiores só uma, — o Pico, — não chegou a atingir densidade citadina. O seu dispositivo montanhoso maciço («inútil farol, de noite», lhe chamou Chateaubriand), a porosidade do seu solo pou-



co propício para a pastorícia de prados especializaram-na na pesca, no vinho, e nas frutas, — três gêneros de atividade que, por si sós, dificilmente geram mesteiros e mercadores, ou seja, o *humus* dessa coisa febril e às vezes monstruosa que se chama uma cidade.

E foi preciso que a crise baleeira de meados do século XIX acozassse os veleiros americanos para o médio Atlântico e aí os fizesse refrescar, para que o Pico, apoiando-se no Faial e o Faial no Pico, como ilhas satélites alternas, ajudasse a fazer a Horta carvoeira núcleo de desvio de excedentes demóticos para a América, privilégio em moderno foral por um marinheiro nato que navegara nas ilhas o rei D. Luiz.

Também Ponta Delgada tardou em ser o importante pôrto comercial e estrangeiro que hoje é. O comércio açoriano do século XVI dividia-se quase equitativamente entre ela e Angra, a sua irmã de nordeste, praticamente reduzido aos mimos e manufaturas que entravam e ao pastel que saía. Assim continuaram sensivelmente as coisas até que a produção e a exportação laranjeira, fomentadas em São Miguel principalmente pelo prusiano Scholtz e por emigrado político do continente, Vicente Ferreira Cardoso, começaram a inclinar a balança para o lado da ilha principal.

Dois motivos geográficos decidiram por pouco mais de dois séculos a questão da importância relativa entre Angra e Ponta Delgada: a centralidade da ilha Terceira e a configuração da sua Angra, inóspita aos ventos de sudeste (o temido «vento carpinteiro» da minha infância), mas maneirinha e de fundos convenientes aos curtos calados das naus de bordada grossa que o Monte Brasil — septo natural entre dois abrigos naturais apoiava e defendia. Um motivo histórico mais dinâmico que a donataria sedentária e setentrional dos Câmaras em São Miguel, — a capitania limítrofe e concorrente dos Côrtes-Reais e dos Martins Homens, gente de mar e aventuras, — favoreceram a Ilha Terceira, fazendo de Angra, em circunstâncias ainda hoje mais ou menos obscuras, estaleiro de cascos de longo curso dos mares de Oeste, e portanto, centro de atração e de gravitação marítima. Os espanhóis achavam ali uma tradição derroteira, uma defesa natural fortificável, e talvez também uma unidade agro-pecuária mais concentrada e útil, como interlande de recurso, ao portinho sombrio e aristocrático, cujo caráter de chave dos portões açorianos a toponímia do ocupante consagrou no plural «las Terceras». Vitorino Nemésio. «Corsário das Ilhas». Livraria Bertrand. Páginas 70 e 71. Lisboa. 1956.

V — Ode aos Açores. — «Ilhas açoreanas, canto lindo da terra, monumento de riqueza e graça, erguendo-se no espaço azul do mar, como a sublime epopéia do esforço da natureza, em que



a expressão da paisagem, a produtividade do solo, a índole da raça, tem a anatomia simultaneamente delicada e forte de um símbolo de Beleza.

Há cidades em que o comércio, a agricultura e as indústrias, crescendo como riquezas progressivas, transfiguram tôdas as iniciativas numa vitória definida.

Há portos de abrigo e de descarga, procurados por uma grande tonelagem, que tem nas ilhas o melhor molhadoro entre a Europa Ocidental e a América.

Há campos em que o trabalho mortal da enxada faz a terra vencedora, vinhedos preciosos, laranjais em flor, escondidos nas dobras dos montes, o milho dourado, as plantas rastejantes do chá, vidros brancos guardando a cultura preciosa de um fruto, ermidas dispersas, aonde sobe a prece dos homens, sorrisos de verdura — terras acidentadas e fartas...

Tem de tudo: serranias e planícies, pinhais espessos, velhas árvores, campos verdecidos de trigo, terrenos de erupção fumegando no fundo de um lindo vale que altas serras circundam, o fogo da terra rompendo com voracidade infernal, com bravêjos de espuma e tanta água nascendo por tôda a parte, a água fresca que podemos beber nas horas ardentes, a água que melhora os atormentados pela doença, caindo dos montes rochosos, que fazem a paisagem dantesca dêsse panorama de maravilha, que arrebatava na voragem de um prazer que sorri, que lampeja, com imprevisto brilho de encanto...

E eu penso na misteriosa influência do espírito melancólico da beleza surpreendente da terra açoriana, beleza cismadora penetrando o caráter do povo ilhéu, que tem uma bravura sem alarde, a humildade suprema de economizar, acumulando com método, com sobriedade e com equilíbrio os agentes de fortuna, que dão a típica impressão de um sentimento arraigado de providência, que tem a curiosa beleza de uma vida serena, exata, lucrativa.

Procissões de minha terra, tradições de minha ilha, que eu vejo a agitarem-se na treva espessa da recordação, como um paisagista assombroso que reanimasse o sentimento ilhéu, com a mesma transparência de tintas, e com a mesma correção de desenho, com que salta e fulge em reflexos de côres a alma como-vida e franca de uma saudade amarga.

Como há amizades suaves que têm o dom de fascinar, com a luminosa beleza da serenidade e da harmonia, assim a metrópole deve ir fazendo a conquista perdurável do seu patrimônio insular, tendo a previsão inteligente do futuro, o conhecimento perfeito do meio açoreano, desenhado com dois traços no vigor

de uma água forte, e dando ao irrequieto movimento duma desilusão justificada e acolhedora ternura, que qualidades eminentes de administração podem manter, pelo intenso fulgor nacional, onde um saboroso patriotismo palpita, com a mesma frescura, com a mesma fluidez, com que se relembra e afaga o que nos é achegado pelo sangue e pelo coração.» *Gaspar Henriques, de O Século*, 19-II-1922. In «Etnografia Portuguesa», de J. Leite de Vasconcelos. Páginas 733 e 735.

VI — *Fidelidade Portuguesa*. — «O açoriano é assim por todos os motivos essencialmente português, o português puro que nas épocas gloriosas de nossa história se isolou no meio do Atlântico.

E se atentarmos em como o português é fácil de assimilar os usos, os costumes, as modas, tudo o que vem do estrangeiro, melhor compreenderemos o quanto há a mais de nacional no ambiente das ilhas em relação ao do continente que recebe a todo momento influência estranha.

Tipo aparentemente diferente do continental, o ilhéu é no íntimo mais e melhor português do que ele; e para mostrar como os açoreanos e direi desvanecidamente, acima de todos os terceirenses, souberam conservar inalteráveis as nobres virtudes da nossa raça, basta percorrer a história das ilhas e ver como ela se liga à história de Portugal, como nela encontramos o fio da tradição nacional, o amor da pátria, a lealdade, a bravura, a honradez dos velhos capitães dos séculos XIV a XVI, a mesma paixão pelas aventuras marítimas, a mesma fé nos destinos da pátria, a mesma crença, o mesmo ideal alevantado sem o qual não há povos fortes, não há progresso e não há vida nacional.» *Luiz da Silva Ribeiro. «Os Açores de Portugal»*. Angra. Livraria Editôra Andrada. 1919.

VII — *Recolha sistemática do folclore*. — «Não obstante o muito que se tem feito no sentido de se recolherem, ordenarem e estudarem as Tradições Açorianas, designadamente as que respeitam à etnografia e ao folclore do Arquipélago, a verdade é que não houve ainda um trabalho de conjunto através do qual se pudessem ajuizar o valor e a extensão daquelas mesmas tradições.

Desde o século passado a esta parte muitos têm sido os Açorianos que nas suas respectivas ilhas se entregaram ao benemérito labor de recolher cantigas e romances populares, adágios, lengas-lengas, orações, linguagem, costumes, superstições etc., etc. — conforme se poderá ajuizar, por exemplo, através da comunicação do falecido escritor Dr. Luiz Ribeiro, vinda à lume do livro do I Congresso Açoriano, de 1938.

No entanto, tudo tem sido efetuado — exceções feitas a alguns inquêritos parcelares sobre indústrias, realizados no distrito



de Angra do Heroísmo — por iniciativa e à causa dos próprios estudiosos, donde resulta trabalho dobrado, incompleto, oneroso e na sua maior parte ignorado. Dobrado, porque vários estudiosos se põem a recolher no mesmo campo e sôbre a mesma matéria; incompleto porque tudo no geral é feito sem um plano prévio; oneroso, porque cada qual o faz com sacrifício do seu bôlso; ignorado na sua maior parte, porque os mesmos estudiosos acabam por revelar apenas aquilo que mais interêsse tiver para os seus trabalhos.

Em presença de um tão defeituoso sistema de ação e em presença, também, do muito que há para recolher e que se encontra na iminência de se perder para sempre, conclui-se pela necessidade e urgência de se proceder a uma *recolha sistemática de tôdas as nossas tradições* — recolhida essa, desenvolver-se dentro de um plano, ou melhor dizendo, com base num inquérito aplicável a todo o Arquipélago e por forma de todos os ramos da etnografia e do folclore sejam considerados.» *Francisco Carreiro da Costa*. «Recolha, coordenação e divulgação das tradições açorianas». «Insulana». Páginas 213 e 214. Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada. Vol. XII. 2º semestre. 1956.

VIII — *Cantigas à Ilha Terceira, à cidade, à Praia, e aos montes:*

Lá vai a Ilha Terceira  
Por riba dos mares afoitos,  
Carregadinha de amores,  
De mistérios e biscoitos!

Esta nossa Ilha Terceira  
Sempre foi alto lugar!  
Em amores, bodos e toiros  
Fica bem a desbancar.

A Ilha Terceira é fêmea,  
São Miguel saiu varão,  
A Graciosa rapariga  
E São Jorge tubarão...

Olha os Ilhéus a São Bento,  
Olha São Jorge à Feiticeira!  
Olha o meu amor comigo  
Numa cisma verdadeira!

A nossa Ilha Terceira  
Em dois pontos fica atrás!  
De Deus do céu e de ti.  
Que tanta graça lhe dás!



A graciosa lá longe  
Quando te viu na Sarreta  
Teve tanta invejidade  
Que de rôxa ficou preta!

Ó Angra, nobre cidade,  
Que tens baraço e cutelo!  
Vê-se a croinha do Pico  
Das mulheres do Castelo.

Não subo ao Monte Brasil,  
Não sou facheiro nem facho:  
Tenho o navio no peito,  
Quando o quero sempre o acho.

É leal cidade de Angra,  
Memória do meu amor,  
Pisão de Minha alegria,  
Castelo da minha dor!

Angra, maior al cidade,  
Destêrro do Gungunhana,  
Onde vou às cavalladas  
No meu cavalo da cana.

Ó Angra fidalguia  
E da procissão do Triunfo!  
Em amores puxei-lhe espadas,  
Ganhou-me a dama do trunfo.

Eu fui aos toiros de praça  
No dia de S. João:  
O meu bem era a capinha,  
Atirei-lhe o coração!

Não há terra como a Praia,  
Nem brasão como o seu,  
Não há gente como aquela,  
Não há amor como o meu!

O meu bem não é da Praia,  
Porque a sorte não no quis,  
Mas como eu nasci na areia  
Lá o plantei de raiz.

Ó Praia, muro da fama,  
Vila de tanto autorizo,  
Só te faltava aquele anjo  
Para seres o paraíso!

«Festa Redonda. Décimas & Cantigas de Terreiro. Oferecidas ao Povo da Ilha Terceira por *Vitorino Nemésio*. Natural da dita Ilha.» Págs. 17 a 20 . Livraria Bertrand. Lisboa. 1950.

IX — *Impressões de viajantes ingleses*. — «Não abundam os jogos nos Açores. As crianças jogam ao pião e os homens as cartas. Mas o jogo de ar livre preferido é o da emboca, que me consta estar ainda em voga nalguns pontos do norte da Inglaterra.

É minuciosamente descrito por Strutt no seu livro «*British Sports-and Pastimes*», e assemelha-se ao jogo praticado em todas estas ilhas, não tendo, porém, além do anel, o arco de ferro e sendo mais curto o cabo da pá. Não sei se as regras mencionadas no livro citado correspondem rigorosamente ao jogo usado em S. Miguel. A descrição, porém, é extremamente exata. É jogado por homens e rapazes.

Um outro jogo aqui muito vulgar se observa em qualquer rua ou bêco, como o anterior. Duas estacas ou varas de madeira, ou pedaços de pedra, são colocados em duas extremidades, a doze passos de distância. O objetivo dos jogadores é deitar por terra estas estacas ou bilros, para o que cada um deles atira a sua pedra, mudando de uma extremidade para a outra depois de cada arremesso, como no jogo da malha ou chinquilho.»

«Dirigimos depois os nossos passos até o mercado do peixe, que, em todas as ilhas, é, em geral, lugar ruidoso e divertido, especialmente às sextas-feiras. Os pescadores haviam arrastado o barco para terra, por meio de cepos e de rolos. Dois deles meteram-se dentro para despachar os freguêses, aglomerados em grande número em volta da embarcação, para cujo fundo olhavam ansiosamente regateando mais ou menos o preço do peixe, segundo os recursos de que dispunham. Via-se ali o padre corpulento, de chapéu de três bicos e guarda-chuva verde, apontando, por sobre as cabeças dos circunstantes, para um peixe que lhe agradava; lojistas de vistosos casacos de linho, que, tendo adquirido peixe, o mandavam pôr em casa por algum garoto; operários, de camisas enxovalhadas e caras sujas, levando o peixe na mão; pobres mulheres que por falta de dinheiro só compravam um bocadinho de congro e outras, ainda mais pobres, com saias rôtas, vagueando por entre a multidão à espera dos restos que por ali ficassem; crianças, a quem o rapaz do barco oferecera uma barbatana ou um rabo e se divertiam arrastando-os na areia; porcos grunhindo por entre as pernas dos compradores e

devorando os sobejos; barcos molhados e vazios, cobertos das escamas brilhantes do peixe vendido e grupos de pescadores, fatigados, conversando ou dormindo na areia.

A compra do peixe, embora pareça muitas vezes uma batalha, é, de fato, negócio que se faz com boa disposição; as ações e as palavras que nêle se empregam valem, que valem; nunca acabam em pancada, e, aumentando a animação do mercado, não afetam sensivelmente o preço nem a disposição natural dos vendedores. O mestre da companhia, que acaba de ter ruidosa discussão com a velha que está à direita, sôbre uma enguia de ventre prateado, brandindo a faca, para ilustrar os próprios argumentos, por sôbre a cabeça, volta-se para o novo freguês da esquerda, fala-lhe com rosto sereno e logo a seguir é capaz de oferecer uns restos a alguma velhota ao lado, que êle sabe não ter dinheiro para lhe comprar a mercadoria.

Pessoa que há muitos anos reside em uma das ilhas e cujas ocupações a fizeram lidar muito com a gente pobre, disse-nos que esta espécie de generosidade, que leva alguns a dar a outros aquilo de que também muito necessitam, é aqui tão vulgar entre os pobres como o é, felizmente, por igual, entre os pobres do nosso país.» «Um inverno nos Açores e um verão no Vale das Furnas». Páginas 289 e seguintes. *Joseph e Henry Bullar*. Tradução do inglês por João Hickling Anglin. Edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada. Ilha de S. Miguel. Açores. — 1949.

X — *O Arquipélago dos Açores e a Etnografia Portuguesa*. — «Jaz entre latitudes (pontos extremos: N. S.) 39° 43' N 36° 55' N., e longitudes máximas (Leste — Oeste) de 24° 41' W. G. e 31° 17' W. G. (1) e tem de superficie 2.565,72 quilômetros quadrados. (2)

As ilhas que compõem, ocupam no Oceano uma faixa cuja extensão se calcula em 120 léguas no maior comprimento, e 17 na maior largura. (3)

Tratar de cada Ilha, especificamente, levar-nos-ia mais longe do que se torna necessário ao nosso intento: encerrar-se-á pois o Arquipélago no conjunto, e de modo breve.

O chão dos Açores apresenta-se muito desigual, ou por serem de si mais ou menos montanhosas tôdas as ilhas, ou por encerrarem montanhas, a par de planuras. Na linguagem corrente, ouvi por lá várias vezes rebentão ou arrebetão, como sinônimo (ladeira) (4), e até se emprega, a cada passo a expressão pico para designar eminência de cume cônico, e já vimos que uma das ilhas se denomina assim, por excelência: na parte ocidental do Pico levanta-se de fato um monte de cêrca de 2.340 metros de altitude (5) e encontramos na toponímia açorense repetidamente igual



a designação: Pico dos Alhos, Negro, Vermelho, na Graciosa: Pico das Pedras, em S. Miguel. O mesmo observamos buscando sinônimos de Pico, por exemplo, Morro, e nomes que revelam outras formas da superfície do solo, por exemplo.

Achada, Vale. Com isto tudo concordam muitas designações de lugares formados de Lomba. — Vale a pena notar que, pela inconsciência da linguagem, pico veio a significar em tempos modernos qualquer monte, e que há na Terceira um Pico redondo (como me diz o Sr. Tenente-Coronel José Agostinho) !

As ilhas estão na maioria bordadas de rochedos (às vezes escarpados), e em geral recortadas; anfractuosidades dão nascimento a diversos tipos geográficos-morfológicos, que se manifestam análogamente na toponímia, pois não faltam nomes como: Angra, Cabo, Calheta, Ponta (dezenas de vezes), Pôrto, Praia — para deixar de lado expressões metafóricas, Rabo de Peixe, e outras (6) na figura temos um trecho da Costa do Norte, na Ilha de São Miguel. Os Portos gozam de pouca fama, ainda que merece assinalar-se o de Ponta Delgada, onde há uma doca, e o da Praia da Vitória, e bem assim a ampla e alegre baía da Horta. Fazem cortejo a muitas das Ilhas por proximidade ou vizinhança, grande número de ilhéus, dignos de menção apenas pelos seus nomes, v. g. ilhéu dos Capelinhos, das Cobras, dos Casteletes, dos Frades, dos Homiziados, dos Mosteiros, do Rosto de Cão. Mais um topônimo relacionado com oceano: Restinga («banco de areia»), aplicado a uma povoação da Graciosa.

Semelhavelmente ao que acontece na Madeira, os cursos de água que banham as ilhas dos Açores — e não pequeno número — recebem as designações de ribeiras: cf. na nomenclatura das povoações Ribeira Grande, Chã das Tainhas, e outrossim Quatro Ribeiras, Cinco, Doze; não se usa rio, nem ribeiro, mas possui o dialeto açorense uma notável palavra, grota, que significa torrente formada por águas pluviais, sem permanência, e muito enxurrada, secando no verão (plus minus o barranco do, Alentejo). A mesma palavra se usa, com derivado grotilhão, para designar um vale fundo. No grotilhão chegam a construir-se casas, e as vertentes cultivam-se. Exubera o território em água potável e em águas minerais, e abrem-se nêles aqui e além, curiosas lagoas, que constituem não dos menores encantos que o Arquipélago oferece aos excursionistas, por exemplo, a Caldeira das Sete Cidades, do Fogo, das Furnas e a do Congro, na Ilha de São Miguel, e a da Lagoa Rosa, nas Flôres. Dêste modo se explicam topônimos como Caldeira Lagoa, Lagoas.

Tem o solo do Arquipélago origem ígnea tal como o madeirense; deve contudo advertir-se que entre rochas basálticas se vêem na Ilha de Santa Maria espessas assentadas de calcáreo mio-

cênico, em que se encontram cochas semelhantes as da mesma época existente na Madeira e na Europa. (7) Produto do seu próprio vulcanismo privativo, não se estranhará que vulcões treitassem o Arquipélago no volver dos séculos, o que consta da História (8), e ainda agora nos impressiona alguma contínua atividade eruptiva que se manifesta em duas ilhas: no Pico (montanha), e em S. Miguel (Vale das Furnas). As caldeiras de que se falou, e outras, não passam de crateras de vulcões extintos. (9) O povo designa por mistério as torrentes de lava (10) e por biscoitos, pedaços de basaltos, crespos e toscos, que alastram os campos, ocupando solo e sub-solo, porém, deixando de permeio espaços de terra onde se criam...

Árvores, e sobretudo vinhas. (11) A expressão biscoitos aparece na toponímia de várias ilhas.

Com os estragos motivados por vulcões correm parelhas, de algum modo, os que se devem a terremotos, do século XVI em diante (12) até o último, em 1926, que arrasou boa parte da cidade da Horta, e levou a sua ação maléfica a algumas freguesias rurais, por exemplo, à dos flamengos, nas «Nas Ilhas das Flores e na do Corvo não houve erupções vulcânicas nos tempos históricos, antigos, mas houve-as recentes, como atesta o exame do terreno. Na Graciosa e em Santa Maria dá-se o mesmo. Abalos de terra são freqüentes, também, nestas quatro ilhas, tem-nos havido no entanto.» (13)

A média da temperatura anual, indicada no Anuário estatístico de 1931, é a seguinte:

	Temperatura máxima e mínima	Média das médias
Em Angra (Terceira) .....	29,9 e 6	18,45
Na Horta (Faial) .....	39,6 e 6,8	18,75
Em Santa Cruz das Flores .....	29,5 e 8	18,75
Em Ponta Delgada (S. Miguel) ..	26,5 e 8	17,25 (14)

«O regime dos ventos é o mesmo em todo o Arquipélago: são essencialmente variáveis, predominando com tudo os de SO. e NE. pelo Norte.» (15)

«Raro é nos Açores o dia em que chove sem cessar: de ordinário a chuva cai apenas durante algumas horas, minutos ou segundos, cobrindo-se e descobrindo-se o céu nos intervalos. Mais freqüentes do que a chuva são os nevoeiros; todavia, também pouco duradouros, aparecendo principalmente nos pontos mais elevados das ilhas.» (16)

Completemos as anteriores notícias com palavras de Soares de Albergaria: a Natureza prodigaliza a esta terra os mais preciosos benefícios: ar puro; saudável e doce; mar que tempera o ardor dos raios solares; não ativo frio, nem neve, exceto no Pico e em uma outra rara montanha, derretendo-se, porém, assim que o sol surge no horizonte. Não há aí pântanos nem minerais pestíferos; e nada mais belo que a Primavera dos Açores! (17)

Nos Açores como na Madeira (18) houve em tempos antigos muitas e densas Matas, que desapareceram, vendo-se hoje, conforme observa Paula Nogueira, ilhas quase desarborizadas, por exemplo Santa Maria e Terceira. (19) Em 1869 ia ainda mais longe Garcia Ramos, que se refere a falta de árvores quase geral no Arquipélago. (20) Tende-se presentemente «para reconstituir os maciços florestais, por se reconhecer o benefício que elas trazem à agricultura, ao regime das águas e ao clima», (21) não obstante a persistência de extensos baldios, por exemplo, na mencionada Ilha Terceira, onde a terça parte dela está por aproveitar. (22)

A flora açorense compõe-se de espécies caracteristicamente suas, de espécie comum à flora mediterrânea, e de outras que foram importadas, e se desenvolvem de modo admirável. (23) Segundo o botânico Watson, o número das espécies vegetais indígenas anda por 478, entre as quais se contam 40 exclusivamente açóricas. (24) Temos diante de nós plantas que formam dilatados pascigos, como na Terceira, no Pico e em S. Jorge; plantas de frutas deliciosas por exemplo, o ananás, a banana, o araçá, o dióspiro, a goiabeira, o jambeiro, a nona; planta de notável exploração industrial, a saber o chá, a espadana, o inhame, o tabaco — outrora gozavam de certa importância no mesmo sentido a urzela e o pastel; (25) por curiosidade cultiva alguém igualmente o café. A laranjeira, cultivada nos Açores desde o século XVI (26) constituiu bons réditos; agora vai decaindo, por causas patológicas. (27)

Também a Ilha de S. Miguel produziu cana de açúcar; documentos do século XVI falam de engenhos de moer. (28)

E que direi dos jardins dos Açores, sobretudo dos de São Miguel, onde o viajante se sente extasiado ao contemplar a magnificência de incomparável vegetação? (29)

Soares de Albergaria sintetiza o valor da flora açorense, afirmando que ela contém toda classe de vegetais da Europa, e a maior parte dos da América, que servem de sustento ao homem, (30) A moeda açórica. (31)

A toponímia concorda, em parte, com os ensinamentos dos botânicos e dos geógrafos; Agrião, Cedros, Faial, Fenal, Fetei-



ra, Figueira, Funchal (na Graciosa), Ginjal, Gramas, Limeira, Linhares, Lourais, Relvas Rosais, Sanguinhal, Vimes, nome com paralelos no Continente.

Da fauna dir-se-á, como das flores se disse, que se criam nos Açores tôdas as espécies de animais domésticos da Europa, e algumas da América. (32)

Em geral os animais são corpulentos, e os trabalhos mais fortes; desconhecem-se totalmente animais venenosos, e os nocivos são raros. (33)

Em época anterior a Frutuoso viviam em São Miguel asnos bravos, principalmente nas concavidades das Sete-Cidades, onde se havia colhido do lugar de desembarque; «com as unhas muito crescidas, tão ferozes, que se enviavam à gente como bravos touros e mais dificultosos eram de tomar que êles.» (34) Eram pois, animais domésticos, que haviam revertido ao estado bravo. (35) Por causa da cultura do milho, da beterraba, da batata dôce etc., que facultam aos raros farta alimentação, desenvolve-se êstes roedores extraordinariamente nos locais onde as referidas culturas se fazem, e constituem por vêzes nos Açores flagelos verdadeiros. (36)

Entre as aves, em que se contam para cima de 40 espécies, (37) há as que pertencem como próprias ao Arquipélago, por exemplo, uma sub-espécie de pombo trocáz, ontra de môcho ou coruja, outra de melro, e o priolo. (38)

Medalha açórica. (39)

Quando estive no Arquipélago, falaram-me de aves denominadas Garajal e paçarocas, acêrca das quais me disse depois o Sr. José Agostinho o seguinte: «o Garajal é ave de arribação, comum em tôdas as ilhas dos Açores desde abril até novembro. Nas Flôres chamam as gaivotas paçarocas; no Faial e Pico chamam-lhes ganhoas e no resto das ilhas, garças.»

De alguma das garças dos Açores veio o nome para freguesia de Ponta da Garça, em S. Miguel. Ave de rapina tida como Açor: figs. 38, 39.

Nos peixes aparecem vários, expressos por palavras desconhecidas nas costas do Continente, por exemplo, folião, bôca negra, castanheta, enxareu, veja, sapo-do-mar. (40)

A palavra craca, designativa de um molusco muito saboreado no Arquipélago, é de igual modo desconhecida no Continente. (41) O povo chama baleia a um cetáceo que habita o mar dos Açores e tem o nome corrente de cachalote ou espermacete, e em cuja captura o pescador açorense emprega perspicácia, engenho e destreza, que é procurado pelas baleeiras americanas

para trabalhar nelas; (42) a verdadeira baleia ou Balaena Biscayensis, que habita ao lado do anterior animal, vai a desaparecer. (43)

---

1 — Anuár. estatist., p. 3.

2 — Ib. ibidem.

3 — Paulo Nogueira, in Notas sôbre Portugal, 1, 401.

4 — O cronista das Ilhas Adjacentes G. Frutuoso, usa a palavra na descrição dos Açores: Saudades, Liv. IV, vol. 1, pt. 1, 92, por exemplo (arrebentão), e parece também na toponímia (Rebentão, em Santa Maria e na Graciosa). Segundo me informa o Sr. Tenente-Coronel José Agostinho, Diretor dos Serviços Meteorológicos do Arquipélago, é muito conhecedor de tôda a geografia física do mesmo, a palavra rebentão usa-se mais na Madeira que nos Açores.

5 — Informação do Sr. Tenente Coronel José Agostinho, já citado. A. G. Ramos. Assim se melhora o que vem. Notícia do Arquipélago dos Açores, Angra, 1860, p. 59.

6 — Cf. Opusc., III, 466.

7 — Paulo Nogueira, in Notas sôbre Portugal, 1, 403; Fortunato, Portug. e colon., p. 126. E cf. já o AA, XI, 269, e a Corogr. açórica, p. 74.

8 — Cf. AA, vol. 1. sgs. (índices, «Vulcanismo nos Açores»).

9 — P. Nogueira in Nota sôbre Portugal, 1, 414-417, que se refere particularmente à das Sete-Cidades e às do Vale das Furnas. Escreve o mesmo distinto professor: «nos Açores, como na Madeira, e Canárias, dão o nome de caldeiras às crateras largas, com a forma de bacia», *ibid.*, pág. 435, nº 2.

Acrescentarei : também se diz caldeirão, o que depende do uso local; por exemplo, no Corvo é Caldeirão.

10 — Corogr. açórica, pág. 13.

11 — Vid. AA, XI, 271-272, e P. Nogueira, in Notas (já cit., pág. 406. Gaspar Frutuoso menciona biscoitos nas Saudades, cap. 1, ap. AA, 1, 541, capítulo ainda não publicado, na íntegra), e biscoutal, no cap. 4, pág. 43 do volume impresso e já citado supra. O Sr. Tenente-Coronel José Agostinho, ao ler estas provas, fêz o favor de acrescentar «mistério é camada de lava, onde a vegetação ainda mal entrou; biscoito é, por assim dizer, mistério em via de se transformar em terreno cultivável; nêle se dão as nogueiras, e a vinha.»

12 — Moreira, Hist. univ. dos terremotos, Lisboa 1758, pp. 51, 58, 59, 68, 78, 107, etc. — Acêrca de um Pico, do século

XVII, vid. o Catálogo da livraria de M. dos Santos, nº 6, de 1921 pág. 710, com extratos.

13 — Comunicação obsequiosa do Sr. Tenente-Coronel José Agostinho. Isto retifica o que se lê na Corogr. açórica. (Soares de Albergaria) Lisboa 1822. pág. 123.

14 — Vid. p. 5. (Etnografia, etc.).

15 — Comunicação do Sr. Tenente Coronel José Agostinho, a qual modifica o que diz P. Nogueira, in Notas, 1.407.

16 — P. Nogueira, *ibid.* pág. 408.

17 — Corografia açórica, pp. 10-11.

18 — Supra pág. 200.

19 — P. Nogueira, *in* notas, 1, 421.

20 — Notícia, pág. 44.

21 — P. Nogueira, *in* nota, 1, 421.

22 — O Sec. nº 17:964 de 1932.

23 — Fortunato. Portug. e as colon. pág. 129. Cf. P. Nogueira, *in* Notas, 1, 408, onde se reporta ao botânico inglês Watson.

24 — Ap. Paula Nogueira, in Notas, 1, 408, Cf. o que em 1869 dizia G. Ramos. Notícia do Arquip., pág. 83.

25 — Vid. Silveira Avelar, Ilha de S. Jorge, Angra 1902, pág. 138, onde cita Valentim Fernandes (sec. XVI). Do pastel e do engenho de moer pastel se lembra G. Frutuoso, Saudades, IV, 1, 256, e 11, 54 sgs.

26 — AA. III. 355.

27 — Fortunato, Portug. e as colon., pp. 130-131.

28 — AA, XI, 305.

29 — P. Nogueira, in Notas, 1, 410.

30 — Corografia, p. 18.

31 — Anverso de um cruzado (de prata) do rei D. Antonio, cunhado em Angra, e onde de cada lado do brasão real se vê uma ave rapina tida como açor, por alusão ao nome do Arquipélago (emblema falante). Quanto a esta ave, cf. Mês do sonho, página 18. A descrição completa da moeda vem em Teixeira de Aragão, Moeda de Portugal, 1. pág. 301, e est. XXII. O exemplar que serviu para gravura existe no Museu Numismático Português.

32 — Corografia açórica, pág. 19.

33 — *Ib.* *Ibidem.*

34 — Frutuoso, Saudades, IV, 11, 31.

35 — Keler lembra exemplos, na maior parte das espécies, que regressam a êsse estado : cães, gatos, porcos, cavalos, etc. Vid. *Unsere Haustiere*, pp. 16-18.

36 — *Correio dos Açores*, 24-V-1929.

37 — Silva Sampaio, *Ilha Terceira*, pp. 122-128.

38 — F. A. Chaves, in *Os Açores*, nº 7, págs. 8, 9, donde se faz uma separata com o título de *O Priôlo a ave mais interessante da Ilha de S. Miguel*, 1923.

39 — Reverso de uma medalha de bronze, cunhada por ocasião de uma visita dos reis de Portugal às Ilhas Adjacentes em 1901; nêle aparece uma ave da mesma espécie, e pela mesma razão, que se vê na figura 38; as nove estrêlas representam as nove ilhas Açóricas. No anverso vêem os bustos dos soberanos conjugados e voltados para sua direita. Como legenda tem em volta dos bustos: D. Carlos I e D. Amalia rainha, e na orla: *Visita Régia às Ilhas Adjacentes*. O exemplar que serviu para gravura pertence ao A. da presente obra, a quem ofereceu o seu amigo, o Sr. Dr. Aristides Moreira da Mota, venerado advogado e professor (ora aposentado) do Liceu de Ponta Delgada.

40 — Silva Sampaio. «Terceira» pág. 122. «Os Açores» (revista), nº 3, pág. 20 ; Garcia Ramos, «Notícia do Arquipél. . . », pág. 124.

41 — «Mês do Sonho», pág. 42.

42 — Assim se diz no projeto de lei nº III — II, apresentado ao parlamento em 1920.

43 — Silva Sampaio. «Terceira», pág. 122.

Cita ainda os seguintes:

a) Perestrelo — *Dicionário Geográfico — Verbete Açores*. 1850.

b) Alberto Teles — *Corografia Geral dos Açores*. 1889.

c) Fouqué & Melo Cabral — «*Les eaux thermales de l'île de San Miguel*». 1873.

d) Folheto — anúncio — «*Agua da Serra do Trigo*». S/D.

e) Fernando Correia — «*Guia Prático das águas medicinais portuguesas*», 1922.

f) Armando Narciso — «*As Aguas medicinais portuguesas*». S/D.

g) U. de Mendonça Dias. — «*História dos Açores*». 1924.



h) Armelim Junior — «Os Açores» (Boletim da S. G. L.) — 1922.

«*Etnografia Portuguesa*» — J. Leite de Vasconcelos.

Vol. II, págs. 205 a 214. Imprensa Nacional de Lisboa. 1936.

XI — *O mar foi a alma da nação* — «A fôrça atrativa do Atlântico, êsse grande mar povoado de tempestades e de mistérios, foi a alma da nação e foi com êle que se escreveu a História de Portugal. Como disse um professor alemão, a literatura portuguesa medieval já está cheia de motivos marítimos que se podiam procurar em vão em qualquer outra literatura latina. De fato, antes de se empreenderem as grandes viagem oceânicas, já o motivo marítimo impressionava a sensibilidade portuguesa. Porém, só mais tarde, depois de se ter levado a cabo a grande tarefa que a História Universal nos tinha destinado, é que a arte portuguesa atingiu o seu máximo como glorificação das emprêsas marítimas. Os quatro pilares do gênio criador português: Os Lusíadas, Os Jerônimos, O Tríptico de Nuno Gonçalves e os Tentos de Manuel Coelho são quatro formas de expressão, verdadeiramente superiores e originais dum povo que durante mais de um século esquadrinhou todos os mares e se extasiou perante as naturezas mais variadas e exóticas.

Se a situação geográfica contribuiu indiscutivelmente para o caráter expansivo da cultura portuguesa, ela só não basta para explicar tudo. Além dela, temos de considerar a feição psíquica portuguesa e a maneira como esta atuou perante as circunstâncias.

A personalidade psico-social do povo português é complexa e envolve antinomias profundas, que se podem talvez explicar pelas diferentes tendências das populações que formam o país. Da mesma maneira que Portugal representa o ponto de encontro natural das linhas de navegação entre a Europa, a África e a América, a sua população é constituída pela fusão de elementos étnicos do Norte e do Sul. Apesar de relativa homogeneidade da população atual, no norte do país abundam elementos da Europa setentrional e Central (celtas e germanos), enquanto que no sul predominam os elementos do sul da Europa e do Norte da África (mediterrâneos e berberes).

Situado no extremo sudoeste da Europa, a poucos passos da África, o país estava destinado a ser ponto de passagem e de encontro das mais variadas raças, umas vindas dos confins do Mediterrâneo, como os fenícios que lhe demandaram os portos, outras do extremo Setentrião, como os normandos, que lhe invadiram as costas. Mas as influências dêstes foram superficiais e só se fizeram sentir no litoral. Foram mais importantes as invasões celtas, sobretudo a partir do século VI a. C. Êstes povos, senho-

res da técnica do ferro e da superioridade militar e econômica que daquela derivam, acabaram por se fundir com a raça autóctone. Os lusitanos que resultaram desta fusão eram um povo rude, sóbrio, espantosamente resistente e aguerrido. Era tal o amor da independência que os romanos, quando quizeram conquistar a Península Ibérica, viram fracassar uma atrás das outras as tentativas para os dominar. Só ao fim de mais de um século, com a vinda de Augusto à Península, foi possível a subjugação dêste povo, considerado um dos mais indômitos daquele tempo. Viriato ficou na história como um dos grandes heróis lusitanos e as suas campanhas chegaram a atingir o Norte da África com a expedição de Kaukeno. Mas o império romano acabou por terminar inteiramente e, durante séculos, reinou a paz romana. Quando os povos germânicos, aproveitando-se da fraqueza do velho império, começou a invadi-lo em bandos sucessivos, modifica-se novamente a estrutura étnica e cultural das populações que correspondem ao Portugal atual.

Logo nos começos do século V os suevos distribuem terras entre si e fixam-se na atual província de Entre-Douro-e-Minho. Estes povos, saídos, poucos anos antes, do coração da Baviera, trouxeram com as mulheres e os filhos os usos e costumes e as técnicas agrárias do seu país. A pouco e pouco fundem-se também com as populações anteriores, formando um reino que tinha Braga por capital. O reino suevo não pôde resistir às investidas dos Visigodos, seus irmãos de sangue, mas mais prático nas artes da guerra e da política. Os visigodos acabam por se assenhorar de toda a Península durante o século VI, formando um grande reino cristão. Porém, logo nos princípios do século VIII, os árabes, movidos por um grande impulso religioso, lançam-se na Península e conquistam-na com rapidez vertiginosa. Porém, à medida que ganham em extensão, vão perdendo em ímpeto e, ao fim de alguns anos, o núcleo de resistência cristã, formado nas Astúrias, começa a repelir o inimigo. Vão-se assim formando novos reinos cristãos entre os quais Portugal.

Portugal nasce desta luta contra os mouros. É uma guerra política e religiosa. Enquanto que se reconquista o solo da Pátria expulsa-se o inimigo da fé. Atrás do conquistador vai logo o lavrador e constrói-se o templo. A espada que luta precisa de se apoiar no pão dos campos e na fé em Deus. Em 1249 acaba a luta porque não havia mais terra a conquistar, tinha-se chegado ao extremo sul da faixa portuguesa.

Nesta ocasião já se tinha repovoado grande parte dos territórios e, além de muitas capelas romanas, já se erguiam as Sés de Braga, Pôrto, Coimbra, Lisboa e Évora. Era chegado o momento de ir mais além. Não no espaço, que o não havia, mais na organização interna do país. Os reis que se seguem cuidam

das letras, da justiça e promovem medidas de fomento agrícola e de alcance marítimo. Em 1290 fundam-se Estudos Gerais, o embrião da Universidade Portuguesa. Nos fins do século XIII Portugal já exportava cereais. Parecia que tinha terminado as lutas e inquietações e que ia começar a vida próspera, pacífica e apagada dum pequeno povo à beira-mar. Mas não; os vizinhos espanhóis começavam a cobiçar Portugal. Surgem novamente lutas e incertezas, que terminam pela vitória decisiva dos Portugueses em 1385, no campo de Aljubarrota. Esta afirmação da força nacional parece ter despertado novas energias e surge a idéia de ir contra o antigo inimigo de tantos séculos. Portugal já possuía então embarcações que lhe permitiam uma expedição militar ao norte da África e, em 1415, os portugueses conquistam Ceuta aos mouros. Era o começo da fase da expansão marítima. Em 1418-1419 descobre-se a ilha da Madeira, a seguir os Açores, depois vai-se explorando a costa africana com o propósito de chegar à Índia pelo mar, ao mesmo tempo que se mandam exploradores por terra. Desde então, até os nossos dias, toda cultura portuguesa está impregnada de influências marítimas e coloniais.»

*Jorge Dias.* — «Os elementos fundamentais da cultura portuguesa.» «Atas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros.» Págs. 54 e 55. The Library of Congress e Vanderbilt University. Washington, 1950. Impresso em Nashville, U.S.A. 1953.

*XII — Evolução sociológica.* — «O ameno clima valeu-lhe a antonomásia de «Suiça Açoreana.» Deveram-lhe o nascimento: José Terra, beletrista consagrado, na terça linguagem de seus contos e Frei Diogo das Chagas fervoroso adepto da restauração bragantina portuguesa e autor do manuscrito «Espelho Cristalino», coletânea de informes açoreanos...

De como ao dever obedecem os florenses, prova-o Garcia Fialho, em noite de julho de 1832. Os liberais, as ordens de D. Pedro IV, enfrentavam os absolutistas do príncipe D. Miguel, seu irmão. Na ilha encontrava-se o rei. Como sentinela de ilha perigosa estava aquêle soldado, que recebeu ordem superior de não consentir na passagem, fôsse de quem fôsse. Na escuridão, impreciso, delineia-se um vulto, que se aproxima e logo trava diálogo:

- Faça alto !
- Preciso passar !
- Faça alto, repito, ou vai a bala !
- Sou o rei !
- Não transporá a linha !
- É o que dizes, mas eu passarei !

Entrementes, a espada do recalcitrante fulge na sombra e corisca sinal ameaçador à sentinela, que lhe tentava embargar o avanço. Só então, ela reconhece o teimoso... era em verdade, o rei D. Pedro IV!

Não se intimidou, porém, Garcia Fialho, que aos pés do soberano depõe a carabina, cruza os braços e desafia-o:

Passe, Majestade, se quiser, mas sôbre a coroa gravada nesta arma ou sôbre o meu corpo.

Serás castigado, ousado! Como te chamas, qual o teu número e a que unidade pertences?

Chamo-me Garcia Fialho, número 36, da 5ª Companhia!

Ao romper da manhã, estendida a tropa, ordena o comandante!

Um passo à frente o 36 da 5ª Companhia!

O soldado obedece-lhe.

Ontem o rei afrontaste; mas cumpriste, corajosamente, o teu dever. Louvando a tua fidelidade, mandou-me Sua Majestade elogiar-te. Saúdo-te com a minha continência de militar e o meu apêto de mão de homem!

O Faial, já no grupo do centro, se lhe segue no manto da lavoura carealífera, que anima Horta, a «Muito Leal», construída no anfiteatro da enseada homônima, distinguida com brasão de armas, trazendo, não obstante, as cicatrizes do fatídico terremoto em 1926. O faialense adquiriu renome de marinheiro audaz. Entre os que nasceram e ilustraram Faial, contam-se: João Gauderes Gamboa que, em 1507, proveniente da Índia, comandando frota que transportava ouro e prata, iludia com hábil estratagemas, 140 velas do Conde de Essex, apresentadas em águas açoreanas para o saque; Diogo Pereira de Lacerda, que, a caminho da Bahia, em feroz e desigual pugna com navio holandês, ateou fogo no paiol da embarcação *Rosário*, preferindo a morte à derrota; o Embaixador Antonio José de Ávila, filho de pobres agricultores diplomado em Filosofia, na Universidade de Coimbra; o Arcebispo Dom Antonio Teveira Brum da Silveira, Primaz do Oriente «vivendo mais pobre do que os pobres a quem socorria»; Manuel Brum da Silveira, jurisconsulto e parlamentar que escreveu a Memória Geográfica, Estatística, Política e Histórica sôbre as ilhas do Faial e do Pico; José de Arriga, autor da História da Revolução de 1820, e seu irmão, Manuel de Arriga, consagrado tribuno e 1º Presidente da República Portuguesa e que nos legou a obra «Memórias Sociais». De outro egrégio faialense permiti-lhe eu cite o nome: Dom Frei Alexandre da Sagrada Família, a quem os munus episcopal angrense não abafou a consciência patriótica, quando Portugal sofreu as botifarras dos soldados de



Junot, que lhe enviou ofício, ordenando-lhe viajasse para França, onde o aguardava Napoleão. Devendo-lhe o prelado o documento, advertindo-o de só reconhecer a autoridade real do Príncipe Regente Dom João, e dos anos restantes de vida não se negar, prazenteiro, em oferecê-los à Pátria.»

«Dignos picoenses, compraz-me citá-los: Manuel de Azevedo Gomes, jovem oficial de corveta *Estefania* que exigiu e obteve respeito à soberania das águas portuguesas, nas adjacências da Angra do Heroísmo, não permitindo ao comandante da canhoeira *Alabama*, levasse a cabo o propósito de bombardear a Kearsage, ambas norte-americanas, em lados opostos, na sangrenta Guerra da Secessão. Juntam-se àquele brioso militar os nomes do comandante *Antonio Lourenço da Silva Macedo*, a quem se deve a história das Quatro Ilhas; do Dr. João Emerson Ferreira, helenista, professor de linguas, nos Estados Unidos; de D. Amália Ernestina de Avelar, poetisa, de inteligência luminosa e curta vida.

Neste ponto relembro o nome de Inacio Peixoto que emigrou, em 1880, da freguesia de S. Mateus, ilha do Pico apenas com 21 anos, para fixar-se no antigo Arraial de Meia Pataca, hoje convertido na florescente localidade mineira de Cataguases. Preocupações e sonhos, sacrifícios e recompensas marcaram-lhe os anos. Do trabalho adveio-lhe a fortuna e do matrimônio, a numerosa e conceituada prole que lhes segue os exemplos do labor continuo e as benemerências que êle deixou, através de empreendimentos de vulto, marcos de expansão cultural, industrial e econômica da referida cidade.

Pico se mostra fecundo viveiro em que medram operosos missionários e antistites, com assinalados serviços à religião e à pátria e que se chamam: Dom Paulino de Azevedo e Castro e Dom Jayme da Silva Goulart, Bispos de Macau e de Timor; Dom José da Costa Nunes, atual Vice-Carmelengo da Santa Sé e Presidente dos Congressos Eucarísticos Internacionais, nesta qualidade esperado no Rio, em julho do próximo ano de 1955, quando receberá as demonstrações de admiração, respeito e afeto dos que o conhecem e nêle bendizem o verdadeiro Homem de Deus, e Dom José Vieira Albernaz, Arcebispo Patriarca das Índias, com sede metropolitana em Goa — hoje, mais que nunca! português pela conquista, pelo respeito ao Direito Internacional, pela tradição organizativa, pelo domínio da fé cristã e da cultura, pelo imperativo das leis quanto se manifesta na autodeterminação de seus habitantes, mais de 650.000 almas, que reconhecem a sua nacionalidade portuguesa e a Portugal querem continuar a pertencer!...»

«S. Jorge, em seguida, assoma no ondulado terreno arborizado. Rodeiam-na falésias, que semelham gigantes fortalezas.

Invadida foi, no entanto, como nós fomos, em princípios do século XVIII, e assaltada por Duguay-Trouin, sob o reinado de Luiz XVI Le Roi Soleil por motivo de a côrte lusitana não apoiar o nome do Duque d'Anjou, ao trono da Espanha. São lembrados jorgenses: o bravo Capitão Roque de Figueiredo, combatente pugnaz contra os Espanhóis; Dom Frei Bartolomeu do Pilar, 1º Bispo do Pará; José Soares de Albergaria, defensor de Dona Maria II, participante que foi das lutas de Valongo, Ponte Ferreira e Almoester. Nesta batalha, gravemente ferido, continuou à frente de seus comandados, às balas exposto. Devo aqui nomear ainda a poetisa Mariana Belmira de Andrade, *Antonio Miguel da Silveira Moniz* que compôs os livros: *Contos Insulares e Terras Açoreanas* e o Comendador Júlio Alberto da Costa, Grande Benemérito da Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro.

Em meio de outras vizinhas do grupo central, destaca-se a *Terceira*, a *Ilha dos Amores*, a que alude Camões, detentora do primado histórico que enaltece os Açores e, com êle, Portugal! Festejam-na os coloridos múltiplos de rosas e gerâneos; afestoadas, em montes de seis metros, alteiam-se as hortências para saudá-las; cercam-na videiras, em cachos apendoadas; guardam-na doces melões, saborosas peras, maçãs, apreciados figos e laranjas...»

«A Mui Nobre e Leal e Sempre Constante Cidade de Angra do Heroísmo», ostenta o brasão de armas e a condecoração da antiga Ordem da Tôrre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, símbolos honoríficos de fatos memoráveis.

Metrópole de Portugal ela o foi, duas vêzes : de 1580 a 1582, em nome de Dom Antonio, Prior do Crato; após, de 1828 a 1832, sob a junta Provisória e a Regência do Duque de Bragança, ex-Imperador do Brasil, até o trono ascender à Rainha Dona Maria II, vítima do perjuro que ensaiou arrancar-lhe a coroa.»

«Salientam-se, ainda, o edificio dos Paços do Conselho, com as armas da cidade esculpidas no frontal, com valiosa decoração interna, custoso mobiliário e rica biblioteca; o Castelo de S. João Batista, no Monte Brasil, fortaleza mandada construir por Felipe II, com enxovias subterrâneas abertas na pedra nua. Aí recolhido esteve, quase três anos, o infeliz Dom Afonso IV, vigésimo terceiro monarca português, substituído por seu irmão D. Pedro II, que lhe arrebatou o cetro e a espôsa. Cumpre não esquecer o solar dos Côrtes Reais, onde residiu Dom Antonio Prior do Crato.

Na Vila da Praia da Vitória, núcleo inicial da colonização insular do flamengo Jácomo de Bruges, donatário da capitania, ergue-se o monumento à Liberdade. Próximo ao Castelo dos Moínhos, outro se levanta em honra de D. Pedro IV, parecendo abençoá-lo a Matriz de Santa Cruz, em puro estilo manuelino.

Mais recentemente foram inaugurados o Padrão Comemorativo ao V Centenário dos Açores, e o monumento de *Francisco Ferreira Drumond*, historiador dos «Anais da Ilha Terceira», em quatro volumes. É ele descendente, pelo ramo paterno, dos Machado Drumonds, da linhagem dos Stuarts da Escócia. Outros intelectuais rebuscaram-lhe o passado e celebraram os grandiosos feitos e os vultos beneméritos, como: o *Padre Antonio Cordeiro*, na História Insulana; o *Padre Luiz Maldonado*, nos manuscritos Fênix Açoreana, História das Ilhas dos Açores, Reclusão de Dom Afonso VI, no Castelo de Angra; *José Joaquim Pinheiro*, que deixou épocas Memoráveis, em 6 volumes e, há poucos anos falecido, *Gervásio Lima*, que escreveu as seguintes produções: Esbôço Histórico da Terceira, a Ilha dos Amores, A Pátria Açoreana, Breviário Açoreano, As Festas do Espírito Santo, Paulo da Gama, A Batalha da Salga, Capitão Francisco Ornelas e o Centenário dos Açores.

Acontecimentos de relevância na História de Portugal refletiram-se no arquipélago, particularmente na Terceira, como por exemplo, em 1580, a morte do Cardeal — Rei Dom Henrique. Pleiteou Dom Antonio Prior do Crato o reconhecimento dos seus legítimos direitos à sucessão, visto como, filho do Príncipe Dom Luiz, era ele sobrinho de D. João III e do prelado — soberano falecido, primo, assim, de D. Sebastião I. Aos seus designios contrapôs-se Felipe II da Espanha, por motivo de ser também filho da rainha portuguesa, tia de seu rival, já então aclamado rei em vários pontos do continente e das ilhas. A divergência suscitada, entre os dois pretendentes ao trono, ocasionou a invasão dos soldados espanhóis do Duque d'Alba. Com número muito inferior de homens, Dom Antonio é vencido, na batalha de Alcântara, próximo a Lisboa, e, durante quinze anos, vaga, escondido, na pátria da França e na Inglaterra, ora num casebre ou castelo, ora em convento ou palácio estranho, ora em espesso matagal até fome curtindo, havido por facinoroso, de honrarias privadas e confiscados os bens.

Uniram-se contra ele as armas e a força do subórno, embora o sentimento nacional animasse as camadas populares em seu favor. Morre por fim, desterrado em Paris, aos 26 de agosto de 1595, exatamente no 15º aniversário da batalha de Alcântara. Sob o estigma do infortúnio desde o nascimento — caluniado, atraído, perseguido — respeito merece, contudo, a memória de Dom Antonio, ínclito defensor da soberania pátria e dos brios portugueses.»

«Esmaltam-lhe o nome por suas qualidades e feitos, os mi-caelenses : *Gaspar Frutuoso*, «Heródoto Açoreano» autor da Saudade da Terra; *Dom Francisco de Souza Coutinho*, fino diplomata, sobrinho do fidalgo *Dom Manuel de Souza Coutinho*, que



o imprevisto da odisséia do seu matrimônio de amor cobriram com o nome de Frei de Souza, no Convento de Benfica, onde se imortaliza como escritor e mestre da língua...

Micaelenses bem conhecidos três apresenta a família Quental: O Pe. Bertolomeu, por suas acrisoladas virtudes, tornado venerável; o Dr. Felipe, catedrático da Universidade de Coimbra, que «espalhava o bem às cegas, pois a luz dos olhos, quase apagada, não deixava distinguir aquêles que o coração mandava unir ao mesmo altruísmo benfazejo», di-lo Franco da Rocha; e Antero, poeta máximo, cujos sonetos vivem traduzidos em 51 idiomas e dialetos e o qual, torturado pela dúvida e pelo ceticismo, fêz-se vítima de cruel desespêro... Seguem-nos Frei Manuel das Chagas; filho de opulento morgado, insigne humanista, pregador e teólogo; o Dr. *Ernesto do Canto*, erudito autor do «Arquivo dos Açores», em 12 volumes; *Arruda Furtado*, apaixonado naturalista, com nome nas rodas científicas norte-americanas e francesas; o Cônego *Sena Freitas*, professor e tribuno de firmado crédito, vigoroso escritor, «d'Artagnan de Batina» ao esgrimir a palavra, como florete. Destacam-se entre seus trabalhos: Por água e Terra, No Presbitério e no Templo. Os Exemplo Católicos, A Palavra do Semeador, Crítica à Crítica e Autópsia da Velhice do Padre Eterno. Contemporâneos de notoriedade lhes foram os patrícios: Hintz Ribeiro, notável estadista monárquico; Teófilo Braga, poeta literato, filósofo, historiador, crítico e polemista, ferrenho revolucionário, com forte atuação na propaganda republicana, tendo sido Chefe do Governo Provisório, deposto Dom Manuel II.

Na precoce revelação intelectual dos quinze anos, publicou *Teófilo Braga* o poema «Visão dos Tempos». De sua copiosa bibliografia importa salientar *Cantos Populares do Arquipélago Açoreano*. Desde menino não escondia sua altivez: a seu mestre João Hermeto do Amarante confiou a decisão de fazer-se doutor.

«Entre os ilustres nascidos em S. Miguel, não cometerei a injustiça de omitir o nome de *Joaquim Bensaude*, pesquisador consciencioso das crônicas regionais e do Prof. Manuel Augusto do Amaral, filigranista de quadras sôltas ou combinadas.»

«Retirando-as do esquecimento, impeliu-me o desejo de testemunhar-vos a fraternal admiração dos brasileiros, que vos devem ajuda na fundação de sua mais antiga cidade e primeira capital — Salvador, da Bahia — na pessoa de Francisco do Canto; que vos devem parte do alargamento de suas fronteiras, no bandeirismo de Antonio da Silveira, adjudicando-nos ao território 420 léguas; que vos devem a defesa dos legítimos direitos ao trono de sua patrícia, a Rainha Dona Maria II, nascida no Rio de Janeiro; que nos devem a prestimosa colonização, de modo

especial, no sul do país; que vos devem, por fim, a vossa constante solidariedade, a vossa identificação convosco e o vosso decidido esforço ao nosso crescimento demográfico e econômico.

Em os nomes aludidos, eu rendo a minha admiração aos que, de triunfos, esmaltaram as lutas a enflorar o vosso passado, cinco vezes secular!

Que Deus inspire e ajude os egrégios mandatários supremos de Portugal de hoje, para que possam assegurar-lhe a paz interna, o desejado progresso, a integridade de seu território e o ascendente prestígio internacional!

Em Dom Guilherme Augusto da Cunha Guimarães, Diocesano dos Açores; em Dom Manuel Afonso de Carvalho, Bispo Coadjutor, ornamentos do Augusto Episcopado Lusitano; no Senhor General Anibal de Faro Viana, Governador Militar, eu reverencio a cruz e a espada, símbolos da vossa predestinação à imortalidade!

Na representação de seus Conselhos Municipais e nas pessoas dos Srs. Cel. Dr. Manuel de Souza Menezes, Capitão Aniceto dos Santos e Dr. Antonio de Freitas Pimentel, Governadores Cíveis dos Distritos Administrativos a minha homenagem ao trabalho e ao progresso que, em nossos dias, coroam o desenvolvimento do vosso arquipélago!

Na relação nominal do Diário Insular, de A União, de O Açoreano Oriental, do Diário dos Açores, do Correio dos Açores, do Correio da Horta, de O Telégrafo, de A Ilha, de O Dever, de As Flôres, das *Revistas Açoreanas e Insulana*, e nos *Institutos Históricos e Geográficos da Terceira* e *Cultura de Ponta Delgada*, eu tributo o meu apreço aos órgãos da imprensa e as entidades culturais de vossa terra!

Nos Srs. Drs. Eliseu Pereira Françaes, João Anglin, Sebastião Corveia, João de Oliveira Lopes, Julio de Lacerda Areia, Anibal Barbosa, Elmiro Borges da Costa e José de Almeida Pavão Júnior, eu saúdo todo o nobre magistério insular, como saúdo, na juventude estudiosa dos Liceus, Seminário e Escolas Industriais e Comerciais da região, o luminoso porvir que alvorece na esperança!

Dois outros nomes impõe-se-me ressaltar de contrerrêneos vossos, nesta tertúlia, por motivo de suas benemerências: o de quem teve a idéia da fundação do «Lar Açoreano» — Vitorino Nemésio — apreciado escritor e catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e do vosso primeiro, atual e digno Presidente João Soares de Medeiros que, pelo seu entusiasmo, dinamismo e sentimento pátrio, qualidade a que junta a clarividência, consagrou em tórno de si prestigiosos elementos da

colônia e belo sonho transformou em vitoriosa realidade ! » *Arlindo Drumond Costa*. «Retificações Históricas Açoreanas». Conferência. Edição da «Casa dos Açores do Rio de Janeiro». 1954.

### III

Os estudos açorianos compreendem numerosos capítulos que ainda não foram sequer abordados e outros apenas insinuados.

Tentamos, assim, nesta terceira e última parte, relacionar de maneira sintética, resumida e quase como índice, pois não se pode fazer de outra maneira, que seria alongar demasiadamente êste catálogo, sugerir os aspectos ainda não mencionados ou ligeiramente tratados nos dois relatórios anteriores.

Parece-nos caber alguns comentários mais de geografia física, política e administrativa, ou de história, economia, educação, religião, etc.

Tôdas as citações são dos Anais do Primeiro Congresso de Estudos Açorianos que vamos aproveitar para um fichário de títulos, autores e textos referentes ao Arquipélago.

Assim a primeira parte dêste trabalho é inteiramente extraída daquela publicação. Apenas nos limitamos a ordenar, resumir, metodizar e distribuir os temas.

*Meteorologia e climatologia.* O exame das condições meteorológicas e climatológicas dos Açores pode ser apreciado da seguinte maneira:

a) *Considerações sôbre o clima.* O Prof. Armando Narciso escreveu uma tese para o «Primeiro Congresso Açoriano», que foi depois inserida nos respectivos anais, tese ou comunicação que intitulou «Algumas considerações sôbre o clima de Açores» (1) trabalho do qual extraímos três conceitos : as *constantes*, os *dados*, e a *ação*.

Segundo os dados meteorológicos, o clima açoreano é temperado quente, de inverno pouco acentuado e retardado, verão suave, com variações térmicas de pequena amplitude, mesmo em relação às máximas e mínimas absolutas, de chuvas abundantes, por vêzes torrenciais, de grande umidade, grande nebulosidade, com grande velocidade dos ventos, não raros de temporal.

São estas características do clima atlântico, médio, como não podia deixar de ser pela situação dos Açores. E um clima de termalidade um pouco superior à termalidade média da sua latitude, devido a serem os Açores batidos por um dos mais importantes ramos da corrente do Golfo, cuja temperatura, na altura dos Açores, é de 16°, no mês mais frio, e de 23°, no mês mais quente.

A subida da termalidade até agosto e a sua descida até fevereiro é uma característica oceânica.



Comparando as características meteorológicas do clima litoral de Portugal continental com as do Portugal insular, vemos que há diferenças fáceis de notar, entre um e outro, o que é fácil de compreender, visto tratar-se dum lado dum clima marítimo oceânico e do outro dum clima marítimo litoral.

LOCALIDADES	PRESSÕES	T. ANUAL	T. INVERNO	T. VERÃO	UMIDADE	VENTO	CHUVA
Lagos. . . .	762mm,9	16°,9	11°,4	23°,1	66,8	6Km,3	494mm,2
Lisboa.....	755 ,6	15 ,8	10 ,4	21°,7	69,7	17 ,6	733 ,3
Pôrtu.....	755 ,7	14 ,4	8 ,4	20 ,2	76,8	18 ,6	1.211 ,7
P. Delgada..	766 ,6	17 ,6	14 ,4	21 ,6	76,2	14 ,	728"

«Na atmosfera ativa dos Açores a ação climática provém da resultante do antagonismo entre elementos de grande excitação e de grande sedação. Assim a excitação produzida pelo vento é atenuada pela acentuada umidade. Mas esta umidade não é só constituída pelo vapor de água, mas pelas próprias águas do mar, completa na sua composição salina, que a violência das ondas espalha na atmosfera e ali fica suspensa, sob a forma de gotículas. Esta água absorvida pelos alvéolos pulmonares, atua como estimulante da nutrição. Assim êste clima, que só tem de estável a uniformidade da temperatura, e de variável, todos os outros fatores meteorológicos, cujo antagonismo rompe continuamente o seu equilíbrio instável, não pode ter as indicações dos climas estáveis uniformes.

As indicações terapêuticas dominantes do clima dos Açores são a tuberculose cirúrgica, o raquitismo e a escrofulose, em crianças não muito pequenas, de nutrição tórpidas, sendo prudente excluir as que não estiverem nestas condições. Como clima muito ativo, êste clima açoreano pode produzir choque climático nos doentes muito débeis ou nas crianças muito pequenas. Também se pode produzir, ao cabo dum certo tempo de permanência nas ilhas, a saturação climática. Êste fenómeno é mais freqüente nas crianças escrofulosas de reação fácil. Nestas crianças os gânglios diminuem de tamanho e individualizam-se dentro da sua ganga, o doente emagrece, torna-se agitado, irritável, de olhar brilhante, e é preciso levá-lo para lugar abrigado do vento e longe do mar.

Uma outra indicação do clima dos Açores é a cura de enrijamento das crianças predispostas para a tuberculose, ou dos tuberculosos latentes, ainda sem sinais clínicos nem radiológicos de lesões pulmonares evolutivas.»

b) *Características geográficas, geológicas e meteorológicas da paisagem açoreana.* O Prof. Armando Narciso, também, noutra ensaio, com o título acima (2), é ainda levado ao Congresso

de Estudos Açoreanos que teve lugar em 1938, escreve interessante comunicação sobre aquêlê assunto.

Transcrevemos alguns conceitos principais :

«Os elementos que entram na constituição do aspecto panorâmico duma região derivam principalmente da sua situação geográfica, da sua constituição geológica e da sua meteorologia. Querendo estudar a paisagem açoreana temos portanto que estudar todos êstes elementos. Ilhas da zona média do Atlântico norte, entre o Velho e Novo Mundo, mais ou menos afastadas umas das outras, dão perspectivas panorâmicas, que variam com a distância. De longe cada ilha parece uma montanha saindo da água, montanha azulada, recortando-se no fundo do horizonte.

Mas é da sua constituição geológica que os Açores tiram a sua principal característica panorâmica. É dela que deriva a forma cônica dos seus montes, terminados em cavidade, a cratera do antigo vulcão. Algumas destas crateras, que nos Açores têm o nome de Caldeiras, estão cheias de água, formando pitorescos lagos, como os das Sete Cidades, Lagoa do Fogo, Lagoa das Furnas, etc.»

«Nos Açores não há espaço para grandes planícies. As culturas trepam as encostas e, para que o solo arável não seja levado para a beira-mar, pelas águas que descem dos cumes, as colinas estão cortadas de muros, em degraus.

Assim, dos antigos vulcões e dos mais recentes ficaram os altos montes, as largas e fundas caldeiras, as alterosas falésias. É destas características vulcânicas que a paisagem açoreana tira o seu principal elemento.»

c) *Clima dos Açores.* O Tenente Coronel José Agostinho entrou em detalhes para a análise do clima dos Açores. (3) *A pressão atmosférica* : a pressão média ao nível do mar é bastante elevada nos Açores : — 766 milímetros.

*Temperaturas.* As numerosas observações que temos feito em montanhas, nos Açores, diz o A., permite-lhe acreditar que a variação média da temperatura com a altitude não anda longe de 0,06 para cada 100 ms. *Umidade* : as considerações em torno da umidade baseiam-se na suposição que a umidade específica do ar (pêso de vapor d'água por kg. de ar) se possa aceitar como constante nas camadas da atmosfera que envolvem as ilhas, até as altitudes cujo clima se investiga. *Chuvas*: Leva-se a concluir que a quantidade média de chuva anual aumenta de leste para oeste. *Inso-lação* : o fato de haver com mais freqüência acumulação de nuvens nas vertentes meridionais das ilhas, devido à condensação que se produz quando os ventos quentes e úmidos do sul sobem as encostas dêsse lado, leva o A. à suposição de que a fração de inso-lação seja maior nas costas do norte do que nas costas meridionais.

	JAN.	FEV.	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	ANO
VALORES NORMAIS DA TEMPERATURA DO AR													
Ponta Delgada.....	14,6	14,3	14,3	15,2	16,7	18,9	21,0	22,0	21,0	19,1	16,9	15,6	17,5
Angra do Heroísmo .....	14,6	14,4	14,6	15,5	17,1	19,4	21,7	22,7	21,7	19,5	17,1	15,7	17,8
Horta.....	14,7	14,3	14,5	15,5	17,0	19,2	21,7	22,4	21,3	19,2	17,1	15,7	17,7
Santa Cruz das Flores.....	14,5	14,0	14,3	15,3	16,9	19,0	21,5	22,2	21,3	19,2	17,0	15,6	17,6
VARIACÃO MÉDIA DIURNA DA TEMPERATURA													
Ponta Delgada.....	1,4	1,6	2,2	2,4	3,0	3,3	3,6	3,5	3,1	2,4	1,9	1,4	2,5
MÁXIMAS TEMPERATURAS MÉDIAS DE CADA MÊS													
Ponta Delgada.....	16,5	16,4	16,5	17,5	19,1	21,5	23,9	25,0	23,6	21,2	18,9	17,5	19,8
MÍNIMAS TEMPERATURAS MÉDIAS DE CADA MÊS													
Ponta Delgada.....	21,7	12,3	12,2	13,2	14,5	16,6	18,8	19,8	18,8	16,8	15,0	13,8	15,4
VARIACÃO EXTREMA MÉDIA, DA TEMPERATURA													
Ponta Delgada.....	3,8	4,1	4,3	4,3	4,6	4,9	5,1	5,2	4,8	4,4	3,9	3,7	4,4
VALORES MÉDIOS MENSIS DA TENSÃO DE VAPOR													
Ponta Delgada.....	9,5	9,2	8,9	9,6	10,7	12,3	14,0	14,9	13,9	12,3	11,1	10,2	11,4
VALORES MÉDIOS MENSIS DA HUMIDADE RELATIVA													
Ponta Delgada.....	77	76	73	75	76	76	76	76	75	75	78	77	77
PRECIPITAÇÃO MÉDIA MENSAL													
Ponta Delgada.....	71	66	63	55	57	31	22	43	63	72	87	80	708
Angra do Heroísmo.....	100	104	90	66	56	38	36	47	78	95	102	104	913
Horta.....	109	99	92	76	81	60	52	74	84	112	115	116	1070
Santa Cruz das Flores.....	194	160	174	108	105	83	46	91	103	146	138	167	1407



d) *Dados Climáticos de Ponta Delgado*... É um estudo de Antonio Teixeira de Miranda, antigo observador chefe do Serviço do Observatório Afonso Chaves, que baseia sua pesquisa (4) no conceito que, nos Açores, na verdade pela frequência e características das perturbações, só devem considerar-se duas «estações» no ano: — a de inverno, de novembro a março, e a de verão, de abril a outubro.

e) *A Estação Meteorológica de Marinha no Atlântico*. Investigação do 1º Tenente João Alberto Costa Soares Perdigão (5), que foi Diretor da Estação Rádio Meteorológica de Marinha no Atlântico. A Estação Radiotelegráfica Naval de Horta fez preciosa coleta de dados. «Um dos elementos que se deve ter em conta para eficiência das previsões, é, além das observações terrestres, as observações dos navios.»

#### *Geologia e Geofísica.*

a) *Manifestações geofísicas de caráter vulcânico nos arquipélagos da Madeira e dos Açores*. O Cel. Carlos Roma Machado de Faria (6) e Maia fez estudos especiais sobre o assunto. Na impossibilidade de entrar em detalhes da análise das três épocas que o A. dividiu seu estudo, apenas transcrevemos as palavras que dão a idéia central da tese:

«Dividimos em três épocas as diversas erupções vulcânicas, sendo a primeira anterior à descoberta dos Açores e Madeira pelos portugueses, e as seguintes desde esse tempo até há perto de 100 anos, em que se deram as últimas grandes erupções terrestres, e há cerca de 60 anos em que tiveram lugar as últimas erupções marítimas, de que tivemos conhecimento. Por certo estaremos em erro nesta divisão, mas não encontramos nos documentos que compulsamos outra que a possa substituir. Que os sábios nos perdoem, e se quiserem nos corrijam.

Pertencem êstes dois arquipélagos a uma cordilheira de montanhas vulcânicas cujos cumes mais elevados emergiram das águas do Oceano Atlântico, formando 14 ilhas ou ilhéus. Esta cordilheira, bem como a das ilhas Canárias ligaram por assim dizer a Europa à América, na opinião de vários geólogos, e é quase sem discussão consideradô ser o que resta do antigo continente da Atlântida, sugestionalmente descrito por Jules Verne e muitos outros, mormente geólogos de vulto. Sabe-se pelas numerosas sondagens para assentamento de Cabos Submarinos, e estudos científicos, que o Oceano Atlântico apresenta entre essas ilhas uma grande diminuição de profundidade. Meinezz, da Universidade de Utrecht, em viagem de estudo entre Açores e Madeira, encontrou o fundo maior do mar entre essas cordilheiras que emergem não ser a mais de 1.000 m, quando antes se dizia ser a 3.000 m. O Sr. José Agostinho, diretor do serviço meteorológico dos Aço-

res, localizou a fenda da crosta terrestre entre S. Miguel, Terceira e Corvo, demarcada por uma série de fossas submarinas, uma das quais fica perto do Faial da Terra localidade a mais atingida pelo último grande tremor de terra nessas paragens. Vários cientistas espanhóis, entre eles José de Aragon, dizem que em 1558 surgiu do mar na ilha da Palma das Canárias, uma caldeira de um vulcão, que pelo seu fácies devia ter sido formada fora de água, tendo-se submergido primitivamente e tem 1600 m de fundo, e 6 quilômetros de diâmetro. Parece que nela se encontrou uma caverna que continha muitos sarcófagos e múmias, como as do Egito antigo e hieróglifos diferentes dos egípcios, o que os fêz supor pertencerem a povoações da antiga Atlântida, à qual se referiram os historiadores Possidônio, Plínio Marcelino, Tertuliano, Engel, Sheres, Turnefort, Buffon e Aversac, apoiados no que escrevera Platão, relativo ao continente agora tido por fabuloso por muitos; essa famosa Meropida de Teopompo, que devia ter existido seis ou sete mil anos antes do período histórico conhecido (será verdade?).».

«Vide Solon e Platão : L'Atlantide Quaternaire de Nicolas Ascânio; L'Atlantide a-t-elle existé ? de L'Abbé Moreaux. A Erri-danta de Mário de Saá. Le Monde souterrain do Padre Kircher em 1634, que mostra a provável situação da Ilha Atlântida de Platão, quase ligando a Europa à América, segundo as idéias dos Egípcios, e no local das Canárias, Madeira e Açores. A opinião de Robert Chauvalot sobre a grande largura desta ilha, ou melhor continente. O fato de estar provado os vulcões dos Açores terem sido formados fora de água e submersos 3.000 m depois; pesquisas das dragas dos cabos submarinos. A paleontologia necessita duma Atlântida para demonstrar a passagem e evolução do Hypomerium americano para o cavalo europeu, o que não se teria podido fazer nadando sobre o mar. A raça humana dos Atlantes, pelos seus supostos vasos decorados encontrados nas Canárias, depois de submersos no mar por séculos, devia provir dos Azteques Mexicanos, ou dos Incas, Peruvianos, mais provavelmente destes últimos, cujas semelhanças arquitetônicas dos monumentos até tem muita parecença com as egípcias e mesmo o título dinástico dos Faraós é quase a palavra Inca. Chavauvalot espera que este problema não tardará a ser decifrado mas procedendo-se com paciência e segurança.

As árvores da Madeira e Açores não podem ter mais de 400 anos, especialmente as maiores anteriores ao incêndio da Madeira, como o *Laurus Fetens* e *Laurus Barbusanus*, o que parece provar que os picos mais elevados da Madeira e Açores também estiveram muitos séculos submersos no Oceano, e saíram do mar depois da era de 1200 ou pouco antes.»

b) *Estudos Geofísicos.* O Tenente-Coronel José Agostinho escreveu uma tese sobre os estudos geofísicos nos Açores (7) começando por dizer que «já é tão vasto o âmbito de cada um dos ramos da Geofísica, que não é possível a um só indivíduo abranger mais do que um deles», o que está certo.

Estuda a obra de Afonso Chaves, o que êle realizou e dá o aspecto sumário dos problemas da eletricidade atmosférica, hidrologia, a oceanografia, o vulcanismo e a sismologia, etc. Apenas algumas palavras esclarecedoras e noutro artigo volta ao assunto.

c) *Sobre a necessidade de estabelecer um serviço geológico.* Clamava o Tenente-Coronel José Agostinho, em 1936, «sobre a necessidade de estabelecer um serviço geológico no Arquipélago dos Açores», pois a atenção de geólogos como Webster, Hartung, Fouqué, Friedlaender, etc. têm se voltado para o arquipélago. (8)

d) *Prospecção geofísica.* Antonio Alcântara de Mendonça Dias, antigo observador-Chefe do Serviço do Observatório Magnético de S. Miguel, escreveu um trabalho referente à «Prospecção geofísica nos Açores» apreciada pelos métodos magnético e gravimétrico. (9)

#### O A. explica seu intento:

«Escolhemos de preferência para êste estudo físico do sub-solo do arquipélago dos Açores, os já clássicos métodos magnético e gravimétrico entre os atualmente usados nestes trabalhos.

A prática do primeiro método está extremamente facilitada pela existência na Ilha de S. Miguel de um observatório magnético com registadores fotográficos, que durante os trabalhos possa funcionar como estação-base. Além disso, o Serviço Meteorológico dos Açores possui todo o material necessário para uma tal campanha e quanto a nós, é êste método bastante aconselhável, porquanto se sabe por observações feitas pelo falecido Diretor dêste Serviço, Coronel Chaves, e isso mesmo seria de supor, existirem importantes «irregularidades na distribuição da declinação magnética» em diferentes pontos do arquipélago, ocasionadas por certo preponderantemente, por materiais magnéticos, existentes no sub-solo.

O segundo método, o gravimétrico, é bastante indicado para a confirmação das linhas tectônicas referidas e temos-lhe mesmo dedicado especial atenção, porquanto projetávamos, para o levar a efeito um pêndulo de meio segundo que descreveremos a seu tempo.

Trata-se de pôr em prática «o método relativo», isto é, obter os valores da intensidade do pêso em função dos diferentes valores do período do mesmo pêndulo, pôsto a oscilar em sucessivas estações. O método ideado para êsse fim, consiste em fa-



zer oscilar previamente dois pêndulos na mesma estação (base), um emissor e outro receptor, designações fáceis de entender mais adiante, e obter a relação dos seus períodos; depois, um dêles, o receptor, irá ocupar uma outra estação, continuando a receber, por um processo que indicaremos, sinais ritmicos do pêndulo emissor, obtendo-se assim de novo a relação dos seus períodos; como evidentemente o período do pêndulo emissor fica o mesmo, qualquer diferença achada terá que ser imputada à diferença do pêso, na primeira e na segunda estação.»

e) *Paleontologia*. Manuel Dionisio faz um resumo da «Paleontologia Açoreana.» (10) .

«É corrente a opinião de que nos Açores não existem fósseis senão os calcáreos miocenos da ilha de Santa Maria.

Parece que os homens de ciência que têm passado por estas terras suggestionados pelas paisagens açoreanas, contentaram-se com observá-las e não fizeram um estudo exaustivo do sub-solo, em verdade complexo e um pouco diverso do que em geral se estuda nos continentes.

Contudo, no sub-solo dos Açores encontra-se uma variedade de fósseis ainda não estudados, e nalgumas costas tenho obtido calcários com fósseis marinhos.

Consta que na ilha do Corvo se encontram grandes troncos de árvores fossilizados de que se fazem encanamentos.

Na minha coleção de pedras dos Açores tenho fósseis de faiamirica que foram encontrados no Faial sob as pedreiras da doca, uma camada de basalto com mais de 20 metros de espessura, o que lhes assinala uma certa antiguidade.

Outros fósseis terrestres tenho encontrado em vários pontos, especialmente numa camada de argila que cobre tôda a ilha do Faial.

Esses fósseis, em diferentes graus de transformação, desde o estado de lenhite ao de outras trãnsformações mais completas, não se encontram ali juntos como fôlhas desprendidas sôbre um solo, mas separadas como ramos soterrados nas águas lodosas de uma inundação.

Idêntico aspecto apresentam os fósseis que me foram enviados da Terceira.

Também possuo alguns fósseis calcáreos encontrados em várias costas do Faial e do Pico.

Talvez me objetem que êstes calcáreos poderiam ser trazidos para os locais onde foram achados, como succedeu aos calcáreos encontrados na ilha de S. Tiago (Cabo Verde).

A isto responderia que nesses calcáreos encontram-se encravadas pedras da localidade, fragmentos da mesma argila em que

se encontram os fósseis terrestres e cascalhos negros das proximidade do local onde foram arrojadas à costa pelas vagas do oceano.

Parece que a presença destes três elementos — pedras, argila e cascalho, deve ser suficiente para convencer-nos de que os calcários são dos locais respectivos.

E como nalgumas dessas pedras se encontram perfeitamente visíveis, à simples lupa, o sistema vascular de alguns animais fossilizados, e noutras se reconhece a existência de dentalium e de mumulites, animais das épocas geológicas bem conhecidas, entendemos que estes elementos deverão ser suficientes para lhes determinar a idade.

É de notar que os calcários encontrados no Faial e no Pico diferem dos de Santa Maria, mostrando possuírem maior percentagem de argila.

Para que nenhuma dúvida reste sobre a possibilidade da formação de calcários no fundo do oceano pelo desdobramento do bicarbonato de cal, tenho colecionado várias amostras de calcários conchíferos em diferentes estados de transformação colhidos nos anzóis dos pescadores em diversas altitudes.

Não venho classificar os fósseis encontrados, mas apenas denunciar a sua existência.»

*Flora e Fauna.* O estudo da flora e fauna dos Açores é um capítulo dos mais importantes.

a) *Flora.* O Prof. Rui Teles Palhinha dedicou especial atenção à flora dos Açores (11)

Um quadro geral está esboçado pelo A., no seu ensaio em apreço.

«O número de tipos especiais dos Açores é muito reduzido; em plantas lenhosas não vai além de uma meia dúzia de formas, uma das quais é manifestamente uma variedade local, outra considerada por uns uma boa espécie, por outros como simples variedade; em plantas herbáceas atinge uma trintena incluindo as variedades. A grande massa é constituída por formas atlânticas e por outras trazidas quer voluntárias quer involuntariamente pelo homem. Parece-me em todo o caso ter reconhecido que a flora espontânea de Sta. Maria, embora muito pobre, apresenta maiores afinidades com a flora continental do que a das outras ilhas, fato possivelmente ligado à natureza do solo que, como se sabe, difere do das restantes ilhas. O Cedro espécie açórica, o Tamujo, a Faia, o Vinhático, os Loureiros, julgo que são restos da vegetação primitiva. Entre os Loureiros a *Persea* azórica (passe o z) é considerada por alguns botânicos simples variedade duma espécie atlântica de maior área de expansão. Verifica-se em todas as ilhas a regressão dessas espécies e a sua substituição, por

vêzes total, por outras de introdução conhecida; assim o Pitóporo ou Incenso que se encontra espalhado por tôdas as ilhas, nalgumas predomina por forma extraordinariamente grande, é de importação japonesa. O clima subtropical com temperaturas relativamente elevadas no inverno a não ser nas altitudes, com uma pluviosidade bastante elevada mesmo no verão, um estado higrométrico do ar que nas zonas baixas poucas vêzes é inferior a 70 % e que nas zonas altas se aproxima muito freqüentemente da saturação, são condições que permitem a expansão e rápida disseminação de plantas, umas vêzes trazidas por acaso, outras com boas intenções, que as condições locais podem transformar em pragas; os exemplos abundam: as Roca da Velha ou Roca do Vento, a Baselta, a Sumaúma, estão neste caso. Tutin e Warburg reconheceram em 1929 a existência na Terceira de uma planta americana, no pico de outra, ambas ervas ruins inominadas em vernáculo, que manifestamente foram levadas para aqueles pontos pelas tropas americanas que estacionaram nas nossas ilhas durante a Grande Guerra; na exploração que realizei no ano passado encontrei-as nas cinco ilhas do grupo central. No Faial, no Pico, em S. Jorge, na Terceira, vi saindo dos buracos dos muros de pedra solta e junto à base dêles uma *Ixia*, planta do Cabo da Boa Esperança, muito bonita por sinal; o próprio *Inhame* e a *Beladona*, ambos de introdução muito remota, são outros exemplos de plantas exóticas que largamente se difundiram. É essa facilidade de cultura de plantas exóticas que permitiu o desenvolvimento do gosto acentuado pelas flôres que se observa em tôdas as ilhas, desde o pobre ao rico, que tornou possível a realização de formosíssimos parques e jardins, de coleções magníficas de árvores, de fetos, de flôres; que deu azo a essa beleza incomparável das estradas com inúmeras plantas ornamentais, como se fôssem jardins, tentativa felizmente coberta de êxito principalmente entre Vila França do Campo e a Povoação. Que exemplo de homem civilizado dá o campôneo açoreano que passa pelas estradas sem tocar nessas flôres. Respeitando-as àqueles camponões doutros pontos que também se julgam civilizados mas que as destroem e aos estudantes de certas escolas que semelhantes a negros as derrubam às vergastadas. Dentro do meu espirito ressalta a idéia de que talvez alguém de entre vós diga que fui injusto para com os selvagens. É possível.

Foram essas condições que permitiram o desenvolvimento da indústria do tabaco, do chá, do ananaz, da banana, mas como tôda a medalha tem anverso e reverso, são também essas condições que promovem a predominância de plantas más ou menos boas sôbre as mais úteis, o que leva à invasão e empobrecimento sucessivo das pastagens, com prejuizo econômico; por isso impõe-se no momento atual em que a crise que avassala quase todo o mundo,



se por ventura não o avassala por completo, incide cruelmente num meio tão limitado como o açoreano, a procura dos meios que possam levar ao desenvolvimento de uma flora econômicamente proveitosa.

É curioso notar que a família das Leguminosas, uma daquelas onde há maior número de forragens e uma das que tem mais representantes no nosso país, seja tão pouco cultivada em prados artificiais e se encontre tão pouco espalhada entre as plantas espontâneas dos Açores.»

b) *Fauna*. O Prof. Fernando Frade, da Faculdade de Ciências de Lisboa, estudando a fauna dos Açores (12), destacou as pesquisas de Afonso Chaves, a obra do naturalista Carlos Maria Gomes Machado, o apoio dado pelo Conde de Fonte-Bela às pesquisas referentes à fauna dos Açores e o levantamento feito no Arquipélago por Milne Edwards, Príncipe de Mônaco, Barrois, Chapin, Chopard, Cotter, Berlando, Boettinger, Bouvier, Chevreau, Dauzenberg, Dolfus, Drouet, Fouqué, Godman, Guerne, Méquignon, Morelet, Murphy, Simon, Simroth, Wollaston e outros muitos.

Considera o A., depois, o problema da proteção à fauna, que o apresenta em dois aspectos distintos :

«Nos Açores, êstes fatores parecem não exercer grande influência na vida das espécies. Não deixarei, no entanto, de referir-me, por um lado, à existência, ali, dum animal destruidor de Aves — a Doninha — imprudentemente introduzida no Arquipélago; e, por outro lado, à invasão progressiva de regiões, outrora inhabitadas e improdutivas, que a necessidade da expansão humana vai conquistando, dia a dia, à Natureza.

De entre as espécies ornitológicas dos Açores, conta-se uma dúzia de sub-espécies autóctonas, como ainda há poucos anos (1929) foi reconhecido pelos Naturalistas do Museu de New York, Murphy e Chapin, que, a-pesar-dos estudos anteriormente feitos por outros autores, ainda houveram de descrever e nomear, em primeira mão, duas sub-espécies. São essas formas características dos Açores, como é sabido, as seguintes :

O «Milhafre» *Buieo buteaf rothschildi* Swann; a «Codorniz» (*Coturnix Coturnix conturbans* Hartet); a «Galinha d'agua» (*Gallinula chloropus correiana* Murphy e Chapin); a «Gaivota ou Ganhoa» (*Larus fuscus atlantis* Dwight); o «Pombo trocáz» (*Columba palumbus azorica* Hartet); a «Cespina», de S. Miguel (*Regulus regulus azoricus* Seebohn); «Ferefolha» ou «Estrelinha» (*Regulus regulus inermis* Murphy e Chapin) de tôdas as Ilhas com exceção de S. Miguel; o «Melro preto» (*Turdus merula*

azorensis Hartert); o «Estorninho» (*Sturnus vulgaris granti* Harttert); o «Tentilhão» (*Fringilla coelops moreletii* Pucheran); o «Priolo» (*Pyrrhula pyrrhula nuris* Godman), de S. Miguel.

Tôdas essas formas indígenas, como em geral as restantes espécies ornitológicas devem merecer conveniente proteção, mas é, sem dúvida, o «Priolo», a que requer maiores desvelos.»

«Proteja-se, pois, esta raça ornitológica dos Açores (o «Priolo»).

Limitaria as minhas considerações acêrca da proteção da Fauna açoriana ao que fica exposto, se não receasse perder esta excelente oportunidade de fazer um aviso muito sincero aos açoreanos que exploram a caça ao Cachalote.

O aproveitamento dos produtos do Cachalote, ou «Baleia», como imprópriamente lhe chamam, tem mantido desde o seu começo tôdas as características de indústria modesta, que se poderá talvez classificar no número das indústrias caseiras, tal o rudimentar apetrechamento das suas instalações. Com estas possibilidades industriais, a caça ao Cachalote corre parelhas, limitada forçadamente ao quantum satis, para salvar os encargos da manutenção da vida dos obreiros dêsse mister, e talvez pouco mais. Eis um sistema equilibrado de proteção aos Homens e aos Cetáceos! O que será o dia de amanhã, para uns e outros, se os homens, desejosos de aperfeiçoamento da indústria e dos correspondentes créditos, ampliarem mais do que a justa medida as instalações e a aparelhagem, criando-lhes a necessidade de caça mais intensiva? A resposta está dada, pela redução apavorante, por êsse mundo fora, do número de indivíduos de cada espécie de Cetáceos, e mesmo a sua extinção completa em alguns casos. Há, pois, que entrar em linha de conta, não apenas com as crescentes necessidades humanas, mas com a exploração equilibrada das riquezas.»

c) *O Homem e o Meio*. — O Prof. Armando Narciso, na sua comunicação intitulada: «Ensaio sôbre a geografia humana nos Açores» (13) diz, entre outras coisas, o seguinte:

«Tratando a geografia humana das relações entre o homem e o meio geográfico onde vive e das modificações recíprocas que êstes dois elementos provocam um sôbre o outro, temos que concordar que nos Açores a transformação do meio pelo homem foi maior do que a transformação do homem pelo meio. Ilhas isoladas e perdidas em pleno Atlântico, desabitadas do homem, de flora reduzida e fauna pobre, o aparecimento dos primeiros colonos transformou o meio de modo notável e profundo.

A transformação do revestimento vegetal foi rápida e acentuada. Cobertas de matagal fechado, desde a beira-mar ao cume

dos montes, foi preciso fazer grandes queimadas para procurar clareira às culturas e à edificação dos primeiros povoados. Dêste modo, as terras de cultivo principiaram a encher os vales e a trepar pelas encostas e isto com tal abundância que, dentro em pouco, os Açores se tornaram celeiro de Portugal. O próprio revestimento florestal, que foi poupado, sofreu grande transformação, com a introdução de novas espécies silvícolas e fruteiras, levadas da Europa e trazidas das Américas. A destruição de grandes extensões de mata deixou o solo muito sôlto e sujeito às enxurradas nos declives. Daqui a construção de muros de suporte, paralelos em degraus, formando as chamadas velgas, de que são riscadas as encostas açoreanas. Outra defesa murada tiveram de construir os homens do Arquipélago, a defesa contra o vento. O vento do mar alto, carregado de água salgada, derruba o arvoredado e queima as sementeiras e a floração. Dêste modo hortas e pomares são resguardados por altos muros, que surpreendem o viajante mal informado, que julga terem sido assim construídos com receio dos ladrões.

Quando não é preciso defesa contra a água nem contra o vento, o açoreano contenta-se com extremas bem mais frágeis. Faz sebes e tapumes, com sabugueiro e silvado, e perto da água planta canaviais e álamos. E às vezes leva o seu requinte de bom gosto a extremar com flôres, como fazem os pastores de São Jorge e do Faial, que separam os pastos por fiadas de hortênsias, que em S. Miguel marginam as estradas.»

d) *Habitação.* — Estuda o Prof. Armando Narciso o problema, na sua comunicação citada:

«A habitação nos Açores só tem de especial ser construída de basalto negro, o que dá às casas, sem rebôco, um aspecto de grande rusticidade. Muitas vezes só existe argamassa a ligar a cantaria, apresentando as fachadas um desenho de «puzzle». Primitivamente eram cobertas de colmo, hoje o colmo quase só cobre palheiros e abrigos de gados. Mas, em certas ilhas pobres de argila, a telha é de introdução, quase se pode dizer, recente, principalmente nas povoações mais distantes da cabeça do concelho. Nas cidades e vilas e às vezes mesmo nas aldeias, encontram-se casas apalaçadas tipo do antigo solar português. A varanda é vulgar, mesmo em casas modestas.

Das cidades, Angra é a mais bem delineada, de ruas amplas, em esquadria, na parte central. Ponta Delgada tem grande área, mas as ruas são estreitas e mal alinhadas. A Horta é mais vistosa do mar do que de terra. As vilas têm o mesmo aspecto e características das continentais e o mesmo acontece às aldeias,



umas vêzes aninhadas, numa depressão do terreno, em volta de um campanário, outras estirando-se pela estrada além como ficou dito.»

e) *Vestuário*. — Aprecia, ainda, o mesmo autor, no mencionado trabalho, os aspectos referentes ao vestuário açoriano.

«Quanto ao vestuário, o que mais impressiona o visitante é a falta de trajos regionais característicos. Ao passo que aqui no Continente o habitante de cada província se distingue do das restantes pela maneira particular de vestir, que é tradicional e deriva de muitas e seculares gerações, nos Açores nada há de particular que caracterize o trajo insular. A única exceção é a do trajo feminino de bioco: capote de capêlo em S. Miguel e Faial, manto na Terceira. Fora disto as mulheres usam chale e lenço e chinelas de soleira de pau, a que chamam galochas. Os homens cobrem a cabeça, durante o verão, com os largos chapéus de palha do Pico e, durante o inverno, com um barrete de lã em saco de café, de côres vivas, como os campinos do Ribatejo. Muitas vêzes andam descalços, o que é raro nas mulheres. Os homens também usam sandálias, velhas sandálias primitivas, feitas de couro mal curtido, de pêlo virado para dentro. São as chamadas albarcãs.

Por que perderam os açoreanos os seus trajes tradicionais? Os Açores foram povoados por portugueses do sul e do norte do país, de regiões que ainda conservam os seus trajos tradicionais, e por estrangeiros, principalmente flamengos, que também conservam os seus trajes regionais, do país de origem. O clima açoreano, de temperatura suave e sem grande desvio entre verão e inverno, não demanda grande cuidado de agasalho. Por isso, não havendo condições regionais que o defendessem, o trajo tradicional dos povos de origem desapareceu e os açoreanos adotaram o trajo universal encaracterísticos, trazido da América pelos emigrantes de torna viagem. As mulheres conservam o capêlo e o manto porque são sempre e em tôda a parte mais agarradas à tradição.

Dêste modo, o trajo tradicional açoreano já pertence à História. O ano passado, quando pedimos trajos regionais às municipalidades insulares, para nos fazermos representar no grande Cortêjo Folclórico, as comissões municipais responderam que nos Açores não havia trajos regionais. Assim é na verdade. O trajo regional açoreano é hoje uma raridade de museu etnográfico.

Esta falta de tradição no vestir está em contraste com a tradição nos costumes. O povo açoreano conserva um arcaísmo notável no falar, na tradição oral, nos folguedos e no trabalho. Está fora do quadro desta comunicação estudar o folclore açoreano. No entanto, não deixa de vir a propósito dizer que a

língua, a tradição oral e os folguedos tradicionais não se perderam ao contato da civilização americana, por dificuldade linguística. A América transformou o açoreano mais no corpo do que no espírito.»

f) *Agricultura tradicional.* --- A agricultura se desenvolvia sobre os mais tradicionais métodos de trabalho, como ensina o Prof. Armando Narciso:

«Quanto às condições do trabalho agarradas à tradição, elas estão explicadas não só pelo isolamento, inimigo do progresso, mas ainda por condições locais que tem impedido o abandono da velha rotina. A laboração agrícola não carece nem consente a pesada maquinaria moderna. Não é possível meter charruas mecânicas em terrenos de palmo e meio, cortados de paredes e extremas. Por outro lado, não é preciso nem possível o rêgo fundo, num terreno arável de pequena profundidade, como é o solo açoreano. Assim, o velho arado de ferro forte e agudo, de relha apertada, puxado a bois, é ainda a melhor máquina da lavoura açoreana.

Mas se a lavra é feita à antiga, a debulha é feita já à moderna. As debulhadoras fizeram desaparecer os trilhos e as eiras. No resto do amanho da terra trabalha o alvião e não a enxada. O alvião tem a pá forte e estreita e do lado oposto termina em haste comprida e resistente que, quando é preciso, serve de alavanca para desarreigar os pedregulhos que o cavador vai encontrando, quais dentes bem agarrados à terra.

Fazendo parêlha com o velho arado, temos o velho carro de bois, de roda cheia, pesado e robusto, que sobe aos solavancos os caminhos da serra. A não ser em S. Miguel, onde a carroça de machos faz os transportes, o carro de bois é ainda o veículo por excelência em tôdas as ilhas. Ladeado de fueiros, a que se prende uma sebe de vimes, êle transporta os produtos da lavoura, os materiais de construção e até as pessoas. As ilhas são pequenas e o carro de bois, apesar de lento, chega sempre a tempo.

A agricultura nos Açores depende mais do regime das chuvas do que no Continente, ou melhor do que no norte do Continente. As regas não são conhecidas do agricultor açoreano, a não ser em S. Miguel e na Terceira, onde se empregam principalmente na horticultura. Nos Açores quase se rega. Isto porque com um solo inclinado e delgado, a água se segura e as fontes são raras. São as lagoas, que enchem, no cimo dos montes, as velhas crateras que alimentam as poucas fontes da estação sêca. São, pois, estas crateras, transformadas em lagoas, as arcas de águas dos Açores. Nas ilhas pequenas quase não há

ribeiras permanentes. Das ilhas pequenas, a mais abundante de águas é a Flores, a mais escassa a Graciosa. Este regime torrencial não prejudica só a agricultura pela irregularidade do fornecimento de água aos campos, como arrasta a terra, que foi preciso segurar com muros transversais, como ficou dito, e é preciso carrear dos baixos para as encostas, depois de cada enxurrada.»

g) *Pecuária*. — Por sua vez, a Pecuária, também, escraviza-se muito às velhas rotinas, conforme se lê no texto do trabalho que estamos nos socorrendo:

«A arte pastoril também é rudimentar ainda. Os prados de pasto ficam nos altos desabrigados. De modo que nem sempre é possível conservar lá o gado todo o ano. Ele tem que ser trazido para locais abrigados, chamados invernadoiros, pobres de pasto. No geral o açoreano não sabe ensilhar nem estabular, de modo que o gado, durante o inverno, emagrece e as vacas secam. Na indústria dos laticínios, a desnatadeira e os coalhos industriais transformam o fabrico. Foi a necessidade da exportação que produziu o milagre. Mas esta industrialização não se generalizou à pecuária. O gado é exportado vivo e não existe a indústria das conservas.»

h) *Pesca*. — «No mar também o trabalho é feito por processo primitivo. Da velha tradição do pescador só o que se perdeu foi o velho barco. A embarcação pesqueira açoreana é a cópia das canoas baleiras, em que os ilhéus têm andado à caça do cachalote. Só os barcos de Vila Franca do Campo, que fazem a cabotagem entre S. Miguel e Santa Maria, lembram a antiga caravela dos descobrimentos. Os barcos do Pico, que navegam todo o Arquipélago, são pequenos iates à volta de cem toneladas. As povoações de pescadores ficam principalmente no litoral sul de cada ilha, o mais abrigado dos temporais. Mas também há pescadores no litoral norte de algumas ilhas, como na de S. Miguel. Os pescadores de Rabo de Peixe, povoado do norte desta ilha, quando o mar embravecido os não deixa sair para a faina, trazem os barcos para terra, até o litoral sul, e ali os deitam à água. É uma nota local que merece registro...»

i) *Estudos de biologia*. — O Tenente-Coronel José Agostinho, na tese — «Sobre a necessidade de desenvolver os estudos de biologia aplicada no arquipélago dos Açores». (14)

Propunha o A., em 1938, acompanhando de considerações, que se estudasse o problema:

«A agricultura e a pesca são as ocupações dominantes dos açoreanos. O desenvolvimento de uma e outra impõe-se, pois ambas estão em lamentável estado de atraso.



O solo açoreano é fértil, o clima favorável à agricultura, mas o rendimento é insignificante.

O mar tem grande variedade de peixe, mas a técnica da pesca, desde o chicharro à baleia, é atrasadíssima.

Não foi possível até agora organizar em bases científicas nem a exploração agrícola do solo, nem a exploração da pesca. Para este problema chamamos pois a atenção do Congresso Açoreano, propondo que vote que se solicite do Governo a criação de um serviço de biologia aplicada no arquipélago, com um ramo de biologia agrícola e outro de biologia marinha.

É desnecessário mencionar os serviços que seriam atribuídos a cada uma dessas secções. Organizadas com pessoal competente e desejoso de trabalhar elas mesmas traçariam o seu próprio programa.»

*História e Geografia.* — Ao Congresso Açoriano foram apresentados muitos trabalhos sobre temas que já tratamos noutra parte deste relatório ou às vezes o mesmo tema foi tomado por outro autor.

Assim, podemos enumerar os seguintes, em ambos os casos considerados:

«A revelação geográfica do arquipélago» (15) que é um estudo do aparecimento dos Açores na cartografia do século XV, trabalho escrito por *Lacerda Machado*.

*Antonio Ferreira de Serpa*, ilustre historiador de Serpa, apresenta vários ensaios: «A prioridade dos descobrimentos atlânticos», (16) que cabe sem dúvida «aos portugueses dos tempos semi-bárbaros da 1ª Dinastia».

«As doações das ilhas do Faial e Pico ao flamengo Josse de Hurtere (Jos de Utra), (17) que publica na íntegra os documentos que são a «carta de doação» e o «alvará de lembrança e doação», respectivamente da primeira e segunda das ilhas. Documentos encontrados pelo Autor.

«A origem do nome «Horta» dado à cidade assim chamada», (18) que vem de seu donatário Josse de Hurtere, que se transformou em Orta ou Horta, e outras variantes mas «ort», em alemão, é vila e, em flamengo, «oordt». Hurtera também se alterou em Dutra.

«Uma grande figura portuguesa do século XIX» que é uma rápida biografia de Antonio José de Avila, (19) açoriano e amigo de D. Pedro I do Brasil:

«Seu pai era sapateiro e proprietário de uma pequena casa de moradia, que vendeu, para o filho poder em Coimbra estudar

e ser médico. Naquele tempo (1840) eram célebres as Faculdades de Medicina de Paris e Bruxelas e para as respectivas matrículas ali, de estrangeiros, bastava a formatura em filosofia.

Tinha apenas 14 anos quando fêz exame dos preparatórios, entre os quais o de grego e tão bom aproveitamento teve que em 1825 estava bacharel. Contava 19 anos! Assim começou a revelar a sua férrea força de vontade que havia de levá-lo a altos destinos. A doença favoreceu-o! Impedido por ela de ir para Paris ou para Bruxelas, a política empolgou-o.

Dominava o usurpador Dom Miguel, quatro vezes perjuro e irmão traidor e ingrato. Só na Ilha Terceira a liberdade e a legitimidade encontraram asilo. Daquele rochedo fiel, o Conde de Vila-Flor partira à conquista de todo o Arquipélago, o que lhe foi facilitado pelas populações impacientes por sacudirem o jugo insuportável de um regime extra-europeu, que só tinha «símile» na Turquia, e em Marrocos, por bárbaro e sanguinário. Ávila foi para a sua pequena pátria, a juntar-se à família e a compartilhar com ela perigos e fortuna. Mas esta esperava-o.

Trazia-lhe o Duque de Bragança, ex-Rei de Portugal, ex-Imperador do Brasil e agora, Regente em nome da filha, a Rainha Dona Maria da Glória, a Princesa do Grão-Pará. Dom Pedro simpatizou logo com o juvenil bacharel em filosofia, ficou encantado com o seu bom-senso e dali em diante, quando alguma dificuldade surgia no meio de tantos trabalhos, preocupações e problemas pouco resolúveis, o Rei Soldado, dizia: «Consultem o Sr. Ávila.»

Estudando-lhe o caráter, Antonio Ferreira de Serpa defende sua memória dos ataques dos contemporâneos e transcreve um requerimento no qual pede mercês à Rainha, e que mostra a carreira brilhante do político e administrador que foi...

«Diz Antonio José de Ávila, do Conselho de Vossa Magestade, e Governador Civil de Évora, que desde 1826, e com especialidade desde 1831, se tem de tal maneira dedicado ao Serviço de Vossa Magestade e da Nação, que tem ao mesmo tempo conseguido o merecer a confiança dos Povos, e a do Governo; a dos Povos que tam evidentemente lho demonstraram nomeando-o a 17 de Setembro de 1831 primeiro ministro da Junta de Parochia da Conceição da Cidade de Horta, a 3 de Outubro seguinte Presidente da Camara Municipal da mesma cidade, a 23 do mesmo mez de outubro hum dos Capitães da Legião de Voluntarios Nacionaes da Horta, a 26 do mesmo mez, propondo-o para Chefe de um dos Batalhões, a 19 de Dezembro de 1832 elegendo-o Membro da Junta da Comarca, a 9 de Julho de 1834, eleitor da Província, e a 10 de Agosto seguinte Deputado da Nação e mereceu a confiança do Governo que o nomeou

a 4 de Junho de 1832 Provedor do Conselho da Cidade da Horta; em Janeiro de 1833 Sub-Prefeito da mesma Comarca, em 4 de Abril seguinte Sub-Prefeito da de Ponta Delgada, em Maio do mesmo ano o encarregou duma Comissão na Cidade de Angra, em 9 de Junho de 1834 Sub-Prefeito da Comarca de Barcelos, em 25 de Janeiro de 1835 o condecorou com o Título do Conselho de Vossa Magestade, em 6 de Maio seguinte o nomeou Membro da Comissão encarregada de fazer a Lei de Administração, e a 25 de Julho do mesmo ano Governador Civil de Évora.

O suplicante julga desnecessário juntar os numerosos documentos, que possui e que compróvão todos estes fatos, porque êles são da maior actualidade; e constando-lhe que a Cidadãos nas suas circunstancias tem Vossa Magestade sido servido conceder o foro de Fidalgo Cavaleiro de Sua Real Casa, e o suplicante se julga não indigno desta graça pelos serviços que expõe e pela sua completa dedicação à causa de Vossa Magestade, e da Carta Constitucional da Monarchia.

Pede a Vossa Magestade seja servida conceder-lhe a mesma graça fazendo-lhe mercê do designado fôro de Fidalgo Cavaleiro da Sua Real Casa.»

Osório Goulart, um historiador de capacidade e talento, muito operoso e brilhante nas pesquisas referentes aos Açores surge, nesta secção, com muitos trabalhos:

«Porque foi dado o nome de «Horta» à capital do Distrito occidental dos Açores», (20) trabalho no qual o A. coloca-se noutro ponto de vista do habitual, dizendo que o nome vem de horta, horto e jardim, pois Josse van Aard (Jorge da Terra), fidalgo flamengo que desembarcou no Faial, com o 1.º Donatário, e depois «êsse homem ali construiu sua moradia e as de seus trabalhadores e arroteou grande porção de terreno adjacente com tão boa sorte ou porque era perito em culturas agrícolas ou porque a terra virgem era de imensa fecundidade, que a exuberância das suas hortas e jardins levou naturalmente os habitantes da ilha e os colonos que a ela aportavam a dar àquele sítio, com muita propriedade, o nome de Orta.»

*Chateaubriand na Ilha do Faial*, (21) ensaio no qual o citado A., Osório Goulart, estuda muito bem a passagem do grande escritor pelos Açores:

«Foi na viagem de regresso da América do Norte que Chateaubriand, êsse espírito privilegiado, de inspiração efusiva e doce, passou alguns dias na Ilha do Faial.

Ernesto Rebelo, nas «Notas Açoreanas», dá a razão dessa visita inesperada e honrosa para os açoreanos: — «A viagem foi



tormentosa, o outono desencadeou-se terrível, o navio acossado sempre por temporais, desde que saíra da América, sofreu diversas avarias na mastreação e só o tempo abonançou nas proximidades do Arquipélago açoreano. Avistando ao largo a ilha do Corvo e em seguida os inóspitos alcantis das Flores, a embarcação dirigiu-se para a Ilha do Faial, aonde aportou no começo de setembro de 1792.

Durante a sua estada na então vila da Horta, enquanto o navio que o conduzia fazia os necessários consertos, foi Chateaubriand muito obsequiado pelos faialenses e especialmente pelo digno cônsul francês Sérgio Pereira Ribeiro, cuja hospitaleira moradia era o ponto de reunião de todos os viajantes distintos que a esta ilha chegavam.

O cônsul francês deu na sua abastada residência um grande baile em honra de Chateaubriand e com este cavalheiro foi o distintíssimo escritor passar alguns dias na Ilha do Pico, no sítio da Areia-Larga, fazendo dali diversas excursões aos mais remotos pontos desta extensa ilha e colecionando pedras, lava vulcânica solidificada e outras curiosidades naturais que consigo levou para França.»

Vem a propósito saber quem era Sérgio Augusto Pereira Ribeiro, que teve a honra de hospedar Chateaubriand em sua casa. Diz Marcelino Lima, nas «Famílias faialenses» :

«Tratava-se com grandeza e distinção, não ocultando, antes sublinhando a vaidade que tinha da sua pessoa e posição social. Como representante da poderosa nacionalidade francesa, a sua casa era e continuou sendo uma das de maior destaque na Horta, onde se reunia o melhor da sociedade faialense. Ali encontravam franca e fidalga hospitalidade quantos tinha por dever dar acolhimento ou lhe eram recomendados, contando-se entre elles personagens notáveis, como Chateaubriand, o príncipe de Joinville, filho de Luiz Felipe, etc.»

*Castelo de Santa Cruz na Cidade de Horta.* (22) — O Castelo de Santa Cruz, diz Osório Goulart, não é um monumento artístico, representa, contudo, venerável monumento histórico, também fortaleza importante, e castelo e fortaleza edificadas ao tempo da grande navegação portuguesa para as Índias e que serviu contra os corsários na defesa dos navios que ostentavam a Cruz de Cristo.

*Os «Arriagas» na Ilha do Faial.* — Osório Goulart estuda o assunto : (23)

«Os Arriagas apareceram no Faial no último quartel do século XVII. João de Arriaga, de família espanhola, brasonada,

foi o primeiro daquele nome que veio para esta ilha, onde foi cônsul de França e de Gênova.

Muitos dos seus descendentes viveram na opulência e desempenharam, com notável relêvo, importantes cargos oficiais na política, na magistratura, no exército e na diplomacia.

A família Arriaga extinguiu-se no Faial, em 1919, pelo falecimento de D. Maria Amélia de Arriaga, irmã do primeiro Presidente da República Portuguesa, Dr. Manuel de Arriaga, tendo este, em 8 de julho de 1840, nascido no solar ou Casa do Arco, na Ilha do Faial, como ele próprio diz à página 167 do seu livro *Cantos Sagrados*.

*A fundação da cidade de Angra.* — É uma boa pesquisa do Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral, (24) que estuda as origens e nascimento do importante núcleo urbano.

«No ano de 1461, aqui chegou o navegador Alvaro Martins Homem, fidalgo rico e de gênio empreendedor, escolhido pelo Infante D. Fernando — sucessor de seu tio, o Infante D. Henrique, no mestrado da Ordem de Cristo a que os Açores pertenciam — para vir auxiliar o donatário Jacome de Bruges no desenvolvimento da agricultura e povoamento da sua capitania. Este fidalgo a quem por ordem de D. Fernando foram distribuídas datas de terreno na parte ocidental da ilha, resolveu fixar-se, após prévio reconhecimento, no local onde hoje assenta a cidade de Angra, que o atraiu especialmente pela sua enseada e abundância de água. Aqui, porém, o terreno era escabroso e coberto de denso matagal: uma ribeira caudalosa descia, pelos atuais caminhos Fundo, da Miragaia e rua do Marquês, acumulando-se as águas na baixa onde hoje se encontra a Praça da Restauração, donde diretamente seguiam para o mar.

Tendo Martins Homem lançado os alicerces da sua casa na margem esquerda da ribeira, casa que ainda hoje se encontra na rua do Marquês, voltou a Portugal, donde, pouco depois, regressou com sua mulher, D. Inês Martins Cardoso e grande número de operários e agricultores acompanhados de suas famílias. Com ele veio também Afonso Gonçalves Antona Baldaia, fidalgo da sua intimidade e considerado navegador pertencente à Casa dos Infantes, que mais tarde havia de ser conhecido por «o velho de S. Francisco».

São então lançados os primeiros fundamentos da povoação que veio a ser a cidade de Angra, cidade que tanto e tão gloriosamente se havia de assinalar na história do nosso país.

Alvaro Martins Homem dá largas ao seu gênio empreendedor: promove o desenvolvimento da agricultura; canaliza a ribeira a que deu novo curso, aproveitando-a como motor de vários

moinhos; faz a dessecação do pântano que as águas da referida ribeira originavam na Praça da Restauração; procede ao corte do arvoredado denso e secular e trata do delineamento das ruas; e promove a construção de várias casas e das igrejas de S. Salvador, hoje Sé Catedral, e de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Conceição.

Por seu lado, Afonso Baldaia faz construir a sua casa no sítio onde se encontra o extinto convento de S. Francisco, hoje Liceu.

O ano de 1474 marca o início de um novo período da história da Terceira. Foi então a Ilha, como consequência do desaparecimento misterioso do donatário Jácome de Bruges e da anarquia que aqui lavrava, dividida, pela Infante D. Beatriz, como tutora de seu filho, D. Diogo, Duque de Vizeu, em duas capitânias: a de Angra e a da Praia.

A primeira foi doada, mercê do direito de opção consignado na respectiva carta, a João Vaz Côrte Real, rico e prestigioso fidalgo da Casa do Infante e notável navegador; e a segunda a Alvaro Martins Homem que, como referimos, já aqui se encontrava.

Assim, desembarcou em Angra, no mesmo ano de 1474, o seu 1.<sup>o</sup> capitão donatário João Vaz Côrte Real e sua mulher, D. Maria Abarca — fidalga da Ponte do Lima — acompanhados de grande comitiva. Instalaram-se então nos paços de Alvaro Martins Homem, seguindo este com Afonso Baldaia para a Praia a tomar posse da sua capitania, depois de indenizado das despesas que fizera com as casas e moinhos que construía aqui.

Na organização e progresso da sua capitania desenvolveu João Vaz notável e proveitosa atividade, sendo a povoação de S. Salvador de Angra, pela grandeza que rapidamente adquiriu, elevada à categoria de vila.

Atraídos pela fama e grande representação do donatário de Angra, e pela fertilidade das terras da sua capitania, aqui se fixaram, vindos do continente e acompanhados de grande pessoal, muitos nobres, aos quais foram concedidas terras, instituindo-se assim as primeiras casas vinculadas.

João Vaz dedicou-se ao delineamento urbano, numa larga e consciente visão do futuro de Angra, cujas ruas ainda hoje mantêm esse admirável traçado primitivo. Concluiu a Igreja de São Salvador e fez construir, sob a direção do engenheiro Pedro Nunes Rebelo, o castelo de S. Luiz, cujas muralhas foram destruídas na primeira metade do século XIX, para no mesmo lugar se poder construir a Praça e o monumento de D. Pedro IV. Fundou o hospital de Santo Espírito, em 15 de março de 1492; concluiu a canalização da ribeira; auxiliou a edificação do convento de



S. Francisco, permitindo aos franciscanos dedicarem-se ao ensino da doutrina cristã, da instrução primária, da gramática etc.: mandou construir ainda a casa da Alfândega, a capela-mor da Igreja de S. Francisco; e promoveu o desenvolvimento do comércio.

Além disso abriram-se estradas e estabeleceram-se povoações na parte ocidental; foram arroteados os terrenos à beira-mar; construiu-se a Igreja de Santa Bárbara — a primeira paróquia para o lado ocidental e bem assim a capelania de São Mateus, e de Santo Antônio, no Pôrto Judeu.

Outro serviço prestado pelo donatário: mandou traçar pelo aludido engenheiro Rebelo o arruamento da povoação de São Sebastião, no propósito de a tornar vila, o que efetivamente succedeu em 1503, sendo seu desejo fazer o mesmo na freguesia de Santa Bárbara.

Obedecia tudo isto ao seu pensamento de elevar Angra à categoria de cidade, ficando nos extremos oriental e ocidental da capitania aquelas vilas.»

*Um notável solar primitivo.* — Aprecia, em seguida, o mesmo A., a casa da rua do Marquês, residência dos famosos Côrte Real.

«Nesta nobre casa — o denominado Solar dos Côrte Reais —, viveu pois João Vaz com sua mulher e filhos e, entre êstes, Gaspar e Miguel, que, arrojados navegadores como seu pai, se immortalizaram pelas suas viagens na rota da América do Norte, onde seus nomes ficaram vinculados por descobrimentos incontestáveis, e a cuja famosa odisséia a recente descoberta do sábio americano Delabarre, na célebre pedra de Dighton, veio, com justificado orgulho nacional, dar singular relêvo.

«Miguel Côrte Real — 1511

«V. Dei Hic. Dux. Ind.»

Residência de navegadores, ali muito se pensou e sonhou com as aventuras sedutoras do mar, do mar a que Portugal deve a sua glória e grandeza supremas.

Ali se instalou, em fevereiro de 1582, o conde de Tôrres Vedras, Manuel da Silva Coutinho, governador dos Açores e lugar-tenente do rei D. Antônio, Prior do Crato. Pouco depois, êste solar, rêgiamente preparado, foi destinado para residência de D. Antônio que, acompanhado de 1000 homens de pé e de cavalo, desembarcou no lugar de S. Sebastião, em 26 de julho também de 1582, entrando nesse mesmo dia na cidade. Ali viveu, pois, também êste inditoso rei durante os meses — julho a novembro — que nesta cidade permaneceu, prosseguindo no seu ardoroso esforço pela independência de Portugal.

Ao marquês de Castelo Rodrigo, D. Cristóvam de Moura, um dos maiores vâldos de Filipe II de Espanha, pelo seu casamento com D. Margarida Côrte Real — sucessora de seu pai, Vasco Annes Côrte Real nas capitánias de Angra e de São Jorge, veio a pertencer, com a posse das referidas capitánias, êste solar. Ao referido marquês, mais tarde vice-rei de Portugal, doou Filipe II, por alvará de 3 de dezembro de 1581, a capitania da Praia, então vaga, e confirmou a doação das capitánias de Angra e de S. Jorge por alvará de 28 de julho de 1582. Assim passou a Ilha Terceira à posse de um só capitão donatário.

No 2º marquês de Castelo Rodrigo — 1º conde de Lumiares, se extinguiram estas capitánias após a revolução de 1640, tendo sido seqüestrados os bens dêste titular. Por Dom João IV foram todos êsses bens doados, em 1642, a D. Afonso de Portugal, 5.º conde de Vimioso e 1.º marquês de Aguiar, e por sua morte, a seu filho e sucessor, D. Luiz. Tendo, porém, D. Luiz de Portugal, 6.º conde de Vimioso, a quem foram confirmadas as capitánias dos Açores por carta de lei de 8 de agosto de 1651, falecido sem geração, entraram os respectivos bens, e com êles o solar dos donatários Côrte Reais, na administração da Fazenda Pública em 1655.

Alguns anos depois foi êste solar arrematado, sendo atualmente propriedade particular.»

*Um historiador açoreano inédito e os manuscritos de história açoreana.* — Estudo de Oliveira San-Bento (25) sôbre a «Crônica da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores», de *Frei Monte Alverne*. O original se encontra na Biblioteca Pública de *Ponta Delgada* e o Marquês Jácome Correia desejou publicá-lo.

Refere-se a outros manuscritos, inclusive à *História das Ilhas dos Açores* de Manoel Luiz Maldonado, inédito usado por Ferreira Drumond, nos seus esplêndidos *Anais da Ilha Terceira*.

*A mulher no seu espírito e na sua ação.* — O Pe. Ernesto Ferreira, investigador açoriano, examinou à luz da história, o papel da mulher das ilhas : (26)

«A mulher açoreana andou sempre à frente da civilização insular, guiando o carro do progresso moral, impelindo-o para as filantrópicas iniciativas, para as grandes realizações.

Foi uma mulher, Isabel Gonçalves, que, ainda no último quartel do século XV, fundou em Vila Franca do Campo um hospital, talvez o primeiro que em terras dos Açores deu guarida ao sofrimento dos doentes pobres. Foi uma mulher que na Vila do Nordeste criou o Monte de Piedade, instituição única no seu gênero nestas Ilhas, que, durante séculos, beneficiou gran-

demente os pequenos lavradores. Não se sabe ao certo o nome desta benemérita da lavoura; mas a sua memória emerge das sombras do passado pregoando um espírito alevantado e uma alma magnânima. Foi uma mulher que, em tempos mais próximos, instituiu o Albergue noturno em Ponta Delgada. Chamava-se Margarida de Chaves e descendia de outra do mesmo nome, que fôra matrona de assinaladas virtudes. Foi uma mulher, Maria Guilhermina Mesquita Pimentel, que promoveu a criação da Cozinha Econômica de Angra do Heroísmo; e foi outra mulher, Maria Cristina d'Arriaga, que fundou a Sôpa Econômica, na cidade da Horta.»

«Mulheres de ânimo varonil também as tem havido nos Açores. Basta citar o nome da forte e honrada Brianda Pereira, cujo valor e coragem muito concorreram para a derrota dos espanhóis na batalha da Salga, na Ilha Terceira, e o de Violante do Canto que foi acérrima partidária do Prior do Crato e que ali, no baluarte das liberdades pátrias, no último reduto em que se entrincheirou a foragida alma portuguesa, sustentou à sua custa as tropas francesas e inglêsas e que auxiliavam o Pretensor.

Formam legião as que se têm consagrado às letras, quer cultivando a prosa, quer dedilhando a lira. Desde a terceirense Catarina de Cristo, a mística poetisa das Contemplações Espirituais, até Hermenegilda de Lacerda, faialense, Amélia Ernestina d'Avelar, picoense, Aurora Morais, micalense, e Mariana Belmira d'Andrade, jorgense, quantas mulheres açoreanas têm ilustrado a pequena pátria insulada no Atlântico! Maria Guilhermina Mesquita Pimentel e Maria Cristina d'Arriaga fulgem simultaneamente na História literária e na Crônica do Bem.»

*Os Açores na história da cultura portuguesa.* — A Doutora Maria dos Santos escreveu uma monografia utilíssima e ressalta os nomes principais das letras e artes açorianas. (27)

«Dois vultos insulanos ligaram os seus nomes à profunda e completa renovação que então se produziu nas letras pátrias: Teófilo Braga e Antero de Quental. Estas duas ilustrações açoreanas são as figuras mais representativas da vida literária portuguesa, da segunda metade do século XIX.

*Teófilo Braga*, servido por uma alevantada cultura intelectual e incendiado das novas iniciativas que sugerira o movimento filosófico e literário do mundo, idealizou a «Visão dos Tempos», uma epopéia da Humanidade, consagrada no estrangeiro pela crítica e da qual muitos poemets foram traduzidos. É uma poesia profunda, concebida por um espírito reformador, com a disciplina filosófica que faltou à «Lenda dos Séculos». Teófilo Braga absorveu-se também apaixonadamente no estudo da poesia popular e apresentou uma coleção de cantigas expressivas da sen-



timentalidade lusa. Perfilharei as expressões de Antero de Quental: «Ninguém melhor do que o Sr. Teófilo Braga compreendeu a alta significação da poesia popular, que estudou com verdadeiro amor e respeito religioso.»

*Antero de Quental* foi o iniciador da famosa rebelião, que procurava integrar a literatura portugêsa na nova teoria da arte. As suas primeiras poesias «Primaveras» e «Raios de extinta Luz» são espécimes da «doença romântica». As «Odes», em que difundiu o novo gôsto, são a revelação da evolução espiritual que se deu no seu clima interior, dentro do germanismo temperado com o radicalismo francês. Nos seus admiráveis sonetos, jóias de peregrino brilho, bruxoleiam as antinomias do seu pensamento, as suas incertezas e dúvidas em luta com a sua crença. É a dúvida de Hamlete, perguntando o que pode haver além do túmulo, é a ânsia de desvendar o infinito, é enfim a expressão das locubrações metafísicas em que se comprazia o seu espírito. São exemplos do seu pessimismo, entre outros, «Homo» e «Consulta». Se é verdade o que diz Buckle, o aspecto da natureza insular deve ter excitado a imaginação poética de Antero. E não há na literatura portugêsa poeta de melhor primor, nem figura de mais nobre austeridade que êsse pensador e filósofo a quem Eça de Queiróz soia chamar Santo Antero.

Estão enquadrados no século XIX alguns poetas açoreanos que deixaram manifestações da sua personalidade artística. Entre outros: *Raposo de Oliveira*, que assinalou a sua passagem com o livro «Ardentias»; Mendo-Bem, pseudônimo de Francisco Joaquim *Moniz de Bettencourt*, que deixou livros de versos em que patenteia o seu grande amor à terra açorense, e *Roberto de Mesquita*, cujos versos foram publicados depois de sua morte, porque nunca quis mostrar êsses pergaminhos que outros tantos apregoam.

A par com êstes, brilharam poetisas cheias de talento que conservam na literatura lugar honorífico: *D. Belmira de Andrade*, *D. Maria Cristina de Arriaga*, *D. Maria Guilhermina de Mesquita*, *D. Ernestina de Avelar*, que escreveu os primeiros versos aos doze anos e outras mais.

Logo ao amanhecer a prosa balbucia os primeiros vagidos. É o doutor *Gaspar Frutuoso* o primeiro que ensaia as suas fôrças nas «Saudades da Terra», obra pródiga em informes acêrca da qualificável nobreza que povoou as Ilhas Terceiras, como os Côrte-Reais, que perscrutam os mares para desvendar novas terras, como Francisco do Canto, que funda a cidade da Bahia, como Pero de Ornelas, cuja espada lampeja na Índia ao lado de Afonso de Albuquerque, como Bento de Góis, explorador, que singra para as praias longínquas da Ásia e outros em quem sobejava

esfôrço para as grandes emprêsas da nação. O doutor Gaspar Frutuoso escreveu pelos anos de 1580 a 1591.

Segue-se o *Pe. Antônio Cordeiro*, a quem coube a tarefa de relatar na sua «História Insulana», o que se apagou, após o grande desastre de Alcácer-Kibir. É um documento valioso para bem se apreciar o imorredouro exemplo de lealdade que deu a Ilha Terceira, não patuando com o usurpador castelhano, mas defendendo com soberano heroísmo o rei nacional. A Ilha Terceira tem o seu nome indefectivelmente vincado nos fastos nacionais.

Nos séculos XVI e XVII são ainda de nomear *Frei Diogo das Chagas* e *Frei Agostinho de Montalverne*, historiadores, o *P. Bartolomeu de Quental*, escritor místico, fundador da Congregação do Oratório e o genealogista *P. Manuel Luiz Maldonado*.

Nasce nos fins do século XVIII o historiador *Francisco Pereira Drumond*, autor dos «Anais da Ilha Terceira».

São páginas que entumescem o orgulho dos terceirenses. É o relato das sangrentas lutas entre guelfos e gibelinos, todos filhos da mesma terra portuguesa. A Ilha Terceira, pelo seu valioso apoio à causa da Liberdade, pela sua constância e pelo sangue espargido dos seus filhos, contribuiu fortemente para amortilhar o absolutismo miguelista.

Oliveira Martins referindo-se a essa época da história diz que «o espetáculo da ilha nesse período é nobre e digno». Não se pode negar a influência incontestável dos Açores na história pátria.

Não deixa de vir a propósito recordar o nome do *P. Jerônimo Emiliano de Andrade*, brilhante educador que consagrou a sua atividade ao ensino. Foi condiscípulo de Almeida Garrett, por ocasião da estada dêste na Terceira, autor de livros didáticos e professor e reitor do liceu de Angra, que hoje tem o nome dêle.

No século XIX, Teófilo Braga revelou a sua assombrosa erudição e conhecimentos onímodos no opulento monumento de mais de trinta volumes da história da literatura portuguesa, cujas árduas pesquisas abrangem uma trajetória de mais de cinqüenta anos de labor, por caminhos inexplorados. Teófilo foi um sábio do maior estalão intelectual. Quando o imperador da Alemanha estêve há anos em Portugal e quis conhecer o *homo sapiens lusitanus*, uma voz unânime declarou Teófilo Braga o único sábio que então contava a nação.

Antero de Quental que encarnou profundamente as novas idéias, deu êsse grande estilo que se admira nas suas prosas sobre temas literários, filosóficos, religiosos e políticos, que êle fa-

zia passar pela joeira da sua crítica moderna e vigorosa. São dois altíssimos valores que se comparam, mas não se confundem. É incontestável que se exerceu nêles a influência mesológica dos Açores, ainda que se não possa aceitar em absoluto a teoria de Montesquieu.

Entre êsses açorenses, que giraram na órbita do século XIX, está *Alfredo Mesquita*, elegante prosador, que nas suas viagens soube colhêr informações minuciosas para os seus livros «Terra de Espanha», «Cartas da Holanda», «América do Norte»; o Padre Senna Freitas, gigante na polêmica, como demonstra a «Autópsia da Velhice do Padre Eterno» e «Lazaristas», polêmicas que Camilo não desdenharia perflhar; *Campos Júnior*, autor de vários romances, entre os quais sobressai «Guerreiro e Monge»; *Florêncio José Terra*, contista; a escritora *D. Hermenegilda de Lacerda* e os jornalistas *Augusto Ribeiro*, fundador do *Jornal do Comércio* de Lisboa e colaborador da *Revue politique et parlementaire*, de Paris, e *Faustino da Fonseca*, redator da *Vanguarda* e dramaturgo.

Cultivaram a história *José Joaquim Pinheiro* que escreveu «Épocas memoráveis», trabalho valioso sôbre a Terceira; *Ernesto do Canto*, que apresentou o primeiro volume do «Arquivo dos Açores», importante repositório histórico e ainda *Alfredo Sampaio* e *José Arriaga Brum*. A par dêsses, distinguiram-se os investigadores *Félix José da Costa*, *João Teixeira Soares* e o antropólogo *Francisco de Arruda Furtado*, citado por Ferreira Deusdado.

Ainda não é tudo: tem valor profundo na vida portugêsa uma constelação enorme de médicos eminentes que tiveram por bêrço os Açores. Basta citar, dos mortos, *Anibal Bettencourt*, notável microbiologista, considerado no estrangeiro um sábio, e dos vivos, *Antonio Joaquim de Sousa Junior*, outro insigne bacteriologista, autor de «Etiologia do Cancro», «Contribuição para o estudo da tuberculose urinária» e colaborador de «Reports on experiments undertaken to discover whether the common domesticated animals of Terceira island are affected by plague» e o grande cientista Dr. *Azevedo Neves*, que escreveu entre outros trabalhos valiosos: «O Método de Finsen», «Psicopatologia criminal», «O Ensino da Medicina legal» e muitos discursos.

Chamemos também para esta fileira os catedráticos açoreanos que derramaram os ensinamentos do seu profundo saber. Foi *Felipe de Quental*, professor de medicina na Universidade de Coimbra; foi *Carlos de Mesquita*, um dos mais conspícuos Professores da Universidade, talento eminente, cuja energia vibrou em ondas de luz intelectual, quer na cátedra, quer nos seus trabalhos de crítica literária, entre êles «O Romantismo Inglês»; foi



*Teófilo Braga*, catedrático do Curso Superior de Letras, que, além de poeta, filósofo e literato, foi fundador e diretor da revista «O Positivismo» e colaborador da «Revue de Philosophie Positive» de Littré; foi *Angelo Ribeiro*, Professor da Faculdade de Letras do Porto, escritor, cujas obras assinalam o seu estilo fecundo, como «O Verbo Antigo», «A «Maria Stuart» de Schiller», 1º e 3º volume da «História de Portugal», edição Portucalense, e outros ilustres com iguais direitos à nossa admiração.

A política excelentemente representada constitue uma das maiores glórias do Arquipélago. *Hintze Ribeiro*, chefe do partido regenerador, *Antônio José de Ávila* que, pela obra profunda de diplomata, mereceu o título de Duque de Ávila e Bolama; *Eduardo de Abreu*, cujo verbo inflamado tinha o brilho da mais bela eloquência parlamentar; o visconde de *Meirêles*, embaixador em Berlim, onde soube honrar a pátria; *Manuel de Arriaga*, figura prestigiosa, que ascendeu à magistratura suprema da nação, com vasta cultura, e *Teófilo Braga*, segundo Presidente da República, a quem as feições intellectuais davam o cunho da mais indisputada superioridade, são nomes que conquistaram um lugar proeminente na vida política portugêsa.

Há também açoreanos que se têm consagrado aos primores da pintura e da música. No século XIX *Marciano Henriques da Silva* foi professor da Academia de Belas Artes de Lisboa e pintor da casa real e *Teles de Lacerda* deixou belos quadros reveladores do seu brilhante talento artistico. Entre os contemporâneos, salienta-se o pintor *Domingos Rebelo*, espirito de variabilidade, que tem já um nome glorioso a que dão direito as telas em que tratou os nobres ramos da pintura: a paisagem e o retrato.

Glórias musicais são *Francisco de Lacerda*, com créditos no estrangeiro e que na regência duma orquestra tinha as qualidades necessárias para tão elevado cargo, e o *P. Tomaz Borba*, Professor jubilado do Conservatório de Lisboa, um dos organizadores do Museu do mesmo Conservatório e consagrado compositor, que conta entre as suas valiosas obras canções para crianças.»

O Panteão Açoreano. — O P. Antônio da Costa Ferreira, historiador açoreano, chama a *Igreja de S. Francisco*, de Angra, como Panteão do Arquipélago, pois nela estão os túmulos de Paulo da Gama, cujo lugar certo se discutiu muito, e também a sepultura de João Vaz da Costa Côrte Real, notável navegador, bem como de três mulheres distintas e ilustres da mesma familia.

A igreja é, por si mesma, histórica e tem uma venerável crônica desde a sua fundação. (28)

Uma Velha Igreja Gótica na Terceira. — O Dr. Garcia da Rosa, antigo professor do Seminário de Angra do Heroismo,

estudou a *Matriz da Freguesia de S. Sebastião*, (29) com detalhes históricos, artísticos e arquitetônicos.

A planta é cruciforme, analisa-lhe a construção, a pintura, as partes, a época, as restaurações etc.

*Luis da Silva Ribeiro*. — Devemos destacar a obra do saudoso e notável investigador açoriano, dedicando-lhe um pequeno capítulo, aqui de sua vasta e útil bibliografia.

Aqui damos relêvo a três importantes trabalhos de sua autoria:

a) *Os estudos etnográficos nos Açores*. (30) — O eminente escritor faz um levantamento completo da bibliografia sobre o tema:

Esta breve resenha bibliográfica da Etnografia Açoreana está longe de ser completa e destina-se a dar uma idéia do estado em que se encontram êstes estudos no Arquipélago.

Segundo refere o grande e venerando mestre Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos, nos «Ensaio Etnográficos», vol. II, pág. 362, Armando da Silva publicou no volume XV da «Revista do Minho» uma bibliografia do folclore açoreano, mas, na carência de elementos bibliográficos de estudo com que se luta neste meio, não me foi possível consultar êste trabalho, onde, certamente, muito de útil poderia encontrar.

A copiosa coleção de documentos para a história insular organizada e custeada pelo benemérito Ernesto do Canto, «Arquivo dos Açores», contém numerosas notícias, como referências a antigos costumes em tôdas as ilhas e, a par delas, insere alguns escritos designadamente sobre a etnografia como: «Antiguidades Açoreanas»; «Impérios do Espírito Santo», de Bernardino José de Sena Freitas (vol. I); «Festas dos Jesuítas em Angra — 1652»; «Breve notícia do imperador e vôdo», do P. Alberto Pereira Rey (vol. III); «Breve notícia dos festejos em Angra pela restauração do absolutismo em 1823», (vol. VII); «Festas em Angra em 1824»; «Festas na canonização de Santo Inácio de Loyola e São Francisco de Xavier», (vol. VIII); «Amostra de poesia popular»; «Epítome das Festas que se fizeram em Angra em 1746», (vol. IX), etc.

Na *História Insulana*, do Pe. Antônio Cordeiro (Lisboa, 1717), nos «Fastos Açoreanos», de Gabriel de Almeida (Lisboa, 1889); na «Corografia Açórica», de Soares de Albergaria (Lisboa, 1822) : na «Notícia do Arquipélago dos Açores», de Acúrcio Garcia Ramos (Angra, 1869), na obra de Augusto Wahlen «Moeurs, usages et costumes de tout les peuples du monde», (Bruxelas, 1844), nas «Histórias das Ilhas», de Maximiliano de

Azevedo (Lisboa, 1899), coleção de lindas novelas e contos com assunto insular, bem como noutras obras de caráter histórico ou literário, encontram-se alusões e referências, mais ou menos circunstanciadas, a costumes, crenças, festas, usos e tipos de todas as ilhas.

A conferência de Vitorino Nemésio, «O Açoreano e os Açores», inserta na coleção de ensaios «Sob os signos de agora», é um importante estudo sobre o tipo açoreano. Obra mestra em tudo o que respeita às Ilhas, em especial Santa Maria e S. Miguel, mas que de todas se ocupa, são as «Saudades da Terra», do Dr. Gaspar Frutuoso, o mais antigo cronista açoreano, espírito culto e complexo, que aliava o conhecimento da história ao gosto pela ciência. Da parte relativa àquelas duas ilhas, há uma excelente edição, comemorativa do centenário do autor. O resto da obra foi publicado pelo Sr. Ferreira de Serpa: no «Arquivo da Universidade de Lisboa», os restantes. Aí encontra o etnógrafo muita coisa de grande importância.

Na «Zeitschrift fur romanische Philologie», vol. XIII, e na «Revista Lusitana», vol. II, H. Lang ocupou-se das tradições populares dos Açores; e Teófilo Braga, nos «Contos Tradicionais do Povo Português», tem alguns colhidos nas ilhas. O mesmo operoso escritor publicou no «Álbum Açoreano», n.º 1, um pequeno artigo «Cantos Populares Açoreanos»; na «Revista Lusitana» (vols. I e II), «Ampliações do Romanceiro das Ilhas dos Açores», e na «Harpa», 1876, um artigo sobre superstições populares.

Menção de muitos costumes se encontra nas Constituições do Bispado de Angra, feitas em 1559 pelo bispo D. Jorge de Santiago (Angra, 1881, 2.ª ed.); mas é preciso lê-las com cuidado, pois grande parte é trasladada das constituições de outros bispados, tornando-se por isso duvidoso se todos os costumes, a que aí se alude, existiram de fato nas ilhas.

Obra de etnografia propriamente dita, abrangendo todo arquipélago, é o encantador livro do Sr. Dr. Leite de Vasconcelos «Mês de Sonho» (Lisboa, 1926). O mesmo autor consagrou ao teatro popular açoreano parte do seu artigo «Assuntos insulares», no vol. XXXIII da «Revista Lusitana».

Em monografias, sobre cada ilha de per si, é mais rica a bibliografia do folclore açoreano. A ilha, por enquanto, mais e melhor estudada é a de S. Miguel. Avultam entre os trabalhos que dela se ocupam os do Dr. Luiz Bernardo Leite de Ataíde: «Etnografia Artística» (Ponta Delgada, 1918), «Reminiscência da vida antiga em São Miguel», 2 volumes (Ponta Delgada, 1928 e 1929) e uma série de artigos publicados na «Revista Micaelense»: «Novos subsídios para a etnografia e para a histó-



ria da arte micalense», «Folclore do Vale das Furnas», «Apostamentos sôbre a arquitetura regional», «Doçaria conventual», etc.

O Dr. Urbano de Mendonça Dias, nos volumes 4.º e 5.º da copiosa coleção de elementos para o estudo da Vila Franca do Campo intitulada «A Vila», ocupa-se largamente de usos e costumes, festas populares, crendices, linguagem, jogos infantis, adivinhas e do cancionero.

Recentemente, 1937, a Dra. D. Ligia Maria da Câmara de Almeida Matos publicou uma dissertação acadêmica, «Ilha de São Miguel: seu dialeto e literatura popular», que é trabalho muito apreciável.

Arruda Furtado, insigne naturalista, dotado de um rigoroso espírito científico, deixou um estudo notável, «Materiais para o estudo antropológico dos povos açoreanos: observações sôbre o povo micalense» (Ponta Delgada, 1886), que, além da parte antropológica, têm muito de etnografia, e o P. Ernesto Ferreira, tão douto cultor da história social e política como da história natural do Arquipélago, consagrou à etnografia um livro, «A alma do povo micalense» (Ponta Delgada, 1927), série de pequenos artigos sôbre usos e costumes contemporâneos, valorizados com referência a antigos costumes e grande número de quadras e expressões populares.

Sôbre pesca, Armando da Silva publicou na «Portugália», vol. I, um artigo bastante completo, «A alfaia marítima da Ilha de São Miguel», e Gabriel de Almeida uma curta monografia, «Os Açores e a indústria piscatória» (Ponta Delgada, 1892), da qual a maior parte àquela ilha se refere.

No «Álbum Açoreano» há alguns artigos etnográficos sôbre S. Miguel: «Capote e Capelo», que compreende também Santa Maria; «Mitografia açoreana — Contos populares», de Armando da Silva; «Costumes Populares Micaelenses», de Joaquim Candido Abranches; «A poesia popular: Os repentistas», de Raposo de Oliveira; «A bretanha micalense — Um problema etnográfico», do Dr. Eugênio Pacheco.

«A Revista dos Açores», de José Tôrres, tem um artigo do Dr. Filipe de Quental sôbre cantigas populares e diversas notas sôbre superstições, no vol. I.

No «Mosaico» (Lisboa, 1840), encontram-se três artigos, «Cantar os Reis», «Uma procissão», e «O Monge de Caloura», e as modernas revistas «Os Açores» e «Insula», ambas de Ponta Delgada, têm publicado quadras populares e notas de etnografia.

O Sr. General Lacerda Machado publicou um opúsculo, «Etnogenia micalense» (Coimbra, 1921), e Francisco Maria Supico, um curioso artigo sobre superstições e prejuizos populares

no «Almanaque Açoreano» de 1866. Na «Monografia dos Ginetes», de Antônio José Lopes de Almeida, «Revista Micaelense», vol. I, há também etnografia.

Nas obras de alguns viajantes estrangeiros encontram-se descrições de tipos, usos e costumes, como as de Walter Frederick Walker, «The Azores or western islands», que também reproduz músicas populares (Londres, 1866); S. G. W. Benjamins, «The Atlantic Islands as resorts of heat than pleasure» (New York, 1878), obra ilustrada com belas gravuras; Joseph & Henry Buller, «A winter in the Azores an a summer at the baths of the Furnas», London, 1841, etc.

Na Ilha Terceira também alguma coisa se tem feito no campo da etnografia. A excelente obra de história «Anais da Ilha Terceira», de Francisco Ferreira Drumond, tão abundante de materiais e verídica quanto de difícil leitura pelo seu estilo pesado, contém muitas e excelentes notícias de interesse para a etnografia, que também se encontram, aliás, na «Memória sobre a Ilha Terceira», de Alfredo da Silva Sampaio (Angra, 1904), modelo de monografias regionais, na «Topografia da Ilha Terceira», do P. Jerônimo Emiliano de Andrade (2 vols., Angra, 1843 e 1845), obra completada com a publicação dos «Apontamentos Póstumos», em 1850, pelo P. Mariano Constantino Homem.

Uma obra literária em que a arte corre parêlhas com o rigor da informação, obra preciosa para o estudo da linguagem popular, é o «Paço do Milhafre», de Vitorino Nemésio (Lisboa, 1924), onde há belas descrições de usos, costumes, credices e tipos terceirenses.

João Ilhéu (Tenente Frederico Lopes da Silva Jr.), escritor regional consagrado, tem alguns livros que o etnógrafo lerá com proveito: «Tipos da minha terra» (Angra, 1927); «Touradas e Romarias» (Angra, 1929); «Gente do Monte» (Angra, 1932).

Gervásio Lima, que se ocupa propriamente de história e literatura, publicou «As festas de S. João» (Angra, s/d); «Festas do Espírito Santo» (Angra, 1932), onde reproduz uns artigos do Dr. Antonio Moniz Barreto Côrte-Real publicados no «Anunciador Terceirense» e arquiva muitas quadras populares; «Poetas e Cantadores» (Angra, 1931); «Cantadores» (Angra, 1935), em que trata dos improvisadores populares que cantam ao desafio, — obras onde há bastante matéria etnográfica.

No «Álbum Açoreano», Vieira Mendes, jornalista, fundador e diretor durante muitos anos do diário *A União*, publicou «Bestearia Açoreana: o manto e o capote» e «Costumes Açoreanos: As Festas do Espírito Santo», e Bourbon e Meneses «As

touradas à corda». No jornal *O Escudo* (Angra, nº 201), saiu um artigo sobre as «Pêtas de Abril», e, no «Almanaque Popular dos Açores» (Ponta Delgada, 1872), um artigo de Felix José da Costa Sotto Maior, «O Manto», e no «Almanaque Insulano» (Angra, 1873), um artigo de Gonçalo Rodrigues da Câmara Lima se dá notícia de alguns costumes antigos muito curiosos e hoje quase esquecidos.

Únicamente para que esta resenha não fique muito incompleta, vejo-me forçado a falar de alguns nonadas que tenho publicado sobre a etnografia da minha terra, como sejam: «Velhas leis e velhos costumes na poesia popular açoreana»; «Linguagem popular da Ilha Terceira»; «Indústria popular dos tecidos no distrito de Angra do Heroísmo»; «Notas sobre a pesca e os pescadores na Ilha Terceira»; «Breve notícia da toponímia terceirense», que saíram na revista «Açoreana»; «Etnografia jurídica da Ilha Terceira»; «O Natal, o Ano Bom e os Reis nos Açores», «Notas sobre a vida rural na Ilha Terceira»; «Notas de Etnografia da Ilha Terceira», que saíram na «Revista Lusitana»; «Carros do Espírito Santo», na «Insula»; «Festas do Espírito Santo», em «O Mundo Português», o «Trajo popular terceirense», na revista «Os Açores» e no jornal *Correio dos Açores* de Ponta Delgada, «Subsídios para um ensaio sobre açoreanidade» e «A pretendida influência nórdica no povo micalense», além de pequenas notas reproduzidas dos artigos acima citados.

Com respeito à Ilha de S. Jorge, na excelente monografia local de José Candido da Silveira Avelar, «Ilha de S. Jorge» (Açores), Horta, 1902, vêm mencionados muitos usos e costumes, tanto antigos como modernos, e o mesmo sucede, ainda que mais resumidamente, no livro de João Duarte de Souza, «Ilha de São Jorge» (Angra, 1897).

A poesia popular desta ilha é a melhor estudada, pois Teófilo Braga, servindo-se dos apontamentos do Dr. João Teixeira Soares, lhe consagrou os «Cantos populares do Arquipélago Açoreano» (Pôrto, 1896), de que há uma edição, sem notas nem nome de autor, feita na Horta em 1902. «O P. Santo na Ilha de S. Jorge» (Lisboa, 1906).

Quanto à Ilha Graciosa, só temos a monografia de Antônio Borges do Canto Moniz, «A Ilha Graciosa (Açores): Descrição histórica e topográfica» (Angra, 1883), que dá notícia de alguns costumes.

Trabalhos concernentes às Ilhas do Faial e Pico, apenas posso mencionar os seguintes: «História das quatro ilhas que formam o distrito da Horta», de Antonio Lourenço da Silveira Rebelo, 3 vols. Horta, 1871, e «Famílias Faialenses», de Marcelino Lima (Horta, 1923), onde se encontram muitas e úteis in-



formações, bem como numa obra de caráter literário, «Notas Açoreanas», de Ernesto Rebelo, primeiro publicadas no «Arquivo dos Açores». Entre as obras de caráter geral, não pode ficar no esquecimento o «Espelho Cristalino», de Frei Diogo das Chagas, publicado, na parte referente ao grupo ocidental, pelo Sr. Ferreira de Serpa, em «O Instituto».

Estudos propriamente etnográficos há, que me consta, «As festas de São Marcos em algumas Ilhas dos Açores e sua origem provável» (Lisboa, 1906), pelo Coronel Francisco Afonso Chaves, ilustre cientista primeiro Diretor dos Serviços Meteorológicos dos Açores, que se ocupou mais ou menos de tudo quanto respeita às Ilhas; «Vocabulário regional — Usos, costumes, superstições, notas históricas» (Coimbra, 1917), de Lacerda Machado; «Indústrias caseiras», de Marcelino de Lima, no «Álbum Açoreano», e, recentemente, «Costumes Açoreanos» (Horta, 1937), de Manuel Dionísio.

Com referência à Ilha Santa Maria, só posso mencionar dois artigos no «Álbum Açoreano»; «Festejos do Espírito Santo», de Júlio Angelo Borges Cabral, e «Indústrias marienses», relativo à olaria.

Sobre as «Flores e Corvo», há a registrar «Festas do Espírito Santo nas Ilhas das Flores e Corvo», pelo Coronel Chaves (Lisboa, 1904), e «Vocabulário Florense», no volume primeiro da «Revista dos Açores».

b) *A necessidade de promover o estudo etnográfico e linguístico no Arquipélago dos Açores e meios práticos de o satisfazer.* — Luis da Silva Ribeiro (31) com sua autoridade de investigador sério, faz um plano excelente de coleta de material, apelando para os organismos oficiais e particulares então existentes, comenta os questionários, propõe pesquisas e alude aos pioneiros famosos: Teófilo Braga, com a coleção de cantos populares e Leite de Vasconcelos no «Mês de Sonho», livro clássico.

Sugere também a criação de institutos regionais açorianos nas universidades portuguesas.

Aprecia os vários campos da pesquisa que se pode realizar.

c) *Ensino da Música.* — A terceira comunicação ao Congresso Açoreano, nesta secção, e feita por Luís da Silva Ribeiro é uma proposta sobre o ensino da música nos Açores.

Depois de rápido histórico sobre o ensino musical principalmente na França e na Alemanha, e até seu papel político, e a falta mesmo de bandas militares nos Açores, naquele tempo, quando existia apenas uma.

Pedia, então, que fôssem, em cada uma das capitais dos distritos açorianos, criadas escolas elementares de música. (32).

*O castelo de S. João Batista e sua igreja.* — Manoel Forjaz Coelho Borges, escritor açoriano, levanta a hipótese de restauração e conservação do Castelo e Igreja de S. João Batista, ao lado do Monte Brasil, todos monumentos históricos. (33)

*Armando Côrtes Rodrigues.* — É dos escritores açorianos de grande mérito. Investigador de raras qualidades e comovido poeta que evoca as belezas de sua terra natal.

O estudo que faz sobre o resguardo, salvamento e métodos de coleta do «Folclore Micaelense» (34) constitui modelo de orientação, pois se preocupa em assinalar tôdas as fontes folclóricas na sua mais pura expressão da criação popular.

*A colheita do Folclore.* — O Prof. Armando Narciso volta ao assunto de folclore, tema predileto, rico e abundante. «A colheita do folclore nos Açores» é o título de seu ensaio. (35)

Passa em revista os inúmeros campos de pesquisas e comenta em certa passagem:

«Já de há muito esta riqueza vem sendo notada. Há pouco vi, não sei já onde, que a maior parte do «Romanceiro», de Garrett tem origem insular. O «Cancioneiro Açoreano», do Dr. João Teixeira, mendigado ali de porta em porta, assim como os «Cantos Populares do Arquipélago dos Açores», que Teófilo tão sãbiamente coordenou, são as provas mais cabais de quanto valem as tradições e as manifestações literárias do nosso povo. Mas nem mesmo pelo lado do rimance o assunto está esgotado. No que diz respeito ao resto do folclore oral nada mais conheço de o que têm publicado o Prof. José Leite de Vasconcelos, Dr. Urbano de Mendonça Dias, Padre Ernesto Ferreira, Dr. Luiz Ribeiro e Manuel Dionísio, e, quanto a folclore musical, os trabalhos de Francisco de Lacerda e Padre Tomás de Borba.

Nem só de coisas do passado caliginoso e miscelânea folclórica nos fala. Ela também elucida acêrca dos costumes e da psicologia das gerações recentes. Para isso é ver as modificações, os apêndices que a fabulação da nossa gente acrescentou às lendas de introdução recente — não já mitológicas e bíblicas, mas por exemplo agiográficas. Uma particularidade, no que diz respeito às modernas produções folclóricas, há mesmo a notar acêrca das nossas ilhas. Quero-me referir à formação de rimance nos nossos dias. Crimes, cataclismos, acontecimentos notáveis têm sido passado à trova popular e vão correndo, de terra em terra, e vão sendo transmitidos de geração em geração. É um fato muito particular e muito digno de atenção da parte dos folcloristas. Interessantíssimo também se torna, isto não só nos Açores, mas tôdas as regiões, ver quais as alterações sofridas, as interpretações particulares que dão feição local a temas universais.»

*Carreiro da Costa.* — Investigador honesto, de grande capacidade de trabalho e muito talento.

Compareceu ao Congresso Açoriano com dois ótimos estudos:

a) *Literatura Regional.* -- Denominou sua memória de «Breve notícia sôbre elementos para uma literatura regional açoriana». (36)

Faz um apanhado inteligente da situação literária e a inspiração folclórica, sua temática, seu habitat e seus tipos e paisagens. As profissões, as religiões, o trabalho, etc., como motivos, etc.

«Há muitos anos, quando a poesia, nos Açores, ainda nos dava uma antologia acanhada e incipiente, houve quem tentasse imprimir, às novelas que então se publicavam, uma feição regionalista. Estão neste caso as Locubrações literárias de Joaquim Cândido Abrantes — contos ingenuamente construídos, onde o autor apenas se limitava a fazer retrato dos casos acontecidos nas aldeias circunvizinhas de Ponta Delgada (S. Miguel). Mais arrojado nos parece entretanto Augusto Loureiro, pois, além de descrever fielmente a ambiência local, tentou interpretar a psicologia daqueles que tratava. No entanto, tudo nesses trabalhos é manifestamente artificioso, pois que por vêzes o autor se desprende a divagar para além daquilo que observa, chegando mesmo a pôr «linguagem de cidade» na bôca de pobres camponeses sem outra cultura que não seja aquela que lhes dá o compêndio da Natureza. Tenhamos em vista as falas de Roberto — *Cenas do Vale das Sete Cidades.*

Obra sua de maior fôlego, no entanto, é a novela «A Bruxa», cuja ação se passa na Candelária e cujo volume, quando publicado, foi dedicado a Sua Majestade, a Rainha D. Amélia, por ocasião da visita régia aos Açores, em 1901.

Depois disto, grande interregno creio ter havido no que respeita a publicações dêste gênero, pois, pelas demais ilhas açorianas, não me consta que houvesse tentativas neste campo de literatura.

Graças, porém, ao incremento que ultimamente se tem dado ao estudo da etnografia açórica, é que pode dizer-se que têm aparecido alguns trabalhos dignos de nota. Refiro-me à peça «Os Ratos», de Manuel A. Lino, ao «Paço do Milhafre» e «A varanda de Pilatos», de Vitorino Nemésio, aos trabalhos de João Ilhéu, à peça «O Milhafre», de Côrtes-Rodrigues, e a um admirável volume de poesias — «Em louvor da Humanidade» — do mesmo autor, bem como a uma novela de Marcelino Lima — «A caça da baleia» — e a alguns contos dispersos de Manuel Ferreira.»



b) *Música Regional*. — Carreiro da Costa, noutra comunicação — «Música Regional Açoreana — um problema de cultura popular» (37) debate o assunto, concluindo que se atribua às Câmaras Municipais de cada concelho e às respectivas comissões de arte e arqueologia, o encargo da organização de grupos regionais locais, e outras medidas atinentes ao mesmo assunto.

«Para que o nosso folclore continuasse a afirmar-se com toda a riqueza das suas características, seria necessário que se desperdicesse o gosto por ele, não apenas nas elites de mais elevado nível de cultura, mas justamente no povo, na fonte que é a base principal do próprio folclore e donde este partiu com toda a pureza das suas formas, com toda a filosofia dos seus adágios, com toda a graça dos seus poemas, com toda a melodia dos seus cantares.

Ora dentro de todo o folclore há um capítulo importantíssimo a cuidar: — o da Música. No que se refere aos Açores, pode dizer-se que a música regional forma um dos capítulos mais representativos do nosso folclore.

Melhor do que nenhuma outra manifestação da nossa tradição popular, a música regional dos Açores define a psicologia do povo açoreano. Se a psicologia do povo açoreano é uma resultante do meio, a música regional, pode afirmar-se sem exagero, é aquilo que melhor exterioriza o espírito sentimental do povo dos Açores.

*A idiossincrasia açoreana*. — Manuel Dionísio, professor e investigador açoriano, estuda o que ele denomina idiossincrasia: (38)

«A diversidade de idiossincrasia açoreana revela-se nas canções populares que são do temperamento do povo, índice que melhor nos dá a medida da sua diversidade de sentimentos. Assim, o povo dos três distritos açoreanos têm canções próprias que são o espelho onde se revê a alma do povo; são o padrão do seu temperamento e modalidades sentimentais, talvez mesmo símbolos de fé e crença nos destinos do seu viver.

Sem dúvida, as canções trazidas pelos colonos primitivos foram a origem das canções populares e o temperamento dos mesmos colonos orientou, até certo ponto, a evolução dessas canções, mas nelas é manifesta a influência do meio e do clima, do labutar e do viver. Cada terra, ou antes, cada núcleo de população, tem as suas canções características, acompanhadas de bailados próprios. Assim, em S. Miguel, os bailados e cantos populares são os fados rolado e furado, mas o fado alegre, movimentado, cheio de vida.

Na Ilha Terceira as canções e bailados têm um caráter de ternura dolente, como a «saudades» e os «olhos pretos» talvez

manifestação de um repouso ou contraste com o espírito folgação e arrojado do povo terceirense.

Nas outras ilhas centrais e ocidentais os cantos e prediletos bailes populares são as quatro chamarritas derivadas do baile flamengo «As vacas» que, pelo ritmo lento, não logrou satisfazer os descendentes dos colonos que o importaram.

Por isso foi transformado, adquirindo outros aspectos reveladores duma nova vida mais variada e ativa. Assim vemos que os cantos e bailados populares açoreanos são patrimônios particular de cada núcleo de população, desenvolvido no próprio solo sob a inspiração dos cambiantes das auroras, da policromia dos poentes, do verdejar dos campos, do estrelar dos céus, do gorgear das aves e do rumorejar do oceano, numa eterna canção de luta.

Os cantos e bailados açoreanos não são o cantar e bailar do saloio português nem o fado mórno e lânguido do rufia. Tem uma outra expressão sentimental bem diversa, uma outra poesia, uma outra vida, porque exprimem outras modalidades de sentimento e correspondem a outras concepções que o meio estimula e o caráter seleciona e depura.»

*Valorização do folclore e a criação dos Museus Etnográficos.* — O Capitão Francisco Lopes Júnior, investigador açoreano, estuda com precisão o material que deve ser levado para tais tipos de casas de estudo, que assim também concorreria para salvar o patrimônio etnográfico.

Aprecia as iniciativas que se fizeram, bem como o elemento colhido para as representações cênicas em peças teatrais. (39)

«Tentativas isoladas se vêm esboçando de há tempos a esta parte, merecendo especial menção os trabalhos de investigação e recôlha dos terceirenses Dr. Luiz Ribeiro e João Carlos da Costa Moniz, Padre Ernesto Ferreira, Dr. Urbano de Mendonça Dias, Dr. Luiz Bernardo Leite de Ataíde e Dr. Alfredo Bensaúde — êstes dois últimos promovendo recentemente a organização do Museu Etnográfico em Ponta Delgada, com a dedicada colaboração de outros estudiosos e entusiastas — e os trabalhos em desenho e reconstituições várias da arte regional, que o terceirense Maduro Dias tem produzido com notável êxito e invulgar talento.

O Teatro Regional — que conta já algumas tentativas com êxito — quer no gênero dramático como as peças «O Milhafre», do Dr. Côrtes-Rodrigues, «Os Ratos», do Dr. Manuel Antônio Lino e «O Maior Amor», do Dr. Luiz Ribeiro, quer no gênero musicado com a opereta «Água Corrente», já referida, e da «Glória do Divino», do mesmo autor, que breve subirá à cena — muito poderia contribuir para criar no grande público o gosto

às «coisas nossas», acicatando-lhe a curiosidade e o interesse dos nossos hábitos e costumes.»

*Luiz Bernardo Leite Ataíde.* — Um dos etnógrafos e críticos de arte mais estimado, pela sua independência mental e originalidade de idéias.

«A Secção de Arte do Museu de Ponta Delgada e sua missão educativa» (40) é o ensaio proposto pelo ilustre escritor açoriano. Depois de examinar atentamente a maneira pela qual pode fazer crescer o museu, conclui com ótimos informes de trabalhos de sua autoria.

«Além de numerosas peças artísticas por mim adquiridas no decorrer dos anos, expostas no Museu, e a êle pertencentes, e de algumas (Propriedade do Estado), e ali depositados: — Quadros de pintores modernos, antigos painéis, desenhos, azulejos, esculturas — considero fazerem parte do seu fundo todos os estudos que tenho publicado de investigação histórica sobre o nosso patrimônio artístico, com o fim de auxiliar os futuros diretores do Museu na identificação dos objetos de arte a que hajam de proceder.

Bem desejaria não só deixar lançado o Museu, como acompanhá-lo de um trabalho completo de pesquisa que esgotasse o assunto, mas é isso impossível, pois uma vida não basta para se alcançar êsse fim. A tarefa vai ainda muito longe do seu remate. Mantenho, porém, a esperança de que outros o conseguirão.

Êsses trabalhos a que me refiro na tese apresentada, são os seguintes :

«Manifestações de arte entre nós, nos séculos XV, XVI e XVII», — Em 1910 o ilustre crítico e historiador de arte, há pouco falecido, Sr. Dr. José de Figueiredo, a cuja memória aqui presto a minha homenagem de admirador e amigo, revelou-me o desejo de conhecer as minhas investigações dentro daquele período. Publiquei, então, o que mais poderia interessá-lo sobre pintura e imaginária micaelense.

«Notas sobre Arte», 1915 — Os resultados, embora lentos, do primeiro período de investigações (1908 a 1912), animaram-me a reunir em volume notas sobre: obras de talha e escultura: azulejos portugueses e embrexados; outras mais formas de Arte aplicada: pintura e decoração; arquitetura religiosa e civil; construção naval.

«Etnografia artística», 1918 — Tendo já mais detalhado conhecimento das produções artísticas de caráter popular, elaborei êste trabalho nêle tratando: motivos de Arte rústica micaelense: suas características, filiação e estado atual; interesse da Arte rústica, e sua representação no Museu.



«Arquitetura regional», 1920 — Onde tratei da determinação do tipo de arquitetura regional, do caráter e fundo artístico tradicional; do que se deve entender por regionalismo em Arte; da arquitetura exótica; e de uma tentativa de construção regional.

«Organização de Museu em Ponta Delgada», 1922 — Aí me ocupei da Arte em geral; da Arte regional; da Arte religiosa e da etnografia conventual.

«Reminiscências da vida antiga em S. Miguel», 1º vol., 1928. — Neste ano publiquei diversos artigos em jornais e revistas e o 1º volume de «Reminiscência...», que contém: a paisagem; portais das velhas quintas; fortalezas; moinhos de vento; convento da Esperança; vestígios do Papo do Conde; retratos antigos; a casa morgadia; matrizes de Ponta Delgada e Vila Franca do Campo; a pedra da Caldeira Grande; nicho do século XVI; teatros do Espírito-Santo; o jôgo do bilro e ermidas primitivas.

«Reminiscências da vida antiga», volume 2.º, 1929 — Que contém: o trilho; o púlpito do Colégio; o lagar; o retábulo do Senhor Santo Cristo; um retrato do Consistório da Santa Casa de Ponta Delgada; o cruzeiro do Senhor Santo Cristo; notas sobre carpintaria do século XVI; nicho do século XVII; a quinta da Bela Vista; passos e bandeiras da Santa Casa; doçaria conventual; o barco costeiro e imagens de S. Roque da Matriz de Ponta Delgada, e da Piedade de São Francisco da mesma cidade.

«A nossa gente», 1935 — Onde procurei deixar revelar a psicologia do povo micalense, narrando fatos reais da sua vida moral e espiritual.

Ultimados, presentemente, a publicar: «Azulejos historiadados do Convento de Belém». — «Reminiscências da vida antiga», volume 3.º — Que contém o carro de bois; o arado, a grade e o arrasto; notas sobre o Campo de São Francisco de Ponta Delgada; a Cruz; algumas peças do Museu da Matriz de Ponta Delgada; a canga; azulejos de pintura solta; o Convento de Belém; pedras do Museu de Ponta Delgada; a barba; notas sobre o Convento dos Fenais da Ajuda; festas regionais; e «Notas sobre artistas e amadores de Arte em São Miguel», em dois volumes.»

*Poesia Popular.* — Manuel Ferreira, jornalista açoreano, escreveu «Relance da alma açoreana na poesia popular» (41) que inicia com uma poesia de *Olavo Bilac*, escrita quando o grande poeta brasileiro passou pelos Açores:

«... com cestas de flores,  
Que o mar de leve balança,  
Abrem-se ao Sol dos Açores  
Verdes da côr de esperança».

Transcreve, o que faremos também, e na íntegra, com comentários, algumas poesias de cantadores populares:

Vejam estas quadras de profundo e emotivo lirismo, improvisadas pelo cantador terceirense João Caetano da Rocha, o «Massica», ao comemorar o aniversário dum filho, no aconchêgo da lareira humilde mas feliz:

Tua doce melodia  
Tê enlevaria os sábios  
Parecem beijos Maria,  
Que deixas cair dos lábios

A dois nomes quero bem,  
P'ra mim têm justo valor:  
Tereza que é minha mãe,  
Maria, que é meu amor.

E referindo-se à Terceira, sua ilha natal, de que estivera ausente durante anos, longe dos seus, tece-lhe êste hino:

Ês rosário de alegria  
Que rezo sempre que posso  
Cada casa — Ave Maria,  
Cada igreja — Padre Nosso

Define bem a mulher açoreana esta quadra admirável do cantador micalense José Pacheco da Câmara, o «Barbeiro», em resposta à improvisadora Maria Angelina de Sousa, a «Trulu», que lhe dissera ser preciso vir da sua ilha — A Terceira — para S. Miguel ver uma cantadeira:

Esta ilha inteira tem  
Muita mulher p'ra cantar  
Mas elas só cantam bem  
Junto à pedra do seu lar.

A saudade, êste sentimento indefinido, tão caracteristicamente nosso, inspira quadras que a serem colhidas por mãos carinhosas, como as do poeta e escritor Gervásio de Lima dariam centenas de páginas doces, encantadoras, daquela suavidade iluminada pelo clarão divino do amor.

Como são belos êstes versos da cantadeira terceirense Maria Borges, a «Chicharra», que é de todo analfabeta!

É grande a humanidade,  
Grande o mundo e a ciência,  
Mas maior é a saudade  
Que eu sinto na tua ausência.

Quem a saudade inventou  
Não sabe bem o que fez;  
Foi alguém que experimentou  
O amor bem português...

A nota religiosa também é ferida a cada instante.

Algumas quadras. Uma das «Trulu», improvisada ao soar do meio dia, dizendo horas de reza:

Cristãos, tirai o chapéu  
E louvai a Virgem Maria!  
Ergamos as mãos ao céu,  
Que está soando meio dia!

Êstes versos do «Massica», louvando Deus:

Êle deu o sol que alumia,  
Deu a terra que pisamos,  
Deu a água que nos sacia,  
Deu o ar que respiramos.

E nesta idéia generosa:

Deus dá o trigo e o milho,  
E tudo quanto se come;  
Porque há aí tanto filho  
No mundo a morrer de fome?

E culpando a Humanidade, diz:

A saúde é rico cofre  
Que nós guindamos à rua;  
Se a humanidade sofre  
A culpa é tôda sua.

No decorrer dos desafios desenvolvem-se por vèzes pensamentos felicíssimos, de caráter filosófico, o que é para admirar em gente tão inculta. Exemplifiquemos com alguns cantado-



res terceirenses. Vejam o pensamento profundo desta quadra de Francisco Gonçalves Nunes, o «Chico da Vila».

A vida inteira se encerra  
Em dois quadros de ventura:  
Um, ao entrarmos na terra,  
O outro além da sepultura.

Eis uma quadra de José de Souza Brasil, o «Charrua», com um conceito feliz e até aplicável a êsses humildes filhos do povo que nasceram poetas:

Quantas vêzes desabrocha  
Na mais deserta campina,  
Na fenda de qualquer rocha,  
Uma fonte cristalina?

Manuel Barcelos, terceirense, como lhe dissessem que, sendo êle um dos primeiros cantadores, talvez soubesse qual era a coisa mais ligeira do mundo, deu a seguinte resposta acertada, pelo menos quanto à idéia:

Eu cá não sou o primeiro  
Mas tenho meu fundamento  
Nada sei ser tão ligeiro  
Como o nosso pensamento.

Recorda-se o leitor da frase de Sócrates, o filósofo que pelas ruas da sábia Atenas discutia com tôda a gente: «Eu só sei uma coisa: é que nada sei»?

Pois bem! Vejam agora esta quadra em que o cantor José Gonçalves Martins, o «Tenrinho», chegou maduramente à mesma conclusão:

Nunca li, nem estudei,  
Salteado ou de cor,  
Porém sei que nada sei  
— Inda podia ser pior.

Escusado será dizer-vos que o «Tenrinho» nunca folheou nenhum compêndio de Filosofia nem estudou a moral socrática, que não leu o filósofo grego nem o conhece... de nome... Nos torneios de improvisação também tratam-se todos os temas, versan-

do-se até os problemas como êste, da morte, da sua «descendência» e seus efeitos.

Primeiro esta quadra da «Trulu».

A morte descendo, parece,  
Da linda vida e da sorte,  
Que, se a vida não houvesse,  
Não podia haver a morte.

Agora esta outra do terceirense Francisco Caetano Diniz, o Cêguinho:

A morte a ninguém alegre,  
Para todos é sempre triste.  
A morte é uma ave negra  
— Mata tudo quanto existe.

E do «Charrua», continuando no mesmo sentido:

Mata santos, mata santas,  
Mata lírios, mata palmas,  
Mata arbustos, mata plantas,  
Só não mata as nossas almas.

Nas cantigas de amigo inclinadas para a confiança, para o desabafo ou cantoria amigável, há imagens preciosas como estas da «Trulu», definindo o branco e a mentira:

O branco é delicadeza,  
O branco é castidade,  
O branco é a pureza,  
O branco é a verdade.

A mentira suja a alma  
Como o cisco suja a rua,  
Como o frio corta a calma,  
Como a nuvem cobre a lua.

Nesta quadra do «Charrua», quando interrogado sôbre o que era ser patriota, palpita e freme o orgulho de ser português:

Patriota é Vasco da Gama  
E Pedro Alvares Cabral,  
Que levaram longe a fama  
Do nome de Portugal.

Agora algumas cantigas de escárneo e maldizer, que por vêzes são fustigadas pelo látego cruel duma ironia mordaz e acerada e muitas outras duma graça inofensiva, adocicada, que faz rir sem magoar.

Do «Tenrinho», explicando o desmobilamento da sua boca a um cantador, que o estranhara:

Estava sentado na caixa  
Em certa noite ao serão,  
Deu-me a mulher tal bolacha  
Que os dentes foram p'r'o chão.

E, como em cantoria, na presença de dois médicos se elogiasse a medicina, êle saiu-se com esta:

Eu louvo o desembaraço  
Da cirurgia moderna :  
— A quem se queixa dum braço  
Corta-se logo uma perna.

Freqüentemente tem quadras brejeiras, de duplo sentido, como esta :

Quem tem amor bonitinho  
Nunca vive descansado;  
Quando pensa estar sôsinho  
Está bem acompanhado!...

A um cantador que chamou ao «Charrua» — «figueira do inferno», — arbusto de frutos inaproveitáveis respondeu êle:

Sou figueira do inferno  
Sem fôlhas, co'o tronco nu ;  
Dou figos no verão e inverno  
Para os diabos como tu.

. Reparem, agora, nesta metáfora engenhosa de que se serviu o cantador micaelense Antonio Lourenço, o «Cara-Velha», para confessar o seu fraco pelo vinho:

Assim que ganho dez réis  
Gastá-los é meu costume,  
Em água pisada aos pés  
Fervida sem ir ao lume...

Pelo que fica dito, poderá fazer-se, embora que apagadamente, uma rápida idéia do que seja a alma açoreana traduzida com



fidelidade na poesia popular; em seu profundo lirismo e pia religiosidade, em sua singela filosofia e graça desataviada.

Nela transparece o espírito genuíno e puro da Raça, perpassando a musa anônima e imortal dos troveiros medievos.»

*Música popular.* O maestro Manoel Maria de Melo estuda cuidadosamente o problema e dá a transcrição de cinco tipos de músicas regionais açoreanas, música triste; «Praia», música poética; «O Ladrão», música satírica; «O Folgadinho», música de dança. (42)

Não obstante este cunho genérico das canções açoreanas, elas são diferentes, de ilha para ilha. O que as faz assim caracterizar não é só o fato de o meio de comunicação entre as ilhas ser deficiente, mas também o de os primitivos habitantes terem tido origens diferentes; por isso as suas canções têm a característica da respectiva terra, sendo assim difícil fazer-se rigoroso estudo folclórico açoreano. Esta particularidade é notada até mesmo pelos próprios habitantes, de tal modo que chegamos muitas vezes a ouvi-los dizer, por exemplo:

— Vamos cantar ou tocar o «Pezinho Velho», o das «Caldeiras», o da «Vila.»

Por outras ocasiões, quando se trata das festas do Espírito Santo, também ouvimos dizer:

— Esta moda é a da Folia da Relva, é a da Folia dos Arrifes e de outras freguesias.

Esta característica que faz diferenciar as canções de aldeia para aldeia é mais definida quando é de ilha para ilha.

O fato de haver uma particularidade de diferença, nas canções das diversas ilhas dos Açores, é bastante importante para fazer um estudo rigoroso da Música Regional Açoreana e da psicologia dos habitantes.

Quanto à riqueza e variedade das canções açoreanas, há divergências entre musicólogos.

*Figuras ilustres.* O Prof. Armando Narciso, erudito açoreano e que em Lisboa presidiu o Congresso de Estudos do Arquipélago, fez notável discurso inaugural do conclave, peça na qual há passagens de esplêndidas informações de história, como se pode ver neste trecho que ele enumera os *açorianos* ilustres. (43)

Vem agora a propósito falar-lhes dos açoreanos ilustres, daqueles que, pelos séculos fora, se têm destacado acima do formigueiro humano. Mas citar todos não é possível, durante tempo tão escasso. Dentre os navegadores não devemos esquecer Pedro Barcelos mareante arrojado, para quem o Atlântico não tinha segre-

dos, e João Labrador que descobriu a península americana que ainda lhe guarda o nome. Mas a aventura dos Côrte-Reais foi mais retumbante, por mais dramática. Seu pai, João Vaz Côrte Real, foi dos primeiros povoadores do Arquipélago, navegador destemido que armou navios e esquadrinhou o vasto Oceano. Gaspar e Miguel seguiram-lhe o exemplo e ambos se perderam em terras do Novo Mundo.

E além destes, tantos outros como Sebastião Gago, Pedro Vaz, André Novais, João Coelho. O segrêdo que nesse tempo se guardava destas arrojadas aventuras, por mares nunca dantes navegados, fez com que êstes precursores tenham ficado esquecidos e os que depois vieram, e lhes aproveitaram a lição, tanham ganho celebridade.

Aos navegadores seguiram-se os guerreiros. Foram heróicos capitães da África e da Índia Hércules Barbosa, Manuel da Silveira, Figueiredo Utra, Soares de Sousa, Gaspar Machado, Sousa Gusmão e tantos outros que, em terras inóspitas, derramaram o seu sangue no engrandecimento da Pátria. E ainda nas recentes campanhas ultramarinas os açoreanos têm tomado parte bem ativa e bem notável, nem só na conquista e na ocupação, mas ainda nas grandes explorações do interior. Era açoreano o grande explorador do sertão Roberto Ivens.

Se êstes navegadores, exploradores e guerreiros têm dilatado o Império, outros açoreanos têm dilatado a Fé, desde os primeiros tempos da colonização. Dêstes, merece destaque, em primeiro lugar, Bento de Gois, da Ilha de S. Miguel, missionário que, cheio de audácia, tenacidade e fôrça de alma, atravessou a Índia, o Turquestão e a Tartária e foi morrer na China, depois de ter palmilhado oitocentas léguas, entre povos estranhos, bárbaros e hostis, passando tormentos e privações sem conta. S. João Batista Machado, da Ilha Terceira, foi evangelizador e mártir no Japão, onde também missionou Furtado de Mendonça. Missionaram na China Francisco Ribeiro; na Índia Manuel Pinheiro, Antônio Bettencourt e João Teixeira; na América do Norte Antônio Araújo; no Brasil Carlos da Silveira e nas Filipinas Braz Soares. Nessas longínquas paragens atingiram a dignidade prelática Bartolomeu do Pilar, bispo do Grão Pará; Afonso Benevides, bispo de Meliapôr, Cristovam da Silveira e Brum de Faria, arcebispo de Goa; Frei Alexandre, bispo de Malaca e João Paulino, bispo de Macau. E ainda são açoreanos os atuais bispos de Macau e Meliapôr.

Mas não foi só como navegadores, guerreiros e missionários que os açoreanos se distinguiram desde êsses recuados séculos até a atualidade. Êles também brilharam na ciência teológica e humanística dêsses tempos. Foram lentes de Coimbra Manuel de Faria,

Manuel Teixeira, Pereira Coutinho, Sousa Enes, Rui Gonçalves e outros mais açoreanos. Mais recentes e cultivando ciências naturais temos cientistas açoreanos de valor, tais como Paulo Oliveira arqueólogo, Arruda Furtado antropologista, Gomes Machado médico e naturalista, Nogueira Sampaio médico e meteorologista, Armando da Silva zoólogo, Melo e Simas astrônomo, Rêgo Lima geólogo, Canto e Castro psicólogo, Bruno Carreiro cirurgião e botânico, Afonso Chaves naturalista, geólogo e climatologista, Antônio Maria Barbosa professor de anatomia, Filipe de Quental professor de clínica, Filomeno da Câmara professor de fisiologia, Anibal Bettencourt professor de bacteriologia. E tantos outros de entre os mortos e de entre os vivos. São atualmente, professores da Faculdade de Medicina de Lisboa, cinco açoreanos; da de Ciências dois e outros existem noutras faculdades e institutos.

Nas advocacia basta citar os nomes de Manuel Duarte e Armelino Junior. Nas artes têm tido os Açores notáveis representantes, como os pintores Sousa Pinto, um ainda vivo. Era açoreano o grande músico Francisco de Lacerda, como açoreano é um dos mais competentes professores de harmonia do nosso Conservatório, há meses reformado. E pintores e músicos de apreço mais alguns poderia citar. Nas letras temos o grande Antero de Quental, o erudito Teófilo Braga e outros de menor grandeza como Gaspar Frutuoso, Lacerda Bulcão, Ernesto do Canto, João Teixeira, Antônio Cordeiro, Moniz de Bettencourt, Câmara Lima, José de Lacerda, Silveira Moniz, Angelo Ribeiro, Alfredo Mesquita, Guilherme Moraes, etc.

Não deixaram também os açoreanos de brilhar nas lides políticas, como atestam os nomes de Avila e Bolama no liberalismo, Hintze Ribeiro e Jacinto Cândido no constitucionalismo, Manuel de Arriaga no republicanismo. Mas seria um nunca acabar se quiséssemos desfiar todo o rosário dos açoreanos ilustres. E se dos açoreanos passássemos aos filhos dos açoreanos, nascidos fora dos Açores, que longa e interminável lista! Camilo Castelo Branco descendia de gente do Pico, Almeida Garrett de gente do Faial, como filho de faialense era Curry, o grande mordomo mor dos Hospitais Cívicos de Lisboa.»

*Antologia da Poesia Moderna.* Hugo Rocha, jornalista que muito escreveu sobre os Açores, no *Correio do Pôrto*, pronunciou, no dia da abertura do Congresso de Estudos açoreanos, no Grêmio dos Açores, em Lisboa, aplaudida conferência que intitulou — «Os Açores na obra de alguns poetas açoreanos da atualidade.» (44)

a) *Escritores citados:* Frederico Lopes Junior, Oliveira San Bento, Bettencourt Machado, Armando Côrtes Rodrigues, Osório

Goulart, Manuel Augusto do Amaral, Vitorino Nemesio, Jaime Camara, Roberto de Mesquita, João Cabral do Nascimento e outros;

b) *A Pátria Açoreana*. Consulta o indispensável tratado de Gervasio Lima — «A Pátria Açoreana», que reúne grande soma de informações ótimas.

c) *Pinto da Rocha*. Sendo Antero de Quental tema predileto de inspiração dos poetas açoreanos, menciona-se o grande escritor brasileiro do Rio Grande do Sul, Pinto da Rocha, formado em Coimbra e que em Pôrto Alegre dirigiu a *Federação*, o diário republicano do tempo do Império onde escreveram os mais destacados jornalistas.

Pinto da Rocha, que esteve nos Açores, tem uma bela frase referente a Antero, acolhida na obra de Gervasio Lima e que vem a propósito do ensaio de Hugo Rocha:

Antero de Quental era «o artista que tinha a altura do Pico, a graça da Graciosa, o heroísmo de Angra, a fecundidade da Horta, a tristeza do Corvo, a fé de Santa Maria, a galhardia de S. Miguel, a bravura de S. Jorge, a sombra do Faial, a austeridade da Terceira, o homem que era a síntese poética de seu arquipélago, como Teófilo Braga, mestre de tantas gerações, é a síntese histórica das ilhas.»

d) *Poetisas*. Transcreve um soneto de Alice Moderno e cita mais as seguintes: Maria da Camara Leonor Arruda, Maria das Mercês do Canto Cardoso, Maria Betencourt (Maria do Céu), Adelaide Sodré, Maria Amélia Rebelo Arruda (Maria do Monte), Angelina Hintze, Maria Isabel da Câmara Quental etc.

e) *As omissões*. Hugo Rocha diz que não citou versos de numerosos poetas açorianos de mérito, o que não quer dizer que não lhes aprecia o talento. Estão neste caso: Felix Horta, Rolando de Viveiros, Duarte de Viveiros, Guilherme de Moraes, Henrique Braz, Carreiro da Costa, Vasconcelos Cesar, Correia de Melo, Manuel F. de Andrade, A. Garibaldi, José da Costa, José Rocha, Albano Cordeiro, Diniz da Luz, Maduro Dias, Manuel Antonio Lino, Joaquim Andrade, M. Souza Alvim, José P. Botelho Riley, etc.

f) *Cantadores e Improvisadores*. «O espírito popular satírico que informa, consideravelmente, a poesia popular açoreana tem base, assim, na melancolia e na tristeza, determinadas pelo fator mesológico mar, céu, paisagem, rumor vulcânico das «caldeiras», ambiente paradoxal de serenidade e inquietação. . . Como exemplo de canção popular açoreana rigorosamente satírica, aponto As velhas, de «música bem original e letra extravagante», gênero de canção que, no parecer justo de Gervasio Lima, é «capaz



de fazer rir o mais sisudo, quando interpretados os versos por cantador esperto.» Os mais célebres cantadores e improvisadores populares, principalmente das Ilhas de S. Miguel e Terceira, têm fornecido o folclore açoreano de versos mordazes e zombeteiros, como não se encontram iguais, por certo, em todo o folclore nacional. Francisco Caetano Diniz, o ceguinho da Serrêta (Ilha Terceira), tocador de viola e improvisador, Manuel Machado Nogueira, da Terra Chã, José Gonçalves Martins, o «Tenrinho», de Santa Bárbara, João Caetano da Rocha, o «Massica», das Cinco Ribeirás, Manuel Vieira da Costa, da freguesia das L'ontinhas, concelho da Praia da Vitória, são, entre outros, autores de letras de «As velhas» que se popularizaram, extraordinariamente, dentro e fora do arquipélago. Como padrão da mordacidade e da zombaria que caracterizam êsse motivo poético popular.»

*A Poesia e a Geografia.* O tema principal de Hugo Rocha é mostrar a relação que existe entre a inspiração e a paisagem, o verso e a história, o escritor e as fontes da natureza e do passado, finalmente a poesia e a geografia.

a) *A Terra.* Vitorino Nemésio.

«Terra d'Açores onde vagueia a bruma  
Perdida em ritmo pelo céu dormente,  
Desabrochado em nove flôres de espuma  
Sob o luar comovido e evanescente.»

b) *A Névoa.* Manoel Augusto do Amaral.

«Sob uma opaca névoa de incerteza  
E de pavor, por séculos veladas,  
Jazeram, como virgem encantadas,  
Estas jóias sem par da natureza.»

c) *O Arquipélago.* Oliveira San-Bento

«Gôndolas verdes, barcas ideais  
Que a mão de Deus nas vagas espalhou;  
Vagas cheias de sol e de poalha

De oiro e de cambiantes de cristais  
E juncadas de flôres duma batalha  
Que entre tritões e ninfas se travou.»

d) *As nove Ilhas.* Raposo d'Amaral.

«Em vão o mar retalha em nove cantos  
Nove açafates de verdura e flôres,  
As nove irmãs no solo e dos encantos,  
As ilhas abençoadas dos Açores.

Que nestes nove berços sacrossantos,  
Edens de paz, de sonhos e de amores,  
O próprio mar embala a outros tantos  
Povos irmãos nos fados, nos labores!  
E como mãe que o terno filho afaga,  
O mar nos ri e canta a cada vaga;  
E como os filhos seus nos une e irmana.

E nos segreda a voz da Natureza:  
Sois a aurora da Alma Portuguesa  
Que o mar espelha em Alma Açoreana.»

e) *O Mar.* Rebelo de Bettencourt.

«Longa, uma voz em mim anda chorando..  
— Ó mar! eu sou irmão das tuas máguas!  
E nos meus versos oiço o ritmo brando  
Que eu aprendi no coração das águas...»

f) *As Aldeias.* João Ilhéu (Frederico Lopes Junior)

«Aldeias da minha terra  
O mesmo destino têm.  
Pérolas sôltas da serra,  
Aldeias da minha terra  
Só junto ao mar se dão bem.

g) *A chuva.* Rebelo de Bettencourt

«Dia aziago. Chove... O céu é de ameaça.  
Uma bruma cinzenta estrangula a paisagem.  
Oiço na voz da chuva uma estranha linguagem  
E adivinho em minh'alma um caso de desgraça.

Quero lutar, vencer, e falta-me a coragem.  
A tarde cai e em mim uma sombra esvoaça...  
Viver, envelhecer... Como esta vida passa!  
— Felicidade humana, és uma vã miragem!

Meu Deus, que tédio! E a chuva cai, lenta, a chorar  
— Foi numa tarde assim que Antero de Quental,  
Vencido, farto, só, se resolveu matar:

Que êste tédio que põe a paisagem doente,  
É o mesmo, meu Deus, que anda, por nosso mal,  
Nos Sonetos de Antero e na alma da gente!»

h) *Os rochedos.* Manoel Augusto do Amaral

«Em que estarão cismando êsses rochedos,  
Erectos sôbre o mar, tão pensativos?  
— Gigantes de basalto primitivos,  
Em contorsões de pasmo, hirtos e quedos!

Que transe, que mistérios, que segredos,  
Se agitam na sua alma de cativos!  
— A Alma eterna do Ser, sem lenitivos,  
Na luta que alacera, a golpes tredos!

Imóveis e sem luz, seus olhos baços  
Fitam a imensidade. Entre seus braços...  
Ninhos tecem as pombas, a noivar...

Como escravas, as ondas, uma a uma,  
Ungem-lhes, soluçando, os pés de espuma...  
E êles... sempre a cismar, sempre a cismar.»

i) *As Serras.* Armando Côrtes Rodrigues.

«Naquela paz da tarde adormecida.  
Já quando o céu se funde com a serra,  
Logo ressurgue incerto e cresce e erra  
Todo o mistério intérmino da vida.

Que força de silêncio desmedida  
Em seu pensar recôndito se encerra?!  
Dos lábios tôda a fala se desterra,  
Cala-se a natureza recolhida.

Serras distantes junto ao céu distante!  
Se alguma nuvem desce e aqui se arrima  
Pára um momento e logo segue avante!

Quanta tristeza em nosso isolamento!  
E só de nós o homem se aproxima  
Nunca de nós se lembra o sol e o vento!»

j) *Ilha de S. Miguel.* I — Padre Rademaker

Quando de longe teu nome  
Outrora ouvi pregoar,  
Não te julgava tão linda  
Ó linda per'la do mar.

Deu-te a mãe do Onipotente  
Quanto na terra é gentil;  
Um céu que cobre os teus picos,  
Duma casa côr de anil;  
Serras de verde esmaltadas  
E vilas engrinaldadas  
Duma verdura sem fim;  
Em cada praia um segredo,  
Em cada grimpá arvoredo,  
Em cada vale um jardim!

Quem não te foi costeando  
P'las tuas praias ao sul,  
Quem não viu em Vila Franca  
Junto ao ilhéu teu mar azul,  
Quem pelas matas soturnas  
Não desceu até às Furnas,  
Não viu crateras ferver,  
Entre rochedos e fráguas,  
Não viu cristalinas águas  
Jorros de prata verter.»

## II — Oliveira San-Bento

«No mar azul, côr dos céus,  
A Ilha Verde a brilhar  
Quadro sublime que Deus  
Pintou na tela do mar!»

## III — Virgílio de Oliveira

«Ilha Verde», ilha encantada...  
Uma serra, um vale, um monte...  
Lá vai seguindo uma estrada,  
Além soluça uma fonte.

Fica a nossa alma abismada,  
Quando tomba o sol defronte...  
— Luz esbatida, iriada,  
Morrendo no horizonte.

Oh! Terra, que tanto amamos!  
Em qualquer parte onde estamos  
O mesmo encanto te invade:

Abraça-te o mar risonho,  
Princesa feita de sonho,  
Embalada na saudade...»



IV — Osório Goulart

Amoroso, nos largos horizontes,  
Neptuno beija alguma Ninfa incauta,  
hora em que Pan tocava a rude flauta,  
ao suspirar idílios nas fontes.

Surgem à vista do surpêso nauta  
Sete cidades com formosos montes,  
aos seus poetas orna as moças fronte  
de louros e hera a Natureza lauta.

Terra bendita, que nasceu dum beijo,  
Flor que brotou de olímpico desejo,  
que a lira dos dedos já cantara . . .

Ilha Verde, de ubérrimo esplendor:  
Apolo dá-lhe a forma e a leda côr  
e a fulva Céres cuida-lhe a seara.»

V — José Jacinto Botelho

Ó olhos de Jacob, alma saudosa:  
Era a Mesopotâmia mais mimosa  
Do que esta tamanina S. Miguel?

Mais do que a vossa pátria florida,  
Não será esta a Terra Prometida  
Onde há rios que correm leite e mel?»

g) *Ilha Terceira*

I — Oliveira San Bento

«Brazões ninguém os tem iguais aos dela  
Viu curvados aos pés  
Os leões de Castela  
Que um dia, derrubou . . .  
Foi a última terra lusitana  
Que ao domínio da Espanha se curvou!  
Bendita sejas, pois;  
Ó terra açoreana!»

II — Gervasio Lima (Terceirense)

Do Arquipélago lindo, a alma, — as ilusões —  
Abriga-as êste lar — coração dos Açores!  
Aqui repousa o Gama, aqui passou Camões,

Águia do pensamento, alada entre condores,  
E chamou, o grande vate assombro das nações,  
À terra de Jesus — a ilha dos Amores!»

III — Angra do Heroísmo. Poesia do autor do «O Clamor das sombras» :

«Cidade d'Angra, posta, em doce jeito,  
Ao pé das ondas, junto ao Oceano,  
Lembras a noiva dum gigante ufano,  
Dormindo reclinada no seu peito!

Cada pedra que tens recorda um feito  
De antigas eras de valor insano;  
Aqui veio embalar o falso engano  
O Dom Prior do Crato, insatisfeito.

A noite, no caminho, à beira-mar,  
As sombras vagas que o luar derrama  
Vem ler à gente a História, em lindo texto!

Desenha a lua vultos a passar...  
Vão enterrar talvez Paulo da Gama  
Ou levar à prisão Afonso Sexto!»

IV — João Ilhéu. Poeta terceirense.

«Anda sempre o mar contigo,  
Ó minha aldeia distante,  
Da minh'alma doce abrigo!  
Anda sempre o mar contigo  
Como teu fiel amante.

Eu nasci a ver o mar  
No teu leito de granito,  
E a Deus me puz a rezar  
P'ra morrer a ver o mar  
No mesmo abraço infinito!

Sereias do meu naufrágio,  
Vosso canto amor encerra.  
Cantai que é belo o presságio,  
Sereias do meu naufrágio,  
Aldeias da minha terra!»

h) *S. Jorge.*

I — João de Matos Bettencourt

A minha terra é branquinha  
E parece uma barquinha  
Cheia de flôres ;  
O mar embala-a, sorrindo,  
A terra dos meus amores.»  
Terra de alegrias sãs,  
Aonde a côr das manhãs  
Treme de amor;  
Na curva áurea do Infinito  
É como um poema escrito  
Em honra do Criador.»

i) *Graciosa.*

I — Oliveira San Bento

«São as nove ilhas floridas  
Onde a graça veio boiar,  
Nove princesas garridas  
Espelhando-se no mar.

Mas o nome duma ilha  
Inda a tornou mais formosa:  
Entre tanta maravilha  
Só uma foi Graciosa...

Num só nome, causa espanto,  
Como juntou, em caudais,  
Não sòmente o seu encanto  
Mas o encanto das mais!

j) *Faial*

I — Osório Goulart

«Rompendo do mistério a bruma escura  
Em frágeis barcos de heroismo ufanos,  
Ousados nautas cruzam os oceanos  
E vencem das tormentas a bravura

E à luz de novos céus, tomando a altura  
Desenham os antigos portulanos:  
De ignotas ilhas rasgam os arcanos,  
Sorrindo entre elas a ilha da Ventura.

De tôdas a mais linda! O berço meu!  
Trecho de lira que do céu desceu,  
Suave e doce estância virginal!  
Sonhou Camões uma ilha dos Amores,  
A da Ventura tem mais lindas flôres,  
Mais deleitosas sombras no Faial!»

k) *As Flôres*

I — Roberto de Mesquita

«Expira a tarde; o mar entorpecido  
tem um canto monótono que embala,  
um como que nostálgico gemido  
que do Ausente, do Além nos fala...

Desmaia o horizonte enlanguescido,  
com frouxos tons de pérola e de opala,  
neste esvaír de luz que doce exala  
um mágico amavio indefinido...»

II — Gervasio Lima.

«Tantos encantos lhe acharam,  
E tantas, tão vivas côres,  
Que nem jardim lhe chamaram;  
Chamaram-lhe as próprias flôres.»

l) *O Corvo*

I — Oliveira San-Bento

«De pequeno, faz lembrar  
Beijo lindo, de verdura.  
Um beijo da Formosura  
Dado na face do mar!

E êle, para pagar  
Tanto carinho e ternura,  
Abre as ondas com doçura,  
Que são lábios a beijar...

E a vida que leva o povo  
Lembra a quimera mais pura,  
Uma quimera romântica;



Sem inventar credo novo  
Descobriram a Ventura,  
Uma ventura Oceânica.»

m) *Ilha dos Amores*

I — Osório Goulart

«É linda a minha Terra! — a Terra da Ventura  
Fulva manhã de Abril, erguido o sol na altura!

É linda a minha terra! As noites de luar...  
O mistério do Amor na seiva a palpar...

É linda a minha terra! Encantado tesoiro  
Que a lira de Camões cobriu de rosas de oiro!

E a minha linda terra, ativa e valorosa,  
Será sempre o país dos sonhos côr de rosa.

E a minha linda terra — a terra de Aventura—  
Será sempre o país do Amor e da Ternura...»

n) *Caldeira e Ribeira*

I — Oliveira San-Bento

«Ó ilha das estradas, marginadas  
Das hortências azues!  
Que de tão belas fazem-nos lembrar  
Caminhos ideais  
Aonde passam reis e passam fadas  
Para os paços reais...  
Praias do Norte e estrada da Ribeira!  
Eram assim, talvez, lindos caminhos  
Aonde passeava  
A princesa da Atlântida, à espera  
Que a viessem livrar do cativeiro.  
Que nunca terminava!  
Paisagem da Caldeira!  
Quem mergulhasse tôda a alma inteira  
Na dôce quietação  
Das tuas águas límpidas, paradas,  
Como se fôsse o seio da ilusão!»

*Viagem ao país de Antero.* Joaquim Manso, então diretor  
do *Diário de Lisboa* esteve nos Açores numa «missão intelectual»

da qual faziam parte Teixeira Lopes, Trindade Coelho, Luiz de Magalhães, Manuel de Bragança, Leite de Vasconcelos, Antero de Figueiredo e três jornalistas : Armando Boaventura, Raposo de Oliveira e Oldemiro César.

Conta suas impressões. Tinham ido exumar os restos mortais de Antero. Faz observações literárias e de imprensa. (45)

*A Ilha de S. Miguel.* O Prof. Armando Marques Guedes, da Universidade Técnica, faz uma sólida e brilhante conferência referente à ilha de S. Miguel que a estuda sôbre três aspectos : A Natureza, o Homem e a Vida Social. (46)

No primeiro aspecto, cuida da geografia física, da geografia micalense e das águas minero-medicinais.

No segundo aspecto, trata da história do reconhecimento de S. Miguel, o *tipo antropológico* micalense, as casas, o folclore, a demografia micalense, etc.

No terceiro aspecto, estuda a divisão em seis conselhos, a agricultura e silvicultura, a pesca, a indústria e artefatos, turismo, etc.

*A Canção popular.* Antonio Emilio d'Antas de Campos, crítico de arte, fêz na Emissora Nacional de Lisboa, na Meia Hora de Arte Açoreana, primoroso programa de Canção Popular Açoreana. (47)

«O povo açoreano é altamente dotado para a música, muito mais do que para a poesia. Há nisto marcado contraste com o continente, onde os cantadores são — em geral — mais apreciados pela veia poética do que pela arte musical. Além disso os instrumentistas populares açoreanos mostram acentuada tendência para o virtuosismo, do que resulta terem as canções açoreanas ainda mais variantes que as do continente. De modo geral a forma da canção é ali bastante mais equilibrada, mais perfeita, a linha melódica mais elegante e livre, o âmbito vocal mais largo, e o estilo isento de certo portamento arrastado — decerto acentuado pela influência do fado — e que tomou raízes em quase todo o continente.

Nota-se na canção açoreana acentuada queda para terminação na dominante, e falta total do estribilho. Este, provavelmente, existia e perdeu-se. Atualmente o solista canta, só, os dois primeiros versos de cada quadra, em seguida integralmente repetidos pelo câro, e depois os outros dois, que o câro, da mesma forma repete. O andamento é geralmente mais lento do que o da canção continental. As danças, de coreografia mais complicada, são também mais arrastadas do que as do continente. Algumas até consistem apenas em sóbrios meneios de cabeça e braços, com passos simples, curtos e balouçados. A exceção da «Chamarrita», o fandango açoreano, que faz lembrar o vira, e de um ou outro

baile de roda mais vivo, o movimento das danças açoreanas é grave e composto. Entre as exceções deve ainda apontar-se o «Caracol», no qual, a uma ordem súbita do mestre da viola — que é quem dirige o baile — o movimento dobra de velocidade, enquanto a música se mantém no mesmo andamento.

A propósito deve mencionar-se que o acompanhador — o mestre da viola — tem funções muito mais importantes que por cá. Dirige, como se disse, o baile, e é muitas vezes um surpreendente improvisador, que vai comentando, variando e engrinaldando, com prelúdios e interlúdios de sua invenção — segundo esquemas rítmicos dados — as melodias francas e livres dos cantares. Grande «Mestre da Viola» era Francisco de Lacerda, autêntico músico popular, além de músico erudito, e por isso, na sua Ilha, muitas vezes o convidavam para dirigir bailes. E o «senhor Francisquinho» aceitava sempre. As suas harmonizações, que agora ides ouvir, denotam o íntimo conhecimento que êle tinha da música açoreana, da «sua» música, afinal. São, como de costume, apresentadas por Arminda Correia e Artur Santos.

Vamos começar pela Ilha Terceira, e começamos pelo «Charamba», que ali é a dança de abertura de todos os bailes. — (1 — O Charamba).

Ouçamos agora um lundum da Ilha de S. Jorge. O «Charamba», que acabam de ouvir, a «Fôfa», que daremos em seguida, e o «Lundum», são especialmente interessantes para o folclorista, por se tratar de sobrevivências — claro que modificadas pelo rodar dos séculos — de antigas danças exóticas da África e do Brasil. Não deve perder-se de vista que desde o século XV Lisboa é a capital dum grande império colonial, o primeiro em data, e, nessa altura, o maior em extensão territorial. Como não podia deixar de acontecer, êsse fato reflete-se no nosso folclore, e assim se introduziram o oitavado, a arrepia, o zabel macau, o sarambeque, o canário, e outras danças ainda, entre as quais a fôfa, o charamba, e o lundum. Pode reconhecer-se a influência dêste último, imediato predecessor do «fado», não só em Lisboa, como na região da Figueira da Foz, durante largo tempo aberta à influência do Brasil, mas a verdade é que tais danças, com os seus nomes só se conservaram nos Açores — e o «charamba» também na Madeira. O ritmo dêste «Lundum» dança que como é sabido precedeu o «fado» é efetivamente bastante aparentado com êste. — (2 — Lundum).

Como disse, vamos agora ouvir a «Fôfa», dança muito antiga, cuja tradição está quase perdida. A gente nova em geral não a conhece. Recolhida em S. Miguel. — (3 — Fôfa).

Segue-se «O meu Bem», cujo extraordinário prelúdio instrumental é rigorosamente autêntico. É produto da tendência dos

mestres da viola para o virtuosismo, a que fiz referência na introdução. Recolhido na Ilha de S. Jorge. — (4 — O Meu Bem).

E a seguir ouviremos «O Pêzinho», dança de S. Miguel, notável também pelo prelúdio instrumental popular. A propósito deve dizer-se que as sextilhas são muitas vezes quadras — até origem continental nas quais são introduzidos entre o primeiro e o segundo verso, bem como entre o terceiro e o quarto, mais dois versos. — (5 — O Pêsinhô).

Agora a «Bela Aurora», bela canção recolhida na Ilha de São Jorge, na qual pode discernir-se influência francesa. Trata-se duma verdadeira peça de virtuosidade dos cantadores mais afamados, que dela se servem para improvisar infinito número de variantes, tanto quanto à música, como também quanto às quadras. — (6 — A Bela Aurora.)

E agora, da Ilha de S. Miguel, a lindíssima «Saudade», uma canção maravilhosa. Melodia muito bela, de caráter intensamente dramático. — (7 — A Saudade).

Ouçamos a seguir o gracioso «Manjerição», generalizado. É mais uma glosa do motivo do manjerico, tão versado no continente e nos Açores. (8 — O Manjerição)

E, para terminar, «O pai do Ladrão», da Ilha de Santa Maria. O simbolismo do «Ladrão», generalizado, é o do roubador de corações — (9 — O Pai do Ladrão).»

*Imprensa, Propaganda, Justiça e Religião.* A Sessão de Trabalho do Congresso de Estudos Açoreanos dedicada à Imprensa, Propaganda, Justiça e Religião compreende 21 teses.

*Valor passado e presente da Imprensa Açoreana.* estudo de Oliveira San Bento, (48) destaca o *Diário dos Açores* então com 70 anos de circulação é naquela época, 1938, dirigido por Manoel Rezende Carreiro. O mais velho jornal dos Açores. Cita o jornal centenário da Ilha de S. Miguel : *Açoreano Oriental* que começou em 1835 e que em 1935 era dirigido por Ferreira de Almeida. Enumera os diários e suas respectivas idades de então : 70 anos para o *Diário dos Açores*, 45 para *A União* e *O Telégrafo*, 19 para o *Correio dos Açores*, 13 para o *Correio da Hora* e 8 para *A Pátria*.

A monografia seguinte intitula-se: *A missão da Imprensa nos Açores*, (49) na qual seu autor, Armando Narciso, conclama os jornais dedicarem atenção devida à matéria séria, como história ou arte.

Vem depois o estudo de Armando Ávila sobre a *Necessidade e vantagens da criação de um órgão da imprensa para a defesa e propaganda dos Açores na Metrópole*, (50) que propõe a existência pelo menos de um órgão oficioso para tratar desses assuntos.



Osório Goulart escreve interessante síntese referente à *Introdução da imprensa nos Açores especialmente no Distrito de Horta*, (51) registrando o ano de 1829 como a chegada à Angra do Heroísmo da primeira máquina tipográfica e o ano seguinte com a *Crônica da Terceira*, redigida pelo acadêmico Simão José da Luz, o célebre orador José Estevão Coelho de Magalhães, etc.

A *Propaganda Insular pelo Folclore Regional* (52) que propõe Carreiro da Costa consiste em registrar e depois irradiar nas emissoras do país os motivos populares das ilhas, tendo-se, é claro, muito cuidado, no material que se vai selecionar para a gravação respectiva.

A *propaganda insular pela literatura regional* (53) lembra por Carreiro da Costa baseia-se na criação de um Curso Livre nos Liceus Insulares sobre a obra e os escritores locais, dar destaque nos jornais à literatura dos Açores e publicar-se uma revista inteiramente dedicada ao assunto.

Francisco Alvares Cabral lembra a criação de Stand de reclame de Portugal e Ilhas no estrangeiro (54) e J. Silva Júnior escreve no seu artigo — *Os correios e os telégrafos e a propaganda insular* (55) aborda a necessidade da rapidez das comunicações e a possibilidade da expedição da correspondência em convênios com a Inglaterra e os Estados Unidos.

Ezequiel Moreira da Silva lembra, na sua memória *Selos dos Açores*, da vantagem de emissão de selos próprios para as ilhas. (56)

*Algumas considerações sobre a nomeação de Magistrados Judiciais para os Açores* (57) que escreve Oliveira San-Bento é para examinar as causas da falta de juizes que êle atribui ao excesso de feitos e à área das comarcas.

José Bernarda de Almada e José Gomes, o primeiro Vigário Geral da Diocese de Angra e o segundo Ouvidor Eclesiástico de Ponta Delgada, escrevem respectivamente sobre *A religiosidade do povo açoreano* (58) e *A religiosidade do povo micaelense*. (59) Bem como o P. José Pereira da Silva, que trata *O povo faialense sob o aspecto religioso-social*. (60)

A *Memória Histórica sobre os açoreanos que foram bispos* (61), do Cônego José Augusto Pereira, que era professor do Seminário de Angra do Heroísmo, trata de pequenas biografias de D. Fr. João Estaço (terceirense) e Bispo de Los Angeles (1552), D. Luiz de Figueiredo de Lemos (mariense) e Bispo do Funchal (1585), D. Afonso de Benevides (micaelense) e Bispo de Meliapor (1636), D. Fr. Cristóvão da Silveira (terceirense) e Arcebispo de Goa, D. Fr. Bartolomeu do Pilar (jorgense) e Bispo do Pará (1720), D. Antonio Taveira de Neiva

Brum e Silveira (faialense) e Arcebispo de Gôa (1749), D. Fr. Alexandre da Sacra Família (faialense) e Bispo de Malaca (1782) depois Bispo de Angra (1812), D. Manuel Bernardo de Souza Enes (jorgense) e Bispo de Macau (1873), D. José Paulino de Azevedo e Castro (picoense) e Bispo de Macau (1902), D. José da Costa Nunes (picoense) e Bispo de Macau (1919), D. Manuel de Medeiros Guerreiro (micalense) e Bispo de Meliapor (1937), e os filhos de açorianos: D. Fr. Francisco de São Jerônimo (os pais eram micalenses) e Arcebispo do Rio de Janeiro (1701) e D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (também nascido no Rio de Janeiro, como D. Francisco), pais faialenses, Bispo de Coimbra (1774).

O *Seminário de Angra* (62) de José Vieira Alvernaz, *A diocese de Angra, a sua Sé e o seu Tesouro de Arte Sacra*, de Antonio da Costa Ferreira, (63) *A espiritualização das associações profissionais*, (64) de José Bernardo de Almada, *A Ação do Clero Açoreano no Extremo-Oriente* (cita nomes) de José Machado Lourenço (65) e *Algumas necessidades do Culto na Ilha Graciosa*, (66) de Manuel Alvernaz da Silva Bettencourt são todos trabalhos de autoria de padres que examinam tais problemas religiosos.

Completem esta parte os pequenos trabalhos do construtor civil Manuel D'Almeida Chaves, (67) *Projeto da construção de um templo* (exame de plantas) e *A ação dos padres açorianos na América do Norte* (68) pelo Prof. Armando Narciso.

*Política Administrativa, Fomento e Obras Públicas.* — Foram apresentados, neste setor, ao Congresso Açoriano, os seguintes trabalhos: «Necessidade de uma agência oficial dos Açores» — pelo Tenente Aniceto dos Santos, (69) «O Secretariado das Ilhas Adjacentes junto ao poder central» — pelo Sr. Armando Ávila, (70) «Os Açores e o Poder Central — Visitas ministeriais» — Dr. Carlos J. Botelho de Paiva, (71) «Relatório da Junta Geral Autônoma de Ponta Delgada» — Dr. Francisco d'Ataíde Machado de Faria e Maia, (72) «A pavimentação das estradas de S. Miguel» — Dr. Francisco d'Ataíde Machado de Faria e Maia, (73) «Pavimentação das estradas de turismo da Ilha de S. Miguel» — Eng.º Francisco X. Vaz Pacheco de Castro, (74) «Construção dum túnel das Sete Cidades para fixação do nível da lagoa» — Eng.º Francisco X. Vaz Pacheco de Castro, (75) «Necessidades mais urgentes do Concelho de Ponta Delgada» — Pela Direção do Grémio dos Açores. (76) «Da necessidade dum bairro de casas económicas na Vila da Lagoa» — Dr. F. Carreiro da Costa, (77) «A importância do porto de pesca da Vila da Lagoa e a urgente necessidade da sua reparação» — Dr. F. Carreiro da Costa, (78) «Relatório da Câmara Muni-

cipal da Povoação» — Eng.<sup>o</sup> José Gago da Câmara (Visconde do Botelho), (79) «A Ilha de Santa Maria e as suas aspirações e necessidades» — Sr. Vitor Gago da Câmara Leandres, (80) «Os Portos do Distrito de Angra do Heroísmo» — Eng.<sup>o</sup> Jaime Manuel da Silva Real, (81) «O problema das estradas distritais de Angra do Heroísmo» — Eng.<sup>o</sup> Jaime Manuel da Silva Real, (82) «Relatório da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo» — Dr. Joaquim da Rocha Alves, (83) «Necessidades mais urgentes do Concelho da Vila da Praia da Vitória» — Pela Direção do Grémio dos Açores, (84) «Necessidades mais urgentes do Concelho de Santa Cruz da Graciosa» — Pela Direção do Grémio dos Açores, (85) «Necessidades mais urgentes dos Concelhos da Vila das Velas e da Vila da Calheta, da Ilha de S. Jorge» — Pela Direção do Grémio dos Açores, (86) «O litoral norte da cidade da Horta está em eminente perigo» — Sr. Domingos Garcia, (87) «Principais e mais urgentes melhoramentos de que carece o Concelho das Lages (Ilha do Pico)» — General Lacerda Machado, (88) «Relatório da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores» — Sr. José Armas Mendonça, (89) «Necessidades da Ilha do Côrvo» — Sr. Manuel Hilário, (90)

*Agricultura e Pecuária.* — As memórias em matéria de agricultura e pecuária são as seguintes: «A cultura intensiva nos Açores», pelo Dr. Manuel Francisco Neves Júnior, (91) «A cultura e o comércio de exportação do ananaz de São Miguel» — Pelo Sindicato Agrícola dos Cultivadores de Ananazes da Ilha de São Miguel, (92) «Do chá dos Açores» — Eng.<sup>o</sup> Antonio Hintze Ribeiro, (93) «O problema da sericultura nos Açores» — Sr. Jaime Hintze, (94) «Principais problemas agrícolas do Distrito de Angra do Heroísmo» — Eng.<sup>o</sup>-Agro. Jacome de Ornelas Bruge, (95) «Comunicação do Sindicato Agrícola do Concelho de Angra do Heroísmo, com sede na Feteira», (96) «O problema dos laticínios nos Açores» — Dr. Jerônimo Vasconcelos Coelho de Paiva, (97) «O problema vinícola na Ilha Graciosa» — Sr. José Vieira, (98) «O vinho da Graciosa — Defesa do seu comércio» — Sr. João da Cunha Vasconcelos, (99) «Pecuária Açoreana» — Dr. Amâncio Sampaio de Andrade, (100) «Defesa da lavoura açoreana quanto ao comércio de gados com Lisboa» — Dr. Antonio Nicolau d'Ávila e Pereira, (101) «Moção apresentada pelo Sr. José Furtado Leite, (102) «Influência do futuro Matadouro de Lisboa na pecuária açoreana» — Dr. Joaquim Tiago Ferreira, (103) «Moção», apresentada pelo Sr. José Furtado Leite, (104) «O futuro Matadouro industrial da Horta» — Dr. Manuel Francisco Neves Júnior, (105) «Algumas considerações sobre a pecuária do Distrito de Angra do Heroísmo» — Dr. Antonio de Melo Correia, (106)



*Comércio e Indústria.* — A secção em aprêço acolheu numerosas comunicações: «Economia Açoreana» — pelo Sr. José Furtado Leite, (107) «A influência de alguns produtos açoreanos na economia nacional» — Sr. Manuel Gonçalves Monteiro, (108) «A crise financeira e econômica dos Açores» — sua solução aplicável a todo o País» — Eng<sup>o</sup>-Químico João Moniz Borges Cordeiro, (109) «Da necessidade da organização e publicação de estatísticas do comércio com as Ilhas Adjacentes» — Dr. Francisco Gonçalves Couto Santos, (110) «São Miguel — Aspectos, atividades e recursos econômicos» — Pela Associação Comercial de Ponta Delgada, (111) «Memorial da Associação Industrial de Ponta Delgada» — Sr. Joaquim Maria Cabral, (112) «O cimento armado nos Açores» — Sr. José Pereira Rêgo Lima, (113) «Da necessidade de orientação e coordenação da vida econômica do Distrito de Angra do Heroísmo» — Dr. Teotônio Machado Pires, (114) «Um aspecto da reforma do crédito na Ilha Terceira» — Dr. Henrique Braz, (115) «A Fábrica de Tabacos «Flor de Angra» e a indústria insular do Tabaco» — Srs. José Braz e Filhos, (116) «A indústria de Bordados açoreanos» — Pela Associação Comercial de Angra do Heroísmo, (117) «A crise da indústria de Bordados na Ilha Terceira» — Sr. Manuel Pinto Mariano de Freitas, (118) «Indústrias caseiras — bordados, tecidos e flôres» — Sra. D. Maria d'Ascensão Carvalho, (119) «A Economia do Distrito da Horta» — Pela Associação Comercial da Horta, (120) «Impôsto de trânsito de carros de eixo móvel solidário com as rodas» — Sr. Gustavo da Costa Torres Goulart, (121)

*Turismo.* — Entraram muitos relatórios para o estudo do problema de turismo: «A indústria do Turismo» — pelo Capitão Manuel Ávila Madruga, (122) «A indústria do Turismo nos Açores» — Prof. Armando Narciso, (123) «Ambiência açoreana — suas relações com o turismo» — Dr. Carreiro da Costa, (124) «Breves considerações relativas ao desenvolvimento do Turismo nos Açores» — Cel. Eduardo Gomes da Silva, (125) «Notícia sobre as águas minerais do arquipélago dos Açores» — Prof. Armando Narciso, (126) «O Turismo em São Miguel» — Sr. Luiz Pamplona Coelho Borges, (127) «O Futuro turístico da Ilha de S. Miguel» — Dr. Augusto Rebelo Arruda, (128) «Turismo e Regionalismo Micaelense» — Pela Sociedade «Terra Nostra», (129) «A reposição arquitetônica das Caldeiras das Furnas» — Sr. Eduardo Read Teixeira, (130) «Uma viagem ao Vale das Furnas, em 1840, por Bernardino José de Sousa Freitas» — Prof. Armando Narciso, (131) «A importância turística e agrícola duma estrada até o alto da Serra d'Água de Pau, na Ilha de S. Miguel» — Dr. Carreiro da Costa, (132) «Trans-



formação e embelezamento do Monte Brasil da Ilha Terceira» — Cel. Eduardo Gomes da Silva, (133) «O Faial como belo centro de turismo» — D. Ana Adelina Bettencourt da Costa Nunes, (134) «O Turismo e o Pôrto da Horta» — Sr. Constantino Magno do Amaral, (135) «Faial e Pico -- as ilhas gêmeas» — Sr. Marcelino Silva. (136)

*Comunicações aéreas e marítimas e indústria de pesca.* — Compreendem os trabalhos que seguem: «Os Açores nas comunicações aéreas do Atlântico Norte» — pelo Almirante Botelho dos Santos, (137) «Possibilidade e dificuldades das comunicações marítimas entre o Continente e os Açores» — Almirante Botelho de Souza, (138) «C monopólio da navegação para os Açores» — Dr. Antonio Ferreira de Serpa, (139) «Comunicações marítimas entre os Açores e o Continente» -- Dr. Antônio Martins Ferreira, (140) «Transportes e Comunicações» — Sr. Manuel Batista Machado da Conceição, (141) «Os Transportes marítimos entre Portugal Continental e as suas ilhas adjacentes, principalmente os Açores, servidos quase absolutamente por rara navegação nacional» — Sr. Francisco Alvares Cabral, (142) «Os Açores no Tráfico Internacional» — Dr. Brandão Pereira, (143) «As comunicações marítimas e os interesses da Ilha de Santa Maria» — Sr. Antonio Morais Cordeiro, (144) «Elementos elucidativos tendentes a demonstrar qual tem sido a ação da Empresa Insulana de Navegação em prol das Ilhas dos Açores e da Madeira» — Comunicação apresentada pelo Sr. Vasco Bensaúde, (145) «A cabotagem merece proteção nos Açores» -- Pela Sociedade de Navegação Santamarense, (146) «Os fretes proibitivos da Empresa Insulana de Navegação» -- Pela Associação Comercial de Angra do Heroísmo, (147) «A cabotagem nas Ilhas dos Açores» — Drs. Augusto G. Bettencourt da Silva e Jaime Soares de Figueiredo, (148) «As comunicações marítimas com as ilhas pequenas» -- Dr. Jaime Soares de Figueiredo, (149) «O problema das comunicações com a Ilha do Corvo» — Sr. João Emilio Pombo, (150) «Os transportes marítimos — problema vital da economia açoreana» -- Prof. Armando Narciso, (151) «O problema econômico da pesca no distrito de Angra do Heroísmo» — Primeiro Tenente Aristides Morais Serrão, (152) «A caça da baleia no distrito da Horta» — Sr. Antonio Moniz Madruga, (153) «A Pesca nos Açores e a situação econômica dos pescadores» — Padre Ernesto Ferreira. (154)

*Ensino Primário.* — Não foram muitas as teses nesse campo: «Duas questões escolares de Ensino Primário» — pelo Dr. Francisco de Ataíde Machado de Faria e Maia, (155) «Da necessidade dos serviços de fiscalização e orientação pedagógica, no Distrito de Ponta Delgada» — Sr. João Atonso da Cunha, (156)

«Necessidade do ensino doméstico organizado, nos Açores» — Sr. João Francisco d'Avila, (157) «Questões de Ensino Primário» — Sr. Manuel Moniz Morgado, (158) «A instrução primária profissional nas ilhas pequenas» — Dr. Jaime Soares de Figueiredo. (159)

*Ensino Secundário e Técnico.* — A matéria abrange as monografias seguintes: «O problema da assistência aos estudantes açoreanos» — pelo Dr. Alvaro Sampaio, (160) «Da educação pública nos Açores» — Dr. Antonio Augusto Riley da Mota, (161) «O Ensino Profissional em Ponta Delgada» — Senhor Manuel de Barros, (162) «Remodelação da Escola Comercial e Industrial Dr. Oliveira Salazar na Ilha Terceira» — Cel. Eduardo Gomes da Silva, (163) «Da necessidade e vantagens da criação dum curso de mestre de obras na Escola Industrial e Comercial Doutor Salazar» — Dr. Teotônio Machado Pires, (164) «Apostamentos sobre arte e ensino técnico nos Açores» — Dr. Alvaro Castro de Menezes, (165) «A Instrução Pública na Ilha Graciosa» — D. Maria das Mercês Bettencourt. (166)

*Questões militares.* — Registra apenas três trabalhos: «Importância estratégica dos Açores» — Cel. Abel d'Abreu Sottomayor, (167) «A defesa da população açoreana contra a guerra química» — Dr. Marques da Mata, (168) «O porto militar da Horta» — Dr. Antonio Ferreira de Serpa. (169)

*Assistência Corporativa e Medicina Social.* — Reuniu a secção os estudos abaixo relacionados: «Assistência Maternal nos Açores» — Prof. Augusto Monjardino, (170) «Assistência aos açoreanos residentes em Lisboa» — Dra. D. Maria Evangelina da Silva Pinto, (171) «Assistência em Ponta Delgada» — Doutor José Maria de Medeiros, (172) «O problema da assistência à pobreza no distrito de Ponta Delgada» — Sr. Diniz da Silva, (173) «Assistência à tuberculose na Ilha de S. Miguel» — Dr. Manuel Vaz de Medeiros, (174) «Necessidade de um dispensário para tratamento da lepra na Ilha de Santa Maria» — Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda, (175) «Assistência a alienados em Angra do Heroísmo» — Dr. Joaquim Bartolomeu Flores, (176) «Conferência de S. Vicente de Paula: Cofre da Caridade; Cozinha Económica e Recolhimentos de Angra do Heroísmo» — Dr. José Vieira Alvernaz, (177) «Breves considerações sobre as nascentes minero-medicinais da Ilha Graciosa e sua utilidade na Assistência Pública» — Dr. João Maria Jardim, (178) «As águas minerais do Varadouro, na Ilha de Faial, merecem ser utilizadas pela Assistência Pública» — Sr. Antonio Moniz Madruga, (179) «Um problema de Assistência na Ilha do Corvo» — Sr. Manuel Hilário, (180) «A assistência hospita-

lar e as condições regionais açoreanas» — Prof. Armando Narciso. (181)

*Trabalho e Higiene.* — Acolheram-se as teses seguintes: «O trabalho e a higiene nos Açores» — Dr. Arruda Furtado, (182) «O desemprego em S. Miguel» — Pelo Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio do Distrito da Ponta Delgada, (183) «As condições de trabalho no Distrito da Horta» — Pela Sociedade Cooperativa Previdência Operária e pelo Sindicato Nacional de Construção Civil na Horta, (184) «Organização Corporativa nos Açores; Casas do Povo» — Dr. Martim Machado Faria e Maia Júnior, (185) «Mutualismo — Previdência Social — Caixas Sindicais» — Pelo Sr. Diocleciano Maria da Silva, (186) «A necessidade de casas econômicas nos Açores — Abalos de terra» — Dr. Carlos José Botelho de Paiva, (187) «Reminiscências do Corporativismo na Ilha de S. Miguel» — Dr. Armando Cândido, (188) «A Confraria de S. Pedro Gonçalves na Vila da Lagoa — Necessidade dum bairro de casas econômicas nesta Vila» — Dr. Carreiro da Costa, (189) «O problema das águas na Ilha do Corvo» — Sr. Manuel Hilário. (190)

*Emigração Açoreana.* — Receberam-se sete trabalhos de estudo sobre a emigração açoriana: «Açoreanos emigrados na América do Norte e no Brasil» — Prof. Jorge Monjardino, (191) «A emigração no distrito de Angra do Heroísmo» — Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, (192) «Emigração da gente de S. Jorge» — Dr. Antonio Martins Ferreira, (193) «Os Açores e as Colônias» — Sr. Luiz Pamplona Coelho Borges, (194) «Expansão insular» — Dr. Celestino Soares, (195) «Problemas da colonização» — Capitão Henrique Galvão, (196) «Colonização e Emigração» — Prof. Armando Narciso. (197)

*Geografia Resumida.* — Damos agora, a título de recapitulação, uma geografia resumida dos Açores, conforme três fontes mais conhecidas: «Corografia de Portugal Continental, Insular e Ultramarino», de Augusto Nascimento, (198) «Geografia do Ensino Primário Elementar», (199) e «Geografia e Corografia de Portugal», de José Pereira de Vasconcelos. (200)

Baseado nesses compêndios, tentamos, então, uma síntese da geografia geral dos Açores:

a) *Portugal Insular.* — Compreende atualmente o que se denomina de Portugal Insular — as *Ilhas Adjacentes* que são os Açores e Madeira.

b) *Arquipélago.* — O Arquipélago dos Açores compõem-se de *três grupos de ilhas*:

o grupo *oriental*: ilhas de S. Miguel e de Santa Maria e ilhéus das Formigas;



o grupo *central*: Terceira, Graciosa, S. Jorge, Pico e Faial;  
o grupo *occidental*: Corvo e Flores.

c) *Posição*. — As ilhas estão orientadas no sentido NE-SE.

d) *Situação*. — As ilhas dos Açores ficam situadas no Oceano Atlântico, mais perto da Europa que da África. S. Miguel é a mais próxima do Continente e a mais afastada é a do Corvo.

e) *Áreas*. — S. Miguel tem 750 km<sup>2</sup> e é a maior, a menor é a do Corvo, com 15 km. Ao sul de S. Miguel fica Santa Maria, que possui 127 km<sup>2</sup> e a noroeste de S. Miguel está a Terceira, com 500 km<sup>2</sup>. A superfície total do arquipélago açoreano: 2.300 km<sup>2</sup>.

f) *Acidentes do litoral*. — As enseadas seguintes são: os principais acidentes do litoral: as enseadas de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória (S. Miguel); a de Ponta Delgada (São Miguel); S. Lourenço, Santa Maria e Vila do Porto (Santa Maria); Santa Cruz da Graciosa e Praia (Graciosa), Calheta (São Jorge), Horta (Faial), Santa Cruz (Flores) e Rosário (Corvo).

g) *Canais*. — Os mais importantes canais que separam as ilhas dos Açores: O canal de S. Jorge entre o Pico e S. Jorge, e o canal do Faial, entre o Pico e o Faial.

h) *Graus*. — A situação geográfica dos Açores, com os elementos de posição, valores, nomes e pontos de referência. Latitudes, pontos extremos. Norte. 39° 438'. Ilha do Corvo. Limite Norte-Sul. 36° 55' N. Ilha de Santa Maria. Limite Sul. Longitudes, pontos extremos. Leste. 24° 41' WG. Formigas. Limite Oriental. Oeste. 31° 17' WG. Ilha das Flores. Limite Ocidental.

i) *Título*. — «A Ilha do Faial deu o título de duque ao Marquês de Palmela, Dr. Pedro de Souza Holstein, título que depois lhe foi trocado pelo de primeiro Duque de Palmela, ficando na sua casa o marquesado do Faial. A ilha foi colonizada em 1453 por alguns habitantes de S. Jorge; mas, tendo sido doada em 1509 por D. João III a Jorge de Utra, desenvolveu-se rapidamente, aumentada pelos muitos flamengos que ali foram estabelecer-se. D. Sebastião deu-a a D. Francisco de Mascarenhas, conde da Horta. Foi herdada pelos seus descendentes, e passou, em 1680, para Rodrigo Chances Farinhas, que recebeu o título de Alcaide-mor, por doação de D. Pedro II. Em 1692, foi incorporada na coroa.» Augusto do Nascimento, *op. cit.* Páginas 177 e 178). Há outros títulos com nomes das ilhas açoreanas.

*Erupções vulcânicas* em terra em 1563, 1630, 1672, 1720 e 1808; no mar em 1811 e 1867. *Terremotos* em 1522, 1841 e 1852.

j) *Clima*. — É um clima oceânico ou temperado úmido; pequenas oscilações de temperatura úmido; pequenas oscilações de



temperatura entre o verão e o inverno, influência dos ventos alísios e contra-alísios e da corrente do golfo, muita umidade, nevoeiros freqüentes e chuvas em tôdas as estações. Nas ilhas orientais sopra, quase todo o ano, o vento *alisico* do N.E., substituído no inverno pelo *contra-alísio* de S.W.. Na mudança do alísio são freqüentes os ciclones, que vêm de W. Nas Ilhas ocidentais dominam os ventos de W. e S.W. Clima de temperatura média anual: 17°,6, média do mês mais frio (fevereiro) 14°,3 e média do mês mais quente: 22°,3 (agosto). Umidade relativa: 76%.

1) *Zonas de vegetação.* — Zona do litoral: cereais e legumes. Zonas da encosta: vinha e árvores frutíferas. Zona das pastagens e zona alta.

m) *Pesca.* — Mantém-se ainda a pesca da *baleia*.

n) *Gado.* — As ilhas onde a criação de gado é maior: Terceira, S. Jorge e das Flores, onde há abundantes pastagens.

o) *Cereais.* — O cereal de maior cultura é o milho. O clima não se apresenta favorável aos cereais de pragraña.

p) *Contrastes.* — A flora é rica enquanto a fauna é extremamente pobre.

q) *Vulcões.* — «Quase tôdas as ilhas apresentam crateras de vulcões extintos. Algumas destas são notáveis pela sua grandeza e configuração, distinguindo-se a *Caldeira das Sete-Cidades*, na Ilha de S. Miguel, situada a 800 metros de altitude, com 400 m. de profundidade e 12 km de circunferência (5 km de diâmetro). No *Vale das Furnas*, também em S. Miguel, aparecem tôdas as manifestações secundárias de vulcanismo, como *sulfataras*, *mojetas*, *geyers*, *vulcões de lama*, etc. Os fundos das crateras são, em geral, ocupados por lagos, cujas águas estão em constante agitação provocada pela emanação dos gases e vapores; o que levou os açoreanos a dar-lhes o nome de *caldeiras*.

r) *População.* — 300.000 habitantes (1952), 118 habs. por km<sup>2</sup>? A densidade açoreana corresponde ao dôbro da densidade do Continente; isto ocasiona uma forte corrente emigratória, que impede o aumento da população, é três vêzes maior que no Continente.

Atualmente emigram principalmente para os *Estados Unidos* e *Ilhas Sanduiche*. A Ilha de S. Miguel, seguindo-se a Terceira. Pela ordem decrescente são as mais populosas: Pico, Faial, S. Jorge, Graciosa, Flores, Santa Maria e Corvo.

As principais povoações da Ilha de S. Miguel: Ponta Delgada (20.000 hab.), Ribeira-Grande (7.500), Povoação (6.200) e Vila Franca do Campo (5.400). As principais da Ilha Terceira: Angra do Heroísmo (15.000) e Praia da Vitória. Vila do

Pôrto é a povoação importante da Ilha de Santa Maria, Santa Cruz (Ilha Graciosa) e Horta, com 6.000 habitantes, no Faial.

s) *Organização política e administrativa.* — Os Açores, politicamente, fazem parte do *prolongamento* insular da República Portuguesa. O arquipélago forma, administrativamente, 3 *Distritos*: Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. O Distrito de Ponta Delgada compreende as Ilhas de S. Miguel e Santa Maria. O Distrito de Angra: Ilhas Terceira, S. Jorge e Graciosa. Distrito da Horta: Ilhas do Pico, Faial, Flores e Corvo. *Judicialmente*, os Açores devem-se em 10 comarcas de 1ª instância, dependente da Relação de Lisboa. Os Açores têm um *governo militar* com sede em Angra do Heroísmo. O *ensino* é ministrado em três *Liceus* : de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. O *ensino técnico*: Escolas Industriais e Comerciais de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. O maior número de escolas *primárias* ficam no Distrito de Ponta Delgada. A *autonomia* administrativa é gozada pelos Distritos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo.

Os distritos dividem-se em 18 *Concelhos*. Existem em Angra do Heroísmo um *Seminário*. Sob o aspecto eclesiástico, os Açores formam um *bispado*, diocese de Angra, sufragânea da Igreja Metropolitana de Lisboa.

O arquipélago constitui *militarmente* um *Comando Militar* que compreende os Distritos de *Recrutamento* de Angra do Heroísmo — n.º 71, e de Ponta Delgada — n.º 18.

t) *Divisão Marítima.* — Três Capitania. Capitania de Ponta Delgada: S. Miguel (Capitania de Ponta Delgada e delegações de Vila Franca e Ribeira Grande); Santa Maria (delegação de Vila do Pôrto). Capitania de Angra do Heroísmo: Angra do Heroísmo (Sede e Capitania) e Delegações Marítimas de Velas (S. Jorge e Santa Cruz (Graciosa). Capitania de Horta. Faial (Sede e Capitania) e Delegações Marítimas de S. Roque e Lages (Ilha do Pico) e Santa Cruz (Ilha das Flores).

u) *Dados Escolares.* — Número de Escolas. Distrito de Ponta Delgada. *Concelhos*: *Lagoa* — 4 escolas masculinas, 6 femininas, 3 mistas, total 13; *Nordeste* — 6, 7 e 4, total 17; *Ponta Delgada*: 32, 34 e 5, total 71; *Povoação*: 6, 8 e 2, total 16; *Ribeira Grande*: 18, 21, 5, total 44; *Vila Franca do Campo*: 8, 9, total 17; *Vila do Pôrto*: 4, 3, 3, total 10. Existem no Distrito 3 Postos Escolares no Conselho do Nordeste, 3 em Ponta Delgada e 4 em Ribeira Grande, num total de 10 Postos Escolares.

Distrito de Angra do Heroísmo. *Concelhos* de *Angra do Heroísmo*: 27, 23 e 6, total 56; *Calheta*: 4, 4 e 3, total 11; *Praia da Vitória*: 10, 11 e 3, total 24; *Santa Cruz* da Graciosa: 5, 5 e 1,

total 11; e *Velas*: 4, 3 e 4, total 11. Existem 20 Postos Escolares distribuídos pelos 5 Concelhos. Distrito da Horta: Concelhos — *Horta* : 29, 32 e 8, total 69; *Madalena* : 8, 9, 2, total 19; *Lages do Pico*: 9, 9 e 2, total 20; *S. Roque*: 6, 6 e 3, total 15; *Lages das Flores*: 3, 3 e 3, total 9; *Corvo*: 1 e 1, total 2.

Totais por Distritos: 188 escolas em Ponta Delgada, 113 em Angra do Heroísmo e 144 na Horta.

### *Geografia Económica.*

a) *Produção*: cereais, principalmente o *milho*, *legumes*, *batata doce*, *ananás*, *banana*, *chá* e *tabaco*.

Culturas que foram prósperas e estão em *decadência* : *vinha* e *laranjeira*.

A cultura de *beterraba* alimenta a indústria *açucareira*. A indústria que representa um papel importante nos Açores e a *pecuária*.

Desenvolvem-se também as indústrias de *laticínios*, a da *pesca*, a do *açúcar* de *beterraba*, a *destilação* de *álcool* de *batata* etc.

Os principais centros produtores de *manteiga* são as Ilhas *Terceira* e do *Faial*.

b) *Exportação*: *queijo*, *manteiga*, *chá*, *tabaco* e *gado*, especialmente *bois* e *carneiros*.

*Importação*: Tecidos de algodão e outros artigos manufaturados.

Porto de Exportação : Ponta Delgada é o principal.

Portos de Importação: Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

c) *Vias de comunicação*: *Linhas* regulares de *navegação* entre os Açores, Madeira e o Continente, feitas pela Empresa Insulana de Navegação, e um *cabo submarino* põe as ilhas em comunicação com Portugal Continental.

*Resumo Histórico.* — «As ilhas estiveram, inicialmente, sob a dependência da Ordem de Cristo, passando ao domínio do Estado no tempo de D. Manoel (1494), pela abolição do regime de donatários. Durante o domínio de Portugal por Castela, foram os Açores o grande baluarte de D. Antonio Prior do Crato, o qual depois de derrotar, auxiliado por uma esquadra francesa do comando de Strozzi, a primeira esquadra espanhola, foi finalmente batida em 1582.

No castelo de Angra (Terceira) esteve prisioneiro o rei deposto, D. Afonso VI, desde 1669 até 1675, indo depois acabar seus dias no Palácio de Sintra. Durante as lutas liberais,

de 1820 a 1824, também os Açores desempenharam relevante papel. Na Terceira constituíram os partidários de D. Pedro IV, a 15 de março de 1830, um conselho de regência, após o malôgro dum desembarque miguelista na Vila da Praia. Ali formou D. Pedro o seu primeiro govêrno, sob a presidência de Palmela, e do qual fazia parte Mousinho da Silveira, que na Terceira assinou os primeiros decretos de reforma da vila portuguesa. E de lá partiu a expedição liberal que veio ao continente desembarcar no Mindelo, suportar o cêrco do Pôrto, e derrotar, finalmente, as forças tradicionalistas de D. Miguel, em 1834.» (Cartilha da Terra Portuguesa).

*Freguesias.* — A distribuição geográfica das freguesias era, em 1891, conforme um historiador, a seguinte :

a) Ilha de Santa Maria (4 Freguesias): Santa Bárbara, Santo Espírito, S. Pedro e Vila do Pôrto.

b) Ilha de S. Miguel (41 Freguesias): Achada, Achadinha, Água de Pau, Água Retorta, Arripes, Bretanha, Candelária, Capelas, Fajão de Baixo, Fajão de Cima, Fayal da Terra, Fenaís da Luz, Fenaís da Vera Cruz, Feteiras, Furnas, Ginetes, Lagoa (N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Rosário), Lagoa (Santa Cruz), Maia, Mosteiros, Nordeste, Nordestinho, Pico da Pedra, Ponta da Graça, Ponta Delgada (S. Sebastião, Matriz), Ponta Delgada (S. José), Ponta Delgada (S. Pedro), Pôrto Formoso, Povoação, Rabo de Peixe, Rasto de Cão, (S. Roque), Rasto de Cão (Livramento), Relva, Ribeira Grande (Nossa Senhora da Estrêla), Ribeira Grande (Nossa Senhora da Conceição), Ribeira Quente, Ribeira Sêca, Santo Antonio, S. Vicente Ferrer, Vila Franca do Campo (São Miguel) e Vila Franca do Campo (S. Pedro).

c) Ilha Terceira (26 Freguesias): Aqualva, Altares, Angra do Heroísmo (S. S. Salvador (Sé), Nossa Senhora da Conceição, Santa Luzia, S. Pedro (S. Bento), Biscoutos, Cabo da Praia, Cinco Ribeiras, Doze Ribeiras, Fontainhas, Fonte do Bastardo, Lagens, Pôrto Judeu, Quatro Ribeiras, Raminho, Ribeirinha, Santa Bárbara, S. Bartolomeu, S. Mateus, S. Sebastião, Serreta, Terra Chã, Vila da Praia e Vila Nova.

d) Ilha de S. Jorge (10 Freguesias): Calheta, Manadas, Norte Grande, Norte Pequeno, Ribeira Sêca, Rosaes, Santo Amaro, Topo, Urzelina e Vêlas.

e) Ilha Graciosa (4 Freguesias): Guadalupe, Luz, Praia da Graciosa e Santa Cruz.

f) Ilha do Fayal (13 Freguesias): Capelo, Castelo Branco, Cedros, Fetera, Flamengos, Horta (S. S. Salvador (Matriz), Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Angústias, Pedro Miguel, Praia do Almoxarife, Praia do Norte, Ribeirinha e Salão.



g) Ilha do Pico (16 Freguesias): Bandeiras, Calheta de Nesquim, Candelária, Criação Velha, Lagens, Madalena, Ponta da Piedade, Prainha, Prainha do Galeão, Ribeiras, Santa Luzia, Santo Amaro, Santo Antonio, S. João Batista, S. Mateus e São Roque.

h) Ilha das Flores (10 Freguesias): Caveira, Cedros, Fajã Grande, Fajãzinha, Lagedo, Lagens, Lomba, Mosteiro, Ponta Delgada e Santa Cruz.

i) Ilha do Corvo (1): Vila do Corvo.

*Concelhos.* — a) A Capital do Distrito de Ponta Delgada é Ponta Delgada, que se compõe de duas ilhas. São Miguel, com 6 Concelhos: Ponta Delgada, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Lagoa, Povoação e Nordeste. Ilha de Santa Maria, com 1 Concelho: Vila do Pôrto. b) Distrito Administrativo de Angra do Heroísmo que tem por capital Angra do Heroísmo, compõem-se de 3 Ilhas: Ilha Terceira, com os Concelhos de Angra e Vila da Praia da Vitória, Ilha de S. Jorge, com os Concelhos de Velas e Calhetas. Ilha Graciosa: Santa Cruz. c) Distrito Administrativo da Horta, cuja capital é Horta, compõem-se de 4 ilhas. Ilha do Fayal, com o Concelho da Horta: Ilha do Pico, com os Concelhos de Lagens, Madalena e S. Roque; Ilha das Flôres, com os Concelhos de Lagens e Santa Cruz; Ilha do Corvo, com o Concelho do Corvo. Total: 19 Concelhos.

*Corografia Geral dos Açores.* — Alberto Teles na sua Corografia Geral dos Açores organiza um «Dicionário Corográfico de Tôdas as Cidades, Vilas, Freguesias, Povoações, Lugares e Sítios mais notáveis dos Açores», (191) que em ordem alfabética são os que abaixo seguem:

I — Achada, Achadinha, Agrião, Água de Alto, Água de Pau, Aqualva, Água Retorta, Além da Ribeira, Algarvia, Almagreira, Almagreira de Baixo, Almagreira de Cima, Almances. Almas (2), Altares, Altar-Mor, Angra do Heroísmo, Areal, Areal Grande, Areal Pequeno, Areia, Areia Funda, Areia Larga, Arraial, Arrifes (2), Arrochela, Atafoneiro, Atalhada e Avieiro.

II — Bairro, Bandeiras, Barca, Bêco, Beira, Belo Jardim, Bicas, Biscoutos (4), Bom Despacho, Bom Jesus, Botelho, Brasileira, Bretanha e Burguetes.

III — Cabo Branco, Cabo da Praia, Cabeço Chão, Cabouco, Cabrito, Cachorro, Caes do Pico, Caldeiras (2), Caldeira,

Calhau, Calhau Miúdo, Calheta, Calheta de Nesquim, Calhetas, Caminho da Igreja (2), Caminho de Baixo, Caminho de Cima, Caminho do Calhau, Caminho do Meio, Campanário, Campo Rosa, Canada dos Morros, Canada Longa, Candelária (2), Capelas, Capelo, Carmo, Carreira, Carreira de S. Francisco, Casa da Ribeira, Casas Telhadas, Casteletes, Castelo Branco, Caveira, Cedros (2), Chão Frio, Charco da Cruz, Charco Velho, Cinco Ribeiras, Conceição, Corvo, Covas, Criação, Cruz, Cruz do Marco, Cruzeiro e Cauda.

IV — Dois Caminhos, Dôres e Doze Ribeiras.

V — Egito, Espalhafatos, Esperança e Estrêla.

VI — Faias, Fajã (4), Fajã da Caldeira, Fajã de Baixo, Fajã de Cima, Fajã do Belo, Fajã do Calhau, Fajão dos Bodes, Fajã dos Cubres, Fajã dos Tijolos, Fajã dos Vimes, Fajã Grande, Fajã Redonda, Fajãzinha, Fanéca, Farrobos (2), Farropo, Fayal da Terra, Fazenda (2), Fenal, Fenaes da Luz, Fenaes de Vera Cruz, Fenaes e Portela, Fetaes, Feteira (6), Feteira de Cima, Feteiras, Figueiras, Flamengos, Fogo, Folga, Folhadaes, Fontainhas, Fonte do Bastardo, Fonte do Mato, Fonte Faneca, Fontes, Fontinha, Fóros, Funchal, Furna e Furnas (2).

VII — Ginetes, Gingeira, Ginjal, Glória, Gorreana, Gramas, Granja, Guadalupe e Guarda.

VIII — Horta.

IX — Ilhéus da Madalena Ilhéu da Mina, Ilhéu da Prainha, Ilhéu da Ribeira Seca, Ilhéu das Cabras, Ilhéu das Formigas, Ilhéu da Praia, Ilhéu das Gaivotas, Ilhéu das Lagoinhas, Ilha de Baixo, Ilhéu de Rasto de Cão, Ilhéu de Vila Branca do Campo, Ilhéu do Castelo, Ilhéu do Monchique, Ilhéu do Morro de Castelo Branco, Ilhéu do Rodrigues, Ilhéu dos Capelinhos, Ilhéu dos Homiziados, Ilhéu dos Mosteiros, Ilhéu dos Remédios, Ilhéu dos Romeiros e Ilhéu do Topo.

X — Joãobom, João Dias e Jorge Gomes.

XI — Ladeira da Velha, Ladeira Grande, Lagedo, Lagens (2), Lagidinho, Lagido, Lagoa, Lagoas, Lameirinho, Limeira, Lomba (3), Lomba da Assumada, Lombas da Cruz, da Fazenda, da Feteira, da Lazeira, da Louçã, da Maia, da Pedreira, de Santa Bárbara, de Santo Amaro, de Santo Antonio, de S. Pedro, do Alcaide, do Arraiado, de Botão de Carro do

Cavaleiro, do Espigão, do Facho, do Pomar, dos Pós, dos Remédios, Lombega, Lombinha da Maia, Loreto (2), Louraes, Luz e Luzias.

XII — Madalena, Maia, Manadas, Manuel Gaspar, Maratêca, Milagres, Miragaia, Moinhos, Monte (2), Morato, Mouros e Mosteiros.

XIII — Nordeste, Nordestinho, Norte Grande e Norte Pequeno (2).

XIV — Outeiro.

XV — Pampulha, Papa Terra, Pasteleiro, Pateira, Pé do Cabeço, Pedras Brancas, Pedro Miguel, Picos — da Pedra, dos Athos, Negro e Vermelho; Piedade, Pilar, Pocinho, Ponta, Pontas — Alta ou da Rocha Alta, Branca, da Ajuda, da Baía de Negrito, da Barca, da Bretanha, da Calheta, da Calla, da Candelária, da Caveira, da Cruz, da Esplamaca, da Ferraria, da Ferreira, da Fêteira (2), da Forca, da Forcada, da Galera, da Garça (2), da Graciosa, da Guia, da Ilha, da Lobeira, da Lomba, da Má Ferramenta, da Madalena, da Maia, da Mal-busca, da Malta, da Má Merenda, de Marquesa, da Merenda, da Mina, da Pesqueira, da Piedade, da Prainha, da Queimada, da Ribeira Grande, da Ribeirinha, da Riveira, da Salga, das Calhetas, das Contendas, da Serreta, das Gaivotas, da Silveira, das Lagoinhas, da Vermelha, da Vieira, de Albernaz, Delgada, de Matagos, de Nesquim, de Santa Catarina, das Mós, de Santa Cruz, de Santo Antonio, de S. João, de S. Jorge, de S. Lourenço, de S. Mateus, de S. Pedro, de S. Sebastião, de Tursaes, de Vila Nova, de Bachio, do Barro Vermelho, do Cabrito, do Calhau Grosso, do Capelo, do Carapacho, do Castelete, do Castelete Branco, do Citrão, do Comprido, do Espartel (2), do Espírito Santo, do Faial, do Fogo, do Frade, do Galego, do Gomes, do Grajaú, do Marvão, do Matrucal, do Monte, do Monte Brasil, do Morro Grande (2), do Mistério, do Nordeste, do Peneireiro, do Pesqueiro, do Pico Negro, do Pinto, do Porco, do Restigão, do Arrifes, dos Baixios, dos Bredos, dos Carneiros, dos Casteletes, dos Coelhoos, dos Cubres, dos Fenaes ou do João do Conde (2), dos Frades, dos Ilhéus, dos Mosteiros (2), dos Rosaes, Furada, Gorda, Raza, Retorta, Ruiva, Pontal, Pontas Nêgras, Populo, Portela, Pôrto dos Carneiros, do Formoso, Pôrto Judeu, Pôrto Martim, Pôrto Pim, Pôrto Santo, Povoação, Praia; Praia da Graciosa, de Lobos, do Almoxarife, do Norte, Prainha, Prainha de Cima, Prainha do Galeão e Pracinhas.

XVI — Quatro Ribeiras, Queimada, Quietação e Quietadouro.

XVII — Rabo de Peixe, Ramalho, Raminho, Rasto de Cão, Rebentão (2), Rêgo de Água, Relva, Relvão, Relvas, Remédios (2), Restinga; Ribeira Chã, da Areia, da Salga, das Astingas, das Tainhas, do Cabo, do Nabo, Funda (2), Grande (2), Quente, Sêca (2), Ribeiras, Ribeirinha (5), Rocha, Rosaes e Rosário.

XVIII — Salão, Sanguinhal, Sant'Ana, Santa Bárbara (4), Santa Clara, Santa Cruz (3), Santa Luzia, Santa Quitéria, Santo Amaro (2), Santo Antão, Santo Antonio (2), Santo Espírito (2), S. Bartolomeu, S. Bento, S. Braz (2), S. Carlos, São João Batista (2), S. José, S. Mateus (2), S. Miguel o Anjo, S. Pedro (3), S. Roque, S. Sebastião (2), S. Vicente Ferrer, Sé, Serra de Sant'Iago, Serreta, Sete Cidades (2), Silveira, Socas e Soldão.

XIX — Taledo, Terra Alta, Terra Chã, Terra do Conde, Terra do Pão, Terreiro (2), Toledos e Topo.

XX — Urzelina.

XXI — Valas, Vale das Furnas, Vale de Linhares, Valverde, Varadouro, Várzea, Velas, Vitória, Vila da Praia da Vitória, Vila do Pôrto, Vila Franca do Campo, Vila Nova e Volta.

O presente catálogo de nomes estaria de fato completo se acrescentássemos um pequeno comentário a cada um, mas limitamo-nos apenas à toponímia ou ao vocabulário geográfico de Açores, pois não seria próprio estender o relatório com anotações e verbetes, que terminariam por dar um livro, na verdade prático e informativo. Resta-nos assim a enumeração pura e simples

*Grande Enciclopédia.* — A «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira», que já está no vol. 34, insere no 1.º vol. (A — alma) alentado verbete referente aos Açores, (201) que vai da página 301 a 319.

Traz o artigo estudos sintéticos sobre a geografia, divisão administrativa, divisão eclesiástica, divisão judicial, divisão militar, escolas, comunicações com o continente, a emigração, e a crise econômica, clima, fauna, vulcanismo e águas minerais, o povo, folclore, história, produção e indústria, tráfego marítimo, paisagem e turismo etc.



*Bibliografia.* — Não nos furtamos, entretanto, de transcrever o capítulo referente à bibliografia dos Açores, embora com títulos e autores já citados noutras partes dêste relatório.

«É vastíssima a bibliografia relativa aos Açores, tanto antiga como moderna. Ernesto de Canto, na sua Biblioteca Açoriana (Ponta Delgada, 1890), Notícia bibliográfica das obras impressas dos Açores, registrou mais de 3.000 espécies, muitas delas de grande valor para a história do arquipélago, e entre as quais : Gaspar Frutuoso, Saudades da Terra, grosso volume, manuscrito do sec. XVI, in folio, deixado pelo autor ao Colégio da Companhia de Jesus em Ponta Delgada, onde esteve, até 1750, data da extinção da mesma companhia. O original é pertença da casa fidalga da Praia e Monforte. Tiraram-se, desta notável obra, cópias que existem em várias bibliotecas, uma das quais se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa. Algumas partes, porém, do mesmo valioso manuscrito, já foram publicadas, como: História Genealógica de S. Miguel, Ponta Delgada, 1876 (36 cap. do Liv. 4º) ; História das Ilhas do Pôrto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens, Funchal, 1873; Liv. III (Ilha de Santa Maria) e Liv. IV (Ilha de S. Miguel), vols. I, II, III. Ponta Delgada, 1922, 1934, 1926 e 1931). E ainda Arquivo dos Açores, famosa coleção que começou a publicar-se em maio de 1878, em Ponta Delgada, e constitui 12 preciosos volumes; Luiz Meireles de Canto e Castro, Memórias Sobre as Ilhas dos Açores, Paris, 1834; Boletim Eclesiástico dos Açores, Angra, desde 1872; etc.

Dos trabalhos modernos histórico-literários : Gama Barros, História da Administração Pública em Portugal, vols. II e IV; Oldemiro César, Terras de Maravilha, Lisboa, 1924; Raul Brandão, Ilhas Desconhecidas, Lisboa, 1926; Gervásio Lima: Ilhas dos Amores (A Ilha encantada por Camões). Angra, 1926; Pela Pátria, pela Independência e pela Liberdade. Angra, 1929; A Pátria Açoreana, Angra, 1932; Terceira, a Ilha de Jesus, Angra, 1932; J. Leite de Vasconcelos. Um Mês de Sonho, Lisboa, 1929; Sousa Costa, Ilhas das Três Formosuras, Lisboa, 1929; Manuel Monteiro Arruda, Memórias do Centenário. O Descobrimento dos Açores, Lisboa, 1932; Armando Narciso, A Terra Açoreana, Lisboa, 1932; Henrique de Campos Ferreira Lima, Exposição Bibliográfica e Iconográfica comemorativa do 1.º Cen-

tenário da Batalha da Vila da Praia, Lisboa, 1932; Teotônio Simão Paim de Bruges, O Descobrimento dos Açores, 1934; etc., etc., e *Diário de Notícias*, de 22-8-1932.

Acêrca de vulcanismo e águas minerais: Webster, A description of the island of St. Michael, Boston, 1821; Hartung, Die Azoren, Leipzig, 1860; Fouqué, Voyages géologiques aux Açores Paris, 1873 (in *Revue des Deux Mondes*); F. Fouqué et Filomeno da Câmara, Les eaux thermales de l'île de S. Miguel, Lisbonne, 1873; Friedlaender, Die Azoren, in *Zeitschrift für Vulkanologie*, Bd. XII, p. 77; F. A. Chaves, Erupções submarinas nos Açores, Lisboa, 1915; M. J. Thoulet, Carte bathymétrique de îles Açores; Charles Lepierre, Águas minero-medicinais do Vale das Furnas, Lisboa, 1917; Raposo de Oliveira, Águas termais do Vale das Furnas, 1921; Armando Narciso e Oliveira Machado, O Vulcanismo Açoreano e as Águas Termais do Vale das Furnas, (*in Boletim de Minas*), Lisboa, 1931; Carlos Roma Machado, As origens vulcânicas dos Arquipélagos da Madeira e dos Açores (*in Gazeta dos Caminhos de Ferro*), Lisboa, 1933; José Agostinho, Vulcanismo dos Açores (*in A Terra*), Coimbra, 1933; P. Esenwein, Zur Petrographie der Azores (*in Zeitschrift für Vulkanologie*, Bd. XII); etc.

Sôbre meteorologia e clima: Bullar Henry and Joseph, A Winter in the Azores, London, 1841; Service meteorologique des Açores, Résumé d'observations de 1908-1917, Lisbonne 1909-1918; Armando Narciso e José Agostinho, Notícia sôbre o clima dos Açores (*Correio dos Açores*). Ponta Delgada, 1930; A Mongeot, Aperçu médical sur le climat des Açores (*An. de la Société d'Hydrologie et de Climatologie Médicales*), Paris, 1931; Macé de Lépinay, Quelques notes sur le climat et les sources minérales de Madère et des Açores (*Ant. de la Société d'Hydrologie et de Climatologie Médicales*), Paris, 1936; Justin Besançon, L'Hydro-climatologie du Portugal continental et insulaire (*La Presse Médicale*), Paris, 1931; Armando Narciso, Os Climas de Portugal Insular (*Medicina Contemporânea*), Lisboa, 1932; etc.»

*Quadro geográfico.* — A «Enciclopédia» acolhe muitos mapas, diagramas, fotografias, desenhos, gravuras, reproduções de telas, mapas etc.

Convém repetir o «Quadro geográfico» pela abundância de detalhes.



*A Emigração.* Tema de um grande interesse para a história açoreana cuja densidade demográfica é constantemente abalada pelas correntes emigratórias. O êxodo constitui problema econômico gravíssimo do arquipélago cuja população sofre uma baixa permanente embora os altos índices de natalidade e o *deficit* ocorra pela fuga do ilhéu em busca da fortuna e do trabalho na odisséia que se repete sempre.

a) *O emigrante.* Luiz da Silva Ribeiro, em dois artigos publicados no *Correio dos Açores*, artigos reunidos depois num opúsculo, (202) aprecia o fenómeno contrário ao êxodo, que é a do regresso às ilhas e conseqüentemente a influência exercida pelo emigrante *repatriado* ao arquipélago. Antes estuda as causas da emigração que não atribue ao excesso de população mas à pobreza da terra e à sedução do trabalho melhor e ordenados mais altos. Examina a posição do emigrante açoriano nos Estados Unidos e no Brasil, o tipo de emigrante e o sistema de colonizar.

Chega, então, ao exame do reflexo da emigração ao meio açoreano. Há menos vestígio atualmente da influência brasileira mas a norte americana é imensa. As transformações que se operaram nos Açores, em tempos passados, pela influência do Brasil são muito curiosas, inclusive na música, como nas canções açoreanas fôfa, charamba e lundum, que são brasileiras até no nome.

b) *Portuguêses no mundo.* Nuno Simões que é um investigador de grande valor publicou um livro ótimo, utilíssimo e que deve servir de fonte bibliográfica obrigatória. *Portuguêses no mundo.* (203)

Entre êsses portugueses no mundo, naturalmente acham-se os açoreanos que se podem localizar nas seguintes partes principalmente : Brasil, Estados Unidos, Hawai, Bermuda, Nova Zelândia, Curaçao, Argentina, Guianas, Uruguai, etc.

Nuno Simões transcreve artigos do *Correio dos Açores* de 1938 sobre o contrato de emigração nas ilhas para Curaçao, também uma ilha com superfície igual para S. Miguel. A Agência João de Freitas Martins era a única autorizada então nos Açores com a finalidade de levar os emigrantes para a ilha holandesa da América. Mas os açoreanos deviam ter 1,65 de estatura e outras condições. Iam para trabalhar em estradas, agricultura, desbravamento de terrenos, etc. Também nos poços de petróleo, aliás, eram contratados por empresas petrolíferas que os empregavam nesses misteres indicados acima.



Existiam 8.000 portugueses, dos quais 2.000 açoreanos e madeirenses, sendo 500 da ilha de S. Miguel.

O Cônsul de Portugal na cidade de Boston, Estados Unidos, em 1934, respondendo à um inquérito estatístico, informava que naquela cidade norte-americana existiam 65.474 portugueses, dos quais 35.674 açoreanos. Creio que se trata de notícia colhida pelo Consulado Português de Boston em toda sua jurisdição.

Os portugueses são numerosos na New England e Califórnia.

Concentram-se principalmente nos Estados de Massachussets, Rhode Island, Califórnia, etc. ou nas cidades, como New Bedford, Fall River, etc.

Há clubes, jornais, revistas e beneficências portuguesas também nas cidades de New York, Filadelfia, New Port, Danbury, Cap Cod, Mineola, New Jersey, Providence, etc.

Na California em cidades como Oakland ou no Vale de S. Joaquim, Vale de Santa Clara, Vale do Sacramento, etc. onde lidam com agricultura e laticínios.

Dedicam-se, além disso, naquele país, à pesca, à pecuária, mineração, comércio, tecidos e finanças e à indústria, etc.

O rei do algodão é um açoreano chamado Madeira, cujo nome está traduzido para Mr. Wood.

E o grande escritor norte-americano John dos Passos é descendente de açoreanos.

Muitos dedicaram-se às profissões liberais ou são professores de Universidade como o Prof. Manoel da Silveira Cardoso, que dirige a Biblioteca Oliveira Lima (Lima Library) da Universidade Católica de Washington. É ele norte-americano, filho de açoreano.

José Costa — esteve nos Estados Unidos como delegado do Instituto Cultural de Ponta Delgada na cidade de Fall River e publicou, em 1948, interessante relatório de viagem. (204)

Revela a presença de micalenses que cultivam os hábitos da mãe pátria: a religião e os costumes do arquipélago estão intatos.

c) *Emigração Açoreana para o Brasil.* Raimundo Belo estuda a emigração açoreana para o Brasil, conforme o exame atento que fez da «Relação dos emigrantes açoreanos de 1771 a 1774 para os Estados do Brasil», conforme documentos extraídos do «Livro de Registos de Passaportes» da Capitania Geral dos Açores.» (205)

As declarações eram minuciosas : nome, idade, filiação, para onde iam, sob a responsabilidade de quem e as condições materiais das pessoas a que estavam destinadas, etc.

Organizou quadros por respectivas ilhas. Da Ilha Terceira foram 59 para o Brasil, em 1772 e distinguia-se se era menor ou não. Os lugares de chegada: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais.

O destino não queria dizer o ponto terminal da viagem, como, por exemplo, no ano de 1771, na Ilha do Corvo: «Francisco Coelho Valadão, à cidade do Rio de Janeiro, com sua filha Maria Rosa, e sobrinho Francisco Coelho, para seu tio, o Padre Francisco Coelho de Fraga, vigário da Freguesia de Santo Antônio da Guarda de Viamão do Rio Grande.»

*A Colonização açoreana no Brasil.* O estudo da colonização açoriana no Brasil está evidentemente feito em grande parte, pelos historiadores do país entretanto são muitos os estudos de escritores dos Açores sobre o assunto. Podemos passar rapidamente através do problema.

a) *Os Casais Açorianos no Brasil.* Luis da Silva Ribeiro comenta a pesquisa de Manoel de Paiva Boléo, dizendo o A. que «frequentes e estreitas foram, desde longa data, as relações entre os Açores e o Brasil. Por todo o vasto território brasileiro se espalharam os casais açorianos, que cêdo a êle afluíram, e, embora tivessem predominado nalgumas províncias, em quase tôdas se encontram vestígios mais ou menos salientes de sua existência. (206)

b) *Santa Catarina.* A corrente imigratória açoriana no Brasil iniciou-se pela Capitania de Santa Catarina. Atualmente a maior autoridade nesse campo de estudos é o Prof. Oswaldo Cabral que deu um caráter científico e cunho documental às suas pesquisas, como se pode apreciar nos trabalhos de mestre que escreveu com a maior probidade e vasta cultura: «Assuntos Insulanos» (207) e «Santa Catarina».

O estudo da colonização açoreana em Santa Catarina não pode ser feito aqui.

Como se fixou no litoral, origem de sua economia pobre com a pesca, a agricultura em pequena propriedade, a não transformação um criador abastado, etc., seriam temas de variada interpretação.

A influência decisiva no linguajar, no folclore e no homem catarinense atestam a importância da herança antropológica do açoreano.

Manoel de Sousa Menezes, em estudo publicado na Ilha Terceira, já em 1952, fez ótimos comentários referentes ao povoamento de Santa Catarina com os casais açoreanos, (208) aliás a monografia é muito bem feita.

Começa por dizer que se esquecera já completamente na recordação açoriana êsse movimento de emigração dirigida pelo governo português em meados do século XVIII para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Examina os motivos da colonização, as razões de escolha açoreana como política o aprêço que se tem pela tese do superpovoamento das ilhas, o exagêro dos números, a tendência emigratória, etc.

Por sua vez, em Santa Catarina, outros investigadores acompanham a escola de Oswaldo R. Cabral, escrevendo, conforme Antônio Adolfo Lisboa, um ensaio : «O homem do arquipélago», estudando o tipo açoreano. Nos Açores, há preocupação com o Brasil e em Santa Catarina também há preocupação contrária, isso é, com os Açores.

Comemorou-se, em 1948, o Bi-Centenário da Colonização Açoreana no Estado de Santa Catarina, com um extraordinário Congresso de História, no qual foram acolhidos numerosos trabalhos importantes. (209)

c) *Rio Grande do Sul.* A história dos açoreanos foi destacada em autores do século passado como Apolinário Porto Alegre, princípio do século como Alfredo Varela e atualmente pelo escritor Aurelio Porto, também já falecido.

Aurelio Porto desenvolveu de maneira extraordinária os estudos açoreanos e é êle um dos maiores investigadores sobre o assunto, tendo sido mesmo um pioneiro quando aborda a questão à luz dos documentos.

Seguiu-lhe o General Borges Fortes que publicou o único livro inteiramente dedicado ao problema : *Casaes.* (210) Obra de inestimável significado e de grande valor. Há muitas pesquisas. Os genealogistas são frequentemente levados ao tema açoreano, bem como os investigadores do folclore gaúcho.

Fundaram os açoreanos no Rio Grande do Sul, grandes cidades: Porto Alegre e pequenas cidades: Taquari. Participaram do povoamento das cidades do Rio Pardo e Rio Grande, ao redor de fortes militares. Penetraram pelos rios Jacuí e outros. Transformaram-se em adiantados criadores de gado, iniciaram a cultura do trigo e de tôda a agricultura intensiva, entraram para as forças militares, ocuparam os postos de administração e seus

herdeiros continuaram nos mais destacados postos da vida intelectual e política da Capitania e depois Província do Rio Grande do Sul.

Deixaram as marcas de sua presença na linguagem, no tipo, nas festas religiosas, nos costumes, na música, etc.

Também aqui não é lugar para apreciar a dominadora influência açoriana no Rio Grande do Sul.

d) *Amazônia*. A vasta região amazônica recebeu uma salutar corrente imigratória açoriana no século XVIII.

Arthur Cezar Ferreira Reis escreveu erudita monografia na qual examina, com documentos originais e interpretação brilhante, o problema do ilhéu no extremo norte do Brasil. (211)

O trabalho acolhe 107 documentos preciosos que estão analisados com rigor de bom historiador.

«Logo no começo de 1766 chegaram casais de ilhéus, em número de 50, com duzentas e trinta e quatro pessoas» para Belém do Pará, mas em 1752 viajaram, só numa embarcação, 430 ilhéus que vieram para a Amazônia.

O Governador Mendonça Furtado, em 1753, fundou colônias de açoreanos em Macapá, Bragança, Tentugal e Ourem.

Conhecem-se os nomes de dois contratantes de transporte de Açoreanos para a Amazônia: José Albuquerque Torres e José Alves Torres.

e) *Paraíba*. O emigrante escritor e político brasileiro José Américo de Almeida tem aludido à colonização açoreana na Paraíba, sua terra natal. É bom tema para pesquisadores como Juarez Batista ou Arnaldo T. Melo, paraibanos devotados ao exame das tradições daquela bela província nordestina que podiam analisar a questão.

f) *Contribuição dos casais ilhéus à fixação do «uti-possidetis»* — «Realmente, estudando-se a atuação de Alexandre de Gusmão, na elaboração e realização do Tratado de Madrid, de 13 de janeiro de 1750, verifica-se que houve da parte do diplomata brasileiro o propósito firme de estabelecer o domínio português nas áreas de fronteira do Brasil para justificação ou defesa do «uti-possidetis». A preocupação de povoar a região norte e sul, numa como noutra, os espanhóis vinham espalhando-se, faz com que o governo português estimulasse a emigração de moradores dos Açores para o Brasil», diz Manuel Diêgues Junior, investigador dos mais sérios que tem uma obra de significação e indispensável à bibliografia de assuntos brasileiros. (212)

g) *Síntese histórica do Arquipélago Açoreano*. — Olinto Sanmartin apresentou ao Congresso de História Catarinense um ótimo trabalho com o título acima. Historiador de recurso, autor



de muitos bons livros, socorre-se, nesta monografia, principalmente da «Coleção de documentos do descobrimento e povoamento dos Açores» para ventilar o tema que escolheu. «Foi preponderante a influência açoreana na estrutura étnica do povo riograndense. Desde o tipo morfológico às manifestações românticas do sentimento lírico, encontramos uma força sedimentar de expressão humana capaz de resistir a qualquer tentativa de devastamento moral e material. O espírito açoriano, notadamente no sul, está, assim, profundamente associado à alma brasileira», diz o A. citado. (213)

h) *Oswaldo R. Cabral*. O ilustre historiador catarinense faz um substancial trabalho — «Os Açoreanos. Contribuição ao estudo do povoamento e da evolução econômica e social de Santa Catarina» que apresentou ao Congresso Catarinense de História. (214)

Examina o problema através dos seguintes assuntos: O povoamento de Santa Catarina, os povoadores e o transporte, a Terra Prometida. As primeiras culturas e os primeiros trabalhos, desorganização da vida colonial. O fracasso agrícola do açoreano, e a posição do Açoreano na evolução social de Santa Catarina.

O A. não podia ser mais feliz e acertado, mostrando, com sua vasta e erudita experiência, o papel admirável dos açorianos.

«O açoriano foi o elemento básico da sociedade catarinense. Recebeu e conservou a língua, a religião, o sentimento pátrio, os costumes dos antepassados, muitos dos quais ainda perduram, vivos, entre o povo catarinense.

Ainda hoje se encontra a diversidade do destino que marcou as duas facções em que se dividiu a gente ilhoa que veio de 1748 a 1756: — a parte fracassada, economicamente nula e socialmente estacionada, a que ficou, como dissemos, ligada à terra, nela empregando os mesmos processos rotineiros dos séculos passados; e a parte evoluida, economicamente sadia, socialmente estruturada, que encontrou noutros campos de atividade a prosperidade e o adiantamento ambicionados.

O fracasso da primeira, entretanto, não representa o fracasso de toda a tentativa, nem representa a falência do seu espírito. Porque são a contribuição da alma açoriana, da civilização lusa que ela legou aos descendentes dos povoadores, o espírito da sociedade, as linhas mestras do complexo social de Santa Catarina.

Grandes e numerosas famílias, ilustres e destacadas, têm as suas origens nos modestos troncos vindos do arquipélago. São os descendentes daquela gente que, «Tecendo a trama dos nossos destinos, deu à pátria, à religião, às ciências, às letras, tantas figuras altas e nobres de soldados e marinheiros, de padres e

irmãos leigos, de médicos e juristas, de políticos e estadistas, de poetas e historiadores.»

O açoriano venceu pela sua descendência.

Venceu o meio, venceu a ação desclassificadora dos fatores contrários à sua índole, que quase o levaram à ruína e ao fracasso.

E, amando a pátria que acolheu os velhos troncos, elevou-a, impondo, como sinal da sua capacidade, as tendências do seu sangue e da sua alma, as mesmas que perduram e dominam ainda hoje, como marco indestrutível da sua vitória, no panorama social de Santa Catarina.»

*Uma fonte útil.* Antônio Ferreira de Serpa é uma fonte útil para o entendimento da história dos Açores, e além de seus já citados ensaios, mencionamos aqui mais os seguintes :

a) «A batalha naval ferida nos mares da Ilha de S. Miguel (Açores) em 26 de julho de 1532, influencia nos destinos do Brasil?» (215)

b) «Os Peixotos dos Açores descendem de D. Afonso Henrique, 1º Rei de Portugal». (216)

*Gilberto Freyre.* O ilustre sociólogo Gilberto Freyre, homem eminente, renovador dos estudos brasileiros e valorizador da obra colonizadora da gente lusitana, escreveu um livro realmente notável : *O mundo que o português criou*, (217) onde, entre outras coisas, diz o mestre:

«Portugal, o Brasil, a África e a Índia Portuguêsas, Madeira, os Açores e Cabo Verde constituem hoje uma unidade de sentimento e de cultura. Isto sem sacrificio, é claro, das diferenças nacionais ou regionais de organização política e de especialização econômica; e sem darmos à palavra «sentimento» um significado absoluto, à parte da experiência social dos homens.

Essa unidade íntima, de sentimento, e externa, de cultura nas suas formas mais evidentes e concretas, é consequência dos processos e das condições de colonização portuguesa que na Ásia como no Brasil, nas ilhas do Atlântico e até certo ponto na África, desenvolveram nos homens as mesmas qualidades essenciais de cordialidade e de simpatia, características do povo português — o mais cristão dos colonizadores modernos nas suas relações com as gentes consideradas inferiores; o mais transbordante de simpatia naquele sentido fixado por Cooley: a capacidade do homem de projetar-se pela imaginação na posição de outro homem e de experimentar — experiência vicaria — sentimentos e estados de espírito alheios.

O português foi por tôda a parte, mas sobretudo no Brasil, esplêndidamente criador nos seus esforços de colonização. A glória do seu sangue não foi tanto a de guerreiro imperial que conquistasse e subjugasse bárbaros para os dominar e os explorar do alto. Foi principalmente a de procriador europeu nos trópicos. Dominou as populações nativas, misturando-se com elas e amando com gôsto as mulheres de côr.

A essa capacidade que lhe serviria de base física ou biológica a um domínio colonial impossível de ser realizado por gente escassa como a portugêsa no século XVI — que fôsse ao mesmo tempo pouco inclinada ao contacto amoroso com as mulheres de côr, o colonizador lusitano acrescentou a aptidão, igualmente espantosa em povo tão pequeno, de transplantador para os trópicos de valores essenciais de cultura europêia e quase-europêia. Transplantação que permitiu desenvolver-se no Brasil, com elementos étnicos tão diversos e em meio físico tão diferente do europeu, uma civilização que se conserva até hoje predominantemente portugêsa nos seus motivos mais profundos de vida.»

«Semelhante predominância sabemos que não se afirmou, como a do elemento inglês ou mesmo a do espanhol noutras áreas coloniais da América, com o sacrifício da oportunidade de expressão cultural e de ascensão social dos demais elementos de formação das novas sociedades o indígena e o negro. Essa oportunidade, ao contrário, chegaria a ser entre nós, sob mais de um aspecto, a mais ampla, e a permitir expressões livres e, para outros europeus, escandalosas, de culturas diversas da oficial.»

*Ao espelho da tradição.* É o título do livro póstumo do Padre Ernesto Ferreira, nascido, em 28 de março de 1880, na Vila Franca do Campo, na Ilha de S. Miguel, nos Açores: Ordenado sacerdote em 1903, faleceu em 4 de janeiro de 1943 na localidade onde nasceu. Publicou em 1927 o esplêndido trabalho *A alma do povo micalense*. A edição da obra póstuma traz o prefácio de Armando Côrtes Rodrigues. (218)

O livro *Ao espelho da tradição* compõe-se de três partes distintas :

I — Vida e Trabalho. Contém nove estudos : O barco da vila, alfaia agrícola, o carro de bois, faina piscatória, loiça da vila, trabalhos de linho, o velho tear, o ofício de barbeiro e a candeia.

II — De rebus pluribus. Traz doze estudos: A ilha encantada, o mar imenso, o sol e a lua, provérbios meteorológicos, para a história dos cometas, o tocador da viola, coisas más, tradições de um convento, tribunal divino, o traje, o ladrão do melro negro e animal de côr negra.

III — Ao veio do tempo. Inclui treze estudos : Santos advogados, a Senhora das Candeias, entrudo e quaresma, romarias, a procissão do entêrro, a Festa da Pombinha, o Corpo Santo, Santo Antonio, Noite de S. João. O romance de Santa Iria, o culto dos mortos, o verão de S. Martinho e Festas de Dezembro.

Ao *espelho da tradição* reúne, portanto, trinta e quatro ensaios do folclore do ciclo material das atividades econômicas, tais como a pesca, a agricultura, a tecelagem, o transporte, a lonça, os ofícios, a iluminação, a navegação, a vestimenta ou do ciclo espiritual da vida religiosa tais como a história e a devoção de santos e santas, as festas, procissões e romarias, etc.

A segunda parte é dedicada aos mais variados assuntos, como se vê, abrangendo a linguagem, a música, as lendas, a literatura popular, etc.

Vamos tentar o destaque de alguns aspectos :

a) *Barco da Vila*. Embarcação de transporte.

«Tal como chegou aos fins do século XIX, o Barco da Vila era de bôca aberta, isto é, não tinha coberta. Compõe-se da quilha, que se continua em uma e outra extremidade, pela roda da proa e pela roda da ré. Em cada uma delas está o leito, que é um resto de coberta e que encaixa numa travessa chamada Abbasus e por debaixo do qual se encontra o rancho, estrado em que a companhia come e dorme.

De um e de outro lado vêm-se os curvatãos, peças interiores e contínuas, quase na borda, formando como um passeio. Ao mesmo nível, e atravessadas, acham-se três pranchas denominadas banco da vante, banco do meio e banco da voga. A um quadrado de madeira destinado ao homem do leme dá-se o nome de cheleira.

O Barco da Vila é um padrão das antigas glórias portuguesas ; é a evoção de um dos mais freqüentes aspectos da vida insulana.»

b) *A pesca*.

«De alguns utensílios usa na sua faina, como o bartador, corrupção de vertedor ou vertedoiro, pá de madeira com que despeja a água do barco; e o bicheiro, vara munida de um gancho de ferro numa das extremidades, com o qual mete dentro do barco ou dêste retira os peixes pesados.

Os aparelhos principais empregados na pesca são o caniço e as rêdes. Quando precisa de peixe vivo para isca, leva-o numa barquinha, a que chama canoa, que tem as tábuas do costado mal juntas, para que nela entre a água.

O caniço é uma cana comprida, vulgarmente cana da Índia (bambu), a que se ata uma linha ou arame de maior comprimento



ainda, à qual se amarra um anzol, em que há três regiões : empate, varão e barba. O empate é a haste maior em que se empata o anzol, isto é, em que se lhe enrola a linha para o prender; varão é a curva; barba é a parte em que se espeta e segura a isca.

Chegando o barco ao baixo, param-no e deitam às águas alguns cordéis com anzóis. É a pesca de linha. Se fazem o mesmo, mas com o barco a andar em certa velocidade, é a pesca de corrica (corrida?).

Há vários modelos de rêde, conforme o seu feitio, o modo de a usar, e o peixe a que se destina.

A rêde de cartel costuma ser maior que o barco. É sustida por três varas, tendo cada uma delas um moitão por onde passa um cordel, com que a puxam e que se chama tralha.

O enxelevar ou enxalavaz tem a forma de cone truncado, com a base, a abertura, para cima. É sustido por um círculo de madeira, em geral de moniqueira (nespereira), chamado arcadura.

O fole é semelhante ao enxelevar, mas muito menor e a sua arcadura é de ferro. Usam-no para tomar o peixe-rei.

A rêde de arrastar é de malha mais larga e não tem varas, como a de cartel. Empregam-na para apanhar sardinha, junto das praias, e, quando está cheia, arrastam-na para terra.

O estremalho (tresmalho) é uma pequena rêde para colher peixes do litoral, como salemas, sargos, mугens, etc.

Tarrafa é, como o estremalho, uma rêde sem arcadura, mas com alguns quilos de chumbo, para a tornar pesada. Lançam-na de pancada, de modo a cair aberta sôbre o peixe que ela traz, quando a arrastam.

Para apanhar lagostas, empregam o côvo, armação de vimes ou de vêrga metálica com uma ou mais bôcas afuniladas.

Chegando o barco à terra, varam-no e vendem o peixe, em boa parte, a homens que o revendem pelas portas. São os vendilhões, que o vão apregoando pelas ruas com vozes quase ininteligíveis. Os seus pregões indicam, às vêzes, a forma como costuma preparar o povo : peixe-de-açorda; chicharro-de-agraço, etc.

Quanto ao produto da pesca é dividido, depois de satisfeitas as exigências do fisco, em tantas partes iguais, chamadas quinhões, quantos são os tripulantes, incluindo o mestre, que recebe como qualquer dêles; e mais uma para o barco, outra para a rêde de cartel ou para o enxelevar; e, conforme os lugares, ainda outras que se vão juntando, cada uma em seu mealheiro de barro, que se quebra por ocasião de algumas das grandes festas, como o Natal, a Páscoa, São Pedro Gonçalves, patrono dos homens do mar, Espírito Santo, e cujo conteúdo é distribuído pela companhia. O rapaz começa por ganhar meio quinhão.

Há ainda a pesca de pedra, a que se faz nas penedias da costa, em geral quando o mau tempo não deixa saírem os barcos. Os lugares, em que o peixe é muito frequente, chamam-se *pesqueiros*.»

c) *A louça*. «Entre as peças, que tem mais procura, contam-se a talha e o talhão, o pote e o potinho, o púcaro e a púcara, a panela, o alguidar, o lava-mãos, a infusa, a jarra, a balsa, a caçarola, a tigela, etc.

Merecem especial menção o amorim, o tenor e o talhão de Santa Maria.

Este último difere do talhão ordinário pelo seu maior tamanho e por não ter asas, sendo assim chamado, por ser feito segundo o modelo adotado naquela ilha.

O tenor é um vaso, em que os caiadores deitam o leite de cal, quando procedem à caiação de qualquer edificio. O mesmo nome se dá a um outro utensílio de configuração semelhante e usado como vaso de noite.

O amorim, corrupção de *moringue*, é uma peça de forma interessante, que tem ainda a distingui-la a sua engenhosa disposição inferior. Atualmente só se fabrica como objeto de curiosidade. É porém, antigo o seu uso. Na Exposição de Artes e Indústrias, realizada em 1895, em Ponta-Delgada, no edificio da Sociedade Promotora de Agricultura Micaelense, figuram um canjirão e um *moringue*, ambos de barro, encontrados numas escavações, em Vila-Franca-do-Campo.

A cerâmica vila-franquense estacionou, mas o seu estacionamento desperta o interesse de um monumento, que fala do passado. A Loça da Vila representa um dos aspectos da atividade do povo micaelense; é ainda uma das poucas coisas características dos Açores.»

d) *O linho*. — «Em março, prepara-se o terreno, cavando-o e limpando-o das ervas ruins e semeia-se a linhaça.

Em oito dias, o linho desponta e não tarda a formar viçoso tapete de verdura e encantadora.

Na ocasião própria, é mondado. A monda é operação delicada, que consiste em arrancar as ervas daninhas, que não só prejudicariam o desenvolvimento da preciosa planta, mas ainda se enlaçariam com ela, e com ela ficariam no dia da colehita. É depois restolhado, para o que várias pessoas se rolam sobre êle, até ficar deitado.

Quando floresce, apresenta um novo aspecto, com as suas numerosas flores de um azul mais ou menos intenso, parecendo o campo — enorme esmeralda cravejada de safiras. Lindissimo! Dir-se-ia um desvanecimento de Deus.

Amarelece, e é então arrancado e ripado no ripanço. Esta operação tem por fim separar a baganha do linho, que fica estendido na terra, a secar, durante vinte e quatro horas. Quanto à baganha, esfaulham-na ou apartam-na das folhas das plantas, agitando-a ao vento, deitam-na numa saca e, no dia seguinte, expõem-na ao sol, para que dela saia a linhaça.

O linho é mancheado, isto é, enfeixado, para ser levado para casa, onde, oito dias mais tarde, faz seção, isto é, termina o seu sazonalamento ou o seu amadurecimento. Seção é corruptela de sação, que, entre outros significados, tinha antigamente o de madureza completa.

Em seguida, vai ao forno, depois é amassado ou batido com uma maça, após o que era, ainda no século XIX, conduzido para o alago.

Fazia-se isto, metendo-o em poços pouco fundos ou numa ribeira. Esta maceração tem por fim extrair as substâncias gomosas, aderentes às fibras dos caules. Gaspar Frutuoso, em capítulo toponímico, fala de «uma lagoa que chamam dos Monteiros, onde se alaga quase todo o linho da cidade e seu limite, pelo que é chamada também o charco dos linhos.»

Em seguida, é transportado para os pastos e estendido sobre a erva permanecendo assim exposto, durante um mês, pouco mais ou menos, à ação do sol e do orvalho.

Novamente mancheado e novamente amassado, é depois estrigado para ser em seguida gramado na grama, utensílio onde se acha uma espécie de espada, a que chamam graminho.

Depois, é o linho tasquinhado com uma espadela de madeira, chamada tasquinha, a fim de o libertar da parte mais grosseira, a estôpa da tasquinha.

Em seguida, é assedado no sedeiro, pente de dentes férreos, onde se separa uma estôpa de melhor qualidade, a estôpa do sedeiro; é ainda empastado com uma risoira, obtendo-se assim as formosas estrigas de fibras finas e compridas, que se põem na roca para serem fiadas com o fuso.

Não ficam por aqui os trabalhos do linho.

Depois de fiado, é reduzido a meadas no sarilho. A seguir, vai à janela para ser embarrelado, isto é, cozido, durante três ou quatro horas, em água com cinza; depois lavado em água fria, depois pôsto ao sol a quarar (corar), para o que o orvalhem de pouco a pouco; depois tingido o que se quer tingir; depois dobrado na dobradoira em novelos, que se põem no casal, caixa com doze compartimentos, cada um dos quais leva um novêlo. Assim está pronto para ir para otear, para ser urdido e tecido.

Depois de tasquinhado e antes da assedadela, é costume pesar-se o linho. A medida de pêsos era a pedra, que devia equivaler, no sistema decimal, a 6 quilos e 426 gramas, mas que, na realidade, corresponde apenas a 5 quilos e 600 gramas. Também se empregava a meia pedra.

Ainda há quem conserve êstes pesos e até dêles se sirva no seguimento de inveterado uso e como recordação dos tempos em que a vida, em São Miguel, decorria laboriosa, mas tranqüila e feliz, no amanho da terra e no concheço do lar, muitas vêzes sob tetos de palha, mas sempre sob as bênçãos do céu.

Seria evidente, de grande interêsse, deter-nos no belo e esplêndido livro de Ernesto Ferreira, examinar-lhe os outros aspectos, também principais, importantes e de grande valor, contendo folclore, mas o relatório não pode abranger uma quantidade interminável de assuntos.

Alguns problemas foram apreciados noutras passagens dêste informe, e, entre êles, a alfaia agrícola, o carro de bois, o tear, a candeia, etc., mas o ofício de barbeiro antigamente e a prática da medicina são bons temas que valeriam qualquer comentário: os pentes, a máquina, o cabelo comprido dos homens, a influência norte-americana na cabeleira masculina, etc. Mas apenas insinuamos o problema.

O ciclo das lendas, a literatura popular, a poesia simples da gente comum e o ciclo da religião estão mais ou menos apreciados ou, pelo menos, alguns com mais desenvolvimento e outros com menos, neste relatório.

Ocorre aqui uma ligeira explicação: há repetições de nomes de temas, de títulos, de pesquisas, etc., o que não foi possível neste relatório evitar.

*Gabriel d'Almeida.* — O livrinho *Fastos Açorianos*, publicado nos fins do século passado em Lisboa, pelo «escritor micaelense», como êle mesmo escreve na capa do volume, autor que é Gabriel d'Almeida, editado na conhecida «Biblioteca do Povo», tão apreciada em Portugal e no Brasil, constitui o folheto em aprêço, obra de pioneiro, pesquisa que abriu caminho e é trabalho muito transcrito e citado. (219)

A investigação compreende cinco partes distintas: «Introdução histórica, festejos populares, representações populares, toureadas e conclusão».

Todo o folheto tem pouco mais de 60 páginas. Quando o A. cuida dos assuntos históricos, também passa ao exame dos aspectos geográficos, políticos, econômicos etc.

Os *festejos populares* compreendem um alentado estudo sobre *Os Impérios do Espirito Santo*, alentado estudo na propo-



ção do livro, aliás, aprecia o problema ilha por ilha, analisa os detalhes de cerimônia, cantos, música, participantes. Depois, então, detém-se na *Festa de S. João, Festa de S. Pedro, Romarias e Casamentos*. O capítulo que dedica às representações populares é muito interessante na reconstrução da encenação dos «entremezes» ou «comédias», com os versos, o vilão, etc., na «Princesa Magalona» ou «Ignês de Castro».

Finalmente, trata, então, das «touradas», e suas várias espécies.

As «romarias» êle estuda da seguinte maneira:

«Romarias. — Em diversos locais das ilhas açorianas é costume a concorrência de muitas pessoas para um determinado sítio, muitas vezes assinalado pela devoção que dedicam à realização de festas religiosas, aos oragos das freguezias.

A êste ato andam sempre ligadas lendas e tradições.

Em S. Miguel formam-se anualmente bandos de 12 homens ou mais, e pela Quaresma percorrem a ilha em volta, intrando e fazendo oração em todas as egrejas parochiaes. Gastam n'isto oito dias. Os romeiros teem sempre muita devoção n'este acto.

Depois, durante todo o anno, ha sempre romarias a fazer. As festas populares estão sempre de cór: e, approximado o dia, ahi temos grupos de homens e mulheres, com violas e com descantes, a percorrerem o sítio onde tem logar a funcção.

Na ilha do Fayal ha também importantes romarias.

Na freguezia dos Cedros existe uma corça de prata do Imperio Real, que é diferente das outras espalhadas pela ilha, e a qual dá logar a uma annual concorrência de povo, que a toma para pretexto de uma agradável festa.

A respeito d'este artefacto corre, segundo um distincto escriptor, a seguinte lenda:

«Pertencia aquella magnífica corôa de prata, infeitada ao redor com ramos lavrados e aberta como uma corôa ducal, a um rei mouro que n'esta ilha esteve, durante o dominio de Castella. Fosse lá como fosse, Sua Magestade esqueceu-se de levar a sua corôa quando sahiu do Fayal: e dias depois, arribando a esta ilha, foi em busca d'aquelle régio emblema à freguezia dos Cedros, primeira povoação d'esta terra.

«Foram, porém, passadas perdidas: a corôa havia desaparecido; e El-Rei, desesperado, imbarcou de novo e proseguiu na sua derrota para as longinquas paragens dos infieis.

«Ora quem havia roubado a corôa tinha sido uma mulher dos Cedros, que para maior cautela a infiára n'uma perna, como

n'um dedo se infia um annel, obstando por esta forma, a que fôsse descoberta.

«Depois da definitiva ausencia do rei mouro, a roubadora ofereceu a corôa à egreja da sua freguezia, mandando-lhe collocar um emblema do Divino Espirito Santo, servindo desde então nas respectivas festividades. Tem de altura 0m,13 e de pêso 1.500 grammas, contendo ainda, ingastada, uma gemma de côr, da qual se ignora a verdadeira valia.»

Ainda n'esta ilha temos a descripção da romaria á freguezia de Castello Branco:

«Na freguezia de Castello Branco a principal devoção dos romeiros é tambem uma corôa, mas de diferente fórma e muito mais pequena do que a de que acabamos de tratar, e que pertence a Santa Catharina, orago d'aquella povoação.

«Alli, na egreja, o romeiro ou romeira ajoelha de mãos postas: e um par da localidade, proferindo uma oração própria d'aquelle acto, impõe-lhe por alguns instantes na fronte a corôa da Santa, que tem sobrenaturaes virtudes.

«Todo o romeiro à sahida da egreja deixa uma esmola para o costeiro da mesma, geralmente 120 réis em prata.»

Na romaria da Senhora do Socorro, na freguezia do Salão, ilha do Fayal, conta ainda o mesmo escritor o seguinte, a respeito da danza dos arquinhos, que costuma alli celebrar-se :

«Só faltava a danza dos arquinhos, que vinha de uma próxima freguezia, e a senhora Mordôma dos Mangericões, que também não podia tardar. A danza chegou primeiro. Eram uns vinte rapazes mascarados, metade d'este número em trajos femininos: — a vestimenta é a capricho predominando em todos a côr branca, com laços de fita côr-de-rosa e na cabeça uma espêcie de gôrros com galão doirado; as mangas dos vestidos das mulheres são de rufos, presas de distancia em distancia por largas fitas, das quaes também teem rosetas no corpete e nas saias, que passam abaixo dos joelhos. Completam este luxo muitos cordões de oiro no pescoço, meias bem alvas, luvas brancas de algodão, e sapatos de bôca em baixo, com rosetas também côr-de-rosa.

«Cada mulher sustenta a extremidade de uma vara, curva, infeitada de cassa branca e fitas de variadas côres, cuja extremidade opposta está na mão do seu par masculino.

«Differem d'estes uniformes trajos quatro figuras da danza, a saber: o tocador da rabeca, o tocador do pifano (ao som de cujos instrumentos veem marchando), e duas figuras trutescas, vestidas a capricho e armadas de ferrugentas espadas nuas, para inxotar o immenso rapazio que cêrca os mascarados. O tocador da

rabeca representa invariavelmente, um militar: traz chapéu armado, com muitos galões, cabelleira com rabicho, farda toda abotoada reluzentemente, calça branca, e botas até ao joelho. O pifano, menos qualificado, pode vir vestido como quizer, contanto que o seu traje seja diverso dos dansantes.

«O bando dirigiu-se, com pompa, para o adro, parando em frente da porta principal da igreja, onde se agglomerou muita gente; os dois mascarados das espadas começaram então, a muito custo, a arrumar o povo para abrir espaço para o brinco, o rapazio tornou-se mais irrequeto, a rabeca e o pifano redobram de entusiasmo; e ao toque de um apito do Mestre começaram os dansantes nas suas evoluções de ha muito insaiadas, cruzando os arcos e fazendo figuras variadas, n'um movimento alegre e contínuo, n'uma espécie de batuque que durou approximadamente um quarto de hora. O entusiasmo dos assistentes é grande ante aquelle espectáculo; nem ha diversão para o povo fayalense que possa rivalizar com uma boa dansa de mascarados.

«Afinal, a um combinado apito do Mestre todos estacaram, ficando, como antecederamente, em duas alas, sustentando cada par o seu arco, mas os homens todos a um lado e as mulheres defronte. Do sitio em que então me achava impolerado na banqueta do adro, via bem à minha vontade a physionomia alegre dos camponeses, com olhares transbordando de prazer, e não sei como se aguentavam que, n'um transporte de regosijo, não investissem contra o bando, abraçando vehementemente dansantes e dansarinas.

«Foi providencial n'aquelle momento a intrada no adro de uma outra personagem, a senhora Mordôma dos Mangericões. Era uma rapariga de umas vinte primaveras, alta, formosa e robusta, toda vestida de branco e com infeites azues, uma grinalda de flores na frente, e destacando-se-lhe no peito, presa a grosso cordão de oiro, uma imagem de Nossa Senhora, feita do mesmo metal.

«Os seus braços alvissimos e bem torneados vinham nús de qualquer adorno, e uns fios de contas brancas lhe cingiam os pulsos. Sustentava nas mãos um caneco de loiça pintada, no qual vegetava exuberantemente um copado pé de mangericão, com a sua flor miudinha e branca como uma poeira de neve por cima das verdes folhas. Ladeando a senhora Mordôma, umas vinte creanças da freguezia, todas vestidas e calçadas de branco, cabellos soltos e cintos azues, uns verdadeiros cherubins frescos e rosados, traziam cada uma uns pucaros de mangericões, de menores dimensões que o da Mordôma, e seguiam processionalmente,

acompanhadas de muito povo, dos paes e das mães, que se reviam n'aquelle esplêndido quadro.

«São estes mangericões, a planta dileta do povo fayalense, cuidadosamente cultivados, durante muitos mezes, para n'aquelle dia adornarem o altar de Nossa Senhora.

«Os dansantes formaram, como uma guarda de honra, ao lado da porta da egreja; e a Mordôma, que é nomeada cada anno pelo parcho, seguiu com a sua infantil comitiva para o interior do templo, onde também intraram os mascarados e depois todo o povo. A egreja ficou litteralmente cheia; o altar da Virgem converteu-se n'um brilhante e odorifero camarim, repleto de luzes e flores; e a Missa da festa começou no meio do maior recolhimento e devoção, — sendo do adro, por essa ocasião, lançados ao ar alguns foguetes e respostas, bombas, bem como quando o Vigário subiu ao pulpito, e no solemne momento da elevação da Hostia. Finda a cerimonia religiosa, o edoso parcho proclamou, do altar, quem no anno seguinte seria a senhora Mordôma dos Margericões; o povo sahiu da egreja para ver, mais uma vez, no adro dansar os mascarados; e o prestito da Mordôma cessante, acompanhado do Vigário, dirigiu-se processionalmente até à casa d'esta, d'onde havia sahido, — tendo, porém, deixando no altar da Virgem as suas floridas offerendas. Os mascarados foram então visitar diversas moradias da gente mais graduada da povoação, — dansando ora n'um, ora n'outro sitio, e comendo à farta por todas aquellas casas, isto ajudado por frequentes libações.»

E eis o que é a festa da romaria da Senhora do Socorro.

Depois de partir a dança, reúnem-se os rapazes, apparece o melhor tocador de viola, e tem então logar na casa da Mordôma um baile que dura até à madrugada seguinte.

É deveras bella uma festa aldeam.

Raparigas de fronte descoberta, robustas, sadias e formosas, homens alentados e de aspecto agradável, seguem a melhor estrada em direção ao logar do festejo. Todos ostentam o adorno das flores. Grupos de mancebos dedilhando viola e cantando alegremente, perpassam pelo sitio. Os sinos do campanario tocam incessantemente. Um delírio!»

*Mês do Sonho.* — Deixamos, para encerrar êste relatório, os comentários que devem ser feitos no elogio da obra do illustrado etnólogo J. Leite de Vasconcelos: «Mês do Sonho — conspecto de etnografia açórica». (220)

A obra compõe-se de várias partes: Proêmio: I — A Terra, com aclaramentos preliminares, fauna, flora, clima e natureza do terreno e divisões populares; II — O Povo. Origem (et-



nogenia), População, Expansão para fora do Arquipélago. Caracteres: Palavras prévias; caracteres físicos, intelectuais e morais, as mulheres, Tristeza dos Açorenses.

III — Vida Tradicional — a) Vida Material: Palavras prévias. 1. Habitação. 2. Alimentação. 3. Trajo. Vária. b) Vida Psíquica: 1. Linguagem, 2. Literatura: a) Poesia lírica e, b) Comédias 3. Religião: Espírito Santo, Santo Cristo e Vária.

IV — Considerações a cerca de cada ilha: Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Fayal, Flores e Corvo.

#### Peroração.

Vê-se, então, pelo índice transcrito que a obra é um tratado sobre os Açores, tratado notabilíssimo que reflete a opinião de um sábio nas questões principais do arquipélago.

Muitos problemas já foram discutidos noutras passagens deste relatório: a terra, sua geografia, cartografia, história, clima, flora, fauna, etc. Até usamos alguns desses informes que J. Leite de Vasconcelos inclui de novo na sua monumental *Etnografia Portuguesa*, que mencionamos várias vezes.

Segue-se um estudo em traços gerais e profundo referente ao povo açoriano e sua origem e procedência de Portugal e estrangeiro, aborda o problema dos escravos e da aristocracia, os açorianos fora de Portugal e das ilhas, a estatura (média de 1m,64) e a discussão do tipo antropológico, a cor da pele (vermelhaça), os olhos (alguns azuis, castanhos claros ou tons verdes e pardos) cabelos loiros, etc. É preciso localizar os tipos conforme as cidades e vilas, sem generalizar.

São engenhosos, muito hospitaleiros e «muito religioso, bastante supersticioso, morigerado e mantenedor de costumes patriarcais.»

A senhora açoriana vive para o lar como a matrona romana, são fecundas e as do campo muito falante e desempenadas.

«... afigurou-se-me que a gente dos Açores é um tanto triste. Esta tristeza tem seu fundamento ingênito em igual qualidade dos Continentais; e talvez para ela contribua igualmente aquela incerteza do céu, freqüentemente enevoadado, aquele constante e monótono bater das águas na orla das ilhas.»

O título do livro de Leite de Vasconcelos decorre do mês que passou o Autor, nos Açores, em companhia de outras ilustres figuras, a convite do *Correio dos Açores*, «Empresa Insulana de Navegação» e diversos beneméritos açorenses. O mês foi o de maio e tal a acolhida que o mês transformou-se, ao lado do sortilégio das nove ilhas, num sonho, mês do sonho.

a) A habitação. Alguns dados sobre o problema.

Para ser metódico, principiarei pelo mais simples. Uma das primitivas moradas do homem foram as lapas, as furnas, as cavernas, como sabemos da Arqueologia e da Etnografia gerais. Nos Açores corre tradição de que o descobridor ou povoador de São Jorge viveu com a sua gente em furnas. E ainda na primeira metade do século XIX, segundo informações que colhi, pessoas pobres viveram do mesmo modo à beira-mar, em Ponta Delgada, como algumas vivem ao presente no Funchal, nos arrabaldes. Isto, porém, são casos esporádicos, ou dependentes de circunstâncias locais.

Outra forma primitiva de habitação nos Açores, são as cafuas, de que já fala Gaspar Frutuoso e as casas de palha. Por cafua entende-se uma armação de madeira, coberta de palha-triga ou palha-milha (milheiro), para o pastor dormir nos locais em que anda com o gado, e também para abrigo de trabalhadores, quando chove. O termo é antigo na língua, agora desaparecido do uso; mas a par com a sua existência dialetal possui o falar comum o verbo encafuar. Por casa de palha, expressão corrente, e que também encontrei com frequência em matrizes prediais, designa-se uma casa térrea, de paredes de pedra e coberta como a cafua: serve de morada humana em alguns sítios, posto que principalmente se aplique para arrumação de apetrechos de lavoura.

A casa popular e vulgar dos Açores ou é construída baixa, ou de um andar. A casa baixa, terreira ou de sobrado, tem portas de postigo de vidro, como no Sul do Continente; às vezes uma cancela, como no Minho. Vi muitas casas de baixos, com portas de bandeira de vidros fixos, e duas janelas, cada uma de seu lado. Quando a casa tem um andar, sobe-se para êle naturalmente por escada interior ou exterior; a casa de escada exterior chama-se casa de balcão; êste pode ser coberto (balcão de sombra, expressão que ouvi em São Jorge), ou descoberto. Na Fajã Grande chama-se varanda a uma sacada, de pau ou de ferro; na Ribeira Grande, na Horta e na vila do Pôrto (Santa Maria há lindas sacadas de rótula, por vezes pintadas de verde. Na Horta ouvi dar à rótula o nome de ralos. Nos desenhos que aqui estão expostos apresento à contemplação de VV. Excias. alguns planos de casas de rés-do-chão.

#### Casa do Val-das-Furnas (rés-do-chão):

Corredor que tem à direita dois compartimentos (quarto de dormir e cozinha) e desemboca num quintal ou pátio.

Outra casa da mesma localidade: corredor que tem de cada lado um quarto com janela, e desemboca na cozinha; à cozinha segue-se fora um pátio, e a êste um quintal.

Casa dos Arrifes, com corredor ladeado de compartimentos o qual vai dar a um pátio.

Casa Graciosa:

Sala de entrada com porta de postigo, e meia-porta com cancela, para a rua, a qual sala serve também de quarto de dormir, e tem comunicação com a cozinha; esta dá para um quintal.

Casa da Horta :

Corredor que dá à direita para um quarto de dormir, e à esquerda para uma sala, e adiante para a cozinha.

Às águas-furtadas chama-se falsa, por exemplo, no Val-das-Furnas : tanto em casas baixas como de um andar.

«A chaminé, como o prova o nome, veio-nos de França, em tempos não muito antigos, com outros elementos da casa, ou conexos com ela: clarabóia, sala, jardim.

Elemento curioso dos ângulos do telhado, nos Açores, é a pombinha, de que podem ser-se vários desenhos na Etnografia artística do Dr. Leite de Ataíde. Também estão aqui esboços de vários tipos açorianos. Este ornato já se encontra no Continente, por exemplo, no distrito de Leiria. Em algumas localidades da Beira não passa de mero bico, de fôlha ou telha. Ele relaciona-se provavelmente com os antefixos dos Romanos, destinados na origem a afastar das casas ação maléfica de seres sobrenaturais.

De tudo o que deixo dito parece inferir-se que há bastante influência do Sul do Continente na casa açórica : já na construção geral desta, ao rés-do-chão, já em expressões técnicas : o pátio, o paiol. Chaminés altas e artísticas há-as no Continente por toda a parte; todavia é também nas casas do Sul que elas predominam, sobretudo no Alentejo e Algarve. Outros elementos, como a rótula e a escada de balcão, pode dizer-se que são de todo o Continente; a rótula vai rareando, mas ainda abunda em dois extremos : Chaves e Tavira. A cancela usa-se muito no Minho.

Está claro que nisto da habitação, como noutros casos de Etnografia, não devemos contar só com a tradição; as circunstâncias locais, como já disse, motivam necessidades, que se repletam em tudo, tudo alterando.»

b) *Alimentação*. — «Na Terceira, por exemplo, a comida da gente do campo é a seguinte:

Almôço: leite ou açorda de milho com cebola e gordura;

Jantar (ao meio-dia): sôpa de mogango, espécie de abóbora (em S. Miguel, bogango), ou sôpa de batata, ou de nabo, ou de couve, ou de feijão: com pão de milho; carne de porco, se é tempo dela; carneiro, galinha, etc., nas festas : rês (boi) na

do Espírito Santo; ceia: (pelas 7 ou 8 horas): comida como a do jantar; em vêz de carne, às vêzes, peixe.

Os do Corvo, gente de costumes mais singelos que a das outras ilhas, mungem as vacas logo que se levantam, e bebem o leite diretamente do úbere para a bôca, esguichando-o: não metem o úbere na bôca, mas chamam a êste ato mamar. Na origem provâavelmente mamavam. Acompanham o leite com pão de milho. Não tem outro almôço. Em seguida vão trabalhar para o campo.

Pelo meio-dia, no campo, tornam a comer pão e a beber leite, ao que chamam merenda. O leite levam-no num caneco de lata.

De tarde, ao fim do dia, jantam, já em casa: caldo de horta-liça, carne de porco ou peixe, às vezes com batata doce; e outra vez leite. — Vinho, sômente, como já disse, em dias de festa.

Algumas peculiaridades.

Geram os mares dos Açores um molusco, chamado craca (balānus tintinnabulum, de Linneu), que aparece à beira-mar, agarrado às pedras de tufo que as águas batem, e donde o arrancam com um machado. Cozem-no, extraem da concha, com um prego revirado, a parte carnuda, e bebem pela própria concha o suco que resta. Apreciam muito nas ilhas esta guloseima. Por mim confesso, que, tendo-a provado na Horta, não achei que contente todos os paladares... A par com esgaravatarem a concha com um prego, esgaravatam-na com um tira-nozes (Horta), instrumento de aço, que se vende nas mercearias, e serve fundamentalmente para tirar o miôlo das nozes, depois de britadas.

Nas Flores fazem café de maneira muito rudimentar: torram favas, envolvem-nas num pano, e depois batem neste com um martelo, uma pedra, ou um simples pau. Empregar para isto um moinho, seria luxo demasiado!

A classe pobre da Graciosa sustenta-se de pão de cevada, de milho cozido com couves, depois de primeiro triturado com os dentes.

No Pico e no Faial dão o nome de sorrobalhado a peixe ou marisco assado pelos próprios pescadores. Sorrobalhado está por so-borralhado, o mesmo que sob o borralho: não tomei mais apontamentos a tal respeito, mas talvez isto se assemelhe ao que praticam os barqueiros do Douro com o sável, costume de que existe paralelos em nações estrangeiras.

Na Calheta e Piedade (Ilha do Pico) cozem do seguinte modo uma espécie de pão chamado bôlo, de farinha-milha, sem fermento, e só com sal e água: aquecem no pátio uma lage móvel, acendendo-lhe lume em cima; depois limpam-na, e colocam sôbre ela a massa tendida. Temos aqui também costumes de caráter



bastante primitivo. Noutras terras do Arquipélago cozem o bôlo rum tijolo redondo, aquecido em trempe, com lenha sotoposta. O bôlo açórico parece-me ser o que na Beira-Alta se denomina bôla, que se costuma fazer quando se coze no forno o verdadeiro pão.

Em S. Miguel chamam caçoula a um cozinhado das miudezas do animal, guisadas com feijão ou batata em uma panela ou caçarola. Originariamente caçoula é nome de vasilha, muito usada no Continente; depois o nome desta applicou-se ao conteúdo, fenómeno muito vulgar na linguagem. No Sul da França chamam, por exemplo, «cassoulet toulousain» a um acepipe de feijão branco e carne; ora «cassoulet», em provençal moderno «cassouletto», é um diminutivo de cassolo, palavra feminina, da mesma família que a nossa caçoula ou caçoila, nome que nos veio de Espanha (cazuella). Todos nós dizemos de modo parecido, quotidianamente, prato, por ignoraria posta nêle.

A propósito da alimentação terceirense contarei, por isto ser também etnográfico, que no tempo da monarquia se dava aos do partido progressista a alcunha de mogangos, e aos do partido regenerador a de abóboras. Por ocasião de eleições, o bando que saía vencedor festejava pelas ruas a vitória, entre o habitual estrondo das filarmônicas e dos vivas, levava respectivamente com insignia de triunfo, espetada num pau, ou uma abóbora, ou um mogango.

Assim, pela ostentação do objeto do escárneo, afirmava melhor cada um que não se importava da alcunha que lhe infligiam, e só se vangloriava de haver vencido o competidor, e de o espezinhar.»

c) *Linguagem*. «Há pouco me referi a uma particularidade da pronúncia, qual a do *u*, que soa *ü*, como em francês, ou próximamente, por exemplo, *tü*. Êste som encontrei-o apenas em São Miguel e no Corvo. Com êle coincide em S. Miguel o som *ö*, dado ao ditongo literário *ou*, por exemplo, *pöco*. Nas outras ilhas diz-se *tu*, com *u*, como em português corrente e *pôco* ou pouco. Por êstes fatos, podemos considerar nos Açores três grupos de linguagem popular: de S. Miguel, Corvo, e das restantes Ilhas. Em S. Miguel há outras e grandes particularidades fonéticas, como *flur*, por *flor*, com um por *õ*, e nos Arrifes *paya* por *palha*, com *y* por *lh*. O dialeto dos Arrifes, no concelho de Ponta Delgada, representa a fase mais evolucionada, que conheço, do português, com exceção dos crioulos, como o dialeto de Melgaço é o mais arcaico de todos. Não devo descer a minudências, só comparáveis com uma lição ou com um tratado de filologia.»

d) *Folclore*. O folclore açoriano é tema inesgotável.

*Canções.* — «O tema fundamental das canções populares é o amor; mas em torno dêle, para o exprimir bem, ou para o realçar, o poeta popular olha para a terra, para o mar e para o céu: para a terra e para o mar, inspirando-se em tudo o que o rodeia, — as flores, as aves, as ondas, ou em tôdas as circunstâncias da vida, — a família, as indústrias, as relações sociais; para o céu, evocando não só o céu material e o ar, — o sol, a lua as nuvens, senão também o céu místico em que êle põe constantemente os olhos, como termo de trabalho, e esperança de felicidade.»

*Folgas.* — «Com a poesia lírica popular anda ligada a dança. Os divertimentos em que se dança e canta e improvisa tem nos Açores o nome de folgas.» (Pág. 53).

*Comédias.* — «Horas antes de começar cada comédia faz-se a embaixada, que consiste no seguinte: uns tantos cavaleiros, sendo uma espécie de bobo ou palhaço, montado em burro velho ou cavalo estropiado, aproximam-se do adro da igreja, vestidos à antiga, chapéu de dois bicos e emplumado, calção, meias e sapatos, com alfange ou espada na mão. O palhaço profere chalaças, e os cavaleiros ou embaixadores dizem várias estâncias em honra do santo padroeiro da igreja ou em louvor da Virgem. — A embaixada porém nem sempre se faz.

Numa comédia, isto é, num drama, tomado em sentido lato, temos de distinguir várias partes.

Primeiro a entrada, meros cumprimentos aos espectadores.

Depois a lôa, ou loa, prólogo do drama.

Em seguida a parte do vilão, em que fala o guia, e o reclame, respondendo o velho. É uma espécie de «revista» em que se criticam as freguesias da ilha. Em vez de guia, também se diz vilão, em sentido estrito.

Vem agora o drama pròpriamente dito, que termina pela despedida ou agradecimentos aos espectadores.

Possuo algumas destas peças, e pelos títulos vêem VV. Exas. a natureza dos assuntos :

D. Inês de Castro; Mártires da Germânia; Drama da vida de Santa Genoveva; Drama do Conde Antoniel; O martírio do amor.

Exceto a primeira, que está impressa (e incompleta), tôdas as outras estão manuscritas.

Tôdas as comédias de que tenho notícia ou são em quintilhas de redondilha maior, ou em quadras. As estrofes da embaixada, loa, parte do vilão, e despedida, são de vários tipos, que não posso aqui especificar.

Há comédias muito extensas: o drama da Vida de Santa Genoveva, por exemplo, consta de 908 quintilhas, e os Mártires da Germânia, 331, afora as loas.

Evidentemente o gôsto dos dramas foi do Continente para lá: e podemos fazer ascender a sua origem até Gil Vicente e Henrique da Mota, no século XV-XVI, um e outro também já cultores da quintilha. A mesma forma estrófica aparece em muitas peças dramáticas da literatura de cordel dos séculos XVII e XVIII. Por isso eu disse há pouco que as comédias açóricas não eram de todo originais. Ninguém, porém, deixará de achar curioso o apreço que o povo dá às comédias, o modo de as conceber e ordenar, e o arcaísmo do emprêgo da quintilha. Peças dramáticas populares modernas que conheço no Continente (*Estremadura*, etc.) são em prosa, ou em quadras, estrofe própria das canções.»

O discurso, pois o início do trabalho é um discurso na Academia das Ciências, termina com um retrato da religião nos Açores: a festa do Espírito Santo, a devoção do Santo Cristo dos Milagres, a evocação de S. Braz, o nome de Santo Antão, etc.

O apêndice ao discurso inclui o seguinte:

I — Roteiro de Lisboa aos Açores. I. de Lisboa a S. Miguel II. Em S. Miguel. III. De S. Miguel às outras ilhas. IV. De Santa Maria e Lisboa. É um diário escrito com sobriedade, contém variadíssimas notas de grande valor científico e encantadoras referências ao arquipélago.

Traz, ainda, «Um brinde proferido no banquete dado em Ponta Delgada em honra da missão», «Algumas particularidades da vida de Antero», «Unha na palma», dando explicação da frase popular; «Açafate de rosas» canções populares açóricas, dispostas conforme as ilhas, e uma série de «Canções que particularmente se cantam em bailes: canções em sextilhas, moda do pézinho, etc. uma terceira série de «Canções de desafio», etc.

Uma penúltima parte do livro é dedicada às «Comédias Açóricas», com algumas amostras: «Embaixada para Nossa Senhora do Rosario», «o Martirio do Amor», «Parte do Vilão composta para o Martirio da Germânia» e «Drama da Vida de Santa Genoveva», todos em verso.

Completa com um artigo «Política infausta», desagradável intervenção política no caso da viagem aos Açores, que culminou com o suspender um ilustre professor do arquipélago. E no final, umas palavras de encerramento. O livro traz gravuras, fotografias, desenhos, variada bibliografia, ainda os trajes femininos açóricos comparados com trajes belgas, etc.

Fico, para dar um fêcho a êste relatório, com as palavras de Leite de Vasconcelos, no seu livro de mestre:

«E assim terminou o *mês de sonho*, durante o qual tantos e tão merecidos encômios levantei a tôda a gente, — tais foram os encantos físicos e morais que encontramos no Arquipélago, e os afetos, e cordialidade fraternal de que eu e os meus companheiros andamos cativados.»

A diferença é de que eu estava só. Naturalmente comigo a saudade da terra, da terra natal, de minha espôsa também uma descendente de ilhéus, minha casa e meus amigos. Foram incansáveis os amáveis açorianos, fidalgos no trato e afáveis nas considerações. Admirável povo do arquipélago. E eu, por minha vez, realizei o sonho de um professor de História do Brasil do Rio Grande do Sul, pedaço da pátria que o braço açorita colonizou com sua vida e seu sangue, fixando traços culturais lusitanos dos mais típicos e dando à extremadura meridional da América Portuguesa e originalidade de uma formulação sociológica de quem consolidou moral e materialmente o domínio da Coroa na fronteira com as possessões espanholas dêste lado do Novo Mundo.

## BIBLIOGRAFIA

«Livro do Primeiro Congresso Açoreano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de Maio de 1938. Publicado no ano das comemorações centenárias da Independência e Restauração de Portugal. Grémio dos Açores. Edição da Casa dos Açores. 724 págs. e outras sem números. Formato grande. Lisboa. 1940.

- 1 *Algumas considerações sôbre o clima de Açores*. Págs. 112 a 116. Prof. Armando Narciso.
- 2 *Características geográficas, geologias e meteorologias da paisagem Açoreana*. Págs. 116 a 119. Prof. Armando Narciso.
- 3 *Clima dos Açores*. Págs. 119 a 123. Tenente Coronel José Agostinho.
- 4 *Dados climáticos de Ponta Delgada*. Págs. 124 a 127. Antonio Teixeira de Miranda.
- 5 *A Estação Meteorológica de Marinha no Atlantico*. Págs. 127 a 130. Primeiro Tenente João Alberto Costa Soares Perdigão.
- 6 *Manifestações geofísicas de caráter vulcânico nos Arquipélagos da Madeira e dos Açores*. Págs. 84 a 100. Coronel Carlos Roma Machado de Faria e Maia.
- 7 *Estudos geofísicos nos Açores*. Págs. 101 e 102. Tenente Coronel José Agostinho.
- 8 *Sobre a necessidade de estabelecer um serviço geológico no Arquipélago dos Açores*. Págs. 102 e 103. Tenente coronel José Agostinho.
- 9 *Prospecção geofísica nos Açores*. Págs. 103 a 110. Antonio de Mendonça Dias.
- 10 *Paleontologia Açoreana*. Págs. 110 e 111. Manuel Dionísio.
- 11 *Flora Açoreana*. Págs. 130 a 133. Prof. Rui Teles Palhinha.



- 12 *Estudo e defesa da Fauna Açoreana*. Págs. 133 a 137. Fernando Frade.
- 13 *Ensaio sobre a geografia humana nos Açores*. Págs. 137 a 142. Prof. Armando Narciso.
- 14 *Sobre a necessidade de desenvolver os estudos de biologia aplicada no Arquipélago dos Açores*. Págs. 142 e 143. Tenente Coronel José Agostinho.
- 15 *A revelação geográfica do Arquipélago*. Págs. 145 a 147. General Lacerda Machado.
- 16 *A prioridade dos descobrimentos atlânticos*. Págs. 147 a 149. Antonio Ferreira de Serpa.
- 17 *As doações das ilhas do Faial e do Pico ao flamengo Joŕse de Hurtere*. Págs. 149 a 151. Antonio Ferreira de Serpa.
- 18 *Origem do nome «Horta» dado à cidade assim chamada*. Págs. 157 a 159. Antonio Ferreira de Serpa.
- 19 *Uma grande figura portuguesa do século XIX*. Págs. 166 a 169. Antonio Ferreira de Serpa.
- 20 *Porque foi dado o nome Horta à capital do distrito ocidental dos Açores*. Págs. 155 a 157. Osório Goulart.
- 21 *Chateaubriand na Ilha do Faial*. Págs. 169 e 170. Osório Goulart.
- 22 *O Castelo de Santa Cruz na cidade de Horta*. Págs. 177 e 178. Osório Goulart.
- 23 *Os — Arriagas — na Ilha do Faial*. Pág. 181. Osório Goulart.
- 24 *A Fundação da cidade de Angra — Um notável solar primitivo*. Págs. 151 a 155. Dr. Joaquim Moniz de Sá Córte Real e Amaral.
- 25 *Um historiador Açoreano inédito e os manuscritos de história açoreana*. Págs. 159 a 161. Oliveira San-Bento.
- 26 *A mulher açoreana no seu espirito e na sua ação*. Págs. 161 e 162. Pe. Ernesto Ferreira.
- 27 *Os Açores na história da cultura portuguesa*. Págs. 163 a 166. Dra. Maria dos Santos.
- 28 *O Panteão Açoreano (A Igreja de S. Francisco de Angra)*. Págs. 170 a 173. P. Antonio da Costa Ferreira.
- 29 *Uma velha igreja Gótica na Terceira*. Págs. 173 a 176. Dr. Garcia da Rosa.
- 30 *Os estudos etnográficos nos Açores*. Págs. 178 a 181. Luis da Silva Ribeiro.
- 31 *A necessidade de promover o estudo etnográfico e linguístico no Arquipélago Açoreano e meios práticos de o satisfazer*. Págs. 181 a 184. Luis da Silva Ribeiro.
- 32 *O Ensino da Música nos Açores*. Págs. 215 e 216. Luis da Silva Ribeiro.
- 33 *O Castelo de S. João Batista e a sua Igreja*. Pág. 176. Miguel Forjaz Coelho Borges.
- 34 *Folclore Micaelense*. Págs. 187 e 188. Armando Córte Rodrigues.
- 35 *A colheita do Folclore açoreano*. Págs. 184 a 187. Prof. Armando Narciso.
- 36 *Breve Notícia sobre os elementos para uma Literatura Regional Açoreana*. Págs. 195 a 198. Carreiro da Costa.

- 37 *Música Regional Açoreana. Um problema de cultura popular.* Págs. 212 a 215. Dr. Carreiro da Costa.
- 38 *Idiosincrasia açoreana.* Págs. 189 a 191. Manuel Dionisio.
- 39 *Valorização do folclore e criação de museus etnográficos açoreanos.* Págs. 191 a 193. Frederico Lopes Junior.
- 40 *A Secção de Arte do Museu de Ponta Delgada e a sua missão educativa.* Págs. 204 a 208. Luiz Bernardo Leite Athaide.
- 41 *Relance da alma açoreana na poesia popular.* Págs. 198 a 204. Manuel Ferreira.
- 42 *Música Regional Açoreana.* Págs. 208 a 212. Manuel Maria de Melo.
- 43 *Conferência inaugural pelo Presidente do Congresso.* Págs. 67 a 76. Prof. Armando Narciso.
- 44 *Açores na obra dalguns poetas açoreanos da actualidade.* Págs. 35 a 61. Hugo Rocha.
- 45 *Viagem ao país de Antero.* Pág. 218. Joaquim Manso.
- 46 *Ilha S. Miguel.* Pág. 223. Armando Marques Guedes.
- 47 *Canção Popular.* Págs. 244 e 245. Dr. Antonio Emilio Dantas de Campos.
- 48 *Valor passado e presente da imprensa Açoreana.* Págs. 247 a 250. Dr. Oliveira San-Bento.
- 49 *A missão da imprensa Açoreana.* Págs. 250 e 251. Prof. Armando Narciso.
- 50 *Necessidade e vantagens da criação de um órgão da imprensa para a defesa e propaganda dos Açores, na Metrópole.* Págs. 251 e 252. Armando Ávila.
- 51 *Introdução da imprensa nos Açores especialmente no distrito da "Horta".* Págs. 252 a 254. Osório Goulart.
- 52 *A propaganda insular pelo folclore regional.* Págs. 254 a 256. Dr. Carreiro da Costa.
- 53 *A propaganda insular pela literatura regional.* Págs. 256 a 259. Dr. Carreiro da Costa.
- 54 *Bares de réclamo de Portugal e ilhas no estrangeiro.* Págs. 259 e 260. Dr. Francisco Alvares Cabral.
- 55 *Os correios e telégrafos e a propaganda insular.* Págs. 260 a 262. J. Silva Junior.
- 56 *Selos dos açores.* Págs. 262 a 264. Ezequiel Moreira da Silva.
- 57 *Algumas considerações sobre a recomendação de magistrados juridicos para os Açores.* Págs. 264 a 266. Oliveira San-Bento.
- 58 *A religiosidade do povo Açoreano.* Págs. 266 a 268. Dr. José Bernardo de Almada.
- 59 *A religiosidade do povo Micaelense.* Pág. 269. Reverendo José Gomes.
- 60 *O povo Faialense sobre o aspecto religioso e social.* Págs. 271 a 274. Reverendo José Pereira da Silva.
- 61 *Memória histórica sobre os Açoreanos que foram bispos.* Págs. 274 a 277. Cônego José Augusto Pereira.
- 62 *O Seminário de Angra.* Pág. 277. Dr. José Vieira Alvernaz.
- 63 *A diocese de Angra, a sua sé e o seu tesouro de Arte Sacra.* Págs. 279 a 281. Reverendo Antonio da Costa Ferreira.
- 64 *A espiritualização das Associações Profissionais.* Págs. 281 a 283. Dr. José Bernardo de Almada.

- 65 *Ação do clero açoreano no extremo oriente.* Pags. 284 a 286. Reverendo José Machado Lourenço.
- 66 *Algumas necessidades do culto na Ilha Graciosa.* Pág. 286. Reverendo Manoel Alvernaz da Silva Bettencourt.
- 67 *Projeto da construção de um templo.* Pág. 287. Manuel d'Almeida Chaves.
- 68 *Ação dos padres açoreanos na América do Norte.* Pág. 287. Prof. Armando Narciso.
- 69 *Necessidade duma agência oficial dos Açores.* Pág. 288. Tenente Aniceto dos Santos.
- 70 *Secretariado das ilhas adjacentes, junto ao poder central.* Armando Ávila.
- 71 *Os Açores e o poder central — visitas ministeriais.* Dr. Carlos J. Botelho de Paiva.
- 72 *Relatório da Junta Geral Autônoma de Ponta Delgada.* Pag. 288.
- 73 *A pavimentação das estradas de S. Miguel.* Dr. Francisco d'Ataide Machado de Faria e Maia.
- 74 *Pavimentação das estradas de turismo da Ilha de S. Miguel.* Engenheiro Francisco X. Vaz Pacheco de Castro.
- 75 *Construção dum túnel das Sete Cidades para fixação do nível da Lagoa.* Engenheiro Francisco X. Vaz Pacheco de Castro.
- 76 *Necessidades mais urgentes do Concelho de Ponta Delgada.* Pela Direção do Grémio dos Açores.
- 77 *Da necessidade dum bairro de casa económicas na Vila da Lagoa.* Dr. F. Carreiro da Costa.
- 78 *A importância do porto de pesca da Vila da Lagoa e a urgente necessidade da sua reparação.* Dr. F. Carreiro da Costa.
- 79 *Relatório da Câmara Municipal da Povoação.* Engenheiro José Gago da Câmara (Visconde do Botelho).
- 80 *A Ilha de Santa Maria e as suas aspirações e necessidades.* Sr. Vitor Gago da Câmara Leandres.
- 81 *Os Portos do Distrito de Angra do Heroísmo.* Engenheiro Jaime Manuel da Silva Real.
- 82 *O problema das estradas distritais de Angra do Heroísmo.* Engenheiro Jaime Manuel da Silva Real.
- 83 *Relatório da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.* Dr. Joaquim da Rocha Alves.
- 84 *Necessidade mais urgente do Concelho da Vila da Praia da Vitória.* Pela Direção do Grémio dos Açores.
- 85 *Necessidades mais urgentes do Concelho de Santa Cruz da Graciosa.* Direção do Grémio dos Açores.
- 86 *Necessidades mais urgentes dos Concelhos da Vila das Velas e da Vila da Calheta, da Ilha de S. Jorge.* Pela Direção do Grémio dos Açores.
- 87 *O litoral norte da cidade da Horta está em eminente perigo.* Domingos Garcia.
- 88 *Principais e mais urgentes melhoramentos de que carece o Concelho das Lages (Ilha do Pico).* General Lacerda Machado.
- 89 *Relatório da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores.* José Armas Mendonça.

- 90 *Necessidades da Ilha do Corvo*. Manuel Hilário.
- 91 *A cultura intensiva nos Açores*. Dr. Manuel Francisco Neves Júnior.
- 92 *A cultura e o comércio de exportação do ananaz de São Miguel*. Pelo Sindicato Agrícola dos Cultivadores de Ananazes da Ilha de São Miguel.
- 93 *Do chá dos Açores*. Engenheiro Antônio Hintze Ribeiro.
- 94 *O problema da sericicultura nos Açores*. Sr. Jaime Hintze.
- 95 *Principais problemas agrícolas do Distrito de Angra do Heroísmo*. Engenheiro-Agrônomo Jácome de Ornelas Bruge.
- 96 *Comunicação do Sindicato Agrícola do Concelho de Angra do Heroísmo, com sede na Feteira*.
- 97 *O problema dos laticínios nos Açores*. Dr. Jerônimo Vasconcelos Coelho de Paiva.
- 98 *O problema vinícola na Ilha Graciosa*. Sr. José Vieira.
- 99 *O vinho da Graciosa — Defesa do seu comércio*. Sr. João da Cunha Vasconcelos.
- 100 *Pecuária Açoreana*. Dr. Amancio Sampaio de Andrade.
- 101 *Defesa da lavoura açoreana quanto ao comércio de gados com Lisboa*. Dr. Antônio Nicolau d'Ávila e Pereira.
- 102 *Moção apresentada pelo Sr. José Furtado Leite*.
- 103 *Influência do futuro Matadouro de Lisboa na pecuária açoreana*. Dr. Joaquim Tiago Ferreira.
- 104 *Moção apresentada pelo Sr. José Furtado Leite*.
- 105 *«O futuro Matadouro industrial da Horta*. Dr. Manuel Francisco Neves Júnior.
- 106 *Algumas considerações sobre a pecuária do Distrito de Angra do Heroísmo*. Dr. Antonio de Melo Correia.
- 107 *Economia Açoreana*. José Furtado Leite.
- 108 *A influência de alguns produtos açoreanos na economia nacional*. Manuel Gonçalves Monteiro.
- 109 *A crise financeira e econômica dos Açores — Sua solução aplicável a todo o País*. Engenheiro-Químico João Moniz Borges Cordeiro.
- 110 *Da necessidade da organização e publicação de estatísticas do comércio com as Ilhas Adjacentes*. Dr. Francisco Gonçalves Couto Santos.
- 111 *São Miguel — Aspectos, atividades e recursos econômicos*. Pela Associação Comercial de Ponta Delgada.
- 112 *Memorial da Associação Industrial de Ponta Delgada*. Sr. Joaquim Maria Cabral.
- 113 *O cimento armado nos Açores*. José Pereira Rêgo Lima.
- 114 *Da necessidade de orientação e coordenação da vida econômica do Distrito de Angra do Heroísmo*. Dr. Teotônio Machado Pires.
- 115 *Um aspecto da reforma do crédito na Ilha Terceira*. Dr. Henrique Braz.
- 116 *A Fábrica de Tabacos «Flor de Angra» e a indústria insular do Tabaco*. José Braz e Filhos.
- 117 *A indústria de Bordados açoreanos*. Associação Comercial de Angra do Heroísmo.
- 118 *A crise da indústria de Bordados na Ilha Terceira*. Manuel Pinto Mariano de Freitas.



- 119 *Indústrias caseiras — bordados, tecidos e flores.* D. Maria d'Ascensão Carvalho.
- 120 *A Economia do Distrito da Horta.* Pela Associação Comercial da Horta.
- 121 *Impôsto de Trânsito — Carros de eixo móvel solidário com as rodas.* Gustavo da Costa Torres Goulart.
- 122 *A indústria do Turismo.* Capitão Manuel Ávila Madruga. Pág. 494.
- 123 *A indústria do Turismo nos Açores.* Prof. Armando Narciso.
- 124 *Ambiência açoreana — Suas relações com o turismo.* Dr. Carreiro da Costa.
- 125 *Breves considerações relativas ao desenvolvimento do Turismo nos Açores.* Coronel Eduardo Gomes da Silva.
- 126 *Notícia sobre as águas minerais do Arquipélago dos Açores.* Professor Armando Narciso.
- 127 *O Turismo em S. Miguel.* Sr. Luiz Pamplona Coelho Borges.
- 128 *O Futuro Turístico da Ilha de S. Miguel.* Dr. Augusto Rebelo Arruda.
- 129 *Turismo e Regionalismo Micaelense.* Sociedade «Terra Nostra».
- 130 *A reposição arquitetônica das Caldeiras das Furnas.* Sr. Eduardo Read Teixeira.
- 131 *Uma viagem ao Vale das Furnas, em 1840, por Bernardino José de Souza Freitas.* Prof. Armando Narciso.
- 132 *A importância turística duma estrada até ao alto da Serra d'Água de Pau, na Ilha de S. Miguel.* Dr. Carreiro da Costa.
- 133 *Transformação e embelezamento do Monte Brasil da Ilha Terceira.* Coronel Eduardo Gomes da Silva.
- 134 *O Faial como belo centro de turismo.* D. Ana Adélina Bettencourt da Costa Nunes.
- 135 *O Turismo e o Porto da Horta.* Sr. Constantino Magno do Amaral.
- 136 *Faial e Pico — As ilhas gêmeas.* Sr. Marcelino Silvio.
- 137 *Os Açores nas comunicações aéreas do Atlântico Norte.* Almirante Botelho de Sousa.
- 138 *Possibilidades e dificuldades das comunicações entre o Continente e os Açores.* Almirante Botelho de Sousa.
- 139 *O monopólio da navegação para os Açores.* Dr. Antonio Ferreira de Serpa.
- 140 *Comunicações marítimas entre os Açores e o Continente.* Dr. Antonio Martins Ferreira.
- 141 *Transportes e Comunicações.* Manuel Batista Machado da Conceição.
- 142 *Os transportes marítimos entre Portugal Continental e as suas ilhas adjacentes, principalmente os Açores, servidos quase absolutamente por uma navegação nacional.* Sr. Francisco Alvares Cabral.
- 143 *Os Açores no Tráfico Internacional.* Dr. Brandão Pereira.
- 144 *As comunicações marítimas e os interesses da Ilha de Santa Maria.* Sr. Antonio Moraes Cordeiro.
- 145 *Elementos elucidativos tendentes a demonstrar qual tem sido a ação da Empresa Insulana de Navegação em prol das Ilhas dos Açores e da Madeira.* Comunicação apresentada pelo Sr. Vasco Bensaúde.
- 146 *A cabotagem merece proteção nos Açores.* Pela Sociedade de Navegação Santamarense.
- 147 *Os fretes proibitivos da Empresa Insulana de Navegação.* Pela Associação Comercial de Angra do Heroísmo.

- 148 *A cabotagem nas Ilhas dos Açores.* Drs. Augusto G. Bettencourt da Sliva e Jaime Soares de Figueiredo.
- 149 *As comunicações marítimas com as ilhas pequenas.* Dr. Jaime Soares de Figueiredo.
- 150 *O problema das comunicações com a Ilha do Corvo.* Sr. João Emílio Pombo.
- 151 *Os Transportes Marítimos — Problema vital da economia açoreana.* Prof. Armando Narciso.
- 152 *O problema econômico da pesca no Distrito de Angra do Heroísmo.* Primeiro Tenente Aristides Moraes Serrão.
- 153 *A caça da baleia no Distrito da Horta.* Sr. Antonio Moniz Madruga.
- 154 *A Pesca nos Açores e a situação econômica dos pescadores.* Pelo Padre Ernesto Ferreira.
- 155 *Duas questões escolares de Ensino Primário.* Dr. Francisco de Ataíde Machado de Faria e Maia.
- 156 *Da necessidade dos serviços de fiscalização e orientação pedagógica, no Distrito de Ponta Delgada.* Sr. João Afonso da Cunha.
- 157 *Necessidade do ensino doméstico organizado, nos Açores.* João Francisco d'Ávila.
- 158 *Questões de Ensino Primário.* Manuel Moniz Morgado.
- 159 *A instrução primária profissional nas ilhas pequenas.* Dr. Jaime Soares de Figueiredo.
- 160 *O problema da assistência aos estudantes açoreanos.* Dr. Alvaro Sampaio.
- 161 *Da educação pública nos Açores.* Dr. Antonio Augusto Riley da Mota.
- 162 *O Ensino Profissional em Ponta Delgada.* Sr. Manuel de Barros.
- 163 *Remodelação da Escola Comercial e Industrial.* Dr. Oliveira Saíazar na Ilha Terceira. Cel. Eduardo Gomes da Silva.
- 164 *Da necessidade e vantagens da criação dum curso de mestre de obras Escola.*
- 165 *Apontamentos sobre artes e o ensino técnico nos Açores.* Dr. Alvaro Castro de Menezes.
- 166 *A Instrução Pública na Ilha Graciosa.* D. Maria das Mercês Bettencourt.
- 167 *Importância estratégica dos Açores.* Cel. Abel d'Abreu Sotto-Mayor.
- 168 *A defesa da população açoreana contra a guerra química.* Dr. Marques da Mata.
- 169 *O Porto Militar da Horta.* Dr. Antônio Ferreira de Serpa.
- 170 *Assistência Maternal nos Açores.* Prof. Augusto Monjardino.
- 171 *Assistência aos açoreanos residentes em Lisboa.* Dra. Maria Evangelina da Silva Pinto.
- 172 *Assistência em Ponta Delgada.* Dr. José Maria de Medeiros.
- 173 *O problema da assistência à pobreza no distrito de Ponta Delgada.* Sr. Diniz da Silva.
- 174 *Assistência à tuberculose na Ilha de S. Miguel.* Dr. Manuel Vaz de Medeiros.

- 175 *Necessidade de um dispensário para tratamento da lepra na ilha de Santa Maria.* Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda.
- 176 *Assistência a alienados em Angra do Heroísmo.* Dr. Joaquim Bartolomeu Flores.
- 177 *Conferência de S. Vicente de Paula: Cofre da Caridade; Cozinha Econômica e Recolhimentos de Angra do Heroísmo.* Dr. José Vieira Alvernaz.
- 178 *Breves considerações sobre as nascentes minero-medicinais da Ilha Graciosa e sua utilidade na Assistência Pública.* Dr. João Maria Jardim.
- 179 *As águas minerais do «Varadouro», na Ilha da Faial, merecem ser utilizadas pela Assistência Pública.* Sr. Antonio Moniz Madrugá.
- 180 *Um problema de Assistência na Ilha do Corvo.* Manuel Hilario.
- 181 *A assistência hospitalar e as condições regionais açoreanas.* Professor Armando Narciso.
- 182 *O trabalho e a hygiene nos Açores.* Dr. Arruda Furtado.
- 183 *O desemprego em S. Miguel.* Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio do Distrito de Ponta Delgada.
- 184 *As condições de trabalho no Distrito da Horta.* Pela Sociedade Cooperativa Previdência Operária e pelo Sindicato Nacional de Construção Civil na Horta.
- 185 *Organização Corporativa nos Açores; Casas do Povo.* Dr. Martim Machado Faria e Maia Júnior.
- 186 *Mutualismo — Previdência Social — Caixas Sindicais.* Diocleciano Maria da Silva.
- 187 *A necessidade de casas económicas nos Açores — Abalos de terra.* Dr. Carlos José Botelho de Paiva.
- 188 *Reminiscência do Corporativismo na Ilha de S. Miguel.* Dr. Armando Candido.
- 189 *A Confraria de S. Pedro Gonçalves na Vila da Lagôa — Necessidade dum bairro de casas económicas nesta Vila.* Dr. Carreiro da Costa.
- 190 *O problema das águas na Ilha do Corvo.* Manuel Milário.
- 191 *Açorcanos emigrados na América do Norte e no Brasil.* Professor Jorge Monjardino.
- 192 *A emigração no Distrito de Angra do Heroísmo.* Pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
- 193 *Emigração da gente de S. Jorge.* Dr. Antonio Martins Ferreira.
- 194 *Os Açores e as Colónias.* Luiz Pamplona Coelho Borges.
- 195 *Expansão Insular.* Dr. Celestino Soares.
- 196 *Problemas da colonização.* Capitão Henrique Galvão.
- 197 *Colonização e Imigração.* Professor Armando Narciso.
- 198 *Corografia de Portugal Continental, Insular e Ultramarino.* Augusto Nascimento.
- 199 *Geografia do Ensino Primário Elementar.* José Pereira de Vasconcelos.
- 200 *Geografia e Corografia de Portugal.* José Pereira de Vasconcelos.
- 201 *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.* Vol. I — Pags. 301 a 319.

- 202 *Correio dos Açores*. Luiz da Silva Ribeiro.
- 203 *Portuguêses no mundo*. Nuno Simões.
- 204 *Relatório de uma viagem a Fall River — Insulana*. 1948. Vol. IV.
- 205 *Relação dos emigrantes açoreanos de 1771 a 1774 para os Estados do Brasil*. Separata do 5º vol. do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira — Raimundo Belo.
- 206 Luiz da Silva Ribeiro. *Os Casais Açorianos no Brasil — Correio dos Açores*. 25-1-1946.
- 207 Osvaldo Cabra. *Assuntos Insulanos — Contribuição ao Estudo do Povoamento de Santa Catarina pelos Casais Açorianos e Madeirenses*. Prefeitura Municipal de Florianópolis. 1948.  
*Santa Catarina. História — Evolução*. Companhia Editora Nacional. Brasileira. Vol. 80. S. Paulo. 1937.
- 208 Manoel da Silva Menezes. *Os Casais Açorianos no Povoamento de Santa Catarina*. Separata do vol. 10 do «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira». Angra do Heroísmo. 1952.
- 209 *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense Comemorativo do Segundo Centenário da Colonização Açoriana*, realizado em Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, de 5 a 12 de outubro de 1948. Vol. I e Vol. II. I. oficial. Florianópolis. 1950.
- 210 Borges Fortes. *Casaes*. Edição do Centenário Farroupilha. Rio de Janeiro. 1932.
- 211 Arthur Cesar Ferreira Reis. *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia*. Comemorativo do Bi-Centenário da Colonização de Porto Alegre. 40 vol. 1940.
- 212 Manuel Diégues Júnior. *Contribuição dos Casais Ilhéos à Fixação do Uti-possidetis*. Anais do Primeiro Congresso Catarinense de História. 2.º vol. 1950.
- 213 Olinto Sanmaritin. *Síntese Histórica do Arquipélago Açoriano*. Anais do Primeiro Congresso Catarinense de História. 2.º vol. 1950.
- 214 Oswaldo R. Cabral. *Oe Açorianos — Contribuição ao estudo do povoamento e da evolução econômica e social de Santa Catarina*. Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense. 2.º vol. 1950.
- 215 Antonio Ferreira de Serpa. *A batalha naval ferida nos mares da Ilha de S. Miguel, em 1582, influiria nos destinos do Brasil?* «Correio do Povo». Porto Alegre. 11.12.1934.
- 216 Antonio Ferreira de Serpa. *Os Peixotos dos Açores descendem de Dom Afonso Henriques, 1.º Rei de Portugal*. «Correio do Povo». Porto Alegre. 10.XI.1934.  
Antonio Ferreira de Serpa. *A Naturalidade do Bandeirante Antonio da Silveira Peixoto*. «Correio do Povo». 16.IX.1936.
- 217 Gilberto Freyre. *O mundo que o português criou*. Livraria José Olympio. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro.
- 218 Padre Ernesto Ferreira. *Ao Espelho da Tradição*. Prefácio de Armando Côrtes Rodrigues. Edição Gráfica Regional. Ponta Delgada 1943.
- 219 Gabriel D'Almeida. *Fastos Açorianos*. Biblioteca do Povo. Suc. de David Corazzi. Lisboa. 1889.
- 220 J. Leite de Vasconcelos. *Mês do Sonho*. Conspecto de Etnografia Açórica. Lisboa. 1926.



I — *Ilhéu Colonizador*. — «Dos ilhéus que colonizaram no século XVIII o Rio Grande do Sul todos parecem ter adquirido sem demora o sentido continental, o gôsto dos largos espaços que seria uma condição quando não sempre física, psíquica, de brasilidade e americanidade; mas alguns, para estilização definitiva de sua vida e de sua energia de colonos, ao continentalismo heróico, romântico e aventureiramente dispersivo e móvel — sem o qual não haveria o vasto Brasil de hoje — preferiram pescando e vivendo principalmente de peixe; e entregues a obra menos romântica, porém essencial, de estabilizar a colonização desta parte da América em esforço agrário, comercial, urbano e até burocrático.»

«Esta a ecologia humana — em traços os mais gerais é claros — da formação de Pôrto Alegre que nos explica — ter-se condensado aqui, e daqui se irradiado depois, uma considerável riqueza de energia açoriana ou portuguesa. Riqueza de cultura: a lavoura a modo das ilhas, o culto da hospitalidade, as festas do Espírito Santo, as cavalcadas, as irmandades (a do Santíssimo Sacramento, selecionadora de bandos mais finos, as do Rosário concentrando os pretos), as corridas de touro, a missa como ofício religioso e também como liturgia social, o uso e até abuso do nome de Jesus nos nomes das mulheres Maria, Tereza, Antonia, tôdas de Jesus — o gôsto pela bacalhoadá, pelo vinho, pelo doce. E riqueza de sangue, pois com a sedentariedade, a prosperidade agrária e a rotina da vida comercial, foram-se multiplicando em filhos —, até certo ponto pela andromania — os pioneiros da colonização, muitos dêles menos conhecidos pelos nomes de família do que pelos apelidos pitorescamente lusitanos «Chico Ilhéu», «Vicente Brabo», o «Velho Fumaça», o «Velho Bogango», o «Ressabiado»; e multiplicando-se — que o digam os livros de assentamentos de batismo e óbitos no Arquivo da Secretaria do Bispado de Pôrto Alegre — em famílias vastamente patriarcais. Pois «raro era o casal» — diz-nos Coruja Filho, velho e bom cronista da provincia «que não contava mais de seis filhos e alguns como o do Lopes, atingiram a fabulosa cifra de 21 filhos e o de Manuel Jacinto, a de 30 filhos, sendo 15 de cada das mulheres com que foram casando.

Sem aquelas condensações de sangue, de cultura, de energia portuguesa, como, desde o século XVIII, Pôrto Alegre, como, desde o século XVI, Olinda e Rio de Janeiro — para citar algumas das ilhsa sociológicas na formação brasileira — tudo indica que o esforço bandeirante no sentido continental da expansão em superfície teria sido profundamente comprometido, uma vez absorvidos ou exterminados os indivíduos ou os casais portugueses e mestiços — dispersos e desconexos pelas vigorosas invasões francesas, holandesas e espanholas dos primeiros séculos

coloniais. *Gilberto Freyre*, «Continente e Ilha». Págs. 25 e 26; e 47, 48 e 49. Casa do Estudante. Editora. Rio de Janeiro. 1943.

II — *Triptico da expansão lusitana*. — «A expansão portuguesa assentou numa tripla preocupação que não exclui outras, e que não é sempre fácil encontrar o aspecto verdadeiramente dominante: a do proselitismo religioso e assimilação, tanto quanto possível, das populações aos padrões nacionais da segurança e fortalecimento da ação desenvolvida pelo esforço militar e naval; e utilização econômica dos recursos dos países distantes. O sacerdote, o soldado (ou o marinheiro) e o mercador simbolizam os agentes pessoais dessas atividades convergentes para um resultado coletivo de expansão luso-cristã.

Das suas naus, descendo em terra, o português tratava desde logo de assegurar as suas possibilidades de convívio com as populações, procurando construir fortalezas, que lhe garantiam a segurança militar contra ataques de adversários previstos ou imprevistos, templos, que eram os redutos da crença e as bases da atração das almas do grêmio cristão, e feitorias, destinadas ao tráfego de mercâncias variadas consoante as regiões, as possibilidades e as necessidades quer locais quer européias. Não é assim de admirar que abundem pela África e pelo Oriente testemunhos dessa natureza da presença e da ação lusitana em tais paragens. Não acabaríamos se entrássemos na menção pormenorizada desses monumentos ou das respectivas ruínas espalhadas por tantos pontos do globo. Eles começam em Marrocos, no noroeste da África, e semeiam-se ao longo das costas ocidental e oriental do continente e em numerosas ilhas atlânticas e do Índico, prosseguem na Ásia meridional, na Indonésia, e, não apenas no litoral, mas, em muitos países, no interior. Os descobridores de terras desconhecidas erguiam padrões, monumentos simbólicos, que são hoje conservados em museus, mas constituem documentos históricos preciosos. Depois viam as fortalezas, as igrejas, as alfândegas, hospitais, colégios, hospícios, leprosários, portos, pontes, aquedutos, estradas, mosteiros, recolhimentos, palácios... Povoações inteiras nasceram ou se transformaram. Não faltaram algumas como símbolos das regalias municipais, os pelourinhos, semelhantes aos do território metropolitano. Ergueram-se pelourinhos até em Ormuz e Malaca. *A. A. Mendes Corrêa*. «A cultura portuguesa na África e no Oriente». Atas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Págs. 35 e 36. Library of Congress e Vanderbilt University. 1950. Impresso em Nashville. U.S.A. 1953.

III — *Influência da linguagem* — «Para se poder afirmar com segurança que foi grande a influência açoriana no Portu-

guês do Brasil, torna-se indispensável que os historiadores e os geógrafos, em trabalhos parcelares, procurem responder a estas e outras perguntas que já formulei nos meus «Brasileirismos» (pág. 69) : «Qual foi a região de Portugal que deu maior contingente — para o povoamento dos Açores e da Madeira? De que ilha do arquipélago açoriano saiu maior quantidade de emigrantes para o Brasil? E para que estão publicadas listas e estatísticas semelhantes as de Urena para a América de lingua espanhola.»

Tais listas estatísticas, com meu conhecimento, não estão publicadas, mas aparecem em vários manuscritos que pude percorrer no Arquivo Histórico Colonial. Assim em anexo a um documento de Santa Catarina (Brasil) de 5 de novembro de 1756, vem um.

«Mapa das Freguesias que tem a ilha de Sta. Catharina e seu continente com destinação do nº de uns e outros casaes, companhias de Ordenansa, e nº de Almas que contém.» Abrange 9 freguesias e indica os:

Vigários	Sargentos	Maiores	Soldados
Coadjuutores	Ajudantes		Tambores
Desobrigados na Quaresma	Capitães	Mores	Prassas
Casaes das Ilhas	Capitães		
Casaes da terra	Alferes		
Filhos da terra	Sargentos		
Soma das Almas			

É muito curioso que, no total de 9.758 almas, seja esta a proporção de casais e filhos das ilhas dos Açores e da terra :

Casais das ilhas	Casais da terra
1.084	1.097
Filhos das ilhas	Filhos da terra
3.421	3.446

As freguesias indicadas são as seguintes:

- Freguesias de Nossa Senhora do Destêrro Va. Capal. Ilha;
- Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa na Ilha;
- Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades na Ilha;
- Freguesia de Nossa Senhora da Graça da Va. do Rº. de S. Francisco Xavier.
- Freguesia de Nossa Senhora do Rosário Terra Firme;
- Freguesia de Santa Anna Terra Firme;
- Freguesia de Sto. Antonio dos Anjos Va. da Laguna.

É interessante observar, que, segundo informações que obtive, algumas destas invocações existem também nos Açores.

Em vários documentos que pude percorrer encontram-se listas com nomes dos casais emigrados; adiante se dão amostras. (Ver os docs. ns. 5, 22, 24, 25, 26 e 27).

Várias são as observações que a leitura dos documentos lidos ou simplesmente percorridos me sugeriu. Contentar-me-ei com fazer apenas duas :

A primeira é a de que os dados da História vem confirmar plenamente a minha hipótese da influência açoriana no português do Brasil, porquanto houve, desde os princípios do século XVII até o século XIX, pelo menos, uma forte corrente emigratória, tão forte que, num documento datado de 10 de junho de 1806, se pedem já disposições restritivas «a estas Ilhas os muitos homens casados, que fora dela nesse Reino e nas ditas Capitanias andam espalhados, havendo aqui deixado suas famílias ao desamparo.» (Ver adiante o doc. nº 8 transcrito na íntegra).

O fato é tanto mais significativo quanto é certo que ainda num documento de 22-VII-1786 se falava em sôbre-povoação.

A outra observação diz respeito às retificações que o estudo dos manuscritos do Arquivo Histórico Colonial, assim como de algumas obras e artigos que se ocupam da emigração, virá trazer.» *Manuel de Paiva Boléo. Filologia e História. A emigração açoriana para o Brasil. (Com documentos inéditos). Separata de «Biblos» Coimbra. 1945.*

IV — *A paisagem.* — Uma escritora portuguesa, a Senhora Da. Olga de Moraes Sarmiento, que por muito tempo habitou e percorreu os Açores, descreve com brilho e entusiasmo a paisagem arrebatadora destas ilhas, nos seguintes termos :

«A situação do arquipélago dos Açores é verdadeiramente incomparável; essas maravilhas colocadas em meio do Oceano Atlântico, concentram a influência dos três continentes, da América, da África e da Europa, na sua climatologia, na sua esplêndida flora, na fácil adaptação da sua fauna e no caráter sociológico dos seus habitantes, tipos de ação e sonhadores, almas alentadas pela independência e subordinadas pelo amor à unidade da pátria portuguesa.

À parte o aspecto do céu açoreano, sempre toldado de nuvens, e o espetáculo grandioso das tempestades marítimas na passagem dos terríveis ciclones da América para a Europa, a paisagem terrestre é de inconfundível beleza.



Na ilha Terceira são de uma singular beleza os montes que guarnecem Angra. No episódio da *Ilha dos Amores* descreve Camões, nos *Lusíadas*, êsses dois montes, que criticos, como Muniz Barreto e João Teixeira Soares, souberam reconhecer, comprovando pelos documentos que as naus que vinham da Índia estacionavam na Terceira, à espera das que de Lisboa as vinham comboiar no regresso e proteger as suas riquezas contra a pirataria dos argelinos.

Mas se a paisagem, no arquipélago dos Açores, é análoga nos seus efeitos, proveniente de uma mesma causa natural, os tipos individuais, o povo, os costumes domésticos e sociais divergem muito em tôdas essas ilhas, de umas para as outras. A razão? Foram descobertas em épocas diversas, povoadas por colonos trazidos de várias terras, tais como algarvios, minhotos, flamengos e elementos aristocráticos da ocupação castelhana filipina.

Ai tudo encanta: a natureza física pelo sonho poético, a natureza moral pela ternura, pela afetividade envolvente, acarescente...» Augusto do Nascimento. *Corografia de Portugal. Continental, Insular e Ultramarino*, pág. 194. Papelaria e Livraria Fernandes & Cia. Ltda. Lisboa. 1942.

V — *Um tradutor de Horácio* — «José Augusto Cabral de Melo e Silva — foi um dos mais ilustres e eruditos açoreanos de seu tempo. As suas brilhantes qualidades de talento e de trabalho, desenvolvidas num meio maior e mais propício às cousas do espirito, ter-lhe-iam valido altas situações e um renome de que infelizmente não gozou.

Nasceu êste distinto humanista na cidade de Angra do Heroísmo, 22 de janeiro de 1793, e era filho de Bento José da Silva, que do Minho viera estabelecer-se na Ilha Terceira em meados do século XVIII, e de sua mulher D. Maria Espinosa Cabral de Melo, natural da referida cidade.

Tinham seus pais escassos meios de fortuna e uma numerosa prole, nada menos de sete filhos e seis filhas, dos quais o quinto gênito foi José Augusto. Não lhe permitiam as circunstâncias aproveitar os raros dotes de espirito dêste filho e dar-lhe um curso superior; por isso o destinaram à carreira eclesiástica. Havia então em Angra duas cadeiras de gramática portuguesa, uma de gramática latina, outra de latinidade, outra de filosofia nacional e outra de retórica. Apesar das queixas contra os professores destas cadeiras, de que Ferreira Drumond se fez eco, a ajuizar pelos resultados, não era mau o ensino que nela se ministrava. Gomes de Amorim, que escreveu as *Memórias de Garrett* tem grande parte sobre informações dêste, como confessa no prefácio da obra, considera essas escolas bem organizadas para o estudo das humanidades, pois nelas faziam todos os preparatórios necessários

para a entrada na Universidade e não poucos dos que ali aprenderam se tornam notáveis nas letras sagradas e profanas.

Falando dos professôres de Garrett, que na Terceira fêz os seus estudos secundários, diz que o padre João Antonio era hábil e sabedor latinista e chama erudito ao professor de retórica, poética, filosofia e grego. Joaquim Alves, o homem que, segundo o depoimento do próprio Garrett em nota à *Merope*, usava do mais esquisito barrete. *Luiz da Silva Ribeiro*. No *Bi-Milenário de Horácio*. Um tradutor açoreano de Horácio. José Augusto Cabral de Melo e Silva. *Esbôço biográfico, seguido de algumas de suas traduções*, págs. 7 e 8, Angra do Heroísmo. Livraria Editora Andrade. 1935.

VI — *Novidades mui floridas*. — «Padecia neste tempo o reino de Portugal calamitoso apêto de fome. Porque, quanto mais corria o ano de 22, em que vamos, tanto maior era o trabalho. Crescia a falta, gastando e comendo o povo êsse pouco pão que havia. Castela não podia ajudar, porque a esterilidade do ano de 21 fora igual nela. De França não vinha nada, respeito das guerras que trazia com o imperador. Os pobres do reino acudiam todos a Lisboa arrastando consigo suas famílias, persuadidos da força da necessidade que poderiam achar remédio onde estava o rei e os grandes.

Mas acontecia casos lastimosos, Muitos caíam e ficavam mortos e sem sepultura pelos caminhos, de fracos e desalentados. Os que chegavam a Lisboa pareciam desenterrados, pálidos, nos semblantes, débeis e sem força nos membros. Dinheiro não aceitavam de esmola, porque não achavam que comprar com êle. Só pão queriam; e êste não havia quem o desse. Porque algum que às escondidas se vendia, era quatrocentos e cinqüenta réis; o milho a cento e cinqüenta, que para aquêlo tempo era como um prodigio. Viu-se que era açoute do céu, em que, correndo muitos navios à ilha dos *Açores*, onde as novidades haviam sido mui floridas, uns se perderam tornando à vista da barra de Lisboa, outros, forçados de tormenta, alijaram ao mar o trigo por saírem as vidas.

Foi a origem dêste mal não acudir o céu com água em todo o ano de 21. Estavam os campos tão secos que, como em outro tempo, se despovoou a Espanha por lhe faltarem as chuvas ordinárias, parecia que tornava semelhante desventura. As terras, delgadas, se desfaziam em cinzas; as grossas se apertavam e abriam em fendas até o centro.» *Fr. Luiz de Souza*. «Anais de D. João III. Com Prefácio e Notas do Prof. M. Rodrigues Lapa. Págs. 64 e 65. Livraria Sá da Costa. Lisboa.

VII — *Terras onde se fala português* — «São nove ilhas colocadas a meio caminho entre a Europa e América, mais alguns ilhéus desertos.

Ocupam uma superfície de 2.392 km<sup>2</sup>, cabendo a S. Miguel 746, a Santa Maria 96, a Terceira 396, a Graciosa 60, a São Jorge 237, ao Pico 433, ao Faial 167, a Flôres 142, ao Corvo 17. De origem vulcânica, tem as rochas superficiais, em maioria, de natureza basáltica. A Ilha do Pico é mais ostensivamente vulcânica, pelo recorte do seu alto cume característico, com 2.284 metros de altura. Cratera de vulcão extinto, de estranho formato triangular, mostra o seu cimo geralmente envôlto em nuvens. No inverno cobre-se de neves e gelos até ao meio da costa.

Os Açores fazem parte da área administrativa de Portugal metropolitano. A sua população já excede 253.935 habitantes.

Na época da descoberta eram desertas de humanos, mas cobertas de arvoredos e com animais selvagens de pequeno porte. Não havia nelas feras nem macacos. O Infante D. Henrique mandou lançar em tôdas as ilhas, como primeira tentativa colonizadora, os animais domésticos existentes em Portugal, que se alimentaram da sua flora e se reproduziram em quantidade, embora com regresso ao estado selvagem. Isso animou os portugueses a colonizarem as ilhas, já provadas como saudáveis e com condições para a criação de gado.

Os primeiros colonos dos Açores foram ainda de classe experimental, ou aclimação. Mandaram para lá um grupo de condenados à morte, que, com êsse exílio, se salvaram da execução da fôrça. Tempos depois os navios voltaram e encontraram os homens com vida e saúde. Mesmo assim a desconfiança persistia e os primeiros colonos regulares dos Açores foram estrangeiros, adeptos de religiões perseguidas e em busca de segurança. São Miguel foi colonizada por um grupo de franceses, que deixaram toponímias na ilha, como Vila dos Francos e Bretanha, etc. Na Terceira, S. Jorge, Faial, Pico, instalaram-se colonos flamengos.

O primeiro donatário do Faial foi um fidalgo flamengo, Josse de Hurtere, de cujo nome, corrompido pela pronúncia portuguesa, se formou a palavra Horta, sua capital. A de S. Miguel, e Ponta Delgada; a da Terceira é Angra do Heroísmo; a de Santa Maria é Vila do Pôrto. O seu primeiro donatário foi o descobridor.

S. Miguel não só é a mais vasta ilha do arquipélago como a mais populosa, industrial, agrícola e abastada. Conserva famílias ricas e aristocráticas, descendentes de antigos fidalgos residentes nos Açores. Nela nasceram o célebre explorador Roberto Ivens, Antero do Quental e Teófilo Braga, figuras de grande



relêvo na literatura e política portuguesas do começo dêste século, e Hintze Ribeiro, chefe político monárquico, que dominou o panorama da monarquia portuguesa. Há mais: o escritor Canto da Maia, tão grande artista que triunfa em Paris, onde reside, é açoreano; o pintor Machado da Luz, também artista notável, reside em Lisboa mas é natural dos Açores; o escritor Vitorino Nemésio, um dos primeiros do nosso tempo, também nasceu no arquipélago; Almeida Garrett descendia da família açoriana. «As Ilhas», como lhes chamam, vulgarmente, em Portugal, têm sido férteis em gerar personalidade de grande prestígio na política, nas letras e artes portuguesas.

Angra do Heroísmo chamava-se, primitivamente, apenas Angra, tendo recebido o acréscimo como homenagem aos muitos sacrifícios de patriotas. No seu aro insular se refugiou o Prior do Crato, quando das lutas pelas conquistas do trono de Portugal, usurpado pelos Reis espanhóis; e D. Pedro, repellido do Brasil, onde fôra Imperador, fêz também dos Açores centro de resistência contra as forças miguelistas, apostadas em lhe impedirem a posse da Coroa Portuguesa e a instituição da Carta Constitucional. Os Açores foram o último território português a admitir a soberania dos reis espanhóis usurpadores, tendo sido preciso dominá-lo pelas armas. Numa das armadas enviadas pelos Filipes contra os Açores ia como soldado o célebre Miguel Cervantes, autor de Dom Quixote de La Mancha. A resistência dos Açores ao domínio espanhol só foi excedida pela colônia portuguesa de Macau, na China, que, protegida da distância, nunca aclamou os Filipes nem os reconheceu.

Angra do Heroísmo ostenta a famosa condecoração da Tôrre e Espada nas armas municipais. É também cidade de esplendor antigo, cheia de palácios brazonados e famílias de nomes fidalgos. Nos seus braços de pedra alçados sôbre velhos portões de palácios arruinados lê-se grande parte da História portuguesa, no capítulo das descobertas e conquista em dois continentes. A cidade caiu da antiga imponência mas conserva o cunho do velho Portugal aristocrático, mesmo quase um ambiente de museu.

A Ilha Graciosa, bela e fértil, transbordante de flôres, faz jus ao seu nome; São Jorge, despida, mostrando a ossatura dos rochedos, parece um monstro à tona das águas, embora ostente paisagens de soberba grandiosidade e cascatas prodigiosas; o Pico, apesar dos montões de lavras petrificadas, tem bons terrenos agricultados e fruteiras de ótimo rendimento; o Faial exige o pôsto de Sintra açoreana, a reputação de mais bela entre as belas, e a sua capital Horta, que o urbanismo do século tem moldado em anfiteatro sôbre a encosta, é um mostruário do antigo e nobre estilo de construção portuguesa. Velhos palácios setecentistas,



velhas igrejas de recheio dourado, que representam monumentalmente a transposição duma civilização através do Atlântico. A Igreja Matriz do Santíssimo Salvador é mole de pedra de notável feitura e decoração.

Os Açores gabam-se de panorama de beleza rara, não so os que os habitantes criaram a poder de trabalho, tais como os campos de hortênsias, únicos no mundo, mas os naturais, trabalho pela natureza com fantasias de grandiosidade. Quedas de água despenhadas de altura extraordinária, caindo em saltos sucessivos a Caldeira, cratera de vulcão extinto, de fundura abaixo do nível do mar, com lagos espalhados nas concavidades e névoas permanentes, fantasmagóricas; as Furnas, águas termais em jatos de grande altura, ferventes e roncadoras; as Sete Cidades, lagoas célebres no mundo, também vestígios de antigo vulcão, surpreendentes; e não só estas mas um caleidoscópio paisagístico, estranho e magnífico, ou pela beleza ou pela grandiosidade.

O clima é temperado, embora úmido e sujeito às garoas frequentes. A agricultura cultiva plantas européias e tropicais. Os ananazes de São Miguel, criados em estufas, os mais saborosos do mundo e exportados para a Europa, em quantidade, garantindo um farto rendimento aos cultivadores; bananas, açúcar, chá, cereais europeus, batata doce para extração do álcool, produto de horta e pomar, são cultivados nos Açores. O gado abunda, principalmente o bovino, e há também touros de raças bravas, embora de pouca casta, para touradas regionais, em estilo açoreano, a que os naturais são muito afeiçoados. A pesca é praticada em tôdas as ilhas e abundante, havendo também baleeiras e muita gente dedicada a tomada de baleias, que aparecem com frequência nestes mares Atlânticos.

O açoriano trabalha o miolo da figueira em objetos delicados, artísticos, às vêzes miniaturas, que são a maior curiosidade artesanal das «Ilhas». As rendas e bordados açorianos, feitos pelas suas camponesas, também se vendem em mercados estrangeiros e são procurados pelas americanas com residência na base aérea militar, ali existente.

O açoriano é patriota, audacioso, hospitaleiro, tenaz, bom amigo e mau inimigo. É tradicionalista e só nos últimos anos aceitou a transigência com as inovações. O traje de capote e manto, sobrevivência das indumentárias medievais, perdeu-se nos Açores muito depois de ter desaparecido de Portugal.

Camponês ou das cidades, êle emigra por necessidade vital, sobretudo para as Américas do Norte e do Sul. Prefere a do Norte, onde faz rapidamente fortuna e criou numerosas colônias.

A presença de uma base aérea, do exército americano, como herança deixada pela guerra, nos Açores, mostra aos Açoreanos, espécimes humanos providos de um nível de vida que o deslumbra. Isso modifica de certo modo a sentimentalidade insular e reparte-a entre os Estados Unidos e Portugal. Nestes últimos anos as relações dos Açores com os Estados Unidos intensificaram-se, multiplicaram-se as trocas comerciais e culturais, não mais limitadas às relações dos emigrantes com suas famílias. Os Açorianos estão agora tomando conhecimento do prestígio da insularidade Atlântica em sua posse e desejando tirar partido dela.

As comunicações marítimas entre Portugal e os Açores conservam-se servidas por navios ronceiros e antiquados. Entre o arquipélago, de ilha para ilha, rareiam os contactos, por falta de navegação.

As classes abastadas, ultimamente, utilizam as vias aéreas para saírem do arquipélago, quer para a Europa ou América.

Apesar de englobadas na área metropolitana portuguesa, os Açores são mal conhecidos em Portugal. Poucos viajantes de intentos puramente turísticos tomam o navio, ou o avião, em demanda das «Ilhas». *Maria Archer*. «Terras onde se fala português». Págs. 41 a 49. Portugal — Madeira — Açores — Cabo Verde — Guiné — São Tomé e Príncipe — Angola — Moçambique — Estado da Índia — Macau — Timor — Brasil. Livraria Editôra da Casa do Estudante do Brasil. Rio de Janeiro. 1957.»

VIII — *Crônica da Conquista* — «E na era de mil e quatrocentos e quarenta e cinco anos mandou o Infante a um cavaleiro, que se chama Gonçalo Velho, comendador que era na Ordem de Cristo, que fôsse povoar duas outras ilhas, que estão afastadas daquelas CLXX léguas ao noroeste; e uma daquelas começou o Infante D. Pedro de mandar povoar, com prazimento de seu irmão, e seguiu-se sua morte em breve, pelo qual ficou depois ao Infante D. Pedro nome a *Ilha de S. Miguel*, pela singular devoção que êle sempre houvera em aquêlê santo.

E também fêz o Infante D. Henrique tornar à Ilha do Pôrto Santo Bartolomeu, Perestrelo, aquele que primeiramente fôra com João Gonçalves e com Tristão, que a fôsse povoar; pelo com a multidão de coelhos, que quase são infindos, não se pode em ela fazer lavra, sômente se criam ali muitos gados, e apanha-se sangue de dragão que trazem a vender a êste reino, e assim levam a outras muitas partes.

E fêz lançar gados em outra ilha, que está a sete léguas da ilha da Madeira, com intenção de a mandar povoar com as outras, a qual se chama a Ilha Deserta. E destas VII ilhas as quatro são tamanhas como a da Madeira, e as três mais peque-

nas. E por acrescentamento da Ordem de Cristo, cujo governador o Infante era ao tempo da dita povoação, deu a dita ordem todo o espiritual da ilha da Madeira e do Pôrto Santo, e todo espiritual da outra ilha, de que fêz comendador Gonçalo Velho, e mais da ilha de S. Miguel lhe deixou o dizimo e a metade dos açúcares.» *Gomes Eanes da Zurara*. «Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné». Págs. 193 a 196. Obs. «Sangue de dragão»: ou de drago, é uma goma corante extraída dos frutos da árvore chamada dragoeiro. Livraria Civilização. Segundo o manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris. Modernizada, com notas, glossário e uma introdução de José de Bragança.» 2 volumes. 1937.

IX — *Cervantes nos Açores*. — «Ignora-se quanto tempo permaneceu naquele reino (Portugal), mas sabe-se que esteve em Lisboa, que marchou com o Marquês de Santa Cruz a expedição de 1581, e no ano seguinte a mais importante das ilhas dos Açores, que resistiam a dar obediência a Felipe II.

Viardot, não só aceita como um fato a estada de Cervantes em Portugal no tempo indicado, senão também a sua presença no combate naval da Ilha de S. Miguel e na tomada da Terceira, e reconhece as relações amorosas de Cervantes com uma dama Portuguesa.

Merimée, tomando em conta a observação de não ter podido Cervantes exercer àquela ocasião função na milícia, nota que como a infantaria espanhola, ou parte dela, pelo menos, só usava espada e escudo, a ferida que tinha recebido não o inabilitava de fato para o serviço; e, nessa conformidade, o faz assistir ao combate naval da Ilha de S. Miguel.

De escritores ingleses, basta-nos citar o sumário do Capítulo IV da Vida de Cervantes, de Walts: — «Cervantes volta ao serviço militar. — Reincorpora-se no têrço de Figueroa. — Invasão de Portugal. — Expedição marítima contra os Açores. — Cervantes serve no San Mateo. — Figura nas batalhas da Terceira. — Segunda Campanha dos Açores e regresso da armada a Lisboa.»

Em *La Española Inglesa*, depois de separar-se Ricardo de Isabela para seguir a rota da Ilha Terceira, paragem em que, de ordinário, se cruzavam naves portuguesas que regressavam das Índias Orientais, encontra com efeito uma delas.» *Luiz da Silva Ribeiro*. «Cervantes nos Açores». Págs. 6 e 7. Separata do 10.º volume. Boletim do Instituto da Ilha Terceira. Angra do Heroísmo. Tipografia Andrade. S/D.

X — *Consolidação moral dos domínios* — «Sob o regime lusitano, com a antiga legislação das sesmarias, a estância é propriedade individual, — o patrimônio da família.

Conserva ela da feição regional o gênero da atividade, isto é: a criação de gados; português aprende com Tape os processos do pastorejo e conserva o nome da estância e o trabalho no campo. Transformando-se na propriedade de cada família a estância vai ser o instrumento principal com que o português gradativamente expelirá para fora do Continente o seu velho rival, o castelhano, senhor até ali, da terra riograndense.

A radicação dos primeiros estancieiros e povoadores de Vião segue-se imediatamente a instalação da autoridade militar ao Presídio do Rio Grande, com a bandeira gloriosa das quinas tremulando nas fortificações erguidas pelo bravo Brigadeiro José da Silva Pais.

O conflito das duas correntes antagônicas, que tinha por teatro a tradicional Colônia do Sacramento, agrava-se e se o Rio Grande não sofre os horrores da guerra, é porque um tratado providencial restitui a paz ao continente americano.

Mais tarde a conveniência de incrementar a colonização portuguesa no Sul do Brasil impôs a introdução das famílias açorianas que, sob a histórica *denominação de Casais, veio formar o lastro qualitativo* e numeroso da civilização portuguesa que influi definitivamente na formação do povo riograndense.

Insulares, lavradores, pacíficos os *açoreanos* encontram no continente de São Pedro a largueza das terras para suas lavouras: trabalham e prosperam.

Criam cidades e fazem-se também estancieiros. Cada estância que se instala é um pedaço de território ganho ao adversário tradicional.

A luta latente de duas nacionalidades rivais explode e o castelhano retoma, à força de armas, terra desde longo tempo sob a soberania portuguesa.

Soldados de Portugal, os filhos Lagunistas e dos Colonistas e os açorianos, transformada a sua mentalidade pacífica no caminho do novo meio, a nova geração que se formara da fusão de todos aqueles bons elementos, — os riograndenses — tôda essa força vigorosa, em continuado e pertinaz empenho, domina novamente o invasor e recupera terras e prestígio. O Rio Grande continua sob o influxo da velha raça que fizera o Brasil. Para sempre.» *Borges Fortes*. «Influência portuguesa na evolução do Rio Grande do Sul.» Congresso do Mundo Português. X vol. Pág. 414. Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso Luso-Brasileiro de História (VII Congresso). Tomo II, II Seção, I Parte. Lisboa. 1940.

XI — *Feliciano Velho Oldembourg e o transporte de casais açorianos para o Novo Mundo*. — O nome de Feliciano Velho Oldembourg (mais tarde Odemberg por corruptela) está intima-



mente ligado à História, devido ao contrato que celebrou com o Governo de S.M.R., para *transportar casais açorianos* para a ilha de Santa Catarina e para o Rio Grande de São Pedro do Sul.

*Provisão Régia* de 9 de agosto de 1747, *ordena o transporte* e estabelecimento de colonos açorianos na ilha de Santa Catarina, e, posteriormente, no Rio Grande do Sul. Seu teor é o seguinte:

«Dom João por graça de Deos Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa Senhor de Guine etc.

Faço saber a vós Governador, e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro, que em Consulta do Meu Conselho Ultramarino de oito de Agosto do ano passado sôbre a *representação dos moradores*, das ilhas dos Açores, em que me *pedirão mandasse tirar delas o numero de Casaes que me parecesse para serem transportados à America*: Houve por bem resolver se mandasse transportar até *quatro mil Casaes* para as partes do Brasil, que fosse mais preciso e conveniente povoarem se logo, e que também podessem ir *Casaes de estrangeiros* que não fossem subditos a Soberanos que tenham dominios na América a que possam passar, com tanto que sejam *Católicos Romanos*, e que sendo artifices se lhes podesse dar a chegada ao Brasil *uma ajuda de custo*, conforme a sua perícia, que não excedesse esta a mil e duzentos réis a cada um, conforme outras providências insertas no Edital, de que com esta se vos remetem dois exemplares. E representando-me depois o mesmo Conselho que seria conveniente estender-se a mesma graça à *Ilha da Madeira*, assim houve por bem aprova-lo: em virtude desta resolução se ordenou ao Governador e Capitão General da Ilha da Madeira, e aos Ministros da Justiça e Fazenda daquela Ilha, e das dos Açores se fizessem fixar pelas habitações delas ao dito Edital, e alistassem tôda a gente, que se oferecesse para se transportar à Ilha de Santa Catarina, por onde parece conveniente começar a introdução dos Casaes para es estabelecerem assim nela, como na terra firme, e seu contorno.

E por quanto das *Ilhas dos Açores* se receberão já notícias de achar-se *grande numero de gente pronta* para este transporte, se julgou a proposito não deixar passar este *verão*, sem cuidar com todo o calor na execução dele. Pelo que mandou-se por Editais para se tomar por assento o dito transporte com as condições do contrato, anexo, cópia: para se observar a boa ordem precisa nos Navios que levarem os Casaes se *arrematou o assento a Feliciano Velho Oldemberg* pelos preços que no mesmo contrato vereis. Dadas estas providências para a condução da gente, pareceu ordenar-vos por esta Provisão o mais que convem dispor para o estabelecimento dos ditos Casaes nos sitios que se lhes distribuirem e destinarem, e para execução das condições que se lhes

oferecerão no referido Edital, a cujo efeito houve por bem em consulta do dito Conselho de vinte e seis de Junho deste presente ano determinar o seguinte: Que executareis no que vos tocar, e *participareis ao Brigadeiro José da Silva Paes* para que lhe dê cumprimento na parte que lhe pertencer, e em ausência dele o executará o Oficial que estiver governando a Ilha de Santa Catarina.

Ordenareis, que se ponha pronta naquela Ilha, e mais partes da sua vizinhança aonde vos parecer necessário, as *Farinhas para a ração* que mando dar ao primeiro ano à gente que se transportar: este provimento, como também os mais, podereis mandar fazer por assento, quando assim vos pareça mais conveniente.

Nos *portos* daquele contorno se fará todos os meses, ou nos tempos que parecer mais oportuno, a *pescaria* para por pronto o peixe fresco, ou seco para as mesmas rações de jejum.

A *cada pessoa de quatorze anos para cima* se darão três quartas de Farinha *por mês* de medida da terra, e um arratal de peixe ou carne por dia; a pessoas de quatorze anos *até sete* completos a *metade* da dita ração e aos *dê sete até três* anos completos a *têrça parte* e aos menores de *três* anos *nada*.

Deveis fazer remeter para a dita Ilha o dinheiro necessário para se satisfazerem as ajudas de custo prometidas no Edital, e as mais que eu ordenar se derem a alguns Colonos de mais merecimentos, e as que se deverem dar aos Artífices conforme a sua perícia, como acima fica apontado. O dito Brigadeiro porá todo o cuidado em que estes novos Colonos sejam *bem tratados*, e agasalhados; e assim que lhe chegar esta ordem, *procurará escolher* assim na mesma Ilha, como na terra firme adjacente desde o Rio de S. Francisco do Sul até ao Serro de S. Miguel, e no sertão correspondente a este distrito (com atenção porem a que se não de justa razão de queixa aos Hespanhoes confinantes) os *sítios mais próprios* para fundarem Lugares, em cada um dos quaes se estabeleção, pouco mais ou menos, sessenta Casaes dos que forem chegando, e no contorno de cada lugar, nas terras que ainda não estiverem dadas de Sesmaria assinalará um quarto de légua em quadro a cada um dos cabeças de Casal do mesmo lugar na forma declarada no dito Edital. Para o assento em quadro de *logradouros publicos* de cada um destinará meia légua em quadro e *as demarcações* destas porções de terra se farão por onde melhor o mostrar e permitir a comodidade do terreno, não importando que fique em quadro, com tanto que a quantidade de terra seja a que fica dito. No sitio destinado para o lugar assinalará um quadro para praça de quinhentos palmos de face, e em um dos lados se porá a *Igreja, a rua ou ruas*, se demarcarão ao cordel com largura ao menos de quarenta palmos;

por elas, e nos lados da Praça se porão *as moradas em boa ordem*, deixando entre umas e outras, e para traz lugar sufficiente e repartido para *Quintaes*. Atendendo assim ao comodo presente, como poderão ampliar-se as casas para o futuro destes Lugares para com os seus *ranchos* e casas de taipa cobertas de palha, mandará logo o dito Brigadeiro por prontos dous ou três para neles se acomodarem os primeiros Casaes que forem chegando, e para que se achem logo reparados das injurias do tempo, em quanto com a propria industria se não provem do melhor comodo, e para segurança destes ranchos se remetem entre as mais ferramentas duas fechaduras para as portas de cada um.

Estabelecidos os primeiros Casaes nos seus lugares, ordenará o dito Brigadeiro que nos dias que lhe parecer determinar-lhes com menos prejuizo das suas proprias occorrencias vão armar choupanas, e *taipas* nos lugares que lhe ficarem mais vizinhos para se acomodarem os Casaes, que depois deles chegarem, os quaes sucessivamente irão preparando os *comodos* para os que se lhes seguirem, de sorte que os moradores de cada lugar sejam obrigados a armar para os de outro *lugar vizinho* o mesmo comodo que a eles se lhes preparou. A cada um dos lugares, depois de povoados, fará o dito Brigadeiro transportar todos os oito dias de farinha e peixe à proporção da gente que tiverem, e à mesma proporção fará passar a eles as cabeças de gado necessárias para o seu sustento, e com este provimento fará acudir sem falta a todos os ditos colonos durante o primeiro ano do seu estabelecimento. A cada um dos Casaes mandará dar logo que estiverem situados, duas vacas, e uma egoa, que se tirarão das minhas Estancias. Em cada lugar em comum quatro Touros e dous cavalos tambem mandará dar a cada um Casal no tempo oportuno para fazerem as suas sementeiras dous alqueires de sementes conduzidos aos mesmos lugares, para neles se repartirem.

*Em cada um dos navios*, que fizerem a condução da gente, se *há de remeter deste Reino* provimento de espingarda, e ferramentas proporcionando aos Casaes da sua lotação, as quaes o dito Brigadeiro lhes fará distribuir, tanto que estiverem assentados, a cada um uma espingarda, uma fouce roçadora, e as mais ferramentas conforme lhe foram prometidas no dito Edital, e procurará que as conservem, sem as venderem, especialmente as espingardas.

Em cada lugar dos sobreditos fareis logo *levantar uma Companhia de Ordenanças*, nomeando-lhe Officiaes no caso que não vão de cá nomeados alguns Capitães, e nestas Companhias se alistarão todos os moradores casados e solteiros, e dareis as ordens para a sua disciplina na mesma forma que se pratica nas outras terras do vosso Governo.



O mesmo Brigadeiro fará que em cada um dos ditos lugares se constitua logo *Juiz na forma da Ordenação* e ambos me informareis com o vosso parecer, se em razão da distancia da Ouvidoria de Pernagoá será conveniente que em algumas povoações das do dito distrito de ponha Ouvidor separando a Administração da Justiça.

E por quanto o primeiro cuidado que deve ter-se, e que todos os ditos colonos sejam assistidos de *pasto espiritual*, e de Sacramento, em cada um dos ditos lugares fará logo o dito Brigadeiro levantar uma Igreja da estatura que basta para êste primeiro estabelecimento; e para o seu fornecimento, e exercício do culto divino se remete em cada navio o preciso, calculando para sessenta Casaes, o que toca uma Igreja.

Ao Bispo de São Paulo, a quem presentemente pertence aquelle territorio Mando a este respeito avisar pela Mesa da Cons-ciência que se há de construir em cada Igreja destas um *Vigário*, ao qual no primeiro ano se dará o sustento, e mais commodos como aos outros Colonos, e terá sessenta mil réis de congrua, e a Igreja se darão dez mil réis por ano para a Fabrica e guizamentos, uma e outra quantia paga pela Repartição dos Dizimos daquelles distritos.

E para que não suceda ao principio, como he facil, *experimental falta de Sacerdotes* para estas Vigararias, Mando pela dita Mesa avisar aos Bispos de Funchal, e de Angra, que convidem a alguns clérigos daquellas Ilhas para irem em companhia dos mesmos Casaes, como tudo entenderéis pelas copias que com esta vos remetem, do que se avisa aos ditos Bispos. A estes Sacerdotes se darão a sua chegada dez mil réis a cada um de ajuda de custo, e terá o dito Brigadeiro particular cuidado que não se apartem das Igrejas em que forem postos para outras terras do Brasil nos termos expressados ao Bispo de S. Paulo; e quando a isto faltem, escreva ao Ordinario, a cuja Diocese houverem passado, para que os obriguem por todos os meios, e demonstrações convenientes a tornarem para as suas Igrejas. A cada um dos ditos Vigarios se dará tambem uma data de um quarto de legua em quadro para passagem de sua Igreja, e a todas as despesas que ocorrerem na execução do que fica dito fareis acudir dessa Provedoria do Rio de Janeiro na forma que ficareis entendendo pela copia que se vos remete do que mando escrever ao Provedor da Fazenda.

Ao provincial da *Companhia de Jesus* mandei escrever a carta que vai inclusa para que envie aquellas terras *dois Missionarios*, conforme ficareis instruido pela copia anexa.

Informareis com o vosso parecer *quantos Casaes será conveniente* passem a Ilha de Santa Catarina, e para quaes outros



convirá repartir o número dos quatro mil, que tenho ordenado se condução individuando as conveniencias que nas mesmas partes se acharão para o transporte, sustento e comodo dos novos Colonos.

Quando em alguma das ditas disposições se vos oferece, ou no dito Brigadeiro, inconveniente não previsto ou entendaes que por outro modo se pode melhor aconseguir o intento, deixo *ao vosso arbitrio e prudencia, e ao dito Brigadeiro* no que lhe toca, tomareis o expediente que parecer melhor, dando-me parte assim do que se inovar, como da execução que se der ao que nesta se contem.

E por quanto he conveniente que se fique conhecendo distintamente a utilidade que a minha Fazenda receber no transporte destes Casaes, à proporção, da despeza que com eles fizer, hei por bem ordenar, que na Alfandega do Rio de Janeiro (e que também mando executar na de Santos) haja um livro separado de registro, em que se assentem todas as fazendas que desses portos se transportarem para os da Costa do Sul do Rio São Francisco para diante até o de S. Pedro inclusive, e que estas fazendas vão com guias dos Juizes ou Provedores das Alfandegas do Rio de Janeiro, ou Santos, sem a qual se lhes não permita a descarga nos ditos portos do Sul, é que nos mesmos Juizes, ou Provedores me dem anualmente conta por este Conselho do que importarão anualmente na sua introdução destes Reinos e Ilhas os direitos das Fazendas assim transportadas, o que fareis pontualmente observar pelo que toca a Alfandega dessa Cidade e outro sim que acabado o contrato atual da Câmara de São Paulo em que presentemente se incluem os Dizimos daqueles distritos do Sul, se faça ramo à parte dele, que pertencerá as congruas dos Vigários, Igrejas, e Missionários do dito distrito.

Confio da intelligencia e acerto com que costumaes obrar, e do zelo e atividade com que cumpris as vossas obrigações, poreis particular cuidado em regular este importante negocio, como pede a utilidade do meu serviço. El-Rey Nosso Senhor o mandou pelos Desembargadores Alexandre Matello de Souza Menezes, e Thomé Gomes Moreira, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias. Pedro José Corrêa a fez em Lisboa aos nove de Agosto de mil setecentos e quarenta e sete.

RAPHAEL PIRES PARDINHO.»

O *edital publicado nas Ilhas dos Açores* relativo ao transporte de colonos, a que se refere a Provisão Régia antecedente, é o seguinte:

«El-Rey Nosso Senhor atendendo as representações dos moradores das Ilhas dos Açores, que lhe tem pedido mande tirar

delas o número dos Casaes que for servido, e transportalos á America, donde resultará as ditas Ilhas grande alivio em não ver padecer os seus moradores, reduzidos aos males que traz consigo a indigencia em que vivem, e ao Brasil um grande beneficio em povoar de cultores alguma parte dos vastos dominios do dito Estado, foi servido por resolução de 31 de Agosto do presente ano (3.º L. do Registro de Ponta Delgada — Fls. 215), posta em Consulta do seu Conselho Ultramarino de oito do mesmo mez fazer merce aos Casaes das ditas Ilhas que se quizerem ir estabelecer no Brasil de lhes facilitar o transporte, e estabelecimento, mandando os transportar à custa da sua Real Fazenda, não só por mar, mas tambem por terra até aos sitios que se lhes destinarem para suas habitações, não sendo homens de mais de quarenta anos, e não sendo as mulheres de mais de trinta; e logo que chegarem a desembarcar no Brasil a cada mulher que para ele for das Ilhas de mais de doze anos, e de menos de vinte e cinco, casada, ou solteira, se darão dois mil e quatrocentos réis de ajuda de custo, e aos Casaes que levarem filhos, se lhes darão para ajuda de os vestir mil réis para cada filho, e logo que chegarem aos sitios que hão de habitar, se dará a cada Casal uma espingarda, duas enxadas, hum machado, uma enxó, um martelo, um facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas, e uma serra com sua lima, e travadoura, dois alqueires de sementes, duas vacas, e uma egoa, e no primeiro ano se lhes dará a farinha que se entender bastar para o sustento, que são três quartas de alqueire da terra por mez para cada pessoa, assim dos homens, como das mulheres, mas não as crianças que não tiverem sete anos, e aos que os tiverem até os quatorze se lhes dará quarta e meia para cada mez. Os homens que passarem por conta de S. Magestade ficarão isentos de servir nas tropas pagas, no caso de se estabelecerem no termo de dois anos nos sitios que se lhes destinarem, onde se dará a cada Casal um quarto de legoa em quadro para principiar a sua cultura, sem que lhes levem Direitos, nem salario algum por esta sesmaria; e quando pelo tempo adiante tenham familia com que possam cultivar mais terras as poderão pedir ao Governador, que lhes concederá na forma das Ordens que tem nesta materia. E aos Casaes naturaes das Ilhas que quizerem ir deste Reino (por se acharem nele se lhes farão as mesmas conveniencias, como tambem aos Casaes de estrangeiros, que não forem vassallos de soberanos que tenham dominios na America a que possam passar-se, e aos que forem artifices se lhes dará uma ajuda de custo, conforme os requisitos que tiverem).

*Houve inconvenientes resultantes do sistema de fornecer a ajuda de custos aos novos colonizadores, bem como na maneira de ser feita a distribuição de terras, segundo se depreende do seguinte documento :*

«Aconteceu, que os Casaes vindos dos Açores trouxeram em sua companhia grande numero de individuos agregados, e de crianças de ambos os sexos, que foram inuteis para a cultura das terras; sem duvida por que não se fixou o numero de pessoas de cada uma familia; e tambem porque se mandarão dar as ajudas de custo por cabeça, e não por familia; do que resultou que quanto maior o numero de individuos trouxeram os casaes, tanto mais ajudas de custo estes receberão na sua chegada a Santa Catarina. Alem disto resultou um grande mal das pequenas doações de terrenos que então se fizeram aos casaes, que foi um quarto de legua quadrado; por quanto por morte dos pais os filhos partilharão, e coube a cada um em partilha uma pequena quota daquele terreno, a qual quota alguns dos filhos venderão, deixando os estabelecimentos que os pais havião começado, e abandonarão a vida de agricultores para se dedicarem a outra. Destes males e de outros que deixo em silencio, provenientes dos erros que então tiverão lugar; nasce em grande parte a falta de população e agricultura que hoje se observa e vê na Capitania de Santa Catarina. A vista pois destes males, que no país são notorios, seria grande indiscrição não evitar agora a repetição deles. É necessaria toda providencia nas medidas que se tomarem para povoar e cultivar o sertão, a fim de que os resultados, que só podem apparecer para o futuro, sejam aqueles que se desejarem, e forem uteis ao Estado.» (Encontram-se estes documentos na «Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina». Por Paulo José Miguel de Britto, publicada em 1829, pela Academia Real das Ciências, págs. 124 e 172 a 181).

Como vimos, Feliciano Velho Oldembourg foi o arrematante do contrato relativo ao *transporte de quatro mil açorianos* para a Ilha de Santa Catarina e para o Rio Grande do Sul. Era filho de Martinho Oldembourg, que passou da Cidade de Oldembourg ao Reino de Portugal, onde viveu todo o decurso de sua vida. Martinho Oldembourg era filho de Antonio Coutier, Conde de Oldembourg e de sua espôsa, D. Sofia Catarina, que era filha de Alexandre, Duque de Holsacesunderburg, que, morrendo, em sucessão legítima, por que o citado Martinho Oldembourg não quis retornar à sua Pátria, determinou a extinção desta casa que se uniu à Coroa da Dinamarca. Feliciano Velho Oldembourg casou com D. Francisca Antonia da Rocha, filha de Silvestre Gonçalves da Rocha, que foi Capitão de Mar e Guerra do Reino

de Portugal, e de sua espôsa, D. Luisa Dias de Pontes, ambos de nobre ascendência.

As armas dos Oldembourg são as seguintes: Escudo esquartelado — no primeiro quartel, em campo de ouro, duas faixas de vermelho; no segundo em campo azul, uma aspa de prata. e assim os contrários. Timbre: Duas businas de caça de ouro, com as bôcas para cima, cada uma com duas faixas vermelhas. *Mário Teixeira de Carvalho*. «Nobiliário Sul-Riograndense». Páginas 348 a 353. Pôrto Alegre. 1937.

XII — *A menor das nove ilhas*. — «O Corvo é a mais pequena e a mais ocidental das Ilhas dos Açores, sendo quase tôda a sua costa escarpada e alta. Formada por uma só montanha, em cujo cume truncado se abre uma cratera a 763 metros sôbre o nível do mar, regularmente eliptica com perto de 250 metros de profundidade e 5.500 de circunsferência, mede aproximadamente cinco quilômetros de comprimento sôbre três de largo, e treze quilômetros quadrados de superfície. Tem dois portos, o da vila do Corvo e o Pôrto da Casa. A vila é muito cortada de ruas muito estreitas, a que chamam canadas, em que as casas, cobertas de telha, se sucedem sem quintais que as separem umas das outras.

Crê-se que a Ilha do Corvo foi descoberta ao mesmo tempo que a das Flôres, da qual se avista, e é certo que foi primeiramente doada a D. Maria de Vilhena. A denominação de Ilha do Corvo Mirini, que lhe dá um mapa muito antigo, está de par se dizendo a razão do seu nome.

Uns rochedos, que semelhavam ao longe um cavaleiro apontando para o poente, como a indicar a America, deram origem à tradição fabulosa de que os primeiros colonos encontraram lá uma estátua equestre.

Os filhos do Corvo, bem como os das Flores, são de pequena estatura, e os mais pobres de todo o arquipélago. Ocupam-se principalmente em cultivar a terra. A ilha produz trigo, milho, centeio, batatas, legumes, laranjas, e outros frutos. A avaliação da propriedade é de 28:828\$000 réis e o rendimento coletável 4:391\$417 réis.

No Corvo e nas Flôres há uma raça bovina que achamos descrita assim: «pequena estatura, mas bastante grossa, bem feita, de couro macio e pêlo fino e uniforme, de côr tirante à de café com leite. A vaca que tem a altura média de 1 metro, é mansa, fecunda e muito leiteira; o boi é de constituição mais forte e estatua um pouco mais elevada, e mais bravo. Supõe-se que esta raça é oriunda do Algarve, e que nas ilhas foi levemente modificada pela ação do clima local.»



«O Corvo — escreveu elegantemente Almeida Garrett — é um pequeno rochedo de basalto, nos interstícios de cujas pedras negras crescem, pelas fendas vulcânicas, abundantes pastos, verdejando sempre com a umidade da atmosfera, e na feracidade prodigiosa daquela pouca mais preciosíssima terra vegetal, que mantém a perpétua primavera dos Açores.» Os pobres colonos, que ali viviam, em 1832, eram positivamente o opróbrio da humanidade. Sem o gozo dos direitos inerentes à sua natureza, não tinha parte na antiga constituição da monarquia. A sua humilde povoação era, desde 1674, apenas uma freguesia. Não tinha município nem formava conselho. Relegados do universo, e vítimas, como seus pais e seus avós, de uma opressão secular, levaram suas queixas ao Senhor D. Pedro IV, e o grande ministro do Império, José Xavier Mousinho da Silveira, ao mesmo passo que atendia as representações daqueles infelizes, pintava com vivas cores a sua deplorável situação no relatório do decreto de 14 de maio de 1832. «Encontro — diz elle — quase tôdas as terras da ilha do Corvo entre os bens da nação, doadas a um particular, que recebe dela quarenta moios de trigo de foros, e 80\$000 réis de lã de um rebanho de ovelhas, que também se diz da nação, para o fim de não terem os habitantes do Corvo nem ao menos a lã das suas ovelhas; espécie primitiva da riqueza dos povos nômades, que no estado selvagem mal poderiam crer no direito do maior senhor da terra, que chamasse seus rebanhos dêles.» E pelo artigo 1º do citado decreto reduzia a vinte os quarenta moios de trigo, que os habitantes do Corvo pagavam ao donatário da coroa; e pelo artigo 2º determinou que não fôsem mais pagos ao mesmo donatário os 80\$000 réis em dinheiro, importância de lã das ovelhas, que os miseros habitantes lhes davam; ordenando outrossim que as ovelhas fôsem divididas como lhes conviesse.

Mousinho da Silveira ainda fez mais: por decreto de 20 de junho seguinte elevou à categoria de vila a povoação daquela ilha com o nome de Vila do Corvo e câmara municipal independente.

Garrett, que era o secretário de Mousinho da Silveira, refere o grande contentamento que elle teve em passar a carta de alforria dos corvinos; «Lembro-me como se fôra hoje êsse dia 14 de maio — vi sair triunfante do despacho como se trouxesse para si — como outro traria para si — um ducado. O Imperador sorria de o ver tão feliz do que a outros parecia tão pouca cousa. Fazer homens, fazer cidadãos com ilotas do Corvo!» E conta que Mousinho da Silveira tôda a sua vida se recordou com a mais pura satisfação dêsse dia. Por fim, o grande liberal quis ser sepultado na ilha do Corvo, ou na freguesia da Marge, onde

repousam os seus restos mortais, conforme a seguinte disposição do seu testamento, datado aos 12 de março de 1849 :

«Quero que o meu corpo seja sepultado no cemitério da ilha do Corvo, a mais pequena das dos Açores, e, se isto não poder ser por qualquer motivo, ou mesmo por não querer o meu testamenteiro carregar com esta trabalhadeira, quero que o meu corpo seja sepultado no cemiterio da freguesia da Margem, pertencente ao conselho do Gavião; são gentes agradecidas e boas, e gosto agora da idéia de estar cercado, quando morto, de gente que na minha vida se atreveu a ser agradecida; qualquer que seja o local, onde o meu corpo fôr enterrado, quero que seja metido em um caixão ordinário e forrado de grossaria pregada, e antes preparar de forma que possa sofrer a viagem ou jornada, sem incomodar os vivos, e o condutor o levará, como se levam os caixões de mercadorias, e pelo preço ordinário de fardos de volume igual; — quando tiver chegado ao seu destino, quero que seja entregue ao presidente que de fato presidir na câmara da ilha do Corvo, ou da vila do Gavião, etc.»

Resta dar explicação das palavras do célebre estadista: «Gosto agora da idéia de estar cercado, quando morto, de gente que na minha vida se atreveu a ser agradecida.» Foi o caso, que, estando quase a partir para o continente, chegou uma deputação da ilha do Corvo para agradecer o muito bem que lhe tinha feito o imperador e o ministro, o qual, com as lágrimas nos olhos, abraçou os deputados.» *Alberto Teles*. «Corografia dos Açores.» Págs. 61 a 64. Imprensa Nacional. Lisboa. 1891.

XIII — *Fastos Açorianos*. — Nos usos e costumes dos Açorianos, encontra-se sempre espetáculo para os olhos e alimento para o coração.

O povo é fácil de se guiar a melhores expansões de alegria e a manifestação de reconhecimento.

As cidades e vilas insulanas não faltaram ao apêlo que o país fêz, para se comemorar com entusiasmo em 10 de junho de 1880 o Tricentenário de Luiz de Camões. O nome do glorioso autor dos *Lusiadas* ecoou de aldeia em aldeia, e no número dos seus maiores admiradores contam-se muitos habitantes das ilhas.

Um jornal da Ribeira Grande, opulenta vila de S. Miguel, referindo-se à forma como se realizaram naquele conselho os festejos comemorativos, escreveu o seguinte:

«Assim finalizou um dia, grande pelo motivo da sua comemoração, grande pelo entusiasmo que se divisava em todos os filhos desta vila, e maior ainda pelas provas de patriotismo que manifestamos, com a nossa adesão, ainda que pequena e po-

bre à grande festa nacional, tributo de gratidão para com o eminente poeta Luiz de Camões.»

Em 8 de maio de 1882, acompanhava o Arquipélago a metrópole na manifestação ao Marquês de Pombal, festejando dignamente o seu primeiro centenário.

Isto pelo que respeita às comemorações em tôdas as ilhas; na especialidade, temos a cidade de Ponta Delgada, que em 6 de dezembro de 1885 realizou um cortejo cívico em homenagem aos exploradores Capello e Ivens. Houve neste ato o desejo de patentear não só reconhecimento a dois vultos da ciência, mas prestar consideração a um conterrâneo. Roberto Ivens nasceu em S. Miguel.

Ainda, em 1º de agosto de 1886, a vereação dêste conselho foi colocar uma lápide comemorativa na casa onde morou o imortal Visconde de Castilhos, que na ilha, desde 1847 a 1850, tanto contribuiu para o desenvolvimento da instrução popular. A câmara convidara, por meio de um edital com data de 27 de julho de tal ano todos os cidadãos.

Em todos êstes atos o povo apareceu alegre e satisfeito. Ao recolher-se à casa, levava de memória, para ensinar aos seus filhos, os nomes dos beneméritos.» (Gabriel d'Almeida. «Fastos açoreanos». Biblioteca do Povo e das Escolas. Companhia Editôra Nacional, Sucessora de David Corazzi. Lisboa. 1889).

XIV — *Folclore Açoreano*. — A monografia de Cecília Meireles é modelo de bom gosto, está feita com aquêlê senso de grande capacidade literária que lhe é característico e apresenta a discussão do problema de maneira elegante.

Sua pesquisa sôbre os Açores, que foi reeditada pela Comissão Brasileira de Folclore, Secção do Rio Grande do Sul, compreende as seguintes partes: Introdução, Cenário, Vida Material; Habitação, o traje Barretes e carapuças, calçado, bengalas, penteado, barba, luto, alimentação e medicina popular; Vida Familiar Parlenda para contar até dez, cantigas infantis, trecho de romance, etc.; Trabalho: agricultura provérbios relacionados com a agricultura, pesca e tecelagem; Vida Social: direito popular, marcas de propriedade, festas tradicionais, procissões e romarias, entrudo; Vida Psíquica: bruxas e feitiçarias; Vida Estética: música e dança, cantigas relacionadas com a viola e o «balho»; cerâmica; Vida Intelectual: literatura oral, versão açoriana do romance de D. Duardos, romance de Santa Iria, adivinhas, adagiário coligido por A. Côrtes Rodrigues, teatro popular, cancionero e Silva de cantigas açorianas publicadas por Armando Côrtes Rodrigues.

Transcrevemos o trecho que segue:

Na Terceira, como nas demais ilhas, os homens andam em geral descalços, só usando sapatos, ou melhor, botas, em certas cerimônias e festas religiosas. Em dias de chuva, em caso de doença ou para saírem à noite, depois de terem lavada os pés, usam tamancos, que tem o nome de «galochas». As mulheres andam sempre de galochas forradas de fazenda, com ou sem meias. — ou de chinelas. A única diferença entre as chinelas e as galochas é que estas têm sola de madeira. Há chinelas de couro cru (vulgares) e de couro preto ou amarelo, enfeitadas de verniz. Também há galochas com a pala bordada, de fazenda, lã e até veludo.

Há umas sandálias usadas pelos homens, de couro grosso na sola e amarradas ao pé com finas tiras de couro.

*Bengalas* — O homem do povo preza muito o «bordão», que se usa em touradas e arraiais. É uma vara alta, de madeira encerada ou polida, com ponteiros de metal branco ou amarelo dos dois lados.

*Penteado* — O penteado feminino tradicional é o cabelo trançado, enrolado na nuca, preso com grampos, de verga. Os homens usavam melena, voltada para cima em caracol, madeixa ou topete. No tempo antigo, presavam muito o cabelo, que resguardavam da poeira, para exibirem nos dias de festas.

*Barba* — Suíças, pêra, barba de passa-piolho — foram usadas, sem bigode.

Também se usou a barba tôda, jamais aparada. Depois, foi a moda do bigode. Hoje, barba e bigode tendem a desaparecer.

Cita um folclorista açoriano o fato de que os homens que antigamente trabalharam na América em balieiras só deixavam crescer a barba em baixo do queixo, e metiam uma arrecada de ouro numa orelha, como distintivo. Parece moda de corsário, aprendida por êsses mares.

*Luto* — A côr de luto é o preto. Os homens usam-no só na camisa, com roupa de côr. Durante o luto pesado as mulheres, tôdas de preto, cobrem a cabeça com o chaile. No dia da morte e do entêrro da pessoa por quem se põe luto, os homens trazem os casacos ou chailes pela cabeça. Durante algumas semanas não se barbeiam.

Em alguns pontos da Terceira e S. Jorge, houve capas longas, de luto, que já desapareceram.

Também usavam forrar os botões de ouro das camisas e as arrecadas, de pano preto. Hoje, é raro fazerem-no.



Há superstições e ritos açorianos relacionados com a morte e o entêrro, — de que se trata no lugar próprio. *Cecilia Meireles*. «Panorama Folclórico dos Açores, especialmente da Ilha de S. Miguel.» «*Insulana*». Vol. XI, 1º Semestre, 1955, e republicação no Brasil com licença da autora, pela Comissão Gaúcha de Folclore, volume nº 15 de suas edições (EBECC).

## MINISTRO ALFREDO DE VILHENA VALLADÃO (1873-1959)

PROF. ILDEFONSO MASCARENHAS DA SILVA

Discurso pronunciado na inauguração do retrato do historiador Alfredo Valladão, em 9-8-1961, na Sala de Leitura do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

1. — O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fazendo justiça, em decisão unânime, aprovou proposta de nossa iniciativa, motivo por que sou o orador nesta histórica cerimônia, e determinou que fôsse colocado o retrato do Ministro Alfredo Valladão nesta sala de leitura. *É homenagem ao historiador*, que aqui estudou, pesquisou e escreveu, com pertinácia, entusiasmo, constância, devotamento, seriedade, eficiência e operosidade desde a sua entrada, como Sócio efetivo, em 23 de abril de 1912, até o seu falecimento, ocorrido em 17 de novembro de 1959, dando exemplo de dedicação ao Trabalho e amor à História.

1.1 — Na Introdução de sua monumental obra *Campanha da Princeza*, em 4 volumes, publicados o 1º em 1937, o 2º em 1940, o 3º em 1942 e o 4º em 1945, explicou :

«Campanha da Princeza foi o meu primeiro trabalho histórico. Quis começar pela terra natal. Abriu-me êle as portas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi-lhe complemento o discurso que proferi ao ser recebido nessa ilustre Companhia. Anunciei que não dava por terminada a minha tarefa. Era meu propósito realizar obra mais vasta sobre a matéria.

E maior estímulo eu não poderia ter para cumpri-lo, do que as palavras, tão benevolentes para comigo, e tão justas a respeito da gloriosa Campanha, e da gloriosa Minas Gerais, de que ela se orgulha de fazer parte, proferidas pelo egrégio Ramiz Galvão, Orador Perpétuo do Instituto Histórico, quando aí fui recebido.

Certo, não pude efetuar logo o meu projeto. Encargos funcionais, elaboração jurídica, trabalhos produzidos no próprio Ins-

tituto Histórico, e a vastidão do plano, privaram-me dêsse gozo. Não me esqueci, porém, jamais, do compromisso voluntariamente assumido.

No decorrer de meus estudos históricos, nunca deixei de fixar a atenção sobre tudo que, diretamente ou indiretamente, se ligasse à minha terra natal, acumulando apontamentos, ao lado de tantas pesquisas realizadas, com que pudesse, afinal, levar a efeito aquela obra.

É o que agora faço. E no mais adequado momento. Celebra-se o bi-centenário da Campanha. Trago-lhe a minha melhor oferta — a sua própria História, completando a obra iniciada com a Campanha da Princeza, conservado, porém, este nome. Princesa, de seu histórico ela é também, de seu primado, Atenas Sul-Mineira» (págs. 11 e 12).

Seu primeiro trabalho histórico e o discurso de sua posse foram publicados no Tomo LXXV, Parte II, págs. 72 a 108 e 509 a 538, da Revista do Instituto Histórico.

1.2 — A historiadora Maria Carolina Max Fleiuss, na sua Bio-bibliografia dos Sócios do Instituto, capítulo dedicado ao homenageado, escreveu em 1944: «Alfredo de Vilhena Valladão nasceu na cidade de Campanha, Estado de Minas Gerais, a 11 de setembro de 1873. Entrou para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1912, tendo feito parte da Comissão de História, pertencendo atualmente à Comissão de Admissão de Sócios. Foi elevado a sócio Benemérito em 1932. Foi ainda, em 1938, orador do mesmo Instituto, cabendo-lhe falar na sessão magna comemorativa do Centenário do glorioso Sodalício.

Tem tomado parte em todos os Congressos de História Nacional. No primeiro, em 1914, pertenceu à sua Comissão Executiva, organizando, como relator geral da subcomissão de História Constitucional e Administrativa, as respectivas teses, e fazendo parte também da subcomissão de História Geral. Nos trabalhos do Congresso, foi presidente da Seção de História Geral e de História Constitucional e Administrativa. No Segundo, em 1931, comemorativo do Centenário do 7 de abril, pertenceu de novo à Comissão Executiva, de que foi relator geral incumbido de organizar tôdas as teses a serem examinadas pelo Congresso, o que levou a efeito, precedendo-as ainda de longa exposição de motivos. Finalmente, no último Congresso, realizado em 1938, comemorativo do Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fêz parte da Comissão organizadora de suas teses, sendo eleito presidente da primeira Secção — Bio-bibliografia. Tomou parte, ainda no Congresso Internacional de História da América, realizado em 1922, comemorativo do Centenário da Independência, havendo pertencido à sua Comissão

Executiva. Como relator-geral, organizou as teses para a subsecção de História Constitucional e Administrativa, da secção de História do Brasil, cabendo-lhe a presidência. Presidiu também a discussão da sua primeira tese, sustentando a precedência de *Novo Mundo na formação da Constituição Moderna* e a influência imediata da revolução da Independência e a Constituição da América do Norte na Inconfidência Mineira» (vol. 184, set. de 1944, págs. 233 e 234).

1.3 — É autor dos seguintes trabalhos publicados :

- 1 — Campanha da Princesa — Rio de Janeiro 1912.
- 2 — Visconde de Ouro Preto — Elogio no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, em Revista do I.H.G.B., Tomo LXXV, págs. 7 a 20 — 1912.
- 3 — Tentativa de golpe de Estado em 1832. A «Constituição de Pouso Alegre» — Rio de Janeiro, 1914.
- 4 — Viagem de D. Pedro a Minas (1822) — Rio de Janeiro, 1922.
- 5 — Abdicação de D. Pedro I — Revista do I.H.G.B. — Tomo especial — Contribuições para a biografia de D. Pedro II — 1925. Parte I, págs. 131 a 221.
- 6 — Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil — Rio de Janeiro, 1927.
- 7 — Minas na Diplomacia — Em *O Jornal do Rio de Janeiro*, Edição especial, de 15-5-1929, consagrada ao Estado de Minas Gerais.
- 8 — Exposição de Motivos e Teses para o Segundo Congresso de História Nacional, comemorativa do Centenário do 7 de Abril. Rio de Janeiro, 1939.
- 9 — Da Aclamação à Maioridade. 1822-1840 — Coletânea dos trabalhos supra sob os ns. 12, 13, 14, 15 e 17. São Paulo. 1934. 2ª edição em 1939.
- 10 — Visconde de Ouro Preto — Conferência realizada em 21-2-1936, pelo centenário do seu nascimento, em sessão especial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- 11 — Discurso na sessão magna realizada em 21-10-1938, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para comemoração da data centenária de sua fundação, e proferida como Orador Oficial.
- 12 — Américo Lobo — Conferência realizada no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, pelo centenário do seu nascimento e publicada no *Jornal do Comércio* de 17-8-1941, do Rio de Janeiro.



- 13 — Bernardo de Vasconcellos — Conferência no Instituto Histórico, em 28-4-1950, na comemoração do centenário do falecimento do grande brasileiro (Revista do I.H.G.B. — tomo 207, págs. 159 e sgtes).
- 14 — Joaquim Nabuco, o Evangelista da Abolição — Conferência comemorativa do centenário do seu nascimento, feito no Instituto dos Advogados Brasileiros em 11-8-1949 — Revista do I.H.G.B., vol., 206, págs. 235 e sgts. — 1950.
- 15 — O Padre José Custódio, Arauto do Liberalismo no 1º Reinado e na Regência — Revista do I.H.G.B., vol. 215 — págs. 183 e segtes. — 1952.
- 16 — Dos Sertões do São Francisco ao alto cenário nacional — Revista do I.H.G.B. — vol. 213 — págs. 176 e sgtes. — 1951.
- 17 — Centenário do casamento de Manuel Ignacio Gomes Valladão e Maria Amalia de Vilhena Valladão — O enlace de duas tradicionais famílias mineiras — *Jornal do Comércio* de 23-11-1952, do Rio de Janeiro.
- 18 — A Princesa Isabel e o Príncipe-Consorte na Cidade de «Campanha da Princeza» — *Jornal do Comércio* de 24 de outubro de 1953.
- 19 — A Faculdade de Direito de Minas Gerais no princípio do século. Revista da mesma Faculdade. Ano de 1953.
- 20 — A Inconfidência Mineira — Congregados o sentimento cívico e o religioso — *Jornal do Comércio* de 8-5-1955.
- 21 — As estâncias hidrominerais do Sul de Minas através da História da Cidade de Campanha da Princeza — *Jornal do Comércio* de 12-6-1955.
- 22 — Tavares de Lyra nos Congressos de História — Em Revista do I.H.G.B. — Vol. 228, págs. 57 e sgts. — 1955.
- 23 — O Barão de Parimá, demarcador de Fronteiras e Veterano do Paraguai — Revista do I.H.G.B., vol. 233 — págs. 55 e sgtes. 1956. Conferência.
- 24 — Marquês de Paraná — Da Regência à Maioridade — Revista do I.H.G.B. — vol. 236, págs. 307 e sgtes. — 1957 — Conferência pelo Centenário do seu falecimento.
- 25 — O Conselheiro Lafayette — Revista do I.H.G.B. — vol. 241, págs. 195 e segtes. — 1958 — Conferência no Instituto dos Advogados Brasileiros.
- 26 — Senador Corrêa — Revista do I.H.G.B. — vol. 239 — págs. 247 e sgtes. — 1958 — Conferência pelo cinquentenário do seu falecimento.

- 27 — Cristiano Ottoni e o progresso ferroviário no Brasil — Conferência no Clube de Engenharia, em 9-12-1955, pelo Centenário da antiga Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II — *Jornal do Comércio* de 12-2-1956.
- 28 — Vultos Nacionais — Ed. José Olympio — Rio de Janeiro, 1955.
- 29 — Brasil e Chile na Época do Império — Amizade sem exemplo. Ed. José Olympio — Rio de Janeiro, 1959.
- 30 — Campanha da Princeza — 4 volumes — 1937 — 1945 — Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo.
- 31 — Affonso Penna e Tavares de Lyra — Conferência. Revista do I.H.G.B., vol. 285, junho de 1959.

1.4 — O ilustre historiador Dr. Virgílio Corrêa Filho, Secretário do Instituto Histórico, na seção «Sócios Falecidos» da Revista do I.H.G.B., vol. 245, pág. 403, escreveu a respeito do Ministro Alfredo Valladão:

«À sua peregrina inteligência, a serviço de sadio idealismo, correspondeu o Instituto, ao elevá-lo à classe dos Beneméritos, em 1932, e de Grande Benemérito, mediante proposta de 20 de junho de 1951; a 2º Vice-Presidente em janeiro de 1952 e a 1º Vice-Presidente em janeiro de 1959, além de membro da Comissão de Admissão de Sócios, e decidiu colocar-lhe o retrato na «Sala de Leitura», como expressão do aprêgo dos confrades ao historiador, que ainda recentemente a freqüentava, em sua velhice verde, com o entusiasmo da mocidade. Aí elaborou o seu último trabalho — O Brasil e o Chile na época do Império. Amizade sem exemplo — recebido com louvores em ambos os Países, a ponto de merecer, no Chile, a mercê de Grande Oficial da Ordem do Mérito, como antes acontecera no Brasil, que lhe inscreveu o nome no «Livro do Mérito», em 1950.

Ainda pretendia empreender estudos de suas preferências, quando lhe baqueou o organismo, privando assim o Instituto de um dos seus sócios mais acatados, pelo seu saber, pela afabilidade do trato, pela dedicação incansável, comprovados nas comissões desempenhadas exemplarmente, conforme acentuou o orador oficial Pedro Calmon, em formosa alocução de despedida, ao interpretar o pezar coletivo.»

O ilustre Deputado Barbosa Lima Sobrinho, em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, de 22-11-1959, teceu apropriado comentário :

«Na sua extensa bibliografia de historiador, pode-se dizer que tudo, ou quase tudo, se prende a Minas Geraes, excetuado

um ou outro assunto, de que o incumbiu o Instituto Histórico nos seus programas comemorativos ou nos seus Congressos de História... Não há o que estranhar nessas preferências, quando estamos diante de um temperamento afetivo.»

2. Fui aluno do Prof. Alfredo Valladão na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, hoje Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, e mereci a honra da sua amizade e tive a satisfação de seu agradável e erudito convívio. Conheço suas obras e trabalhos como jurista, magistrado, historiador e Mestre. Seus múltiplos merecimentos e sua operosa vida tornam fácil seu elogio. Mas preferi seguir o seu exemplo de historiador, que não afirmava e não comentava sem fazer prova bastante do que dizia, citando opiniões e juízos históricos dos que o conheceram e acompanharam neste Instituto, a respeito de sua notável contribuição histórica e fecundo esforço.

2.1 — Pesquisador arguto, paciente, consciencioso, veraz, fêz lembradas personalidades esquecidas e iluminou os assuntos e fatos históricos de que tratava. Homem de bem, modesto, medido, prudente, discreto, honrado, austero, generoso, afetivo, sem inveja e sem amargura, sabia achar e interpretar os documentos, situar-se no tempo e na época, trazendo aspectos novos aos temas que estudava. Escrevia com sinceridade, singeleza e entusiasmo, tornando empolgante a leitura de seus eruditos trabalhos, mas compôs a sua monumental *Campanha da Princesa*, em 4 sólidos e documentados volumes, com amor e gratidão, sendo obra do coração e da inteligência de um campanhense exemplar, de um grande mineiro e de um ilustre brasileiro. Sua austeridade e correção o faziam sempre verdadeiro, mesmo quando escrevia com afeto e embevecimento.

É que considerava a História inseparável da Verdade. Embora acreditasse, como católico, que a palavra pode mudar o coração e, como universitário, que ela tem eficácia, achava também que ela só deve ser usada para exprimir a Verdade, sendo o instrumento de atuação do intelectual. E convém lembrar que êle não tinha vergonha de ser um intelectual, como o Sócrates de Valery no «Eupalinos», envolvido pelo pesar de nada ter feito com as suas mãos. Cria na eficácia da reflexão por que pensava que a grandeza do Homem está na dialética do trabalho e da palavra; o dizer e o fazer, o significar e o agir são muito misturados para que uma oposição durável e profunda possa ser instituída entre «theoria» e «praxis». A palavra era o seu meio para identificar a História e a Verdade.

Abordava a verdade da História e na História como dialética do Uno e do Múltiplo, mostrando que a História é rica

e tem muitas maneiras de ser eficaz. Mostrava que ela tem certa objetividade — a objetividade que lhe convém e tomada no sentido epistemológico estrito: é objetivo o que o pensamento metódico elaborou, pôs em ordem e compreendeu. Como há tantos níveis de objetividade quanto são os comportamentos metódicos, a objetividade histórica distingue-se da física e da biológica, implicando uma certa qualidade de subjetividade que seja precisamente apropriada à objetividade própria da História. Essa subjetividade é a da reflexão do historiador, de sua capacidade de análise, justaposição, confronto, seleção e interpretação. Essa subjetividade é que habilita o intelectual a exercer a profissão de historiador, lembrando, o que todos aqui sabem, que «*métier d'historien*» é o título que Marc Bloch acrescenta à sua *Apologie pour l'Histoire*. Esse escritor nega que a tarefa do historiador seja reconstituir as cousas como elas se passaram. A História não tem por finalidade fazer reviver, mas recompor, reconstituir, isto é, compor e constituir um encadeiamento retrospectivo. A objetividade da História consiste precisamente nessa renúncia de fazer coincidir e de reviver, bem como na ambição de elaborar encadeiamento dos fatos ao nível de uma inteligência histórica. Não há síntese histórica porque a História é uma análise e não uma coincidência emocional. Como qualquer outro sábio, o historiador procura as relações entre os fenômenos que ela distinguiu, a fim de compreender os conjuntos, os laços orgânicos entre os fatos. A História fiel à sua etimologia — é uma pesquisa. É uma resposta à nossa maneira de viver pela escolha de um certo conhecimento, de uma vontade de compreender racionalmente, de edificar o que Fustel de Coulanges chamava a «ciência das sociedades humanas» e que Marc Bloch chamava de «empreendimento raciocinado de análise.»

2.2 — O historiador escolhe a racionalidade mesma da História utilizando o «juízo de importância» para a seleção dos fatos e dos acontecimentos. O historiador só retém, analisa e liga os fatos importantes. É aqui que sua subjetividade inter-vém para eliminar o acessório e estabelecer a continuidade. Sua tarefa é também compreender e identificar a «distância histórica», pois cabe à História apontar o que mudou, o que foi abolido, o que foi outro. A velha dialética do mesmo e do outro ressurgue, tendo o historiador de enfrentar outra perspectiva temporal, outra época e outra gente, o que exige imaginação. É mesmo um dom raro saber aproximar de nós o passado histórico, reduzindo a distância histórica, isto é, instituindo no espírito do leitor uma consciência de afastamento, de profundidade temporal. É que a História é animada de uma vontade de encontro tanto quanto de explicação. O historiador busca os homens do passado com a sua



experiência humana própria, o que faz com que a História seja uma das maneiras pelas quais os homens repetem sua pertença à mesma Humanidade.

2.3 — A História busca a Verdade, que une os homens, ao inverso da mentira que os dispersa e os afronta. A verdade é uma, mas o Uno é recompensa muito longínqua, motivo por que o historiador tem de multiplicar os planos e as ordens da Verdade. Foi na Renascença que se tomou conhecimento da condição pluri-dimensional da Verdade.

A Verdade é um acôrdo de nós mesmos com nós próprios, é um acôrdo entre os espíritos, um acôrdo de nosso discurso com a realidade. Ela é solidária com os processos de verificação, com as possibilidades instrumentais da metodologia particular a uma dada ciência. Mas um pluralismo absoluto não é pensável e essa é a significação profunda da «Razão», no sentido em que Kant a distingue de entendimento; o entendimento se aplica a objetos, encarna-se nas obras de pensamento, está já na dispersão, ao passo que a razão é o instrumento de unificar os pensamentos entre si, os pensamentos e as obras, os homens entre si, a virtude e a felicidade. A tarefa da razão é a unidade.

2.4 — Não se pode professar o múltiplo sem negar-se a si mesmo. É, por isso, que o espírito procura invencivelmente, do lado do objeto, a unidade do que êle vê, do que êle sabe, do que êle quer e do que êle crê. Assim sendo, a pluralidade não pode ser a ausência de relações.

Uma primeira unidade impõe-se, mas é uma unidade formal, a que se prende a idéia de Verdade. É que a Verdade não pode ser múltipla sob pena de renegar-se a si mesma. O verdadeiro e o uno são duas noções permutáveis. A mentira é que é legião e o erro é que é variado e múltiplo.

O fato histórico total, o «passado integral» é propriamente uma Idéia, no sentido Kantiano de limites jamais atingido de um esforço de integração sempre mais vasto, sempre mais complexo. A noção de passado integral é a idéia reguladora desse esforço. Não é um imediato, pois nada é mais mediato do que uma Totalidade; é o produto de uma concepção ordenadora, que exprime o mais alto esforço do historiador para pôr em ordem a História. Também nenhuma concepção ordenadora abrangerá toda a História; uma época é ainda um produto de análise e a História só proporá à nossa compreensão «partes totais», para falar como Leibnitz, isto é, «Sínteses Analíticas», repetindo a expressão de Kant.

O historiador Alfredo Valladão, que sentia que a História é a Verdade e, como tal, é una, mas aceitando o seu caráter pluridi-

mensional, dedicou-se a mostrar o plano da Verdade histórica, porém de verdade parcial, na sua imortal obra «Campanha da Princeza», assinalando a sua contribuição para a História de Minas e a História do Brasil, revelando-se historiógrafo completo e exato.

2.5 — Como historiador, Alfredo Valladão foi um sábio, além de um estudioso e de um pesquisador. Seu retrato ficará nesta Sala de Leitura como uma lembrança permanente da sua personalidade, dos seus méritos e dos seus serviços à Pátria. Será um estímulo constante aos moços e aos que permanecem estudando, pesquisando, escrevendo e fazendo História.

A legenda que esculpiu para o monumento comemorativo do bi-centenário da sua Campanha:

«Refulgiu pelo ouro da terra, e pela fé, pela cultura e pelo civismo de seus filhos», pode ser parodiada:

Alfredo Valladão refulgiu pelo ouro do seu caráter, pela fé de sua vida exemplar, pela cultura e pelo civismo de sua obra imperecível.

## D. PEDRO I DE 1829 A 1831

Contribuição à história do período final do primeiro reinado,  
de acôrdo com documentos em grande parte inéditos

PROF. HÉLIO VIANNA

Para a elaboração de *A Vida de D. Pedro I*, aparecida em 1952, largamente se utilizou o falecido historiador Octávio Tarquínio de Sousa dos inestimáveis documentos do Arquivo da Família Imperial do Brasil, hoje por sua generosa doação pertencentes ao Museu Imperial de Petrópolis. Mas não o fez totalmente, sobretudo quanto aos chamados «Manuscritos sem Data», constantes do Catálogo B, do «Inventário», de Alberto Rangel, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vols. LIV e LV. Foi o que verificamos quando ali também os estudamos, depois que do Castelo d'Eu, em França, transferiram-se êsses preciosos papéis históricos para o acolhedor Arquivo da instituição petropolitana. Isto mesmo indiretamente assinalamos, em artigo sôbre «A maior biografia de D. Pedro I», a propósito de sua revista 3ª edição, a de 1957, publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, a 2 de novembro de 1958, quando ainda vivo seu autor.

Sem nenhuma diminuição para o unanimemente reconhecido valor de tão notável trabalho, outros documentos no referido Arquivo encontramos, nêle também não aproveitados. É o que acontece quanto aos citados nos três primeiros capítulos adiante transcritos, relativos, todos, a importantes episódios do período final do Primeiro Reinado. Do citado no quarto e último capítulo — a *Miscelânea* da viagem seguinte à Abdicação, que se guarda no também petropolitano Arquivo do Palácio Grão-Pará — tinha inteiro conhecimento Octávio Tarquínio, que dela em parte se aproveitou, em *A Vida de D. Pedro I*. Disse-nos sua admirável colaboradora, «companheira perfeita» nos últimos anos como na morte, a romancista Lúcia Miguel-Pereira, que, tão interessante a achou, quando gentilmente emprestada por Sua Alteza Imperial

o Príncipe D. Pedro Gastão de Orléans-Bragança -- que integralmente copiou suas sessenta peças.

Devemos, portanto, considerar como naturais acréscimos à biografia do Fundador do Império, os que aqui fazemos, de grande interesse o até agora desconhecido «Plano» de viagem à Europa no primeiro semestre de 1829, apenas subsidiários os contidos nos dois seguintes capítulos, devidos a «recordações históricas» de um obscuro José Gonçalves da Silva. Foram, todos quatro, anteriormente publicados em artigos no *Jornal do Comércio* aparecidos em 1959 e 1960, conforme em notas finais se declara. Juntando-os, somente temos em vista chamar a atenção para a unidade que possam ter, como contribuições à história do Brasil daquela época.

## I — «PLANO» DE IDA À EUROPA

O então Príncipe da Beira e Grão-Prior do Crato, D. Pedro de Alcântara, que seria o Proclamador de nossa Independência e Fundador do Império, veio para o Brasil antes de completar dez anos de idade, em 1808.

Seis anos depois, arquitetou Silvestre Pinheiro Ferreira um plano segundo o qual, devidamente assessorado regressaria a Portugal o nosso futuro Imperador, a fim de ser Regente do velho Reino e ilhas portuguesas do Atlântico, aqui permanecendo seu pai, o Príncipe D. João, à frente do governo do Brasil e das possessões lusitanas da África, Ásia e Oceânia.

Depois de elevado o Brasil à categoria de Reino, em 1815, e falecida, no ano seguinte, a Rainha D. Maria I, novas sugestões para o regresso do então Príncipe Real D. Pedro à Europa foram aventadas no início de 1821, quando a notícia da revolução constitucionalista do Pôrto levou o Rei seu pai a cogitar da necessidade de enviar um membro da Família Real à mãe-pátria, desejosa de ter novamente em Lisboa a sede da monarquia. Circunstâncias diversas fizeram com que, embora contra a sua vontade, partisse o próprio D. João VI, aqui deixando o filho como Regente do Reino do Brasil.

Meses depois, coube às Côrtes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, reunidas em Lisboa, reiteradamente determinar o seu regresso, vendo-se, entretanto, por duas vezes desobedecida, primeiramente pelo famoso episódio do «Fico», de 9 de janeiro de 1822, da segunda vez por intermédio do grito do Ipiranga e consequente separação do Brasil.

Aclamado, coroado e sagrado Imperador, nosso D. Pedro I não pôde pensar em ir a Portugal quando em 1826 faleceu seu pai, de que foi sucessor como Rei D. Pedro IV. Instituiu uma



Regência, provisoriamente encabeçada pela irmã, a Infanta D. Isabel Maria, outorgou uma Constituição ao Reino, concedeu anistia a todos os seus presos políticos e condicionalmente abdicou ao trono de seus antepassados, em favor da filha mais velha, D. Maria da Glória, no Rio de Janeiro nascida em 1819. Em 1827, quando completasse 25 anos de idade, passaria aquela Regência ao seu único irmão homem, o Infante D. Miguel, então em Viena. Aceitou este o noivado com a sobrinha carioca e a seu tempo deveriam casar-se, a fim de reinar como os avós e bisavós D. Pedro III e D. Maria I, também tio e sobrinha.

Assim disposta a questão dinástica, teve, entretanto, execução muito diferente. Chegando a Portugal, foi o Infante aclamado Rei absoluto, com o que se não conformou o mano Imperador, logo desejoso de defender, por todos os meios, os direitos da filha e o constitucionalismo de que se fizera intérprete.

Durante todo o ano de 1828 não conseguiu D. Pedro I destruir, com a aliança da Inglaterra e o apoio dos liberais portugueses, a situação no velho Reino criada por El-Rei D. Miguel I e seus ferrenhos partidários.

Daí proveio a idéia de ir êle pessoalmente à Europa, que provavelmente nos primeiros meses de 1829 lhe ocorreu, a fim de obter o auxílio de alguns de seus soberanos à causa da filha e do constitucionalismo lusitano. É o que revela interessante documento que se guarda no Arquivo da Família Imperial do Brasil, hoje, por sua generosa doação, pertencente ao Museu Imperial, de Petrópolis. Até agora inédito e desconhecido de nossos historiadores e biógrafos de D. Pedro I, consta do maço XII, doc. 588 do Catálogo B, de «Manuscritos sem Data», de acôrdo com o «Inventário» no Castelo d'Eu, em França, há muitos anos levantado pelo historiador Alberto Rangel, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vols. LIV e LV, de 1932 e 1933, aparecidos em 1939, na administração de Rodolfo Garcia. Além do autógrafo, em rascunho, todo de letra e redação de D. Pedro I, há, anexa, sua cópia limpa, do punho de Francisco Gomes da Silva, o «Chalaça», dedicado secretário do Imperador. Embora não datado, é este documento anterior ao segundo casamento de D. Pedro, de que só teve conhecimento positivo em julho de 1829. Poderá datar de março desse ano, quando consultou a amigos sobre sua futura política, externa e interna.

A primeira hipótese que a seu respeito deve ser feita, é a de que esse «Plano» adiante transcrito parece ser o texto de consulta que o monarca pretendia fazer ao Conselho de Estado, para, conforme o resultado obtido, depois submeter o pedido de licença para ausentar-se do país à Assemblêia Geral. Se o fêz, não se sabe. Mas, se o fizesse, certamente não faltariam votos

contrários no Conselho, suficientes para que a idéia do pedido ao Senado e Câmara fôsse abandonada. Realmente, como obter aquela licença de uma Câmara que ano a ano cada vez mais criticava em suas *Falas do Trono*?

Nota-se, no documento, que se o Imperador nêle de modo tão pessimista se refere à situação brasileira, muito pouco menciona a portuguesa, que deveria constituir sua maior preocupação e causa preponderante da projetada viagem. Como curiosidade, deve ser registrada a sua primazia como partidário dos entendimentos hoje ditos «de cúpula», entre chefes de Estado. Nem deixou de mencionar a circunstância, para Joaquim Nabuco a verdadeira causa da extinção do regime monárquico no Brasil, de estar o Império «cercado de Repúblicas».

Os projetados casamentos de suas duas filhas mais velhas, D. Maria da Glória e D. Januária, então com 10 e 7 anos de idade, respectivamente, com príncipes franceses, parece dar razão à alegação de um contemporâneo, que se guarda no mesmo Arquivo petropolitano, de ter por essa época se aproximado a política imperial brasileira da francesa de Carlos X, talvez com a esperança de uma ação decisiva da França em Portugal, contra D. Miguel, como não se animava a realizar a aliada Inglaterra, e como, anos antes, efetivara na Espanha. A queda adquele Rei francês, em 1830, anularia essa esperança e apressaria a abdicação do próprio D. Pedro I.

Também deve ser notado que três vêzes mencionou êste no «Plano», a hipótese de sua morte violenta.

A mais importante declaração nêle contida é, porém, a relativa ao seu propósito de abdicar «infalivelmente» ao trono do Brasil, caso a Assemblêia Geral lhe negasse a desejada licença para ir à Europa. Tinha portanto razão, o nosso grande historiador Capistrano de Abreu, ao registrar, em 1925, que «Mais de uma pessoa ouviu a D. Pedro I que a abdicação do trono e a retirada para o Velho Mundo dependeram só de sua vontade». (1) Mais do que isto podemos dizer agora, à vista do citado «Plano»: desde 1829, pelo menos, já pensava o Imperador em sua voluntária renúncia.

Adiante transcrevemos, na íntegra, o valioso documento, em que respeitamos a original redação e sintaxe do autor, embora

---

(1) J. Capistrano de Abreu — Palavras iniciais de «Fases do Segundo Império», artigo escrito a pedido do Sr. Assis Chateaubriand para o número especial de *O Jornal*, de 2 de dezembro de 1925, comemorativo do centenário do nascimento de D. Pedro II; transcrito em *Ensaos e Estudos (Crítica e História)*, 3ª Série, publicação da Sociedade Capistrano de Abreu (Rio de Janeiro, 1938), págs. 107/130.

atualizando sua arbitrária pontuação e ortografia. É o seguinte o respectivo texto:

PLANO QUE EU ENTENDO SER NECESSÁRIO SEGUIR-SE PARA  
FELICIDADE DO IMPÉRIO, E DO QUAL NÃO POSSO DESPERSUADIR-ME

«É mister que, olhando para o futuro e atendendo ao desgraçado estado em que se acha o Brasil (estado que, continuando, *em menos de dois anos* fará desaparecer o Império, sendo substituído não por uma República, mas sim pela anarquia), se tomem medidas, e medidas gigantescas, proporcionadas à grandeza do Império e às suas *desgraçadíssimas circunstâncias*. Será possível ao governo unicamente sustentar esta mesma má ordem de cousas? Certamente não. O povo está quase desmoralizado, a tropa está sofrível, recursos pecuniários não há, crédito público menos, respeito às autoridades foi-se; então, atendendo ao exposto, que há a esperar, *donde* não há meios? Voltemos nossas vistas para mais longe, abalancemo-nos a grandes cousas e, se no fim formos desgraçados, resta-nos a consolação de ficar com nossas consciências livres.

«Eu não vejo outro meio melhor e, posso afoitamente dizer, não vejo outro meio senão o recurso aos soberanos da Europa, únicos e verdadeiros defensores dos tronos. Os republicanos fazem causa comum para derribar os tronos, façam-na os soberanos, e eu seja um deles (pois ninguém o carece mais), para derribar os revolucionários. Como, pois, fazer isto? Será negócio que se incumba a qualquer? Fácil é a resposta: não. Este negócio é mui delicado, não pode, nem deve ser tratado, vista sua delicadeza, senão de soberano para soberano: visto isto, fácil é decidir que eu devo ir em pessoa à Europa e, tratando com diferentes soberanos, porque nenhum deles virá cá, voltar com a certeza que se minha vida por qualquer incidente perigar, meu filho tem um apoio para ajudar a sustentar-se sobre o trono. Não contando eu com este apoio, estou decidido a nada fazer pela minha pessoa, pois eu trabalho para meus descendentes, e não para mim, a quem só as bênçãos deles e dos bons brasileiros servirão de glória e brasão. Os revolucionários trabalham de todos os modos, e *com proveito*; portanto, quanto mais o governo esperar, tanto menos poderá contar com um resultado favorável. Ê-me mui preciso fazer as pazes com os soberanos da Europa, que estão em oposição comigo, chamá-los ao meu partido, e isto não se faz por meio de um embaixador. O Império está cercado de Repúblicas, cheio de republicanos, o governo sem força física, nem moral, o Tesouro sem crédito, nem dinheiro, o povo sem respeito às autoridades, como, pois, poderá existir? Eu indo, adquiero força moral naquela



parte da Nação que, tendo-a perdido, ainda é suscetível de a tornar a adquirir; e a canalha, quando eu voltar apoiado pelos diferentes soberanos, sabendo ela que minha morte será vingada, no caso de atentar contra minha vida, sendo colocados no trono os meus descendentes, há de conter-se, o quanto basta para que o governo, livre e desembaraçado, possa dar ao Brasil aquela estabilidade que êle merece e que não tem, nem adquirirá enquanto procurar recursos dentro de si.

«Além das vantagens que aponto, há mais as seguintes: caso-me, caso minha filha Maria com o Duque de Nemours, (2) ajusto o casamento de minha filha Januária com o Duque de Bordeaux (3) e trato pessoalmente o casamento de meu filho; (4) o que acabo de expor bastará para eu tentar ir à Europa, quanto mais juntando a isto a consolidação e futura estabilidade do Império.

«Este meu plano não pode ser executado sem que a Assembléia me dê licença para eu ir à Europa, mas estando eu persuadido das vantagens dêle para meus descendentes por quem trabalho, não m'a concedendo *abdico infalivelmente*, pois eu reputo nada uma coroa, quando com tôda a certeza sei que a coloco para sempre sôbre a cabeça de meus descendentes. Neste caso estou livre, não deixo de ser Defensor do Brasil, (5) sou-o também de meu filho, sou seu tutor e curador e o mesmo de minha filha, posso advogar sua causa provando ao mundo meu desinteresse e, ao mesmo tempo, o amor que consagro por paixão e compaixão a meu filho, ao Brasil e aos bons brasileiros.

«Não são próprias do meu caráter meias medidas, estou há muito desenganado pela experiência que elas só servem para fundir impérios, e não para salvá-los, e igualmente de descrédito para seus imperadores. Eu, sem apoio não quero trabalhar dentro do Império; não o tenho, quero buscá-lo fora; não quero,

---

(2) Príncipe Luís Carlos Filipe de Orléans, nascido em 1814, segundo filho do Duque de Orléans, que em 1830 passou a ser o Rei dos Franceses, Luís Filipe. O Duque de Nemours foi pai do último Conde d'Eu, Príncipe Gastão de Orléans, que se casou com D. Isabel de Bragança a Redentora.

(3) Príncipe Henrique de Bourbon, nascido em 1820, filho do Duque de Berry e neto do Rei Carlos X de França. Depois mais conhecido como Conde de Chambord. O nome da Princesa D. Januária foi escolhido pelo então Príncipe-Regente D. Pedro, em março de 1822, como homenagem à cidade do Rio de Janeiro.

(4) O Príncipe Imperial do Brasil, depois D. Pedro II, então de pouco mais de três anos de idade.

(5) O título de Defensor Perpétuo do Brasil, pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro, a 13 de maio de 1822 (aniversário de D. João VI) dado ao Príncipe D. Pedro foi, na aclamação de 12 de outubro do mesmo ano, incorporado ao de Imperador Constitucional do Brasil.



sentado em uma cadeira, sem recursos, esperar a morte e, com ela, a ruína de minha família, a de todo o Império e coberto de remorsos por não seguir os ditames da minha consciência.

«Antevejo neste meu plano uma glória pouco abaixo da de salvar-me, basta isto para executá-lo.

«De um plano tal, só o tempo e quem o concebe é que podem ajuizar; um, porque mostra os resultados e, o outro, porque os antevê.»

★ ★ ★

Com a realização, em agôsto de 1829, do segundo casamento de D. Pedro I, pelo menos por algum tempo abandonou êle a idéia de uma ida à Europa, para resolver a intrincada questão dinástica portuguesa.

Agravando-se, entretanto, em março de 1831, a situação brasileira, na madrugada de 7 de abril dêsse ano apareceu a oportunidade para a sua longamente meditada e voluntária abdicção à coroa do Brasil, tendo como pretexto não desejar submeter-se ao inconstitucional pedido de reintegração de um ministério, que lhe fizeram o povo e parte da guarnição militar do Rio de Janeiro.

Deixando o nosso país, passou o ex-Imperador pelo arquipélago dos Açores, que se conservara fiel a D. Maria II, a Rainha carioca, seguindo para a França, onde, como Duque de Bragança e Regente de Portugal, preparou a audaciosa campanha militar de reconquista do trono de seus antepassados. Indo novamente aos Açores, afinal desembarcou ao norte da cidade do Pôrto, em julho de 1832, após vinte e cinco anos de ausência de sua primeira pátria. Depois de grandes e gloriosas lutas, entrou vitorioso em Lisboa, em agôsto de 1833. Deixando a Regência para que a filha subisse ao trono, cinco dias depois, a 26 de setembro de 1834, na mesma sala significativamente denominada «D. Quixote», do Palácio Real de Queluz, em que nascera 36 anos antes, morreu êste extraordinário príncipe, que de dois países foi o Libertador.» (6)

## II — CAUSAS DA ABDICAÇÃO

Embora não possa haver dúvida quanto à espontaneidade do ato de D. Pedro I abdicando «mui voluntariamente» à coroa do Brasil na madrugada de 7 de abril de 1831, insistem alguns maus

---

(6) Êste capítulo, com o título «Um Plano de ida à Europa de Dom Pedro I», foi primeiramente publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, a 15 de maio de 1960.

historiógrafos em opinar que a essa atitude foi forçado pela revolta popular iniciada na véspera, e que aliás apenas tinha em vista obter a reintegração de um ministério por êle demitido.

No capítulo anterior, documentadamente mostramos como desde o 1º semestre de 1829 já firmemente pensava o Imperador em renunciar ao trono brasileiro, caso a Assemblêia Geral lhe negasse licença para ir pleitear, junto a alguns soberanos europeus, a causa de sua filha, a Rainha carioca D. Maria II, despojada da coroa portuguesa por seu tio D. Miguel. E, de acôrdo com rascunho de seu próprio punho, passado a limpo pelo fiel secretário Francisco Gomes da Silva, o *Chalaça*, acrescentamos que confiava na ajuda que a respeito esperava conseguir do rei Carlos X de França, tendo em vista a remessa de uma expedição militar francesa a Portugal, a fim de obter a derrota de seu irmão.

Não chegou o Imperador a apresentar à Assemblêia aquêlê pedido de licença, de cujo indeferimento teria provável conhecimento se previamente o submetesse ao Conselho de Estado. A notícia da consecução de seu difícil segundo casamento, recebida em julho daquele ano, alteraria por algum tempo os seus planos. A chegada ao Rio de Janeiro, em outubro, de seu embaixador em missão especial, o Marquês de Barbacena, trazendo de volta da Europa a Rainha-menina e, em sua companhia, a nova e bela Imperatriz, a jovem D. Amélia de Leuchtenberg, faria com que pelo menos durante algum tempo não pensasse em viagem ao Velho Mundo, com aquêlê fim.

Pretendendo ressaltar os direitos políticos da filha, garantindo-lhe, pelo menos, uma aparência de poder, criara, em junho, uma Regência em seu nome, com sede na ilha Terceira, nos Açores, arquipélago que permanecera fiel à causa constitucionalista, contra a do absolutismo. Em dezembro, para melhorar a situação política do Brasil, chamou ao ministério o Marquês de Barbacena. Apesar disso, quando, depois da abdicação, deitou *Manifesto* contra o «ex-Pedro Primeiro de execranda memória», declarou o pasquineiro Francisco das Chagas de Oliveira França, em seu *Tribuna do Povo*, que êle, em 1829, «celebrou tratados secretos com Carlos décimo, Polignac, Fernando, Meternic (*sic*) e tramava nos clubes com *Chalaça*, José Clemente e outros.» (1)

Parecia assim amortecida ou, pelo menos, adiada, a obtenção de uma saída para a questão dinástica portuguesa. É provável que o governo inglês tenha tido conhecimento, naquele ano, do projeto de D. Pedro, de consecução de apoio militar da França

---

(1) Cf. Helio Vianna — *Contribuição à História da Imprensa Brasileira* (1812/1869), Rio, 1945, pág. 609.

contra D. Miguel. Embora tenha reconhecido D. Maria como legítima soberana de Portugal, talvez por aquêlê fato em fins dêsse ano pretendeu reconsiderar a sua posição diante do antigo aliado peninsular, nesse sentido se manifestando por meio de um *memorandum* de Lord Aberdeen, em fevereiro de 1830 entregue no Rio de Janeiro. De acôrdo com os seus têrmos, à vista do reconhecimento do govêrno de D. Miguel por parte do Rei de Espanha e do Papa, à Inglaterra não seria mais possível continuar de relações interrompidas com Portugal. Como muito bem interpretou um comentarista diplomático brasileiro — o Sr. Enéias Martins Filho — o «que Aberdeen e seu chefe de govêrno — Wellington — temiam, especialmente, era que a França, a exemplo do que já acontecera no caso espanhol, conseguisse arranjar um pretexto para, como mandatária da Santa Aliança, intervir militarmente em Portugal.» (2)

Daí decorreu a atitude necessariamente protelatória de Dom Pedro I, em abril resolvendo enviar à Europa, como embaixador extraordinário, encarregado de várias incumbências, inclusive a relativa à questão portuguesa, o Marquês de Santo Amaro. Embora no estudo acima citado já tenha sido inteligentemente examinada essa difícil missão diplomática, não faltou quem ainda a interpretasse mal, motivo por que será interessante acrescentar à sua história documentos que melhor a esclareçam. É o que vamos fazer, com a transcrição, devidamente anotada, de mais uma peça do Arquivo da Família Imperial Brasileira que, por sua generosa doação, guarda-se hoje no Museu Imperial, de Petrópolis. Fiel e gentilmente copiado por sua funcionária Sta. Áurea Maria de Freitas Carvalho, constitui valioso depoimento que tanto interessa à averiguação das verdadeiras causas da abdicação de D. Pedro I, como à melhor interpretação do episódio de política internacional que acabamos de mencionar.

Trata-se de um relato intitulado «Recordação Histórica — Abdicação do Sr. D. Pedro I», em 1864 oferecido a D. Pedro II por José Gonçalves da Silva, contemporâneo dos acontecimentos que menciona. Seu autor, nascido em 1803 e falecido em 1868, havia sido soldado da Imperial Guarda de Honra, alegando ter acompanhado D. Pedro I até o momento de sua partida, em 1831. Além daquele trabalho, redigiu mais duas «Recordações Históricas» e uma biografia do mesmo Imperador, cujos manuscritos também se guardam no citado Arquivo. Antigo comerciante, em seus últimos anos estêve envolvido em intrincadas questões judiciais, sendo seqüestrados os seus bens em Cabo Frio;

---

(2) Enéias Martins Filho — «A Missão Santo Amaro», nos *Anais do II Congresso de História Nacional*, em 1931 promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. II (Rio, 1942), pág. 530.

em 1867, estando em litígio com os próprios genros, em questão de inventários, foi prêso por resistência a um mandado de busca em sua chácara. (3)

Transcrevendo o mencionado documento, além da atualização da respectiva ortografia, nêlo colocamos pontuação adequada e, entre parênteses, algumas palavras que evidentemente faltaram em sua redação. Está, no referido Arquivo, catalogado no «Inventário» de Alberto Rangel no maço 134, nº 6.585. É o seguinte o respectivo texto:

*«Recordação Histórica — Abdicação do Sr. D. Pedro I»*

«Depois de consumado o ato da Independência do Brasil, os homens livres do despotismo, revestidos de garantias que lhes assegurava a liberdade, entenderam de abusar da nova condição que tinham, e dar um caráter pouco conveniente às cousas, que iam tomando uma marcha perigosa.

«O Sr. D. Pedro I, querendo manter a ordem e promover o engrandecimento do Brasil, e buscando evitar o descrédito do povo (de) que êle, à custa de sacrifícios, havia quebrado os ferros do despotismo, sempre cheio de moderação e prudência, começou a empregar meios brandos, porém acertados, para fazer conhecer aos brasileiros que êle queria viver entre o povo do Brasil, e que, na qualidade de seu Imperador, só desejava lhe ser útil, não tendo outra ambição senão o engrandecimento da nação.

«Já o Brasil era uma nação independente e livre, e aquêles que até então não se animavam a fazer a mais leve censura aos atos dos delegados do Rei, ousavam conspirar contra a pessoa do seu libertador e Imperador.

«A nação dividida em dois partidos, disputavam entre si a preferência do poder (*sic*).

«O Sr. D. Pedro I, para convencer ao povo que o bom governo não estava nem neste, nem naquele partido, principiou a nomear ministros de todos os partidos, os quais não tinham a felicidade de agradar nunca; e faziam recair a culpa dos maus atos dos ministros sôbre o soberano.

«Então o Imperador, cansado de tanto sofrer e vendo a sua autoridade quase comprometida, tomou uma medida mais enérgica.

«Nomeou então um ministério conforme seu entendimento, e achando-se os inimigos do Imperador desapontados com esta resolução, mudaram de cena e puseram em prática outro plano fomentando traições.

---

(3) Documentos no Arquivo da Família Imperial, no Museu Imperial, de Petrópolis, maço 140, nº 6.886.



«O Sr. D. Pedro I havia enviado a Paris, em comissão especial, o Marquês de Santo Amaro, para conferenciar com Carlos X, Rei de França, sobre a elevação de sua Majestade Fidelíssima Dona Maria II ao trono de Portugal, na mesma ocasião que o gabinete inglês tratava da queda daquele Rei, em 1829 — partindo também para a Europa o Marquês de Barbacena, encarregado de acompanhar a Sra. D. Amélia, 2ª Imperatriz do Brasil. (4)

«O Marquês de Barbacena, um dos mais beneficiados do Imperador, foi também um dos mais ingratos, o principal traidor e seu inimigo encarniçado. Na sua volta da Europa, conhecedor do jôgo do gabinete inglês, aproveitou tudo para fazer vacilar a coroa na cabeça do Sr. D. Pedro I.

«Comissionado pelos clubes anti-monarquistas da Europa, ou antes, da Inglaterra, (a) que de forma alguma convinha a estada do Sr. D. Pedro I (no) Brasil, organizou clubes de acôrdo com outros traidores como êles; dos quais ainda existem alguns; e nas suas sessões o Marquês de Barbacena pintou o estado dos negócios da França, asseverando aos seus companheiros que em breve o Rei Carlos X deixaria o trono, e que a sua queda traria (a) abdicação do Imperador do Brasil; pois que vinha-lhe a faltar o apoio da França na elevação de sua filha, porque Carlos X havia prometido um contingente de 120.000 homens, para cujo fim tinha sido enviado o Marquês de Santo Amaro, mas que êste Marquês, em vez (de) trazer uma notícia satisfatória, havia (de) trazer a notícia da queda do Rei de França, e o Imperador, para assegurar a coroa de Portugal na cabeça de sua filha, não tinha outro recurso senão deixar o Brasil. (5)

---

(4) Nesse período há enganos do autor: as missões do Marquês de Barbacena, à Europa em 1827 e 1828, foram anteriores à do Marquês de Santo Amaro, de 1830. Esta, porém, foi organizada quando Barbacena, sogro de seu filho, 2.º Visconde de Santo Amaro, era a principal figura do ministério organizado a 4 de dezembro de 1829. Não houve, portanto, incompatibilidade entre êles. Também não é exato que o govêrno inglês tenha promovido a queda de Carlos X.

(5) Em sua carta a D. Pedro I, por vários motivos profética, datada de 15 de dezembro de 1830, depois de sua demissão do ministério, negou o Marquês de Barbacena que se unisse «à facção republicana» — «mas, longe disso, cortei as comunicações com tôda a gente, recusei entrar para as sociedades existentes, e se por desgraça do Brasil e de Vossa Majestade sobrevier semelhante mudança» (a das instituições), «o que infalivelmente acontecerá se Vossa Majestade não operar em si uma reforma imediata de comportamento, sua ruína é certa; mas eu continuarei sem ser molestado, a viver na mesma obscuridade a que ora me condenei, contemplado talvez com desconfiança como membro das anteriores administrações, que serão tôdas confundidas pelos autores da revolução, militando ainda contra mim o fato de minha recusa, agora, de aceitar as doutrinas republicanas.» (Apud Pandiá Calógeras — *Marquês de Barbacena*, 2ª ed. (S. Paulo, 1936), págs. 234/235.

«Com efeito, a 12 de setembro de 1830 chegou o paquete inglês e chegou com êle a noticia da revolução francesa e a saída do rei Carlos X.

«Não perderam tempo, trataram logo de arranjar agentes que se apossassem dos segredos do Imperador. Compraram para êsse mister um criado de particular confiança do Imperador, conhecido por Manuel Inglês, e o induziram a roubar todos os papéis particulares da Secretaria Imperial. A primeira coisa de que se apoderou êsse perverso criado foi do Tombo da Fazenda de Santa Cruz, fazendo dela entrega a Joaquim José Pereira de Faro (1º Barão do Rio Bonito), e depois de tôda a correspondência entre o Imperador e Carlos X e outros papéis importantíssimos. (6)

«À vista disso o Imperador entendeu ser mais (sic) abandonar êstes ingratos, deixando-os entregues a si, pois êles mesmos se castigariam.

«Não quis o Sr. D. Pedro I sacrificar brasileiros seus amigos e súditos fiéis às maldades de seus traidores : além de que os interesses de sua Augusta Filha o chamavam à Europa, e então abdicou a coroa imperial em seu Augusto Filho o Sr. D. Pedro II, deixando-o como penhor de seu amor aos brasileiros e como anjo da guarda do Brasil, que sem dúvida teria sido vítima dos traidores que ainda existem.

«Deus preserve o Sr. D. Pedro II dêles; porque o inimigo do Pai não pode ser amigo do Filho.

(a.) *José Gonçalves da Silva.*

«Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1864.» (7)

### III — RELATO DA PARTIDA

A partida da Família Imperial Brasileira para o exílio, a 17 de novembro de 1889, depois de proclamada a República, foi muito bem narrada por um repórter de qualidade, o escritor Raul Pom-

---

(6) Realmente, não constam do Arquivo da Família Imperial Brasileira aquêlê Tombo da Fazenda de Santa Cruz e a citada correspondência entre D. Pedro I e Carlos X. Em carta sem data, de Manuel Martins do Couto Reis a José Paulo de Figueiroa Nabuco, confessou aquêlê antigo inspetor da Fazenda de Santa Cruz, que exerceu o cargo de 1794 a 1808, nunca ter visto o Tombo mandado levantar pelo vice-rei Luis de Vasconcelos em 1780. (Documento no Arquivo da Família Imperial citado, no maço 11, n.º 502 do Catálogo de Manuscritos sem Data de Alberto Rangel).

(7) Êste capítulo, com o título, «Causas da Abdicação de D. Pedro I», foi anteriormente publicado no *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, a 3 de junho de 1960.

pêia, em páginas depois merecidamente divulgadas pelo monarquista Carlos de Laet, na *Antologia Nacional*, leitura obrigatória de muitos milhares de preparatorianos brasileiros. «Uma noite histórica (Do alto de uma janela do Largo do Paço)» — foi essa primorosa reportagem, aparecida em seguida ao acontecimento e que provocou intensa sensação, ainda nos primeiros dias do novo regime. Reconstituição histórica mais ampla, relativa ao mesmo episódio e incluindo a viagem para o exílio, foi a que no *Jornal do Comércio* publicou o seu antigo redator Tobias Monteiro, devidamente recolhendo-a, em 1913, em suas valiosas *Pesquisas e Depoimentos para a História*, em capítulo intitulado «Banimento da Família Imperial».

A partida para a Europa de nosso primeiro Imperador, a 13 de abril de 1831, não recebeu, ainda, idêntica pesquisa, apesar da minúcia com que tratam, alguns autores, de sua abdicação ao trono brasileiro, na madrugada de 7 do mesmo mês.

A diferença de situação entre pai e filho é evidente. Dom Pedro I não ia, pròpriamente, para o exílio, como D. Pedro II. Seguia em companhia da segunda Imperatriz, D. Amélia, e da filha mais velha, D. Maria II, Rainha de Portugal, de doze anos de idade. Aqui deixava, sob a tutela de José Bonifácio de Andrada e Silva, aquêlê único filho varão e suas irmãs D. Januária, D. Paula e D. Francisca, todos ainda na infância. A monarquia continuava sob sua dinastia, embora em um período de Regências, ao contrário do que ocorreu em 1889, quando houve mudança do regime político.

Outra diferença é que durante seis dias permaneceram em nosso pôrto D. Pedro I, D. Amélia e D. Maria II, ao passo que D. Pedro II e todos os membros de sua família que aqui se encontravam, foram apressadamente embarcados de madrugada, na canhoneira *Parnaíba*, para a ilha Grande, onde passaram para bordo do paquete *Alagoas*, que, comboiado por um navio de guerra, o *Riachuelo*, seguiu imediatamente para a Europa, como se os responsáveis pela nova situação política receassem sua permanência do país.

Em trabalho publicado em 1943, coligimos algumas «Cartas de D. Pedro I na semana da Abdicação», (1) incluindo-o, depois, em nossos *Estudos de História Imperial*. (2) E no *Jornal do Comércio*, em artigo de novembro de 1959, examinamos o conteúdo do livro-borrador pelo Imperador usado em sua travessia marítima, de sua permanência a bordo das naus inglesas *Warspite* e *Volage*, ainda na baía de Guanabara e até chegar às águas

---

(1) Na *Revista do Brasil*, 3ª fase, do Rio de Janeiro, n.º 53, de março de 1943.

(2) Vol. 269 da Coleção Brasileira, São Paulo, 1950.

inglêsas e francesas, com passagem pelo arquipélago dos Açores. Intitulou-se êsse trabalho — «D. Pedro I na viagem da Abdicação» e baseou-se em código pertencente a Sua Alteza o Príncipe D. Pedro Gastão de Orléans-Bragança, gentilmente pôsto à nossa disposição. Constitui capítulo seguinte a êste.

#### RELATO DA PARTIDA IMPERIAL

Outro precioso depoimento sôbre a partida para a Europa de nosso primeiro Imperador, depois de uma permanência de vinte e três anos no Brasil, onde chegara em 1808, aos 9 anos de idade, encontramos no Arquivo da Família Imperial, que por sua generosa doação se guarda na Divisão de Documentação Histórica do Museu Imperial, de Petrópolis. No «Inventário» do mesmo, procedido pelo historiador Alberto Rangel, consta do maço 136, documento nº 6.675, tendo por título — «Recordação histórica — 13 de abril de 1831 — Retirada de Sua Majestade o Senhor D. Pedro I.» Dedicado a D. Pedro II e datado do Rio de Janeiro, 13 de abril de 1865, é de autoria de José Gonçalves da Silva, comerciante nascido em 1803 e falecido em 1868, ex-soldado da Imperial Guarda de Honra, de quem aqui publicamos outro trabalho, relativo às «Causas da Abdicação» de D. Pedro I.

Amavelmente copiado pela arquivista Sta. Áurea Maria de Freitas Carvalho, é o seguinte(o respectivo texto, em que apenas corrigimos alguns evidentes lapsos, atualizando-lhe a respectiva pontuação e ortografia.

«Depois dos acontecimentos do dia 7 de abril de 1831, dia em que Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro I recolheu-se, com sua Augusta Família, para bordo da nau inglesa *Warspite*, decorreram-se seis dias, em cujo curso demorou-se o Sr. D. Pedro I dentro do pôrto do Rio de Janeiro para tratar de seus negócios particulares e arranjos de viagem.

«Êsse curto espaço de tempo Sua Majestade aproveitou-o útilmente; não só deu andamento aos negócios particulares, como ainda se ocupou da sorte de seus tenros filhinhos e do Brasil, cujo amor êle conservava no fundo da alma.

«Não descuidou o Sr. D. Pedro I, até o último momento de sua partida, de velar pela segurança da felicidade e liberdade do povo brasileiro, ameaçada pela facção inimiga da monarquia e da ordem pública.

«Antes de expirar o correr dos seis dias, o Sr. D. Pedro I, de bordo da nau inglesa onde se achava, escreveu duas cartas : uma dirigida ao corpo legislativo, pedindo a manutenção do decreto em o qual êle confiava a tutela de seus Augustos Filhos ao honrado e venerando cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva,



e outra a seus verdadeiros amigos, que fez publicar pela imprensa, despedindo-se dêles e agradecendo-lhes a fidelidade e grande dedicação que sempre lhe votaram; nos termos com que era escrita esta carta, divisa-se a dor que pungia o coração generoso do Imperador, e via-se que por mais de uma vez o papel em que aquelas letras foram traçadas não recusou de receber o sêlo das lágrimas do Fundador do Império Brasileiro.

Tudo isto se passou : Aurora no seu carro de púrpura subiu ao espaço e com vistas impacientes esperava o carro de seu pai, que devia vir, deslumbrante, dar luz ao Universo; porém, qual foi a sua surpresa ? Apolo, em vez de se apresentar em seu carro radiante, em vez de aparecer com seus vestidos cujos esplendores alegrariam o globo, estava coberto de luto, ordenando à Aurora que desse uma expressão de dó a tôda atmosfera, pois que alguma cousa se passava na terra que devia compungir o coração dos homens, e que tôda a natureza devia sofrer com êles.

E, na verdade, assim foi o 13 de abril ; raiou sombrio, a atmosfera estava carregada, e o semblante do povo mostrava o sentimento profundo da alma. Era êste o dia em que o primeiro Imperador do Brasil ia partir, em que ia deixar a Pátria, Filhos e Amigos, dia em que seu coração paterno ia sofrer o mais duro dos golpes; mas a que sua alma de herói impunha resignação.

E, com efeito, o Imperador, por dignidade sua, devia e queria deixar o Brasil, e, por isso, a 13 de abril de 1831 a nau inglêsa, orgulhosa de levar a seu bordo o fundador de um Império, e o destinado libertador de um Reino oprimido, sulcava as águas do oceano que, brandas, concediam passagem ao herói da liberdade e à sua Augusta Filha, a Senhora D. Maria da Glória, que tinha de ocupar o trono e empunhar o cetro do Reino de Portugal, cuja coroa seu Augusto Pai sem ambição havia reservado para ela.

O cais do Largo do Paço estava apinhado de uma multidão de povo; não havia um só rosto onde não se visse a dor da saudade estampada visivelmente, nem um só ôlho que não estivesse umedecido de lágrimas arrancadas do coração. (3) O Brasil tinha perdido o soberano, e os brasileiros um Pai, um amigo, e, finalmente, o cultor de sua liberdade.

No meio de tudo isso, o que se tornou mais notável foi um velho que representava ter 60 anos, de fisionomia severa, o qual se achava de pé no cais, de braços cruzados, com os olhos fitos

---

(3) Note-se a coincidência de também ter-se realizado no largo do Paço, hoje praça 15 de Novembro, a cena da despedida do Rio de Janeiro, de D. Pedro II. Mas, de acôrdo com o insubstituível depoimento de Raul Pompéia, providências foram tomadas pelo primeiro Governo Provisório da República, para evitar a presença de curiosos e amigos do Imperador e sua família, nesse emocionante episódio.

nos dois navios — *Volage* e *La Seine*, (4) e, assim que elles transpuseram a barra do Rio de Janeiro, proferiu estas palavras proféticas: «Deus vos leve a salvamento.» E depois, voltando os olhos para o céu, continuou nestes termos: «Ah! Brasil, Brasil, assim como aquêles navios flutuam sôbre as ondas do mar, quantas vêzes tu não hás de flutuar sôbre as opiniões políticas e ambiciosas dos homens da época?!» (5)

«E, de fato, o velho não se enganou: logo depois da saída do Sr. D. Pedro I a anarquia appareceu desenfreada.

«O Sr. D. Pedro II apenas contando 5 anos de idade, principiou a ser vítima dos traidores de seu Augusto Pai, que, temendo serem descobertos, trataram de afastar do jovem Imperador os amigos fiéis de seu Pai, e a perseguirem aquêles que o deviam dirigir nos seus primeiros anos, como fizeram a José Bonifácio e outros.

«Porém Deus é justo, não valeu nada disto. O Segundo Imperador do Brasil cresceu debaixo da proteção divina, teve uma educação digna dêle; os malvados, à vista de sua pureza de alma, nunca se animaram a bafejar o Príncipe com seus hálitos malignos e corruptos. Cheios de remorsos, hoje se aproximam de seu Trono trêmulos e timoratos.

«Ainda na hora da partida do Sr. D. Pedro I, foram a bordo beijar à Sua Majestade sua Augusta Mão, muitos brasileiros, assegurando a Sua Majestade suas dedicações; e entre elles se distinguu um, que não só derramou muitas lágrimas, como até se ofereceu a Sua Majestade para à sua custa arranjar o seu rancho de viagem, pois se Sua Majestade se dignasse aceitar, era última prova de confiança que dava, de sua extrema afeição. O Imperador agradeceu cordialmente tão nobre oferecimento, dando como razão de sua recusa o achar-se comprometido com o ministro inglês, que já antecipadamente se tinha oferecido, e que elle tinha aceitado. (6)

«Ainda na hora da partida o Imperador conheceu que tinha amigos no Brasil, e que a grandeza de sua alma e o desinteresse

---

(4) De bordo da *Warspite*, comandada por Baker, havia D. Pedro I se transferido para a *Volage*, do comando de Lorde Colchester. Sua filha, a Rainha de Portugal, viajou a bordo da gabarra francesa *La Seine*, comandada pelo capitão Thibault.

(5) Não conhecemos nenhum depoimento que autorize a veracidade do prognóstico dêsse outro *velho do Restelo*.

(6) Outros elementos autobiográficos de José Gonçalves da Silva que se guardam no citado Arquivo da Família Imperial Brasileira, em Petrópolis, e na Secção de Manuscritos da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, indicam ter sido elle próprio êsse ofertante de vitualhas para a viagem de D. Pedro I.

do magnânimo coração o obrigava a sair da Pátria que êle adotara por amor da liberdade, e nada mais.

«Convencido, pois, foi seguro de que o Brasil ficava garantido na Augusta Pessoa de seu Filho, e êste guardado por seus verdadeiros e fiéis amigos.

«De V. M. Imperial,

«Súdito Fiel e dedicado

*José Gonçalves da Silva.*

«Rio de Janeiro, 13 de abril de 1865.» (7)

#### IV — EPISTOLÁRIO DE BORDO

Tem sido objeto de estudos especiais a viagem para o exílio de D. Pedro II, em 1889. (1) Menos estudada é a que cinquenta e oito anos antes, em 1831, também como destronado realizou seu pai, o Fundador do Império, embora não lhe falem referências em biografias, notadamente na última e mais extensa dentre as que lhe foram dedicadas, a escrita por Octávio Tarquínio de Sousa. (2)

Para seu conhecimento existe valioso códice, intitulado *Miscelânea*, no qual o próprio D. Pedro I copiou e anotou, ainda a bordo na nau inglesa *Warspite* e corveta *Volage*, quase sempre por sua mão, não menos de sessenta documentos ligados ao episódio de sua voluntária abdicação, partida do Brasil, viagem marítima e chegada à Europa, que deixara ainda na infância, em 1807. Guarda-se êsse inestimável copiador no arquivo do Palácio Grão-Pará, em Petrópolis, e, por gentileza de seu possuidor, o Príncipe D. Pedro Gastão de Orléans-Bragança, trineto de nosso primeiro Imperador, muito o consultamos, de suas páginas extraindo as presentes notas.

#### A ABDICAÇÃO

Começa a *Miscelânea* pelo decreto de D. Pedro I nomeando José Bonifácio de Andrada e Silva tutor de seus quatro filhos

---

(7) Êste capítulo, sob o título «Um relato da partida de D. Pedro I», foi anteriormente publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro a 30 de julho de 1960.

(1) Um dos mais interessantes relatos a respeito é o contido em «O Banimento da Família Imperial» contido nas *Pesquisas e Depoimentos para a História*, de Tobias Monteiro (Rio, 1913). É o que consta da *História de D. Pedro II*, do Sr. Heitor Lyra, vol. III (S. Paulo, 1940), capítulo IX — «Viagem para o exílio».

(2) *A Vida de D. Pedro I*, vol. III (Rio, 1952), cap. XXVI.

que permaneciam no Brasil, o nôvo Imperador Dom Pedro II e suas irmãs D. Januária, D. Paula e D. Francisca. À cópia acrescentou importante nota sôbre a abdicação de 7 de abril de 1831, feita para salvar a sua honra, que prezava acima de tudo, como nunca deixava de salientar: «(NB. Êste decreto não appareceu senão depois do ato da abdicação ao qual procedi pelas 3 1/2 horas do dia 7, porque naquela ocasião não havia remédio senão obedecer aos rogos da fôrça armada, e de uma populaça em anarquia, que queria o ministério que eu tinha demittido por incapaz, e por desconfiar que fazia-se traidor, ou então abdicar para salvar a honra e não ferir a Constituição naquela parte em que me era concedido nomear e demittir livremente o ministério de Estado. Tomei o expediente de abdicar e dêste modo, pondo defronte tôdas as considerações, salvei a minha honra, que prezo acima de tudo).»

Seguem-se o ato da renúncia ao trono, cópia da carta do Andrada aceitando a tutoria e a carta que escreveu à Assembléia Geral, pedindo a confirmação daquela nomeação. Depois da procuração a Samuel Phillips para tratar de seus negócios particulares no Brasil, também assinada pela Imperatriz D. Amélia Augusta de Leuchtenberg Bragança e Bourbon, aparece a troca de cartas com o Regente interino Marquês de Caravelas, relativa à sua situação com o Tesouro e declaração de bens, assunto em que a D. Pedro coube a primazia no Brasil e que entre nós começou a ser injustamente explorado com a publicação apenas da primeira dessas missivas, a de 10 de abril de 1831, no *Último Balanço ou o Budget do Senhor Dom Pedro d'Alcântara, ex-Imperador do Império do Brasil, dirigido à Illustrissima Regência*, folheto immediatamente publicado na Tipografia de E. Seignot-Plancher, a do *Jornal do Comércio*.

São também conhecidas as peças seguintes na coletânea, cartas de despedidas ao menino D. Pedro II e aos brasileiros, em que nobremente lhes pede perdão de quaisquer ofensas que dêle tivessem recebido.

Homem meticoloso em seus negócios, ainda no pôrto do Rio de Janeiro occupou-se D. Pedro I em acertar com Plácido Antônio Pereira de Abreu as contas de receita e despesa da Casa Imperial até 27 de dezembro de 1830, ante-véspera da partida dos Imperadores para a província de Minas Gerais. Relacionou, também, a prata que lhe pertencia e que devia ser embarcada, determinou o destino a ser dado às suas propriedades particulares. Não vemos por que motivo a certos historiôgrafos muito exigentes tem causado estranheza a atenção pelo Imperador dispensada aos seus legítimos interêsses materiais, no momento em que, não dispondo de muitos recursos, encerrava a



sua gloriosa participação na História do Brasil e reiniciava difícil e até aventureira intervenção na de Portugal. Isto mesmo já salientamos em estudo primeiramente publicado em 1943, a propósito de «Cartas de D. Pedro I na semana da Abdicação.» (3)

A preocupação com o futuro da filha mais velha, de doze anos de idade, D. Maria II, Rainha de Portugal, que também seguia para a Europa noutro navio, este francês, transparece em nota contida em documento da *Miscelânea*: a ordem dada a M. Thibault, comandante da gabarra *La Seine*, para que com ela se pudesse livrar de qualquer empenho de portugueses que também iam a bordo, no sentido de ser a pequena Rainha carioca levada à Ilha Terceira, nos Açores, onde havia sido reconhecida contra o tio, D. Miguel, que de regente passara a Rei absoluto de Portugal.

#### NA EUROPA

Dêste vigésimo documento, que é de 14 de abril de 1831, já de bordo da *Volage*, passou D. Pedro para outros, datados de junho, quando chegou à Inglaterra e França, tendo antes passado pelo Faial, nos Açores. Aparecem, entre êles, várias quitações e agradecimentos a servidores de sua casa, inclusive o médico da Imperial Câmara João Fernandes Tavares, que o acompanhou na viagem. Também agradeceu, por escrito, às atenções recebidas dos encarregados de negócios da Inglaterra e da França no Rio de Janeiro, Aston e Eduardo de Pontois. Ao Núncio Apostólico, Monsenhor Pietro Ostini, Arcebispo de Tarso, pediu que fôsse intérprete, junto ao corpo diplomático, de seus agradecimentos. Aos almirantes sir Thomas Hardy (no Almirantado), Baker (da *Warspite*), Lorde Colchester (da *Volage*), aos franceses Grivel e comandante Thibault, também exprimiu os seus agradecimentos. Aos reis da Inglaterra e dos Franceses (Guilherme IV e Luís Filipe), manifestou sentimentos de gratidão, ao primeiro explicando que no Brasil haviam-lhe exigido o que não podia conceder, por afetar a sua honra, e por isso abdicara. Também na carta ao segundo insistiu na necessidade de defender a sua honorabilidade, como justificativa da abdicação.

O mesmo tema apareceu em carta ao antigo e fiel secretário Francisco Gomes da Silva, o *Chalapa*, então na Europa, escrita à vista de Falmouth: «Triunfou a cabala e a intriga da razão e da justiça; não importa, salvei a minha honra, e hoje acho-me simples particular.» Enviou-lhe, para que fôsse traduzido e publi-

---

(3) Artigo citado, na *Revista do Brasil* (3ª fase), do Rio de Janeiro, ano VI, n.º 53, de março de 1943, págs. 67-71. Em nossos *Estudos de História Imperial* (S. Paulo, 1950), págs. 23-30.

cado, um artigo do francês Plasson, para que se soubesse exatamente o que havia acontecido no Rio de Janeiro. Esse jornalista, que aqui havia redigido *O Moderador* e a *Revue Brésilienne*, (4) fôra pelo Imperador convidado a acompanhá-lo à Europa, como agradecimento por seus serviços na imprensa. A Abreu e Lima, da Embaixada de Portugal em Londres, escreveu D. Pedro, de Cherburgo, recomendando-lhe Plasson, portador da carta, que na Inglaterra pretendia publicar uma revista mensal, sustentando a causa da Rainha de Portugal.

A várias personalidades portuguêsas também escreveu, como ao Conde de Vila-Flor, mais uma vez com a idéia de seus sentimentos de honra a explicar a abdicação. Ao Marquês de Resende, amigo de infância, disse que «as intrigas urdidas por pessoas que a mim tudo devem, e propagadas pela imprensa, iludiram a tropa e parte do povo, a ponto que me vi na noite de 7 de abril obrigado a abdicar a coroa... assim m'o pedia a minha honra, que jamais será de forma alguma manchada.»

A José Marcelino Gonçalves pediu que lhe alugasse casa na Rua Saint Honoré, em Paris, por seis meses. Queria casa barata, não um palácio, pois «fui Imperador que só tratou da Pátria e não de si e por isso nada possuo.» O portador da carta era o capitão brasileiro Bastos, «único dos oficiais do corpo de artilharia de posição que se mostrou digno do nome de brasileiro: êle me acompanha e comigo morará enquanto quiser.» Tendo depois falado com o Marquês de Resende a propósito de sua instalação na capital francesa, resolveu ficar por algum tempo em Saint Germain, motivo pelo qual suspendeu a ordem quanto ao aluguel de casa parisiense, que escolheria depois.

As últimas cópias de cartas de D. Pedro, contidas na *Miscelânea*, são datadas de Cherburgo, 16 de junho de 1831, dirigidas as políticos franceses Sebastiani e Casemir Périer, a êste acusando a carta em que lhe foi assegurada boa acolhida por parte do Rei Luís Filipe. (5)

---

(4) Estudamos essa primeira revista francesa do Brasil, cujo único número apareceu em setembro de 1830, em nossa *Contribuição à História da Imprensa Brasileira* (Rio, 1945), págs. 112-114.

(5) Este capítulo, sob o título «D. Pedro I na viagem da Abdicação», foi anteriormente publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, a 8 de novembro de 1959.

## TEMPOS IDOS

EPISÓDIOS DA VIDA ACADÊMICA EM OLINDA E NO RECIFE

PEDRO MONIZ DE ARAGAO

### DE DÉU EM DÉU

Pouco tempo depois da instalação do Curso Jurídico no Mosteiro de S. Bento, levando em conta a natureza precária de seu alojamento, por Aviso de 26 de outubro de 1829, determinava o ministro do Império, José Clemente Pereira, fôsse o mesmo removido para o Convento do Carmo de Olinda, providência que não chegou a surtir efeito, apesar de ratificada por Aviso de 30 de janeiro da ano imediato, assinado por José Joaquim Carneiro de Campos, futuro Visconde e Marquês de Caravelas, substituto de José Clemente Pereira naquela pasta.

Atendendo às vantagens da referida mudança, por ela também propugnou, embora infrutiferamente, o Conselho do Governo da Província, conforme resolução tomada em sessão de 26 de março de 1831. Data desta época uma representação dirigida pela Câmara Municipal do Recife à Assembléia Geral Legislativa, reclamando a honra de hospedar o Curso Jurídico.

Enquanto se malogravam tôdas as tentativas de melhor acomodação, lá continuava a Academia em seu pouso inicial, a assenhorear-se dia a dia das dependências do velho recolhimento beneditino, como comprova o seguinte officio:

«Representando-me o Diretor do Curso Jurídico, que pelo acréscimo das aulas do quarto ano, não é possível chegar as duas salas atualmente ocupadas, vejo-me por isso na indispensável necessidade de recorrer segunda vêz a V. Rma, (1) para que, fazendo o sacrificio que interessa a Causa Pública, tão recomendada por Sua Majestade o Imperador, haja de ceder mais um lugar no Mosteiro, que possa servir à dita Aula, fazendo-se à custa

---

(1) D. José de S. Bento Damásio, Abade do Mosteiro de 1830 a 1831.

da Fazenda Pública os arranjos necessários. (...) Levarei à presença do mesmo Augusto Senhor qualquer sacrifício, que à custa do seu cômodo V. Rma. com os demais Seus Religiosos houver de fazer a tal respeito. Deus Guarde a V. Rma. — Palácio do Governo de Pernambuco, 11 de Dezembro de 1830 — *Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos.*»

Colimava idêntico objetivo um outro ofício que passaremos a reproduzir: «Representando-me o Diretor interino do Curso Jurídico a necessidade que tem o mesmo Curso das três celas que ficam entre as duas da Secretaria e a pequena sala do primeiro e quinto ano, a fim de ali mudarem os lentes de calçado, quando chegarem molhados, fazerem alguns apontamentos para as segundas lições e outras coisas; cumpre-me deprecar a V. S. (2) haja de ceder as ditas três salas, o que espera êste Govêrno do patriotismo de V. S. Deus Guarde V. S. — Palácio do Govêrno de Pernambuco, 13 de Julho de 1932. — *Francisco de Carvalho Pais d'Andrade.*»

Em 1842, por intermédio da Assemblêia Provincial, voltava o Recife a insistir na prerrogativa de alojar a Academia.

Ainda naquele ano, endossando o parecer de seus colegas de Congregação, manifestado desde 1831, favoravelmente à remoção do Curso Jurídico para o Recife, e antes que tivesse mudado de opinião, como aconteceu posteriormente, declarava em documento oficial o diretor, cônego Miguel do Sacramento Lopes Gama: (3)

«Olinda, pela sua mesma proximidade da capital, é faminta e falta de recursos. Como terra pequena, estudantes e lentes estão sempre em contacto. Fora disso, não havendo espectadores, se não os mesmos estudantes, entibia-se a emulação e acanham-se os talentos.

O mesmo lente, certo de que só é ouvido por seus alunos, pouco ou nada se esmera em suas lições, limitando-se, muitas vezes, à aridez das postilas.» (4)

Mais uma década em instalações precaríssimas, em nada condiscentes com os seus foros, já então conquistados, de grande centro cultural, teria o Curso Jurídico de asilar-se no Mosteiro de S. Bento.

Solapado pela ação do tempo e da falta de conservação, o edifício em que se abrigava constituia um perigo permanente à integridade física dos que nêle se encontrassem.

---

(2) Ver nota n.º 1.

(3) Os diretores, lentes e estudantes mencionados singelamente, sem qualquer nota remissiva, merecerão capítulos especiais.

(4) Clóvis Bevilacqua, *História da Faculdade de Direito do Recife*, vol. I, :pág. 81.



Dia houve, durante as aulas, em que os alunos, tomados de pavor, tiveram de abandoná-lo precipitadamente, arrombando as janelas.

Mesmo que o pânico houvesse sido provocado por uma pilhêria de mau gosto de algum estudante, como admite Clóvis Bevilacqua, (5) o episódio não deixa de ser sugestivo.

«É grande indecência e mesmo vergonha» — escrevia, em 1844, o bispo D. Tomás de Noronha, diretor interino do Curso Jurídico — «que um estabelecimento literário nacional tenha estado, desde sua origem, acantado em tão triste e acanhada situação. (...) O edifício todo apresenta a fisionomia da velhice, e, com efeito, ameaça final destroços. Paredes desaprumadas e outras rachadas, o madeiramento pôdre e caindo em pedaços, e, finalmente, o salão sustentado por muitos espiques.» (6)

De nada valiam, entretanto, reclamações ou pedidos. O governo cruzava os braços, limitando-se, quando muito, a ordenar sumarríssimas obras, tais como reparos em paredes fendidas e assoalhos carcomidos.

Poriam têrmo à situação os veementes protestos, periodicamente renovados, dos frades beneditinos, desalojados de seus cômodos, para os quais havia chegado ao auge a tolerância em que se vinham mantendo, das mais perniciosas à paz do claustro e à disciplina monástica, irremediavelmente tumultuadas pela irreverência dos rapazes.

Premido por êsse autêntico mandado de despejo, foi que o Governo, após indenizar à ordem dos prejuízos ocasionados pelos estudantes, se viu na contingência de procurar outro pouso para o Curso Jurídico, escolhendo para tanto o antigo Palácio dos Governadores e Capitães-Generais, situado no alto da Ladeira do Varadouro, transferência que se realizou por etapas, em 1852, depois de concluídos os consertos de que carecia o casarão, desde muito desocupado.

A instalação em sede própria, adrede preparada, em vêz de aplausos só mereceu censuras dos professores e alunos residentes no Recife, uns seduzidos pelas distrações da capital, outros prejudicados em seus interesses de advogados, com as horas que perdiam em viagens de ida e volta à vizinha cidade. (7)

---

(5) Ob. cit., vol. I, pág. 102.

(6) A propósito da informação do Bispo D. Tomaz de Noronha observa Clóvis que «a informação do Diretor não se harmoniza com o que se lê no texto». (Ob. cit., vol. I, págs. 32-33), nota 36).

(7) Ao discutir-se no Senado, em 1938, a resolução legislativa que aumentava de oitocentos mil réis os vencimentos dos lentes dos Cursos Jurídicos, o senador por Pernambuco José Inácio Borges fez acerba crítica

Vinha de longe, como já vimos, a controvérsia em torno da conveniência da mudança do Curso Jurídico de Olinda.

Debatiam-na, acaloradamente, os adeptos e opositores da idéia, tendo-se prolongado até a Côrte o eco das discussões.

Encarecendo as vantagens da permanência na formosa Marim, dizia na Câmara o padre Venancio Henrique de Rezende, deputado por Pernambuco, na sessão de 26 de agosto de 1852:

«Há muito que tem havido uma espécie de zumzum sobre a necessidade da supressão da academia, e realmente a transferência para o Recife é um passo para este resultado, porque não vejo qual seja o melhoramento que se pode esperar da sua mudança de Olinda para o Recife. (Apoiados).

A mudança da academia não melhora cousa alguma, não melhorará a moralidade dos estudantes, em minha opinião aumentará a vadiação, porque hoje alguns estudantes entretidos no jôgo no Recife, chegando a noite dizem — vou para Olinda estudar a lição de amanhã, mas quando a academia estiver no Recife, elles perderão as poucas horas da noite, deixarão de estudar para o fazer de madrugada.»

Joaquim Vilela de Castro Tavares, lente do Curso Jurídico, seu companheiro de bancada, externou na mesma sessão ponto de vista bem diverso:

«(...) elas (*as distrações*) se dão estando a academia em Olinda com mais detrimento dos estudos; e isto é o que hão de dizer todos que souberem como se passam as cousas. O estudante muitas vezes falta a aula dois dias por ter ido ao Recife e não chegar a tempo, ou mesmo não poder vir de lá.

(...) é erro, erro muito grande, supor que os estudos se farão de maneira pior na cidade do Recife, do que hoje se fazem em Olinda, pelo contrário, quem tem conhecimento verdadeiro da academia de Olinda conhece que se há ali abusos, elles são devidos em grande parte a estar a academia na cidade de Olinda.

Não sei mesmo como se julga aquella cidade própria para uma academia. Olinda, é mister confessar, é quase uma solidão, é lugar onde faltam todos os estímulos de emulação, lugar onde os lentes explicam apenas para os estudantes e para as paredes, lugar onde se fazem os atos mais solenes da academia sem que

---

a certos professôres de Olinda, dizendo que aquêlê aumento não interessava a quem fazia na advocacia quatro contos de réis annuaes, e que por isso não deixaria de residir no Recife, onde advogava, para fixar-se em Olinda, a fim de cumprir rigorosamente os seus deveres de lentes. (*Diário de Pernambuco*, de 19-6-1838).

alguém concorra a êles, onde por assim dizer só se encontram lentes e estudantes, onde os lentes que lá moram hão de ser limitados a comunicar com os mesmos estudantes.»

Depois de interrompido por Morais Sarmento, (8) que lhe lembrou, em aparte, que uma viagem ao Recife era «mais fácil do que ir a Botafogo ou a Niterói», prosseguia Joaquim Vilela:

«E (...) é preciso observar que obrigar os lentes da academia a morar em Olinda seria uma perfeita iniquidade.

Não têm os nobres deputados conhecimento do que é Olinda? Não sabem que essa cidade é um lugar onde o passadio é mau e caríssimo? Onde se dá graças a Deus quando se acham gêneros de primeira necessidade de sofrível qualidade, ainda mesmo por alto preço?

Ignoram os nobres deputados que em Olinda não há uma botica, (9) e quando se enferma é preciso mandar vir um médico do Recife, e que êste médico exige 10° por visita?»

Mais adiante, após acentuar que o Curso Jurídico estava de fato no Recife e somente em Olinda por uma ficção, em virtude de ser muito pequeno o número de lentes e discípulos que ali residiam e de também advertir que da excessiva convivência entre ambos resultava o relaxamento da disciplina escolar, declarava o orador:

«Olinda era uma cidade decadente, cujas casas se alugavam por preço baratíssimo, e o estabelecimento da academia até fez elevar o aluguel das casas, e em consequência disto muita gente pobre que lá morava por causa da barateza do aluguel das casas teve de mudar-se. (...) Há sobrados de um andar em Olinda

---

(8) Casimiro José de Morais Sarmento, deputado pelo Piauí onde nasceu na cidade de Oeiras, em 1813. Diplomado pelo Curso Jurídico de Olinda em 1831, foi o primeiro piauiense a nêle se doutorar em 1840. Secretário do governo provincial do Maranhão na administração de Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, foi Presidente do Rio Grande do Norte em 1845 e do Ceará em 1847. Lente catedrático de Direito das Gentes, da Escola Militar e de Aplicação do Exército, advogado de grande clientela na capital do Império, também mourejou na imprensa como redator do *Correio Mercantil*. «Publicou, em Pernambuco, a tradução dos *Elementos de direito público de Macarrel* (1842) e a do livro *Da Solidão*, por G. Zimmerman (1842); e, no Ceará, um *Compêndio de história sagrada* (1847)». (Clóvis Bevilacqua, ob. cit., vol. I, pág. 61, nota 80). Falecido em Angra dos Reis a 1 de fevereiro de 1860.

(9) Contesta afirmativa de Jerônimo Vilela uma notícia publicada no *Diário de Pernambuco*, a começar de 1831 e até atingir à época a que se reporta o mesmo, na qual se faz menção à «Botica da Rua do Amparo», em Olinda.

que se arrendam por 30\$ mensais. (...) no Recife um aluguel dêsses não é barato.» (9-A)

Motivava o alto custo da locação dos imóveis, conforme aparte esclarecedor do deputado Augusto de Oliveira, representante de Pernambuco, a circunstância dos estudantes só os tomarem por prazos exíguos, de três a quatro meses.

Ao concluir seu discurso, fazia-o Joaquim Vilela nestes termos: «(...) a idéia de transferir o Curso Jurídico de Olinda para o Recife, não é idéia que apareceu agora, inventada pelos lentes, pelo contrário, foram pessoas que não podiam ter nisto senão interêsse público as primeiras a pugnam por essa mudança e reclamá-la do corpo legislativo.»

A violência da linguagem de Joaquim Vilela, cujo ardor o arrastou a juízos dos mais injustos em relação à vila de Duarte Coelho, com os quais faziam côro os professôres domiciliados no Recife, deixava prever claramente que seria muito breve a permanência do Curso Jurídico no ex-Palácio dos Governadores, pomposamente cognominado de *Academia*.

Dois anos depois, por Aviso de 10 de agôsto, era êle removido para o Recife. (9-B)

Prevalecia, afinal, a opinião da maioria e sobretudo a opposição do todo poderoso chefe conservador, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti, visconde de Camaragibe, que havia condicionado a aceitação do cargo de diretor da Faculdade de Direito à sua transferência para o Recife. (9-C)

O predomínio de Olinda, não obstante todos os seus protestos, tinha chegado ao têrmo. Iria assim cometer-se um grave êrro na história do ensino no Brasil — a destruição, em pleno desenvolvimento, de uma nova Coimbra, rejuvenescida e progressista.

---

(9A) É de estarrecer que a valorização da propriedade imobiliária servisse de argumento contra a permanência do Curso Jurídico em Olinda.

(9B) Contrariamente ao que é geralmente supôsto, a transferência para o Recife não resultou de nenhum dispositivo do decreto n.º 1.386, de 28 de abril de 1854, que deu novos Estatutos aos Cursos Jurídicos, inteiramente omisso nesse particular, como se poderá constatar pela reprodução de seu artigo 1.º: «Os atuais Cursos Jurídicos serão constituídos em Faculdades de Direito, designando-se cada uma pelo nome da Cidade, em que tem, ou possa ter assento».

(9C) Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, vol. I. págy. 270.



Em fins de outubro de 1854, num casarão do Largo do Hospício, de propriedade de Jeronimo Martiniano Figueira de Melo, (10) instalava-se a Faculdade no Recife. (11)

Para festejarem a alegria de se verem hóspedes da capital pernambucana, que não lhes regateou manifestações de simpatia e de aprêço, promoveram os estudantes um grande baile na noite de 31 daquele mês, no salão do Arsenal de Marinha, festa que a todos encantou pelo esplendor e pela elegância, e que foi, no gênero, um dos maiores acontecimentos recifenses do século XIX.

Dando início às atividades escolares, em novembro, já ali se efetuavam os exames.

Muito embora o abandono dos ermos de Olinda representasse a concretização de um ideal, o novo pouso da Faculdade estava longe de propiciar as vantagens auguradas.

Afirmou-o, categoricamente, em palavras repassadas de revolta e decepção, o lente Joaquim Vilela, o mais denodado paladino da idéia da transferência para o Recife, na *Memória Histórica* relativa ao ano de 1856:

«A Faculdade, dizia êle então, abriu-se no Recife; mas tão má escolhida foi a localidade em que a puseram, que tôda essa emulação, com que se contava logo que estivesse no centro de uma cidade populosa, instruída e animada, onde pudesse ser continuamente visitada por nacionais e estrangeiros, desvaneceram-se como um sonho.

A Faculdade não está verdadeiramente colocada na cidade do Recife; mas em uma estrada; e a ela se não pode ir comodamente a pé; porque além da longitude, que se tem de vencer, não há quem ignore que no inverno fica tão alagado o caminho, que é mister às vezes andar por dentro d'água, e no verão não há o menor abrigo contra os ardores do sol, enquanto não descai êle para o Ocidente.

---

(10) Nascido na cidade de Sobral, no Ceará, a 19 de maio de 1809, bacharelou-se no Curso Jurídico de Olinda, em 1832. Ingressando na magistratura, foi Juiz de Direito, Juiz dos Feitos da Fazenda, Desembargador e Ministro do Superior Tribunal de Justiça, pôsto em que se aposentou. Secretário do governo de Pernambuco onde foi Chefe de Polícia, em 1848, cargo que igualmente ocupou na capital do Império. Presidente do Maranhão, em 1843, e do Rio Grande do Sul, em 1871; deputado geral pelo Ceará nas legislaturas de 1834-1837, 1861-1864 e de 1869 a 1870, ano em que foi nomeado senador pelo Ceará por Carta Imperial de 24 de abril. Também foi deputado geral por Pernambuco na legislatura de 1850-1852. É de sua autoria o renomado livro *Crônica da Rebelião Praieira*. Falecido no Rio de Janeiro a 20 de agosto de 1879.

(11) Em prédio contíguo, que com êle «rivalizava em vetustez», foram instaladas a Biblioteca e o Curso Anexo.

A mudança da Faculdade encurtou pois o trajeto aos lentes e estudantes, que moravam no Recife; mas agravando a sorte dos estudantes pobres, que não podem pagar um meio qualquer de condução, não produziu os efeitos morais, que se esperavam, e que eram os verdadeiros benefícios, que devia trazer. A experiência nos há mostrado que a Faculdade desterrada neste retiro, é, senão menos, tão pouco freqüentada, como em Olinda.»

Animados, sem dúvida, por êsse protesto, a êle se seguiram o de outros professores, reclamando a construção de uma sede própria, em ponto acessível, com todos os requisitos inerentes a um estabelecimento de ensino superior, a exemplo do que se observava nos países mais cultos e progressistas.

É de justiça registrar que a êsses desejos não deixava de corresponder a boa vontade do govêrno e dos legisladores.

Várias leis orçamentárias, a começar de 1857, estipulavam em rubricas especiais os fundos indispensáveis à construção de um prédio condigno para a Faculdade. Muitos projetos chegaram a ser apresentados, cabendo a prioridade dêstes ao formulado em 1858 pelo engenheiro Manoel Alves Ferreira. (12)

Nessa ocasião, chegou-se até a demarcar a área necessária, um terreno de grandes dimensões, no bairro da Boa Vista, entre às ruas do Hospício, Formosa e Saudade.

Inexplicavelmente, porém, como se força oculta tivesse a capacidade de neutralizá-los, os melhores propósitos, por mais promissores e fundamentados, se esboroavam como que por encanto.

Persistia no Recife o triste fadário que perseguia a Academia desde Olinda.

Na irreverência peculiar à mocidade, os estudantes não poupavam diatribes àquela espécie de Sé de Braga em que se confinava a Faculdade. Daí se originou o apelido jocoso e altamente expressivo de *Pardieiro*, que se lhe grudou definitivamente.

Verdadeira tapera, milagrosamente equilibrada em seus ali-cerces, tudo fazia prever que lhe faltaria estabilidade para resistir a qualquer embate mais forte, como realmente aconteceu numa noite de grande hibernia de 1867, quando ruuiu parcialmente o edificio, açoitado pelo vento, episódio lamentável, mas que a verve

---

(12) Profissional de grande competência, construtor do Ginásio Pernambucano, Casa de Detenção, Câmara dos Deputados e de outras obras importantes da velha provincia.

do acadêmico Aristides Milton (13) soube transformar em nota cômica, glosando-o chistosamente em *A queda do Pardieiro* :

Era por noite chuvosa  
De medonha escuridão,  
Em que a música dos ares  
Era a voz do furacão.

.....

Já dormia agasalhado  
Todo o povo da cidade;  
Quando de chofre, estampido  
Medonho, enorme, se ouviu,  
E dos lados do Hospício  
Dizem todos que partiu...  
Foi nessa hora maldita  
Que o pardieiro caiu.

.....

Ao ver-se tanta desgraça,  
Nenhum dos lábios sorriu!  
Foi muito sério o negócio...  
Que o *pardieiro* caiu...  
Caiu! Mas em honra sua

Calado não sucumbiu...  
«Morro, disse, de velhice  
Mas de *moléstias* também  
Ingratos p'ra minha cura  
Não destes, sequer *vintem*!...

A muitos de vós abrigo  
Dei na minha mocidade.  
Eu não neguei-vos serviços  
Até na senilidade...

---

(13) Aristides Augusto Milton nasceu em Cachoeira, na Bahia, a 29 de maio de 1848, estudou humanidade no Ginásio Baiano, sob a direção de Augusto César Borges, o famoso barão de Macaubas, e bacharelou-se na Faculdade de Direito do Recife, em 1869. Magistrado na Bahia e no Piauí, foi Chefe de Polícia em Sergipe e Presidente de Alagoas, em 1888. Deputado provincial em várias legislaturas e deputado geral na de 1886-1889. Jornalista militante, colaborou no *Correio da Bahia* e foi fundador do *Jornal de Cachoeira*. Deputado à primeira Constituinte Republicana, teve o mandato renovado na segunda, terceira, quarta e quinta legislaturas. Presidente da Comissão Especial encarregada de elaborar o Código Civil e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicou: *A Constituição do Brasil, Efemérides Cachoeirenses, A Campanha de Canudos e A Federação no Brasil*. Falecido a 27 de janeiro de 1904, no Rio de Janeiro.

O *pardieiro* em soluços  
O seu lamento findou  
E depois à ventania  
O peito aberto entregou... (14)

Para completar a obra do vento, a ela se iria juntar a do fogo, em incêndio de causas ignoradas, irrompido a 10 de setembro de 1868 que pôs por terra uma terça parte do prédio, felizmente sem que houvesse vítimas a lamentar, como também não as houvera anteriormente.

Ainda desta vez, caberia ao mesmo Aristides Milton a tarefa de comentar a ocorrência em versos de fino sabor humorístico, intitulados *A morte do Pardieiro*:

Eu que cantei, há um ano  
A queda do *pardieiro*,  
Vou chorar-lhe a triste morte  
À face do mundo inteiro.

Bem triste, porque se a *queda*  
Deu-se à mingua de dinheiro,  
Foi sômente... à falta dagua  
Que queimou-se o *pardieiro*.

Eu dormia a largo sono  
Sonhando na *formatura*...  
Via bem perto o *diploma*  
Mais além... minha *futura*.

O primeiro tinha um cheiro,  
Cheiro mesmo de encantar;  
A segunda era um espectro  
Que eu tive medo de olhar.

Mas, enfim, vamos ao caso.  
Eu estava era a sonhar,  
Quando com mil badaladas  
Me vieram despertar.

Supus ser, logo a princípio,  
Sinal de revolução,  
Por causa de alguma coisa...  
*Verbi gratia*, da eleição.

---

(14) Cit. por Pereira da Costa, *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*, 1922.



Foi quando a voz estridente  
Dum mui gordo companheiro  
Se fêz ouvir nestes têrmos :  
«La se vai o *pardieiro*.»

Ah que choque! Nem o *ato* (15)  
Me fazia tal sofrer;  
Foi com algum susto, confesso,  
Que, afinal, eu me pude erguer.

Não era medo! Qual medo...  
Era apenas o *nervoso*,  
Que até na batalha ataca  
Muito soldado *brioso*.

Vesti-me, saí às pressas,  
Levei imensas *topadas*;  
Ia tonto, atordoado,  
Ouvia só badaladas.

Não vi ninguém no caminho;  
De mais nada quis saber.  
Enfim, cheguei... Muita gente,  
E o *pardieiro* a se arder

Levanto as vistas. Os bancos  
Vêm das janelas ao chão...  
Ao menos não mais aqueles  
Nossos algozes serão.

Encontro um colega: «Sabes  
Não temos aula êstes dias.»  
Eu logo, sério, estimei,  
Por causa das *decanias*.

Outro: «E as cadernetas  
Já se teriam queimado?»  
Qual! O bedel salvou-as...  
Ó que caso desgraçado!

Fecha-se o curso por fôrça,  
Nem há o que duvidar!  
Para onde vamos agora?  
O melhor é encerrar.

---

(15) Assim eram denominados exames na gíria escolar da época.

Para o Ginásio? É pequeno.  
Para Olinda? Lá não vou.  
Não deixa agora o Recife  
Quem seu ano já *provou*.

Dar-se aula quinta-feira!  
Foi castigo, sim senhor.  
Atesto em fé de estudante,  
Juro se preciso fôr.

Assim muito conversaram.  
E eu que ali me achava  
Contemplando o *pardieiro*  
Que rangendo desabava...

E o incêndio expedia  
As chamas em borbotão  
E os sons dos bronzes cobriam  
As vozes da multidão.

Estava doida a *sineta*  
Mas sem ninguém lhe valer!  
Bem feito... Sofre... Que muito  
Tu nos fizeste sofrer!

Havia um banco, entre todos,  
Aonde só se sentava  
Uma *pleiade* distinta:  
A gente que *não faltava*.

Banco celebre! Das chamas  
Foi tão feliz que escapou...  
Salvou destarte a honra  
Da gente que o ocupou.

A custo de muito esforço  
Pôde-se o fogo apagar,  
Mas à noite só se ouvia  
Do triste caso falar.

E dizem que o *pardieiro*  
Fêz o seu «nuncupativo»  
E deixou a outro prédio  
Todo o seu povo *cativo*.

Houve gente tão assidua  
Que apesar do que se deu  
Noutro dia muito cedo  
Nas aulas compareceu.

Viram sòmente ruínas,  
Cadeiras, livros no chão  
As cinzas tomando o *ponto*  
O vento dando a *lição*.

Quem passar pelo Hospício  
E aquêle esqueleto vir  
Olhe-o com todo o respeito  
E diga sério, sem rir:

Foi um herói! A mil pragas,  
A mil tufões resistiu...  
Só depois de grande luta  
Foi que o triste sucumbiu.

Ontem belo Capitólio  
Aonde a glória luziu,  
Hoje o campo *abandonado*  
Aonde *Troia existiu*. (16)

Diante de dois golpes tão próximos um do outro, sem que tivesse sido submetida a reparos substanciais, tornava-se patente que a lúgubre mansão só se mantinha de pé graças à intervenção da Providência Divina.

Era tão impressionante o seu estado de ruína em 1879, que se chegou a cogitar do retôrno à Olinda, medida contra a qual se insurgiu a Congregação, mas que mereceu parecer favorável de Paula Batista, no momento à testa da diretoria, após inspeção que realizou no antigo Palácio dos Governadores.

Vale a pena reproduzir o que a propósito do prédio do Largo do Hospício, testificou José Liberato Barroso, presidente de Pernambuco, em officio encaminhado a Rodolfo Dantas, ministro do Império, em 5 de abril de 1882.

«Tendo ido por duas vêzes à Faculdade de Direito assistir aos atos de um concurso, tive ocasião de examinar o estado do edificio da Faculdade; e julgo do meu dever levar a conhecimento de V. Exa. o resultado da minha observação.

---

(16) *Diário de Pernambuco*, de 14-12-1868.

Era deplorável o estado do edificio da Faculdade em 1863, quando tive a honra de exercer o cargo de lente; mas hoje é muitas vezes pior. O que vi, não se pode transcrever, é uma completa ignominia. Consta-me, que S. M. I. ao passar por esta cidade, e visitando esta Academia, recomendara que não a mostrassem a nem um estrangeiro; hoje ela não pode ser mostrada nem aos nacionais. É uma casa velha, suja, imunda, e arruinada.»

E acrescentava:

«A Faculdade não pode mais, por muito tempo, continuar no mesmo edificio, e urge tomar já uma providência. Entendendo-me com o Visconde do Livramento, (17) me disse êle, que está pronto a construir um edificio segundo o plano que lhe fôr indicado, recebendo anualmente uma quantia para pagamento dos juros e amortização do capital, por um certo número de anos, findos os quais ficará o edificio pertencendo ao Estado.

Parece-me que, despendendo-se anualmente de vinte e cinco a trinta contos de réis, se poderá obter brevemente um edificio apropriado e decente, e no fim de poucos anos a propriedade do mesmo edificio.» (18)

Desdenhando esta e outras sugestões de caráter definitivo, preferia o Governo as soluções protelatórias, como foi a mudança, em julho daquele ano, depois de inúmeras buscas, para o velho Convento dos Jesuitas, junto à Igreja do Espírito Santo, no Pátio do Colégio, posteriormente denominado Praça Pedro II e Praça Dezessete, onde se acantonou a Faculdade na «fachada principal e numa parte lateral, de leste, então, desocupada com a saída das repartições públicas ali desde muito estabelecidas.» (19)

Se essa nova instalação provisória teve o efeito de ducha de água fria no ânimo dos que esperavam uma providência radical, a ascensão do gabinete de 10 de março de 1888, chefiado por João Alfredo, iria retemperar-lhe as energias, conhecidas que eram as suas idéias a respeito.

Não desmentindo as esperanças nêle depositadas, consubstanciou-as aquêle político pernambucano no Aviso de 6 de novembro do mesmo ano, expedido por Costa Pereira Jr., seu colega da pasta do Império, no qual se consignava a importância de 77:000\$ para desapropriação do terreno, no Largo do Hospício, e execução do respectivo projeto de autoria do engenheiro Luís Picex.

A 18 de agosto de 1889, na vigência do ministério Ouro Preto, com tôdas as solenidades do estilo, teve lugar o lançamento

---

(17) José Antônio de Araújo, grande capitalista, barão e depois visconde do Livramento.

(18) Clóvis Bevilacqua, ob. cit., vol. I, págs. 241-2.

(19) *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*, n.º cit.



da pedra fundamental, perante as mais altas autoridades civis, militares e eclesiásticas da provincia, além de grande massa popular, havendo ainda para abrilhantar a cerimônia a presença do Conde d'Eu, de passagem por Pernambuco.

Iniciadas as obras, foram estas pouco depois suspensas, para só serem concluídas em 1911. Entregue à diretoria da escola no dia 11 de novembro, o edificio só foi efetivamente inaugurado no ano seguinte.

Depois de uma longa espera de quase um século, chegara a vez da Faculdade alojar-se em uma sede condigna, o magnífico prédio da Praça Adolfo Cirne (20), amplo, imponente, majestoso, construído por uma ironia do destino em frente ao local em que outrora se equilibrara o infecto *Pardieiro*.

---

(20) Antigo Largo do Hospício.

## CENTENÁRIO DE RODOLFO NOGUEIRA DA ROCHA MIRANDA

(8-11-1860 — 13-11-1941)

*(Dados coligidos por Nair da Rocha Miranda)*

Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, Republicano Histórico, nasceu a 8 de novembro de 1860, em uma fazenda dos seus pais, na divisa dos Municípios de Bananal e Resende. Era filho de Luiz da Rocha Miranda Sobrinho, Barão de Bananal, e de sua esposa, D. Amélia Brasília Nogueira da Rocha Miranda. Foram seus avós, do lado paterno, o Comendador Antônio da Rocha Miranda e Silva, abastado fazendeiro e benfeitor de Resende, e do lado materno, o Comendador Antônio José Nogueira, fazendeiro de café em Bananal, possuidor de uma das maiores fortunas do Brasil em sua época. Sua bisavó paterna, D. Matildes de Castro Pompéia, era sobrinha do poeta Alvarenga Peixoto, Inconfidente Mineiro, companheiro de Tiradentes.

Aos 18 anos, Rodolfo Miranda iniciava as suas atividades agrícolas, administrando a fazenda paterna, por impedimento do seu pai, acometido de grave enfermidade. Casou-se aos 21 anos com sua prima em 2º grau, Aretuza Pompéia da Rocha Miranda, tendo dêsse consórcio dois filhos: Luiz e Odete, esta última falecida em tenra idade.

O feliz casal chegou a completar as suas bôdas de brilhantes.

Em 1875, regressava a Resende — sua terra natal — o cientista Luiz Pereira Barreto, após feliz excursão pelas terras ainda virgens da zona de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. O entusiasmo de Pereira Barreto fez com que poderosa corrente imigratória, partindo de Resende e do chamado «Norte de São Paulo», procurasse essa nova região para o cultivo do café. Rodolfo Miranda foi um dos pioneiros a fixar-se naquela zona, fundando em São Simão a «Fazenda Aretuzina». Ao mesmo tempo, fiel aos seus ideais patrióticos, desenvolvia ardorosa propaganda republicana. Sob a sua chefia, o Partido Republicano de São Simão,

já em 1887, lograva apoderar-se do poder, derrotando o partido monarquista. Votava a Câmara, em 1888, uma moção revolucionária, pedindo a mudança da forma de governo, o que custou a suspensão e processo dos seus vereadores. Em princípio de 1889, tendo o Conde d'Eu empreendido uma viagem de propaganda monarquista pelo Estado de São Paulo, recebeu, nesse pequeno mas desassombrado núcleo republicano, uma manifestação de desgosto que repercutiu eficazmente em todo o país.

Após a proclamação da República, Rodolfo Miranda foi eleito deputado à Assembléia Constituinte, sendo o mais moço dos representantes paulistas. Apoiado por seus companheiros de bancada, apresentou o projeto de interiorização da Capital da República, ideal defendido por José Bonifácio, vulto patricio por quem êle tinha grande veneração. Continuou como Deputado Federal por São Paulo em várias legislaturas, alternando suas atividades políticas com outras de caráter particular. Foi diretor da «Dumont Coffee Company»; fêz parte da comissão que levantou o crédito abalado do Banco Nacional Brasileiro, sendo que sua atividade nesse setor impediu que os acionistas perdessem os seus haveres nessa aguda crise; foi Presidente do Banco Comercial Paulista. Já neste século, loteou e vendeu na Capital paulista grandes áreas de terreno que lhe pertenciam, como a Vila Buarque e, mais tarde, a Vila Pompéia. Fundou grande fábrica de tecidos em Piracicaba a «Fábrica Aretuzina» — e várias fazendas de café, em Cerqueira César, Avaré, Marília e Pompéia.

Por volta de 1910, quando o Presidente Nilo Peçanha pôs em execução o decreto que criava o Ministério da Agricultura, convidou Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda para organizá-lo. O esclarecido ministro pediu ao próprio deputado que defendera o projeto de organização do novo ministério, que o auxiliasse na elaboração do plano para funcionamento do mesmo. Rodolfo Miranda também examinou a organização de departamentos congêneres da Europa, Estados Unidos e República Argentina, para adaptação ao nosso país de tudo que existisse de melhor no gênero, elaborando um plano a ser executado paulatinamente, de acôrdo com as necessidades nacionais. Os serviços foram criados e entraram em funcionamento. Infelizmente, os seus sucessores nem sempre obedeceram ao plano traçado. A intensa propaganda do café no estrangeiro, a construção de frigoríficos, armazéns e silos previstos pela administração de Rodolfo Miranda, teriam poupado ao país graves crises econômicas no setor da exportação e do abastecimento.

Rodolfo Miranda, vivamente impressionado com o problema dos indígenas, que culminou com o trucidamento dos mesmos du-



*A partir da esquerda: Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, Rodolfo Miranda Neto, Luiz da Rocha Miranda (Barão do Bananal) e Luiz Rodolfo Miranda*

Rio de Janeiro, outubro 17 de 1910.





rante a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, idealizou e criou o «Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais».

Entregou êsse Serviço à hábil e devotada direção do então Coronel Rondon, o grande sertanista. Não poderia ter sido mais feliz a escolha, quanto à proteção dos índios. Mas, a «Localização dos Trabalhadores Nacionais» aguarda ainda o seu Rondon.

Rodolfo Miranda, em assuntos políticos, sofreu a grande influência de velhos amigos seus : Campos Sales e Pinheiro Machado. A êste último acompanhou durante a Campanha Civilista, fundando em São Paulo, o Partido Republicano Conservador, do qual foi presidente e no qual militou por sete anos em oposição ao Governo do Estado. Ingressou depois no Partido Republicano Paulista, a cuja Comissão Diretora pertenceu até a derrocada de 30. Ocupou até então, por várias legislaturas, uma cadeira de Senador no Senado de São Paulo, retirando-se a seguir das lides políticas.

Por volta de 1920, Rodolfo Miranda adquiriu, nas proximidades de Araçatuba, extensa gleba de sertão bruto, que hoje forma vários municípios. Coadjuvado por seu filho, enfrentando ambos as feras e as doenças, desbravaram e retalharam essa vasta extensão de terra, vendendo-a a pequenos proprietários. Rodolfo Miranda seguia o seu princípio, de que «a terra deve pertencer àquele que a cultiva». Na mesma época, defendia ardorosamente a emigração japonesa, atacada da tribuna do Senado Federal pelo eminente médico Dr. Miguel Couto.

O futuro deu razão a Rodolfo Miranda : quarenta anos se passaram, e os netos do emigrante defendido por êle, provam, à saciedade, que o elemento japonês, perfeitamente integrado em nosso meio, colabora eficazmente para o progresso do país.

Continuando as suas atividades desbravadoras, Rodolfo Miranda fundou Alto Cafezal, parte integrante de Marília, e a cidade de Pompéia. Mirandópolis, o progressista município, é assim chamado em sua homenagem.

Entre outras atividades de caráter público, Rodolfo Miranda exerceu, pelo espaço consecutivo de 18 anos, as funções de Presidente da Caixa Econômica Federal de São Paulo, sem qualquer remuneração.

Foi também Presidente do Banco Noroeste de São Paulo.

Marcava a personalidade de Rodolfo Miranda sua simpatia irradiante, aliada à sua afabilidade espontânea. Sua voz forte se fazia ouvir em alegres saudações e o acolhimento que dispensava

a todos que o procuravam evidenciava a generosidade do seu nobre coração, impregnado de simpatia humana.

Dêle recebiam carinhos o pobre e o rico, a criança e o ancião. Sua liberalidade não tinha medidas, e a todos socorria com presteza, simpatia e naturalidade. Levou sempre vida de «grand seigneur». Vestia-se com apuro. Sua casa da Rua General Jardim, 87, era um exemplo de luxo discreto e bom gosto ordenado. Viajava, com freqüência, para a Europa, cujos principais países percorria para recreio e ilustração. Era o legítimo representante de uma época medida e cortês, que já se findou.

## CONFERÊNCIAS

### JOSÉ DE MESQUITA

ENG. VIRGILIO CORRÊA FILHO

A leitura de «Notas Paulistas», na gazeta que Estevão de Mendonça e Amarílio de Almeida fundaram, a 3 de março de 1910, em moldes diferentes dos adotados pela imprensa cuiabana, surpreendeu-nos com acentuada vocação literária de jovem autor que desconhecíamos.

A sua adolescência desenvolvera-se depois que partimos para terras distantes, quando a comunicação entre Cuiabá e a Capital Federal arqueava-se por extensa via fluvial, através de Assunção, Buenos Aires e Montevideu, que se afigurava engravescer a ausência, tornando-a mais afastada. O estrepante, José de Mesquita, freqüentava, então, a Faculdade de Direito de São Paulo, à semelhança de outros conterrâneos, que a procuravam, desde o triênio imediato à sua inauguração, como A. Navarro de Abreu, João Gaudie Ley, José da Costa Leite Falcão, matriculados em 1831, conforme êle próprio assinalaria em *Os Primeiros Bacharéis Matogrossenses*.

Nascido em Cuiabá, a 10 de março de 1892, viu-se, aos cinco meses, órfão de pai, advogado homônimo, também dado às letras, que praticava no jornalismo e na tribuna de conferências. Kursou as humanidades no Liceu Salesiano de São Gonçalo, dirigido pelo Padre Helvecio Gomes de Oliveira, mais tarde arcebispo de Mariana, que se comprazia em estimular os seus alunos aos estudos, principalmente quando lhes percebesse inequívocos pendoros literários.

Bacharel em Ciências e Letras, ao findar 1907, alegrou-se em conhecer a Paulicéia, onde não lhe faltaram colegas de iguais anelos de arte, com quem se arrojava a aventuras intelectuais.

Diplomou-se com a turma de 1913, depois de ter colaborado no órgão do «Centro Acadêmico Onze de Agosto» e em vários semanários.

A pouco e pouco se afastou das crenças trazidas do lar, reconstituído pelo consórcio da viúva, Da. Maria de Cerqueira Caldas, com o Comendador Antonio Tomaz de Aquino Corrêa.



que também perdera a espôsa, Da. Maria d'Aleluia Gaudie Ley, de quem proveiu, com outros irmãos, D. Francisco de Aquino Corrêa, predestinado a luminosa trajetória, até dignificar o Arcebispado de sua terra natal. O afastamento que separou os dois mimosos da inteligência, facilitaria o passageiro antagonismo religioso, que ameaçou desuni-los definitivamente. Enquanto o acadêmico se aproximava de Renan e de outros guias dos livres-pensadores, o enteado de sua piedosa mãe permanecia em Roma, donde tornaria com o diploma de doutor em teologia e filosofia e ensinamentos que neutralizassem as dúvidas fraternas.

Embebido de leituras de quanto lhe chegasse ao alcance, valeu-se Mesquita da pena para fixar as suas impressões, acolhidas de bom grado por Estevão de Mendonça, consoante recordaria à beira do túmulo do amigo prestante, que também o fôra do seu genitor, ao proferir palavras de despedidas, em nome do Instituto Histórico e da Academia Matogrossense.

«Foi por suas mãos experientes e dedicadas que, estudante ainda, comecei a escrever no jornal *O Comércio* e que dei os meus primeiros passos na árdua profissão da advocacia.»

Coube, em verdade, a essa fôlha revelar aos conterrâneos o incipiente escritor, que nos apressamos em conhecer, assim que se nos deparasse oportunidade.

Nossos rumos divergiam, pela profissão diferente e centros de aprendizagem, que nos atraíram respectivamente para São Paulo e Rio de Janeiro.

Não obstante, houve ensejo de nos encontrarmos, logo após o seu regresso à Capital matogrossense, esperançoso e confiante no futuro.

Imediatamente, começou a amizade, que viçou pela vida afora, quando lhe acompanhamos, com incontidos aplausos, a carreira ascendente, desde professor na Escola Normal (1914), e procurador Geral do Estado de Mato Grosso (1915), a diretor da Secretaria do Governo (1916), a juiz de Direito da Comarca do Registro do Araguaia (1920) e, por fim, a desembargador do Tribunal de Apelação, cuja presidência exerceu por mais de um período.

As relações, que se enraizavam na mútua estima e acentuadas afinidades morais, intensificaram-se ainda mais, durante o decênio, que o destino nos reteve em Cuiabá, a partir de 1916.

Com a alegria de viver, irradiava simpatia e entusiasmo, de sorte que não lhe foi difícil promover a convocação de parceiros compreensivos para memoráveis campanhas ideológicas.

O bicentenário da fundação de Cuiabá, que se avizinhava, ao despertar animação geral, estimulada pela euforia econômica, embora passageira, não deixaria de inspirar-lhe a atuação pa-

triótica, mediante fecundas iniciativas, que tiveram o seu eficaz apoio e cooperação. Aliás, a cidade, plantada pelos bandeirantes no recesso dos sertões, vibrou de júbilo coletivo naquela quadra memorável, marcada pela fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso, ao raiar o mês de janeiro, embora adiasse a inauguração solene para data oportuna.

Nesse dia, a capital matogrossense despertou pelas quatro horas da madrugada, ao estrugir de foguetes e salvas, e ao som marcial de fanfarras e clarins, que percorreram as principais ruas, até a Praça da República, onde se erguia vistoso altar com a histórica e sagrada imagem do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, no átrio da catedral metropolitana.

Realçando a decoração festiva em tórno, grandioso arco, encimado pela bandeira do Estado, ostentava a inscrição: «*Salve 8 de abril de 1719 — 8 de abril de 1919.*»

À hora aprazada, o venerando arcebispo Dom Carlos Luís d'Amour começou a missa campal, na presença do Presidente do Estado e seus secretários, magistrados, congressistas, autoridades graduadas e numerosa assistência.

Terminada a cerimônia religiosa, ouviu-se o hino a Mato Grosso, letra de D. Aquino, cantado por alunas da Escola Modêlo, e sem demora, a oração do deputado e Major Joaquim Gaudie de Aquino Corrêa, que discorreu com eloquência acerca dos acontecimentos regionais.

Mais de duas mil crianças de várias escolas desfilaram, em seguida, diante do Palácio do Governo, onde já se achava o Presidente D. Aquino Corrêa, que, à noite, compareceu ao Palácio da Instrução, acompanhado de individualidades de escol, para inaugurar solenemente o Instituto Histórico, enquanto na praça próxima se exibiam, para o povo, filmes de assuntos matogrossenses cedidos pela Comissão de Linhas Telegráficas.

Proferiu, então, formosa alocução, em que indicou a expressiva divisa que a entidade nascente adotou, ufana: *Pro patria cognita atque immortal.*

Quando se resumissem as comemorações apenas aos atos festivos do dia 8 de abril, já estaria bem assinalada a passagem do bicentenário, que, todavia, ainda continuou a inspirar várias festas populares, nos meses seguintes, em que se realizaram congadas, danças folclóricas inaugurações de obras públicas. Várias, porém, se adiaram até a semana de encerramento, honrada, a 30 de novembro, com a presença do Núncio Apostólico, D. Angelo Scapardini, que assim atendeu ao convite presidencial, acompanhado do Bispo de Corumbá, D. José Mauricio, de Cáceres, D. Luis Maria Gallibert e outras autoridades, que se harmonizaram com o ambiente social.

Durante a sua permanência em Cuiabá, onde recebeu carinhosa manifestação popular, franqueou-se ao tráfego urbano de automóveis a Avenida Presidente D. Aquino, assim designada, em placa, na ocasião.

A inauguração de melhoramentos na Santa Casa de Misericórdia, da nova Igreja Matriz de S. Gonçalo, da Praça Luis de Albuquerque, de novas obras no Campo de Demonstração, constituíram outros tantos números do programa, que só terminou a 9 de dezembro, com o regresso dos visitantes de alta hierarquia.

Além de contribuir em mais de uma comissão, Mesquita pessoalmente levou aos presos, na tipografia de J. Pereira Leite, seu amigo, a coletânea «Poesias», com o subtítulo «Do Amor, Da Natureza, do Sonho, da Arte.»

Equivalia a sintética mensagem, mais expressiva ainda na declaração, datada de «Cuiabá MCMXIX», que a precedeu:

«A Mato Grosso, minha querida terra natal, na data festiva do seu Bicentenário, dedico as primícias de um espírito que se formou na visão do seu passado tradicional e no sonho do seu futuro luminoso.»

O amor à vida rompia-lhe das estrofes consagradoras do seu culto à mulher, raramente repassadas de desânimo:

«O poeta é como o alquimista  
da legenda medieval...  
E a tortura que o contrista  
é, no seu sonho de artista,  
nunca encontrar o ideal.»

Mais tarde, com análogas inspirações, publicaria *Terra do Berço* (1927), *Da Epopéia Matogrossense* (1930), *Os Poemas de Guaporé* (1949) além de poesias de encantador lirismo, em *Três Poemas da Saudade* (1943), *Escada de Jacó* (1945), *Roteiro da Felicidade* (1946).

Quando se organizou o Instituto Histórico de Mato Grosso, «uma das mais significativas comemorações do Bicentenário», no frasear expressivo de D. Aquino Corrêa, incluiu-se entre os seus membros mais diligentes desde as providências preparatórias.

A idéia empolhara na «Comissão Promotora da Comemoração do Bicentenário de Cuiabá», mas somente se tornou exequível depois que o delegado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Dr. Eurico de Góes, oferecendo a colaboração desta veneranda instituição, que representava, obteve o amparo decisivo do Presidente de Mato Grosso.

A proteção do insigne prelado, que na ocasião governava o Estado, garantir-lhe-ia o prestígio e prosperidade por longo período.

Certo, não lhe negaria Mesquita a sua cooperação eficaz, onde, quando, e como se tornasse necessária. Mas desejaria conferir às belas letras a primazia, acorde com as suas preferências estéticas.

Então, irmanado a João Barbosa de Faria e Lamartine Ferreira Mendes, promoveu a convocação de futuros confrades, que também reconhecessem a «imperiosa e inadiável necessidade de um centro intelectual que congregue e aproxime o escol do pensamento, a aristocracia das idéias, servindo, assim, permita-se-nos a expressão, de um cadinho que faça fundir num só ideal superior e coletivo, as múltiplas aspirações da classe pensante.»

Eram propósitos que expendera pela imprensa, desde 1916, lembrados em sessão de 22 de maio de 1921, quando ficou deliberada a sua fundação.

O Instituto não lhe bastava, por se destinar especialmente às pesquisas históricas.

Queria mais liberdade de ação, em que se expandisse a fantasia criadora.

De Ramalho Ortigão sentenciou Eça de Queiroz, ao exaltar-lhe a individualidade vigorosa, que não era apenas o autor das *Farpas*, cuja influência literária, artística e social, em Portugal, o tornou famoso, mas também o fenômeno inverso.

As *Farpas*, por sua vez, o modelaram de certo modo, ampliando-lhe as idéias e aformoseando-lhe a expressão, por maneira que o escritor se tornou mais compreensivo e capaz de expor claros pensamentos em linguagem elegantemente plástica.

Semelhantemente, poder-se-ia dizer que não foi José de Mesquita somente o principal criador do Centro, transfigurado, na década seguinte, a 7 de setembro de 1932, em Academia Matogrossense de Letras.

Identificou-se intimamente com a instituição, a exemplo de seu guia literário e modelo. Devotara-se Machado de Assis, na última fase da sua existência, com solicitude paterna, a fortalecer a nascente Academia Brasileira de Letras, ao imprimir-lhe o viço e a marca das organizações imorredouras.

Mais do que o Mestre, glorioso em sua velhice veneranda, Mesquita começara, em ambiente acanhado, por despertar as tendências agremiativas de possíveis consócios e estimulá-los à missão radiosa.

E dava o exemplo de irrestrita dedicação ao cenáculo de que era o obreiro infatigável.



Os companheiros, que o auxiliavam de boa mente, saberiam que, em caso de falharem, a tarefa respectiva não pereceria, sustentada pelo operoso Presidente, que a tudo atendia, discretamente, sem pretensões de empolgar o mando indesejável.

Organizador dos programas litero-musicais, em que se convertiam as sessões do sodalicio, instava pela colaboração feminina, que não lhe faltou, aumentando-lhe a influência na sociedade cuiabana. E a tudo cumpria-lhe atender, fôsse quanto à parte intelectual, fôsse em relação a providências de ordem material, antes da aquisição da sede própria, mercê da boa vontade do govêrno Estevão Corrêa, que, solicitado por individualidades de prol, desapropriou, a 14 de janeiro de 1926, a casa em que residiu e veio a falecer o Barão de Melgaço.

Todavia, não se ultimou na época a doação, de que, decorrido sombrio quadriênio, trataria o decreto de 23 de novembro de 1930, do Interventor Federal Coronel Antonio Mena Gonçalves, subscrito pelo Secretário Geral, então Virgílio Corrêa Filho : «Considerando que fôra a aquisição feita em atenção a um grande movimento popular, visando a fazer perdurar na referida casa o mesmo ambiente de intelectualidade que ali existira em vida do bravo almirante e maior conhecedor das cousas matogrossenses no seu tempo» e por outros motivos citados, rezava o art. I :

«A Casa Barão de Melgaço, sita à rua do mesmo nome e de propriedade do Estado, fica destinada, a partir desta data, a ser sede efetiva do Instituto Histórico de Mato Grosso e do Centro Matogrossense de Letras.»

As providências indispensáveis à transmissão de posse, que exigiram a escritura de 15 de abril, alongaram-se até 24 de junho de 1931, quando, em sessão solene, presidida por D. Aquino Corrêa, registou-se a inauguração da nova sede social. Mesquita exultou.

A sua animação prazenteira comunicava-se fàcilmente aos confrades, que lhe apreciavam e louvavam o idealismo, capaz de operar o milagre de superar os obstáculos opostos pelo meio às organizações análogas. Analisara-lhes as causas do malôgro, que oportunamente iria historiar e por isso redobrava de esforços para que não se repetisse o triste fadário em que pereceram as associações fundadas outrora.

Correspondia-se ativamente com os grêmios congêneres, de outras regiões, com os amigos dispersos pelo Estado, ou além, com todos quantos revelassem tendências semelhantes. Não admira que, assim orientado e conhecido, viesse atuar, em certo momento, na própria Capital Federal, de maneira surpreendente, ao salvar do soçôbro auspiciosa idéia, que apoiara, com fervor.

Em meio de promissoras expectativas, inaugurara-se, em verdade, a 3 de maio de 1936, o «Congresso das Associações Literárias», promovido pela Academia Carioca de Letras.

Delegado genuíno da Academia Matogrossense, que se distinguiu pelo avultado número de inscrições individuais no Estado, 22, apenas inferior às que se verificaram no Distrito Federal, coube-lhe a Vice-Presidência da Mesa Diretora, de que era Presidente o Professor Fernando de Magalhães, representante da Academia Brasileira. Apesar de chefiar a entidade, que tomara a iniciativa de congregar os escritores de todo o país, para acordarem providências de interesses da classe, Afonso Costa não conseguiu triunfasse a idéia fundamental do seu programa. Elaborara com carinho a tese de título expressivo : «Da Federação das Academias de Letras, e suas vantagens», cujas conclusões a comissão examinadora não endossou.

Ao negar-lhes o seu apoio, o Congresso perderia, com a impugnação do conceito principal, o próprio objetivo, que lhe inspirou a convocação. Esvasiava-se de conteúdo ideológico.

Foi nesse lance desconcertante que Afonso Costa, derrotado como autor da tese, cuja publicação, todavia, fôra autorizada, recorreu a Mesquita, com quem freqüentemente se carteava de longa data. Conhecia-lhe os pensamentos favoráveis à iniciativa e não titubeou em solicitar-lhe o eficiente concurso. «Veio, então a indicação que, a meu pedido, José de Mesquita, da Academia Matogrossense de Letras, apresentou e defendeu, sendo aprovada naquela sessão », como relembriaria, depois da vitória, o Presidente da Academia Carioca.

Subscrita, a 12 de maio, por nove representantes de academias estaduais, comungantes nas mesmas pretensões, cêleremente suplantou os preconceitos que impediram a aceitação da tese afonsina, de propósitos equivalentes.

«Fica instituída, desde já, assim prescrevia o artigo primeiro, a Federação das Academias de Letras do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, organizada conforme a regulamentação que se lhe venha dar.»

E assim foi que, mercê da intervenção oportuna de José de Mesquita, salvou-se do aniquilamento o plano em que Afonso Costa concentrara, sem êxito, as suas mais exaltadas convicções.

Atuou decidido e confiante, por bem compreender as vantagens de maior intercâmbio entre os intelectuais, que êle próprio desenvolvia em mais estreito âmbito. Fôssem afamados homens de letras, que aportassem a Cuiabá, ou estreantes, que manifestassem aptidões aproveitáveis, não tardava o acolhimento estimulador de Mesquita, que se tornou o protetor espontâneo dos jovens.

Para inequivocamente evidenciar o seu aprêço pelos que se esforçavam em comprovar os próprios méritos, criou na «Revista do Centro Matogrossense de Letras», cujo primeiro número veio a lume em janeiro de 1922, a «Página dos Novos», como igualmente as «Páginas Esquecidas», de homenagem a autores de antanho.

Destarte diligenciava aproximar as gerações passadas, a que os poetas serviam de intérpretes, das contemporâneas, e até das futuras, que surgiam com os seus inquietos partidários. Compreendia-lhes os anseios, a que propiciava ensejo de divulgação, por meio da «Revista», coordenadora das atividades culturais de Mato Grosso.

De sua parte, era o mais assíduo colaborador, cujo nome figurou no sumário do número inaugural com um soneto, o primeiro da série, que se definiria mais acentuadamente no terceiro, de junho de 23, em que proclamou a sua profissão de fé literária.

«O meu máximo ideal artístico é a Beleza,  
mas a Beleza extrema e perfeita e acabada,  
o labor de arte que completa a natureza,  
e torna numa estátua a pedra trabalhada.»

O culto absorvente em que se afervorava não somente lhe inspirou versos de sabor parnasiano, a que sucedeu, mais tarde, o feitiço modernista, como igualmente a harmonia da prosa castiça.

Crônicas, romances, contos, em que mais de um crítico lobrigaria influência machadiana, firmaram-lhe o prestígio de escritor disertor. *Cavallhada*, *Contos Matogrossenses* (1928), *Espelho de Almas* (prêmio da Academia Brasileira de Letras) (1932), *Piedade* (romance — 1937), *De Livia a Dona Carmo*, ensaio em que evocou as «mulheres na obra de Machado de Assis» (1939), *No Tempo da Cadeirinha* (1946), a variedade no gênero literário servia para comprovar a agilidade mental do prosador, cuja linguagem esmerada e polida jamais descambou para intencionais deslises de pensamento ou de expressão.

Apesar de se consagrar ao engrandecimento da Academia, em prejuízo da judicatura, que exercia superiormente, como reconheceram os seus pares, quando o reelegeram mais de uma vez, para a presidência do Tribunal de Apelação, ainda dispunha Mesquita de reservas de energia moral para sadias aplicações. Abjurando irrestritamente a incredulidade, que o desviara das tradições de família, na fase acadêmica, aproximou-se cada vez mais da Igreja, de que se tornou estrênuo paladino, como auxiliar de confiança do Arcebispo Dom Aquino Corrêa. Redator principal do semanário católico local — *A Cruz* —, mereceu do Papa Pio XI



a comenda da Ordem de São Silvestre, pelos serviços prestados à Ação Católica (1933). E como se não lhe pesassem tamanhas atribuições, ainda se afeiçoaria progressivamente ao Instituto Histórico, de que fôra um dos fundadores, e por isso não recusara as responsabilidades de orador oficial.

Cumpriu-lhe, nesse pôsto, fazer o elogio histórico do Doutor Antonio Corrêa da Costa, publicista e ex-presidente de Estado, do Arcebispo D. Carlos Luis d'Amour e Modesto de Melo, do General Caetano de Albuquerque, do professor João Pedro Gardez, do naturalista Carlos Lindmann, de Emanuel Amarante e Otávio Pitaluga, militares, do desembargador Luis da Costa Ribeiro, do Bispo D. Antonio Malan, do General Malaça d'Angrogne, sòmente até o número XLIV da Revista.

A tarefa exigia-lhe pesquisas, a que se entregou cada vez mais acuradamente, conforme evidenciou magnífica série de ensaios de real valia histórica. Para firmar os fundamentos da *Genealogia cuiabana*, considerou diversos ramos — *André Gaudie Ley* — *Nobiliário matogrossense* — *Corrêa da Costa, Prados e Figueiredos, Alves Corrêa e Moreira Serra, Mesquita Muniz e Pinhos e Azevedo*, títulos em que se desdobravam as suas percucientes investigações pelos arquivos públicos e eclesiásticos, em que tinha fácil acesso, como por igual nos cartórios.

Em biografias separadas, tratou de *Um homem e uma época* — *Monsenhor Bento Severiano da Luz*, que o Instituto Histórico admitiu na classe de sócio correspondente, em 1892, de João Poupino Caldas e Manuel Alves Ribeiro, dois caudilhos de inquieta liderança regional, do Taumaturgo do Sertão (frei José M. Macerata), que logrou fama de santidade, propagada pelo povo.

Além dos temas individuais, também versou, com análoga perspicácia, outros, de ordem geral, como *Grandeza e Decadência da Serra Acima, As Necrópoles Cuiabanas, Os Jesuítas em Mato Grosso, A Chapada Cuiabana, Ensaio de Geografia Humana e Econômica Oferecido ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, Gente e cousas de antanho*, série de encantadoras crônicas, a exemplo de Vieira Fazenda, que se estenderam por vários números da Revista.

As suas contribuições, indicativas de espírito pesquisador, recomendaram-no à atenção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que o acolheu jubilosamente.

Ao tomar posse da cadeira de correspondente, a 26-1-1939, o discurso que proferiu, acêrca de «O Sentimento de Brasilidade na História de Mato Grosso», evidenciou-lhe, não sòmente os anseios do civismo e conhecimento do passado, como ainda os



dotes oratórios, cultivados nas tribunas que freqüentava, principalmente em Cuiabá, do pretório à Academia e ao Instituto. Por lhe conhecerem e exaltarem a eloquência, freqüentes vêzes seria solicitado por associações desejosas de ouvir-lhe a palavra conceituosa e apostolar. E tanto louvava a obra salesiana *Nos Jardins de São João Bosco*, em mais de uma ocasião e evocava *Um Paladino do Nacionalismo* (J. V. Couto de Magalhães), como trataria de *O Catolicismo e a mulher*, ao inaugurar a Liga das Senhoras Católicas, no Asilo Santa Rita (1925), ou sublimava a missão dos professôres em *Semeadoras do futuro*, ao paraninfar as normalistas de Cuiabá (1929) e *Professôras Novas para um Mundo Novo*, na solenidade da colação de grau às Professôras no Liceu Campograndense (1939), ou apontava *O sentido da literatura matogrossense* (1937) e *O Exército, fator de Brasilidade* (1941). Em tôdas as oportunidades revelava-se o homem de letras, ansioso de perfeição, irmanado ao estudioso do passado nacional, que sabia interpretar com a clarividência de magistrado judicioso.

E no procedimento, a mesma superioridade com que discretamente se ocultava, para que apenas se lhe revelassem as qualidades estimuladoras da convivência humana.

A bondade espontânea, em primeiro lugar, que o levava, por um lado, a praticar as atividades caritativas da associação de São Vicente de Paulo, de que era fervoroso adepto, e por outro, a ampliar as suas relações por vários ramos da sociedade, sem distinguir ricos ou pobres, sábios ou indoutos, qualquer que lhes fôsse a pigmentação da pele.

Eram seres humanos e tanto bastava para lhe merecerem a amizade, desde que se recomendassem pela correção do proceder. No lar, que por amor constituiu, imperavam análogos sentimentos, de que participava tôda sua digna família, desde a tia veneranda, cujo centenário, já doente, festejou, até o caçula, ainda infante.

A paz venturosa que o envolvia começou a perturbar-se com a enfermidade que o trouxe ao Rio, para ser submetido à intervenção cirúrgica, recomendada para o caso. Apesar da operação, aliviadora em curto prazo e do desvêlo incansável da sua carinhosa espôsa, assistida pelos filhos e outros membros da família, o mal progrediu, privando-o, por fim, de ler e escrever, a quem tanto se comprazia no convívio dos livros.

Ao sucumbir, já lhe estaria até esmorecida, com a agravação dos sofrimentos, a resignação dos primeiros meses, cristãmente suportados. Afinal, descansou, deixando aos seus a herança de um nome glorioso, sublimado pela integridade moral, com a saudade de chefe estremecido. Os pezares não se limitaram ao lar outro-

ra ditoso, enlutado a 23 de junho, quando lhe sobreveio o desenlace. Envolveram as associações que fecundara com radioso idealismo, especialmente a Academia Matogrossense de Letras e o Instituto Histórico de Mato Grosso, que a sua inteligência peregrina irmanou no mesmo carinho.

Difícilmente encontrarão quem o substitua, com equivalentes credenciais, de cultura embebida de humanismo, capacidade rara de trabalho e vontade resoluta de bem servir a coletividade a que se irradiava a sua simpatia envolvente.

---

(\*) Conferência proferida no *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a 26 de julho de 1961.

## HÉLIO LÔBO, INTERNACIONALISTA (\*)

PROF. HAROLDO VALLADÃO

O elogio de Hélio Lobo na Sociedade Brasileira de Direito Internacional, daquele que foi o último sobrevivente de nossos maiores, deveria caber ao Presidente egrégio, ao Embaixador Raul Fernandes, que, impedido de aqui estar, por motivo de saúde, designou para o dizer a mim, Vice-Presidente da casa, seu substituto imediato.

Faço-o, comovido, com a devoção, o culto e o respeito que se devem ao amigo, a um alto espírito, ao grande brasileiro.

### AMIZADE TRADICIONAL

Preparatoriano ainda, lá pelos novecentos e quinze e dezesseis, já tinha eu, em casa, lendo-os e os admirando, trabalhos de Hélio Lôbo, ofertados a meu pai, ao saudoso Alfredo Valladão.

Era tradicional a amizade dos Lobos com os Valladões, famílias de antigas raízes portuguesas e mineiras, afinal conterrâneas e coevas, comunicipes da Atenas Sul Mineira, da Campanha da Princeza, do Século XIX (Alfredo Valladão, *Campanha da Princeza*, vol. II, pág. 135).

Mais moço que meu pai, dez anos, antecedendo-me de dezoito, em nossa afeição recíproca era ponte espiritual para o passado imediato.

Juristas, historiadores e escritores éramos os três, embora diversificados na vida prática: Alfredo Valladão, professor, membro do Ministério Público, magistrado, Hélio Lôbo, diplomata, e eu, professor e advogado.

Mas o idealismo cultural, a dedicação principal e constante aos valores intelectuais e morais, livrou-nos da desumanização profissional. Ficamos imunes da mordaz afirmativa das letras gaulizas: «La profession tue l'homme».

---

(\*) Conferência realizada na *Sociedade Brasileira de Direito Internacional*, a 13 de maio de 1960.

Unido a Alfredo Valladão mais pelo culto da história confrades de perto de meio século no Instituto Histórico, Hélio Lôbo se ligava a mim antes pela devoção ao direito internacional, irmãos desta Sociedade de Direito Internacional por mais de trinta anos.

Mas, afinal, aliados estávamos sempre, pois, penetrando fundo o estudo de história pátria ou levando ao cerne o exame dos problemas jurídicos internacionais, encontrávamo-nos naquele planalto do conhecimento em que o Brasil se nos revela, no tempo, o pioneiro de exemplares soluções jurídicas na vida dos povos e das nações.

Sublimando aquela antiga amizade, coube a Alfredo Valladão, que no Instituto dos Advogados, em 1941, fizera o elogio histórico do grande poeta e jurista Américo Lôbo (*Vultos Nacionais*, de Alfredo Valladão, pág. 62), erguer-se quando do centenário do nascimento de Fernando Lôbo, pai de Hélio, no Instituto Histórico Brasileiro, para propor se homenageasse sua memória e o fazendo êle próprio, em conferência de 31 de julho de 1951, assim iniciada: «Quero dizer algumas palavras, de coração de conterrâneo, e de justiça histórica...», continuando: «Foi-lhe bêrço a minha querida e gloriosa terra natal, a Campanha da Princeza» (*Vultos Nacionais*, pág. 280).

E, em verdade, Fernando Lôbo tinha, no dizer de Hélio Lôbo, «... grande carinho pela Campanha», pois acrescenta: «O bêrço fôra a Campanha, cidade bela e triste, perdida nas serranias mineiras, com suas moradas coloniais, seu retraimento resignado. seus dias puríssimos, Fernando Lôbo tivera sempre por ela, durante a vida tôda, a melhor de suas recordações quando, menino, subia pela alameda, entre árvores velhas, até a matriz onde havia Feijó oficiado, ou, ainda, quando lhe relembrava a história e os filhos ilustres desaparecidos.» (*Um Varão da República*, ed. Brasileira, 1937, págs. 246-7).

Teve Alfredo Valladão, naquele elogio histórico de Fernando Lôbo, momento feliz de ressaltar a figura de Hélio Lôbo, dizendo: «... devo destacar, aqui, dentre os seus ilustres filhos, a figura tão cara a êste Instituto de nosso eminente consócio, Ministro Hélio Lôbo, que honra o corpo diplomático brasileiro, pela sua cultura, operosidade e hombridade, escritor de importantes trabalhos e membro da Academia Brasileira. Certo ademais, ser êle o ilustre historiador, que num belo exemplo de amor filial e cultor da história escreveu a biografia de Fernando Lôbo, e com êsse tão inspirado título — *Um Varão da República*. (Op. cit. pág. 281).

E pôde exclamar: «Sim: porque Fernando Lôbo serviu à República, com alma varonil, inquebrantável, por amor à Repú-



blica e não por amor ao Govêrno, com lances nobilíssimos de renúncia.» (Op. cit., pág. 281).

O passamento de Hélio Lôbo, há tempos gravemente enfêrmo, em 29 de janeiro do vigente ano, privou-o de render homenagem que a outrem não cederia, à memória do comum amigo de família por mais de meio século, de Alfredo Valladão, falecido pouco antes, a 17 de novembro de 1959.

Deu-me, hoje, o destino, a grata oportunidade de, mantendo aceso o fogo daquela fraternidade espiritual, trazer à memória de Hélio Lôbo o testemunho da veneração máxima dos internacionalistas pátrios.

#### O JURISTA TEÓRICO

Em Hélio Lôbo o primeiro impacto da cultura, o da ciência jurídica pura, daria o norte a sua vida intelectual, marcaria sua personalidade.

Tendo feito ótimo curso na antiga Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, hoje Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, forma-se e cola grau a 23 de dezembro de 1904, com distinção nas várias cadeiras, inclusive em direito internacional público, salvo quatro disciplinas em que obtém plenamente.

É na maior consagração acadêmica, o orador de sua turma de bacharéis em direito, revelando-se o futuro jurista, escritor e orador. E vai conservar-se no puro plano especulativo, pois sequer retirou o diploma, desprezando a finalidade máxima habitual dos recém-formados, e assim, jamais, ao que me consta, praticou, não foi advogado militante, nem juiz, nem promotor... Podia, apenas, ter usado o título «advogado», então confundido, correntemente, com o de bacharel em direito.

Retorna à sua Juiz de Fora, onde nascera a 17 de outubro de 1883, para concentrar-se e despertar cedo no pensamento e na atilada produção científico-jurídica.

É daí que, imediatamente após a formatura, nos anos a ela seguintes, 1905 a 1907, passa a colaborar nas Revistas Jurídicas do tempo, a princípio na *Gazeta Jurídica de São Paulo*, onde aparece o seu primeiro ensaio: «Da Unificação do Direito Penal», já no fascículo de março-abril de 1905, verdadeira e notável dissertação, seguido por este outro: «Cousas d'outrora: Platão e o Direito Criminal», 1906.

E, também, na Revista Forense de Belo Horizonte, dos tempos heróicos, em que escreviam os Mendes Pimentéis, os Estevãos Pinto, os Edmundos Lins, os Saraiva, publica Hélio Lôbo, ainda no campo do direito penal, artigos sôbre *A Criminalidade Mi-*

litar e a *Escola Positiva*, abril-maio de 1906, vol. V, págs. 257 e 341. Um aspecto interessante de direito alienígena: os *furtos privilegiados*, 1906, vol. VI, pág. 157, citando, na primeira frase que será constante de sua vida: «O progresso humano se caracteriza, cada vez mais, pela força do direito, pelo império da força moral sobre a matéria.»

Produções de boa doutrina jurídica, cobertas com larga base bibliográfica, em especial de autores italianos, primorosamente cuidadas, desenvolvidas com grande método, em introdução, capítulos, seções e conclusões, no sôpro dos últimos avanços científicos-penais, em estilo claro, corrente, convincente, em que agradáveis referências históricas e literárias pontilhavam, de instante a instante e apropriadamente, a argumentação jurídica — tais artigos constituíram, na realidade, os trabalhos de um curso de doutorado extra-curricular, num auto-didatismo de alta cultura.

E não faltou uma tese, o verdadeiro remate das elocubrações juiz-de-foranas, livro de alto valor em nossa literatura jurídica: *Sabres e Togas: a autonomia judicante militar*, editado no Rio de Janeiro, 1906, mas escrito em Juiz de Fora, junho desse ano.

Dedica Hélio Lôbo a obra a seu pai, Fernando Lôbo, e a seu primo, Estevam Lôbo, filho de Américo, saudoso professor de direito penal na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, autor de notáveis trabalhos doutrinários e legislativos, tragicamente envolvido aos 38 anos de idade pelas ondas do Leme, que Alfredo Valladão considerou «...predestinado para a cátedra, a um só tempo pelo brilho de sua inteligência, pelo seu amor ao estudo, e pelas cintilações de sua palavra» (*Campanha da Princesa*, vol. IV, pág. 75) e que já tive ocasião de mencionar em congresso internacional por ter êle pleiteado, ainda nos fins do século XIX, a extensão dos estudos de Direito Comparado, levando-os do direito privado ao direito penal.

O livro *Sabres e Togas*... é um coroamento dos dois primeiros artigos de março-abril de 1905 na *Gazeta Jurídica de São Paulo*, e abril-maio de 1906 na *Revista Forense de Belo Horizonte*, e defende, agora, em pleno, em monografia completa e exaustiva, suas primitivas idéias da *Unidade do direito penal; unidade de organismos legais, códigos e tribunais indistintos para paisanos e juizes* (pág. 17), «unificação do direito penal, pela reunião dos dois códigos, o militar e o comum, num só corpo de lei e pela supressão dos tribunais militares» (pág. 43), mesmo «em períodos extremos de guerra ou sítio» (pág. 209).

Obra vigorosa, embora produzida, no dizer de seu autor, «dum remanso modesto e tímido», de espírito intemerato, de desafio a tradição jurídica multi-secular, traz a marca do lidador

aguerrido, de uma dialética impressionante, que expõe os argumentos jurídicos com profunda, amplíssima base filosófica, histórica e comparativa, e os sabe reforçar com os recursos de primorosa cultura humanista, tudo num estilo ágil, períodos mui curtos, réplicas inesperadas, mas sempre escoreito e cristalino.

Classificara-se, a um tempo, jurista e escritor.

Na crítica especializada, disse logo a Revista de Direito de Bento de Faria: «Revelando erudição pouco comum, em estilo incisivo e veemente, o ardoroso escritor, estudando proficientemente a justiça militar na paz e na guerra, articula tremendo libelo contra a sua autonomia. Podendo parecer excessivo em tese, entretanto, força é convir que são irresponsáveis alguns de seus conceitos, quando particulariza a questão e sustenta as suas afirmativas com a verdade irrecusável dos fatos e o testemunho insuspeito dos que os têm criticado. É uma bela contribuição para a literatura jurídica brasileira» (Rev. Dir., vol. I).

Relendo hoje a obra, reencontrei-me com Hélio Lôbo na orientação ali propugnada e seguida, e que venho pàlidamente adotando em meus cursos e conferências, de sustentar teses jurídicas com exemplos e citações tiradas da arte, do romance, da poesia, do teatro, da pintura ou da própria música...

Escrevia Hélio Lôbo que se apoiaria em vários juristas e artistas... e, se defendia de colocar ao lado da «austera questão jurídica, duas harmonias de Wagner ou quatro versos de José Maria de Herédia»; e vemos ali a citar, contra a guerra, os quadros de Veresthagin, e a cada momento, um verso de Tarso, outro de Goethe, adiante trechos de Anatole France ou de Eça de Queiroz...

Tantas e quantas vezes só consegui explicar um problema jurídico invocando uma obra literária: assim a questão da ausência através da peça de Almeida Garrett, «Frei Luís de Souza»... Lei nos Estados Unidos nesse assunto é ali conhecida pelo título do poema sobre a volta do marinheiro que se cria desaparecido...

E o próprio Hélio Lôbo poderia ter alinhado bons argumentos em prol de sua tese invocando algum dos avisadíssimos conceitos do insigne literato seiscentista D. Francisco Manuel de Mello, na sua célebre *Aula Política & Cúria Militar*, achados em os *Estilos, Preeminências e Privilégios dos Conselhos de Estado & Guerra* segundo a forma da Coroa Castelhana», de 1653, escrita logo após a criação do Conselho de Guerra, de Portugal, 1640, editada por Mathias Pereira da Silva, de Lisboa Ocidental, 1720.

Obra de não menor valia que a sua celebrada «Carta de Guia dos Casados», de 1651, bem se poderia denominar «Carta de

Guia dos Conselheiros de Estado e Guerra», estando lançada, no dizer do autor, «em nosso fácil Portuges, verdadeyro & claro, sem fingidas & erradas vozes...».

Após a edição de *Sabres e Togas*, permanece ainda Hélio Lôbo em Juiz de Fora, reafirmando sua tese com o artigo: «Os Tribunais militares e a lição dos fatos», na *Gazeta Jurídica de São Paulo*, 1907; versando, brilhantemente, tema novo: «Criminalidade Infantil e Assistência Penal», na *Revista Forense*, 1907, e em volume, e, enfim, publicando obra, ali premiada, «Consolidação das Leis Municipais de Juiz de Fora», 1907.

#### O DIPLOMATA «JUS INTERNACIONALISTA»

Mas aquela vida contemplativa, aquêlê curso voluntário de pós-graduação, que se impusera nos três anos seguintes ao bacharelado, ia findar com a sua nomeação, pelo Barão do Rio Branco, em 1908, para auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano que, criado pelo Tratado de Petrópolis, reiniciava a 3 de novembro de 1908 suas funções decisórias.

Passava do direito penal ao direito internacional, onde se fixaria, radiosamente, por tôda sua vida ilustre.

E ia começar a ver e sentir o direito sob novo prisma, o de sua adaptação aos fatos da vida real.

Teve sorte na estréia.

Trabalhou num Tribunal Arbitral que decidiu tôdas as questões suscitadas, apesar de largas controvérsias, com a maior harmonia e eficiência.

No livro que publicou, *O Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano*, 1910, Hélio Lôbo fez mais do que advertiu: «expor, de modo resumido, a origem e a orientação do Tribunal»; deu uma explanação científica e metódica dos temas jurídicos questionados nos cem processos de reclamação, «versando os pontos mais complexos de direito internacional», classificando-os, apresentando-os de forma clara e sintética, quanto ao «ingresso para o tribunal», «ao processo», «à competência do tribunal», «à responsabilidade do Estado por danos causados».

E pôde concluir: «No seu longo rosário de vitórias arbitrais, o Brasil contava mais uma, de suma relevância» (pág. 146).

O jurista teórico aproximava-se, com êxito, da prática jurídica. e na instância suprema, internacional.

E o seu valor impunha a nomeação, que vem logo após, 1910, em 23 de junho, para Secretário da Delegação Brasileira à IV Conferência Internacional Americana de Buenos Aires, donde retornaria para ingressar como 3º oficial, a 31 de outubro, na Se-



cretaria do Ministério das Relações Exteriores, e galgar todos os postos da carreira.

Assim narra o eminente Embaixador Luís Gurgel do Amaral, o ingresso de Hélio Lôbo no Itamarati: «Quando Hélio Lôbo entrou para a Casa em 1910, não fêz mais que ingressar em definitivo no seu quadro permanente, pois seu lugar estava, como acontece com a escolha de certos nomes para Púrpura cardinalícia, muito no peito de todos nós, a começar no do Barão, para terminar no do que ora escreve estas linhas com suavíssima ternura.» (*O Meu Velho Itamarati*, Luiz Gurgel do Amaral, página 147).

Os seus pendores jurídicos levaram-no a escrever no *Jornal do Comércio*, 1910-1911, uma série de artigos sobre «Tentativas de uma codificação», republicados no seu livro de 1912, *De Monroe a Rio Branco*, onde versou com segurança, e notável apanhado histórico, a questão magna da Codificação do Direito Internacional nas Américas.

Estava, assim, apontado para ser, como foi em 1912, nomeado Secretário da Comissão Internacional de Jurisconsultos, que, pela Convenção de 23 de agosto de 1906, ratificada por todos os Estados Americanos, deveria reunir-se no Rio de Janeiro para os trabalhos daquela Codificação.

Deu-nos, a respeito, Hélio Lôbo, belo trabalho com o título: *A Tarefa da Codificação*, que sai no opúsculo, *Brasil, Terra Chara...*, de 1913, uma exposição magnífica dos trabalhos da Comissão de Jurisconsultos.

Quem quiser ter uma visão de conjunto e, ao mesmo tempo, aprofundada, das conferências internacionais americanas, quer das realizadas ao tempo do Brasil-Império, desde a do Panamá, 1826, até as verificadas após, da de Washington, 1889, à de Buenos Aires, 1910, precisará ler os dois livros citados, *De Monroe a Rio Branco e Brasil, Terra Chara...*

E, no mesmo estilo, é obra necessária à biblioteca do especialista o seu livro, de 1914, *O Brasil e seus princípios de Neutralidade*, planteados, jurídica e historicamente, desde 1859.

Um traço comum conjuga todos esses primeiros estudos jurídicos internacionais de Hélio Lôbo, de 1910 a 1914: a exposição harmônica e cristalina dos fatos e princípios, suave e natural, a convidar o leitor a prosseguir, no bom estilo de cátedra, mui diverso do polemista ardente dos primitivos temas de direito penal. O ardor do penalista amadurecera na sobriedade do internacionalista.

Essa orientação equilibrada, êsse tino perfeito no apreciar idéias, fatos e pessoas, fixará por diante e até o fim a personalidade intelectual do mineiro ilustre.

Já nesses primeiros contatos com a «carrière», o jurista dominava o diplomata.

Apreciando conceitos do insigne internacionalista Professor John Basset Moore, proferidos aqui na Comissão de Jurisconsultos Americanos, escreveu, em 1913, o próprio Hélio Lôbo: «Não se pode colocar mais alto um tema tão diversamente apreciado. Da linguagem dos diplomatas, aquela que tem o trato diuturno com o direito há de sobrelevar por força.»

E, realmente, em toda sua vida diplomática, procurando sempre a intimidade do direito internacional, teve sua palavra ouvida, respeitada, seguida, e, quando repelida, sê-lo-ia momentâneamente, para vencer glorificada afinal.

A fibra do jurista não esmaeceria nunca.

Haveria, pois, de ser um dos criadores de nossa companhia, contando apenas dez anos justos de formado em direito.

No ato da fundação da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, num 23 de dezembro, então de 1914, lá está a assinatura de Hélio Lôbo entre as de dois internacionalistas, de eminente catedrático da matéria, o Professor Manoel Alvaro de Souza Sá Vianna, e do ilustre diplomata, autor de ótimos trabalhos sobre Cartas Rogatórias e Extradicação, Arthur Briggs.

Já em 1913 aparece o seu valoroso estudo «A Guerra Marítima e as tradições internacionais do Brasil». (A propósito do torpedeamento do *Rio Branco* (1854-1915), que completaria o seu livro de 1914, sobre nossos princípios de neutralidade e em que defendia, esplendidamente, a atitude do Brasil, podendo concluir: «Fato como o do *Rio Branco* feriu de frente a doutrina, porque não reuniu uma só das condições segundo as quais podia o navio ser destruído.» (Vd. Hélio Lôbo, *Cousas Diplomáticas*, 1918, págs. 9-16).

E vida longa afora, o direito internacional, sobretudo nas suas grandes realizações, estará sempre no seu pensamento, nas suas atividades, em suas múltiplas conferências, trabalhos, livros, artigos...

Numa obra de maturidade, *O Panamericanismo e o Brasil*, da Brasileira. 1939, em que analisa, com agudeza e tolerância, todos os congressos e conferências internacionais americanas, ainda com a experiência de ter sido Delegado do Brasil à V, de Santiago, 1923, e à de Manutenção da Paz, de Buenos Aires, 1936, nessa obra escrita naqueles momentos trágicos do ano inicial da última guerra, após afirmar que «estas paginas ampliaram-se na Suíça, ambiente propício pois que é, apesar de tudo, o dos grandes princípios internacionais, sem cujo predomínio as nações não subsistem», acrescenta: «Na hora sombria, em que a

fôrça, simulada ou arrogante, vai a extremos que fôra difícil imaginar, a presente resenha histórica vale, pelo menos, como contraste», e conclue: «Entre tropêços vários, ensaios reiterados e desvios eventuais, a América não se apartou de seu ideal de paz pelo direito. Há nisso um esforço perene, que não tem, como expressão continental, paralelo noutras partes do mundo. Persistir no sonho é quiçá uma forma de realização.»

E um de seus últimos livros, *Rio Branco e o Arbitramento com a Argentina, A Questão do Território das Palmas* (Coleção Documentos Brasileiros, 1952), que êle denomina: «Um quadro preciso e imparcial da velha pendência», é cuidado e integral estudo da defesa e da decisão na maior causa internacional que teve o Brasil, no Juízo Arbitral com a Argentina, de 1893/5, em que o Barão do Rio Branco conquistou originariamente o título, irretirável, que lhe dei, de «O Advogado do Brasil», «em todo o sentido.» (H. Valadão, *Justiça, Democracia, Paz*, pág. 220).

Badalaram, sempre, no largo coração de Hélio Lôbo, os sinos do espiritualismo jurídico, do acatamento aos princípios internacionais, daquele americano «ideal de paz, pelo direito».

E compreende-se, assim, que a Universidade de Buenos Aires, tão ciosa de seus títulos gloriosos, tivesse feito Hélio Lôbo seu *doutor honoris causa*. Seria, depois, membro do Instituto Argentino de Derecho Internacional.

#### O HISTORIADOR INTERNACIONALISTA

Para um homem de estudos, para um espírito dilatado às cousas espirituais, qual o de Hélio Lôbo, a carreira diplomática se sublimava intelectualmente, e não apenas no trato dos problemas do direito das gentes, da sua formação de jurista, mas, ainda, no culto da história, da sua contituição humanista, da vida internacional do Brasil ao tempo do Império.

Já em erudito escorço de 1912, «*Entre Georges Canning e James Monroe*» (in «*De Monroe a Rio Branco*»), versara, com maestria, problemas históricos de base, da Independência dos Estados Americanos.

Vai dedicar-se, porém, ao estudo das relações do Brasil com as nações irmãs da América Latina, no hemisfério sul, dando à estampa, em 1912, «*A América Latina e a Diplomacia do Império*». É trabalho ligeiro mas preciso.

Mas unido aos outros referidos e a uma série de seis artigos no *Jornal do Comércio* e na *Revista Americana*, 1911-1912, sobre o Uruguai, o Brasil e a Missão Saraiva, vai «lhe abrir as portas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», em junho de 1912.

Não descansou aí. Querendo mostrar o seu reconhecimento à grande instituição cultural pátria, recolhe-se em profundas investigações, particularmente de peças inéditas, dos arquivos do Itamarati, para continuar a se especializar, na história diplomática do Brasil, das «margens do Prata», que, declarava : «ainda está por fazer.»

E divulga, em 1914, o livro *Antes da Guerra* (A missão Saraiva ou preliminares da guerra com o Paraguai), oferecido ao Instituto Histórico, que se completaria, em 1916, com outro, *As Portas da Guerra, Do Ultimatum Saraiva*, 10 de agosto de 1864, à Convenção da Vila União, 20 de fevereiro de 1865), e em 1918 com o ensaio, *Esforço Malogrado* (*Antecedentes da Guerra do Paraguai*), em *Cousas Diplomáticas*, 1918, págs. 29 e 79.

Atira-se, aí, a fundo, com as armas dos fatos documentados e dos bons princípios internacionais, ao exame da posição política do Império no Prata, daquelas relações escaldantes, meado do Século XIX, com o Uruguai, a Argentina e o Paraguai.

Sua preocupação pela verdade histórica, pela autenticidade dos dados reais, é tão ampla nestas obras, que as citações são continuas, às vezes fatigantes, página a página, na documentação exata de cada evento, de qual episódio, dêste entendimento, dessa declaração, daquela réplica...

E daí as necessárias e permanentes referências que fazia, a cada fôlha, das suas fontes originais, dos livros, dos jornais, dos anais parlamentares, dos ofícios e notas, ostensivos e confidenciais, dos Ministérios, Chancelarias e Legações.

Nesses estudos históricos fundamentais deixou Hélio Lôbo esclarecidos, definitivamente, os alevantados propósitos, a linha, a correção, diplomática e internacional, do Brasil, em nossas turbulentas questões com aqueles Estados irmãos.

A Secretaria de Estado tornara-se para Hélio Lôbo, no exemplo e nas lições de seu grande mestre e amigo, do Barão do Rio Branco, no convívio daquela academia de talentos que êste formara, e, sobretudo, no quotidiano labutar pelos seus arquivos e bibliotecas, uma outra escola, de altos estudos históricos e internacionais, que cursou de 1910 a 1918, para produzir aqueles notáveis trabalhos.

Seu livro de 1918, *Cousas Diplomáticas*, melhor se denominaria : «Cousas jurídico-histórico-internacionais».

Armava-se cavaleiro, diplomata servo do direito internacional e da história, para futuras e consagradoras missões culturais e internacionais do Brasil.

#### O ESCRITOR INTERNACIONALISTA

Segundo acentuamos, ao considerar em Hélio Lôbo o jurista teórico, o diplomata «jus internacionalista» e o historiador inter-



nacionalista, a sua profunda e esplêndida cultura literária e artística cascadeava, aos borbotões, nas suas primeiras produções, para correr, represada e tranquila, nos estudos posteriores.

A literatura, para êle, era e seria a ancila fiel do internacionalista, do historiador, do divulgador cultural da Pátria.

Eram de citação habitual em seus trabalhos, mesmo de direito e de história, rivalizando com as dos juristas e dos cultores do passado, conceitos, versos, até quadros, de prosadores, de poetas, de pintores, da antiguidade ou dos tempos modernos, clássicos ou contemporâneos.

No culto das boas letras tornou-se escritor primoroso de uma doçura de estilo que impedia interromper a leitura de suas obras, de uma originalidade de contrastes que surpreendia, de uma perfeição de linguagem que extasiava, de uma força de raciocínio que subjugava.

Mas os temas de seus escritos eram sempre jurídicos, históricos, internacionais, ainda nos do mais genuíno apuro literário.

Assim, num dos primeiros, naquele florido ensaio de brasilidade, desde o título *Brasil, terra chara...*, de 1913, ao conteúdo, nos capítulos «A Lição Pan-Americana», «O Brasil no Convívio das Nações», onde perpassa a fragrância da nossa cultura jurídica, nos fortes trechos sobre a dedicação e os êxitos do Brasil pela arbitragem internacional...

E naquele verdadeiro poema heróico, em prosa, que é «A defesa da nacionalidade (uma página da história colonial)», 1918, com os sub-títulos «Terra chara e mui formosa», «O poema do oceano»... cantam-se a extensão dos limites do Brasil e os títulos jurídicos que a amparavam.

E assim haveria de ser, durante os seus futuros muitos anos e em suas numerosas outras obras: um autor preocupado com as relações internacionais, de contínuo trato com fatos da vida do Brasil e de outros povos.

Vejam-se seus subseqüentes trabalhos: *Aos Estudantes do Rio da Prata*, 1918, *Cousas Americanas e Brasileiras*, 1923, *A Passo de Gigante*, 1925, qual chama: «a marcha do povo americano», *Brasilianos e Yankees* 1926, *A Democracia Uruguaia*, 1929, *No Limiar da Ásia*, 1935, *O Domínio do Canadá*, 1942, *A Lição Suíça*, 1949...

Com vinte e oito anos de idade ascenderia Hélio Lôbo ao Instituto Histórico, e seis anos após, antes de completar trinta e cinco, alcançava a imortalidade, integrava a Academia Brasileira de Letras, onde, eleito a 6 de junho, toma posse a 26 de novembro de 1918.

Censurava-se, àquele tempo, em seu estilo, em especial no das obras históricas, já apreciadas, de nossas relações com as

nações do Prata, o uso exagerado das aspas, apelidado que teria sido mesmo, de «príncipe das aspas»...

A crítica com que foi, assim, aspado, ensinaria fina frase de espírito do acadêmico Lauro Müller ao recebê-lo «sous la Coupole»: «Não n'as leremos mais depois das vossas pesquisas, tão àesperamente recebidas, pelo uso, hávido por imoderado, que fizestes das aspas de citação.»

Poderiam, também, ser vistos no estilo de Hélió Lôbo outros excessos ortográficos, o dos dois pontos e o dos parênteses, chegando a ser habituais até nos títulos de suas produções literárias.

Assim nas que já consideramos: *Sabres e Togas*: a autonomia judicante militar, *De Monroe a Rio Branco* (Páginas de Diplomacia Americana), *Antes da Guerra* (A Missão Saraiva ou as Preliminares do Conflito com o Paraguai), *As Portas da Guerra* (Do Ultimatum Saraiva, 10 de agosto de 1864, à Convenção da Vila União, 20 de fevereiro de 1865) ..., numa até com dois parêntesis; A Guerra Marítima e as tradições internacionais do Brasil (A propósito do torpedeamento do Rio Branco) (1854 a 1915) ...

Não havia nesse ampliado emprêgo dos parêntesis, dos dois pontos e das aspas, um abuso de pontuação.

Atendia a um imperativo estilístico da argumentação jurídica, ou histórica, onde qual antes salientamos, são indispensáveis, a cada momento, palavras, datas ou frases exemplificativas ou explanatórias, citações, referências ou desenvolvimentos, e transcrições ou cópias de textos ou de documentos originais.

A meticulosidade unida à precisão e à autenticidade, apanágio do jurista e do historiador, pedem aquela pontuação ilustradora que permite a concisão, a facilidade da compreensão e o convencimento direto.

Fôra Hélió Lôbo antecedido na Academia por dois notáveis juristas pátrios, os professores de direito, discípulos de Tobias Barreto, João Carneiro de Souza Bandeira e J. Isidoro Martins Júnior, um insigne médico, o professor Francisco de Castro, e o primeiro ocupante, o grande romancista, historiador e legislador do Império, Alfredo d'Escagnolle Taunay, Visconde de Taunay.

Patrono da cadeira era Francisco Octaviano de Almeida Rosa, o poeta, o jornalista, advogado, estadista, plenipotenciário.

Via-se Hélió Lôbo, amparado de seus nunes tutelares, juristas, historiadores, internacionalistas...

Souza Bandeira, o jurista filósofo do Recife, o ilustre representante do Brasil em conferências e em congressos jurídicos internacionais, fôra — destaquei-o em artigo — precursor na

ciência jurídica comparatista, pleiteando, ao reger a cátedra de Legislação Comparada sobre Direito *Privado* na antiga Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, hoje Faculdade Nacional de Direito, ainda nos fins do Século XIX, se criasse um curso de Direito *Público Comparado*...

Coube a Hélio Lôbo em seus citados livros dar atenção àquele anseio, fazendo felizes estudos comparativos de instituições políticas e jurídicas, e até de história e de geografia, do Brasil, dos Estados Unidos, do Uruguai, da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas, do Canadá, da Suíça...

Martins Júnior foi a grandiosa figura que duas cátedras de história do direito, criadas na República, desde a progressista reforma Benjamin Constant, deram à ciência jurídica pátria, com os dois livros magníficos que publica sob os títulos das disciplinas, História do Direito Nacional, 1895, e Compêndio de História Geral do Direito, 1898, o primeiro dêles, obra de fundação da especialidade no Brasil.

Taunay não era apenas o historiador inigualável da «Retirada da Laguna», mas ainda o parlamentar imperial providente, com os importantes projetos de leis que oferece sobre Nacionalização e Casamento Civil, baseado o 1º em notável monografia sua, de direito internacional privado, *A Nacionalização ou Grande Naturalização e Naturalização Tácita*, 1886, com perfeito conhecimento da diretriz que deve presidir a boa política imigratória, facilitar a naturalização e restringir os direitos dos estrangeiros, fixando-a em princípios aproveitados, apenas em parte, na Constituição de 1891 (H. Valladão, *Estudos de Direito Internacional Privado*, 1947, pág. 91, e *Arquivos do Ministério da Justiça*, nº 71, 1959, págs. 1 e seguintes).

Em Francisco Octaviano recordava Hélio Lôbo o eminente chefe da missão que negociou o decisivo Tratado da Triplíce Aliança, dizendo, no seu discurso de posse, daquele ato internacional que «nenhum como êle perdurou tanto a contento dos que o pactuaram, e poucos, como êle ainda, puderam tão nobremente servir aos altos intuitos com que nasceu.»

Retornando a apreciar o patrono de sua cadeira, e aí, com particularidade e maior penetração, fâ-lo em conferência no Instituto Histórico de São Paulo: «O cantor que venceu as se-reias», em 1929, a destacar mais uma vez a obra internacionalista de Octaviano, situando-a quando coloca seu autor «No Alto da Montanha»...

Escreveria: «Realizou, nesse momento, Octaviano duas empresas, qual a qual de maior tomo: a assinatura, por assim dizer sem instruções a tempo, de um tratado em que soube encarar as

aspirações nacionais, assegurando-nos também a vitória; e a consolidação do espírito de cordialidade internacional, que nunca mais se perdeu com nossos vizinhos e que seus versos descreveram:

«O majestoso Prata bem claro nos ensina.  
Nossa junção feliz de rios, tão distantes,  
Que os sul-americanos, por uma lei divina,  
Devem viver unidos, se querem ser gigantes,  
Descem as suas Águas das duas cordilheiras,  
Dos Andes argentinos, das serras brasileiras,  
E, como dous amigos unidos peito a peito,  
Abraçam-se no encontro e tem o mesmo leito.»

Na Academia vai Hélio Lôbo se encarregar, na Coleção Bibliográfica, com um opúsculo de 1938, da personalidade de «Manuel de Araújo Porto Alegre, Ensaio Bio-Bibliográfico», sintetizando com amor e entusiasmo a história daquele insigne escritor e artista, de vida internacional tão intensa, na mocidade com seus estudos de aperfeiçoamento na Europa, e, na «madureza total quando trocou sua atividade pela representação do Brasil no exterior», para ser Cônsul Geral do Brasil por vinte anos, 1859 a 1879, na Alemanha e, depois, em Lisboa.

#### O MENSAGEIRO INTERNACIONAL DA CULTURA E DA AMIZADE BRASILEIRAS

Da formatura em direito, em fins de 1904, até 1918, é o período de alta preparação espiritual, jurídica no glorioso e doce lar paterno de Juiz de Fora, histórica, internacional e diplomática, no cálido lar do Brasil que era o Itamarati de Rio Branco...

O ano de 1918 marca o início da projeção cultural consagrada, até além fronteiras.

Iria ser o mensageiro internacional da cultura e da amizade brasileiras, conquistador do prestígio pátrio no estrangeiro.

As suas primeiras missões, embora funcionário diplomático, foram — a destinar uma vida — puramente culturais, de caráter universitário.

Falara nos Estados Unidos, no inverno de 1918, aos alunos das Universidades da Colúmbia e de Harvard sobre «Uma velha Amizade Internacional (Brasil-Estados Unidos) (1822-1916)», desenrolando-a num panorama admirável e emocionante, indispensável a quem quer que a venha focalizar (*Cousas Diplomáticas*, págs. 81-212).



Maior e mais delicada, em ambiente ainda envenenado pelas antigas lutas do Prata, seria a sua missão às Universidades de Montevideu e de Buenos Aires, para onde parte a 6 de junho de 1918, sob a emoção de sua escolha para a Academia, no navio norte-americano *Pittsburgh*, podendo escrever no livro *Aos Estudantes do Rio da Prata*, 1918, em que reuniu suas conferências ali: «E assim, sob a acolhida fidalga da bandeira americana, e levado por um dos seus mais belos vasos de guerra, vou, no meu nada, discorrer do direito aos moços do Uruguai e da Argentina. Uma coincidência rara une assim os nossos dois países, velhos e poderosos amigos, para facilitar a mim, na capital de dois outros, não menos unidos, uma missão de fraternidade e de paz.»

Em verdade Hélio Lôbo discorreu de direito e de história, clareou sombras, dissolveu dúvidas, desfez incompreensões, apagou rescaldos, que ainda persistiam dos sucessos do Império, que ficaram das Missões Saraiva e Octaviano, e inaugurou o período esplendente, a luzir até hoje, de união universitária e cultural brasileiro-uruguaio-argentina.

Levara os seus profundos conhecimentos de direito internacional e de história latino-americana, expunha, e debatia e argumentava, numa documentação impressionante, citando trabalhos de autores, escritores, historiadores, jornalistas, autoridades e diplomatas, do Uruguai, da Argentina e de outros países irmãos das Américas.

Veja-se a franqueza com que falou aos estudantes de Montevideu: «Erramos fundamentalmente porque, se agravos havia, não era ocasião de os remediar. Errastes também sem remédio, porque ao gesto de conciliação, que então vos fizemos, pelo órgão de um homem eminente, opusestes a mais decidida intransigência. Eu disse em dois livros sinceros dessa época agitada e como nela andou, sem má intenção, o Brasil. O documento prima ali sobre a exposição, e este é seu maior mérito.»

Assim pôde lembrar, a propósito da luta contra Rosas: «Vós vos recordais certamente do concurso brasileiro, vinte mil soldados imperiais para a libertação de Montevideu, e quatro mil combatendo sob o mando de Justo José Urquiza», e, acêrca da Guerra do Paraguai: «Ninguém se locupletou à custa do vencido, ao contrário, livre êle de uma tirania que vinha de pai para filho, todos lhe demos a mão, ajudando-o a ter no convívio internacional da América o lugar que de direito lhe cabia.»

E tinha autoridade para concluir: «Tivemos pendências diplomáticas sérias, e jamais hesitamos em as enfrentar com o só escudo do nosso direito. Qual o resultado dêsse honroso rosário de tradições? Foi a sentença arbitral dando-nos razão com a Inglaterra, a França, os Estados Unidos da América. Foi a

transação e o acôrdo direto fechando nossa linha lindeira. Foi a instituição do arbitramento engastada como a mais bela jóia de nossa carta política, ao lado da proibição de guerra de conquistas, e do emprêgo das armas sem o recurso prévio aos meios pacíficos.»

Não foi menos sincero aos estudantes argentinos: «Eu não quero dizer dêste episódio infeliz senão para testemunhar que foi um conflito de infância e que ninguém concientemente o desejou. Não o afagava o sentimento argentino, e a prova foi a disposição com que, clamando também pela anexação, dela abriu logo mão mediante a mediação britânica sob a base da autonomia uruguaia. Não a quis por seu turno o Brasil, já autônomo, e depressa o mostrou assinando a convenção de 1828.»

Caber-lhe-ia pois, ajuntar, lembrando Caseros: «Por isso mesmo, maior foi vossa glória expulsando ao ditador. E grande a satisfação do Brasil, podendo, ao vosso apêlo, concorrer para ela com seus homens e seus recursos», e transcrevendo as palavras do General Urquiza, aos soldados brasileiros: «Veteranos del Imperio; el amor, la admiración y la gratitud de estos países se asocian hoy a vuestra tierna despedida. Llenasteis el compromiso santo de aliados de la libertad» para acentuar relativamente à «Tríplice Aliança»: «Mas ninguém melhor do que vós, argentinos, compreendeu a nobreza de nossa causa, ao vos unirdes conosco e o Uruguai contra o sombrio tirano.»

E teria, após largo desenvolvimento, o garbo de proclamar: «País livre e pacífico, aberto a tôdas as iniciativas generosas, com uma cultura jurídica das mais completas, o Brasil não era, na ordem exterior, senão o espêlho da interior, isto é, o culto da ordem, da liberdade, do direito e da justiça.»

Ainda se faria ouvir em Buenos Aires, no Circulo Militar, sôbre «A Independência Argentina através de San Martin e Belgrano», naquele impecável estilo antes destacado, e no Ateneu Hispano-Americano sôbre «Diplomatas e Cônsules», encantadora e enlevante palestra, poesia, prosa, pintura e música da «carrière.»

Retornava Hélio Lôbo glorificado do Prata, e sua missão e seu livro, *Aos Estudantes do Rio da Prata*, o melhor, o mais convincente e humano que escreveu, apontam uma volta de 180 graus nas relações do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

Esta característica cultural marcaria, definitivamente, a carreira diplomática de Hélio Lôbo. Em cada missão, em cada pôsto, vai ser, acima do representante diplomático, o plenipotenciário da inteligência brasileira.

Assim há de ser desde o seu primeiro posto real, no Consulado Geral em New York (pois antes, em Londres estivera apenas alguns meses), de 1920 a 1925.

Profere conferências na Universidade de Pensilvânia, em Filadélfia, a 26 de fevereiro de 1921 sobre «O Brasil e a Democracia no Novo Mundo», na Universidade de Yale, a 27 de abril de 1922, sobre «Brasil Potência Mundial», escreve sobre a afamada «American Academy of Arts and Letters», *Cousas Americanas e Brasileiras*, 1923. Na mesma linha cultural oferece à Universidade de Colúmbia em Nova York, qualificando-a : «honra do ensino nos Estados Unidos da América», o seu livro sobre o espetacular desenvolvimento, então, daquele país : *A Passo de Gigante*, 1925. O sistema universitário norte-americano, através daquela Universidade, problemas econômicos comuns ao Brasil e aos Estados Unidos, «Rio Branco e seu círculo de Ouro», «Um criador de boa amizade (José Silvestre Rabello...)», são capítulos de outra produção daquele tempo : *Brasilianos e Yankees*, 1926...

Descrevendo o valor das personalidades escolhidas para o cargo de Presidente (Reitor) das Universidades, significava que o da célebre de Princeton, Woodrow Wilson, foi Presidente dos Estados Unidos, a que poderíamos aditar hoje, ter o mesmo ocorrido com o Presidente Einsenhower, que vai da Colúmbia para a Casa Branca...

Atingindo o cargo final de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário por merecimento, em 1926, vai servir no Uruguai, de 1926 a 1930, e nos dá, avisando inicialmente, «como estudante dos fenômenos políticos, econômicos e sociais», o interessante livro *A Democracia Uruguaia*, 1929, daquele Uruguai, que o aplaudiu em 1918, e que exalta : «Laboratório de democracia, foi chamado...», após ter escrito : «São aqui os partidos os grandes respiradouros da opinião. Vida pública sem partido é estagnação ou despotismo. O mal do Brasil foi não ter, à proclamação da República, refeito os dois com que, até então, se governou.»

Representante do Brasil no Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, em Genebra, desde 1938, acompanha êsse órgão quando da mudança para Montreal, após o início da última Grande Guerra, e lá, na Província de Quebec, serve até 1941.

Dai a nova publicação, *O Domínio do Canadá*, 1942, com esta justificativa, que é a constante de uma vida de inteligência : «Paralela à informação oficial, permanente, destinada ao Ministério das Relações Exteriores, cabe ao representante no estrangeiro outra, pessoal e não menos constante, de divulgação na imprensa e no livro. A esta não faltou tão pouco o abaixo assinado, dentro da ética profissional, onde quer que haja trabalhado. É o que ainda acontece agora.»



E praticou sôbre a «Irmã desconhecida...» com a sinceridade, o zêlo e o saber habituais.

E agora compreendo porque desde minhas primeiras viagens culturais às Américas, Uruguai e Argentina, 1927, Estados Unidos, 1937, nas universidades, associações, institutos que frequentei no setor jurídico internacional, em quase todos ouvi referido com admiração, e respeito e amizade, o nome de Hélio Lôbo.

Na Universidade de Colúmbia falaram-me elogiosamente dêle vários professôres, em particular o insigne Basset Moore, que ainda em carta a mim dirigida, em 1942, se referia ao «meu amigo de longa data, Dr. Hélio Lôbo» que, «sempre me faz recordar o meu velho e venerado amigo, o Barão do Rio Branco... com quem minhas relações foram excepcionalmente estreitas.» (H. Valladão, *Justiça, Democracia, Paz*).

Em Washington, era seu grande amigo o notável internacionalista, Brown Scott, fundador do «Instituto Americano de Direito Internacional», a que Hélio Lôbo pertencia.

#### HOMBRIDADE, PENA, REPARAÇÃO

Após Nova York e Montevidéu seguiria Hélio Lôbo para a chefia da missão diplomática do Brasil na Haia, assumindo-a em março de 1931.

Foi o único pôsto em que nada publicou...

Mas escreveria dali página fulgurante de sua carreira diplomática.

Revelaria o lado varonil do verdadeiro homem que êle o era, deixaria vista sua inteireza moral, aquela sua hombridade a que se referiu Alfredo Valladão em trecho já citado.

Estava o Brasil no regime do Govêrno Provisório. consequente à Revolução de 1930. Estala em São Paulo a revolução constitucionalista pela volta do país à legalidade.

É o Ministro Hélio Lôbo procurado na Haia a fim de facilitar embarque de munições para o Govêrno em luta, e se recusa firmemente a fazê-lo.

E telegrafia ao Ministro das Relações Exteriores, seu antigo amigo, nestes têrmos: «Fábrica austríaca munições com sede Dordrecht pediu-me hoje intervenção obter Ministro Negócios Estrangeiros permissão embarque 10 milhões de cartuchos encomendados pela Missão Militar Paris cinco dos quais prontos. Ministro do Brasil para servi-lo não me seria possível nem mesmo penosamente subscrever documento. Aguardo instruções sôbre Legação.»

Ordenada pelo Ministério a passagem da Legação ao Secretário Mário da Costa Guimarães, êste, num gesto nobilíssimo



de solidariedade, declara que «nem como brasileiro e paulista nem como signatário da carta 16 julho seu Chefe Gabinete poderia assumir Legação ou de qualquer modo participar no que se exigiu de meu chefe imediato.»

Daí, e, afinal, a disponibilidade não remunerada de Hélio Lôbo, com base, segundo apuramos, no artigo 18, a, do Decreto nº 19.595, de 15 de janeiro de 1931, antecessor do art. 177 da Carta de 1937, ato a que se segue outro, da mesma natureza, quanto ao Secretário Mário da Costa Guimarães, pois este inteiramente o reclama por solidariedade a Hélio Lôbo.

Agira Hélio Lôbo segundo escreveu em artigo, «Ironia da História», saído na *Tarde*, da Bahia, de 10 de junho de 1933, por «um alto sentimento brasileiro», e, diria depois, em requerimento oficial sobre que opinei como Consultor Geral da República, «por um imperativo de consciência.»

Pusera sua dignidade de homem e de brasileiro acima das vantagens de um cargo público, que era o mais alto de sua carreira.

Mantinha Hélio Lôbo as altíssima tradições paternas, daquele *Varão da República*, do livro que com este título publicou, 1937. Repetia, noutro plano, o ato de Fernando Lôbo que, recém-eleito Senador Federal por Minas Gerais, faltando ainda sete anos para o término de seu mandato, renunciou-o por ter sido derrotado, como candidato, em eleição para Vice-Presidente da República, inclusive em Minas...

Do ato de Fernando Lôbo disse Alfredo Valladão o que se poderia reiterar da atitude do filho, de Hélio Lôbo: «É um ato de escrúpulo sem exemplo talvez na história da República, de tão grande desapêgo às posições» (*Vultos Nacionais*, pág. 289).

Mas se a hombridade de Hélio Lôbo o levou à pena gravíssima e injusta da disponibilidade não remunerada, a reparação compensadora haveria de vir.

As ditaduras, inundações de águas turvas carregadas de pedras, troncos e lama, passam...

Foi-lhe o Governo Provisório de 1930-1934, desapareceu o Estado Novo de 1937-1945, e voltou o Brasil ao regime constitucional de 1946.

Uma lei de 1947, a Lei 171, fez a reversão dos funcionários civis e militares, vítimas dos arbítrios ditatoriais.

Hélio Lôbo requer, pois, a reversão, mas esta não lhe é concedida pelo Presidente da República...

O Ministro do Exterior, o nosso insigne Presidente, Embaixador Raul Fernandes solicita reconsideração, e o Presidente pede o meu parecer, como Consultor Geral da República...

Tive o prazer de concluir pelo deferimento nestes termos: «A Lei nº 171 não subordinou a reversão, que veio conceder como uma satisfação aos funcionários e militares, vítimas de arbitrariedade da ditadura, a outras condições além das que, expressamente, prescreveu. *A reversão estabelecida na Lei 171 constitui um ressarcimento, não apenas de ordem material, mas sobretudo de natureza moral.* É, no caso, o reconhecimento da injustiça que representou para o funcionário a sua disponibilidade, a juízo do Governo ditatorial, sob a alegação de conveniência dos interesses da Nação. A questão da aposentadoria é problema independente da reversão, a ser estudada, posteriormente, em processo distinto.» (Pareceres do Consultor Geral da República, volume nº III).

E o Presidente concordou e Hélio Lôbo teve a reparação justa e merecida.

Serviria, ainda, à diplomacia, como Representante do Brasil no Conselho Administrativo da Organização Internacional do Trabalho, de 1947 a 1951, Genebra, e como Chefe da Delegação do Brasil ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em 1949. Continua a escrever e aparecem, *Conferência Internacional do Trabalho, 1947, Organização Internacional para os Refugiados, 1948, Lição Suíça, 1949...*

#### FAMÍLIA PAN-AMERICANA DE INTERNACIONALISTAS

Os trabalhos de Codificação do Direito Internacional Público e Privado, nas Américas, criaram vínculos tão estreitos, intelectuais e morais, entre os internacionalistas do hemisfério ocidental, que é possível falar numa verdadeira família pan-americana desses juristas.

Nasce no Rio de Janeiro, 1912, na 1ª Reunião da Comissão Internacional de Jurisconsultos, e continua com o Instituto Americano de Direito Internacional, de Washington, com a Sociedade Brasileira de Direito Internacional e suas irmãs nos outros Estados do continente. Prossegue na 2ª Reunião, de 1927, ainda nesta cidade; desenvolve-se nas Comissões Internacionais e Nacionais para a Codificação do Direito Internacional Público e Privado e para a Uniformidade de Legislação, e perdura, atualmente, com o Conselho Interamericano de Jurisconsultos, em suas Reuniões e na Comissão Jurídica Interamericana do Rio de Janeiro.

Os membros que as compõem soldam amizades, fundam relações, que superam espaço e tempo, não conhecem distâncias nem ausências.

Falam um a outro ou dêste e daquele, em termos de cara intimidade, qual fôsem irmãos ou primos.

A perda de Hélio Lôbo foi a de um dos membros mais antigos e queridos dessa família de juristas internacionais.

Ele viera das origens em 1912, sempre acendera o fogo comum, convivera com os maiores, no Brasil, com Epitácio Pessoa, Lafayette Pereira, Candido de Oliveira, Souza Bandeira, Rodrigo Octavio, Amaro Cavalcanti, João Cabral, e já era para as novas e nossas gerações, para os colegas desta Sociedade, um dos maiores, o último dos nossos sócios fundadores.

De suas relações com internacionalistas estrangeiros destacaremos as que cultivou por longos anos com dois eminentes norte-americanos.

Leia-se esta sua passagem de elogio de John Basset Moore, no Boletim de nossa Sociedade: «Coube-me a honra, pequeno secretário que no Itamarati começava sua carreira, de conhecê-lo no ano de 1910, em Buenos Aires, como membro da delegação dos EE. UU. da América à IV Conferência Inter-Americana. Depois, Cônsul Geral em New York, fui seu aluno na Universidade de Colúmbia que nunca abandonou. Mais tarde, ministro na Haia, era com o juiz internacional que me honrava de continuar relações que tanto me desvaneciam. E na metrópole mundial, pude afinal prestar-lhe minhas homenagens quando, no seu apartamento de Park Avenue, escrevia suas memórias retirado de toda atividade no fôro ou na cátedra. Tinha cêrca de 80 anos e o espírito era tão jovem como antes. Conversamos sobre a guerra, o mundo, mas o seu tema favorito era o Brasil, evocando como Rio Branco, nomes de amigos, vivos uns, desaparecidos outros, entre os quais avultava o de tão saudosa memória, Rodrigo Otávio. Nas estantes cheias os seus livros, tantos quantos valiosos, sobressaia à frente deles o Digest of International Law, único no gênero no nosso continente pela substância e a autoridade.» (Boletim, jan./jun., 1948, págs. 83-4).

E sintam-se êstes trechos de Hélio Lôbo saudando em nome de nossa Sociedade a outro membro ilustre da família americana de internacionalistas, a Charles Fenwick: «Não tenho outras credenciais que as do tempo, pois fui um dos que, há tantos anos, lhe construíram com Amaro Cavalcanti, de saudosa memória, os alicerces e lhe traçaram os rumos. Tarefa de prazer e de melancolia. De prazer, pelo muito que sois e que vos queremos. De melancolia, por quem substituis, James Brown Scott, que, como vós, lidou a vida toda pela lei internacional, tão árdua de amparar-se porque ao sabor de paixões nacionais, mais ásperas que as individuais. Vejo-lhe sempre a sombra amiga ao lado de outra, Rodrigo Octavio, que também tenho no coração e que foi para

mim um dos mais belos exemplares da gente brasileira. Como ambos, a paixão da concórdia humana animou-vos desde os bancos escolares.» (Boletim, jul./dez., 1945, pág. 15).

Seu último trabalho entre nós foi o elogio de James Darcy, de quem disse: «Grande orador, na verdade. E, pois, ouvir sabia melhor... Para James Darcy a vida individual não podia separar-se da vida moral. Essa a beleza de sua personalidade, tão interessante a outros respeitos» (Boletim, jan/dez., 1953, pág. 92).

Vivia Hélio Lôbo a vida social-cultural num quadro familiar.

E tinha para êsse fim esta outra qualidade, indispensável ao lar comum: o equilíbrio, a bondade, a doçura no trato de seus confrades.

#### AS MEMÓRIAS NÃO ESCRITAS...

A cruel enfermidade que o prostrou nos últimos anos interrompeu sua intensa produção literária. Imenso claro no quadro de nossas forças espirituais.

Fôra, desde a mocidade, um escritor, de tôdas horas, trabalhando e produzindo sem parar...

Teria sido a forma de expansão de uma personalidade retraída que se isolava no estudo e no pensamento, de quem se dizia «cismático por índole.»

Procedia a um estudo ou investigação, realizava missão ou encargo, público ou privado, e surgia logo o artigo, o ensaio, o livro de Hélio Lôbo, acessível, límpido, agradável, harmonioso, convincente.

Mas a facilidade de escrever e a larga messe de produções não lhe desmereceram a linguagem, sempre de primeira água.

Seu estilo era vara de condão de bom encantamento dos temas que versava.

Assim ocorreu em tudo de que tratou, até nos assuntos mais prosaicos.

Ao tempo em que fulgurou no Itamarati a personalidade de Otavio Mangabeira, encarregou êste a Hélio Lôbo de coordenar os Serviços Econômicos e Comerciais. Sua «Exposição», 1929, foi clarão de entendimento, que permitiu, no método e eficácia de sua direção, atividade construtiva no assunto.

Lamentamos, assim, que o bom Deus não lhe tivesse permitido escrever suas memórias, que tanto ilustrariam a vida cultural e internacional da sua Pátria querida.

Desenrolaria fatos e personalidades de perto de meio século. e até sobre a Academia Brasileira poderia ter escrito, qual acaba de fazer Henry Bordeaux, *Quarante ans chez les Quarante*...



## HÉLIO LÔBO E O BARÃO DO RIO BRANCO

Quanto nos dizia, em tais memórias, do seu grande amigo, o Barão do Rio Branco, que para êle foi o patrono e de cuja obra foi divulgador fiel e entusiasta.

Completaria, em livro, aquêlê carinhoso e fino retrato do capítulo : «Rio Branco e seu círculo de Ouro», aparecido na obra *Brasileiros e Yankees*.

Foi para a figura de Rio Branco que Hélio Lôbo se voltou ao tomar posse no Instituto Histórico, com êstes imperecíveis períodos : «Na convivência de quem neste grêmio e fora dêle foi um dos maiores cimos de nossa cultura histórica, eu aprendi a querer no Brasil de hoje o Brasil de ontem.»

Na Revista Americana, de fevereiro de 1912, mês e ano do passamento de Rio Branco, escreveu êle comovido artigo, aplicando ao insigne patricio, «As palavras de um dos maiores de nossa boa linguagem . . .» ou seja : «Estremeceu a pátria, viveu no trabalho e não perdeu o ideal.»

E acrescentou com justeza : «Raro é um exemplo assim de atividade pensante e carinho investigatório.»

Sôbre Hélio Lôbo vou pedir auxilio, também, a um dos maiores da nossa boa linguagem, corro a D. Francisco Manuel de Melo, dêle tiro esta exclamação que o nosso saudoso confrade poderia repetir, com orgulho : «Meu comércio são as letras e os livros, em que maior piedade e honra se acha como é notório.»

E ajuntarei, para fechar com algo de ótimo êste desataviado discurso, as palavras que ouvi de nosso insigne confrade Otavio Mangabeira sôbre Hélio Lôbo : «Um dos melhores homens que encontrei na vida» (do livro a sair, *Palavras ao Vento*).

Foi homem integral e raro: uniu inteligência, caráter e coração, associou valor espiritual, fortaleza de ânimo e doçura de trato, conjugou cultura, hombridade e brandura.

Será sempre lembrado nesta sua casa e nesta sua familia de internacionalistas.

## JOSÉ DE ARAÚJO RIBEIRO — VISCONDE DO RIO GRANDE E SUA OBRA — O FIM DA CRIAÇÃO (\*)

DR. HERBERT CANABARRO REICHARDT

### I

#### O DIPLOMATA E O POLÍTICO

José de Araújo Ribeiro, (1) 1º Visconde do Rio Grande, nasceu em Pôrto Alegre, a 20 de julho de 1800 e faleceu no Rio de Janeiro a 25 de julho de 1879.

Grande do império, ministro plenipotenciário aposentado, senador pela Província do Rio Grande do Sul, era comendador da Ordem de Cristo, oficial da Legião de Honra da França, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, formado em direito civil pela Universidade de Coimbra.

Em sua vida ativa foi diplomata, político, escritor e filósofo.

Como diplomata, serviu em Nápoles, França, Estados Unidos da América do Norte e Inglaterra como enviado extraordinário. Foi em missão especial em 1835 a Portugal cumprimentar D. Maria II por sua exaltação ao trono. Foi ainda ministro plenipotenciário em França e em 1843 em missão especial na Inglaterra, voltando à França, daí se retirando em 1849, após a queda da família de Orléans. (2)

Como político sua carreira foi mais longa. Administrou as províncias de Minas Gerais em 1833 e Rio Grande do Sul de 1836 a 1837, por ocasião da revolução farroupilha. Foi ainda deputado e senador por essa província.

É interessante lembrar sua atuação como presidente da província do Rio Grande do Sul, nomeado em substituição ao Doutor

---

(\*) Conferência realizada no «Pen-Club do Brasil» pelo Dr. H. Canabarro Reichardt, em 9 de dezembro de 1959.

(1) Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

(2) Ivan Lins, no opúsculo: *O Positivismo no Brasil*, pág. 4 refere-se à sua atuação como nosso ministro em Paris, em favor de um estudante brasileiro que para ali fôra para doutorar-se em Direito, mas contrariando vontade paterna, seguia em 1839 um curso de filosofia com Augusto Comte.

Fernandes Braga, deposto pelos revolucionários, no movimento de 20 de setembro de 1835.

Foi justamente dêsse curto período em que foi despachado pelo governo imperial, para presidente daquela província, com a missão de pacificá-la, que José de Araújo Ribeiro adquiriu maior notoriedade. Não que tivesse tido êxito em sua missão ou se notabilizasse por algum ato administrativo, pois apenas governou por poucos meses parte da província e isso mesmo, com muita instabilidade.

Era José de Araújo Ribeiro ligado à importante família riograndense, dona de grande estância de criação e xarqueada, à margem do Guaíba, defronte à Pôrto Alegre, no lugar que conserva o nome de Barra do Ribeiro.

Seu irmão, Bento Manuel Ribeiro, notabilizou-se como hábil condutor de homens e valente cabo de guerra, principalmente, por suas atitudes dúbias, pró e contra a revolução.

Chegando Araújo Ribeiro à cidade do Rio Grande, no brigade São Cristóvão, foi recebido por uma comissão da Câmara Municipal.

Receioso de dirigir-se imediatamente a Pôrto Alegre, (3) demorou-se em Pelotas, de onde mandou emissário para entender-se com os chefes revoltosos. Bento Gonçalves, que se achava no Serrito, logo que se avistou com o emissário, perguntou-lhe :

— Que novas temos?

— Novo presidente, respondeu-lhe o emissário de Araújo Ribeiro.

— Pois há-de governar, se fôr essa a vontade dos povos. Vai abrir-se breve a assembléia e ela decidirá.

Pouco depois, avistaram-se em Pelotas, Araújo Ribeiro e Bento Gonçalves. Há contradições sôbre os termos da conferência. Uns acham que foi amistosa e muito animadora (Assis Brasil).

É pelo menos o que se depreende do tópic de uma carta de Bento Gonçalves a seu irmão em Camaquã: «estive com o novo presidente José de Araújo Ribeiro; parece muito boa pessoa e creio que fará muito bom governo. Ele segue para a capital depois de eu ali chegar» (Alfredo Rodrigues).

O fato, porém, é que, com ou sem a anuência de Bento Gonçalves, a assembléia provincial, reunida em Pôrto Alegre, a 9 de dezembro de 1835 para dar posse ao novo presidente, re-

---

(3) Bento Gonçalves — *Do autor*, pág. 110.

solve adiá-la, «até a solução do governo imperial, a quem o povo ia representar.»

Desenganado Araújo Ribeiro de poder tomar posse perante a assembléia, retira-se da capital e pouco depois realiza o ato perante a Câmara Municipal da cidade do Rio Grande.

A curta e frustrada presidência de Araújo Ribeiro, ensejou dois episódios relevantes. A defeção de Bento Manuel das hostes revolucionárias sem embargo dos reiterados apêlos de Bento Gonçalves; sua decidida atuação na campanha, no sentido de aliciar forças em favor da causa de seu irmão e o início da campanha militar que ensanguentaria e devastaria a província pelo espaço de dez anos! (4)

A campanha militar, vigorosamente sustentada por Bento Manuel contra as forças revolucionárias, caracterizou-se neste início por importantes episódios: proclamação da República de Piratini por Neto, em 11 de setembro de 1836, do Campo de Menezes, na chefia ocasional dos revoltosos, a retomada de Porto Alegre pelos legalistas, na qual Araújo Ribeiro entra festivamente em 2 de agosto, e restabelecimento do governo legal e a derrota de Bento Gonçalves, no combate do Fanfa, onde é aprisionado e remetido para o Forte do Mar, na Bahia, de onde fugiria pouco depois.

Nem por isso terminaria a revolução. Outros chetes assumiriam a direção, sendo o último o meu antepassado, David Canabarro, que assinaria com Caxias, em termos honrosos para ambas as partes, a 28 de fevereiro de 1845, a pacificação do Rio Grande.

Desgostoso e decepcionado, mais com a oposição que no parlamento lhe moviam seus próprios correligionários, do que com a guerra que abertamente movia aos rebeldes, Araújo Ribeiro em ofício de 3 de dezembro de 1836, insta junto ao governo imperial para que lhe dê um substituto. «Ansioso de gozar algum sossêgo, espero que V. Exa. não terá esquecido de nomear-me quanto antes um sucessor, como já por várias vezes tenho requerido.»

Encerrava assim, melancolicamente, êsse capítulo de sua vida política. Nem por isso, deixou de ligar seu nome a um dos acontecimentos mais marcantes da história da política brasileira, sobretudo para o Rio Grande do Sul.

Voltou a exercer suas funções diplomáticas em vários países da Europa, onde se aprimorou no estudo das ciências, acumu-

---

(4) Olinto Sanmartin, em tese ao III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia: «O Visconde do Rio Grande», culpa-o da luta fratricida: «A José de Araújo Ribeiro se deve a revolução armada, o único e verdadeiro culpado do decênio sangrento que tanto perturbou o ritmo nacional nos seus anseios de paz e de progresso para integrar-se no alto destino americano.» Anais — Vol. 3º, p. 1697. Nada autoriza tal opinião.



lando a soma de conhecimentos que serviriam de base à sua grande obra: *O Fim da Criação ou a Natureza Interpretada pelo Senso Comum*, publicada no Rio de Janeiro em 1875.

## II

### O NATURALISTA E O FILÓSOFO

Sacramento Blake, em seu dicionário bibliográfico, chama-lhe «um livro filosófico, profundamente meditado e publicado sob o anonimato».

O Prof. João Cruz Costa, em notas suplementares à sua notável *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, editada em 1956, faz-lhe crítica tanto quanto desfavorável.

Consoante se lê de suas palavras: «De pouco valor para a filosofia do Brasil, embora o seu autor tenha se ocupado de fatos brasileiros, de geologia sobretudo, é o livro que apareceu anônimo em 1875, mas cujo autor é José de Araújo Ribeiro, Visconde do Rio Grande. O Visconde do Rio Grande, que foi diplomata e político, escreveu um curioso livro de geologia e, em parte, de filosofia que é o *O Fim da Criação ou a Natureza Interpretada Pelo Senso Comum*.

«O Visconde pretende mostrar que a terra é dotada de uma vida própria, e se nutre como os indivíduos organizados, e que deve, como êsses indivíduos, crescer de volume, colhendo nas regiões do espaço, por intermédio de sua atmosfera, a matéria necessária à sua nutrição e crescimento.»

«O Visconde diz em certo trecho de sua obra: «Pelo que respeita à espécie humana também os indivíduos nascem e crescem para morrerem e engrossarem as camadas dos terrenos quaternários e tôda a sua inteligência os não põem a coberto desta lei inexorável.»

«Um triste destino humano, exclama o Prof. Cruz Costa, o de servir de material de sedimentação: A nossa vida moral ou espiritual (citando palavras textuais) que se nos afigura talvez como razão determinante da nossa existência, desaparece inteiramente com a morte, e de ordinário antes da mesma morte como se fôra um sonho, não ficando de real e positivo senão o nosso cadáver, essa porção de ar condensado que a terra logo reclama, e que a mesma natureza nos constrange a entregar-lhe sem maior tardança. Tudo isto está na consciência dos homens refletidos, mas conviria que estivesse na de tôdas, visto que o conhecimento do nosso poder real, na economia da natureza, não deve deixar de ser vantajoso. Êle nos poupará muitas ilusões que são sempre causas de males» (*ob. cit.*, pág. 553).

«Como se vê, observa ainda o Prof. Cruz Costa, o Visconde do Rio Grande é também um grande pessimista que assenta essa sua concepção moral em conclusões decorrentes do estudo da geologia.»

E conclue: «O trabalho do Visconde — é curioso — lê-se com certo agrado, apesar de tenebroso. Suas tendências são evidentemente materialistas. Mas a um Visconde não parecia bem confessá-las de público, durante o Império (e talvez mesmo depois) e, por isso, nunca êle scandalizou as pouquíssimas pessoas que o leram.»

Essa explicação sumária do Prof. Cruz Costa sobre a obra de Araújo Ribeiro, e para cuja demonstração o autor reuniu dados científicos que enchem mais de seiscentas páginas, deixam uma impressão pouco lisongeira da obra.

Não é porém assim. Muito pelo contrário. Admira-se como êsse homem, além das muitas ocupações e preocupações políticas e diplomáticas tinha vagares para reunir tão vasto cabedal científico .

### III

#### O NATURALISMO NO SÉCULO XIX

Tôdas as observações no campo da geologia e da paleontologia, aparentemente parecem dar razão ao autor.

Têm-se de fato, a impressão de um crescimento da terra!

A geologia que é, senão a história do nosso planeta impressa nas camadas superpostas, de sua superfície, pela qual pode-se determinar com exatidão, por sua espessura, a duração de cada período.

A paleontologia mostra, nas escavações do solo, como se desenvolveram e se comportaram os seres vivos, através das idades e que jazem sepultados, na poeira dos séculos.

Constituído pelos detritos que incessantemente vão caindo e insensivelmente levantam o nível da superfície terrestre.

A observação é perfeitamente verdadeira. O equívoco do autor está, entretanto, na interpretação que lhe dá, apesar de declarar no sub-título, de que é : *guiado pelo senso comum*. Não afirmou Augusto Comte que a ciência: é o *bom senso sistematizado*?

O século XIX, época em que viveu o autor, foi um período fecundo para o desenvolvimento dos conhecimentos humanos, sobretudo do naturalismo científico. Em sua metade, em 1859, precisamente há um século, no ano que transcorre, surgiu uma obra

que teve a maior repercussão, plantando um marco definitivo no estudo da natureza.

Queremo-nos referir ao livro de Charles Darwin : *A origem das espécies*.

A filosofia naturalista, que no século 19 empolgou os espíritos, não surgiu de chôfre com Darwin.

Anteriormente, um século antes, os *princípios da evolução e da hereditariedade*, eram já conhecidos e Gaspar Friederich Wolff, em sua obra clássica *Teoria generationis*, em 1759, lança as bases de sua teoria. Não teve, então, maior repercussão. O assunto foi retomado em 1809, por Lamark, em sua *Teoria da descendência*, mas só se tornou universalmente conhecida graças aos estudos e observações de Darwin.

A teoria da evolução, ou da seleção natural, constitui a base da filosofia naturalista, que por sua vez se baseia na lei de causa e efeito. *Nulla causa sine effectus*.

Todo aquê, que emprega a observação e a experiência aos fenômenos naturais, observa Augusto Comte, sente, invariavelmente, a necessidade de criar uma teoria para ligar os fatos entre si e assim poder explicar aquilo que está além da observação.

Nota, porém, com muita agudeza; se é verdade que toda a teoria deve basear-se na observação dos fatos, é igualmente verdade que os fatos não podem ser bem observados sem o auxílio de uma teoria qualquer. A falta dêsse guia, a contemplação dos fenômenos seria estéril e ilusório, por isso que ser-nos-ia impossível combiná-los entre si, fazê-los ou mesmo percebê-los.»

De onde resulta, segundo o método adotado, que tanto se podem explicar os fenômenos de maneira abstrata ou metafísica, como restringir-se aos dados que a ciência fornece.

«É tempo de completar a vasta operação intelectual começada por Bacon, Descartes e Galileu, exclama profeticamente o citado filósofo, construindo um sistema de idéias gerais destinadas a prevalecer para o futuro. É o único meio de terminar a crise revolucionária que atormenta as nações civilizadas.»

Ernesto Haeckel, filósofo e naturalista alemão, sistematizou a aplicação do método positivo às ciências naturais. Para êle, toda a criação deriva da *monada*, protótipo dos primeiros seres vivos aparecidos na terra. De onde, a concepção *monista* do universo ou o *monismo*.

O *monismo* é, nada mais nada menos do que um desenvolvimento da teoria de Darwin, conforme confessa o filósofo.

Para chegar a essa concepção, parte da unidade visível: o ôvo ou óvulo.

O ovo ou óvulo, é a imagem ao mesmo tempo a síntese da história do sêr vivente, para cuja representação criou a palavra: *ontogênese*.»

A existência embrionária de todos os sêres vivos é assombrosamente idêntica.

Impossível distinguir-se, nos dois primeiros meses de gestação, o embrião do animal superior, como por exemplo o sêr humano, das outras espécies de mamíferos.

Essa sensacional descoberta, provocou no século XIX, como é de imaginar, intensa agitação nos meios cultos. Uma parte a combatia enquanto que outra procurava ajustar, nos domínios do pensamento, essas idéias com as novas descobertas realizadas no campo experimental.

A reação operada, tanto no campo teórico como no prático, foi prodigiosa.

Imagine-se todo o imenso progresso da física, da química, das ciências naturais, da astronomia, da mecânica, da força motriz, essa propulsora do imenso progresso!

Mas o que é o darwinismo? Como no-lo diz o título de sua obra capital: *A origem das espécies*, limita-se ao estudo da evolução das espécies viventes do reino animal e vegetal.

«Todos os diferentes organismos que vivem ou viveram sôbre a terra se originam de uma ou de poucas formas extremamente simples que pelos meios naturais evoluíram lentamente.»

Goethe, não só foi um dos maiores poetas da humanidade, mas um conspícuo naturalista. Profundo observador escreveu em 1790 um estudo sôbre a metamorfose das plantas sob o título: *Morfológia, formação e transformação da natureza orgânica*.

Para se compreender a verdadeira revolução operada por Darwin, devemos considerar que a teoria predominante na época, era a de que os animais e plantas, tinham desde o comêço da criação suas atuais formas.

O que Darwin procurou explicar, é que por causas infinitamente variáveis do meio, através de infinitos anos, os organismos se diversificaram, formando as mais variadas espécies.

Mas o Universo apresenta-se-nos sob duas formas inteiramente distintas: a *orgânica* e a *inorgânica*.

O *mundo orgânico* é constituído de todos aquêles sêres vivos, compreendendo os reinos animal e vegetal, dispendo de órgãos, os quais, trabalhando em conjunto, respondem pelo que designamos por *vida*.

O *mundo inorgânico* é constituído pelos minerais, água, ar atmosférico que se considerava inteiramente destituído de qualquer manifestação vital.



A teoria de Darwin, fixando-se no mundo orgânico, para êle, sòmente se supunha válida

A *teoria do transformismo* ou da evolução no tempo e no espaço de todos os sêres vivos, fatalmente levaria à conclusão de que todos, sem exceção, se acham submetidos às mesmas leis naturais.

Conquanto Darwin houvesse em seu famoso livro deixado de aplicar a sua teoria à espécie humana, fê-lo mais tarde, em 1871, em sua obra *The descent of man and selection in relation to sex*.

Mas aqui dá-se o que Haeckel chamou de *contradictio in-adjecto* porque, pelo título de sua obra: *História da Criação Natural* parece dever aplicar-se a teoria da evolução, tanto ao mundo orgânico como ao inorgânico.

Dêsse último, porém, não cogita Haeckel, porquanto a ciência natural, afirma, considera a matéria eterna e imutável.

O aforismo: *nada se cria e nada se perde na natureza*, constitui uma das pedras angulares do materialismo. Onde a matéria parece desaparecer, na realidade apenas se transforma. São palavras de Haeckel: «Jamais alguém observou o mais pequeno desaparecimento da mais pequena parte da matéria assim como a ela se houvesse acrescentado o mais pequeno átomo.»

Tanto a matéria orgânica como a inorgânica, transforma-se pela energia inerente à própria matéria, formando com ela perfeita unidade.

Essa *unidade da matéria* já havia sido expressa por Goethe, ao afirmar que: «a matéria não pode subsistir sem o espírito, nem o espírito sem a matéria.» O mesmo afirmava Demócrito, meio século antes de Cristo, em sua célebre teoria do átomo.

A ciência atual, com a desintegração do átomo, confirma, experimentalmente o que aqueles filósofos afirmaram conduzidos por uma profunda intuição.

#### IV

##### O NATURALISMO NO PLANO CÔSMICO

A efervescência de idéias no século 19, explica a gênese da filosofia de *O Fim da Criação*, de autoria de José de Araújo Ribeiro, Visconde do Rio Grande.

Os dados científicos, a que se refere para lançar a sua teoria, revelam acurado trabalho de pesquisa. Conhecedor da ciência corrente de seu tempo, procura interpretá-la segundo teoria que, isoladamente, adota, e assim, permanece no campo científico.

Trechos de seu livro ilustrarão melhor, podendo cada qual fazer dêle um juízo pessoal.

Prova de que sua teoria reflete as idéias naturalistas, está nesta declaração preliminar: «alguns filósofos conceberam estender também a tôda a criação o fenômeno da vida, que tem andado restringida aos dois reinos orgânicos do nosso globo.»

Funda-se sua teoria em conceitos de Humboldt e La Place, que compararam, de modo genérico, os astros aos rêres organizados, em suas fases de nascimento, crescimento e morte.

Para tanto, entende necessário um estudo da terra. «Quem não desejará conhecer a terra por todos os seus lados, examinar o seu interior sôbre que tantas questões se tem suscitado, e sobretudo observá-la de fora para fazer idéia do aspecto que ela apresenta no espaço? O verdadeiro estado do seu interior, e a natureza dos materiais de que ela realmente consta, parece que jamais chegaremos a conhecer; mas quanto ao seu aspecto exterior, as noções que possuímos de sua superfície e seus movimentos nos habilitam a coñjecturar qual deverá ser, pois que a realização de tão interessante espetáculo que nos deveria arrebatrar, pode ser suprida pela imaginação fantasiando-nos que nos é dado deixá-la por algumas horas para a contemplarmos de certa distância. Escolhamos algum ponto do espaço dentro e perto da órbita, e postemo-nos aí à espera da sua passagem.

«Ei-a lá aparece no ocidente, correndo para nós com a velocidade de 27.500 léguas por hora, e ainda a 100.000 léguas de distância, já o seu disco nos parece ser doze ou treze vêzes maior do que a lua. Nós a estamos vendo à luz de alto dia, e a sua côr é a mais bela possível, pois que é a côr de prata tingida de azul celeste, sendo esta tinta devida aos vapôres de sua atmosfera.

A sua beleza porém contrasta com o céu negro de que se destaca, negro como o carvão que é a côr do espaço. Através de seu ténue véu atmosférico distinguem-se grandes manchas mais ou menos visíveis que representam os seus mares e continentes.»

«Em menos de duas horas já tem ela galgado a metade da distância que nos separava, e então melhor podemos reconhecer o seu movimento de rotação, visto que parte das manchas que primeiramente avistamos já se tem occultado por um lado, ao passo que outras vêm aparecendo pelo lado oposto.»

«Imagine-se a ansiedade que estamos experimentando e que deve ir crescendo à medida que o astro se aproxima do nosso pôsto.

O seu tamanho já nos parece consideravelmente maior, o sol lhe bate em cheio, e apesar do azulado véu que a cobre, deixam-se ver distintamente alguns de nossos continentes, os oceanos que banham as suas costas, e algumas de suas ilhas.»

«Enfim as suas dimensões crescem rapidamente, e em menos de outras duas horas êi-lo que chega com sua velocidade de oito léguas por segundo, isto é, com uma velocidade 100 vêzes maior do que a do som.»

«Ê então que nossa ansiedade chega a seu auge, e que desejariamos ser todo olhos para contemplar a imensa gleba de que somos sêres adscriptícios; mas debalde! A enorme massa de 3.000 léguas de diâmetro corre com tamanha rapidez que nos não dá senão 6 a 8 minutos para a vermos atravessar por diante de nós. Passa logo além e já começa a fugir-nos para se ir engolfar nos abismos do espaço.»

Entrando no exame da tese de que: *a terra é dotada de vida própria e que se nutre como os indivíduos organizados*, começa por não aceitar a hipótese de que a terra, em sua origem existisse em estado fluido, em consequência da fusão dos elementos de que se compõe e que o esfriamento lento dispô-los-ia em camadas, consoante os períodos geológicos.

A admitir-se essa explicação, exclama, o estriamento teria provocado diminuição de seu volume em vêz de aumento, hipótese que o autor se propõe a demonstrar.

Não aceita a hipótese de La Place, pela impossibilidade de explicar de onde teria provindo, no espaço gélido, o imenso calor que manteria volatilizada a matéria de que se formaram os planetas.

Analisa a hipótese de Buffon, Herschel e La Place, aliás, diga-se de passagem, hoje universalmente aceita, inclinando-se para opinião contrária de Lyell, Fouillet e Liais.

Segundo a exposição que faz daquela teoria todos os corpos celestes do nosso sistema, procedem de uma imensa nebulosa incandescente que tinha o sol por centro e cuja circunferência ia além da órbita do mais remoto planeta.

Como se fizesse necessario um movimento rotatório, foi a nebulosa convertida em atmosfera do sol, ao qual acompanhava na rotação então muito demorada.

Foi no decurso dêsse movimento, que da imensa massa gasosa se foram destacando diferentes porções em forma de anéis concêntricos que a seu turno se partiram em pedaços, tomando a forma esférica, que vieram a constituir os planetas e seus satélites. Êstes, depois de serem por muito tempo gasosos, em consequência do alto grau de sua temperatura, se tornaram líquidos pela condensação, e de líquidos que eram já passaram ou vão passando pelo resfriamento ao estado sólido, como succede ao planeta de que somos habitantes.

Expôndo os argumentos de sua hipótese de que o nosso globo está em crescimento, afirma que êle tira da atmosfera ou

por intermédio dela, tôda a matéria de que se acrescenta o seu volume.

Confessa que ainda não encontrou semelhante hipótese em nenhum tratado de geologia, o que não poucos receios lhe incute de que, sem manifesto apoio de autoridades científicas, sejam suas idéias havidas por uma esquipação, senão por cousa pior.

Foi buscar na filosofia grega, ou mais precisamente, em Anaximenes, a origem de sua teoria.

O ar é o princípio de tôdas as coisas. É infinito, mas determinado pela natureza, *que, ora pela sua condensação, ora pela sua rarefação se formam todos os sêres.*

A condensação do ar, segundo aquêlê filósofo, começou por produzir a terra que foi muito dilatada, pela qual razão devia de andar sôbre o ar; que o sol, a lua e todos os outros astros se formaram desta terra. Por isso, dizia, que o sol era terra e que o grande calor que emite procede da rapidez de seu movimento.

O autor, se bem admita a importante agência do ar atmosférico do nosso globo, não se intromete a explicar de que elementos nem de que maneira os astros se originaram.

Demora-se em estudar a atmosfera que envolve o sol, chamada *fotosfera* e suas manifestações elétricas. O nosso ar atmosférico pela compressão não só pode produzir luz e calor, como manifestar certa qualidade luminosa, como nas auroras boreais.

Examinemos como o autor explica como se nutre a terra apoiado em dados científicos.

A maior parte da terra, conquanto formada de matéria inorgânica ou de minerais, também têm vida própria.»

Em todos os reinos: animal, vegetal e mineral, há o que êle denomina: *princípio vital*. Cada um, porém, manifesta-se de maneira peculiar, conforme a atividade molecular.

«Nós hoje sabemos que tôdas as rochas se estão lenta e incessantemente transformando, mudando de consistência e textura e assumindo diversas naturezas.»

«São provas desta geral atividade ou antes vitalidade, as imensas combinações e decomposições químicas, as concreções e cristalizações em todos os seus graus, que sem cessar se efetuam por tôda a parte, e dão testemunho das forças vitais que também vigoram na massa mineral da terra.»

Se, pois, o nosso globo vive e se nutre e se nutrir-se é tomar ao mundo externo as substâncias de que carece a sua atividade vital, não podendo êsse mundo existir senão no espaço onde gira o mesmo globo, seremos forçados a inferir que é nesse espaço que êle colhe aquelas substâncias, assim como que é pelo seu envoltório externo, isto é, pela sua atmosfera que essa operação se etetua.



A êsse respeito parece que se não pode admitir dúvida alguma; os astros se nutrirão por intussepção, (5) segundo a expressão dos fisiologistas, colhendo no espaço os alimentos necessários à sua nutrição e desenvolvimento. O seu giro contínuo não parece ter outro fim.

«A parte sólida da terra se apropria dos fluidos que entram na composição da atmosfera. Essa apropriação se realiza ou direta e imediatamente pela combinação dos fluidos com as substâncias terrestres, ou indireta ou mediadamente, por meio dos dois reinos orgânicos, cujos membros condensam em si os mesmos fluidos para entregar à terra o produto da condensação.»

O oxigênio, o hidrogênio, o azoto, são os principais elementos que entram na composição dos tecidos dos animais e plantas.

O *princípio vital*, que o autor afirma existir também no mundo inorgânico e para cuja explicação engendra as mais extravagantes hipóteses, graças a física nuclear, está, definitivamente esclarecido. Matéria e energia são estágios de uma mesma coisa.

A matéria é a energia condensada, enquanto que a energia é a matéria liberada pela desintegração atômica.

Castilho Goicochêa em *Capítulos de Ciência e de Filosofia*, no capítulo: «Rutherford — o gigante da física nuclear», à página 116, lembra a sensação causada no mundo científico, em 1919, por aquêlê sábio, quando conseguiu a desintegração do átomo. Cada fissão liberando energia e os neutrons provocando a produção de numerosos outros neutrons do mesmo tipo. A massa de urânio tornou-se assim, pela adição das energias liberadas em cada fissão, uma fonte extremamente intensa de energia utilizável.»

No capítulo *IV*, ocupa-se o autor, em tese, em demonstrar que o *crescimento da terra* é consequência da incorporação dos fluidos atmosféricos à massa sólida do globo.

Não nos demoraremos em acompanhá-lo em suas demonstrações, de vez que tendo ficado exposto a *tese* do autor e o equívoco em que labora, *interpretando a aparência* do fenômeno do crescimento da terra, limitar-nos-emos, aos excertos mais interessantes de seu trabalho.

Citando Humboldt afirma que as terras continentais têm aumentado, assim como regiões, ilhas e arquipélagos inteiros, cuja lenta *solevação* estamos sendo testemunhas.

---

(5) Ato de tomar por dentro e para dentro. *Crescer por...*, i. é. recebendo o alimento, digerindo-o e assimilando-o como os animais e plantas; ao contrário dos corpos que crescem por *aposição* e *conceção*, como as pedras concretas de areias e conchas. Dic. Moraes. V. II, p. 205.

A unidade da Escandinávia, a maior parte da Rússia e uma boa parte da Alemanha e Áustria e algumas porções da França e da Itália, jaziam debaixo do mar; tôda a Dinamarca, Holanda e Bélgica, tinham a mesma sorte, assim como algumas porções da Inglaterra e da Irlanda. O Mar Cáspio e o Mar de Azof e o Negro, formavam um só mar que se estendia para o ocidente, cobrindo os territórios da Bulgária, Valáquia e uma parte da Nova Rússia. Em uma palavra, a Europa daquela idade (Eoceno), era menos um continente do que um arquipélago de ilhas de diferentes dimensões e seguramente a metade, senão mais da metade de sua actual superfície achava-se ainda no fundo do oceano.

Não aceita a opinião de geólogos que afirmam terem submergido muitas terras antigas correspondentes as que emergiram.

“O fundo do oceano está continuamente se entulhando com os detritos carreados da terra pelos seus inúmeros rios, além de que está incessantemente amontoando imensa matéria sólida, fornecida por seus próprios animais e plantas e pelas desnudações da terra.

Passa em revista as teorias a respeito dos vulcões, attribuindo a sua actividade, não à fluidez interior da terra, senão a efeitos puramente locais. O seu fim é o de aumentar a crosta terrestre.

Depois de ocupar-se do aumento da matéria que se forma immediatamente do mesmo seio da terra, trata da que se produz na sua superfície por meios indirectos ou que parecem ser-lhes estranhos.

Os dois reinos orgânicos, sem serem coevos à mesma terra, são hoje mais dois instrumentos de que se serve a natureza para a nutrir e desenvolver à custa de seu manto gasoso.

O ofício dos vegetais e animais, como todos estamos vendo, declara, é o de sorver incessantemente a atmosfera para a condensarem e solidificarem e para darem à terra, em seus despojos, o resultado dessa operação.

«Um triste destino humano, exclama o Prof. Cruz Costa, o de servir de material de sedimentação!»...

Ambas estas classes de entes também, a seu turno, se apropriam dos fluidos atmosféricos ou imediatamente pela respiração ou mediatamente pela nutrição alimentária, visto que se compõe quase exclusivamente de substâncias formadas por aquelles fluidos já condensados pelo princípio vital, isto é, se compõe de substâncias dos mesmos reinos animal e vegetal.

Cita Flamarion (*Tratado sobre a atmosfera*) : «Três quartas partes da nossa nutrição nos vêm do ar que respiramos, e não é senão a quarta parte restante que nos é fornecida pelos alimen-

tos; e ainda acontece que êstes mesmos alimentos se compõe de elementos constitutivos do ar.»

De todos os órgãos de que a natureza dotou os animais, observa, para que pudessem viver e preencher o fim de sua criação, são incontestavelmente os órgãos respiratórios os que apresentam maior desenvolvimento. Dia e noite, dormindo ou acordados, estão eles sem cessar inspirando e respirando o ar atmosférico.

Do capítulo 6º ao 15º, ocupando 400 páginas, a obra se transforma em autêntico tratado de geologia. Não o acompanharemos nesse estudo, em verdade notável, por sua vastidão e profundidade de conhecimentos. Dir-se-ia a parte mais importante da demonstração a que se propôs, de provar o crescimento lento e ininterrupto da terra. Nenhum campo mais propício do que a geologia, sendo talvez essa ciência a que lhe forneceu o mais irrecusável argumento de que a crosta terrestre se torna cada vez mais espessa, e a teoria que inútilmente, com tanto ardor defende.

Sem embargo do profundo interesse que despertam êsses capítulos, o seu maior exame escapa ao objetivo desta conferência. No capítulo VII aborda a formação geológica brasileira, trabalho que por si só clama contra o injusto esquecimento em que permanece.

Cita a opinião de Agassiz, a respeito das rochas plutônicas e cristalinas, o qual depois de dar uma vista de olhos aos subúrbios do Rio de Janeiro afirma: «Na verdade as rochas aqui diferem tanto no seu caráter exterior das do hemisfério Norte, que o geólogo europeu fica desorientado na presença delas e parece sentir a necessidade de estudar de novo aquilo que aprendeu tôda a sua vida.»

Calcula com Liais em 20 milhões de anos cada período geológico. O seu total, nos oito períodos, acrescidos de mais quatro : o carbonífero, devoniano, siluriano e cambriano, perfaz 240 milhões de anos.

Por esse cálculo exclama desolado, poderemos formar uma idéia, bem que pouco segura, do imenso tempo que o nosso globo empregou para adquirir terrenos de duas léguas de espessura (oito a 10 quilômetros). Ainda que a essa espessura se acrescente outra igual, de terrenos provenientes das combinações diretas da atmosfera com a crosta terrestre, ainda assim o espaço de 240 milhões de anos para se produzirem semelhantes terrenos, *parece próprio para nos causar esmorecimento, e nos fazer recuar da hipótese, que supõe a terra em crescimento para chegar um dia a dimensões tais que brilhe no firmamento como uma estrela.*

Depreende-se daí, que a finalidade do crescimento da terra, será a de *brilhar no firmamento como uma estrela.*

Insistindo nessa espantosa idéia, continua : «Se o planeta Júpiter, cujo diâmetro é 11 vezes maior do que o da terra, ainda não atingiu êsse grau de grandeza, que tempo imenso não será preciso que o nosso planeta, não só alcance o tamanho do de Júpiter, mas o exceda de quanto fôr necessário para se *revestir de um manto fotoférico!*»

«Com efeito, estas considerações *nos moveriam a descrever a hipótese de que se trata*, senão fôsse verdade que na mesma terra existem sinais de uma prodigiosa duração passada, que tornam crível a possibilidade de outros no seu futuro.»

Considera a luz estelar como um atributo da grandeza dos astros ou antes consequência natural de seus enormes volumes. «Mas que dimensões deverá ter essa grandeza para se tornar luminoso, é o que não sabe nem crê que alguém possa saber.»

Atribue os movimentos dos astros de translação e rotação não ao impulso primitivo, como admite La Place, mas a efeito de forças vivas inerentes à natureza dos astros.

Cita Humboldt, segundo o qual: «o movimento parece ser uma condição essencial da produção, conservação e desenvolvimento, tanto para os seres organizados como para os astros.»

Na segunda parte da obra, estuda a atmosfera, segundo sua opinião, o intermediário entre a terra e a matéria cósmica, por meio da qual ela tira do espaço o alimento, de que se utiliza para a sua finalidade de crescimento.

Admite a possibilidade de existirem acima de nossa atmosfera massas de fluidos cósmicos ou etéreos que, segundo Queelet seriam como o éter, nimamente sutis e diáfanos. Flamarion, avançando um pouco mais que seu mestre, manifesta a opinião de que êsses fluídos constam principalmente de hidrogênio.

Uma circunstância que favorece essa idéia, observa o autor e não deve ser aqui esquecida, é que sendo êle o corpo de menor pêso atômico que se conhece, e devendo ser por isso o mais independente dos centros de atração, poderá espalhar-se pelas regiões celestes muito mais livremente do que outro qualquer corpo.

O espectroscópio tem, porém, denunciado a presença de outras substâncias na composição dêsse fluído, porque agora as raias do referido gás, apresenta mais as do sódio, magnésio, ferro e acidentalmente de vapores d'água.

Embora o espectroscópio não o revele, existem ainda na atmosfera imensas quantidades de azoto, oxigênio, além de outras substâncias. E termina com estas palavras: «mas qual seja êsse modo ou como é que se opera a renovação (da atmosfera), é o que ainda ignoramos e que, segundo a observação de Voltaire.



parece ser coisa feita de propósito para se furtar à nossa compreensão. Todavia alguns indícios há que levantam um pouco o véu dêsse mistério, e são os que acabo de mencionar nestes últimos capítulos com os quais me despeço do leitor, pondo aqui termo ao meu trabalho.»

## V

### RETROSPECTO CRÍTICO

1º Embora funde sua teoria em conceitos de Humbold e Laplace, não aceita a hipótese dêste último, sobre a formação de nosso sistema solar, da qual, aliás, faz exposição resumida atrás trasladada.

Parece não haver mais dúvida científica sobre essa hipótese, não só por ser a mais plausível e racional, senão por ser a que melhor se ajusta tanto com os movimentos de *rotação* da terra sobre si mesma, como de *translação* em torno do Sol.

Cabem aqui as palavras de De Martonne: «Durante muito tempo a humanidade considerou o movimento aparente dos astros a deslocarem-se de oriente para ocidente como se fôra um movimento real. E não nos surpreendemos com o fato de esta ilusão ter sido tão difícil de destruir: com efeito, a maior parte das conseqüências da rotação da terra que interessam à geografia subsistem na hipótese da sua imobilidade.»

2º Diz o autor que não se intromete a explicar de que elementos nem de que maneira os astros se originaram para somente se ater ao globo terrestre como entidade isolada, dotada de vida própria, alimentando-se e crescendo à custa de elementos que colhe da atmosfera em seus giros pelo espaço.

Não se pode negar a *vida* que se manifesta por toda a superfície terrestre. Também é fora de dúvida, segundo ensina a física nuclear, que cada átomo, no mundo inorgânico, é dotado de prodigiosa energia latente, mas esta vida, se assim se pode chamar, não se manifesta de modo idêntico à vida animal, como pretende o autor.

O crescimento da terra é, também, um fato que não admite contestação, mas não pode ser interpretado como a finalidade de sua existência. Tão pouco o intercâmbio entre a terra e sua atmosfera um meio de preencher essa finalidade.

A atmosfera é parte integrante da terra e êsse intercâmbio, é forçoso reconhecer, alimenta a ambas, estabelecendo êsse equilíbrio que mantém a vida.

3º Impossível formular hipótese plausível e cientificamente válida de astros que integram um todo como é o caso da terra, sem relacioná-la estreitamente, ao sistema solar de que faz parte,

da mesma forma que êste se integra na galáxia que forma a *Via-Lactea*, com os seus bilhões de sóis.

As galáxias no geral, segundo revelam fotografias recentes, possuem forma elíptica, denotando gigantesco movimento giratório em torno de um eixo central ou núcleo fortemente luminoso. Fotografias da constelação *Andrômeda*, a mais próxima da nossa *Via-Lactea*, documentam êsse impressionante realismo!

Sòmente em 1920, com o telescópio de 100 polegadas de Mount Wilson descobriu-se que a névoa que envolvia essa constelação, não era uma nebulosa, mas um sistema de milhões ou bilhões de estrêlas.

Outras galáxias estão sendo gradualmente descobertas, contando-se hoje já por milhões. Acham-se tão incrivelmente distantes que suas estrêlas se confundem num clarão luminoso.

A *Andrômeda*, é a mais distante galáxia visível a olho nu. Sua luz percorre 186.000 milhas por segundo e precisa de dois milhões de anos para atingir a terra. Suas estrêlas gigantes têm temperaturas superiores a 80.000 graus Fahrenheit. (*The National Geographic* — Maio 59, pág. 670).

4º Finalmente, a vida de um astro, como a imagina o autor, à semelhança dos organismos vivos, só pode atribuir-se aos incompletos conhecimentos astronômicos da época.

Observações feitas através de potentes telescópios, demonstram o nenhum fundamento da hipótese de que haja uma finalidade no crescimento da terra e que êsse aumento de volume tenha por finalidade transformá-la em estrêla luminosa, e que a luminosidade seja atributo da grandeza. Dados astronômicos atualizados permitem-nos reconstituir cientificamente como ocorre o nascimento, crescimento e morte de um astro.

Segundo Gerard Kuiper do observatório de Jerkes da Universidade de Chicago (publ. *Life*, — Janeiro 1953 — pág. 28), são unânimes os astrônomos de que tôdas as estrêlas evoluem de nuvens esparsas de gás e poeira cósmica, vagando pelo espaço. Impulsionadas pela gravitação, aglutinam-se, contraem-se, põem-se a girar. Com o aumento da pressão interna, sobe a temperatura até o máximo de calor, quando então começa a irradiar luz de estrêla. Diminuída a rotação nos polos, muitas partem-se ao meio, formando estrêlas duplas, fenômeno que constitui a metade da população estelar. Outras, tripartem-se, ou se dividem em cinco, como a estrêla Norte que nos aparece à vista como uma única. Ocasionalmente, pela distribuição da matéria e equilíbrio de forças forma-se um único núcleo, tal como o nosso Sol. Forma-se então um núcleo central brilhante encastado num disco em rotação que abrange o diâmetro do nosso sistema polar.

Esse disco, achatando-se cada vez mais, desprende anéis que em seus movimentos apropriam-se de massas cada vez maiores de matéria cósmica. Esses anéis condensam-se em planetas, êstes em subplanetas, satélites e da franja exterior destacam-se os cometas.

Desprendendo-se a terra como uma bola informe, incandescente, os elementos em fusão mais pesados caem no centro, enquanto os mais leves flutuam na superfície, os outros dispõem-se em plano intermédio. Grandes jatos de vapor d'água e dióxido aprisionados, esguicham do interior. Lentamente a crosta esfria. As rochas da superfície levam centúrias para endurecer. Tão depressa o calor se irradia no espaço, novas ondas de matérias em fusão sobem e descem e assim, provavelmente, forma-se a primeira cristalização interior, pelo endurecimento da capa de olivine, encerrando no centro o primitivo calor que ainda permanece intacto até os nossos dias.

É por essa época que aparecem os primeiros proto-continentes num ambiente infernal de erupções vulcânicas, extravazando rios de lava, solidificando-se aqui e ali em camadas de granito e basalto.

Densas nuvens de vapor sobem da terra, cobrindo-a de perpétuas trevas, condensando-se em chuvas torrenciais. Mal tocam a superfície, novamente se evaporam. Durante um milênio provavelmente os raios de sol não podem penetrar essa densa atmosfera. Com o esfriamento as águas se depositam nas cavidades dando nascimento aos mares e oceanos.

À medida que o interior esfria, a terra contrai-se e, tal como as rugas de uma maçã que murcha, formam-se as montanhas.

As causas das periódicas épocas glaciais constitui ainda um dos mais profundos enigmas da geo-história. Cientistas atribuem-nas a fatores atmosféricos, outros a causas astronômicas, tais como flutuações na radiação solar etc.

A terra, porém, ainda é muito jovem. Sua existência, provavelmente ainda se prolongará intimamente conjugada com a do sol que é uma estrela nova.

Astrofísicos calculam-lhe as reservas de suprimentos em bilhões de anos. Excluída a pouco provável catástrofe, de uma colisão estelar, a terra continuará a girar enquanto o sol permanecer imutável. Astrônomos acreditam que por fim empalidecerá, qual uma brasa que se apaga, e à medida que seu brilho diminua, a vida terrestre desaparecerá na gelidez do ar. Os oceanos se congelarão e os continentes se converterão em rochas desnudas.

Suspeita-se porém que as estrelas não morrem pacificamente.

Talvez daqui a dez milhões de anos-luz o hidrogênio que ilumina o sol diminua e em consequência de um processo dinâmico

o sol aumentará de volume. Lentamente, durante milênios a temperatura da terra aumentará enquanto que a vida desaparece e os oceanos ferverão. Ainda por muito tempo a terra deserta girará em torno de um sol moribundo. Sua final imolação poderá vir por diferentes modos. Nos estertores finais o sol aumentará lentamente, depois mais rápido até transformar-se no que os astrônomos chamam de *gigante vermelho* tal como a Betelgeuse ou a Antares. Difuso, distender-se-á com tal amplitude que abrangerá a inteira órbita da terra. Os planetas que lhe ficarem mais próximos — Mercúrio, Venus, Terra, talvez Marte e Jupiter — serão engolfados pelo monstruoso e intumescido corpo do sol expirante.

Também é possível que o sol em seu final paroxismo venha a explodir.

Se a explosão se der de uma vez, isto é, se se tornar uma «supernova» a superfície da terra se volatilizará em questão de minutos. Por motivos técnicos os astrônomos acreditam que o sol se tornará uma «nova», desintegrando-se em séries de explosões parciais, aumentando temporariamente sua luminosidade 10.000 vezes.

Quando chegar o dia fatal, o fogo branco nuclear atravessará as camadas exteriores de sua atmosfera incandescente. Os primeiros clarões de luz e calor envolverão a terra de radiações mortíferas oito minutos após a explosão inicial.

Dois dias após, os gases atmosféricos soprados da superfície solar espalhar-se-ão em todas as direções na velocidade de dois milhões (mph) envolvendo o nosso condenado planeta num manto de fogo. Fundir-se-ão as rochas e o ar se incendiará.

Essa imensidade dramática dos fenômenos cósmicos excede por tal forma aos meios comuns da observação e da experiência, que temos que nos contentar com meras hipóteses.

Não admira pois, que o Visconde do Rio Grande, com os dados que lhe fornecia a ciência, mas confiado em excesso em seu bom senso, isto é, em sua imaginação, chegasse a tão inverossímeis conclusões.



## AFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY E A MISSÃO ARTÍSTICA DE 1816 (\*)

PROF. MÁRIO BARATA

Num intervalo de cinco anos e meio, é a segunda vez que falo sobre Taunay e a Missão Francesa. Mas na primeira, em 10 de fevereiro de 1955, homenageava o pintor Nicolau Antônio Taunay, no decorrer das comemorações do segundo centenário de seu nascimento, promovidas pela Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil.

Hoje, a convite honroso da diretoria deste Instituto — por sugestão de Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho apoiado pelo saudoso amigo de todos nós, Cláudio Ganh, cuja irremediável ausência física deploramos, mas cuja figura bondosa é sempre um lenitivo e uma alegria à nossa lembrança — resumirei alguns aspectos dos estudos de outro Taunay, sobre a missão de que seu bisavô fôra emérito e respeitado participante.

Na verdade, senhores, é na existência de dois ou mais membros da família relacionados com a Missão de 1816, que reside o motivo pelo qual minha palestra não se poderia intitular, como a de meus ilustres companheiros de jornada neste Curso, unicamente utilizando o sobrenome Taunay. Ao leitor menos avisado, ao consultor de bibliografias que não se fixassem no contexto do curso, em tão boa hora promovido pelo Instituto, pareceria que falasse eu de Nicolau Antônio e não de Afonso. Porque, «noblesse oblige», a síntese restritiva *Taunay e a Missão Artística de 1816* caberia de direito ao mais velho dos dois, ao pintor e não ao historiador. Pois se um estudara acuradamente aquele capítulo da trajetória artística nacional, o outro foi dêle cerne e alma, parte integrante e um dos fundamentos essenciais. Devolvemos pois, ao Taunay que todos conhecemos, seu prenome e primeiro sobrenome, Afonso e d'Escragnolle, com partícula fidalga, que lhe assentavam tão bem à figura heráldica e generosa.

---

(\*) A conferência que hoje divulgamos, foi feita no I.H.G.B., em Comemoração de A. E. Taunay, em 5 de agosto de 1960.

Todavia, não se deve na existência de Afonso d'Escragnolle Taunay obscurecer a dupla importância que assume o estudo da Missão. Na obra de seu maior historiador — que o foi — ela constitui um dos capítulos e preocupações fundamentais. Destaque-se que, talvez, por coincidência, o da primeira fase e, de certa maneira, da última etapa de sua vida, como veremos. O nosso Taunay foi — já se sabe — essencialmente, o historiador das Bandeiras, o do Café, o dos fastos paulistas, mas também o da Colônia de artistas franceses que em 1816 se estabelecera no Rio de Janeiro, iniciando nova etapa do evoluer artístico nacional.

A outra importância dêsses estudos resulta do fato que Taunay ali abordava um capítulo singular e de realce extraordinário na história da cultura brasileira. Ainda há dias, meu prezado amigo Francisco Marques dos Santos propunha, em São Paulo, em reunião do Conselho do Museu e órgão de pesquisas de Arte Brasileira da Fundação Alvares Penteado, que o desenvolvimento das artes plásticas do Brasil se dividisse em duas etapas: antes e após a Missão de 1816. Nessa proposta foi o diretor do Museu Imperial apoiado por eminentes especialistas ali presentes. Não preciso alongar-me em considerações sobre o significado dessa Missão, que marca o nascer de certo tipo de ensino universitário mais avançado que o existente na mesma época em Portugal e que injeta o neo classicismo de tipo francês e mesmo — o que até hoje ninguém disse — as sementes do romantismo; o primeiro em doses mais maciças do que alguns exegetas atuais desejariam houvesse ocorrido.

Assim — mesmo que Afonso d'Escragnolle Taunay houvesse sido atraído para o domínio do gosto da pintura e a pesquisa dos eventos de 1816 por motivos filiais — teve a sorte de tocar em fatos e obras preñhes de significação histórica e merecedores do destaque que lhes deu.

E não lhos deu individualmente. A consciência historiográfica da época compreendia perfeitamente a importância e o valor da Missão. No Instituto, um Barão Homem de Mello, um Ernesto da Cunha de Araújo Viana e um Basílio de Magalhães, — todos três catedráticos da Escola Nacional de Belas Artes e havendo lecionado, em momentos diversos, História da Arte — já bastavam para compreender e ditundir a significação dos eventos de 1816, ajudado por um Vieira Fazenda, um Ramiz Galvão, um Max Fleiuss, um Noronha Santos e vários outros estudiosos de estirpe, incluindo-se a partir de maio de 1917 o autor de «um século de Pintura», no Brasil, Laudelino Freire. Em 1881, já Franklin Távora fizera, neste Instituto, o elogio histórico de Felix Emile Taunay publicado no volume XLIV da respectiva

Revista (p. 2ª, 486). A valorização coletiva da Missão de 1816 na segunda década deste século, talvez se ligue à própria eleição de Taunay para o Instituto aos 23 de setembro de 1911, que coincide com o apogeu — ao que nos parece, de suas pesquisas sobre a referida colônia artística, que o Instituto publicaria no tomo LXXIV, primeira parte, de sua revista relativa ao mesmo ano.

Divulgação que antecederia à do próprio parecer referente ao ingresso de Taunay, no Instituto.

Realmente foi no mesmo tomo mas na sua parte 2ª, que saiu a lume o parecer da Comissão de História que admitiu Afonso d'Escragnoille Taunay no Instituto. Baseava-se no livro *Crônica dos Tempos dos Felipes*, Tours, 1910 e reconhecia logo no início «sem ser uma obra histórica propriamente dita». Mas continuava: «o jovem autor já nos é conhecido pela tradução do «Diário de viagem» de Pedro II ao Alto Nilo, publicado na revista no tomo LXXII. Porém, ao publicar «A Missão Artística de 1816» a Revista a antecedia pelas seguintes palavras: «É com verdadeiro júbilo que a Comissão de Redação publica a importante memória do novo consócio Dr. Afonso d'Escragnoille Taunay, intitulada *A Missão Artística de 1816*.

«Herdeiro de nome ilustre e descendente de homens que se notabilizaram no terreno intelectual, o Dr. Afonso Taunay já ocupa lugar de destaque entre os modernos e sinceros historiógrafos.

«Lendo-se as páginas de tão completo estudo reconhece-se a soma de documentos reunidos pelo esperançoso brasileiro para pôr em relêvo os grandes vultos artísticos que ao Brasil vieram estabelecer o verdadeiro gosto pelas Belas Artes, deixando trabalhos cujos aplausos o tempo só poderá aumentar.

«Nessa vasta galeria passam as figuras dos Taunays, de Debret, de Grandjean de Montigny, de Lebreton, de Pradier, de Neukomm, cujos traços biográficos constam de nossa Revista. Ninguém, entretanto, com mais proficiência do que o Dr. Afonso Taunay definiu a personalidade desses cultores da Arte, uns que volveram ao país natal, outros que aqui ficaram, deixando ilustre e proveitosa prole; todos extremamente dignos.» (Da Comissão de Redação).

A *Missão* afirmaria, pois, a personalidade de Taunay como historiador.

Aos 20 de outubro de 1917, Basílio de Magalhães, Fleuiss, Afonso Celso, Ramiz Galvão, Laudelino Freire, Roquette Pinto e outros associados propunham com justificação baseada nas palavras da *Comissão da Redação* da Revista que precederam, como vimos, em 1911, a já referida monografia do então jovem historiador — que se concedesse naquele ano, mais dois prêmios,

sendo um dêles intitulado *D. Pedro II*, atribuído ao Dr. Afonso d'Escragnolle Taunay, pelo trabalho *A Missão Artística de 1816*. Fôra Clóvis Beviláqua, o destinatário da outra recompensa.

Fôra simultâneamente com a realização dos estudos sôbre aquêle capítulo da história artística brasileira que Taunay aprofundara e objetivara seus conhecimentos sôbre metodologia histórica. Publicou contemporâneamente, em número de 1911 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o trabalho *Os Princípios Gerais da Moderna Crítica Histórica*, de importância como expressão da sua concepção historiográfica. 1911 foi, assim, ano simbólico na carreira do nosso homenageado. Aos 5 de maio do mesmo ano, também ingressava no Instituto Histórico de São Paulo.

Em 28 de novembro de 1912, Afonso d'Escragnolle Taunay, prossequindo em suas atividades relativas à História da Arte do período joanino, pronunciava, no Centro de Filosofia e Letras de São Paulo, conferência intitulada «A Missão Artística de 1816 e o Meio Colonial Fluminense», que se publicou no volume XVI da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. (1) Nesse trabalho, o autor resume a monografia anterior, com as mesmas idéias e com frases, por vêzes, idênticas. Amplia-a na parte relativa ao exame da dita Escola Fluminense de Pintura, para o que se baseia em Porto-Alegre, Pais Barreto e em Gonzaga Duque. Conclui aí seu pensamento dizendo que «os pintores e escultores que no Rio viviam em 1816, tinham valor muito relativo»... «dentre êles, talvez se destacasse José Leandro, retratista feliz, até certo ponto», (2) Informa, nessa conferência, que fôra D. Leopoldina que fizera Felix Emille Taunay entrar na vaga do pai. Sôbre êste último particular não cita a portaria de nomeação de seu avô, datada de 11 de novembro de 1824, constante de documento manuscrito existente neste Instituto. (3) Posteriormente, Guilherme Auler estudou aspectos da substituição de Nicolau Antonio Taunay baseado em cartas originaes existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Em Afonso — como noutros brasileiros educados no final do século passado —, as alusões ao pouco valor da nossa arte colonial resultam sobretudo da formação neo-clássica da época. Elas surgem em vários pontos do texto de 1911 sôbre a Missão.

---

(1) No centro da fôlha de rosto do citado volume está enunciado o ano de 1911, apesar da conferência ter sido em 1912. E em baixo, na indicação do editor de Tours, na França, acha-se impresso o ano de 1914. Trata-se do mesmo número em que Ricardo Krone estuda «O Ídolo Antropomorfo de Iguape / sua relação com os / Sambaquis e a pré-história brasileira».

(2) P. 307.

(3) L. 103 — Mass. 1679 (p. 1).



Indagava ali o autor, referindo-se ao Rio de 1808 — «Que havia de realmente inspirado pela estética? Talvez só aquela elegante e tão distinta igreja da Santa Cruz dos Militares, construída pelo Brigadeiro Sá e Faria, e o aqueduto da Carioca...» (4)

Para os historiadores de hoje, é curioso a deformação de gosto estético que uma educação baseada em princípios artísticos dogmáticos pode produzir. Vejamos outras opiniões equivalentes do autor sobre os artistas barrocos — as quais ainda eram comuns no início do século em nosso país.

Para Taunay, «ninguém lhes pode admirar a obra», nem mesmo «a tão afamada escultura do Mestre Valentim, cujo valor é mais que exagerado. Se este artista possuía real mérito era talvez pelas suas qualidades de entalhador, ourives e cinzelador. O seu tão gabado chafariz do largo do Paço é um atentado de extraordinário mau gosto.» (5)

Fêz restrições à arquitetura portuguesa — excetuando a da época Manuelina —, «caída no horrível estilo jesuítico e conventual a que se devem monstregos como Mafra.» (6) Contrapondo-se a esse ataque ao barroco, surgia o elogio à «lindíssima nave central da Alfândega do Rio de Janeiro.» Na mesma ordem de idéias ainda escrevia: «Nas nossas feissimas igrejas, a decoração interna, as telas e os painéis provinham de verdadeiros pintamonos. Lembremo-nos do teto da igreja de S. Francisco, aqui em S. Paulo!... «Os primeiros dias, os primeiros balbucios da pintura em terras do Rio de Janeiro, pomposamente crismados de «escola fluminense primitiva» pelo pingoismo indígena são devidos à ação de um monge beneditino, alemão, de Colônia, frei Ricador do Pilar, que em 1695 veio ao Brasil decorar o magnífico mosteiro, severo, grandioso e tão monástico»... (7)

Não temos tempo, aqui, de comparar detidamente, as duas edições desse trabalho de Afonso d'Escragnoille Taunay. Da segunda, publicada pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1956, (8) o autor retirou muitas das observações contrárias ao valor da arte barroca. Por outro lado, divulga nova documentação, obtida em Portugal pelo Ministro Figueira de Mello, (9) que é da maior importância para definir-se

---

(4) P. 7.

(5) Id.

(6) Id.

(7) P. 305. Diga-se a propósito desse texto da 1ª edição que as pesquisas de D. Clemente da Silva — Nigra deixaram claro que a data de 1695 não é a da chegada do Frei Ricador do Pilar ao Brasil.

(8) Na série Publicações, nº 18.

(9) Cf. p. 12 e seg.

o ponto de partida da idéia de se constituir a Missão Artística e fundar a Escola de Artes e Ofícios, no Rio de Janeiro. Fica evidenciado que a origem da mesma cabe a Le Breton.

É curioso verificar que Afonso d'Escragnolle Taunay não chega a retificar ostensivamente a sua opinião expendida em 1911, de que a Missão teria se constituído e vindo ao Brasil por iniciativa do Conde da Barca e das autoridades portuguesas. Não ousou, porém, devido à sua consciência historiográfica tão sedimentada, ocultar ao público os resultados dos documentos existentes em arquivo luso, que invalidavam a sua tese anterior.

Entre outros pormenores ou elementos que distinguem as duas edições da obra, poderemos apontar o de que na de 1911, o autor não cuida dos irmãos Ferrez.

Na primeira, figura retrato de Nicolau Antônio Taunay, por Boilly, que é diverso do que se imprimiu na segunda, sendo, aquêle, particular do quadro existente no Museu de Lille. Surtem ainda o auto-retrato do pintor, de 1795 e efígie gravada por Júlio Boilly, em 1825, baseada em quadro feito pelo pai d'êste último. Isso ao lado de outras ilustrações, como o retrato de Grandjean de Montigny, de autoria do gravador Augustin, de 1810, e o de Augusto Maria Taunay, por Ansiaux, feito em 1795. Uma paisagem, «Cena Marítima no Rio de Janeiro», do Museu Vitória e Alberto, de Londres, também é divulgada nessa edição.

É o seu bisavô Nicolau Antônio Taunay que merece o mais acurado esforço biográfico e documental. Em 1916, o nosso historiador publicava no Tomo LXXVIII, p. II, da Revista d'êste Instituto, correspondente a 1915, outro trabalho em que tratava especialmente da figura d'êsse pintor. Fôra preparada em 1914 e 1915, e saiu com o título «Documentos / sôbre / a vida e a obra de Nicolau Antonio Taunay / (1755-1830) / um dos Fundadores da Escola Nacional / de Belas Artes», totalizando 131 páginas.

Em 1949, voltava o assunto escrevendo para o volume IX do Anuário do Museu Nacional de Belas Artes, o trabalho *Novas Achegas ao Catálogo de Obras de Nicolau Antonio Taunay*, amplamente ilustrado. Nesse estudo, à página 174, escreve Taunay, com o sub-título «Gravuras de quadros de N. A. Taunay», que «Chegou a nosso conhecimento a existência de uma tiragem na Inglaterra das gravuras reproduzindo (10) os assuntos da célebre série de Carlos Melchior Descourtis : Boda de Aldeia, Feira de Aldeia ; o Tamborineiro, a Rixa.

---

(10) A revisão do texto foi bastante falha, vindo grafado, no Anuário, reproduzida, além de lapsos que surgem a seguir como Descourtes, ao invés de Descourtis, «Feita de Aldeia», etc. O título francês da 2ª estampa é «La Foire du Village.»

Não encontrei, ainda, referências a essa tiragem. Talvez se tratasse das reproduções coloridas de três das aludidas peças, incluídas no album: *French Colour-Prints of the 18th. Century Debucourt, Janinet. Descourtis*, cuja primeira edição é de 1927. Conheço a segunda, de 1949, editada por «Halton e Company Limited», Londres — N. York, impressa na Inglaterra pelo «Staples Press Limited» no seu estabelecimento St. Albans, Herts. Não figura na série a «Boda de Aldeia.» A introdução do album foi escrita por Charles E. Russel, autor do «English Mazzotint Portraits and their States» que nos diz ser essa série «d'Après» Taunay o mais conhecido trabalho de Descourtis, cujo desenho para ele é «fraco» e «afetado» (stiff), sendo todavia bom o colorido. No sumário informam-se as dimensões das três peças: 12 e um oitavo por 9 e um quarto polegadas, cada uma.

Menos historiador de arte do que historiador de fatos políticos e econômicos, Taunay não se preocupa com a evolução cronológica ou estilística dos quadros que enumera. Chega porém, na sua faina, a obter um grande número de indicações, informando-nos que «as maiores contribuições para tal rol nos vieram dos catálogos oficiais de dezenove salons realizados em Paris entre 1787 e 1831 e aos quais o pintor concorreu; dos leilões da liquidação do seu atelier, após o seu falecimento e de diversas obras como o *Trésor de la Curiosité* de Ch. Blanc e *Guide de L'Amateur* de Th. Lejeune, etc.

«Além destes elementos, muitos outros angariamos escrevendo a centenas de museus europeus, sobretudo franceses, em busca de informações sobre a existência de telas do artista.

«Do erudito conhecedor da história da arte francesa, o Sr. L. Soullié, também obtivemos muito preciosa colaboração resultante do exame de numerosos leilões de quadros em Paris e diversas outras cidades»... «No primeiro arrolamento apontávamos a existência de 481 quadros a óleo e no segundo, a de mais 95 ou seja um total de 576 pinturas»... «É muito possível que neste rol ocorram algumas repetições, provocadas pela mudança dos títulos dos quadros. Supomos contudo que Nicolau Antonio Taunay haja deixado uns 700 quadros o que é razoável para quem pintou incessantemente durante sessenta anos.»

«De seus quadros conhecemos *de visu* e de reprodução uns duzentos apenas.

«De seus desenhos arrolamos os das coleções dos museus do Louvre e de Versailles, da Biblioteca Nacional de Paris, uns 55, e mais uns 15 pertencentes a particulares. Das guaches conseguimos notícias de uma dezena.» (11)

---

(11) *A Missão Artística de 1816*, Rio de Janeiro, 1956, pág. 196, 7.

Essa capacidade de reunir documentos e de compará-los é uma das maiores características do grande historiador que hoje relembramos. Comprova-o a citação que acabo de fazer, que sintetiza um grande esforço de levantamento da obra de um pintor. Com a sua seriedade, não esquecia de reconhecer a possível duplicação de títulos para a mesma obra artística.

Em 1955, ao ensejo do bicentenário de Nicolau Antonio Taunay, tive oportunidade de sugerir à professora Georgina de Albuquerque, então diretora da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, que convidasse o grande historiador da Missão, descendente do artista, para proferir conferência a respeito do mesmo, em solenidade comemorativa. Não tendo podido comparecer pessoalmente, Afonso d'Escragnolle Taunay escreveu e remeteu o texto da mesma, lido na sessão de homenagem ao pintor, pela citada autoridade. Posteriormente, foi publicada por iniciativa do prof. Alfredo Galvão.

Pouco avançou aí, sobre o homenageado, que já não tivesse tornado público nos trabalhos anteriores. Não se trata de texto com o resultado de novas pesquisas, o que se compreende em face da idade e do estado de saúde do eminente historiador.

Já idoso, Afonso d'Escragnolle Taunay também não escolheu as ilustrações que acompanham a segunda edição do livro sobre a Missão. Coube a tarefa à equipe da D.P.H.A.N.

Não parece que o nosso autor haja conhecido a obra de Marcel Bonnaire *Procès Verbaux de l'Académie des Beaux Arts*, da qual foram publicados pela Sociedade de História da Arte Francesa, três tomos: o primeiro em 1937, os segundo e terceiro em 1940 e 1943 (12). Aí estão publicadas muitas informações sobre N. A. Taunay e sobre Le Breton. Este foi o planejador da vinda da Missão ao Brasil. Publiquei seu plano a respeito da Escola superior de artes e ofícios, a criar-se no Rio de Janeiro, na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 14, traduzindo manuscrito original, inédito, do próprio Le Breton, ainda conservado no arquivo histórico do Itamarati.

A única obra impressa de Le Breton, vertida para o nosso idioma, até hoje, é a *Notícia Histórica da Vida e das Obras de José Haydn*... «Lida na Sessão Pública de 6 de outubro de 1810 por Joaquim Le Breton»... «Traduzida em português por um amador e dedicada ao Sr. Segismundo Neukomm. Rio de Janeiro, na Impressão Régia. MDCCCXX.

Mercedes Reis Pequeno, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com aparente razão atribuiu a autoria da tradução

---

(12) Edição *Librairie Armand Colin*, Paris.



a Balthazar da Silva Lisboa, que não surge entre os subscritores da obra. Sou da mesma opinião. (13)

A importância que assumem hoje as novas pesquisas e interpretações sobre a atuação da Missão Francesa de 1816 faz com que todos devamos ser gratos a Afonso de E. Taunay pelo imenso material que êle recolheu sobre a história desse período, que tanto honraram antepassados seus e tanto interessa atualmente ao estudo da arte brasileira no século XIX.

---

(13) A respeito de N. A. Taunay há opiniões na *Encyclopedie des Beaux Arts* de Louis Hourticq (edição Hachette, Paris, 1925, 2º vol., p. 257) que me permito citar hoje, já que são pouco conhecidas e comprovam a continuidade do interesse de obras de vulgarização, pelo pintor. Algumas das informações são erradas.

(Nicolas Antoine Taunay), p. fr. (Paris, 11 février 1755, 20 mars 1830). Eleve de Brenet de Casanova et de Lépicié. M. d'Angiviller le fit nommer pensionnaire du roi à Rome afin qu'il pût jouir des mêmes privilèges que les grands prix; membre de l'Institut à sa formation en 1795. Désireux de rétablir sa fortune perdue par suite des événements de la Revolution, Taunay accepta les propositions que lui étaient faites de se rendre au Brésil. Il partit pour Rio de Janeiro et y fonda une Académie des Beaux Arts. Mais ayant perdu en 1824, son frère Auguste Taunay eut hâte de quitter le pays et de rentrer en France, où il continua de peindre jusqu'à son dernier jour.

Ce peintre de genre eut le tort de vouloir introduire le style dans la bambochade — Du temps où triomphait David, on vantait beaucoup chez Taunay ce qui nous paraît être son défaut, et on lui faisait un grand mérite d'avoir mis de la pensée dans ses compositions. Comme son ami Demarne, Taunay a de la prédilection pour les retours du marché, les haltes militaires, les foires, les noces de village; Il est fort mal représenté au Louvre, par un Pierre l'Ermite, mais très heureusement à Montpellier, au Musée Fabre. Sobre Auguste Taunay — (Paris, 1769 — Rio de Janeiro, 1824), há igualmente pequeno verbete na obra.

Anote-se que, no Museu do Louvre, não encontrei o «Pierre l'Ermite» assinalado, mas somente bom esboço de quadro existente no Museu de Versailles, com franceses durante a Campanha da Itália.

## PETRÓPOLIS — DE NÚCLEO COLONIAL À UNIDADE POLÍTICA (\*)

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

- A) *A Paisagem Física e a Civilização Fluminense.*
- B) *A Conquista e o Domínio da Terra.*
- C) *A Contribuição Alienígena — Suíços e Alemães.*
- D) *O Córrego Sêco nos Planos do Major Koeler.*
- E) *Núcleo Colonial ou Povoado Imperial?*
- F) *A Maturidade Política. A Cidade e seu Governo Municipal.*

### A) A PAISAGEM FÍSICA E A CIVILIZAÇÃO FLUMINENSE

A natureza era áspera. Não apresentava, é certo, a dureza da natureza amazônica ou nordestina. Nem águas destruidoras, nem sêcas inclementes. No litoral, as terras, baixas, alagadiças, pantanosas, davam a impressão de que não seria possível a permanência do homem senão naquela forma tribal, isto é, desambicioso, reduzido nos seus desejos materiais ao pouco que podia obter no meio agressivo e pobre. Adiante, em direção norte, avançando do litoral e penetrando o sertão, um maciço arqueno, a Serra do Mar. O terceiro degrau na escala fisiográfica, uma vasta planície marcada pelas águas dolentes do Paraíba.

Na costa, o homem, vencendo a restinga, levantou os núcleos que lhe asseguraram permanência, do mesmo modo por que realizou a façanha do domínio da terra pelo investimento de seus parques capitais, pela aplicação de sua vontade de realizar. Na serra, numa empresa ainda mais decisiva, afrontando-a, situou-se com a impetuosidade dos que sabem querer e elaborar uma sociedade. No planalto, com um vigor sensacional, escreveu as páginas admiráveis da grande lavoura canvieira e cafeeira, na magnífica demonstração de sua capacidade como agente criador.

---

(\*) Conferência proferida a 8 de agosto de 1950 nas Faculdades Católicas de Petrópolis.

A civilização fluminense, capítulo distinto, perfeitamente distinto da grande civilização brasileira, foi assim realizada. Em nenhum momento, ela se forjou no drama de sangue das comoções políticas, e só por exceção rápida, nos episódios contra o estrangeiro conquistador que procurava substituir a soberania à sombra da qual se criava e se dinamizava. Civilização que se caracterizou pela ação de homens cordeais que venciam a natureza, dignificando os quadros da vida nacional por uma atuação serena, tranquila, constante e criadora, a civilização fluminense, bem a caracterizou Oliveira Viana, assegurou à pátria aquêle contingente de singular eficiência de servidores mansos que traçavam a sua passagem pela terra na epopéia do trabalho construtivo, na fundição de riquezas que buscavam na própria terra com o seu suor, a sua lição de coragem, o seu exemplo comovedor.

De acentuado sentido rural, a civilização fluminense realizou-se numa sucessão de êxitos que começaram no ciclo canavieiro, passou pelo ciclo cafeeiro e prossegue na fase industrial de nossos dias. Seus homens foram homens que se projetaram na paisagem humana do Brasil-Colônia, do Brasil-Império e do Brasil-República por uma atividade de que resultou a vitória sôbre o meio, conformado á sua vontade, plasmado de acôrdo com as suas preferências, criado como ambiente culturalizado. O grupo fluminense, quando estudamos a formação dos grupos que dão côr e dinamismo, dão sentido de vida às regiões, verificamos, foi o grupo que contribuiu para a nossa evolução histórica com um comportamento diferente, radicalmente diferente. Integrado pelos mesmos elementos sociais que deram sêr aos outros grupos regionais, diferenciou-se por essa obra harmoniosa de domínio da terra, que conquistou sem os ares guerreiros do norte, do nordeste e do sul, sem o estrépito das convulsões sociais.

Mestre Oliveira Viana não foi justo, portanto, quando situou o fluminense entre os paulistas e mineiros, como tipo social de transição, «sem o orgulho paulista e sem o democratismo mineiro, transição «entre o tipo urbano que habita a Côrte e o tipo rural, o genuíno caipira das matas, o grande latifundiário, que agricultura o planalto, em São Paulo e Minas.» «Os traços comuns desse grupo, adiantava, são um tanto fugidios e vagos. Não se delineiam ainda, não se precisam, não se fixam.» Na verdade, o fluminense, tipo de transição entre o paulista e o mineiro, como o maranhense é um tipo de transição entre o homem amazônico e o orgulho paulista, já nessas simples características se afirma um grupo distinto, que Oliveira Viana, mais adiante de suas interpretações sociológicas da sociedade brasileira, singularizava como integrado por homens, «mais finos, mais polidos, mais socialmente cultos pela proximidade, convívio e hegemonia da Côrte, cuja ação como que os absorve e despersonaliza.» Ademais, lembra ainda

o eminente sociólogo, se escreviam sua história, pela intensa atividade rural, o que lhes podia assegurar a condição de matutos, usada a expressão em sentido de resultante da área agrária interior, não perdendo a rusticidade contingenciada pelo próprio gênero de vida rotineira, polia-se na existência urbana, não alterando «a cristalinidade do caráter». Ora, se tais facetas de sua conduta, de sua personalidade, de seu comportamento eram assim tão visíveis, tão acentuadas, tão marcantes, como não aproveitá-las para a distinção que se impõe?

Quando se analisa, à luz da cronologia, o desenvolvimento histórico da velha Província fluminense, verifica-se que essa história equivale a uma soma equilibrada das atividades que marcaram a paisagem humanizada nas várias outras regiões em que dividimos o Brasil. Assim, no litoral, registrou-se a mesma aventura de aproveitamento do que a natureza oferecia e, no imediatismo dos primeiros momentos, o descobridor e o conquistador souberam ver e utilizar para a sua mercância rotineira. Na serra, com a sesmaria que permitiu o aquinhoamento dos mais ousados, dos mais cheios de decisão, dos que visavam a fortuna na posse da terra que parecia cheia de viço, prometendo a fartura aos que a soubessem dominar e possuir, a empresa perdeu o sentido de aventura e assegurou continuidade, bem-estar, segurança. Foi empresa criadora, elaborada ou movimentada com aquele espírito de senhorio que os vencedores da batalha pela conquista da terra possuíram em todos os quadrantes. Na planície campineira, ao longo do vale do Paraíba, a economia canavieira e do pastoreio, o «rush» cafeeiro significaram o êxito admirável de uma sociedade que resolvera enfrentar a selva e edificar o soberbo espetáculo de transformação de uma paisagem física agreste numa paisagem humanizada, que fazia fruir grandeza, desenvolvimento rápido, ininterrupto, civilização rural e urbana. Sim, civilização rural e urbana. Porque adquirindo o domínio do ambiente, pela lavoura cafeeira, como antes o fizera com a lavoura açucareira, os fluminenses, como conseqüência da vitalidade da zona rural, edificaram os centros urbanos de que se puderam orgulhar e onde se fez uma das mais intensas e singulares vidas sociais do Império. A civilização fluminense, está visto, foi, pois, uma civilização em que os centros rurais e os centros urbanos continuaram-se no espaço e no tempo, completando-se, sem diminuir-se, sem hostilizar-se, numa esplêndida lição de convivência e de equilíbrio.

Ora, uma gente que realiza essa obra de convivência pacífica, serena, homogênea, sensata, sem os atritos que são uma constante das relações entre cidade e campo, aqui, ali, acolá, nas Américas, no Oriente, na Europa, não constituirão um grupo distinto, com uma personalidade inconfundível? Em que outra região brasileira aconteceu o mesmo?



## B) A CONQUISTA E O DOMÍNIO DA TERRA

A vida social e a vida econômica da velha Província fluminense, assinalamos já em trabalhos anteriores, em divulgação pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Pan-americano da Geografia e História, foi uma das constantes mais interessantes e mais edificantes da vida brasileira. Sem interrupções bruscas, foi realizada por uma gente que se deve medir pela continuidade de seu esforço para possuir o espaço, dinamizando-o, tornando-o útil sem precipitações, sem vertiginosidades comprometedoras e por fim empobrecedoras.

O «rush» canavieiro, como o «rush» cafeeiro, significaram ou expressaram essa dinâmica e essa continuidade de propósitos e de ação eficaz. A vida política fluminense, como era natural, decorrendo das atitudes assumidas em face da natureza e das necessidades de organização, de sistematização, de ordenamento que ela impunha, não podia deixar de ser uma vida que permitiu ao grupo aquela posição admirável que desfrutou sob o Império, como antes desfrutara sob a colônia, quando seus líderes, seus maiores nomes, foram agraciados na concessão dos títulos nobiliárquicos ou chamados à condução dos negócios nacionais, nas pastas ministeriais e na direção das Províncias.

A galeria dessas figuras de tão alto porte cívico, de uma extensão que nenhuma outra Província adquiriu nos dias da monarquia, não se diga que resultou da situação privilegiada de Província, situada junto à Côrte, o que permitiria um acesso fácil, uma presença continuada de seus homens junto ao Imperador. A verdade é que essa situação privilegiada resultava muito mais da própria valorização do homem fluminense, que se transformava de rústico em gens polida, era rurícola urbano e mantinha incólume aquelas virtudes de caráter a que se referiu Oliveira Viana, que propriamente de localização geográfica. Mais: resultava da projeção que ela adquiriria por sua dinâmica, por sua continuidade de esforço, permitam que insista na tese, pela riqueza que asseguravam ao país na empresa gigantesca que valia como uma lição de vontade disciplinada contra a natureza agreste, transformada em natureza dominada e tornada útil às necessidades coletivas.

## C) A CONTRIBUIÇÃO ALIENÍGENA — SUÍÇOS E ALEMÃES

Essa obra de efetivo empossamento do meio físico teve a colaboração, em dado momento, de elementos estranhos à etnia que era a raiz mais poderosa, a raiz portuguesa. Suíços e alemães, comparecendo na hora decisiva do assalto à floresta, na batalha

para a ruricolização do espaço, constituíram uma contribuição preciosa que nunca será demais que exaltemos, reconhecidos ao que significou e ao que dela nos beneficiamos ontem, e porque não confessar, ainda em nossos dias.

A política que os portugueses realizaram, para criar o Brasil, no particular da presença de outras etnias européias e religiões diferente da sua, foi a política da porta fechada. Errada ou certa a política adotada? Não é este o momento para a análise do problema. Será de toda conveniência, no entanto, registrar que essa política permitiu a integridade física da colônia, que não se perturbou, nesse particular, em seu processo de formação e de desenvolvimento. A pluralização da pátria, na hora da independência, não ocorreu. O fracionamento da unidade, se correu perigo essa unidade aqui e ali, não se verificou. Continuamos com a mesma extensão e a mesma homogeneidade humana. A política da porta fechada, no entanto, começou a ser modificada. Os tempos eram outros. O isolamento não parecia mais razoável. Impunha-se uma aproximação mais direta com os outros povos, não apenas a aproximação em termos de relacionamento mercantil, para as trocas e as complementações econômicas, as solicitações de mercados em fase de ampliação, mas a conveniência mais diária pela integração de elementos que poderiam vir contribuir para a aceleração do processo de crescimento a que nos lançávamos.

Essa modificação iniciou-se ainda vigorando no Brasil a soberania lusitana. Dirigiu-a o próprio monarca que viera viver a experiência brasileira, escapando às violências do curso danado que vomitava fogo e desordem na Europa. D. João, no desenvolvimento de um vasto programa de governo, programa que tocava todos os mais variados aspectos da conjuntura colonial, inclusive no que dizia respeito à condição inferior de *status* de colônia, ou de província ultramarina, como desejam hoje certos intérpretes adocicados do ciclo português, pôs fim ao isolamento. Não apenas abriu os portos às relações comerciais. Abriu o país às outras etnias, permitindo que comparecessem para vincular-se na terra nova, integrando-se na sua criação menos vagarosa. Os primeiros estrangeiros a que se permitiu a permanência e a propriedade da terra foram italianos de Nápoles. Fora negociado o transporte de 3.000 indivíduos, que seriam localizados no interior do Reino. Esse contingente trouxera, porém, o estigma de buscado às prisões. Seria um elemento negativo. Felizmente, apenas 200 aportaram ao Rio, nada produzindo, como era natural, de útil. A primeira colônia, de hanoverianos, localizou-se no município de Vila Viçosa. A segunda, em Ilhéus. Aquela prosperou, esta não. Os suíços constituíram a terceira experiência. Chegaram em 1820. Eram em número de 2.000, sendo instala-

dos na fazenda do Queimado no município de Cantagalo, dando origem à colônia Nova Friburgo. Estava assim aberto o caminho à renovação do sistema de colonização. Não que a criação de núcleo colonial fôsse uma novidade. Com os açorianos, ela fôra iniciada no norte e no sul. Sob D. João, êsses mesmos açorianos haviam prosseguido no regime dos núcleos coloniais. O que se inovara agora era o núcleo colonial formado com elementos até então estranhos, etnia nova, costumes novos, que iam dos processos de trabalho às dietas alimentares.

Os alemães não foram trazidos, como todos sabemos mas será útil recordar, apenas naquela condição de colonos. Vieram igualmente para os quadros militares. Eram excelentes homens d'armas, na época. Tinham fama universal. D. Pedro buscara-os para a composição de um exército que se modelasse por aquêles soldados de tanto garbo, de tanta tradição militar. Essa tradição perdeu no Brasil o conteúdo que impressionava mais — a disciplina. E em gestos nervosos que comprometiam o passado, desmandaram-se, desacreditando-os como força disciplinada e útil na lição aos bisonhos e pouco garbosos soldados nativos.

Em 1824, êsses alemães voltaram a ser empregados em empreza de colonização. Enviados para a fazenda do Morro do Queimado, em Cantagalo, onde se criara em 1820, com os suíços, a colônia de Nova Friburgo, conseguiram rapidamente modificar o meio decadente, vencendo o desânimo e restaurando a confiança no futuro. A colônia prosperou. A experiência vingava. Em 1837, chegaram ao que é hoje Petrópolis. Não vinham como colonos. Tendo aportado ao Rio de Janeiro num navio que se destinava à Austrália, maltratados pelo comandante do barco, o *Justine*, insatisfeitos com o passadio, se haviam rebelado. Viviam no Rio, a essa altura, um antigo oficial alemão, o Major Júlio Frederico Koeler, que buscara o Brasil para servir ao Imperador nos corpos constituídos por seus compatriotas. Estava, então, encarregado das obras da estrada que, partindo do Pôrto da Estrêla procurava Paraíba do Sul. Sabedor da situação dos imigrantes que viajavam para Sidney, obteve do governo o pagamento de uma indenização ao capitão do *Justine* para que os emigrantes, num total de 238, pudessem ficar no Brasil, empregados nos serviços que estava dirigindo.

#### D) O CÓRREGO SÊCO NOS PLANOS DO MAJOR KOELER

Encaminhados para as obras, em breve iriam ser localizados na fazenda do Córrego Sêco, de onde o major iniciaria uma nova experiência de colonização, tentando vencer a rotina, a desconfiança, o descrédito decorrente do insucesso dos suíços em Nova



Friburgo, descrédito, é certo, que o grupo alemão já estava modificando pela atividade desenvolvida. O grupo do major, portanto, na realidade ia cooperar na fortificação da idéia da colonização com as etnias estrangeiras sob orientação e fiscalização do Estado.

A fazenda do Córrego Sêco tinha história própria. Situava-se na região petropolitana. E era uma das resultantes do processo de desbravamento e de conquista da serra. Esse debravamento e essa conquista haviam começado pouco depois da fundação do Rio de Janeiro. D. Antônio de Mariz, personagem central no romance de José de Alencar, companheiro dos Sãs na luta pela expulsão dos franceses da Guanabara e na fundação do Rio de Janeiro, fôra dos primeiros aquinhoados com sesmaria concedida nas faldas da serra. Seguiu-se o aprofundamento da penetração, que não encontrara obstáculos. E já em 1686, as sesmarias eram concedidas em terras de Petrópolis. Em 1721, constituía-se, com sesmaria então obtida, a propriedade do Tamarati, trabalho de Bernardo Soares Proença. O povoamento continuando, ampliara-se a perspectiva de uma mais rápida conquista da serra, por onde tinham de passar os que procuravam as Minas Gerais. O caminho era aquêle e como sempre sucede, às suas margens teria fatalmente de crear-se a mancha social, embrião de futura coletividade mais densa. E assim realmente sucedeu.

Um Manoel Vieira Afonso, português da vila de Mação, estabelecendo-se com fazenda, assegurou prosperidade à região. Ficaria famosa essa propriedade, seja pelo que produzia para o consumo da Côrte, seja pelo agasalho que oferecia a viajantes ilustres que percorriam o sertão fluminense nas suas andanças a serviço da ciência ou apenas por curiosidade à volta daquele trecho do imenso mundo exótico que era o Brasil.

Nas cercanias, outra fazenda próspera, de aparência sedutora, era a do Córrego Sêco. Pedro I tentara adquirir a propriedade dos descendentes de Manoel Vieira Afonso. Fôra impossível a transação. É que se assentara em família que em nenhuma hipótese a fazenda passaria a outras mãos. A fazenda do Córrego Sêco, por isso não foi adquirida pelo Imperador, que a utilizou preferindo arrendá-la.

Quando o major Koeler dispoz daquêles coíngentes preciosos de alemães, em que êle confiava pôr em execução seus sonhos de uma colonização intensiva na base da presença e da atividade de estrangeiros trazidos de sua Europa Central, findava um dos períodos de arrendamento do Córrego Sêco. Amigo do mordomo Paulo Barbosa, a cujo cargo estavam os pertences da família imperial, não teria sido difícil conseguir a colaboração necessária para a aceitação da proposta que fêz, no sentido de tomar a si a formação de um núcleo colonial na fazenda, que desejava arrendar.



Um vasto programa de ação fôra elaborado. Planejava o major a construção de um burgo, que seria o início de vasta operação econômica. Paulo Barbosa, concordando com êle, preparou o planejamento, submetido à aprovação do monarca, que agora era Pedro II. Pelo decreto de 16 de março de 1843, S. Majestade autorizava o mordomo a proceder ao arrendamento proposto, mediante o pagamento de um conto de réis anual, reservado o lote que possibilitasse a ereção do palácio imperial e a área necessária à fundação de um povoado, igreja, bem como cem braças à margem da estrada que cortava a fazenda, a fim de que nelas se pudesse fazer aforamentos a particulares.

### E) NÚCLEO COLONIAL OU POVOADO IMPERIAL ?

Pelo ato de arrendamento, o Major Koeler ia permitir-se a realização de seu sonho de uma colonização com os seus conacionais. A futura Petrópolis, no entanto, seria também um núcleo urbano, a circundar o palácio a ser construído. Os historiadores da cidade imperial discutem a respeito de qual teria sido realmente a raiz da cidade. Para uns, foi a colônia; para outros, o povoado que o Imperador ordenara que se constituísse. O ato de arrendamento fala nesse centro urbano como um dos objetivos do negócio feito com o major. Será bastante?

O que nos parece razoável é aceitar o núcleo colonial como a origem de Petrópolis. Porque o povoado foi realmente uma resultante dêsse núcleo colonial e não a raiz do núcleo.

Pelo contrato de arrendamento, o major devia dar vida ao povoado. Fôra de sua autoria o planejamento urbano. É absolutamente certo que os imigrantes alemães que localizou na fazenda do Córrego Sêco não foram a razão imediata do ato de arrendamento. Ao contrário, o arrendamento é anterior à própria chegada dos alemães, que só em 1845 deram sinal de presença. Vinham para as obras de abertura ou de melhoramento de rodovias que a Província fluminense estava construindo ou reformando. Conhece-se bem a história da Província. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho contratara com a firma Delrue, de Dunquerque, a vinda de alemães especializados naquela tarefa técnica. Por ocasião de firmar-se o contrato, incluiu-se a cláusula da assistência financeira por parte do governo, representada essa assistência no pagamento de passagens aos que fôsem remetidos da Europa Central. Escrevera-se família ao invêz de mulher e filhos. O resultado é que começaram a aportar ao Rio, em embarcações que não cessavam de descarregar imigrantes, famílias inteiras. Só o primeiro barco trouxe 12 a 14 famílias, o que totalizou logo 160 indivíduos, pois

que na família incluía-se, numa interpretação profundamente liberal, todos os integrantes do grupo familiar. Vieram, em consequência, além de marido, mulher e filhos, avós, sobrinhos, tios, cunhados, etc. A situação era delicada. Não havia alojamento para tanta gente. Ademais, logo após, fundeava na Guanabara outra embarcação, transportando mais de 190 pessoas. Foi aí que o major viu a possibilidade da criação do núcleo colonial. E aceitando a incumbência da operação de transporte para Córrego Seco dos seus alemães, enfrentou o problema com a decisão do homem corajoso, que tem o propósito firme dos grandes atos. Recebida a cooperação financeira do Imperador e do tesouro provincial, levou-os, instalando-se na futura Petrópolis. Entre junho e novembro de 1845, instalou ali 2.318 imigrantes. Era o princípio da nova colonização pois que a primeira começara com aquêles outros alemães no Tamarati. Êsses imigrantes distribuíram-se pelo núcleo urbano, que fôra traçado pelo major, e pela colônia com que se integrava o núcleo urbano. Distribuídos pelos vários sítios que receberam nomes da velha Germânia, êsses colonos não foram assim agentes citadinos de uma empresa urbana. Enfrentando a mata, iniciaram a construção de suas habitações. Eram assistidos financeiramente pelos cofres públicos. As terras que recebiam para trabalhar lhes eram aforadas, a título gratuito por oito a nove anos, de conformidade com a extensão e a situação do lote. Localizados na fazenda, os colonos asseguraram-lhe a vitalidade do sangue novo. O povoado era um dos objetivos do arrendamento. O povoado não começou, porém, antes da colônia que era muito mais vasta e compreendia a fazenda. De certo modo nasceram na mesma época. A colônia abasteceria o Rio. O povoado seria o centro político da colônia. Era essa a orientação que se adotava na organização dos núcleos coloniais que se fundavam pelo Império. Dentro da colônia havia a área que se transformaria no centro político, embrião do futuro núcleo municipal. Os lotes concedidos e ocupados, eram lotes situados na zona urbana e na zona agrária. E tudo isso compunha a colônia-povoado, chamemos assim àquela coletividade de que iria sair a cidade de Pedro II. Colônia e povoado confundiam-se, completavam-se. A alegação de que as despesas e a direção de cada um dêles era distinta, pouco significa, quando examinamos o problema. Porque na verdade nenhum dos dois tinha vida rigorosamente independente. Insisto na afirmação — confundiam-se, completavam-se. O que pode ser alegado é que a colônia prosperou pouco, enquanto o povoado, pela posição, pela atração que ofereceu, desenvolveu-se muito mais, impondo-se o núcleo urbano que se garantiu para o futuro. Superando a colônia, o povoado tornou-se um ponto de fixação demográfica. Sonho do major

Koeler e de Paulo Barbosa. Petrópolis nascia, em última análise, do grupo alemão que lhe daria o conteúdo social, econômico, cultural, portanto, sem o que, pelo menos naquela fase, não teria surgido. O povoado ou a colônia, sem integrantes, ficariam nos planos de seus idealizadores. O decreto imperial, o arrendamento seriam letra morta.

Toda uma série de atos administrativos, regulando a vida de Petrópolis, disciplinando a sociedade que se elaborava na conquista do meio, foram sendo decretados. Expressavam o crescimento do burgo-colônia. A empresa agrária prometia pouco rendimento. A terra não reagia, satisfatoriamente, aos esforços dos que a possuíam e desejavam vê-la estimulada. A posição geográfica e a atração que provocou como local de descanso, sítio aprasível como paisagem e clima, determinando a procura dos que desejavam fugir ao calor carioca, a presença do Imperador, cujo palácio por fim chegara ao ponto final para recebê-lo, presença que impulsionava e dignificava, garantiram a Petrópolis a continuidade que a colônia não pudera assegurar. E Petrópolis, como centro urbano, dentro da sistemática que era tão característica da paisagem cultural fluminense, aos poucos foi integrando o quadro dos centros urbanos da Província. Na verdade sem ser sede de município, valia como tal pela projeção que ia alcançando.

## F) A MATURIDADE POLÍTICA. A CIDADE E O SEU GOVERNO MUNICIPAL

Em 1857, essa situação alterou-se. Não aquela da valorização que experimentava continuamente. Mas a de sua categoria política. É que nesse ano foi graduada na condição de cidade. Reconheceram-se-lhe a maturidade. O projeto, apresentado à Assembléia Provincial em 6 de agosto de 1856, pelo deputado Amaro Emilio da Veiga, militar, depois da tramitação rotineira, ouvidas comissões técnicas, cumpridas as exigências legais, não recebia, no entanto, a sanção do Presidente Luís Antônio Barbosa. A Assembléia não cedera, todavia, no seu propósito de dar a Petrópolis a nova dignidade política. E insistindo na solução, ainda por proposta do deputado Amaro Emilio da Veiga, que desse modo se credenciava à admiração e ao respeito do povoado colônia, voltara a considerar a matéria mantendo a decisão anterior. Mais uma vez a Presidência da Província recusara a sanção regular. Na forma da lei, isto é, o Ato Adicional, o presidente da Assembléia mandara executar a decisão legislativa, promulgando-a na lei nº 961, de 29 de setembro.

Restava agora o segundo passo, ou seja, a eleição dos que deviam integrar a primeira câmara municipal. O corpo eleitoral



local reuniu-se a 22 de novembro de 1857, escolhendo os primeiros vereadores. Na apuração, verificou-se que havia mais votos que votantes. A eleição foi, por isso, anulada pelo Ministro do Império. A 7 de setembro realizou-se novo pleito. Mas uma vez verificou-se a irregularidade. Novamente ocorreu a anulação. A terceira reunião do colégio eleitoral registrou-se a 13 de março de 1859. Desta vez, eleitores e votos estavam certos. Não haveria mais discrepâncias. A eleição não foi pois inquinada de nula. Os escolhidos pela decisão dos eleitores eram homens ligados à vida local — Tenente-Coronel Amaro Emilio da Veiga, comendador Albino José de Siqueira, Capitão Manoel Candido de Nascimento Brito, João Batista da Silva, Inácio da Silva, drs. José Calazans Rodrigues de Andrade e Tomás José de Porciuncula. De acôrdo com o regime vigente, deveria dirigir os trabalhos da edilidade o mais votado. E êsse era, justamente, o antigo deputado Amaro Emilio da Veiga, que defendera a categoria de cidade para Petrópolis. Militar, não obteve, contudo, do Ministro da Guerra, a necessária autorização para o exercício da função para que fôra consagrado pela preferência de seus munícipes. O comendador Albino José de Siqueira, o terceiro em votos, dado que o segundo, dr. Tomas de Porciuncula, alegara motivo justo para não aceitar, foi então chamado à presidência. A instalação da câmara efetuou-se a 17 de junho de 1859, portanto, há cem anos. Petrópolis era agora uma unidade política. Passara pela condição de curato, de freguesia, para, sem experimentar a gradação em vila, ver-se elevada à dignidade de cidade, cidade imperial.

Na paisagem política da velha Província fluminense, Petrópolis compunha agora mais uma unidade. Alcançara a maioria. A tradição urbana regional continuava mantida. Aquelas intimidades entre cidade e campo, que tanto singularizavam a Província, pela compreensão, pelo relacionamento sereno, útil, entre as duas áreas da base física, social e econômica, encontrava em Petrópolis uma síntese admirável. Porque nas suas origens fôra centro de colonização, o que significava área de empresa agrária, ao mesmo tempo que surgia como centro urbano encravado na coletividade rural, sem que núcleo urbano e núcleo colonial em qualquer momento se hostilizassem.

A história da formação de Petrópolis, é tempo de assinalar, é a história de um dos mais admiráveis conjuntos demográficos que se organizaram em nossa pátria. Fruto da ação dinâmica de um homem cheio de entusiasmo construtivo e de um grupo étnico estranho, que se integrou em nosso organismo social e cultural na mais dignificante lição de trabalho e de vontade de realizar, em nada modificou o quadro das atividades criadoras que constituem uma das melhores facetas do caráter fluminense. Con-



tribuição ponderável para a estruturação da Província, a dos alemães, não pode ser ignorada, esquecida ou negada. Petrópolis foi uma realização a que deram todo o seu ser. A constante regional, visando à conquista do espaço, na efetivação de um processo de ativação econômica e de elaboração social, iniciada, como vimos atrás, quando aportaram à Guanabara o descobridor e o povoador pioneiro, encontra, no esforço desenvolvido para criar Petrópolis, uma página edificante. A civilização fluminense, no particular do episódio petropolitano, enriqueceu-se sem perder as suas características fundamentais. O estilo rural-urbano de sua vida não se alterou.

## CLÁUDIO GANNS — MESTRE DO DIREITO AERONÁUTICO

JOSÉ RIBAMAR DE FARIA MACHADO

*(Homenagem da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico  
ao seu maior benfeitor)*

«A maturidade cultural, a seriedade em pesquisar, além do estilo fluente e fácil, impregnava de vigor o desenvolvimento das idéias de Cláudio Ganns, dando-lhes autenticidade e perfeição. Foi assim que se tornou o «expert» cauteloso no estudo e no desenvolvimento do direito da aviação, matéria em que se tornara internacionalmente respeitado.»

Tal declaração foi feita pelo Sr. José Ribamar de Faria Machado, 1º Secretário da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico, falando por ocasião da homenagem que aquela entidade prestou à memória de Cláudio Ganns, seu sócio benemérito.

### O DISCURSO

É o seguinte o discurso pronunciado pelo Sr. José Ribamar de Faria Machado:

«Registra a História da Literatura inglesa que Shelley já no declinar da existência, ao aceitar uma expressiva homenagem que merecidamente lhe tributaram amigos e admiradores, entusiasmados pela esplêndida obra literária que realizara, pronunciara em agradecimento comovido apenas estas palavras:

«My end is my beginning».

Guardadas as proporções, motivadas pela modéstia que foi a constante de sua vida, outra expressão não me ocorre para reverenciar a memória do nosso homenageado de hoje.

Se é certo que o clima condiciona o desenvolvimento do ser vivo, não menos verdade, porém, conforme ensina a geografia

humana, — a paisagem exerce poderosa influência no caráter e na atitude dos homens.

Daí justificar-se o seu olhar contemplativo e a agudeza da sua sensibilidade para as coisas do espírito; pois foi no cenário magnífico desta cidade do Rio de Janeiro que êle despertou para a vida em 12 de junho de 1896.

Foram seus pais o Dr. Edmundo Ganns e a Exma. Senhora D. Noemy Ganns, sendo êle o segundo de uma numerosa família. Sua infância decorreu tranqüila — entre o lar e a Escola. Cursara o Colégio Diocesano São José, onde adquirira os conhecimentos para ingressar na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, onde concluíra o seu curso jurídico, em 1918.

Desde aquela época revelara extraordinária vocação para as letras, merecendo a confiança dos seus colegas para dirigir a revista acadêmica «A Época», honra até hoje disputadíssima entre o corpo discente da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Advogado e jornalista, no exercício dessas nobres profissões, veio buscá-lo em 1922, Graco Cardozo, Presidente do Estado de Sergipe, para Secretário do seu Governo.

Terminada essa missão, que desempenhara com proficiência, correção e lealdade, retornou ao Rio de Janeiro, investido nas elevadas funções de Procurador daquele heróico Estado, onde continuou a esmerar-se pelas «tradições culturais sergipanas enobrecidas pelo vulto singular de Tobias Barreto». Tomara a si a responsabilidade de editar-lhe as obras que «orientaram por novos rumos os estudos jurídicos, filosóficos e literários da denominada Escola do Recife.» Nesse meritório trabalho, demonstrara a sutileza de sua extraordinária capacidade de pesquisador meticuloso. Praticando a sua profissão, conquista pôsto de relêvo na «Cia. de Seguros Equitativa», onde se fêz respeitado e querido.

## HISTÓRIA

A História o fascinava. O seu ingresso no Instituto Histórico não se fêz tardar. Foi admitido nessa memorável Instituição a 15 de dezembro de 1939 e já em sessão de 26 de junho de 1940 era proclamado seu sócio efetivo, para logo exercer, em 1941, por indicação do Dr. Max Fleiuss, a direção da Revista do Instituto, incumbência que desempenhara com «critério e brilhantismo». E na apresentação do número 178 dessa publicação referente ao primeiro trimestre de 1943, consignava êle :

«Aqui estamos porque fomos distinguidos com a indicação estatutária do 1º Secretário do Instituto Histórico, que o Presi-

dente Perpétuo houve por bem homologar, para assumir a direção efetiva desta Revista tradicional no lugar que a benevolência de Max Fleiuss nos designara como seu substituto eventual em 1941.»

Essa correção de atitude constituía o traço marcante de sua personalidade. Desdobra-se no desempenho dessa tarefa, aprofundando seus conhecimentos históricos, para logo a seguir trazer a público uma Bibliografia sobre Rio Branco, ao mesmo tempo que edita uma Introdução a obra de Gabriel Soares de Souza, intitulada *Derrotero General de la Costa del Brasil y memorial de las Grandezas de Bahia* (Manuscrito del siglo XV). Outras obras se sucedem. Entre elas destacamos *A Proclamação da Maioridade*, conferência realizada na celebração do Centenário do Instituto Histórico; *Sob o céu do Cruzeiro*, Visconde de Mauá — Autobiografia — Depoimentos históricos *D. Andrés Lamas e o Brasil*; *Alcino Sodré, jornalista petropolitano, Contribuição dos Arquivos e Instituições Culturais Brasileiras para o Estudo da História Nacional*; *Mauá e o Uruguai*; *Espírito Civil e Militar de Osório*; *Variações em torno do Pan-Americanismo*; para não citar outras, dignas dos melhores encômios dos mais exigentes críticos e biógrafos.

## JURISTA

Mas não foi só a História e a Literatura que nêle encontraram seu *habitat*. Parece-nos, no entanto, que a ciência jurídica influíra de tal modo na sua formação intelectual, que difficilmente não sabemos nêle o que melhor exaltar e proclamar: se o historiador ou o jurista.

A maturidade cultural, a seriedade em pesquisar além de um estilo fluente e fácil, impregnava de vigor o desenvolvimento das suas idéias, dando-lhes autenticidade e perfeição. Foi assim que se tornou o «expert» cauteloso no estudo e no desenvolvimento do direito da aviação, matéria em que se tornara internacionalmente respeitado e na qual realmente se especializara.

Há quem diga que o seu gosto por êsse ramo do direito, decorreu em grande parte dos conhecimentos adquiridos ao estudar e analisar o transporte ferroviário, ocasião em que escreveu «Vicissitudes da 1ª Estrada de Ferro Brasileira», anexando-o ao «Relatório do Barão de Mauá sobre a Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro Petrópolis.»

Entusiasmado com o progresso do avião, dedica-se ao transporte aéreo, aceitando o cargo de Advogado da «Air France». Data dêsse período sua participação nos trabalhos de elaboração do Código Brasileiro do Ar, promulgado em 1938, assumindo os encargos de Secretário da Seção Regional Brasileira do Comitê Jurídico de Aviação. Já nessa oportunidade o seu nome se proje-



tava no campo aeronáutico. Convocam-no para a Diretoria do Aeroclube do Brasil e fazem-no seu representante no Congresso Internacional de Segurança Aérea, realizado em Paris, em 1930.

Colocando sua experiência, seu talento e sua capacidade de realizar a serviço da aviação comercial, promove a criação da Associação das Empresas Aeroviárias, a qual, em 1938, passou a constituir o Sindicato Nacional dessas mesmas empresas. Fundada a Associação, e distinguido para integrar a Junta Administrativa da Caixa dos Aeroviários e, posteriormente, Presidente de seu Conselho Fiscal. Seu entusiasmo nesse setor ganha vulto e mais ainda se agiganta na direção das empresas «Construções Aeronáuticas S. A.» e «Linhas Aéreas Paulistas Sociedade Anônima».

Colaboração admirável por êle prestada, registram os Anais dos dois primeiros congressos de Aeronáutica realizado em 1934 e 1949, respectivamente, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

## TRABALHO

Convidado em 1950 pelo Brigadeiro Cunha Machado para participar dos Comitês Jurídicos da CERNAI, atende pressuroso à solicitação amiga, assumindo a presidência do Comitê encarregado de elaborar o anteprojeto da revisão da Convenção de Roma, aceitando, sem ônus para o Governo, representar o Brasil nas Conferências Internacionais do Comitê Jurídico da OACI, Taormina, 1950; México, 1951; Rio de Janeiro, 1953; Montreal, Paris e Madrid, 1954; Haia, 1955 e Tóquio, 1957. Também aceita comparecer, em condições idênticas, aos Congressos Internacionais de Vôo Vertical, que tiveram lugar em Milão e San Remo.

Nessas conferências internacionais a sua participação, não só se destaca pela assiduidade no comparecimento das suas reuniões, mas também pela intervenção nos debates e pelo volume de teses e proposições que submete à apreciação dos seus pares.

Homem de espírito e de sensibilidade. Veemente no calor da discussão de suas teses, mas logo passada a tormenta, retorna ao estado inicial: tolerante, generoso, humano e conciliador.

Foi assim que o conheci e procurei compreendê-lo e estimá-lo.

Assoberbado com a soma de encargos com que dividia as suas atividades, no Instituto Histórico, na «Air France», na Equitativa, na direção de *O Jornal* e da Rádio Tamoio, na Federação das Academias de Letras, no Museu Imperial de Petrópolis, do qual era grande benemérito e freqüentemente desfilava pela sua tribuna, tempo sobrou-lhe para acolher e estimular a iniciativa do Brigadeiro Cunha Machado ao criar em 1950, a «Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico».

Afeiçoa-se a ela com o mesmo carinho com que se devota a todos os empreendimentos que lhe são afetos. É o seu sócio fundador mais entusiasta. Organiza-lhe a legalização. Elabora os Estatutos. Por unanimidade é eleito, com os aplausos gerais de todos nós, seu Secretário-Geral, que só não foi perpétuo porque não consentiu que um artigo dos Estatutos consignasse essa distinção. Oito anos exerceu a Secretaria-Geral desta Entidade e dela saiu por ser impossível demovê-lo dêsse intento. Imprimiu-lhe dinamismo e operosidade. Organizou e dirigiu a «Revista Brasileira de Direito Aeronáutico», considerada, no gênero, uma das melhores publicações que se editam em todos os países, tornando-a mundialmente conhecida e acatada nos meios jurídicos do País e do exterior.

## DIFUSÃO

Estabelece uma fase intensa de intercâmbio cultural na divulgação dessa Revista, sendo então distinguido para sócio correspondente da «Société Française de Droit Aérien», justa deferência que muito o sensibilizou.

Rebelando-se em não aceitar mais uma vez sua reeleição para Secretário-Geral, inclina-se, no entanto, à vontade dos seus colegas, que o elegeram para o biênio 1958/1960 — Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico, concordando, após insistentes apelos, continuar na direção da Revista, honrando-me para secretariá-la, mas sendo de fato tudo feito por êle.

Entrega-se com afinco ao estudo do direito aeronáutico, especialmente o seguro aéreo — tornando-se seu exímio propagador. Sobre os diferentes aspectos dêsse ramo do direito realiza conferências sucessivas, impressionando, pela solidez dos conhecimentos expendidos, os mais eruditos e renomados doutrinadores. Essa a impressão que deixou entre os mestres e alunos do Instituto de «Derecho Aeronáutico de la Nación», de Buenos Aires, em novembro de 1961, quando lá estêve dignificando o renome desta já vitoriosa SBDA e as letras jurídicas do nosso país.

A sua ininterrupta dedicação ao direito consagrador das Liberdades do Ar, verifica-se facilmente, compulsando-se «A Responsabilidade Civil no Abalroamento Aéreo»; «Princípios relativos a Seguros e Resseguros Aéreos»; «Seguros Obrigatórios»; «Os Seguros Aeronáuticos sob o aspecto Internacional»; «Da Responsabilidade Objetiva do Seguro Obrigatório para todas as modalidades de Transporte»; «Responsabilidade das Companhias de Aviação em casos de acidentes»; «Seguros de responsabilidade civil por danos a pessoas e coisa, transportadas a terceiros»; «Regulamentação jurídica dos heliportos»; «Organização de em-

prêsas aeronáuticas», além de trabalhos plúrimos, todos êles constituindo valiosa contribuição para o ensino e o aprimoramento do direito aeronáutico no Continente americano. E num paciente trabalho de pesquisa e síntese, publica, valorizando nossa Revista, a primeira Bibliografia Aeronáutica que se conhece no Brasil, matéria que merece continuada nos números dêsse importante órgão.

## CÓDIGO DO AR

Preocupa-se pela revisão e atualização do Código Brasileiro do Ar e insiste com os companheiros para rapidamente concluírem os estudos dêsse diploma legal. É impressionante vê-lo na coordenação dêsse mistér, vivificado pelo idealismo e possuído da esperança de ser o nosso código o mais atualizado e o mais moderno. O seu entusiasmo contagia e não será exagêro afirmar-se: êle era a própria Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico, no que ela tem de construtiva, dinâmica, fecunda, realizadora.

Adquiriu nas livrarias dos países que visitou os melhores compendios de direito aeronáutico, formando excelente biblioteca, só comparável na América do Sul, a de Don Gonzalo Garcia, na Argentina. Reuniu-os, trazendo-os devidamente anotados para a Sede da Sociedade, a fim de que pudessem, sob sua fiscalização, ser por todos consultados.

Tinha desvêlo especial por êsses livros e ao cedê-los para exame, uma advertência se impunha: «Consulte-os aqui mesmo, pois não permitirei que os levem».

A propósito dessa advertência, um episódio se verificou, parecendo-nos digno de registro: Possuindo êle uma duplicata de um tratado de direito aeronáutico de Le Golf, resolve apresentá-lo ao Dr. Carlos da Rocha Guimarães. O Dr. Stélio Belchior, porém, desejando atender ao pedido de um juiz amigo, interessado em ler a obra dêsse eminente autor, prontifica-se obtê-la e aqui comparece, retirando-a. Leva-a ao Magistrado, sem que se prometa devolvê-la. Cientificado do acontecimento, êle não se conforma com as explicações, nem com a promessa de que outro exemplar lhe seria restituído.

Jamais o vi tão contrariado. Repreende-me como se fôra eu o culpado do que ocorrera. Intima-me a sair em sua companhia numa peregrinação pelas livrarias da cidade à procura do volume perdido. Tudo em vão. A obra se esgotara. O seu constrangimento ganha intensidade. Súbito avisa-me: — Encontrei a solução. Sem me dizer qual era, despede-se incontinentemente, para logo voltar sorridente e vitorioso. Fôra ao escritório do Dr. Carlos da Rocha Guimarães reaver o exemplar que lhe oferecera, prometendo-lhe dar-lhe outro quando fôsse à Europa.

Era êsse o cuidado que êle tinha por essa Biblioteca, que por sugestão nossa e aprovação da Diretoria, orgulhosamente ostenta o seu nome.

## SEM RECOMPENSAS

Jamais solicitou uma recompensa e nunca deu importância às coisas materiais. Admirava a inteligência e amava a cultura, porque considerava essas os supremos valores da vida.

Preocupava-se com a situação pessoal dos seus amigos, desculpando-se de si próprio. Fazia o bem por amor ao bem, sem com isso vangloriar-se.

Entre Copacabana e Paris — assegura Antonio Carlos Viçosa — «a vida fluía para êsse historiador severo, atento aos pormenores, mago solitário e finalmente erudito que sabia retirar, da sua gaveta de feiticeiro, a raridade, o chiste, a engenhosa vocação das filigranas, e virtuosismo das descrições.»

Mas quem foi êsse homem extraordinário, descendente de Mauá, que Tristão de Ataíde, em artigo primoroso moldurou, afirmando-nos que «tinha a alma grande, aberta, arejada, luminosa dos verdadeiros boêmios, que são uma espécie de anjos sem asas ou de poetas sem versos, passeando despreocupadamente pela vida, como pássaros entre os espinhos.»

Quem foi êsse companheiro sempre lembrado, que «não tinha hora certa de entrar ou de sair de casa, como ocorre sempre com essa espécie encantadora de homens livres, pelos quais Deus deve ter uma predileção e uma condescendência»?

Quem foi êle que, amigo das conversas, permanecia esquecido «pelos bares, pelos cafês, pelas casas de amigos ou de simples conhecidos, pelas livrarias batendo papo, contando casos»?

Quem foi êsse delicioso boêmio que pacientemente colecionava moedas e medalhas e «que não guardava para si o que podia dar aos outros»?

Quem foi êle?

## O HOMEM

E o meu coração responde estuante de ternura e de saudades: Foi Cláudio Salles Ganns. Sim, o boníssimo Dr. Cláudio, que estava sempre presente nas deliberações desta Sociedade, que é mais dêle do que nossa.

Vejo-o agora, entrar apressado sobraçando a velha pasta e um embrulho de livros, irrequeto, atento a fiscalizar o Livro de Presença e a examinar o de Atas, verberando comigo por haver omitido uma minúcia, um pormenor, pois amava a exatidão.



Vejo-o também com veemência repreendendo os Drs. A. B. Carneiro de Campos e Carlos da Rocha Guimarães, por não terem comparecido à última sessão e num tom afetuoso convidar-lhes para almoçar juntos.

Vejo-o ainda relacionando cuidadosamente os livros que por deferência de sua dileta companheira, a Exma. Sra. D. Laíde Amoroso Gahns, constitui o precioso patrimônio desta Sociedade e que êle aqui guardava para servir a todos, com a recomendação expressa de que não poderiam ser retirados.

Vejo-o mais uma vez, ufano, a repetir que sua cuidadíssima coleção de medalhas obtivera o «Prêmio Ciudad de Barcelona» na última exposição numismática de Madrid e que em breve iria assistir pessoalmente ao lançamento dos trabalhos que lhe solicitaram as Editôras da França e da Espanha.

E quando hoje nos congregamos para tributar-lhe o preito da nossa gratidão, do nosso reconhecimento e do nosso afeto pela viagem que empreendera deixando um vazio impreenchível e uma saudade imensurável, sinto o valor de sua presença nesta solenidade, como senti a grandeza da sua alma generosa, indo a Buenos Aires assistir aos meus exames orais no «Instituto de Derecho Aeronáutico de la Nación», com o mesmo interesse e amizade com que fôra a São Luiz do Maranhão prestigiar o companheiro que se candidatara à Câmara dos Deputados, para representante dos maranhenses no Parlamento Brasileiro.

Continuaremos a tê-lo sempre na nossa lembrança imperecível, agradecidos e reconhecidos, por tudo de bom que nos proporcionou, eu que fui o único a almoçar com êle, naquele dia fatal, em que «morreu da maneira mais bela — sem um esgar, sem uma queixa, sem um gemido» contente por levar ao Prof. Castro Rebelo os exemplares de suas últimas produções intellectuais. «Caiu como uma árvore que tomba — como a bela árvore, carregada de excelentes frutos que era.»

O seu exemplo e a sua obra, o seu amor ao Brasil e ao Direito, hão de encontrar a ressonância desejada contagiando aos que ficaram e estimulando as gerações vindouras, convictos como estamos de que o seu fim — também é o seu começo.»

APONTAMENTOS DO BARÃO DE MURITIBA  
SOBRE O 15 DE NOVEMBRO DE 1889 (\*)

CÓPIA ESCRITA DO AUTÓGRAFO

Permanece e há de permanecer sempre indelével em minha mente a imagem dêste dia memorável em que, no meio de estupefação geral, baquearão as Instituições mais que semi-seculares às quais o Brasil devera longos anos de paz interna, de prosperidade contínua e incontestável progresso, abrilhantados pelo prestígio que suas armas lhe havia conquistado entre as Nações da América Latina, em mais de uma campanha gloriosa.

Diante da rapidez com que se operou a anulação do Senário parecia-me achar-me sob a impressão de um sonho, ou antes de horrível pesadelo.

Ecoavam ainda em meus ouvidos as delirantes exclamações com que, havia pouco mais de um ano fôra recebido o Imperador, o redivivo, pelo povo, que em alas se estendia desde o pôrto até a longínqua residência de São Cristóvão, e ainda em época muito mais recente o entusiasmo com que fôra aclamado poucos dias depois do atentado de Adriano do Valle...

Em época um pouco mais afastada as manifestações entusiásticas que acompanharam a abolição da escravidão, o desfile das tropas ao mando do Marechal Deodoro que, ao passarem em frente da Princesa Redentora lhe atiravam aos pés ramalhetes de flores, as palavras de José do Patrocínio, «cuja alma se ajoelhava diante dela eternamente agradecida», o discurso do Major Serzedello, vibrante de gratidão, seus protestos de dedicação ouvidos pela numerosíssima assistência no Teatro Lirico...

E agora!...

Uma vasta conspiração militar se organizou com ramificações nas Províncias, tramada por Officiais, mais ocupados de

---

(\*) Doad a I.H.G.B. por D. Stela de Faro por intermédio do illustre consócio E. Vilhena de Moraes.

política do que compenetrados do seu dever, e insuflada por um pequeno grupo de ideologias cuja aspiração era a fundação da República por êles considerada forma única de governo compatível com a dignidade humana e só êle admissível no solo Americano.

Explorando o descontentamento que no Exército lavrava a propósito de certas medidas quiçá imprudentes, tomadas pelo governo, não lhes foi difficil preponderar no ânimo do mal. Deodoro, militar valoroso, é certo, mas também trêfego e vaidoso, e induzi-lo a desafrontar os brios de seus camaradas derrubando o Ministério e, se preciso fôsse, a própria Monarquia, que acoimavam de inimigos da classe militar.

O espírito de indisciplina que aliás desde muito fermentava nas classes armadas, principalmente no Exército, já explodira por vêzes e ainda ultimamente se manifestara em um discurso, que causara grande escândalo, proferido pelo Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães em presença do próprio Ministro da Guerra e dos Officiais do Coração Chileno Cochranne atônitos de tanta audácia. Êsse ato de indisciplina ficou, porém, impune e deu, provavelmente, coragem aos conspiradores, cujas reuniões a policia não ignorava.

Sei de boa fonte que o governo fôra pôsto ao corrente do que se tramava, e o próprio Presidente do Conselho de então, o Visconde de Ouro Preto o declara em seu manifesto bem conhecido — «O Advento da Ditadura Militar», mas como também o declarara, fiado nas seguranças que lhe dava o Ajudante General Marechal Floriano Peixoto, homem de sua confiança, e até mesmo Ministro da Guerra *in petto*, esperava poder dominar a situação e com o apoio da tropa fiel debelar qualquer movimento sedicioso.

Não contava porém nem a dizer a verdade, era dado contar com a deserção do próprio Floriano de certos Officiais de alta patente, nem com o espírito de camaradagem, nem com outros fatores a que não quero dar o epíteto conveniente.

Poucos dias antes da grande explosão, a 9 de novembro, por ocasião do faustoso baile da Ilha Fiscal, quando o Visconde de Ouro Preto, empunhando a taça, saudou em brilhante discurso a Nação amiga ali representada pelo Comandante e Officiais do Cochranne; quando, acompanhando a saudação erguiam-se estrepitosos vivas, soavão os hinos e troava a artilharia, conta-se que um Official General da Armada, o Vice-Almirante Wandenkolk, postado a pouca distância, em tom zombeteiro, ouvido pelas circunstâncias: «rira bien qui rira le dernier». Em uma das tardes mais próximas, um amigo, que estava até certo ponto ao fato do que se planejava, procurou-me na casa que eu então residia,

Mme de la Roche-Beaucourt

Monsieur le Comte de la Roche-Beaucourt

Il me fait par votre ambassade

à l'adresse de la Roche-Beaucourt

Tout d'abord à l'ambassade

une lettre à l'ambassadeur pour

le faire en 10/12. Vous le ferez

donner à la Roche-Beaucourt

en 10/12. Vous le ferez

donner à la Roche-Beaucourt

à l'ambassadeur

Tout d'abord

à l'ambassadeur

à l'ambassadeur





à Praça Duque de Caxias, para prevenir-me e por meu intermédio avisar a Princesa Imperial da iminência da borrasca.

Não me tendo encontrado, julgou, segundo me disse mais tarde ao referir-me o fato, que eu já tivesse sido informado, e por isso não tornou a procurar-me. Foi pena.

O certo é que, por minha parte, entregue de todo ao desempenho dos meus deveres de Magistrado, eu estava longe de pensar que tão importantes acontecimentos se preparavam.

No dia 15 de Novembro de 1889 pela volta das 9 horas, almoçava eu para ir em seguida à Conferência da Relação, de que era membro, quando a uma das portas da sala de jantar que dava sobre um terraço lateral, surgiram com ar misterioso, o Tenente-General Visconde da Penha e o Almirante Barão de Ivinheima, acenando-me para ir ter com elles. Assim o fiz, e contaram-me que naquela manhã mesmo se tinha sublevado uma parte das tropas da guarnição comandada pelo Marechal Deodoro, e que outro tanto haviam feito os alunos da Escola Militar, que o Ministro da Marinha Barão de Ladário, tinha sido gravemente ferido, e que o movimento militar estava triunfante.

Combinamos que irião comunicar imediatamente essas ocorrências à Princesa Imperial, que provavelmente as ignorava, occupada como estava com os preparativos de um sarau que pretendia dar na noite de 16 à Oficialidade do Cochrane. Partiram, e minha mulher e eu seguimos logo após, indo conosco D. Eugênia, filha do Visconde da Penha. Soubemos ao chegar ao Palácio Isabel que a Princesa tudo ignorava efetivamente bem como o Sr. Conde d'Eu, seu espôso, que ainda nessa manhã passara a cavalo com as filhas e encontrara na tranquillidade habitual o bairro que tinham percorrido em Botatogu.

Ficamos no Paço Isabel aguardando o seguimento dos successos, e ali foram pouco a pouco aparecendo várias pessoas, entre as quais o então Cel. Guilherme Lassance, o Comendador Pandiá Calógeras e Senhora, o Major Duarte, o Barão do Catete, seu irmão, Com. Carlos de Araujo Silva, o Dr. André Rebouças, Cos. Marinho de Azevedo, Dr. Galvão, Dr. Francisco Marques de Araujo Góes e o Cap. de Fragata Miguel Ribeiro Lisboa.

Este prestimoso e dedicado amigo ofereceu-se para ir tomar informações mais completas sobre os acontecimentos e ao voltar confirmou o que em sua ausência se fôra sabendo, isto é, que tudo estava apaziguado, mas que o Exército estava todo coligado, tendo sido o Ministério derrubado e que ao lado de Deodoro tinham desfilado com as tropas Quintino Bocayuva e Benjamin Constant.

Entretanto, buscando informações por outros meios, tinha a Princesa telefonado sucessivamente para os Arsenais de Guer-

ra e Marinha, perguntando o que havia, sendo-lhe dada a singular e significativa resposta — que nada se sabia. O Príncipe Conde d'Eu, quis pôr-se em campo e chegou mesmo a fardar-se, pensando talvez que a sua presença e a lembrança dos serviços por êle prestados ao país poderiam exercer alguma influência sobre a marcha dos acontecimentos.

Desistiu, porém, do seu propósito por se lhe ter ponderado que a vista das notícias nada adiantaria.

Sugeriu-se então a idéia da intervenção de algum homem político que se pusesse em contato com o Chefe do movimento, e procurasse desviá-lo do rumo que seguramente lhe indicariam os conselhos e permissões dos dois Acólitos acima nomeados.

O nome lembrado foi o do Exmo. Manoel Pinto de Souza Dantas, que além de morar mais perto do Palácio Isabel, era amigo da situação dominante, e liberal, e possuía qualidades especiais e bem conhecidas que o habilitaram para tão delicada incumbência.

Ofereci-me para ir à sua procura e êle acudiu prontamente ao chamado da Princesa, a quem tratou de tranquilizar assegurando «que ela tinha um trono no coração de cada brasileiro». Ignoro porém que passos deu para conjurar a crise.

Depois de providenciarem para pôr a bom recato os pequeninos Príncipes, seus filhos, mandando-os para Petrópolis em companhia do Barão de Ramiz, seu Aio, pensaram os Condes d'Eu em ir ter com o Imperador, que ainda supunham naquela Cidade, mas nessa ocasião recebeu-se um telegrama do Conde de Mota Maia anunciando que êle seguia pela estrada de ferro do Norte em direção a S. Cristóvão.

Resolveram por isso ir ao seu encontro, e por cautela preferiram ir tornar a desembarcar no Caes Loyoux. Meteram-se por tanto no carro do Barão do Catete levando-nos a minha mulher e a mim consigo, e num outro seguiram o dito Barão e o Cons. Dr. Marinho de Azevedo. Em Botafogo, perto do Morro da Viúva estava uma pequena lancha a vapor arranjada pelo primeiro, na qual embarcaram os Príncipes e nós dois em demanda do referido cães de desembarque.

Sendo apenas meio dia os três Príncipes foram por indicação do Barão de Ramiz, esperar a bordo do Riachuelo, cujo Commandante era o Capitão-de-Mar-e-Guerra Alexandrino de Alencar, a hora da partida habitual da barca de Petrópolis (4 horas).

Abro aqui um parêntesis para dizer o que sei sobre um incidente de que muito se tem tratado: o dos telegramas expedidos ao Imperador pelo Visconde de Ouro Preto.

Pretende-se que o primeiro dêles (foram dois ao todo) chegara de madrugada e só fôra entregue ao seu destinatário depois

que êle acordara, pois que havia recomendação positiva do médico, o Conde de Mota Maia, para que não se despertasse o Imperador, a fim de se lhe entregarem telegramas. Era essa uma recomendação antiga, que, havendo sido cumprida à risca, deu em resultado vir o Imperador a saber já tarde que uma parte da guarnição se tinha sublevado, de modo que só desceu de Petrópolis fora de tempo, quando com a sua presença no teatro dos acontecimentos já não era possível exercer influência decisiva capaz de atalhar e jugular o movimento sedicioso.

Motta Maia, com quem mais de uma vez conversei a tal respeito, desviava de si a responsabilidade, dizendo que o telegrama em questão fôra oportunamente entregue ao Imperador, mas que êste guardara silêncio absoluto, não lhe fazendo a mínima referência na conversa que tivera com êle, Mota Maia, e com o Conde de Aljezur, seu Camarista, quer quando nesta mesma manhã o acompanhavam ao estabelecimento das duchas, que todos os dias tomava, quer ao regressar dêle.

Ao chegar, porém, a Estação da Estrada de Ferro, até onde costumava levar o passeio de volta do estabelecimento balneário, perguntou o Imperador ao Chefe da Estação se lhe seria possível ter sem demora um trem, caso dêle viesse a precisar: ao que respondeu afirmativamente o dito empregado, Bento Miguel de Carvalho Guimarães.

Isso mesmo me foi por êste confirmado, quando mais tarde o interroquei sôbre a ocorrência. Ora, essa pergunta do Imperador muito admirou tanto Mota Maia como Aljezur, de quem ouvi a mesma narrativa, e só mais tarde lhe compreenderam o alcance, quando o Imperador recebeu o segundo telegrama, que o decidia a partir imediatamente para o Rio.

Retomo agora o fio da minha narrativa.

A lancha com que íamos, enfrentava a praia de Santa Luzia quando o Príncipe chamou a nossa atenção para uma carruagem puxada por três parelhas, que passava à altura mais ou menos do Hospital de Santa Casa da Misericórdia, e reconhecendo-se que era, como êle supunha, o carro do Imperador, mandou que a lancha atracasse ao Cães Faroux, em vez de ir mais longe.

Ali chegados fui eu mesmo buscar o carro, que ainda estacionava em frente ao Paço da Cidade e no qual tomamos todos lugar para fazer o curto trajeto da Praça.

Era mais de uma hora da tarde e o aspecto do Largo do Paço ou Praça D. Pedro II, era o dos dias ordinários: a mais absoluta tranqüilidade ali reinava, e os transeuntes como de costume descobriam-se respeitosamente, embora com certo ar de surpresa, diante dos Príncipes, que foram recebidos com as honras



habituais, toque de corneta, rufos de tambor, e continência pela guarda do Palácio ao mando do Alferes Pereira Pinto, filho do já mencionado Almte. Barão de Ivinheima. Foram sucessivamente chegando várias pessoas, entre as quais os Conselheiros Silva Costa, Olegário, Soares Brandão, Thomaz Coelho, Souza Ferreira, Cde. e Conds<sup>a</sup> de Baependy, D. Maria Cândida de Figueiredo, Marquês de Tamandaré, Visconde da Penha, e Nogueira da Gama, Pandiá Calógeras e Senhora Barão e Baroneza de Loreto, Veador José Calmon, Simoens da Silva Visconde de Taunay.

Este último conversou algum tempo com o Imperador, era de parecer que o Monarca ficasse em Petrópolis e ali constituísse um governo, buscando depois o interior do país se as circunstâncias o reclamassem; plano que pelo Dr. André Rebouças, seu amigo, fora comunicado à Princesa Imperial quando esta se achava ainda em seu Palácio.

O Imperador conservava a maior serenidade e parecia não estar inteiramente compenetrado da gravidade da situação: é o que ressumbra das palavras com que acolheu a proposta do Comandante chileno Bannen, quando este punha à sua disposição o Couraçado Cóchrane. «Isto é um fogo de palha, eu conheço os meus patricios», palavras estas que o Oficial estrangeiro ouviu com visível mostras de verdadeira surpresa.

Entretanto pela volta das três horas apareceu um piquete de cavalaria, de 40 praças, cujo Comandante declarou que por ordem do Mal. Deodoro vinha pôr às ordens de Sua Magestade.

Este replicou, ao ser disso informado pelo Cde. de Aljezur, que não reconhecia em Deodoro qualidade para tal.

Vendo, entretanto, o Imperador que não tinha aparecido Ministro algum a entender-se com elle encarregou o Tte. General Barão de Miranda Reis de ir em procura do Visconde de Ouro Preto, que daí a pouco se apresentou e com quem conferenciou por algum tempo. (O Ouro Preto tinha estado prêso por ordem de Deodoro).

Logo após a conferência com o Ouro Preto, constou que fôra mandado convocar o Cons. Gaspar da Silveira Martins para organizar o mau Gabinete.

Idéia foi esta sob todos os pontos de vista pouco feliz, já porque (e isso bastava) o escolhido estaria ainda em viagem do Rio Grande do Sul para a Corte e, portanto, não podia acudir de pronto com as medidas que as circunstâncias urgentemente reclamavam; já porque, inimigo declarado de Deodoro, não era o mais próprio para arcar, baldo de meios de ação, com o Chefe do movimento militar vitorioso.

Diz-se que tendo noticia da designação do novo Presidente do Conselho, Deodoro, até então hesitante, resolveu ceder às solicitações e instâncias dos republicanos que o cercavam, e consentir na proclamação da república e na organização do governo provisório.

Esta versão parece plausível se atendermos entre outras circunstâncias, ao fato, há pouco referido, de mandar por às ordens do Imperador o piquete de cavalaria. Nesse com menos, uma turba de que fazia parte José do Patrocínio, havia se apresentado no Paço da Câmara Municipal e proclamado a república.

Muitos dos indivíduos, de que êle se compunha, eram de tal jaez que alguém muito comprometido por seus antecedentes e obrigado por isso a acompanhá-la me disse anos depois «que ficara envergonhado por se achar em semelhante companhia.»

Estas palavras são do Padre João Manoel de Carvalho e proferidas em 1896, a bordo do paquete francês *Provence*, dos Transportes Marítimos de Marselha, onde nos achávamos em viagem do Rio de Janeiro para a Europa.

Mais tarde resolveu o Imperador convocar o Conselho de Estado para deliberar sobre a situação e por não haver ali presente quem expedisse os convites, fui eu incumbido de escrevê-los e mandaram-se a alguns dos Conselheiros. Outros, porém, haviam aparecido já no Paço ao serem informados de que o Imperador lá se achava.

Lembro-me de ter visto os seguintes: João Alfredo, Paranaгуá, Paulino, Andrade Figueira, Corrêa, Olegário, Silva Costa, Visconde do Bom Conselho e Cavalcanti. Não me recordo, porém, se todos êles tomaram parte na deliberação que teve lugar no o concurso da Princesa Imperial e seu espôso, ambos membros daquela corporação.

Resultou da consulta que em vez de Silveira Martins fôsse encarregado da organização do novo Gabinete o Conselheiro Saraiva, à cuja procura em Santa Teresa, partiu logo o Marquês de Paranaguá, que conseguiu encontrá-lo e com êle voltou sendo já noite.

Saraiva aceitou a incumbência com que o honrava o Imperador e parecendo-lhe que antes de tudo importava entender-se com o chefe do movimento militar, escreveu-lhe uma carta, de que por indicação do Cons. Andrade Figueira foi portador um genro dêste, o Major Roberto Trompowsky Leitão de Almeida.

Êste partiu sendo mais ou menos onze horas da noite e regressou às 2 da madrugada com a resposta verbal de Deodoro que não aceitava propostas, nem cedia cousa alguma; que seu plano estava feito já distribuído — e que no dia seguinte mandaria uma resposta a Saraiva.

O portador, que estivera em conversa amigável comigo enquanto se redigia a carta, voltou, segundo me contaram, com ar bem diverso do que tinha ao partir.

Tendo-se o Imperador já recolhido aos seus aposentos a essa hora, foi a Princesa Imperial que, com fria dignidade recebeu a resposta que êle trouxera.

Fomos então descansar, mas as 3  $\frac{1}{2}$  da madrugada ouviram-se tiros de espingarda e soou viva ao Imperador.

Eram, como depois constou, Imperiais Marinheiros que haviam tentado um desembarque, acudindo em defesa do Monarca abandonado.

Brava gente!

Outros foram mais tarde vitimados, se é verdadeiro o boato, por não terem querido arrear a bandeira Imperial que haviam jurado defender.

Logo pela manhã, no dia 16, corri a Botafogo a visitar meu pai, que encontrei ainda atônito ao pensar no que se passara na véspera e lamentando que os seus 82 anos, e a fraqueza de suas pernas não lhe tivessem permitido sair a campo em defesa das Instituições que sempre tão lealmente servira.

Regressei depois ao Paço, onde cheguei antes das 9 horas, se bem me recordo.

Era tempo, visto que um pouco mais tarde foi vedado o ingresso a quem quer que fôsse, ficando o Imperador e sua Família prisioneiros em seu palácio, cujas saídas eram guardadas por sentinelas.

Ainda mais, patrulhas da cavalaria corriam de quando em quando em tôrno do Paço, armados de clavinotes, impedindo que o povo se aproximasse e quiçá com o fito de amedrontá-lo e tolher alguma manifestação em favor do Monarca.

Havia, com efeito, na Praça e rua lateral, grande aglomeração de gente, no meio da qual reconhecemos vários amigos.

Ninguém todavia manifestava por brados sua aprovação ou reprovação do que se estava passando, era êsse silêncio, êsse mesmo sossêgo que levou um dos corifeos da nova ordem de cousas a escrever tão significativamente: «que o povo brasileiro assistira bestificado à proclamação da república.»

Um jornal, argentino creio, indo mais longe lançou-nos êste pungente epigrama: «que na revolução brasileira houvera um ferido e dez mil desanimados.»

Revolução deveras singular foi essa, cuja subtaneidade e pronto êxito tanto maravilharam o mundo e originaram a suposição de ter sido ela produzida por uma explosão do sentimento

nacional contra o regime que assim tão facilmente se esboroava ao primeiro âmbito da onda popular.

Depois sabedores da fraqueza numérica do partido republicano, mesmo aumentado por aquêles que a lei da abolição alistara em suas fileiras, admiraram-se muitos da passividade do povo, tirando daí argumento desfavorável ao caráter nacional.

Quem considerar entretanto que o povo brasileiro, afeito a uma longa paz interna, que durara 40 anos foi bruscamente despertado certa manhã pela notícia de um levante de quartéis e vira toda a força armada coligada na Capital e nas Províncias, não podendo ao menos opor-lhe a milícia, cidadã essa guarda nacional baluarte constante da legalidade, que ainda estava em via de reorganização; quem ponderar que em outros países bastava a submissão da Capital para fazer curvar-se todo o povo diante de uma nova ordem de cousas criadas pela revolução, como o atestam os fatos de 1830, 1848, e 1870, em França.

Quem atender para essas considerações mostrar-se-á mais indulgente para conosco, menos propenso a julgar-nos com severidade.

Longe estou, entretanto, de aplaudir o assodamento com que, apenas partido o Imperador, porfiassem em prestar sua adesão a ditadura militar, todas as classes sociais compreendidas nesse número aquêles, cuja attitude devera ser, antes, a de uma reserva cheia de dignidade.

É de crer que sem essas adesões em massa a república teria encontrado estorvas bem difíceis de superar desde os seus primeiros passos, e embora muitos se tenham chamado (puritanos) a sua cooperação facilitou sobremaneira a ação do improvisado governo, pois raros, raríssimos, eram dentre os propagandistas os homens habilitados para funções públicas.

Tão escasso era com efeito o número dos republicanos que segundo é corrente, Quintino Bocayuva achava indispensável a coadjuvação das classes armadas para conseguir a realização dos seus ideais públicos.

A não ser assim haveria, dizia, um terceiro, quarto e quinto reinados.

E tinha razão, porque o 15 de Novembro é obra exclusiva dessas classes que se arrogaram o direito de falar em nome da Nação e manietaram a sua soberania ao imporem à Constituinte a obrigação de não se afastar dos moldes da república federativa, por elas proclamada!

Assim, a Constituição de 24 de Fevereiro está inquinada de um vício radical de origem e de violência. Acrescentam-se a isso os processos e expedientes do famoso regulamento Alvim, e será mister concordar que êle não foi a expressão da vontade nacional.



O Imperador estava, pois, prêso em seu palácio, cercado pela tropa revoltada, mas o cêrco não era completo.

Ignorava-se que o Paço Imperial comunicava pelos fundos com uma casa da rua da Misericórdia, por onde, a querer-se, poderia efetuar-se a saída. Houve mesmo quem lhe propusesse sair e refugiar-se a bordo do Couraçado Cóchrane, cujo Comandante, como ficou dito, o puzera à sua disposição, mas êle, nobremente, recusou anuir a essa proposta, preferindo correr todos os riscos da sua posição a refugiar-se em território estrangeiro.

Poderia, entretanto, a tempo e antes que as cousas houvessem chegado ao período agudo, em que se achavam, ter-se abrigado em algum dos vasos de guerra nacional, o Couraçado Riachuelo, por ex., cujo Comandante tivera a seu bordo os pequenos Príncipes, filhos da Princesa Imperial, e me disse alguém ter estado até o último momento indeciso sôbre a atitude que deveria assumir.

Seria, porém, acertado êsse passo e teria êle conseguido chamar a si o auxilio da Marinha, apelando para sua lealdade?

Não faltavam nessa Corporação numerosíssimos Officiais adidos à causa da Monarquia e a dedicação das Praças, os Imperiais Marinheiros, era bem conhecida. Isso não impedira, entretanto, que as forças de mar houvessem fraternizado com as capitaneadas por Deodoro, quando êste, do Campo de Santa Ana, se dirigira ao Arsenal de Marinha, de modo que não ousou conjecturar se preponderaria mais nela o espirito da classe, se o sentimento de fidelidade ao seu juramento.

De mais repugnava ao coração magnânimo do Imperador, que o sangue de irmãos viesse a correr por sua causa.

Como ia, porém, dizendo, havia uma saída do Paço que escapara ao cêrco. Disso se aperceberam os que o dirigiam, ao verem aparecer na rua uma pessoa bem conhecida da Côrte, o Conde de Carapebús, que momentos antes tinha sido visto no interior do Palácio.

Foi por tanto destacada uma guarda de algumas praças que, penetrando no edificio, cortou a comunicação dêste prédio da rua da Misericórdia ao qual acima fêz alusão.

Entretanto começou-se a dizer que no correr do dia se apresentaria uma comissão portadora de mensagem do intruso governo para o Imperador, e efetivamente às 3 horas da tarde compareceu a deputação anunciada, cujo chefe era o então Major Solon e se compunha de mais dois Officiais de menor patente.

Admitidos à presença do Imperador, o referido Major lhe entregou um papel dizendo que era uma mensagem do Governo Provisório, sendo porém a sua perturbação tal que não atinava

com o tratamento, que devia dar ao Imperador, a quem deu a princípio o de Excelência, depois o de Alteza e finalmente o de Magestade.

O Imperador recebeu-o com a serena dignidade e aquêl ar natural de Magestade que tanto respeito impunha aos que dêle se acercavam, e lhes disse que podiam retirar-se e convocá-los-ia, logo que houvesse formulado a sua resposta.

Esta cena passou-se na chamada Sala das Damas, assistindo a ela, além da Imperatriz, da Princesa Imperial e seu espôso o Conde d'Eu o Príncipe D. Pedro Augusto, os Barões e Baronezas de Loreto e Muritiba, os Condes de Aljezur e Mota Maia, o Visconde da Penha, o Comendador Pandiá Calógeras e sua Senhora, a irmã desta D. Maria Eugênia da Penha. Os portadores da mensagem detiveram-se em uma sala immediata, onde o Major Solon entrou em conversa comigo e com os Condes de Aljezur e Motta Maia, explicando o procedimento do Exército que, cansado das perseguições de que era alvo por parte do Govêrno, e não encontrando garantias no Imperador, se vira impellido ao extremo a que chegara, e, depois de aludir aos minguados recursos proporcionados aos que vertiam seu sangue pela Pátria, acrescentou que muito aplaudia a attitude dos que se conservavam ao lado do Monarca em tão solene momento, e eram, aliás, bem poucos.

A estas palavras, ditas em tom que me pareceu irônico, repliquei que seríamos muito mais numerosos se o ingresso no Palácio não fôsse vedado a todos pela tropa que o cercava.

Com efeito no meio da multidão, apinhada na Praça adjacente, divisamos vários conhecidos, que nos cumprimentaram, e pessoas da maior notoriedade e posição social: Senadores, Conselheiros de Estado, Deputado, Diplomatas. Um dos que não puderam penetrar no Paço foi o Barão de Corumbá, Ajudante General da Armada, outro o Dr. Joaquim Nabuco. Apenas, porém, recebera a mensagem e se inteirara do seu conteúdo, exclamou o Imperador em tom resolutivo: «Eu parto e parto já», palavras estas acolhidas entre lágrimas pela veneranda Imperatriz e pela Princesa Imperial, que não se podiam conformar com a idéia de abandonar tão presto e bruscamente o país que tanto amavam.

Redigida que foi a resposta do Imperador, de acôrdo com o Barão de Loreto, Ministro do Império do Gabinete Ouro Preto, mandou êle chamar o Major Solon e companheiros e lha entregou com a mesma calma e dignidade com que os recebera.

Momentos depois, passando perto de mim, me disse o Imperador, prêsa de visível emoção: «Isto é devido à indisciplina do Exército, que seu pai bem conhece.» Aludia a um dos primeiros sinais de indisciplina que tivera lugar logo após a campanha do Paraguai, sendo meu pai Ministro da Guerra.

Conhecida a resolução do Imperador, constou logo que fôra levantada a interdição da saída do Paço, que até então houvera e recorde-me que, procurando indagá-lo do Major Solon foi-me por êle respondido, a princípio que precisava verificar que ordem havia, por quanto, prosseguiu (tomando-me por meu pai) «V. Excia. que foi Ministro da Guerra sabe que somos militares e, portanto, sujeitos à disciplinas», palavras na verdade bem cabidas na bôca de quem tomara parte tão ativa na conspiração e se levantara em armas contra os Poderes Constituídos.

A Princesa Imperial manifestou desejo de ir ao seu palácio, a fim de ali fazer seus preparativos de partida, marcada para o dia imediato, mas tendo-se-lhe respondido, depois de certa demora, que só lhe seria permitido sair guardada ou, como diziam, acompanhada por um piquete de cavalaria, desistiu do intento e confiou a minha mulher a incumbência dêsses arranjos, o que ela fêz, coadjuvada por D. Maria Eugênia, filha do Visconde da Penha.

Êste ficou no Paço, e com êle seu genro, Calógeras, a espôsa e uma outra filha solteira, D. Marianna, o Marquês de Tamarandaré, devotado amigo do Imperador, os Condes de Motta Maia e Aljezur, o Barão de Ivinheima e a Viscondessa de Fonseca Costa.

Foi pela família Penha que tive conhecimento das ocorrências de que vou occupar-me. Estava combinado que a Família Imperial embarcaria no dia seguinte, 17, às 3 horas da tarde. Já se achavam todos recolhidos aos seus aposentos, descansando das fadigas de tão agitado dia, quando à 1  $\frac{1}{2}$  da madrugada, mais ou menos, bateu à porta do Príncipe Conde d'Eu, o Coronel Lassance, seu mordomo, avisando-o da chegada do General José Semeão e do Tenente-Coronel Mallet, mandados pelo governo provisório para persuadirem o Imperador da necessidade de embarcar sem mais demora. Informado da mensagem, recusou o Imperador, terminantemente, aquiescer, dizendo que só embarcaria à hora mencionada e à luz do dia e não como um fugido, mas, sobrevindo então o Vice-Almirante Barão de Jaceguai, entrou a secundar os dois outros e instar com o Imperador para que cedesse, porquanto, dizia: «o governo receia que haja derramamento de sangue e todos sabem quanto V. M. zela o sangue do seu povo.» Ao que replicou o Imperador: «Ah! então não é o povo que me manda embora; o povo me quer bem, e tudo isto é obra da indisciplina do Exército e da armada. Da qual o Senhor tem certa culpa, não agora, mas em outro tempo.»

Acabou, pois, por concordar, mas dizendo que o fazia para evitar um conflito mortífero.

Enquanto isso se passava, o Tenente-Coronel Mallet communicava a Princesa Imperial que o governo provisório, animado



das melhores intenções, resolvera pôr amplos recursos à disposição da Família Imperial, ao que a Princesa, possuída de indignação, respondeu: «Oh! Senhor Mallet, pois é quando nos vê com o coração partido de dor que vem falar-me de dinheiro, conhecendo o nosso modo de pensar sôbre semelhante assunto?!»

Este incidente já fêz objeto de uma reclamação ou retificação minha a certo tópico de um artigo de *Jornal do Comércio* (1896) *O Dever do Momento*, escrito pelo Almirante Jaceguai, que o narrava de um modo bem diverso, e folgo de poder deixar aqui consignado que a minha memória não me traiu ao escrever aquela retificação. As pessoas que, tendo assistido ao incidente, me contaram mais tarde, mo confirmaram ponto por ponto. Depois de despedir-se de seus fâmulos, um dos quais principalmente o velho Bernardo, ajoelhado lhe beijava as mãos, debulhado em lágrimas.

O Imperador cobriu-se e com ar sempre calmo e sobranceiro ao que em tórno se passava, desceu a escada, dando, como de costume, o braço a sua filha, ao passo que a Imperatriz tomava-o do Conde d'Eu, seguindo-se-lhes o Príncipe D. Pedro Augusto e as outras pessoas.

Ao atravessar o saguão recebeu a continência da guarda ali postada, e com os outros membros da Imperial Família entrou no carro de aluguel que o aguardava para transportá-lo ao cais fronteiro.

Ao embarcarem, o Imperador dirigindo-se aos militares que o seguiam lhes disse: «Os Senhores são uns doidos», e a Princesa Imperial, voltando-se para o Tenente-Coronel Mallet, acrescentou: «Se os Senhores têm alguma lealdade, não deixem de repetir o que meu pai lhes declarou: «Que se embarcava nesta ocasião para evitar um conflito.»

Tomara então a lancha que devia conduzi-los para bordo de Alagoas e só em caminho souberam que se dirigiam para a Canhoneira Parnaíba.

Assim a chamada revolução, que se prevalecera das sombras da noite para tentar o assalto contra o Governo, delas valeu-se ainda para subtrair às vistas da população, cuja tutela assumira, receiando, como ficou dito, que alguma manifestação de simpatia viesse a ter lugar, se o embarque se efetuasse à luz do dia, e desse em resultado algum sangrento conflito. O receio era mesmo tal, segundo parece, que nem mesmo permitiram que a Parnaíba se demorasse no pôrto, mas fizeram-na seguir às 10 da manhã para a Ilha Grande, a fim de ali esperar a chegada do Alagoas.

Nela embarcaram também os três Príncipes, filhos dos Condes d'Eu, que pouco antes haviam chegado de Petrópolis acom-



panhados pelo seu tio, o Barão de Ramiz, pelo Dr. André Rebouças e pelo Cons. de Welsersheib, ministro da Áustria.

A noite corraera também agitada para nós, porquanto, depois de ter eu ido comunicar a meu pai a resolução que tomávamos, de acompanhar a Família Imperial, tivemos de fazer aprestos para a viagem do dia seguinte, e só mais tarde procuramos descansar.

As 5 horas da manhã, porém, soou insistentemente o timpano da entrada e chegou-nos as mãos um bilhete do excelente amigo Pandiá Calógeras, comunicando que o Imperador e Família tinham embarcado às 2 horas. Ao receber essa inesperada notícia um raio de luz iluminou-me o espírito, fazendo que dos lábios me irrompesse a exclamação: Ora, graças a Deus! Porque interiormente compreendi que essa resolução fôra tomada sob a apreensão de graves complicações... E assim fôra.

Ao meio-dia devíamos achar-nos no Arsenal de Marinha a fim de seguirmos para bordo do paquete *Alagoas*, destinado a transportar o Imperador e sua família.

Ali fomos ter encontrando por vêzes rondas de cavalaria armadas de clavinotes. No Arsenal de Marinha estava reunido todo o Corpo Diplomático, que se mostrava pesaroso pelos acontecimentos dos dias anteriores e esperavam manifestar êsses sentimentos ao Imperador.

A tristeza era geral e a de um dêles, o Ministro Chileno Wilamil, ia até às lágrimas.

Ao meio dia appareceu o Inspetor do Arsenal Forter Vidal, Barão de Santa Maria, annunciando que só tinham permissão para embarcar as pessoas que tivessem de acompanhar a Família Imperial, pelo que, mau grado as reclamações dos Diplomatas, seguimos unicamente nós, os Barões de Loreto e o Tenente-coronel Manoel Corsino Peixoto de Amarante, 2º Preceptor dos Príncipes, que a todo o custo quis ir levar suas despedidas aos Augustos Exilados.

Importa antes de prosseguir por em relêvo o nobilissimo caráter dêsse digno Cuiabano que não hesitou, à essa emergência tão crítica, em dar expressivo testemunho da dedicação, e logo após despiu a farda, dando sua demissão do serviço do Exército, sem embargo das admoestações do seu amigo Benjamin Constant, uma das mais importantes figuras do novo cenário.

Ao *Alagoas* foram sucessivamente chegando várias pessoas como fôssem: o Senador Barão de Mamorê, o Visconde de Carapebus, o Cons. Dr. João Marinho de Azevedo, o Sr. General Vde. Beaurepaire Rohan, o Cel. Augusto de Miranda Jordão, o Dr. Lopo Diniz Cordeiro e o Senhor William Yeats. Todos cuida-

varr encontrar a bordo a Família Imperial, ignorando que já se guira na Parnaíba, e o último, indignado, prorrompeu em exclamação, que por honra sua convém registrar: O Brasil não tem brasileiros!

Levantamos ferro à uma e meia da tarde levando arruarada à pôpa uma nova bandeira, imitação da dos Estados Unidos, de listas verdes e amarelas e no canto superior junto à haste um retângulo azul estrelado.

Ao descobrirmos a Ilha Grande via-se ainda no horizonte fumegar a Parnaíba.

Fora a bordo dêste último navio que tivera lugar a entrega do decreto do Governo provisório que concedia ao Imperador a quantia de 5 mil contos. O portador, segundo li depois em um jornal, foi um oficial de nome Jerônimo França que lhe entregou um papel fechado, sem dizer o seu conteúdo, da parte do referido governo e o Imperador o meteu no bôlso dizendo que veria.

Só a bordo do Alagoas, já em viagem, tomou dêle conhecimento e formulou logo a recusa, que deu em resultado o decreto de banimento de tôda a Família Imperial. Entre as razões dadas para justificar a violenta medida figura a de ter o Imperador recusado a doação dos 5 mil contos depois de a ter aceitado, alegação como se vê, e se sabe hoje de todo o ponto inexacta.

A explicação da recusa do Imperador só ter chegado demorada é que o Alagoas não tocou em parte alguma a não ser em S. Vicente.

Ancoramos na enseada da Ilha Grande sendo já noite, e pela volta das 8 horas foram a Família Imperial e mais pessoas que com ela tinham seguido transladadas de bordo da Parnaíba para o de Alagoas. O mar estava um tanto agitado, a noite escura sendo por isso difficil o desembarque e embarque os quais de mais foram feitos de lado em que o balanço era mais forte, de modo que a venerável Imperatriz mui nervosa e movendo-se com difficuldade, dava gritos que a todos penalizavam.

O Alagoas suspendeu à meia noite e às 6 1/2 da manhã de 18 passou em frente à barra, onde do nosso camarote situado, a bombordo divisei um negro monstro marinho voltado para nós. Era o couraçado Riachuelo, encarregado de escoltar o nosso vapor e comandado pelo Cap. de Mar-e-Guerra Alexandrino de Alencar a quem já me referi.

O dia estava radiante e contrastava com a tristeza em que todos nos achávamos.

A bordo estávamos, além dos Membros da Família Imperial, a Viscondessa da Fonseca Costa, Dama Habitual da Imperatriz, o Barão e Baronesa de Loreto, os Condes de Aljezur e Mota Maia,

o filho mais velho dêste, Manoel Augusto, o Dr. André Rebouças, o Alemão Stoll, professor de gramática dos Príncipes e nós dois. Estava também o Tenente Américo Rangel encarregado ao que parece de vigiar-nos, substituído mais tarde por ter adoecido.

A viagem correu sempre com bom tempo e teria sido mais rápida se o nosso navio que podia deitar 11 milhas, não tivesse necessidade de demorar a marcha porque o Riachuelo não podia acompanhá-lo, houve mesmo ocasião em que fomos obrigados a parar a fim de não nos distanciarmos em demasia; de outra vez descrevemos largos círculos.

Não teria pois sido difícil escapar-lhe, caso nisso se pensasse, mas de tal nunca teria o Imperador cogitado quando mesmo tivesse sabido que nem por toda parte haviam as cousas corrido à feição do improvisado govêrno.

Ao partirmos do Rio lia-se nos jornais o contrário é certo; porém mais tarde teve-se notícia da leal atitude do Marechal Hermes Ernesto da Fonseca, irmão de Deodoro o Comandante das Armas da Bahia, que não quisera reconhecer o novo estado de cousas, e só depois se curvara ante a força das circunstâncias quando foi informado de ter o Imperador consentido em deixar o Brasil.

Entre os incidentes da viagem notarei o encontro de uns navios de Guerra Holandeses que por nós passaram à noite poucos dias depois da nossa partida, e na altura da Ilha de Fernando de Noronha, última terra brasileira junto da qual mui perto passamos, o episódio do pombo mandado soltar pelo Imperador. Tomou êle o vôo levando atado um bilhete de adeus a terra da Pátria, assinado por todos os presentes, mas o mensageiro por pouco tempo se librou nos ares e foi afogar-se no mar...

A êsse tempo já o Riachuelo havia deixado de escoltar-nos desde o dia 22, achando-se conforme li depois na latitude de 11° 5' e a 35° de longitude de Greenwich, e portanto tendo apenas ultrapassado o atual Estado da Bahia. Essa circunstância o caracteriza, pois demonstra que o Govêrno mau grado as notícias mandadas para a imprensa, não contava com a sua adesão ao movimento militar triunfante no Rio.

Não foi a Bahia a única. Também o Maranhão relutou e viu cair mais de uma vítima imolada nos ares de nascente liberdade.

Chegamos a S. Vicente na noite de 29 para 30 de novembro, às 10 horas mais ou menos com belo luar, mas jogando fortemente o vapor por ter pouco lastro, que reforçou com pedras durante a sua estada.

Achava-se no pôrto o paquete Montevideu da linha hamburguesa, a cujo bordo estava o Visconde de Ouro Preto, que com o Imperador se correspondeu por escrito.

Na tarde de 1º de dezembro saímos daquele pôrto ao troar da artilharia e aos vivas da Maruja da Corveta Bartolomeu Dias da esquadra portuguesa e levando arvorada no mastro grande a Bandeira Imperial Brasileira com a qual depois entramos no Tejo.

Nem outro pavilhão era admissível em país estrangeiro por não estar ainda reconhecida a recém-proclamada república.

Desde êsse momento começou a acalmar-se a impressionalidade do infeliz Príncipe D. Pedro Augusto que até então andara constantemente apreensivo e dominado pela mania da perseguição.

A êsse estado de espírito convém atribuir o fato aliás narrado com muita exageração, de ter êle lançado as mãos ao pescoço do excelente Comandante Pessoa, do Alagoas, quando com êle e comigo conversava amigavelmente. Não chegou porém a apertá-lo porque imediatamente o atalhei e êle de pronto cedeu.

No dia 2 de dezembro, aniversário natalício do Imperador, foram-lhe apresentadas saudações por todos os viajantes, e o próprio Tenente Magalhães Castro que substituíra a Américo Rangel veio em grande uniforme cumprimentá-lo.

Sendo o Imperador brindado ao jantar e respondendo com um brinde pela prosperidade do Brasil.

No dia subsequente passamos as Canárias acercando-nos o mais possível da Ilha de Tenerife, cujo alto pico coberto de neve contemplamos, e por fim no dia 4 pela manhã cedo chegamos a Lisboa, onde o Imperador foi recebido com tôdas as honras que aos Soberanos competem, vindo buscá-lo El-Rei de Portugal D. Carlos acompanhado por seus Ministros e pessoas da sua Côrte.

Termino aqui estas ligeiras notas, que oxalá possam ser de alguma utilidade elucidando pontos, talvez onde haja obscuros, e relatando particularidades quicá ignoradas.

*Boulogne-sur-Seine*, 12 de junho de 1913.



## RIO DA PRATA — ROSAS

*Nota* — Aqui divulgamos interessante documento concernente a ocorrências de há mais de um século passadas no âmbito político do Rio da Prata, quando aí preponderava Rosas. Refere-se às suas *manobras* para submeter ao seu domínio tanto o Uruguai como o Paraguai, ameaçando também a zona sul do Brasil.

Testemunha ainda quanto a attitude o *Império do Brasil* se desenvolvia num ambiente de neutralidade, quase indifferente ao que succedia naquella zona sul-americana, causando apreensão aos que o representavam no Prata, diplomatas ou militares.

Trata-se do período que inicia a queda de Rosas...

C. D. R.

Nº 86.

Reservado.

Illmo. e Exmo. Snr.

Pela Fragata Ingleza Inconstant, que partiu deste Porto para o d'essa Corte no dia 19 do corrente mez, tive a honra de em meu officio N. 85 de 18 d'este mez participar a V. Exa. as novidades d'este Paiz, fazendo algumas reflexoens, a respeito da força, de que pode dispor o Dictador de Buenos Ayres no caso de que o presente movimento de suas tropas se dirija a aggreir o Paraguay, ou o Brazil; e ultimo o mencionado meu officio dizendo, que serei mais explicito por portador seguro; o que agora passo a cumprir.

Não sabendo eu se o meu officio reservado de 18 de Agosto de 1846 existe na Secretaria de Estado, envio agora a V. Exa. a copia inclusa do dito officio, a fim de que V. Exa. possa ficar ao facto de quaes eram as minhas ideias naquella epoca a res-

peito dos nossos interesses no Rio da Prata, e do que eu julgava necessario, que tratasse quanto antes o Governo de S. M. O Imperador, a fim de se collocar na posição, que lhe compete nos negocios destes Paizes: ou pelo menos para se achar habilitado a fazer conter-se ao Dictador de Buenos Ayres em seus projectos e vistas ambiciosas, repelindo-o com vantagem e ferindo-o de morte quando tentasse accommetter-nos; o que constantemente tenho repetido em meus officios até hoje: tendo o disgosto de não ter merecido consideração o que tenho ponderado quanto ao prepararmos convenientemente contra o futuro, que pelo lado do Sul ameaça ao Império, a quem considero de dia em dia em mais difficil posição de se prevenir, porque os nossos inimigos por este lado tem tido uma marcha constante, e uniforme em sua política, com a qual tem ganho terreno, poder, e força: e nós sempre vacillantes temos perdido prestigio moral, e força física; por quanto quando eu me enunciai conforme V. Exa. verá do citado meu officio de Agosto de 1846, Rosas se achava lutando com as difficuldades do bloqueio Anglo-Francez, e a braços com a revolução de Corrientes: e ao seu alliado Oribe acontecia o mesmo com o partido Oriental seu inimigo, que lhe disputava o poder na campanha em alguns pontos, e em quasi toda a margem do Rio da Prata, e Uruguay; e nessa occasião o Governo Imperial tinha no Rio Grande um exercito regular, e o contingente do exercito rebelde amnistiado, que tinha vontade de servir, e marchar contra o inimigo commum: accrescendo, que o partido, que lutava contra Rosas, e Oribe em Corrientes e no Estado Oriental, implorava nossos auxilios, e socorro: e o Paraguay pedia nossa alliança; agora — porém todas estas vantagens se perderam, porque Rosas se acha desaffrontado dos bloqueios, e dos seus inimigos internos, os quaes tem ido engrossar as fileiras do seu exercito: e o mesmo acontece a Oribe, a quem só falta tomar Montevidéo: o que breve espero aconteça sem ser necessario grande sacrificio; de forma que dentro de pouco tempo poderá Rosas dispor de um exercito de mais de 13 mil homens em Corrientes, e de outro de mais de 15 mil no Estado Oriental para aggreir o Paraguay, ou o Brazil, conforme detalhadamente participei no meu Officio Nº 85; no entretanto que nossas relações com o Paraguay tem afrouxado; o nosso Exercito no Rio Grande tem ido em diminuição, e se acha reduzido, conforme V. Exa. sabe, e he notorio, com especialidade pelas imprudentes discussões na Câmara dos Deputados que aqui tem circulado, e muito tem diminuido o nosso prestigio; o que tudo sabe aproveitar o Dictador para seus fins. Em vista do exposto julgo cumprir um dever em participar a V. Exa., que em virtude das noticias, que tenho de Buenos Ayres, e Entre-Rios, me parece,

que cada vez se torna mais necessario, que se augmente o nosso Exercito no Rio Grande: que se arme a nossa esquadrilha naquella Província, tanto a que tem de navegar nas Lagoas e Rios internos, como a do Uruguay: que se prepare a nossa Esquadra do Oceano com navios proprios, e artilhados convenientemente para poder operar no Rio da Prata, conforme indiquei no meu citado officio de Agosto de 1846: e que se estreitem nossas relações com o Paraguay, não consentindo por forma alguma que Rosas ali domine; por que entendo, que assim o bem futuro do Império — o exige.

E como sobre este objecto há pessoas influentes no nosso Paiz de opinião contraria, permita-me V. Exa., que eu expendas as rasoens em que me fundo para julgar, que o bem futuro do Império exige, que se sustente a independencia do Paraguay a todo o custo.

Temos com a República do Uruguay questoes de limites, e muitas outras, que com difficuldade se poderão aplanar: e crescendo a indisposição, e prevenção, que há nos povos d'esta República contra os do Rio Grande, tanto mais difficeis se tornarão; o mesmo acontece com o governo de Rosas, que alem do grande número de reclamações e protestos pendentes, tem preparado uma nova questão de limites, que em tempo opportuno apparecerá; pois em uma conversação, que tive com Arana em Buenos Ayres, quando ali estive, elle me disse: que o território das Missoens, que Madariaga, Governador de Corrientes tinha cedido no tratado que celebrou com o Paraguay, nunca pertencera a Corrientes; porque este território com os das Missoens, que se denominam hoje do Brazil, formavam uma provincia independente, e pertencente a Confederação Argentina. Sobre este objecto tivemos uma pequena discussão, da qual elle ladeou; mas de que eu tomei nota ficando persuadido de que Rosas, logo que pudes-se, appareceria com a exigencia d'este território como pertencente a Confederação.

Também existe outra questão de limites com a República de Bolivia pelo lado de Matto Grosso, questão esta, de que devemos contar com a insistencia por parte do Governo de Bolivia, pelo menos em quanto nelle estiver o Presidente Velasco, a quem Rosas teve o cuidado de auxiliar, para collocar-o na Presidencia, derribando a Bolivian: para assim ter na Presidência d'aquella República, um segundo Oribe, seu dependente.

Quanto as aggressões por parte da Bolivia na nossa fronteira de Matto Grosso pouco temos a receiar, apesar da pouca força, que ali existe, porque os Bolivianos, habitantes de um

clima frio pela muita elevação do seu território logo que descem para os terrenos baixos e alagadiços da sua fronteira com o Brazil são atacados por febres e sezões, que os distraem: bem como aconteceu com a força, que foi estabelecer a colonia militar, que projectaram no território disputado, a qual foi obrigada a retroceder por ter ali chegado quasi nulla pelas enfermidades de que os soldados foram atacados: e o mesmo acontecerá as expediçoens de soldados Argentinos ou Orientais, que tentem aggrehir-nos por aquella fronteira: sendo os unicos proprios para tal fim os Paraguayos, por serem habitantes de clima, e paiz semelhantes aos das nossas fronteiras por aquelle lado; e dos quaes se servira Rosas quando tencione atacar-nos: se por ventura já dominar no Paraguay, quando isto tente; podendo tirar do norte d'aquella República excellentes soldados para ajudar os Bolivianos, e operar sôbre Matto Grosso, e do Sul os soldados para engrossar o seu exercito sôbre as nossas Missoens do Rio Grande, cujas fronteiras se acharão sempre expostas não tendo o Paraguay como seu alliado. Alem das rasoens expendidas accresce, que o poder de Rosas em seus exercitos, logo que possa dispor das forças, que domina Oribe, será tal, que para lhe resistirmos no Rio Grande serão necessarios sacrificios em todo o Império para a remessa de tropas para aquella Provincia: o que se excusará em grande parte tendo o Paraguay como nosso alliado, porque então teremos coberta tôda a nossa fronteira desde as Missoens até Matto Grosso, e o auxilio das tropas do Paraguay, as quaes disciplinadas convenientemente por Officiaes nossos seraõ excellentes para a guerra, por estarem acostumadas por educação a ser obedientes, e affeitos aos habitos da campanha nestes paizes.

Pelas rasoens expostas, e por muitas outras que deixo de mencionar, para não ser mais extenso, he, que me parece ser materia transcendente para o Império a sustentação da Independencia do Paraguay.

Releve V. Exa. que eu pondere, que a nossa esquadra se acha inteiramente desfalcada de navios de vela e a vapor proprios para operar convenientemente no Rio da Prata: conforme indiquei no meu officio de 18 de Agosto de 1846 de que envio copia, pois são precisas embarcaçoens de força, boa marcha, e que sejam de calado de 12 pés para menos; e neste caso so considero a União, Berenice e Capiberibe, navios estes, que devem ser poupados não os tendo estacionados nas Provincias do Norte. onde com rapidez se damnificam pelas chuvas, e excessivo calor, que recose as madeiras e as faz apodrecer conforme temos immensos exemplos na Provincia do Pará; e por isso me parece



urgente cuidar quanto antes em haver embarcações com as qualidades indicadas.

Devo também ponderar, que quasi a totalidade dos nossos Navios de Guerra se acham mal artilhados, não so porque temos falta de Artilheria moderna, como também porque os seus reparos são de má construcção e as peças não são preparadas com linhas de mira, e regoas de pontarias, conforme usam todas as Marinhas. Sobre este objecto tenho sido incansável em representar, mas sem fructo porque continua a pratica antiga nos nossos Arsenaes; e por isso peço a V. Exa. que tomando em consideração este importante objecto, se façam encommendas para a Europa de artilheria moderna, e nos nossos Arsenaes se tomem as providências necessarias sobre, o que eu tenho representado a respeito, da collocação da artilheria, seus reparos, e vestimenta das peças; com especialidade nos objectos por mim indicados em os meus officios dirigidos ao Quartel General da Marinha N° 21, de 21 de Fevereiro de 1847, n° 22, de 26 do mesmo, n° 74, de 19 de Agosto do mesmo anno, n° 109, de 4 de Novembro do dito anno, e n° 20, de 19 de Fevereiro de 1848. Digo, que não tenho tirado fructo do meu trabalho a este respeito, porque a Curveta D. Francisca, que veio ultimamente dessa Corte, tem em sua artilheria todos os defeitos contra os quaes tenho representado.

Ultimarei este meu longo officio pedindo a V. Exa. me releve, se por ventura tiver sahido em algum ponto dos limites em que me devo conservar expendendo minha opinião — sobre materias, que me não competem: o que V. Exa. deve attribuir aos bons desejos, que tenho de bem servir, e ajudar ao Governo de S. M. o Imperador em tudo o que estiver ao meu alcance, e também à convicção, em que estou, de que na qualidade de sentinella avançada na parte mais vulnerável do Império, com o que muito me honra o Governo de S. Magestade, devo expender com toda a franqueza tudo, quanto pense a bem dos interesses do mesmo Império; sem que isto possa ter influencia na fiel execução das Ordens, que me forem enviadas, porque neste caso cumprirei com o meu primeiro dever militar, que he a obediencia.

Julgo conveniente prevenir a V. Exa. de que he muito necessaria toda a reserva sobre as materias que relato neste meu officio, e naquelle de que envio copia: pois Rosas, não sei por que fatalidade sempre obtem o saber os segredos dos outros Governos, e por isso bom será, que estes meus officios se conservem sempre archivados e com toda a cautella, pois muito con-

vem ao bem do Serviço, que, em quanto eu estiver aqui, se conservem as boas relações, em que estou com Rosas e Oribe, e que elles não saibam as minhas opiniões a seu respeito.

Na Divisão do meu commando não ocorre novidade alguma, a Curveta D. Francisco acha-se em Buenos Ayres donde deve regressar brevemente.

Deos Guarde a V. Exa.

Bordo da Curveta Dous de Julho, em Montevidéo, 24 de Setembro de 1848.

Illmo. e Exmo. Snr. Joaquim Antão Fernandes Leão

Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Marinha.

*Pedro Ferreira de Oliveira*  
Chefe de Divisão Gr. Comd. em Chefe.

## NO INÍCIO DA GUERRA DO PARAGUAY

*Nota* — O documento aqui divulgado, da lavra de Tamandarê, registra um dos aspectos característicos do início da *Guerra do Paraguai*. Trata-se, de um lado das atividades de Urquiza, o qual, como assinalamos em *Osório, símbolo de um povo, síntese de uma época*, foi levado a se decidir em cooperar com os aliados contra Lopes, em virtude da hábil atuação desse nosso chefe militar, Osório, profundo conhecedor da vida da região sulina da América, da vida na região platina. Nêle se vê que Lopes havia preparado adesões, apoio, à sua agressão, na zona de *Corrientes e Entre-Rios*.

Vê-se, de outro lado, quão bem se entendiam Tamandarê, Osório e Mitre, e o serviço considerável que então *Tamandarê* nos prestou; prestou aos interesses do progresso, pois que, como registrou Tasso Fragoso, a Guerra do Paraguai foi o término definitivo das heranças políticas do período colonial.

O documento aqui divulgado atesta a importância da atuação de Tamandarê no início da *campanha*, à qual nem sempre se dá justa apreciação, pois foi básica para a conquista dos êxitos que então se obtiveram.

C. D. R.

Confidencial.

Commando em chefe da Força Naval do Brasil no Rio da Prata. Bordo do Vapor 11 de Junho, no Arroyo Juquiry, 10 de julho de 1865.

Illmo. e Exmo. Snr.

Quando aqui cheguei, no dia 5 do corrente, dirijia-se a este ponto o General Urquiza a fim de tomar parte nas Conferencias que tiveram lugar entre os generaes Alliados, o que, porem, não se realizou por que aquelle General soube em caminho, que 800 homens da Força ao seo Commando se haviaão amotinado e dezeretado, pelo que regressou à tôda pressa ao seu acampamento, e depois de ter proclamado a seos soldados ficou persuadido de que

estes se aquietarão e se tornarão fieis aos seos deveres. N'este sentido escreveu Urquiza ao General Mitre, e este mostrou-me as communicações que havia recebido, parecendo então acreditar que as esperanças de Urquiza não seriam mallogradas.

No dia 8, porém, à noute tivemos noticia, eu e o General Osório, de ter havido grande sublevação no Exército do General Urquiza, e que elle para evitar maior escandalo o licenciara todo, retirando-se com uma escolta de 400 homens, em direcção à Manducordia.

Hontem fui com o General Osório procurar o General Mitre, e este mostrou-nos uma carta de Urquiza que relatava o successo, attribuindo o desgusto das tropas Entre-rianas, mais à auzencia dos seos lares ao que à sympatia pelos Paraguayos, e comunicando que havia licenciado sua gente por 15 dias, para ver suas familias, (?) que voltaria às armas, e que quanto a elle vinha encorporar-se ao General Mitre com 1500 homens de cavallaria, e que ainda que se viu só, não se eximiria de occupar no posto de honra juncto ao General em Chefe dos Exércitos Alliados.

Investigando a causa de tão grave acontecimento a achamos na animadversão innatingível do povo Entre-riano contra os alliados. Manifestou então o General Mitre a opinião de que se deveria, quanto antes encetar a marcha do nosso Exército, e justificou-a por várias razões com as quaes concordamos, e ainda por outras que emittimos tendentes a evitar que pela nossa inacção que pode parecer fraquear, tentem os Paraguayos avançar sôbre estas Províncias convencidos de que encontrarão apoio nos desertores de Urquiza. Este novamente vai ainda dar prestigio à Força do General Pannero, que consta de 8 a 9 mil homens e serviram os Generaes Correntinos Lagramã, Caneres e Ulanos, que montam a 7 mil.

Attingindo o total das Forças Brasileiras, Orientais e Argentinas, que aqui se achão, à mais de 25 mil homens, perfeitamente providos de immenso material de guerra, só lhe convem escolher um ponto estratégico, onde em qualquer emergencia possa dar batalha mesmo contra uma Força dupla em numero, o que é mais uma razão para o mesmo exército deixar o ponto em que se acha porque não offerece aquellas condições.

Abundei inteiramente n'este plano por estar convencido de suas grandes vantagens. A idéia de atravessar o Uruguay, aqui mesmo, para ir reunir-se às forças que se acham no Rio Grande, seria, um aviltamento para o nosso Exército, pois dar tanta importancia as adversidades dos Entre-rianos, seria incorreremos, justamente, no escarneo e desprezo d'estes payses.



Assim, concluimos combinando na marcha immediata do nosso Exército em direção ao Alto-Uruguay, attendendo também às conveniências topographicas, dos terrenos, e à facilidade de atravessar para o Rio-Grande afim de bater o inimigo no caso de ainda achar-se ali; assim como para receber os reforços que nos possam vir d'esta Provincia para atacar o imenso inimigo no território Corrientino até varre-lo d'ali para abrir a Campanha no Paraguay.

Esta operação requerendo para ser melhor nisto a coadjuvação efficaz da Marinha; tracto de organizar com presteza a Flotilha que deve subir o Uruguay com os meios de que dou parte à V. Exa. em officio d'esta mesma data, e ainda com outros que me occorrerem até minha partida d'este ponto. Aproveito a oportunidade para reiterar à V. Exa. os protestos de minha mais elevada consideração e acatamento.

Visconde de Tamandarê.

Illmo. e Exmo. Snr. Conselheiro José Antonio Saraiva  
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha.

## GUERRA DO PARAGUAY — 1868

*Nota* — O documento aqui divulgado, marca apenas um aspecto de acontecimentos sem maior importância no mecanismo das forças aliadas na campanha contra Lopes, já no seu término. Vale a pena, porém, divulgá-lo, principalmente, porque registra como atuava Caxias, como Comandante em Chefe, nessas ocorrências. Revela um aspecto de sua capacidade de comandar, tal qual se vê do último período.

C. D. R.

### CÓPIA

«Commando em Chefe de tôdas as forças Brasileiras em Operações contra o Govêrno do Paraguay».

*Quartel General* — Em Surubi-hy, 3 de Novembro de 1868.

Illmo. e Exmo. Snr.

Tendo recebido uma nota a mim dirigida hoje pelo General Commandante em Chefe das Forças Argentinas D. Juan A. Gelly y Obes, na qual se queixa de haver sido demorada a subida do Vapor Argentino Espigador, que serve de Paquete entre este porto e o de Corrientes em consequência de não o ter despachado e encarregado por V. Exa. da visita do pôrto, que o mesmo General diz ser um individuo empregado no commercio, onde possui barraca e que só despacha quando lhe apráz, e fazendo ainda esse General reparo no estabelecimento da Capitania do Pôrto sem seu conhecimento, respondi-lhe nesta data com a matéria que se resume no seguinte.

Primeiro — Que estando o rio Paraguay, e o porto de Palmas dominado pela Esquadra Brasileira à V. Exa. Commandante em Chefe das Forças Navaes competia de accordo comigo estabelecer o modo prático de se regular o serviço de porto.

Segundo — Que este serviço já estava estabelecido antes de aqui chegar o General Gelly y Obes.

Terceiro — Que nenhum principio ou baze da Aliança entre Brazil e as Repúblicas do Prata soffria a menor quebra com

o exercício de um direito tão legítimo, como o de policiar-se um porto em contacto com o acampamento do Exército Brasileiro, no qual existe considerável número de embarcações mercantes, e cujo movimento diário é notável.

Quarto — Que uma das razões principaes, que concorreu para o estabelecimento da Capitania do Porto foi querer evitar que dezertores do Exército Brasileiro e da Marinha seguissem rio abaixo a bordo de Vapores mercantes com sciencia de seus Commandantes.

V. Exa. me informe com o que houver acerca do que diz o General Gelly y Obes sobre o succedido com o Vapor Argentino Espigador, e a respeito do commerciante que elle diz que atarefado com as vendas que faz em sua barraca não tem tempo de cuidar nos deveres de seu cargo.

Eu não creio em nada disto, mas é bom sempre que as informações de V. Exa. me cheguem às mãos para o caso de progredir esta questiúncula, e tomar maiores proporções. Inclua V. Exa. achará a nota do General Gelly y Obes que depois terá a bondade de me devolver.

Deos Guarde a V. Exa.

Illmo. e Exmo. V. Almirante Visconde de Inhaúma.

Commandante em M. de Caxias.

Chefe da Força naval do Brazil  
em operações no rio Paraguay.

# APRECIACÕES DE LIVROS

## O MARQUÊS DE POMBAL

*(A lição do passado e a lição do presente)*

Pelo Embaixador TEIXEIRA SOARES

### EDIÇÃO DA ALBA LIMITADA

Livro primorosamente apresentado, dir-se-ia edição européia. O autor já consagrado por seus trabalhos anteriores, dispensa apresentação.

Agora nos dá um Pombal tratado e analisado sob vários aspectos; por vezes em páginas de alta erudição.

Livro útil à boa compreensão de muitos problemas que envolveram a vida do grande estadista português. A densidade com que os assuntos são apresentados, obrigará o leitor a meditar e a estudá-los em profundidade, para bem compreendê-los.

Como a bibliografia apresentada é quase só de pé de página, não se pode ir além da impressão de se tratar de prolongadíssimo estudo, quase todo baseado em obras já publicadas sobre êsse grande tema. Com certa frequência o autor se refere a fatos supostamente ocorridos e não comprovados.

A primeira parte do livro se prende, como é natural, mais a Portugal do que ao Brasil, sendo de prever que nem sempre o leitor irá concordar com o que escreve sobre o debatidíssimo tema das razões que teriam levado o rei d. José a convidar o Senhor Sebastião José de Carvalho e Melo para fazer parte do primeiro gabinete que formou. Pelo que escreveu sobre a fundação da Colônia do Sacramento, outras dúvidas surgirão, assim como sobre determinadas atitudes supostamente assumidas contra Pombal, por grupos interessados no não cumprimento do Tratado de Limites de 1750. Isso, pouco tempo depois da sua entrada para o mesmo Gabinete.

Outro ponto que pode vir a suscitar dúvidas, é aquêle em que o autor diz que «um terremoto faz um estadista.»



Quanto à questão da Colônia do Sacramento da embocadura do rio da Prata, o documento de páginas 134 do seu magnífico livro, mostra que o desejo do Príncipe era transferir o meridiano limitador de Laguna para a Colônia; plano que gorou sobretudo pela ação dos castelhanos de Buenos Aires, ligados, como sempre aos Jesuítas do Território das Missões. O se compensar na América, daquilo que os mesmos castelhanos lhe negavam no Oriente, terá sido razão bastante para o futuro D. Pedro II, mandar no ano de 1678, d. Manuel Lôbo fundar a Colônia na embocadura do rio da Prata, já que as Filipinas, suas desde a Convenção de Saragosa, lhe eram irredutivelmente negadas, após a Restauração de 1640.

Há tanta coisa útil e apreciável neste novo trabalho do muito ilustre historiador, Embaixador Alvaro Teixeira Soares, que só podemos felicitá-lo por êste seu novo livro, com o qual muito virão a lucrar as letras históricas de nossa pátria.

*Marcos Carneiro de Mendonça*

## BIBLIOGRAFIA DOS SÓCIOS

### ALUIZIO NAPOLEÃO DE FREITAS RÊGO

MARIA C. MAX FLEIUS.

Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo nasceu em Belém, Estado do Pará, em 20 de novembro de 1914. Filho de Hugo Napoleão do Rêgo e Mathilde de Freitas Rêgo. É casado com D. Regina Margarida Pecegueiro Alves Napoleão de Freitas Rêgo. Dêse matrimônio há um filho, que tem o mesmo nome do avô: Hugo Napoleão do Rêgo Neto. Fêz o curso primário e ginásial no Lycée Français do Rio de Janeiro (1923-1931), tendo recebido, ao terminar o curso, a Medalha de Bronze da Municipalidade de Paris. Foi orador de sua turma. Tem colaborado na imprensa carioca com artigos, crônicas, contos e crítica literária (1932-1959). Publicou o livro *Segrêdo* (1935), contos. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro (1936), pertencendo à Academia de Letras da mesma Faculdade (1932), após concurso literário submetido aos Senhores Afrânio Peixoto, Alcebiades Delamare e Raul Pederneras. Secretário da Revista *Rio-Magazine* (1933). Diretor da Revista *Magazine Comercial* (1936-1937). Advogado do Instituto do Açúcar e do Alcool (1937-1938). Aprovado no concurso do Departamento Administrativo do Serviço Público para a carreira diplomática (1938). Nomeado Cônsul de 3ª classe (1939). Encarregado da Organização do Arquivo do Barão do Rio Branco (1939). Dirigiu, provisoriamente, a Mapoteca do Itamaraty (1940). Publicou *Os Arquivos particulares do Itamaraty* (1941), *O Segundo Rio Branco* (1941) e *Santos Dumont e a conquista do ar* (1941), êste traduzido para o inglês, francês e espanhol e difundido no exterior, em virtude de determinação do Presidente Getúlio Vargas. Representou o Ministério das Relações Exteriores na I Conferência Nacional de Educação, realizada no Rio de Janeiro (1941). Secretário da Comissão Brasileira de Fomento Interamericano (1942). Posto à disposição do Ministro do Exterior da Costa Rica, Alberto Echandi, durante a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas

Americanas, realizada no Rio de Janeiro (1942). Vice-Cônsul do Brasil em Portland, Oregon, Estados Unidos da América (1943). Promovido, por merecimento, a Cônsul de 2ª classe (1943), foi transferido para a Embaixada do Brasil em Washington, onde exerceu as funções de 2º Secretário, durante e após a Segunda Guerra Mundial (1944-1949). Publicou (1945) *Imagens da América*, livro de suas primeiras impressões dos Estados Unidos e *Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos* (1947), escrito especialmente para a Comissão Preparatória do Centenário do Barão do Rio Branco. Transferido para a Secretaria de Estado, foi promovido, por merecimento, a Primeiro Secretário (1949). Diplomado da primeira turma de estagiários da Escola Superior de Guerra (1950). Publicou o livro *Meu avô José de Freitas* (1950) e *O Arquivo do Barão do Rio Branco* (1951). Removido para a Embaixada do Brasil em Paris, onde exerceu as funções de Primeiro Secretário (1951-1953). Assessor da Delegação do Brasil à VI Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Paris (1951-1952). Designado para integrar a Delegação do Brasil às solenidades da inauguração do Monumento de Alberto Santos Dumont, em Paris (1952). Encarregado dos Negócios do Brasil em Paris (1952). Assessor da Delegação do Brasil à II Sessão Extraordinária da Conferência Geral de Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Paris (1953). Recebeu o título de Conselheiro (1953). Conselheiro das Embaixadas do Brasil em Paris (1953) e Ancara (1954-1955). Secretário-Executivo do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (1955). Membro da Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil (1955). Nomeado, pelo Presidente Nereu Ramos, Chefe do Cerimonial da Presidência da República (1955). Promovido, por merecimento, a Ministro de 2ª classe (1956). Nomeado, pelo Presidente Juscelino Kubitschek, Chefe do Cerimonial da Presidência da República (1956). Designado, por portaria do Ministro da Aeronáutica, Membro da Comissão Executiva Nacional do Ano Santos Dumont (1956). Secretário da Ordem Nacional do Mérito e da Comissão do Livro do Mérito (1956). Designado para integrar a Delegação Brasileira à Conferência dos Presidentes das Repúblicas Americanas no Panamá (1956). Eleito sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1957). Promovido, por merecimento, a Ministro de 1ª Classe (1960). Membro da Comitiva do Presidente Juscelino Kubitschek, em sua visita oficial a Portugal, no 500º aniversário da Morte do Infante D. Henrique (1960). Membro da Comitiva do Presidente Juscelino Kubitschek, em sua visita oficial ao Paraguai, por ocasião da inauguração da Ponte Internacional sobre o Rio Panamá (1961).

### *Condecorações:*

Ordem Nacional da Legião de Honra, no grau de Oficial, França; Ordem Nacional do Cedro, no grau de Grande Oficial, Líbano; Ordem Nacional do Mérito, no grau de Grande Oficial, Paraguai; Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Comendador, Brasil; Ordem do Tesouro Sagrado, no grau de Grande Oficial, Japão; Ordem do Mérito, no grau de Grande Oficial, Itália; Ordem do Mérito Naval, no grau de Comendador, Brasil; Ordem Nacional do Mérito, no grau de Grande Oficial, Brasil; Ordem de Orange-Nassau, no grau de Grande Oficial, Países Baixos; Ordem da Estrela Brilhante, no grau de Grande Oficial, República da China; Ordem da Estrela Polar, no grau de Grande Oficial, Suécia; Ordem da Coroa de Carvalho, no grau de Grande Oficial, Luxemburgo; Ordem de Ruben Dario, no grau de Grande Oficial, Nicarágua; Ordem do Mérito, no grau de Grande Oficial, Malta; Ordem de Leopoldo II, no grau de Grande Oficial, Bélgica; Ordem do Mérito, de grau de Grande Oficial, Áustria; Ordem do Mérito, no grau de Grande Oficial, Alemanha; Ordem de Cristo, no grau de Grã-Cruz (promoção), Portugal; Ordem do Libertador Simon Bolivar, no grau de Grande Oficial, Verguel; Ordem da Águia Azteca, no grau de Grã-Cruz, México.

### *Medalhas:*

Medalha de prata Comemorativa do Cinquentenário da Proclamação da República;

Medalha Comemorativa do Centenário do Barão do Rio Branco;

Medalha Comemorativa do Centenário do nascimento de Ruy Barbosa;

Medalha Cultural e Comemorativa da Trasladação dos Despojos da Imperatriz Leopoldina;

Medalha Comemorativa do Centenário do nascimento do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca;

Medalha Comemorativa do Centenário do nascimento de José Caetano de Faria;

Medalha Mérito Santos Dumont;

Medalha D. João VI.



## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

### OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE JULHO DE 1961

- Pareceres de José de Alencar.* (Arquivo Nacional. — Rio de Janeiro.
- Pachêco (D. Felipe Condurú)* — Bispo de Parnaíba. — Vida de D. Luis de Brito, 1º Arcebispo de Olinda. — Vols. I, II e III. — Departamento de Imprensa Nacional. — 1954/1957. — Rio de Janeiro. — Oferta do autor.
- Gama Filho (Luis Nogueira da)* — Carimbo de Minas «1960.» — Rio de Janeiro.
- Mattos (General J. B. de)* — Os Monumentos Nacionais — Território do Acre. Separata da Revista Militar Brasileira ns. 3 e 4 — julho a dezembro de 1960. — Imprensa do Exército, 1961. Rio de Janeiro.
- Rangel Filho (Antenor)* — *A Educação e a Instrução no Mundo Moderno.* — *Jubileu de ouro da Escola Remington.* Palestra feita no auditório da Associação Comercial do Rio de Janeiro no dia 22 de setembro de 1960. — Rio de Janeiro.
- Fontaine (Anne)* — Armand Godoi. — *Morcelliana.* — Oferta do autor.
- Bouchard (Paul)* — *L'Amerique Hispanique ses origines et son destin. Extrait de la Revue de l'Université Laval.* — vol. XV nº 10 — juin, 1961. — Les Presses Universitaires Laval. — Québec, Canadá.
- Araujo (H. C. de Souza)* — *Historia da Legislação Antileprosa da America do Sul no Período Colonial.* — Separata da Revista Brasileira de Medicina, nº 2 — 1961. — Rio de Janeiro.
- Escande (Professor L.)* — *Coordination et Orientation de la Recherche Scientifique Française.* — Lição proferida em 31/5/1961. — Academia das Ciências de Lisboa.
- Martinez (J. M. Siso)* — *Poetas Saturnianos y Maestros.* — (Ensayos) — Tipografia Americana, 1947. — Caracas. — Venezuela.

### OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE AGOSTO DE 1961

- Varnhagen (Francisco Adolfo)* — *Correspondência Ativa* — Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. — Instituto Nacional do Livro. — 1961. — Rio de Janeiro.

- Lapa (M. Rodrigues)* — *Vida e Obra de Alvarenga Peixoto*. Instituto Nacional do Livro. 1960 — Rio de Janeiro.
- Raeters (Georges)* — *Bibliographie Franco — Bresilienne* — 1551/1957. — Instituto Nacional do Livro. 1960. — Rio de Janeiro.
- Távora (General Juarez)* — *Produção para o Brasil* — c/3 mapas. 2ª edição revista. Livraria José Olympio Editora. 1957. — Rio de Janeiro. Oferta do autor.
- Távora (General Juarez)* — *Petróleo para o Brasil*. c/2 mapas e 2 gráficos. Livraria José Olympio Editora. 1955. — Rio de Janeiro. Oferta do autor.
- Távora (General Juarez)* — *Organização para o Brasil*. c/2 mapas e 8 gráficos. Livraria José Olympio Editora. 1959. — Rio de Janeiro. Oferta do autor.
- Távora (General Juarez)* — *Átomos para o Brasil*. Livraria José Olympio Editora. — Rio de Janeiro. 1958. Oferta do autor.
- Sarthou (Carlos)* — *Relíquias da Cidade do Rio de Janeiro*. Gráfica Olímpica Editora — Rio de Janeiro, 1961. Oferta do autor.
- Medina (Toribio)* — *La Imprenta en Guatemala*. Segunda edición — tomo II — volúmenes I e II. Tipografia Nacional. 1960. Rep. de Guatemala.
- Schmalz (Alfredo Carlos)* — *Cadernos Olindenses — História*. Edições Katholon. 1960. — Olinda. Pernambuco. Oferta do autor.
- Valladão (Alfredo)* — *Conselheiro Lafayette. Conferência proferida em sessão do Instituto dos Advogados Brasileiros, em 20 de novembro de 1958*. Separata da Revista Jurídica. — Rio de Janeiro, 1959

#### OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE SETEMBRO DE 1961

- Souza (Washington Peluso Albino de)* — *Do Econômico nas Constituições Vigentes*. Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos. Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. 1961. Oferta do Dr. Vanderley.
- Peregrino Junior* — *Panorama Cultural da Amazônia*. Publicações da Universidade da Bahia. 1960 Oferta do Dr. José Wanderley de Araujo Pinho.
- Freire (Moniz)* — *O voto secreto*. Gráfica Laemmert. Ltda. — Rio de Janeiro. 1961.
- Anais do Senado* — *meses de fevereiro e março de 1957 e junho de 1959 (sessões 35ª a 56ª c/índices)* — Diretoria de publicações. — Rio de Janeiro. 1957/1959.

- Moraes (E. Vilhena de) — *Os Jornaisinhos dos Principes Imperiais. Separata da Revista Verbum* — tomo XVIII — fasc. 2 — Junho de 1961. — Universidade Católica. — Rio de Janeiro, 1961. Oferta do autor.
- Gollner (Carl) — *Turcica Die europaischen Turkendrucke des XVI. — Jahrhunderts I. — Band MDI-MDL. — Berlin. 1961.*
- Cruxent (J. M.) — *Arqueologia Cronológica de Venezuela* — vol. I. *Estudios Monográficos* — vol. VI. Unión Panamericana. 1961. — Washington DC.
- Colección de Documentos relativos a la Historia de las Islas Malvinas — 1766/1787 — tomos II e III. — Facultad de Filosofía y Letras. Buenos Aires.*
- Leite (Serafim S.I) — *Nóbrega o «Doutissimo» ou a entrada da literatura jurídica no Brasil. Edições Brotéria. 1961. — Lisboa. Oferta do autor.*
- Leite (Serafim S I) — *Antonio Rodrigues Primeiro Mestre Escola de São Paulo, segundo o testemunho de Anchieta. Edições Brotéria. — Lisboa, 1961. Oferta do autor.*
- Souza (Bernardino José de) — *Dicionario da Terra e da Gente do Brasil. Companhia Editora Nacional. Brasileira, vol. 19 — São Paulo. — Adquirido por compra.*
- Val (Waldyr Ribeiro do) — *Vida e Obra de Raimundo Correia. Instituto Nacional do Livro. — 1960. — Rio de Janeiro.*
- Fialho (General Adalardo) — *Reflexões sobre a mudança da capital. Separata da «Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil» 2º semestre de 1960. — Imprensa do Exército — Rio de Janeiro, 1961.*

#### PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE JULHO DE 1961

- Art and Auctions International Art Dealers and Collections Guide* 1 e 15 de mai ns. 101 e 102 — vol. V. — Rotterdam. Holland.
- International Organization* — vol. XIV — 1960. Index.
- Verlagskatalog von Max Niemeyer in Tubingen, 1950/1960.*
- Catalog 746. Periodicals and Books on History. The Hague. 1961.*
- Columbia University Bulletin* — nº 10 — march, 11-1961 — serie 61. New York.
- Katalog 718, 1961. R. Friedlander & Sohn. Berlin.*
- Diario Oficial do Estado de Sergipe* — 28 de abril de 1961. — nº 14.219 — ano XLII. — Aracaju.
- Catalogue nº XXI — Kunstantiquariat C. Brockema. Amsterdam.*
- Vida Universitaria* — noviembre — diciembre de 1960 — ns. 123-124 — año XI. La Habana.

- Noticias de Yugoslavia* — abril, 1961 — nº 13 — año II. Beograd.
- Trayectoria y Presencia de Martí* — *Guía y temario para jornadas martianas*. Centro de Estudos, 1961. Año de la educación. La Habana. Cuba.
- Revista da Academia Cearense de Letras* — nº 29 — ano LXIV. Imprensa Universitaria do Ceará. 1960. Fortaleza.
- Boletim da Academia Portuguesa de Historia* — vol. 24 — 24º ano de 1960. Lisboa.
- Boletim da Academia Nacional de Medicina* — julho de 1959 e junho de 1960. — Rio. — Oferta do Dr. H. C. de Souza Araujo.
- Revista do Instituto Historico e Geográfico de Sergipe. Edição especial de 1960* — vol. XIX — nº 24. Aracaju.
- Revista do Clube de Engenharia* — maio de 1961 — nº 297. Rio de Janeiro.
- Revista de Educação* — janeiro-fevereiro-março de 1961 — nº 47 — ano XIX. Goiânia. Goiás.
- B.B.B. Revista dos Editores* — vol. IX — nº 4 — maio de 1961. Rio de Janeiro.
- El Ecuador — exhibe ante el mundo la justicia de su casa.* — Outubro de 1960. — Casa de la Cultura Ecuatoriana. 1960. Quito.
- El protocolo de Rio de Janeiro de 1942 es nulo.* — Casa de la Cultura Ecuatoriana. — 1960. — Quito.
- Correio do Senac* — maio de 1961 — nº 219 — ano XII. — Rio de Janeiro.
- Saúde* — outubro e novembro de 1960 — ns. 155 e 156 — ano XIII. — Rio de Janeiro.
- Bulletin of The New York Public Library* — june, 1961 — vol. 65 — nº 6. — New York.
- Brasil Açucareiro* — ano XXIX — vol. LVII — fevereiro de 1961 — nº 2 — Instituto do Açúcar e do Alcool — Rio de Janeiro.
- The New Leader* — june, 19, 1961 — vol. XLIV — nº 25. New York.
- Diário Oficial do Estado de Sergipe* — 10 de junho de 1961 — nº 14.252 — ano XLII. — Aracaju.
- Boletim Informativo do Japão* — 15 de junho de 1961 — nº 12 — ano 7. — Embaixada do Japão.
- Bibliografía Argentina de Filosofía y Ciencias de la Educación* — junio de 1960. — Ministério de Educacion. La Plata. — Argentina.
- Bulletin d'Informations* — juin, 1961 — 35º annee. Union Internationale des Avocats. — Paris.



- El Avance* — 2 e 9 de junio de 1961 — ns. 51 e 52 — ano I. — Florida.
- Bolanense* — *Orgão de propaganda regional de cultura e de turismo* — ano V — nº 56 — março de 1961. — Bolama.
- Anales de la Academia Argentina de Geografía* — nº 3 — 1959. — Buenos Aires.
- Division of the Illinois State Geological Survey*. Circulares ns. 310 a 314. — 1960. — University of Illinois Library. Urbana.
- A Folha Democratica* — 30 de Junho de 1961 — ns. 192/193 — ano XIV. — Bangu. — Rio de Janeiro.
- Engenharia* — órgão do Instituto de Engenharia — ano XIX — Vol. XIX — fevereiro de 1961, nº 219.
- Catalogue* nº 3 — 1961. — *Livres Anciens et Modernes*. — Librairie François Chamonal. — Paris.
- Conjuntura Econômica* — nº 6 — ano XV — junho de 1961. — Rio de Janeiro.
- Boletim do Livreiro Antiquario Americo F. Marques* — nº 6 — Lisboa. — Portugal.
- Columbus Memorial Library* — March, 1961. — Washington.
- Diario Oficial do Estado de Sergipe* — 17 e 24 de junho de 1961 ns. 14.258 e 14.264 — ano XLII — Aracaju.
- Catalogo* — Bucherliste nº 448. — Allemagne. — Germany.
- Studii* — revista di istorie nº 1 — 1961 — anul XIV. — Academia Republicii Populare. Romine.
- Studii si Materiale de Istorie Medie* — vol. IV — 1960. — Academia Republicii Populare. — Romine.
- Bolivar* — *Revista Colombiana de Cultura* — enero-diciembre de 1960 — ns. 55 e 58 — vol. XIII — Bogotá — Colombia.
- Revista Maritima Brasileira* — julho, agosto e setembro de 1960 ns. 7, 8 e 9 — ano LXXX, outubro, novembro e dezembro de 1960 ns. 10, 11 e 12 — ano LXXX. Ministério da Marinha. Rio de Janeiro.
- Boletin del Archivo Historico de Miraflores* — noviembre e diciembre de 1960 — nº 9 ano II e enero e febrero de 1961 — nº 10 — año II. Caracas.
- Oriente Occidente* — nº 1 — febrero de 1961 — vol. IV. Paris.
- Boletin de Historia y Antiguedades* — ns. 555 — 556 — enero/febrero e 557 — 558 — marzo/abril de 1961 — vol. XLVIII. Bogotá D.E. Colombia.
- Art and Auctions International Art Dealers and Collectors Guide* — vol. 5 — nº 104 — 15 de june de 1961. Holland.
- University Catalogue texts and reference books*, 1961. Feffer and Simons Inc. New York.

- Bibliografia Cartografica* — maio — junho de 1961 — nº 3 — ano II. Rio de Janeiro.
- O Éco* — ns. 1193/1194 — 8 e 15 de julho de 1961 — ano XXXIII — Guaratinguetá. São Paulo.
- Lista Diplomática de 1961 (junho)* — M. R. E. Rio de Janeiro.
- Notícia (Jornal)* — ns. 77 e 79 — 3 e 17 de junho de 1961 — ano II — Luanda.
- Catalogue nº 819. The Art of War. Francis Edwards Ltda.* 1961. London.
- Geologia e Metalurgia (separata do boletim)* — nº 23 — ano 16. São Paulo.
- O Comerciário* — 16 e 31 de julho de 1961 — nº 57 — ano VI. Rio de Janeiro.
- Boletim Informativo do Japão* — 1º de julho de 1961 — nº 13 — ano 7. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- Saúde* — dezembro de 1960 — ano XIII — nº 156. — Rio de Janeiro.
- Anales de la Universidad de Chile* — primero y segundo trimestres de 1961 — ns. 121 y 122 — año CXIX. — Santiago de Chile.
- Album de Oro de la Feira de la Paz y Confraternidad del Mundo Libre* — tomo II — 1957. — Ciudad Trujillo. Rep. Dominicana. Oferta do Dr. Ildefonso Mascarenhas da Silva.
- Revista da Faculdade de Direito* — outubro de 1958 e março de 1959. — Universidade de Minas Gerais. — Belo Horizonte. Oferta do Dr. Ildefonso Mascarenhas da Silva.
- Postage Stamps of the United States* — 1847/1959. — Washington. — Oferta do Professor Manoel Fernandes Filho.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito* — maio de 1961 — nº 5 — vol. VII. Rio.
- Katalog 41 (Geschichte).* Berlin.
- Books Thames Hudson* — spring 1961. — London.
- Antiquariats — Katalog 15. Scientia Antiquariats AAlen.* — Allemagne.
- Boletim mensal das Observações meteorológicas, organizado pelo serviço meteorológico* — julho, agosto, setembro e outubro de 1960 — ns. 7, 8, 9 e 10 — ano XXVII. — Imprensa Nacional de Moçambique. Lourenço Marques.
- Revista da Semana (edição extraordinária)* de 1, 8, 22 e 29 de novembro de 1930 — ns. 46, 47, 49 e 50 — ano XXXI. Rio de Janeiro. — Oferta do Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

- Fon-Fon* — 1 e 8 de novembro de 1930 — ns. 44 e 45 — ano XXIV. — Rio de Janeiro. — Oferta do Embaixador José Carlos de Macedo Soares.
- Notícia* — 76 e 78 — 27 de maio e 10 de junho de 1961 — ano II. Luanda.
- Libros del mez* — mayo de 1961 — Instituto Nacional del Libro Español. — Madrid.
- Gesamtkatalog W. Kohlhammer*. — Verlag. — Stuttgart.
- General Catalogue of Chatam House Publications*. — 1961. — London.
- Catalogo nº 130* — fine books on the fine arts from Thames and Hudson Ltd. — London.
- Catalogo Freeman Books in Science* — 1960/1961. — California.
- Kriterion* — ns. 53/54 — julho a dezembro de 1960 — Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais.
- O Momento* — junho de 1961 — nº 381 — ano 37. Panfleto politico. — Rio de Janeiro.
- Catalogo nº 20. Studio Bibliográfico Antenore*, 1961. — Itália.
- América Indígena* — nº 1 — vol. XXI — enero, 1961. — México, D.F.
- The Americas* — *A Quarterly Review of Inter American Cultural History* — Academy of American History — nº 4 — april, 1961 — vol. XVII. Washington. D. C.
- Americas* — abril e maio de 1961 — vol. XIII — ns. 4 e 5. — Rio de Janeiro.
- Revista del Instituto de Geografía* — nº 6 — enero, 1959 e abril de 1960. — Lima. — Peru.
- Atti Anno Accademico* — vol. CXXII — 1959-1960 — Tomo CXVIII — Tenezia. Itália.
- Bulletin of the Geological Institutions of the University of Uppsala* — vol. XL. 1961. — Uppsala.
- Carta mensal (problemas nacionais)* — abril, 1961 — ano VII — nº 73. — Rio de Janeiro.
- Revista Brasileira de Política Internacional* — ano IV — nº 14 — junho de 1961. — Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. — Rio de Janeiro.
- Correio do Senac* — junho de 1961 — nº 220 — ano XII. — Rio de Janeiro.
- Boletín del Museo de Ciencias Naturales* — diciembre de 1960 — ns. 1-4 — tomos VI y VII. — Caracas — Venezuela.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE AGOSTO  
DE 1961

*Sinopse Preliminar do Censo Demográfico — VII Recenseamento Geral do Brasil.* 1960.

Estado de Sergipe

Estado do Rio Grande do Norte

Estado de Alagoas

Estado de Piauí

Estado do Amazonas

Estado do Ceará

Estado do Pará

Estado do Espírito Santo

Territórios Federais: Acre, Rondônia, Rio Branco e Amapá.  
I.B.G.E. — Rio.

*Tempo Presente* — Revista Portuguesa de Cultura — nº 22 —  
III ano — 1961. — Lisboa.

*Livros de Portugal* — Boletim mensal do Grêmio Nacional dos  
Editores e Livreiros. junho de 1961 — nº 30. — Lisboa.

*Espelho (jornal feminino)* — junho de 1961. — ns. 17 e 18 —  
ano II. — Rio de Janeiro.

*Journal of Inter American Studies* — July 1961 — nº 3 — vol.  
III. — University of Florida. — Gainesville.

*Nordesta — Revista de la Facultad de Humanidades* — diciem-  
bre, 1960. — n 1 — Resistencia (Chaco). — República Ar-  
gentina.

*Anuário Acadêmico de 1961. Academia de Ciências.* — Lisboa.

*O Comerciarário (jornal)* — 1 a 15 de agosto de 1961 — nº 58 —  
ano VII. — Rio de Janeiro.

*Engenharia — Órgão oficial do Instituto de Engenharia* — ano  
XIX — vol. XIX — nº 220 — março de 1961. — São  
Paulo.

*Revista do Serviço Público* — julho, agosto e setembro de 1960  
— ns. 1, 2 e 3 — vol. 88. — Rio de Janeiro.

*Boletim Informativo do Serviço de Documentação.* — vol. III —  
nº 1 — julho de 1961. — U. S. P. — São Paulo.

*Boletín Cultural* — año II — nº 2 — marzo e abril de 1961. — Re-  
pública de Cuba.

*Revista do Clube de Engenharia* — junho de 1961 — nº 298. —  
Engenharia Editora S. A. — Rio de Janeiro.

*Boletim Internacional de Bibliografia Luso Brasileira* — janeiro  
— março de 1961 — n 1 — vol. II — Fundação Calouste  
Gulbenkian. — Portugal.



- Boletín Informativo* — abril de 1961 — n 3 — año VII. — Departamento de Estado. San Juan — Puerto Rico.
- Libros del mês-junio de 1961* — Instituto Nacional del Libro Español. — Madrid.
- Art and Auctions International Art Dealers and Collectors Guide* Vol. V — n° 105 — 1961. Holand.
- El Avance* — 23 de junio de 1961 e 7 de julio de 1961 — ns. 53-55 — años I e II. Miami. Florida.
- The New Leader* — junę 26 e july 3 e 17 — ns. 26, 27, 29 — vol. XLIV. New York.
- Obra Revolucionaria* — 26 de abril de 1961. Cuba La Habana.
- O Éco* (jornal) — 1, 22 e 29 de julho — 5 de agosto de 1961 — ns. 1192, 1195, 1196 e 1197 — ano XXXIII. Guaratinguetá. São Paulo.
- Inra* — año VI — n° 5 — mayo, 1961, La Habana.
- Notícia* — 24 de junho e 1 de julho de 1961 — ns. 80 e 81 — ano II. Luanda.
- Catalogue* n° 820 — *British History*. Francis Edwards Limited. 1961. London.
- Catalogue* n° 109. Scientific & Learned Periodicals. London.
- Boletim Informativo do Japão* — 15 de julho de 1961 — n° 14 — ano 7. Embaixada do Japão. — Rio de Janeiro.
- Boletín Bibliográfico de la Secretaría de Hacienda y Crédito Público* — ns. 216 a 223 — enero-mayo de 1961. México, D.F.
- Pesquisas* — antropologia ns. 6 a 11. 1960. — Instituto Anchieta de Pesquisas. Pôrto Alegre. — Rio Grande do Sul.
- Revista del Instituto de Historia del Derecho* — n° 11. *Homenaje a la revolución de mayo*. Imprenta de la Universidad. 1960. — Buenos Aires.
- El Avance* — 52, 54 e 56 — año I — junio/julio de 1961. Florida.
- Ocidente* — revista portuguesa mensal n° 279 — julho de 1961 — vol. LXI. Lisboa.
- Diário Oficial do Estado de Sergipe* — 15 e 22 de julho de 1961 — ns. 14.279 e 14.285 — ano XLII. Aracajú.
- Korean Report* — Vol. one number two — June, 1961. Washington.
- O Éco* — 12 de agosto de 1961 — n° 1198 — ano XXXIII. Guaratinguetá. São Paulo.
- Revista de Historia* — abril de 1961 — n° 7 — año II. — Caracas. Venezuela.

- Brasil Açucareiro* — ano XXIX — vol. LVII — março de 1961 — nº 3. Instituto do Açúcar e do Alcool.— Rio de Janeiro.
- Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi* — (botânica) — nº 10/14 (zoologia) ns. 24/32 — 1960/1961. Belem. — Pará.
- Folha Democratica* — 31 de julho de 1961 — ns. 194/195 — ano XIV. Bangú.
- Catalogo Martinus Nyhoff*. The Hague.
- Catálogo Zeitschriften*. Leipzig.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* — janeiro-março de 1961 — serie 79ª. ns. 1/3. Lisboa. Portugal.
- The Geographical Journal* — june, 1961 — vol. CXXVII — part 2. London.
- O Concelho de Santo Tirso* — *Boletim Cultural* — vol. VII — nº 2. Edição da Camara Municipal de Santo Tirso. 1961.
- Anales de la Universidad de Chile* — nº 120 — cuarto trimestre de 1960 — año CXVIII. — Santiago de Chile.
- Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* — nº 2 — abril e junho e ns. 3 e 4 — julho e dezembro de 1959. Rio de Janeiro.
- Revista Interamericana de Bibliografia* — septiembre de 1960 — number 11. Washington.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito* — vol. VII — junho e julho de 1961 — ns. 6 e 7. — Rio de Janeiro.
- Américas* — vol. XIII — nº 3 — março de 1961. — Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro* — ano XXIX — vol. LVII — nº 4 — abril de 1961. — Rio de Janeiro.
- Revista das Academias de Letras* — nº 75 — ano XXII — 1961. — Rio de Janeiro. Oferta do Dr. Wanderley de Araujo Pinho.
- Boletín Indigenista* — junio de 1961 — nº 2 — vol. XXI. México — D. F.
- Ciencias Políticas y Sociales* — octubre-diciembre de 1960 — nº 22 — año VI. México.
- Revista do Clube de Engenharia* — julho de 1961 — nº 299 — vol. 24. — Rio de Janeiro.
- Livros de Portugal* — *Boletim mensal do Grêmio Nacional dos Editores e Livreiros* — nº 31 — julho de 1961. Lisboa.
- Catálogo* — *Oxford Books autumn*, 1961. — London.

- List of Books accessioned and periodical articles indexed in the Columbus Memorial Library* — april, 1961. — Pan American Union. Washington — D. C.
- Radar* — july — august 1961 — vol. 2 — n° 4. Warszawa.
- Ocidente* — revista portuguesa mensal — n° 280 — agosto de 1961 — vol. LXI. — Lisboa.
- Art and Auctions International art Dealers and collectors guide* — vol. V — ns. 106/107 — 31, july de 1961. Rotterdam — Holland.
- Boletin del Museo Social Argentino* — enero/junio de 1961 — XLIX — entrega 312. — B. Aires.
- Carta mensal* (problemas nacionais) — maio de 1961 — ano VII — n° 74. — Rio de Janeiro.
- Rae* — *Revista da Associação dos Engenheiros da Estrada de Ferro Central do Brasil* — agosto de 1961 — n° 36 — ano III. — Rio de Janeiro.
- Rodovia* — abril de 1961 — n° 248 — año XXIII. — Rio de Janeiro.
- Correio do Senac* — julho de 1961 — n° 221 — ano XIII. — Rio de Janeiro.
- Oriente Occidente* — vol. IV — n° 2 — abril de 1961. Unesco. — Paris.
- Espelho* (jornal feminino) — julho de 1961 — n° 19 — ano II — Rio de Janeiro.
- Boletim Informativo do Japão* — 1° de agosto de 1961 — n° 15 — ano 7. — Embaixada do Japão. — Rio de Janeiro.
- Fôlha Democrática* (jornal) — 31 de agosto de 1961 — ns. 196-97 — ano XIV. — Bangu.
- Studii* — *Revista de Historia* — 40 de ani de la crearea partidului comunist din Rominia — anul XIV — 1961 — n° 2. — Editura Academiei Republicii Populare. — Romine.
- The Americas a Quarterly Review of Inter American Cultural History* — july. 1961 — n° 1 — vol. XVIII. — Academy of American History. — Washington — D. C.
- Geographical Review* — july, 1961 — number 3 — vol. LI. The American Geographical Society of New York.
- Catalogo* n° 6. — Eylasa. 1961. — Montevideo.
- The New Leader* — july, 31 — august 7, 1961. — n° 29 — vol. XLIV. New York.
- El Avance* — ns. 57 a 60 — 21 e 28 de julio e 4 e 11 de agosto de 1961 año II. — Miami. — Florida.

*O Comerciário* — 16 a 31 de agosto de 1961 — nº 59 — ano VII — Rio de Janeiro.

*Boletim Geográfico* — maio/junho e julho/agosto de 1961 — ano XVIII — ns. 156/157 — I.B.G.E. — Rio de Janeiro.

*Catálogo de Publicaciones y Documentos Oficiales de la O E A* 1961/1962. — Pan American Union. — Washington — D.C.

*Sesc informativo* — junho de 1961 — nº 2 — ano I. — Rio de Janeiro.

*Revista Brasileira de Geografia* — julho/setembro de 1960 — nº 3 — ano XXII. — I.B.G.E. — Rio de Janeiro.

*Anales del Instituto Nacional de Antropologia e Historia* — 1957/58 — nº 40 — tomo XI — 1960. Secretaria de Educacion Publica. — México.

*Lista Diplomática* — junho de 1961. — MRE. — Rio de Janeiro.

*Catálogo General Libreria Europa* — mayo, 1961. — Madrid.

*Boletim Informativo do IBBD* — (noticias diversas) — vol. I — nº 1/6 — janeiro/junho de 1961. — Rio de Janeiro.

#### PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE SETEMBRO DE 1961

*Revista de Letras* — vol. 2 — 1961 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis. — São Paulo.

*Tempo Presente* — ns. 23 e 24 — III ano — 1961. — Revista Portuguesa de Cultura. — Lisboa.

*Engenharia* — *Orgão oficial do Instituto de Engenharia* — abril e maio de 1961 — ns. 221 e 222 — ano XIX — vol. XIX. — São Paulo.

*Revista das Academias de Letras* — nº 75 — ano XXII — 1961. Federação das Academias de Letras do Brasil. — Rio de Janeiro.

*Relatório da Federação das Academias de Letras do Brasil* — no ano de 1960 apresentado pelo seu Presidente Desembargador Cristino Castelo Branco em sessão de 11-3-1961. — Rio de Janeiro.

*Boletim Informativo do Japão* — 15 de agosto de 1961 — nº 16 — ano 7. — Embaixada do Japão. — Rio de Janeiro.

*Notícia* — nº 86 — ano II — 5 de agosto de 1961. — Luanda, Angola.

*Catálogo* — *Zeitschriften*. — Leipzig.

*Revista do Serviço Público* — vol. 89 — ns. 1, 2 e 3 — out. nov. e dezembro de 1961. — Rio de Janeiro.



- Deutsche Bibliographie das Deutsche Buch-heft/2.* 1961. — Frankfurt/M.
- Catalogue* n° 878. *Voyages and Travels* — vol. 4 — part X. — Maggs Bros Ltd. — London.
- América Indígena* — julio, 1961 — n° 3 — vol. XXI — México D. F.
- The New Leader* — 14, 21 e 28 de august de 1961 — vol. XLIV — ns 30 e 31 — New York.
- Boletim Geral do Ultramar* — janeiro e fevereiro de 1961 — ano XXXVII — ns. 427-428 — Agência Geral do Ultramar. — Lisboa. — Portugal.
- Diário Oficial do Estado de Sergipe* — 19 de agosto de 1961 — n° 14.307 — ano XLII. — Aracajú — Sergipe.
- Catálogo. Styria-herbst*, 1961.
- Noticias de Yugoslavia* — julio/agosto de 1961 — ns. 16 e 17 ano II. — Beograd.
- Revista do Museo Ethnologique Ckonje* — n° 1 — 1960. — Yugoslavia.
- Catálogo Verlag Paul Parey.* — Berlin.
- RAE — Revista da Associação de Engenheiros da Estrada de Ferro Central do Brasil* — agosto de 1961 — n° 36 — ano III. — Rio de Janeiro.
- Wissenschaftliche Veröffentlichungen des Deutschen Instituts für Landerkunde Neue Folge* — 17 e 18 — 1960. — Verlag Enzyklopadie. — Leipzig.
- Rodriguésia — Revista do Jardim Botânico* — anos XXI e XXII — ns. 33 e 34 — dezembro de 1959. — Ministério da Agricultura. — Rio de Janeiro.
- Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro* — vol. XVI — 1959. — Rio de Janeiro.
- Américas* — junho e julho de 1961 — ns. 6 e 7 — vol. XIII. — Rio de Janeiro.
- Carta mensal (problemas nacionais)* — junho de 1961 — n° 15 — Rio de Janeiro.
- Bibliografia Cartográfica* — julho/agosto de 1961 — ano II — n° 4. — (mapoteca). — Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro.
- Boletim de Reposições e Novidades* — agosto e outubro de 1961 — ano I — n° 1. — Livraria Pioneira. — São Paulo.
- Catálogo Walter de Gruyter.* Berlin.
- Livros de Portugal — Boletim do Grêmio Nacional de Editores e Livreiros* — n° 32 — agosto de 1961. — Lisboa.

*Catálogo — Books Thames Hudson — autumn, 1961. — Lisboa.*  
*Defesa do Folclore. Conselho Nacional de Folclore. — Rio de Janeiro.*

*Boletim Bibliográfico — jan e jun. de 1960 — vol. 10 — nº 1. — Rio de Janeiro.*

*Sinopse Preliminar do Censo Demográfico : Estado do Rio de Janeiro e Estado de Santa Catarina. — Serviço Nacional de Recenseamento. — 1960 IBGE. — Rio de Janeiro. — 2 volumes.*

*Exposição do Livro Brasileiro Contemporâneo. Biblioteca Nacional. — Rio de Janeiro.*

*Boletín de la Academia Nacional de la Historia — enero-junio de 1961 — nº 97 — vol. XLIII. — Quito Ecuador.*

*Catálogo — Buch — Hansa — sept. — okt — 5 jahrgang — nº 6. — Berlin.*

# ESTATÍSTICA

## ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO 1961

3º Trimestre	Julho	Agosto	Setbº	Total
<i>Biblioteca</i>				
Obras recebidas .....	10	11	13	34
Jornais nacionais e estrangeiros recebidos .....	9	11	2	21
Revistas nacionais e estrangeiras recebidas ...	64	71	31	166
Catálogos .....	11	8	7	26
<i>Arquivo</i>				
Documentos consultados .	3.386	4.270	3.743	11.399
Documentos recebidos ...	—	5	18	23
<i>Mapoteca</i>				
Mapas consultados .....	322	178	238	738
Mapas recebidos .....	—	1	1	2
<i>Museu</i>				
Visitantes .....	15	27	34	76
<i>Sala pública de leitura</i>				
Obras consultadas .....	3.722	4.024	4.270	12.016
Jornais consultados .....	460	686	938	2.084
Revistas consultadas ....	3.670	3.980	2.742	9.392
<i>Secretaria</i>				
Ofícios, cartas e telegramas recebidos .....	132	146	182	460
Ofícios, cartas e telegramas expedidos .....	364	418	496	1.278

# ÍNDICE

VOLUME 252

Julho-Setembro ~ 1961

Págs.

## I — TRABALHOS ORIGINAIS

1. *Arquipélago dos Açores* — Dr. Dante de Laytano (continuação) . . . . . 3
2. *Ministro Alfredo de Vilhena Valladão* — Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva . . . . . 169
3. *D. Pedro I, de 1829 a 1831. Contribuição à história do período final do 1º Reinado, de acôrdo com documentos em grande parte inéditos.* Prof. Hélio Vianna . . . . . 178
4. *Tempos idos. Episódios da vida acadêmica em Olinda e no Recife.* Dr. Pedro Moniz de Aragão . . . . . 198
5. *Centenário de Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda. Dados coligidos por Nair da Rocha Miranda* . . . . . 213

## II — CONFERÊNCIAS

6. *José de Mesquita* — Eng. Virgílio Corrêa Filho . . . . . 217
7. *Hélio Lobo, internacionalista.* Prof. Haroldo Valladão . . . . . 228
8. *José de Araújo Ribeiro, Visconde do Rio Grande e sua obra. — O fim da criação.* Dr. Herbert Canabarro Reichardt . . . . . 251
9. *Afonso de Escragnolle Taunay e a missão artística de 1816.* Professor Mário Barata . . . . . 270
10. *Petrópolis. De núcleo colonial a unidade política.* Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis . . . . . 279

## III — TRANSCRIÇÕES

11. *Cláudio Ganns — Mestre de Direito Aeronáutico* — José Ribamar de Faria Machado . . . . . 291

## IV — DOCUMENTOS

12. *Apontamentos do Barão de Muritiba, sobre o 15 de Novembro de 1889* — Cópia escrita do autógrafo . . . . . 299
13. *Rio da Prata. Rosas* . . . . . 316
14. *No início da guerra do Paraguai* . . . . . 322
15. *Guerra do Paraguai — 1868* . . . . . 325



	Págs.
V — APRECIÇÃO DA LIVROS	
16. <i>O Marques de Pombal pelo Dr. Teixeira Soares</i> , Marcos Carneiro de Mendonça .....	327
VI — BIBLIOGRAFIA DOS SÓCIOS	
17. <i>Aluisio Napoleão de Freitas Rêgo</i> , Por Maria C. Max Fleiuß .....	329
VII — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS .....	322
VIII — ESTATÍSTICA .....	346